Editora Uniesp

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS 2023.2

Cleber Soares de Brito
César Gomes de Sá
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire
(Organizadores)

ISBN 978-65-5825-236-8

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2023.2

Cleber Soares de Brito

Cesár Gomes de Sá

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire

(Organizadores)

Centro Universitário UNIESP

CABEDELO

2024

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

Reitora
Érika Marques de Almeida Lima

Editor-chefe
Cícero de Sousa Lacerda

Editor-assistente
Karelline Izaltemberg Vasconcelos Rosenstock

Editora-técnica
Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial
Ana Margareth Sarmento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Arlindo Monteiro de Carvalho Júnior – Medicina
Aristides Medeiros Leite – Medicina
Carlos Fernando de Mello Júnior – Medicina
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Patrícia Tavares de Lima – Enfermagem
Marcel Silva Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis
Márcio de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Giuseppe Cavalcanti de Vasconcelos – Engenharia
Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física
Sandra Suely de Lima Costa Martins – Fisioterapia
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2024 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Diagramação e Design Gráfico: Silvio Cláudio Custódio e Vanessa Candeia de Sousa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)

D537 Diálogos Científicos em Ciências Contábeis 2023.2 [recurso eletrônico] / Organizadores, Cleber Soares de Brito, Cesar Gomes de Sá, Thyago Henrique de Oliveira Madruga Freire. - Cabedelo, PB: Editora UNIESP, 2024.

605 p.

Tipo de Suporte: E-book
ISBN: 978-65-5825-236-8 - Digital

1. Produção científica – Ciência Contábeis. 2. Contabilidade - Interdisciplinaridade. 3. Diálogos – Conhecimento científico. I. Título. II. Brito, Cleber Soares de. III. Sá, Cesar Gomes de. IV. Freire, Thyago Henrique de Oliveira Madruga.

CDU: 001.891:657

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,

Bloco Central – 2º andar – COOPERE

Morada Nova – Cabedelo – Paraíba

CEP: 58109-303

SUMÁRIO

1. **RELAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM A CONTABILIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA:** a perspectiva dos profissionais contábeis de João Pessoa-PB..... 8

2. **A INFLUÊNCIA DO CONTROLE INTERNO NA EFETIVAÇÃO DA GOVERNANÇA DO MUNICÍPIO DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO/PB .....** 43

3. **TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO SIMPLES NACIONAL PARA O LUCRO REAL:** estudo de caso Campina Grande, Paraíba 94

4. **CONTABILIDADE GERENCIAL EM EMPRESAS PRIVADAS:** um estudo de caso no município de Cabedelo/PB 124

5. **AMEAÇAS À INDEPENDÊNCIA DA AUDITORIA: UM ESTUDO DOS SNA EM RELAÇÃO AO ARL DAS EMPRESAS DE UTILIDADE PÚBLICA LISTADAS NA B3.....** 158

6. **RECONHECIMENTO CONTÁBIL DA RECEITA E DOS CUSTOS DE UMA OBRA LOCALIZADA NO MUNÍCIPIO DE JOÃO PESSOA - PARAÍBA** 193

7. **A CONTABILIDADE GERENCIAL COMO FERRAMENTA FINANCEIRA NAS STARTUPS PARAIBANAS.....** 228

8. **SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS CONTÁBEIS NA PARAÍBA.....** 263

9. **OS IMPACTOS DO TELETRABALHO PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB.....** 290

10. **FRANQUIA X RENDA FIXA:** uma breve análise baseado em indicadores .. financeiros 327

11. **A RELAÇÃO DOS EMPREENDEDORES COM A CONTABILIDADE:** uma pesquisa de campo com empreendedores do município de Pedras de Fogo – PB. 363

12. **O PAPEL DA CONTABILIDADE RURAL NO AGRONEGÓCIO.. BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.....** 398

13. A **IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA OS .... BRASILEIROS EM MEIO A ERA DIGITAL .....** 429

14. **A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL .... CONTÁBIL .....** 465

15. **CUSTOS E FORMAÇAO DE PREÇO DE UM MEI LOCALIZADO EM... SAPÉ – PB .....** 491

16. **O USO DA CONTABILIDADE GERENCIAL POR UM MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL LOCALIZADO EM SOUSA – PB** 528

17. **BPO FINANCEIRO:** as percepções de contabilistas sobre a sua influência . para tomada de decisões empresariais 565

APRESENTAÇÃO

O ano de 2024 marca mais uma edição de artigos científicos da Coordenação de Ciências Contábeis, reafirmando nosso compromisso de compartilhar conhecimento no meio acadêmico, proveniente das práticas cotidianas de nossos alunos.

Com meticulosidade na elaboração de seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), apresentamos materiais técnicos de excelência, demonstrando nossa competência no desenvolvimento da pesquisa científica também para o público externo.

As pesquisas abordam diversas correntes teóricas, sem a necessidade de aderir obrigatoriamente a uma única linha doutrinária ou técnica. Priorizamos o respeito à liberdade de opinião, um dos pilares do conhecimento.

Este e-book tem como objetivo instigar o leitor a refletir sobre a disseminação do conhecimento e das experiências resultantes dos diálogos entre pesquisadores, profissionais e estudantes de graduação em Ciências Contábeis, atuantes em diferentes áreas do saber. Aqui, promovemos produções acadêmicas realizadas com a maestria de nossos discentes.

O curso de Ciências Contábeis do UNIESP tem o prazer de divulgar, por meio desta publicação, a produção de seus alunos, incentivando a formação de um pensamento acadêmico e sistemático, sob a orientação e expertise dos docentes nas diversas áreas da Contabilidade, tais como: Direito Tributário, Controle Interno, Contabilidade Gerencial, Auditoria Pública, Síndrome de Burnout, Teletrabalho, Franquias, Empreendedorismo, Contabilidade Rural, Ética, Educação Financeira, Contabilidade de Custos, BPO Financeiro e Perícia Contábil.

Nesta edição, foram elaboradas 17 produções acadêmicas no "Diálogos Científicos em Ciências Contábeis", com a satisfação de proporcionar o acesso ao conhecimento construído pelos discentes, pois acreditamos que o saber deve ser compartilhado.

Desejamos a todos uma excelente e proveitosa leitura!

RELAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM A CONTABILIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA: a perspectiva dos profissionais contábeis de João Pessoa-PB

Ana Izabel de Carvalho Pereira[1]
Tatiana Falcão de Souza Fernandes[2]

RESUMO

O Direito Tributário concentra-se na análise dos tributos e nos métodos de sua arrecadação, abrangendo um conjunto de normas complexas que exigem um conhecimento aprofundado. Nesse contexto, os profissionais de contabilidade desempenham um papel crucial, pois são fundamentais para destrinchar as complexidades das leis tributárias e identificar meios legais de minimizar a carga fiscal. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a perspectiva dos profissionais contábeis sobre a relação do Direito Tributário com a Contabilidade e sua contribuição para redução da carga tributária. Para isso, a metodologia adotada no estudo é uma pesquisa descritiva de natureza quanti-qualitativa, do tipo pesquisa aplicada. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário aplicado pela plataforma *Google Forms* dividido em duas partes: a primeira contendo cinco questões sobre o perfil dos respondentes e a segunda com doze questões sobre o assunto. Diante da ánalise dos dados coletados, obteve-se uma visão positiva dos respondentes sobre a relação do Direito Tributário com a Contabilidade, destacaram também que são frequentemente procurados pelos contribuintes em busca de estratégias para diminuir os impostos e consideram a constante atualização da legislação importante para aplicar planejamentos tributários eficazes.

Palavras-chave: Direito Tributário; Planejamento Tributário; Contabilidade Tributária; Carga Tributária.

ABSTRACT

Tax Law focuses on the analysis of taxes and methods of their collection, encompassing a set of complex regulations that require in-depth knowledge. In this context, accounting professionals play a crucial role as they are essential in unraveling the complexities of tax laws and identifying legal means to minimize the tax burden. Given this, the present study aims to analyze the perspective of accounting professionals on the relationship between Tax Law and Accounting and their contribution to reducing the tax burden. To achieve this goal, the methodology adopted in the study is a descriptive qualitative-quantitative research, specifically applied research. As a data collection instrument, a questionnaire will be utilized

[1] Graduanda do Curso de Ciências Contábeis pela UNIESP. E-mail: ana.isabel.2014@outlook.com.

[2] Professora Orientadora, Graduada em Ciências Contábeis pela Uniesp, Mestrado em Ciência da Informação pela UFPB, Especialização em Avaliação Econômica Financeira Empresarial pela Uniesp, Docente dos Cursos Superiores Ciências Contábeis, Gestão Financeira e Administração das disciplinas de Contabilidade Geral e Empresarial, Sistema de Informação Gerencial e Perícia. E-mail: tatianafalc@iesp.edu.br Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/1269031824099886.

through the Google Forms platform, divided into two parts: the first containing five questions about the respondents' profiles, and the second with twelve questions on the subject. Upon analyzing the collected data, a positive view was obtained from the respondents regarding the relationship between Tax Law and Accounting. They also highlight that they are frequently sought after by taxpayers in search of strategies to reduce taxes and consider the constant update of legislation important for implementing effective tax planning.

Keywords: Tax Law; Tax Planning; Tax Accounting; Tax Burden.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil opera sob o sistema de governo federativo, que engloba a União, estados, Distrito Federal e municípios. Cada entidade precisa exercer sua autoridade tributária a fim de cumprir suas obrigações administrativas. Uma estimativa divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional afirma que a carga tributária bruta (CTB) do governo geral (governo central, estados e municípios) foi de 33,71% do PIB em 2022. (BRASIL 2022). Diante dessa informação, pode ser observado que o Brasil possui uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo, composta por diversos impostos, taxas e contribuições que são regidos por leis complexas e que estão em constantes mudanças.

A ciência que se dedica à análise dos tributos e aos métodos de sua arrecadação é conhecida como Direito Tributário. Segundo Sabbag (2015, p. 37) “o Direito Tributário é o conjunto de normas que regula o comportamento das pessoas de levar dinheiro aos cofres públicos”. Essa área abrange uma série de normativos, atos administrativos, textos constitucionais e regulamentos que são criados e publicados todos os dias. A partir desse pressuposto, torna-se evidente a importância atribuída ao conhecimento e o estudo das legislações tributárias, uma vez que o entendimento tende a ser complexo e necessário para buscar meios lícitos de reduzir a carga tributária.

De acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) em 33 anos, houve 17 emendas constitucionais tributárias e foram criados inúmeros tributos, tais como: CPMF; COFINS; CIDES; CIP; CSLL; PIS IMPORTAÇÃO; COFINS IMPORTAÇÃO; e ISS IMPORTAÇÃO (AMARAL et al, 2021). Diante dessa realidade, nota-se que a contabilidade e os especialistas do âmbito tributário estão intrinsecamente vinculadas ao campo do Direito Tributário. Isso se deve ao fato de que os contribuintes buscam ajuda desses profissionais a fim de compreender as normas e, de maneira legal, buscar meios de mitigar o ônus fiscal por meio do planejamento tributário.

Observa-se que os profissionais, com conhecimentos sólidos sobre o assunto, poderão desenvolver tal planejamento, de acordo com a natureza da empresa e das suas funções mercadológico-econômicas, buscando otimizar a carga tributária dentro dos limites estabelecidos pela legislação fiscal, reduzir os riscos fiscais e

maximizar os lucros das empresas. Consoante a essa ideia, Pohlmann (2012, p. 17) diz:

> O planejamento tributário é toda e qualquer medida lícita adotada pelos contribuintes no sentido de reduzir o ônus tributário ou postergar a incidência de determinado tributo. Pode ser visto, também, como o conjunto de atividades permanentemente desenvolvidas por profissionais especializados, com o intuito de encontrar alternativas lícitas de reduzir ou postergar a carga tributária das empresas.

Do mesmo modo, os contribuintes que buscarem métodos ilícitos para reduzir a carga tributária estarão sujeitos a passar por auditorias, fiscalizações, multas e penalidades, que poderão afetar negativamente seu desempenho, e consequentemente resultar no fechamento da empresa. Razão esta que justifica a abordagem do assunto e ressalta, assim, a importância de procurar profissionais qualificados que possuam conhecimento em Direito Tributário e das normas fiscais.

Diante do exposto, o presente trabalho busca investigar: **qual a perspectiva dos profissionais contábeis sobre a relação do Direito Tributário com a Contabilidade para redução da carga tributária?**

Este estudo será realizado com contadores e profissionais que atuam na aréa tributária e/ou fiscal dos escritórios de João Pessoa-PB, buscando relacionar a contabilidade com o Direito Tributário, mostrar como essas duas ciências andam lado a lado na busca em obter benefícios fiscais que podem tornar a existência das empresas menos onerosas e salientar a importância de possuir um conhecimento aprofundado nesse campo de estudo para aqueles que almejam prosseguir nesse ramo da contabilidade.

O objetivo geral deste artigo será analisar a perspectiva dos profissonais contábeis sobre a relação do Direito Tributário com a contabilidade e sua contribuição na redução da carga tributária. Em relação aos objetivos específicos, busca-se abordar sobre a origem e os conceitos de Direito Tributário; citar as espécies de tributos e suas definições; relacionar as duas ciências: Direito Tributário e Contabilidade; abordar sobre planejamento tributário e redução da carga tributária.

A metodologia a ser utilizada será uma pesquisa que se caracteriza como levantamento de natureza descritiva, do tipo quanti-qualitativa e, como instrumento

de coleta de dados será aplicado um questionário estruturado, com uso da ferramenta *Google Forms*.

Em tempo, este artigo se subdivide em cinco partes, estruturadas da seguinte forma: introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise dos resultados e considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO NO BRASIL

O estudo da origem e evolução histórica do Direito Tributário no Brasil é fundamental, uma vez que o Direito é uma manifestação da constante evolução de uma sociedade, e a análise de suas origens oferece elementos cruciais para sua compreensão e para o entendimento da realidade. Entretanto, para obtenção de conhecimento sobre a origem do Direito Tributário, é essencial compreender anteriormente como surgiu o tributo. De acordo com Coêlho (2000), antes mesmos das formações das grandes cidades e, principalmente, das figuras do Estado, o tributo já era uma entidade da organização humana. Por exemplo, há cerca de 5.000 anos, viu-se o primeiro registo de tributação no Antigo Egito, onde o Faraó cobrava um imposto equivalente a 20% de todas as colheitas de cereais. Naquele momento, o Egito não tinha dinheiro cunhado (formação da moeda propriamente dita), pelo que os cereais representavam reserva tangível de valor que podia ser facilmente recolhida, comercializada e redistribuída por toda a sociedade (COÊLHO, 2000).

Com a evolução das sociedades, e o surgimento da moeda de troca em face das figuras do Estado e dos monarcas, cada vez mais, o conceito de tributo surgia, sendo, assim, os gregos foram responsáveis por pegar a ideia de tributação e difundi-la por todo o mundo desenvolvido, à medida que expandiam o seu domínio e também a civilização evoluía em nível socioeconômico e político-administrativo (COÊLHO, 2000).

Conforme Cohen (2015, p. 300), a figura da “Fazenda Ateniense”, inspirava-se em “um princípio do interesse público, sendo que a sujeição ao imposto – consequentemente – não se baseava em relação de servidão, mas de defesa do bem coletivo entregue aos cuidados do Estado”. Nesse período emergia a figura do tributo como um bem de promoção e de desenvolvimento do interesse de todos.

O primeiro tributo cobrado em terras brasileiras foi o "quinto do pau-brasil", imposto sobre todas as riquezas extraídas do solo brasileiro, autorizado pela Coroa Portuguesa após o descobrimento. Em seguida, durante o período colonial, surgiram tributações sobre a exportação e a venda de escravos. A chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, trouxe consigo a introdução de novos tributos e o aumento das taxas existentes, como a tributação sobre a propriedade de prédios urbanos, transmissão imobiliária e heranças. (MARTINS, 2010).

No entanto, é importante destacar que, na época colonial, esses tributos não faziam parte de um sistema tributário sistematizado, com princípios e institutos bem definidos que, de fato, caracterizassem um Direito Tributário brasileiro. O Estado Fiscal no Brasil começou a se consolidar após a independência do país, quando a receita pública passou a ser composta por empréstimos autorizados e garantidos pelo Legislativo, bem como pela arrecadação de tributos (MACHADO, 2016, 2018).

Em 1824, foi promulgada a Constituição Política do Império do Brasil, que estabeleceu algumas normas relacionadas ao Direito Tributário, embora fossem limitadas. Esta constituição afirmava explicitamente que ninguém estava isento de contribuir para as despesas do Estado de acordo com sua capacidade financeira (BALTHAZAR, 2013).

A primeira Constituição Republicana de 1891 estabeleceu a competência tributária de União, Estados e Municípios, com uma divisão mais precisa dos impostos. No entanto, foi com a Constituição de 1934 que os municípios adquiriram competência tributária, proibindo-se a bitributação entre União e Estados (OLIVEIRA; ROCHA, 2013).

Em 1965, uma reforma tributária significativa foi realizada, com o objetivo de organizar o sistema tributário e garantir recursos adicionais não inflacionários para cobrir o déficit da União. A reforma incluiu a criação do Código Tributário Nacional (CTN) em 1966, que introduziu uma visão mais econômica do tributo, indo além de sua função de manutenção do Estado. O CTN definiu o tributo como uma obrigação pecuniária, não derivada de sanção por ato ilícito, e estabeleceu princípios tributários fundamentais. Em 1967, uma nova Constituição Federal foi promulgada, consolidando princípios tributários já estabelecidos anteriormente. No entanto, a Constituição de 1967 teve vida curta devido à instauração do governo militar e à promulgação do Ato Institucional nº 5 (MARION, 2012).

Com o retorno à democracia, em 1988, a Constituição Federal foi promulgada e trouxe uma série de inovações no campo do Direito Tributário. Ela consolidou princípios tributários, estabeleceu garantias aos contribuintes e reconheceu o tributo não apenas como meio de financiamento do Estado, mas também como um instrumento para toda a garantia de direitos fundamentais e o desenvolvimento de políticas públicas (MARION, 2012).

A atual Constituição de 1988 refletiu os ideais democráticos da época e promoveu uma revolução no pensamento doutrinário, destacando a importância de um equilíbrio entre o poder de tributar do Estado e os direitos fundamentais dos cidadãos. Ela consagrou princípios como a legalidade tributária, a anterioridade, a igualdade tributária e a proibição de confisco, entre outros (MARION, 2012; MARTINS, 2010).

Contudo, não se pode deixar de citar a aprovação da Reforma Tributária, ocorrida em julho de 2023, que vem trazendo mudanças amplas em todo o processamento de tributos no Brasil. Através da PEC 45/19, busca-se, nos próximos anos, acabar com a guerra fiscal e logo unificar a legislação dos novos tributos (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2023).

Diante disso, o que se pode perceber é que, ao longo de sua história, o Direito Tributário no Brasil evoluiu significativamente, passando de um sistema incipiente na época colonial para um sistema tributário complexo e bem estruturado, com base nos princípios e garantias estabelecidos pela Constituição de 1988.

2.1.1. Conceitos de Direito Tributário

A partir da explicação sobre o surgimento e evolução do Direito Tributário ao longo do tempo, destacam-se alguns dos seus principais conceitos, conforme mostrado no Quadro 01 a seguir:

AUTOR	ANO	CONCEITO
Rubens G	1975	**O ramo do Direito público que rege as relações jurídicas entre o Estado e os particulares, decorrentes da atividade financeira do Estado no que se refere à obtenção de receitas que**

		correspondam ao conceito de tributos.
Paulo de Barros Carvalho	2004	**O Direito Tributário é o ramo didaticamente autônomo do Direito, integrado pelo conjunto de proposições jurídico-normativas, que correspondam, direta ou indiretamente, à instituição, arrecadação e fiscalização de tributos.**
Hugo de Brito Machado	2007	**O Direito Tributário é o ramo do Direito que se ocupa das relações entre fisco e as pessoas sujeitas a imposições tributárias de qualquer espécie, limitando o poder de tributar e protegendo o cidadão contra os abusos desse poder.**
Luciano Amaro	2008	**Direito Tributário é a disciplina jurídica dos tributos, com o que se abrange todo o conjunto de princípios e normas reguladores da criação, fiscalização e arrecadação das prestações de natureza tributária.**
SABBAG	**2015**	**O Direito Tributário é ramificação autônoma da Ciência Jurídica, atrelada ao Direito público, concentrando o plexo de relações jurídicas que imantam o elo "Estado versus contribuinte", na atividade financeira do Estado, quanto à instituição, fiscalização e arrecadação de tributos.**

Quadro 01 – Conceitos de Direito Tributário
Fonte: (FAGUNDES, 2019, p. 5).

Caliendo (2019, p. 16) reforça, ao definir o Direito Tributário como "o ramo didaticamente autônomo do direito público que estuda validade e eficácia das normas jurídico-tributárias, que impõe o dever constitucional de pagar tributos".

Portanto, é possível observar que, embora cada autor forneça diferentes definições para o Direito Tributário, todos compartilham uma mesma orientação:

trata-se de um ramo independente do Direito que regula como o Estado arrecada os tributos dos contribuintes e estabelece limites para essa arrecadação.

2.1. TRIBUTOS: ESPÉCIES E DEFINIÇÕES

Os tributos representam uma manifestação da soberania estatal, a qual a entidade pública exerce seu poder para os extrair recursos financeiros dos cidadãos e entidades privadas, a fim de custear as suas funções, projetos e políticas públicas. Dotados de inarredável natureza compulsória, essas tributações têm um impacto direto na formação das finanças públicas, sendo alicerçados em preceitos normativos que balizam sua quantificação, incidência e arrecadação. Tais tributos estão divididos em impostos, taxas, contribuições de melhorias, contribuições especiais, empréstimos compulsórios. (MACHADO, 2007; AMORIM, 2007).

Com base nisso, é possível definir as espécies tributárias da seguinte maneira:

- Os impostos são tributos de natureza compulsória que não estão vinculados a uma contraprestação direta do Estado. Sua definição, alíquota e base de cálculo são estabelecidas por lei, e contribuintes são obrigados a pagá-los independentemente dos serviços ou benefícios recebidos em troca. Os impostos têm o propósito de financiar as atividades governamentais em geral, como educação, saúde, segurança e infraestrutura (MACHADO, 2016).
- As taxas são tributos que se relacionam diretamente a um serviço público específico e divisível prestado ou a uma atividade estatal de poder de polícia exercida em benefício do contribuinte. Sua cobrança é condicionada à efetiva utilização ou disponibilização do serviço ou atividade estatal. Um exemplo comum é a taxa de coleta de lixo, em que o contribuinte paga com base na frequência da coleta (HARADA, 2014).
- As contribuições de melhoria são tributos incidentes sobre a valorização imobiliária resultante de obras públicas. Elas são direcionadas para financiar essas melhorias, como pavimentação de ruas, iluminação pública e saneamento básico. A cobrança é realizada quando há um benefício efetivo ou potencial para, de fato, os proprietários de imóveis na área afetada (CORREA, 2009).

- Contribuições especiais são tributos cuja arrecadação é destinada a financiar atividades ou serviços específicos. Elas têm uma finalidade específica, como o custeio da seguridade social, assistência social e outras áreas definidas em lei. Exemplos incluem a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (CARVALHO, 2013).
- Empréstimos compulsórios são tributos extraordinários de caráter temporário, criados em situações excepcionais, quando o Estado necessita de recursos adicionais para fazer frente a despesas imprevistas ou urgentes. Eles são de natureza obrigatória, mas a legislação estabelece prazos para sua restituição aos contribuintes. Um exemplo histórico é o empréstimo compulsório criado durante a Segunda Guerra Mundial para financiar os esforços de guerra do Brasil (MACHADO, 2016).

O Brasil é uma República Federativa com organização política administrativa composta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com autonomia política, administrativa e financeira, estando seus atributos, limitações e suas competências definidas na Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Segundo Martins (2013) cada ente federativo apresenta uma competência de tributar e, a este cenário, adentra-se ao princípio da não interferência dos entes federativos, que é um dos pilares do federalismo fiscal. Ele estabelece que cada nível de governo em um sistema federal (União, Estados e Municípios, no caso do Brasil) possui autonomia para instituir, arrecadar e administrar seus próprios tributos, sem uma interferência indevida dos demais (MARTINS, 2013). Diante disso, observa-se na Figura 01, a seguir, as espécies tributárias e a quem compete:

Tributo	Ente	Artigo
Impostos, taxas e contribuição de melhoria	União, Estados, DF e Municípios	145
Empréstimos compulsórios	União	148
Contribuições especiais	União	149
Contribuição de Iluminação Pública	Municípios e DF	149-A
Impostos federais	União	153
Novos impostos e impostos extraordinários	União	154
Impostos estaduais	Estados e DF	155
Impostos municipais	Municípios e DF	156
Contribuições para seguridade	União	195
Contribuições para regime próprio de previdência	União, Estados, DF e Municípios	149, § 1º
Novas contribuições para seguridade	União	195, § 4º

Figura 01 - Repartição constitucional de competências tributárias
Fonte: (CORREIA NETO, 2019, p. 7)

A considerar, respectivamente, estes tipos de tributos, pode-se trazer uma definição dos escopos por entes federativos, conforme demonstrada na Figura 02:

Ente	Imposto
União	II, IE, IR, IPI, IOF, ITR e IGF
Estados e Distrito Federal	ITCD, ICMS e IPVA
Municípios e Distrito Federal	IPTU, ITBI e ISS

Figura 02 - Repartição constitucional para instituição de impostos
Fonte: (CORREIA NETO, 2019, p. 9).

Logo, às disposições acima, é notável que não cabe ao Estado inferir políticas sobre tributos dos quais não está regulado para tal, tão quanto a cobrança de tributos não pode se basear em leis anteriores, nem inferir diferenças em tributação entre bens e serviços em razão de procedência ou destino (AMORIM, 2007).

Além disso, a arrecadação de cada ente deve ser destinada ao financiamento de suas próprias competências e despesas, preservando a independência fiscal e administrativa de cada esfera de governo. Esse princípio é fundamental para a preservação do equilíbrio federativo e a garantia da autonomia dos estados e municípios na gestão de seus assuntos tributários (MARTINS, 2013).

2.2. RELAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM A CONTABILIDADE

A relação entre o Direito Tributário e a Contabilidade é essencial para compreender como as obrigações fiscais e também a gestão financeira das organizações se interconectam, sendo uma parceria fundamental para o funcionamento adequado do sistema fiscal de qualquer nação. Essas duas disciplinas coexistem e interagem em vários pontos cruciais, influenciando diretamente as práticas contábeis e as obrigações fiscais das empresas e indivíduos (ALMEIDA 2018). Segundo Almeida:

> A contabilidade, como linguagem financeira dos negócios, é fato central na apuração e no registro das transações financeiras de uma entidade. Ela fornece informações detalhadas sobre a situação financeira de uma organização, bem como sobre seus resultados operacionais. No contexto tributário, é ferramenta valiosa para calcular e documentar os valores sujeitos à tributação, ajudando a cumprir as obrigações fiscais e a minimizar riscos de autuações (ALMEIDA, 2018, p. 33).

Para Santos (2017), no que diz respeito às empresas, a relação entre a Contabilidade e o Direito Tributário se estende à gestão fiscal. Contadores são personagens estratégicos ao planejar a estrutura de negócios e a alocação de recursos de forma a otimizar a carga tributária. Isso envolve a escolha de regimes tributários adequados, como o Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido, com base na atividade e no tamanho da empresa. A correta aplicação desses regimes depende de análises contábeis precisas (SANTOS, 2017). “Sem a validação holística do contador, é possível que as empresas reduzam seus resultados em face de perdas sobre o seu dever tributário ao Estado” (SANTOS, 2017, p. 388)

Outro ponto de encontro entre a Contabilidade e o Direito Tributário está relacionado à necessidade de conformidade com todas as obrigações fiscais. As empresas devem preencher e entregar declarações fiscais, que requerem informações detalhadas. A falta de conformidade pode resultar em penalidades e

multas, tornando a precisão das informações contábeis uma questão de extrema importância (SAKURAI, 2019).

Além disso, a contabilidade também auxilia na análise e na interpretação das normas tributárias em constante mudança. A complexidade das leis fiscais exige entendimento sólido das regras e regulamentos, bem como a capacidade de aplicá-los corretamente nas operações cotidianas. Contadores precisam estar atualizados com as alterações na legislação tributária e interpretá-las de forma a garantir a conformidade legal (SANTOS, 2017). A contabilidade auxilia na organização de despesas e rendimentos, bem como na identificação de deduções fiscais legais que podem reduzir a carga tributária (SILVA; MOTTA, 2018).

Em casos de litígio fiscal, onde há disputas entre contribuintes e a autoridade fiscal, a contabilidade empresta seu conhecimento ao sistema jurídico-constitutivo. Peritos contábeis são frequentemente chamados para analisar as questões contábeis e financeiras em disputa e fornecer pareceres técnicos que podem influenciar o resultado do litígio (SAKURAI, 2019).

Com isso, percebe-se que a relação entre Contabilidade e Direito Tributário é de suma importância para o funcionamento eficaz do sistema fiscal. A Contabilidade fornece as ferramentas necessárias para calcular, registrar e relatar transações financeiras de forma precisa e em conformidade com as leis fiscais. Ela desempenha um papel fundamental na determinação da base de cálculo dos tributos, na gestão fiscal das empresas e na conformidade com as obrigações fiscais (SAKURAI, 2019).

2.3.1 Contabilidade Tributária

A Contabilidade Tributária ostenta um papel de primordial significância na esfera das Ciências Contábeis, explorando as complexidades do ambiente tributário. Erige-se como campo que analisa as regras das normas contábeis e fiscais, avaliando o registro e apuração dos tributos que oneram e operacionalizam a entidade. Emerge, portanto, como uma disciplina cuja finalidade consiste em harmonizar os imperativos da técnica contábil com as obrigações tributárias, visando ao atendimento das obrigações fiscais de maneira eficiente e legal (SAKURAI, 2019).

Iudícibus (2007) enuncia que a Contabilidade Tributária tem como objetivo principal a redução do ônus tributário da entidade, mediante a utilização racional dos recursos fiscais postos à disposição pelo ordenamento jurídico. É igualmente uma disciplina interpretativa, visto que demanda a ánalise das normas contábeis e fiscais em constantes mudanças, a fim de conformar-se aos ditames legais e usufruir de benefícios fiscais. Já como segunda característica, abarca uma dimensão proativa: antecipar-se às mutações na legislação tributária, uma vez que objetiva precaver contingências fiscais e evitar desembolsos imprevistos, por intermédio de um estrito cumprimento das obrigações tributárias (SILVA; MOTTA, 2018).

Os princípios que norteiam a Contabilidade Tributária, baseados na legalidade e na conformidade com as normas fiscais, são manifestos em um escopo de diretrizes essenciais. Em consonância com imposição legal, a observância do princípio da legalidade é fundamental, assegurando que todas as ações estejam respaldadas na legislação tributária. Da mesma forma, o princípio da consistência exige a uniformidade das práticas contábeis, respeitando princípios contábeis geralmente aceitos. A relevância econômica e o princípio do conservadorismo conduzem a Contabilidade Tributária a refletir de forma fidedigna a situação patrimonial e financeira da entidade. O princípio da veracidade, por sua vez, exige que as informações sejam transparentes e exatas, harmonizando-se com o princípio da prevalência da essência sobre a forma (SILVA, 2018).

A Contabilidade Tributária abarca um conjunto de funcionalidades, onde sua utilidade e relevância são incontestáveis. Uma das principais funcionalidades é o planejamento tributário, que, como assevera Silva (2019), consiste na ação estratégica de administrar o ônus tributário de forma apropriada, dentro dos limites da legalidade e da ética, visando à economia fiscal. Além disso, opera na identificação das obrigações fiscais e elaboração seus demonstrativos, com destaque para as declarações e obrigações acessórias. Também é responsável pela apuração dos tributos, abrangendo desde o cálculo dos impostos até o controle de créditos e débitos fiscais (SANTOS, 2017). A escrituração contábil e fiscal figura como atividade central, onde todos os eventos econômicos são registrados com cuidado, garantindo a conformidade com as normas contábeis e fiscais. O cálculo e a apuração dos tributos, por sua vez, são uma atividade de relevância incontestável, visando à correta quantificação dos tributos devidos (SANTOS, 2017). Diante disso, torna-se evidente que a expertise dos profissionais tributaristas dentro das

organizações será de grande importância para o cumprimento de todas as obrigações fiscais, tão quanto para elaboração de estratégias para impulsionar seu desenvolvimento.

2.3.2. Funções do Profissional Tributarista

As funções do profissional tributarista transcendem o mero cumprimento de obrigações fiscais, estendendo-se à gestão estratégica e ao assessoramento qualificado das organizações, alicerçando-se em fundamentos teóricos sólidos e na compreensão das funções que lhes são inerentes (RIZZARDO, 2016; ALMEIDA, 2018). Nesse contexto, suas funções abrangem, em primeiro plano, a atividade de assessoramento tributário, compreendida como a prestação de orientações e de análises das obrigações fiscais das organizações, visando ao estrito cumprimento da legislação tributária e à mitigação de riscos fiscais. Nesse ponto, Xavier (2014, p. 141) apresenta que "o contador tem um papel de destaque na assessoria tributária, sendo responsável por guiar a empresa na correta aplicação das normas tributárias, resguardando-a de contingências fiscais e limites existentes".

Em paralelo, a elaboração e a execução de planejamentos fiscais constituem atividade de relevância ímpar, pautada na identificação de oportunidades legais para a otimização da carga tributária das organizações. A interpretação das disposições legais e análise dos impactos fiscais decorrentes de diferentes estratégias são tarefas que permeiam o cotidiano do profissional tributarista (RIZZARDO, 2016).

A auditoria tributária é outra atribuição deste profissional. Essa atividade consiste na revisão sistemática das obrigações fiscais e dos procedimentos contábeis, com o intuito de verificar a adequação às normas tributárias e a identificação de eventuais erros ou omissões (ALMEIDA 2018). Conforme Almeida (2018), a auditoria tributária é instrumento crucial na verificação da conformidade fiscal, contribuindo para a transparência e para a regularidade fiscal das organizações.

Não por menos, a atuação no contencioso tributário, também designada como defesa fiscal, é outra dimensão das funções do profissional tributarista. Consiste na representação das organizações perante os órgãos fiscalizadores e judiciais, com o propósito de resguardar seus interesses e dirimir litígios fiscais. Rizzardo (2016) assume que a defesa fiscal requer profundo conhecimento das leis tributárias e

processuais, bem como habilidades argumentativas para sustentar teses jurídicas sólidas.

Por fim, além das atividades já mencionadas, o tributarista também é um profissional educacional no ambiente organizacional e empresarial. Em face de seus conhecimentos, este é encarregado de capacitar as equipes internas e disseminar o conhecimento tributário dentro das organizações, promovendo a ética e responsabilidade social e fiscal nos ambientes em que está envolvido (ALMEIDA, 2018).

2.3. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E A REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Crepaldi (2021) apresenta o Planejamento Tributário como uma prática fundamental para todos os contribuintes, envolvendo a execução de procedimentos conhecidos como métodos de economia fiscal. Seu propósito principal é viabilizar a criação de planos e cronogramas embasados em critérios técnicos, com o intuito de determinar a maneira mais eficaz de calcular e recolher os tributos e as contribuições. Essa abordagem faz parte da gestão fiscal e tributária e se baseia em oportunidades legais para reduzir a carga tributária, ao mesmo tempo em que cumpre integralmente a legislação, garantindo que contribuintes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, paguem os impostos devidos de forma justa, evitando riscos e despesas desnecessárias. Essa otimização pode ser alcançada por meio de diversos métodos, como a escolha de regimes tributários mais favoráveis, a utilização de deduções fiscais, a reorganização societária e a alocação estratégica de recursos (CREPALDI, 2021; CARVALHO, 2013).

Assim sendo, planejar um tributo é, basicamente, reconhecer todas as obrigações diretas tributárias que estão envolvidas com o fato gerador deste tão quanto é entender as possíveis alterações, manobras e mudanças que podem auxiliar em um menor pagamento (TEIXEIRA, 2010).

É responsabilidade dos contribuintes, sejam eles indivíduos ou empresas, buscar aconselhamento profissional e agir de maneira ética e em conformidade com a lei ao buscar maneiras de minimizar os seus encargos fiscais (MARTINS, 2013). Além disso, é importante notar que a legislação tributária está em constante evolução, com mudanças frequentes nas leis e regulamentos. Isso torna o

planejamento tributário uma disciplina dinâmica que exige atualização constante e adaptação às novas regras fiscais. Em última análise, a busca pela redução da carga tributária é uma preocupação legítima para indivíduos e empresas, mas deve ser realizada de maneira ética e em conformidade com a lei. O planejamento tributário, quando realizado de forma transparente e respeitando os princípios legais, pode ser ferramenta valiosa para garantir que os contribuintes não paguem mais impostos do que o devido, ao mesmo tempo em que contribuem para o funcionamento adequado do sistema fiscal e prestação de serviços públicos essenciais à sociedade (HARADA, 2014).

Em uma sociedade onde o pagamento de tributos é uma realidade inescapável, a questão de como reduzir a carga tributária torna-se preocupação. O planejamento tributário, nesse contexto, emerge como uma estratégia legal e legítima para minimizar o ônus fiscal, utilizando as brechas e oportunidades proporcionadas pelo sistema tributário. No entanto, é essencial diferenciar a redução de impostos através do planejamento tributário da elisão e evasão fiscal, bem como das imunidades e isenções fiscais, a compreender o panorama completo e as implicações éticas e legais envolvidas (MACHADO, 2007).

2.4.1. Elisão e Evasão fiscal

A elisão e a evasão fiscal são conceitos intrinsecamente ligados ao universo tributário, revestidos de complexidade e profundidade que demandam análises rigorosas e precisas. A elisão fiscal ou planejamento fiscal lícito é a prática de utilizar estratégias e mecanismos legítimos que são concedidos ao contribuinte, disponíveis para a redução ou postergação da carga tributária. Também pode ser visto como a possibilidade de diferimento de obrigações fiscais, visando à economia através de alternativas lícitas (COSTA, 2014).

Fabretti (2012, p. 9) afirma que “o Planejamento Tributário preventivo (antes da ocorrência do fator gerador do tributo) produz a elisão fiscal, ou seja, a redução da carga tributária, dentro da legalidade.”

A evasão fiscal, em contrapartida, constitui prática ilegal, caracterizada pela sonegação de tributos mediante atos fraudulentos ou omisssão de informações. Ela configura um desvio da legalidade e da moralidade, onde o contribuinte busca, por meio de formas ilícitas, evitar o pagamento dos tributos devidos. Ao contrário da

elisão, a evasão ocorre à margem da lei, muitas vezes mediante a criação de empresas fictícias, a manipulação de documentos ou a ocultação de receitas. Consoante a isto, Alexandre (2014), define a evasão fiscal como uma conduta ilícita que o contribuinte, geralmente após a ocorrência do evento que desencadeia a obrigação tributária, realiza ações com o objetivo de impedir que a autoridade fiscal tome conhecimento do surgimento da obrigação tributária. Nesse cenário, o fato gerador ocorre, mas o contribuinte o oculta das autoridades fiscais, com a intenção de evitar o pagamento dos impostos devidos. (ALEXANDRE, 2014).

2.4.2. Imunidades e Isenções

A busca pela redução da carga tributária também pode envolver as imunidades e isenções fiscais. A imunidade fiscal é a ausência de tributação, segundo Bastos (2013), podem ser definidas como limitações constitucionais ao poder de tributar, que não atuam no campo das hipóteses de incidência e que desoneram determinadas entidades, bens ou serviços do pagamento de tributos. Essas normas, inseridas na Constituição Federal, estabelecem situações específicas em que o Estado está impedido de tributar, independentemente das circunstâncias fáticas. São prerrogativas concedidas para preservar bens e interesses tidos como fundamentais para a sociedade, cuja tributação poderia prejudicar o exercício dessas atividades ou a realização desses objetivos. Por exemplo, as entidades religiosas são imunes ao pagamento de impostos sobre patrimônio, renda e também serviços relacionados com suas atividades essenciais (BASTOS, 2013; CORREA, 2009).

Por outro lado, as isenções fiscais são benefícios fiscais concedidos por lei, que têm por escopo estimular determinadas atividades, setores econômicos ou regiões, mediante suspensão ou redução da carga tributária. (CARRAZA 2009) .

Diferentemente das imunidades, as isenções são criadas por normas infraconstitucionais, ou seja, por leis ordinárias, estaduais ou municipais, e não pela Constituição Federal. As isenções tributárias são, logo, instrumentos de política fiscal que visam fornecer o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente, a cultura, o esporte, entre outros objetivos. O legislador, por meio dessas medidas, concede benefícios fiscais a determinados setores da economia ou atividades que se enquadram nos critérios previstos em lei (SABBAG, 2015).

3. METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentado os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa aplicada. Segundo Gil (2010), refere-se a um tipo de pesquisa científica que tem como objetivo gerar conhecimento que possa ser aplicado diretamente na solução de problemas ou no desenvolvimento de um objeto ou área. Ao contrário da pesquisa teórica, que busca expandir o conhecimento em determinado campo, a pesquisa aplicada concentra-se em resolver questões práticas e produzir resultados tangíveis, utilizando vertentes qualitativas, quantitativas e mistas, considerando o ambiente social ou o ambiente institucional.

Para Lakatos; Marconi (2011), ela se baseia em conhecimentos e teorias existentes, mas seu foco principal está na aplicação desses conhecimentos para resolver possíveis problemas específicos e produzir inovações práticas. Assim sendo, pode ser utilizada à realização e validação de testes, tal como o objetivo central desta pesquisa, que é realizar uma avaliação acerca das percepções dos profissionais de contabilidade e, em tempo, estabelecer os nexos com o Direito Tributário.

Quanto aos objetivos da pesquisa, a forma utilizada foi a descritiva, que segundo Gil (2017, p. 26) tem como objetivo: A descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nesta categoria.

O procedimento de coleta de dados foi feito por meio de um levantamento. Para Gil (2017) esse tipo de procedimento é marcado pela abordagem direta das pessoas cujo comportamento se deseja entender. Posteriormente, por meio de uma abordagem quantitativa, são obtidas conclusões com base nos dados coletados.

3.2. PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Esta pesquisa envolve uma série de etapas para garantir a obtenção de informações precisas e confiáveis, para isso, como instrumento de coleta de dados foi desenvolvido um questionário e submetido ao Comitê de Ética da UNIESP, sendo, assim, aprovado na data 24/11/2023, sob o parecer n° 6.529.723, para ser realizado por meio da plataforma *Google Forms*. Foi distribuído o link em grupos de profissionais de contabilidade no Whatsapp.

O questionário contém 17 perguntas, divididas em duas partes:

- A primeira composta por 5 perguntas sobre o perfil dos respondentes e
- A segunda composta por 12 perguntas sobre o tema elaboradas pela autora a partir da Escala Likert (1-5).

A amostra foi composta por 53 participantes, divididos entre contadores e profissionais que atuam na área fiscal/tributária, situados na cidade de João Pessoa-PB. Não são determinados filtros prévios de seleção de idade, tempo de profissão ou formação, sendo estas informações colhidas durante sua aplicação (por meio das respostas dos participantes). Os resultados foram colhidos e organizados para desenvolvimento das análises e considerações finais.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. PERFIL DOS RESPONDENTES

Inicialmente, foram feitas perguntas sobre o perfil dos participantes que se dispuseram a responder o questionário, explorando suas características pessoais. Ao analisar o Quadro 02, observa-se que a maioria expressiva está na faixa etária de 31 a 40 anos, abrangendo 39,6% dos entrevistados. Os demais participantes estão distribuídos nas faixas de 26 a 30 anos, representando 22,6%, e nas faixas de 18 a 25 anos e acima de 40 anos, ambas com uma proporção de 18,9%.

Faixa etária	
Opções	**%**
18 a 25 anos	18,9%
26 a 30 anos	22,6%
31 a 40 anos	39,6%
Mais de 40 anos	18,9%

Quadro 02 – Faixa etária dos respondentes
Fonte: dados da pesquisa (2023).

O questionário foi disponibilizado para pessoas de ambos os sexos. Observa-se, no Quadro 03, que a maioria dos participantes são homens, totalizando 54,7%, enquanto as mulheres constituem 45,3%. Não houve menção de outros gêneros.

Gênero	
Opções	**%**
Masculino	54,7%
Feminino	45,3%

Quadro 03 – Gênero dos respondentes
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Partindo para as perguntas relacionadas a área profissional, primeiramente foi questionado sobre a formação acadêmica, onde 43,4% dos participantes possuem pós-graduação, 41,5% já finalizaram o ensino superior, 11,3% não concluíram ou ainda estão em processo de conclusão do ensino superior, e 3,8% têm mestrado ou doutorado.

Foi perguntado também sobre o âmbito de atuação, a maioria é de contadores, representando 62,2%, o restante, totalizando 28,3%, desempenham funções como auxiliares, assistentes ou analistas fiscais, e 3,8% são servidores

públicos. Foram relatadas outras áreas de atuação, como auditor interno, supervisor do departamento fiscal e analista financeiro, representando 5,7%.

Por último, questionou-se o tempo de experiência, constatou-se que 37,7% dos participantes têm entre 5 e 10 anos de experiência no mercado contábil, 24,5% têm mais de 10 anos de atuação na área, 24,5% possuem entre 2 e 5 anos e 13,3% tem entre 1 e 2 anos, conforme os dados apresentados no Quadro 04.

Formação Acadêmica		**Aréa de atuação**		**Tempo de atuação**	
Opções	**%**	**Opções**	**%**	**Opções**	**%**
Ensino superior incompleto	11,3%	Auxiliar/assistente/ analista fiscal	28,3%	Entre 1 e 2 anos	13,3%
Ensino superior completo	41,5%	Contador	62,2%	Entre 2 e 5 anos	24,5%
Pós-graduação	43,4%	Servidor Público	3,8%	Entre 5 e 10 anos	37,7%
Mestrado/Doutorado	3,8%	Outro	5,7%	Mais de 10 anos	24,5%

Quadro 04 – Perfil dos respondentes
Fonte: dados da pesquisa (2023).

4.2. A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS ACERCA DO ASSUNTO

Na segunda parte do questionário foram feitas perguntas específicas sobre o assunto, visando responder o objetivo geral deste trabalho. A seguir, são demonstrados os resultados e análises das afirmações que foram formuladas e apresentadas aos participantes.

Ao observar o Gráfico 01, constata-se que a maioria concorda que sem o entendimento em Direito Tributário a Contabilidade não funciona por completo. Precisamente, 66% concorda totalmente, enquanto 20,8% concorda parcialmente. Além disso, 9,4% dos respondentes discordam parcialmente e 3,8% discorda completamente.

Tal visão é entendida como uma percepção positiva dos respondentes a respeito da relação do Direito Tributário com a Contabilidade, ainda, deixando claro que é essencial e altamente benéfico para o exercício da profissão contábil.

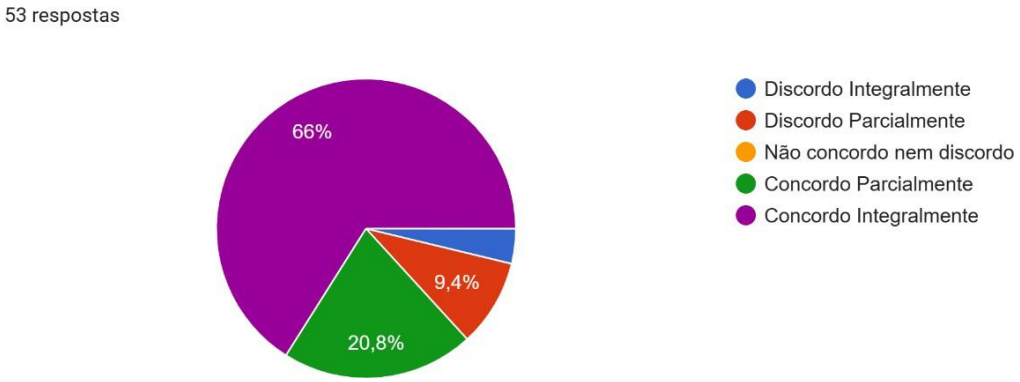


Gráfico 01 – Sem o entendimento/conhecimento em Direito Tributário, a contabilidade não funciona completamente.
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Conforme apresentado no Gráfico 02, nota-se que a maior parte dos respondentes concordam com a afirmação de que os principais obstáculos na integração do Direito Tributário são a falta de conhecimento e as frequentes alterações na legislação tributária, sendo 62,3% concordam completamente, 24,5% concordam parcialmente, 7,5% discordam parcialmente e 5,7% responderam que não concordam nem discordam.

Com isso, verifica-se que a maior parte sente dificuldade na compreensão e aplicação do Direito Tributário, especialmente devido às constantes mudanças da legislação, enquanto uma minoria consegue lidar com facilidade à essas alterações.

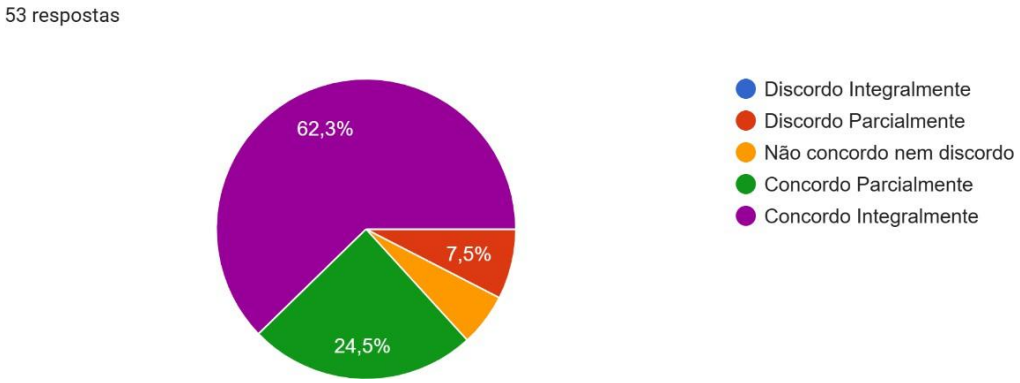


Gráfico 02 – Os principais desafios na integração do Direito Tributário com a Contabilidade incluem a falta de conhecimento e as constantes mudanças da legislação tributária.
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Ao afirmar que a função do profissional contábil está voltada diretamente à apuração de impostos e ao cumprimento de obrigações fiscais, observou-se que 35,8% concordam parcialmente, já 34%, dos respondentes, discordam integralmente e 18,9% discordaram parcialmente. O restante, composto por 7,5% concordam integralmente e 3,8% não concordam nem discordam, conforme demonstrado no gráfico 03.

Com base nos dados obtidos, constata-se uma divergência nas respostas apresentadas, porém a maior parte dos respondentes discordou, afirmando então que o trabalho do profissional contábil vai muito além disso, conforme mencionado no referencial teórico.

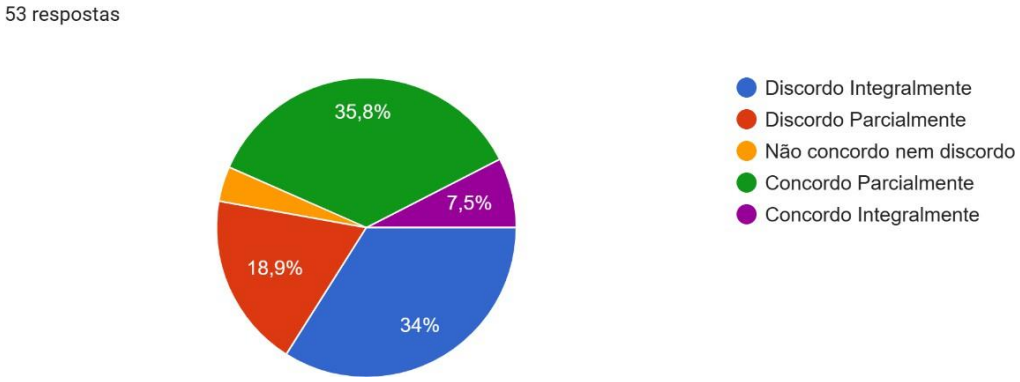


Gráfico 03 – O trabalho do profissional contábil está voltado diretamente para apuração dos tributos e realização das obrigações tributárias.
Fonte: dados da pesquisa (2023).

De acordo com a representação no Gráfico 04, observou-se que 43,4% dos participantes concordam parcialmente, e 30,2% concordam integralmente que a principal motivação dos contribuintes ao procurar ajuda profissional está relacionada à redução de impostos. Por outro lado, 17% discordam parcialmente, os 5,6% restantes não têm uma opinião clara, não concordando nem discordando com essa afirmação e 3,8% discordam integralmente

Nota-se então que alguns profissionais são procurados com frequência para encontrar estratégias de redução de impostos, enquanto outros são procurados por diferentes razões, que podem incluir serviços de consultoria contábil, o cumprimento de obrigações fiscais ou a prestação de acompanhamento mensal para as empresas.

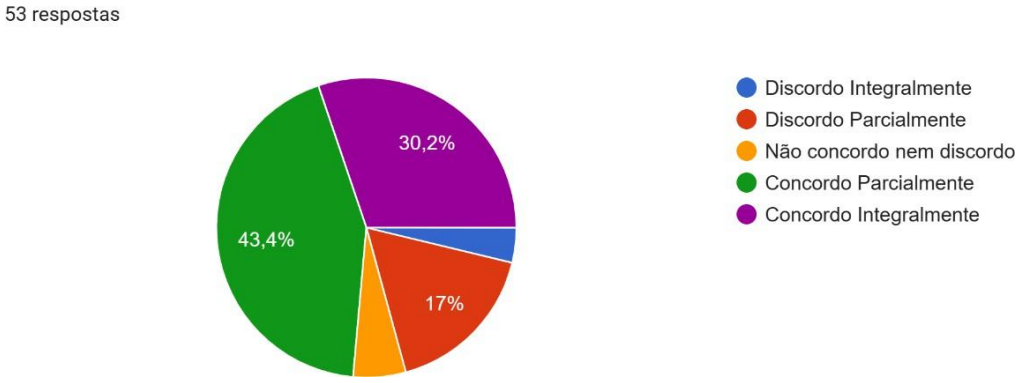


Gráfico 04 – A principal razão pela qual as empresas buscam profissionais da contabilidade em questões tributárias é a economia de impostos.
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Analisando a afirmação apresentada no Gráfico 05, verificou-se que 39,6% dos respondentes concordam parcialmente e 13,2% concordam integralmente que a busca pela redução de impostos pode afetar o cumprimento das obrigações fiscais, enquanto isso, 20,8% discordam parcialmente, 18,9% não concorda nem discorda, 7,5% discordam integralmente.

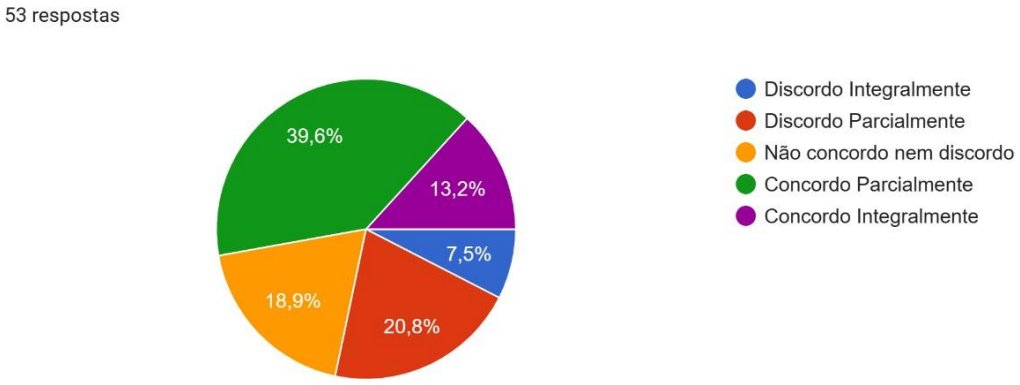


Gráfico 05 – A busca dos contribuintes pela redução de impostos sempre coloca em risco o cumprimento das obrigações fiscais.
Fonte: dados da pesquisa (2023)

O Gráfico 06 também traz em sua maioria a concordância, sendo 47,2% concordaram integralmente e 32,1% concordaram parcialmente e apenas 13,2% discordaram parcialmente.

Dessa maneira, nota-se que as respostas dos respondentes corroboram e seguem o mesmo padrão da pergunta anterior, demonstrando suas visões de que os contribuintes que não buscarem profissionais capacitados em questões tributárias,

poderão cometer a evasão fiscal e também não cumprir com as obrigações fiscais, podendo ocasionar penalidades.

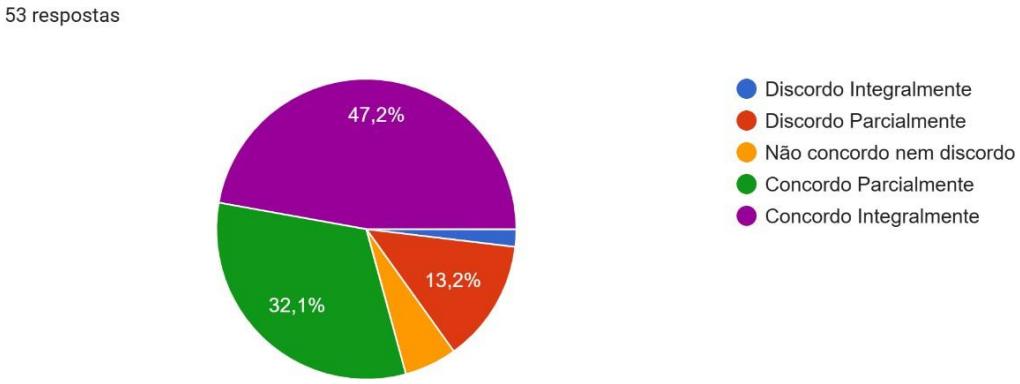


Gráfico 06 – Contribuintes que optam por não buscar orientação de profissionais tributários cometem a evasão fiscal.
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Com relação a afirmação do Gráfico 07, observou-se que 84,9% dos respondentes concordam integralmente e 9,4% concordam parcialmente que utilizar do conhecimento em Direito Tributário para redução da carga fiscal pode promover o crescimento das empresas. Uma pequena minoria, composta por 3,8% não concorda nem discorda e 1,9% discorda integralmente.

A partir dessas observações, é possível notar que os participantes reconhecem que a diminuição de impostos, quando realizada legalmente, tem o potencial de impulsionar o crescimento econômico das empresas, resultando em um aumento dos lucros.

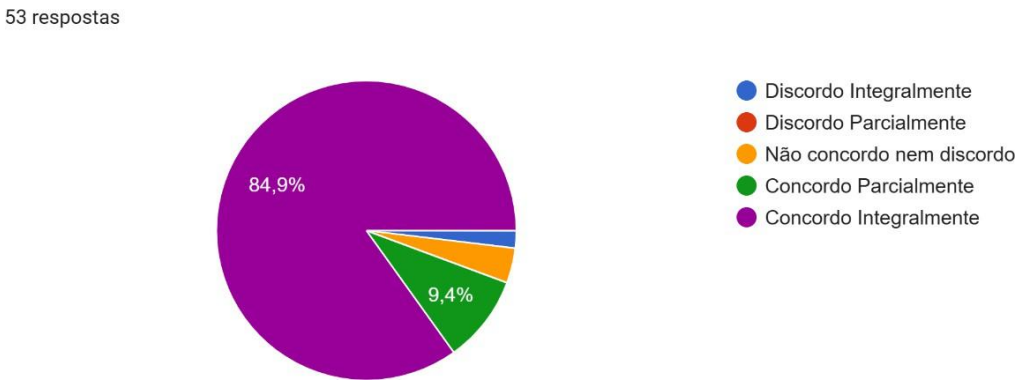


Gráfico 07 – A redução da carga tributária de forma lícita, utilizando do conhecimento em Direito Tributário, pode promover o crescimento econômico e a competitividade das empresas**.**
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Conforme exposto no Gráfico 08, os entrevistados concordam que para realização de um planejamento tributário, os profissionais tributaristas precisam estar constantemente atualizados sobre a legislação tributária, sendo 92,5% concordam integralmente e 7,5% concordam parcialmente.

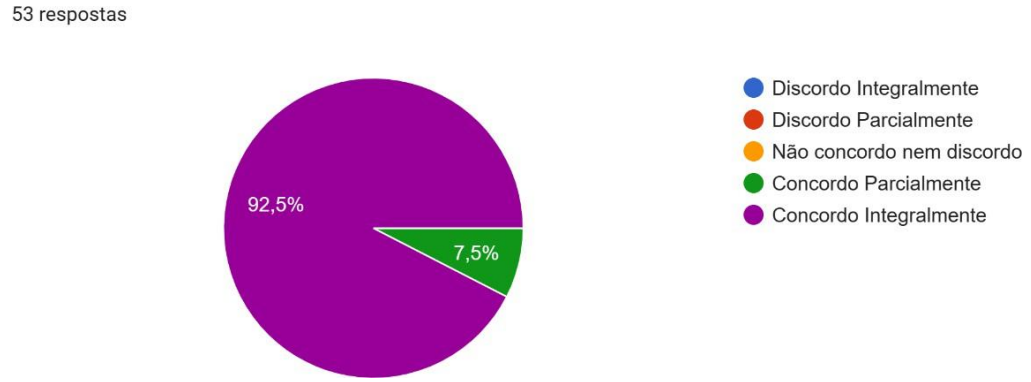


Gráfico 08 – Para realização de um planejamento tributário, os profissionais tributaristas precisam estar constantemente atualizados sobre a legislação tributária.
Fonte: dados da pesquisa (2023).

No Gráfico 09, foi apresentado que apenas o conhecimento básico sobre Direito Tributário e da legislação é suficiente para elaboração de um planejamento tributário eficaz. Nesse ponto, foi observado que 34% discordaram integralmente, 28,3% discordaram parcialmente, enquanto 24,5% concorda parcialmente com afirmação, 9,4% concordam integralmente e apenas 3,8% não concorda nem discorda.

Diante das respostas dos entrevistados, nota-se que uma parte acredita que é necessário um conhecimento aprofundado da legislação, enquanto outros conseguem elaborar e desenvolver planejamentos tributários apenas com o conhecimento básico.

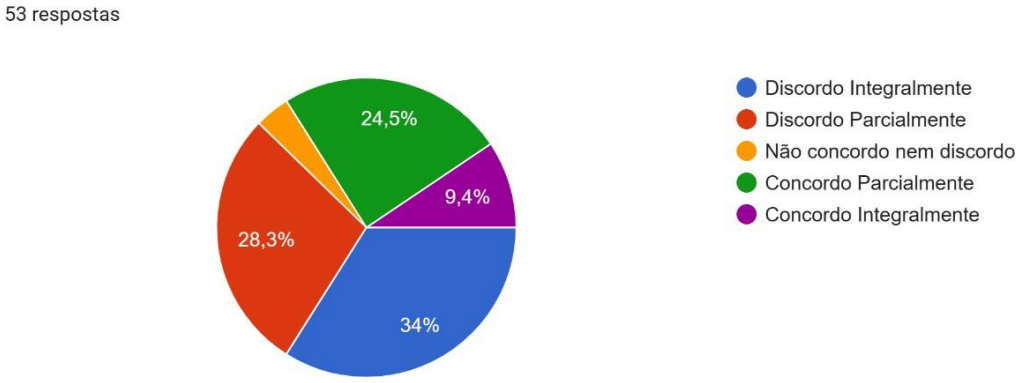


Gráfico 09 – O conhecimento básico sobre Direito Tributário e da legislação é suficiente para elaboração de um planejamento tributário eficaz.
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Para concluir o questionário, as três últimas perguntas são fundamentais para obter um resultado final da perspectiva dos profissionais de contabilidade sobre o assunto. No Gráfico 10, questiona-se a frequência com que eles se mantêm atualizados sobre as constantes mudanças na legislação. Observa-se que 50,9% dos respondentes buscam manter-se informados frequentemente e 22,6% com muita frequência, enquanto 17% o fazem ocasionalmente e 9,4% raramente.

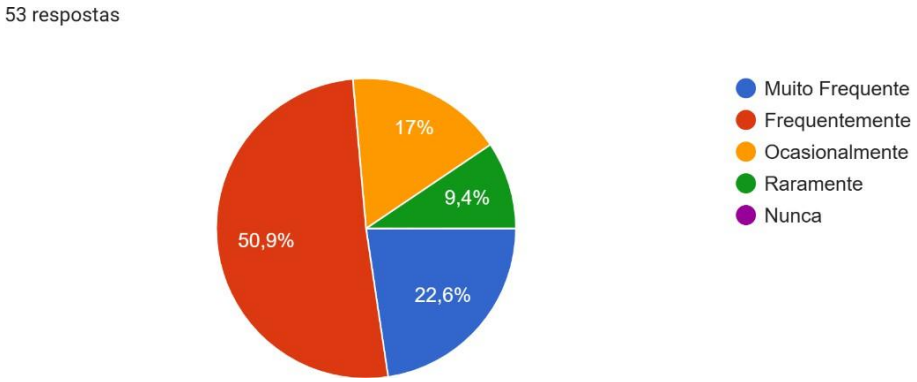


Gráfico 10 – Com que frequência você se mantém atualizado sobre as mudanças das leis tributárias?
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Na questão seguinte, que se refere à frequência com que os entrevistados implementam o planejamento tributário para reduzir a carga fiscal, 45,3% dos respondentes indicam que o fazem frequentemente, 30,2% o aplicam ocasionalmente, 13,2% com muita frequência e uma minoria, composta por 7,5% raramente e 3,8% nunca, conforme mostra o Gráfico 11. Isso evidencia que o planejamento tributário é uma prática cotidiana na rotina dos profissionais contábeis.

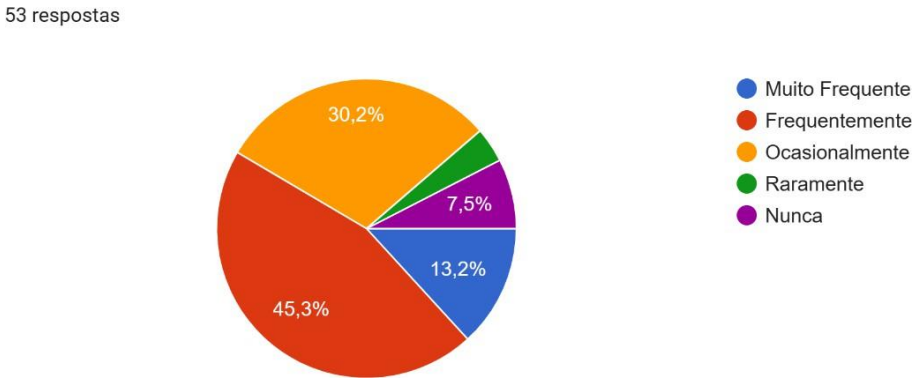


Gráfico 11 – Com que frequência você realiza o planejamento tributário para otimizar a carga fiscal das empresas?
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Por fim, conforme apresentado no Gráfico 12, foram questionados sobre a frequência com que procuram cursos e treinamentos para aprimorar suas habilidades e trazer novas estratégias de redução de impostos para seus clientes, a grande maioria, composta por 32,1% dos respondentes afirmaram que procuram frequentemente, 28,3% raramente, 26,4% ocasionalmente, 7,5% com bastante frequência e 5,7% nunca.

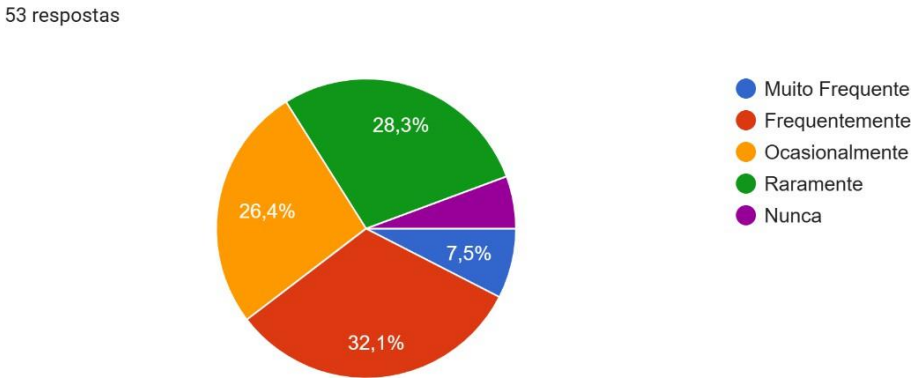


Gráfico 12 – Com que frequência você participa de treinamentos e cursos para trazer as mais recentes estratégias de redução de impostos para seus clientes?
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Nesse contexto, é evidente que, embora reconheçam a importância da atualização constante para criar planejamentos tributários eficazes, uma parte dos respondentes não buscam aperfeiçoamento e cursos. Isso pode ser atribuído à rotina agitada e à elevada demanda de trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar a percepção dos profissionais contábeis sobre a relação do Direito Tributário com a Contabilidade para redução da carga tributária. Por meio dos dados coletados, foi possível obter informações importantes para a análise, as perguntas aplicadas através de um questionário, foram designadas especificamente para contadores e profissionais da área tributária.

A princípio, vale ressaltar que grande parte dos participantes da pesquisa já concluiu a formação acadêmica e possui alguma especialização, o que demonstra notável experiência e longevitude na área de atuação.

No decorrer da pesquisa, verificou-se uma visão positiva dos respondentes sobre a relação do Direito Tributário com a Contabilidade, pode-se notar que os profissionais consideram o conhecimeno e o estudo em Direito Tributário de grande importância para a contabilidade, porém sentem dificuldade na sua implementação devido as constantes mudanças e a complexidade das leis, o que pode ser um impasse na hora de sua aplicação.

Pode-se observar também que um dos principais motivos que os contribuintes procuram ajuda na área tributária é na redução de impostos, o que demanda um papel crucial ao contador na orientação adequada para o cliente, visando a economia, porém sempre em conformidade com a lei. Destaca-se também a importância de sempre procurar ajuda de um profissional na tomada de decisões relevantes para evitar o descrumprimento das obrigações acessórias e também para não cometer a evasão fiscal.

Na análise dos dados coletados, foi possível analisar um pouco da rotina desses profissinais no âmbito de suas atuações e notou-se que a constante atualização das leis tributárias e a realização de planejamento tributário faz parte do dia a dia dos contadores e profissionais da área fiscal, porém, de forma aparentemente contraditória, uma porcentagem consideravél revelou que procura raramente ou nunca treinamentos e cursos para trazer recentes estratégias de redução de impostos para seus clientes, o que pode ensejar um estudo futuro sobre essa divergência.

O presente trabalho buscou contribuir para a discussão sobre a relação dessas duas ciências e também para demonstrar a importância de utilizar o Direito Tributário como aliado no cotidiano da profissão contábil. Ao concluir esta pesquisa,

verificou-se que o objetivo foi atingido ao apresentar sucintamente a percepção dos profissionais sobre o tema. No entanto, é válido ressaltar que podem surgir outras questões não abordadas, o que abre espaço para pesquisas futuras para aplicar o mesmo estudo com profissionais de outras regiões, a fim de analisar se há distintas percepções acerca do objeto estudado.

REFERÊNCIAS

1. ACN. Agência Câmara de Notícias. **Câmara aprova reforma tributária em dois turnos:** texto vai ao Senado. Agência de Notícias: Economia, Brasília, 2023. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/noticias/978334-camara-aprova-reforma-tributaria-em-dois-turnos-texto-vai-ao-senado/>. Acesso em: 15 set. 2023.

2. ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado.** 8ª ed. São Paulo: Editora Método, 2014.

3. ALMEIDA, C. A. **Auditoria Tributária:** uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2018.

4. AMARAL, Gilberto Luiz do; OLENIKE, João Eloi; AMARAL, Letícia Mary Fernandes do; YAZBEK, Cristiano Lisboa; STEINBRUCH, Fernando. **Quantidade de Normas Editadas no Brasil:** 33 Anos da Constituição Federal de 1988**.** IBPT, 2021. Disponível em: https://ibpt.com.br/estudo-do-ibpt-quantidade-de-normas-editadas-no-brasil-desde-1988/#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20dia%2005%2C%20a,7%20milh%C3%B5es%20de%20normas%20brasileiras. Acesso em: 30 ago. 2023.

5. AMORIM, M. P. **Desvendando a Contabilidade**. 1º ed. Patrícia Amorim. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC: Departamento de Administração, 2007.

6. BALTHAZAR, C. H. M. **História do Tributo no Brasil**. 2º ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2013.

7. BASTOS, R. Q. **Elisão e Evasão Fiscal:** os limites do planejamento tributário**.** São Paulo: Jurispvim, 2013.

8. BRASIL. **Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral.** 2022. Disponível em:https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/carga-tributaria-do-governo-geral/ 2021/114. Acesso em: 02 set. 2023.

9. CALIENDO, Paulo. **Curso de Direito Tributário**. 2º edição. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 16.

10. CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário.** 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

11. CARVALHO, P. B. **Curso de Direito Tributário**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

12. COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro.** 5º. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

13. COHEN, S. A. **Breve história do tributo na civilização ocidental:** da pilhagem à legalidade**.** Meritum, v. 10, n. 2, p. 293-329 – jul./dez. 2015.

14. CORREIA NETO, Celso de Barros. **Sistema Tributário Nacional**. 2019. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Disponível em:< https://www2. camara. leg. br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/fiquePorDentro/temas/sistema-tributario-nacional-jun-2019/Textobase1. pdf>. Acesso em: 09 out. 2023.

15. CORREA, W. B. **Curso de Direito Tributário**.11ª ed. São Paulo: Saraiva. 2009.

16. COSTA, Regina Helena. **Curso de Direito Tributário:** Constituição e Código Tributário Nacional**.** 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

17. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Planejamento Tributário:** teoria e prática**.** Saraiva Educação SA, 2021.

18. FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

19. FAGUNDES, Giuliano Martelli. **Contabilidade e sua correlação com o Direito Tributário:** um diferencial para o profissional contábil, 2019. Disponível em:https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2020/03/Ci%C3%AAncias-Cont%C3%A1beis-e-sua-correla%C3%A7%C3%A3o-com-o-Direito-Tribut%C3%A1rio.pdf. Acesso em 16 de set. 2023.

20. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

21. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

22. HARADA, K. **Direito Financeiro e Tributário**. 23ª ed. São Paulo: Atlas. 2014.

23. IUDÍCIBUS, S. **Manual de Contabilidade Tributária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

24. MACHADO, H. B. **Curso de Direito Tributário**. 28º ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

25. MACHADO, H. B. **Curso de Direito Tributário.** 37º ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

26. MACHADO, H. B. **Manual de Direito Tributário**. 10º ed. São Paulo: Atlas, 2018.

27. MARCONI, M. A., & LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2011.

28. MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2012.

29. MARTINS, E. **Manual de contabilidade tributária**. São Paulo: Atlas, 2010.

30. MARTINS, I. G. S. **Curso de Direito Tributário**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

31. OLIVEIRA, A. F.; ROCHA, M. A. **Planejamento tributário:** uma abordagem empresarial. São Paulo: Atlas, 2013.

32. POHLMANN, Marcelo Coletto. **Contabilidade tributária.** IESDE BRASIL SA, 2012.

33. RIZZARDO, A. **Defesa Fiscal e o Contencioso Administrativo e Judicial**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

34. SABBAG, E. **Manual do Direito Tributário**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

35. SAKURAI, R. H. **Planejamento tributário empresarial:** estratégias de economia **fiscal.** São Paulo: Saraiva, 2019.

36. SANTOS, P. R. **Tributos e Rentabilidade: a Influência da carga tributária na lucratividade das empresas.** Editora Cortez, 2017.

37. SILVA, J.; MOTTA, R. S. **Planejamento tributário:** teoria e prática**.** São Paulo: Atlas, 2018.

38. SILVA, J. A. A. S. **Planejamento tributário:** teoria e prática**.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

39. SILVA, J. C. **Tributação e rentabilidade:** estratégias para uma gestão tributária eficiente**.** São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

40. TEIXEIRA, G. **Manual de direito fiscal**. 2º ed. Imprenta: Coimbra, Almedina, 2010.

41. XAVIER, A. **Manual de Direito Tributário Internacional do Brasil**. 4º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

A INFLUÊNCIA DO CONTROLE INTERNO NA EFETIVAÇÃO DA GOVERNANÇA DO MUNICÍPIO DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO/PB

Aliny Cibely Cunha da Silva Farias[3]
Tatiana Falcão de Souza Fernandes[4]

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a influência do Controle Interno na efetivação da Governança do município. No que se refere a metodologia adotada, essa permitiu o acesso e estruturação das informações necessárias, por meio de uma pesquisa descritiva de natureza quanti-qualitativa, do tipo documental, contemplando a identificação das ações de controle interno que foram implementadas com vistas ao cumprimento das normas legais da administração pública municipal na direção do atendimento aos princípios da boa governança. Os resultados encontrados evidenciam a relevância do controle interno ao identificar inicialmente déficits financeiros que diante dos ajustes estratégicos e a aplicação de medidas de controle contribuíram para a reversão desse cenário, evidenciando uma mudança na dinâmica das finanças municipais ocasionadas por práticas de controle interno mais efetivas, como revisão de gastos, aprimoramento na gestão de receitas e despesas, além de políticas de controle mais rigorosas. Para além da constatação do aprimoramento de instrumentos de gestão e ampliação da participação da população através da implantação da ouvidoria. As Considerações finais desse estudo demonstram que a relação direta entre os resultados financeiros e a eficácia do controle interno e da governança torna-se evidente, onde a capacidade de identificar, corrigir e prevenir desequilíbrios financeiros se mostrou vital para a saúde econômica do município. A implementação de medidas proativas, a revisão de gastos e a transparência na gestão foram determinantes para alcançar resultados satisfatórios identificados no estudo.

Palavras-chave: Governança Pública; Controle Interno; Contabilidade Pública.

ABSTRACT:

The general objective of this study is to analyze the influence of Internal Control on the implementation of the municipality's Governance. Regarding the methodology adopted, it allowed access and structuring of the necessary information, through quantitative-qualitative research, of a descriptive and documentary type, including the identification of internal control actions that were implemented with a view to

[3]Graduanda do Curso de Ciências Contábeis pela UNIESP Centro Universitário, E-mail: alinycunhapovao@gmail.com

[4]Professora Orientadora, Graduada em Ciências Contábeis pelo Uniesp Centro Universitário, Mestrado em Ciência da Informação pela UFPB, Especialização em Avaliação Econômica Financeira Empresarial pelo UNIESP, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira E-mail: tatianafalc@iesp.edu.br- Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/1269031824099886

complying with legal standards. municipal public administration towards compliance with the principles of good governance. The results found highlight the relevance of internal control by initially identifying financial deficits that, in the face of strategic adjustments and the application of control measures, contributed to the reversal of this scenario, highlighting a change in the dynamics of municipal finances caused by more effective internal control practices, such as reviewing expenses, improving revenue and expense management, as well as more rigorous control policies. In addition to the improvement of management instruments and expansion of population participation through the implementation of the ombudsman's office. The Final Considerations of this study demonstrate that the direct relationship between financial results and the effectiveness of internal control and governance becomes evident, where the ability to identify, correct and prevent financial imbalances proved to be vital for the economic health of the municipality. The implementation of proactive measures, review of expenses and transparency in management were decisive in achieving satisfactory results identified in the study.

Keywords: Public Governance; Internal control; Public Accounting.

1. INTRODUÇÃO

No momento atual do Brasil marcado pela busca de retomada do crescimento econômico e diminuição do desemprego, com a presença de mais de 20 milhões de habitantes com fome e acentuada[4] diminuição no Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que se constitui como a principal fonte de receita para os Governos Municipais, não são poucos os desafios enfrentados pelos municípios para implementar políticas públicas com eficiência, eficácia e efetividade capazes de atender as reais necessidades da população.

Administrar os escassos recursos financeiros, conferir agilidade no excesso de burocracia e implementar ferramentas de gestão para balizar importantes decisões que se apresentam cotidianamente, são aspectos inerentes ao necessário exercício da governança que se caracteriza como um "conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade". (BRASIL, 2017, Art. 2) e se apresenta como premissa essencial para superação de muitos dos desafios postos.

É, portanto, a governança pública uma tarefa do gestor municipal essencial para oferta de serviços de forma transparente e participativa com foco no interesse da população, e o controle interno, nesse escopo, se apresenta como uma das principais ferramentas para identificação de possíveis riscos durante a execução dessas políticas, realizando gestão sobre os mesmos, no sentido de identificá-los durante o processo de planejamento, tratá-los no decorrer da implementação e mediante um processo de monitoramento garantir respostas efetivas de modo que os objetivos previstos sejam alcançados.

Responsabilidade do Gestor Municipal, no caso das prefeituras, o Controle Interno com definição na Instrução Normativa TCU 63/2010 é o conjunto de atividades, planos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade das ações e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados, logo se efetivamente realizado, protege o patrimônio público e evita, dentre outros danos à administração, eventuais desvios, o

[4]Fundação Getulio Vargas. Pesquisa realizada em maio de 2022, intitulada Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais. Acesso em 07/11/2023 <https://portal.fgv.br/noticias/brasil-atinge-novo-recorde-brasileiros-sem-condicoes-se-alimentar-mostra-pesquisa>

desperdício e a ocorrência de fraudes. Nesse sentido, destaca-se o papel da contabilidade aplicada à gestão pública confome afirma Castro, 2011, p. 317 *apud* Lima, 2012 pag. 22 [que] a origem do controle interno no Brasil, em 1914, era contábil, em função da necessidade de implantação de técnicas de contabilidade na área pública com certo nível de padronização de registro, orientação metodológica e controle dos atos de gestão em todos os níveis.

De acordo com Silva (2007) os últimos anos, uma enxurrada de denúncias, fraudes, licitações viciadas, corrupção, advocacia administrativa etc., revela a importância do sistema de controle da qual a contabilidade é um vetor importante, seja pela análise e registro dos fatos administrativos primários ou pela relevância das informações produzidas e relatadas por intermédio das Demonstrações Contábeis e dos relatórios específicos.

A contabilidade, portanto, promove monitoramento, previne perdas financeiras e é peça importante para o cumprimento das finalidades do controle interno.

Importante ressaltar que considerando os componentes que definem as boas práticas de governança, dentre eles a liderança, a estratégia e o controle, a ausência ou ineficiência do Controle Interno pode impactar diretamente nos processos de organização e direção, uma vez que o não estabelecimento de sistemas de gestão de riscos, planejamento, método e indicadores, provavelmente incorrerão na desconformidade de ações e no impedimento do alcance de objetivos e metas, para além do baixo empenho organizacional, consequentemente a ineficiência na execução de políticas públicas e a desproteção social da população.

O presente estudo foi desenvolvido no município de Cruz do Espírito Santo/PB com vistas a identificar as ações realizadas pela atual gestão na perspectiva do aprimoramento do Controle Interno e as influências nos processos de governança.

Com o aprofundamento do tema houve a possibilidade de relizar um registro organizado em trabalho científico das ações implementadas na direção da melhoria da qualidade de vida da população que é ponto central das políticas públicas. Sem a pretenção de fazer um comparativo com gestões anteriores, o presente estudo se faz necessário para lançar luz sobre os resultados da governança implementados, com foco no Controle Interno, bem como sobre aspectos que precisam avançar, para além de se constituir como um instrumento de avaliação que poderá ser utilizado pela gestão municipal.

Portanto, o presente trabalho busca explorar: **“como se dá a influência do Controle Interno na efetivação da Governança do município?”**.

O objetivo geral deste estudo é analisar a influência do Controle Interno na efetivação da Governança do município e para tanto, se propõe identificar de forma específica quais ações de controle interno foram implementadas com vistas ao cumprimento das normas legais da administração pública municipal na direção do atendimento aos princípios da boa governança, descrever os resultados da aplicação do controle interno, bem como constatar os impactos na efetivação das estratégias adotadas. No que se refere a metodologia adotada, essa permitiu o acesso e estruturação das informações necessárias ao desenvolvimento do referido estudo, para tanto, foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa, do tipo descritiva e documental.

A respeito da estrutura, são apresentadas nos seguintes tópicos: introdução, fundamentação teórica, metodologia, resultados e discussão, considerações finais e referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Tribunal de Contas da União – TCU, lançou em 2014 um Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, cuja apresentação dialoga com diversos autores ao afimar que:

> O Brasil enfrenta uma série de desafios para alcançar o tão almejado desenvolvimento nacional, conjugando crescimento econômico com qualidade de vida da população e que uma dessas questões estruturantes[...]e que afeta a qualidade do gasto público em geral, diz respeito ao contexto e a forma pela qual as políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas, apontando ainda que [...]a melhoria da governança pública representa uma premissa fundamental para a superação de grande parte dos desafios postos. (BRASIL, 2014).

Para compreender o que é governaça pública, faz-se necessário destacar conceitos, praticados ao longo dos anos. Conforme destacado a seguir:

21. A GOVERNANÇA E SUA IMPORTÂNCIA PARA GESTÃO PÚBLICA

O conceito de governança pública exposto no Decreto n° 9.203 de novembro de 2017 que dispõe sobre a política de governança da adminstração pública federal aponta que se trata de um "conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade." (BRASIL, 2017)

De acordo com o TCU (BRASIL, 2021, p. 12)

> (...) a governança envolve as atividades de **avaliar** o ambiente, os cenários, as alternativas, e os resultados atuais e os almejados, a fim de **direcionar** a preparação e a coordenação de políticas e de planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas; e **monitorar** os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas.

A governança é, portanto, um mecanismo de liderança, inclusive diferente, de gestão responsável, pela execução e concretização das ações de fato. No que se refere a gestão, suas atividades básicas são: **planejar** as operações, com base nas prioridades e os objetivos estabelecidos; **executar** os planos, com vistas a gerar resultados de políticas e serviços; e **controlar** o desempenho, lidando adequadamente com os riscos. (BRASIL. TCU, 2021 p. 12)

Para que a governança cumpra com seu objetivo e imprima mudanças significativas, no que se refere a qualificação do atendimento à população por meio das políticas públicas no decorrer dos seus processos que envolvem o direcionamento, o monitoramento e avaliação, alguns mecanismos são importantes:

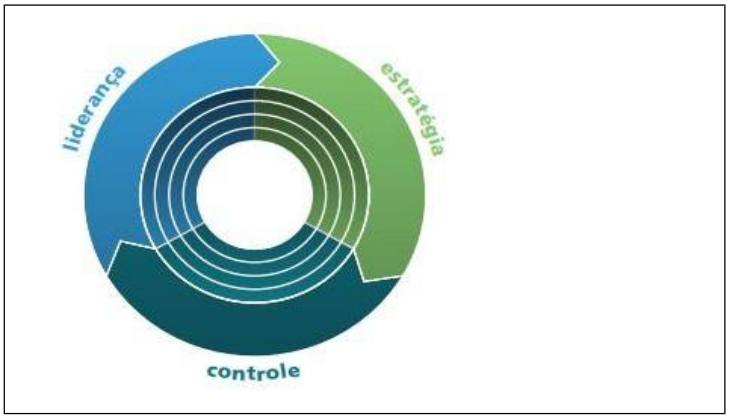


Figura 1: mecanismos de Governança
Fonte: Brasil (2013; p.26)

Para uma melhor compreensão dos mecanismos de Governança, o quadro 1 apresenta suas descrições a seguir:

Mecanismos de Governança	
Mecanismos	**Descrição**
Liderança	diz respeito às práticas que asseguram a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, quais sejam: adequação do modelo de governança ao contexto e aos objetivos organizacionais; promoção de cultura de integridade na organização; e garantia de que os líderes possuam, coletivamente, as competências adequadas ao desempenho das suas atribuições.: liderança, estratégia e controle.
Estratégia	envolve prover direcionamento estratégico à organização, de forma alinhada com os objetivos de Estado e de Governo; lidar adequadamente com os riscos relacionados; e monitorar os resultados organizacionais.
Controle	por sua vez, abrange aspectos como transparência, *accountability* e efetividade da auditoria interna

Quadro 1- Mecanismos importantes para o cumprimento da Governança
Fonte: Adaptado de (BRASIL. TCU, 2021)

22 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA GOVERNANÇA PÚBLICA

Outro aspecto fundamental para o processo de efetivação da Governança é a compreensão de seus princípios e diretrizes, de modo que não se perca, diante dos

desafios que são postos, seus valores, preceitos e os caminhos que levam ao alcance dos objetivos desejados.

Nesse aspecto, o Tribunal de Contas da União (TCU) vem desenvolvendo diversas ações do que podem ser consideradas como boas práticas para administração pública no Brasil. Fruto de uma parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2013 o tribunal publicou documentos com referenciais para atitudes inovadoras, bem como a recomendação da adoção de princípios para que se garanta, na prática, uma boa governança, dentre os quais se destacam: a legitimidade, a equidade, a responsabilidade, a eficiência, a probidade, a transparência e a *accountability*, onde se descreve:

Princípios que garantem um boa Governança na Administração Pública	
Princípios	**Descrição**
Legitimidade	observar que não basta verificar se a lei foi cumprida (legalidade), mas se o interesse público foi efetivamente alcançado (legitimidade).
Equidade	garantir as condições para que todos tenham garantido o exercício de seus direitos.
Responsabilidade	respeito e o zelo que os agentes públicos devem ter pela sustentabilidade das organizações e da sociedade, visando a sua manutenção, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição de suas operações.
Eficiência	fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível.
Probidade	dever dos agentes públicos em agir com dignidade em razão da confiança depositada pelo poder público, atuando com zelo, economia e observância às regras e aos procedimentos ao utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar bens e valores públicos.
Transparência	garantia de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil.
Accountability	obrigação que têm as pessoas ou entidades às quais se

	tenham confiado recursos, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, de informar a quem lhes delegou essas responsabilidades e assumir integralmente as consequências de seus atos e omissões.

Quadro 2- Princípios que garantem uma boa governança na Administração Pública
Fonte: (BRASÍLIA, Enap, 2019 p. 79)

Conforme demonstrado no quadro 1, os princípios direcionam as ações da gestão pública e podem servir como base para atuação dos seus gestores, além dos princípios, destacam-se as diretrizes da governança pública organizacional, considerando que se constituem como os caminhos a serem trilhados na direção da efetivação das boas práticas de governanças, o TCU elenca um rol de possibilidades conforme citado a seguir:

Diretrizes da Governança Pública	
1	Definir formalmente e comunicar claramente os papéis e responsabilidades das instâncias internas e de apoio à governança, e assegurar que sejam desempenhados de forma efetiva;
2	estabelecer processos decisórios transparentes, baseados em evidências e orientados a riscos, motivados pela equidade e pelo compromisso de atender ao interesse público;
3	desenvolver continuamente a capacidade da organização, assegurando a eficácia e eficiência da gestão dos recursos organizacionais, como a gestão e a sustentabilidade do orçamento, das pessoas, das contratações e da tecnologia e segurança da informação;
4	estabelecer um sistema eficaz de gestão de riscos e controles internos;
5	estabelecer objetivos organizacionais alinhados ao interesse público, e comunicá-los de modo que o planejamento e a execução das operações reflitam o propósito da organização e contribuam para alcançar os resultados pretendidos e considerar os interesses, direitos e expectativas das partes interessadas nos processos de tomada de decisão.

Quadro 3: Diretrizes da Governança Pública
Fonte: (BRASIL. TCU, 2021 p. 16/17)

A governança, portanto, é um conceito que vem sendo muito utilizado, dada a sua importância e se faz necessário reforçar o que exatamente significa, sobretudo quando se precisa associá-la a gestão de riscos. Tal associação poderá fornecer informações necessárias ao bom desempenho da gestão em suas decisões e direcionamentos.

23. GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCO: O PAPEL DA AUDITORIA INTERNA

Um dos desafios para a efetivação da governança pública é identificar os riscos aceitáveis que não venham a impactar negativamente os intereses da população, é estabelecer um equilíbrio entre os riscos e benefícios, e para isso um instrumento estratégico é a gestão desses riscos que deve ser implementada de forma sistemática e bem estruturada, de modo que alcance uma boa base para a tomada de importantes decisões, voltadas ao uso apropriado dos recursos públicos.

O TCU 2003 apud TCU 2009, p.3 define risco como a expressão da probabilidade de ocorrência e do impacto de eventos futuros e incertos que têm potencial para influenciar o alcance dos objetivos de uma organização, e como a suscetibilidade de ocorrência de eventos que afetem negativamente a realização dos objetivos das unidades jurisdicionadas e acrescenta:

> o risco pode surgir de fontes internas ou externas e inclui a exposição a fatos como ganhos ou perdas econômicas ou financeiras, danos materiais, insucessos de projetos, descontentamento de cliente, má reputação, ameaças à segurança das instalações ou falta de segurança, malversação de recursos, inoperância de equipamentos e fraudes. Os riscos surgem das incertezas e podem se apresentar como problemas ou desafios que necessitam ser encarados como, por exemplo, obstáculos que impedem de cumprir tarefas diárias, desenvolver e implementar projetos ou atingir objetivos e metas da organização ou, então, como oportunidades a serem aproveitadas. Há riscos que influenciam de forma significativa outros, como a inadequada capacitação ou baixa moral do pessoal, que influenciam no risco de se perder clientes importantes. Estas ligações entre riscos são importantes, pois

> um risco pode não parecer relevante de forma isolada, mas pode ser quando sua relação de causa e efeito é considerada. (TCU, 2009 p. 18)

Nesse sentido, a auditoria interna, considerada como ação independente e efetivada através de um arcabouço de procedimentos para análise e conferência dos controles internos, observando, questionando e também recomendando ajustes necessários para garantir segurança e qualidade na oferta dos serviços públicos, se constitui como uma importante ferramenta para efetivação da referida gestão de riscos.

Importante destacar que a auditoria interna e o controle interno têm conceitos distintos, conforme destaca Rôllo (2007, p. 42)

> não deve ser confundida com controle interno ou com unidade do controle interno, é um controle da própria gestão que tem por atribuição medir e avaliar a eficiência e eficácia de outros controles. Importa destacar que não cabe à auditoria interna estabelecer estratégias para gerenciamento de riscos ou controles internos para mitigá-los, pois estas são atividades próprias dos gestores. Cabe-lhe avaliar a qualidade desses processos.

De fato, por vezes pode ocorrer a confusão e compreender que Controle Interno e Auditoria Interna são sinônimos, porém, há equívoco nessa afirmação, uma vez que a auditoria interna corresponde a um processo de apreciação e revisão dos controles internos efetivados na instituição, enquanto o controle interno, como já elucidado, se refere ao um conjunto de métodos e recursos, que à luz da governança em seu caráter preventivo, objetivam garantir eficiência ao elucidar fatos e impedir erros e fraudes.

De cordo com o Tribunal de Contas da União – TCU, embora as habilidades dessas duas áreas sejam próximas, suas funções fazem parte de elementos distintos do sistema de controle interno da entidade. Comparando responsabilidades: a auditoria interna não implanta controles, mas a unidade de controle interno pode implantar; a auditoria interna faz trabalhos periódicos com metodologia específica, a unidade de controle interno atua no dia-a-dia, no

monitoramento contínuo e na autoavaliação de controles internos. (BRASIL. TCU, 2009).

Nesse sentido, entende-se que o controle interno adequado é aquele gerado dentro das organizações com a ajuda de seus gestores. O resultado final é garantir maior eficiência em suas operações, gerando economia e redução custos, além de mitigar os riscos de erros intencionais ou não, detectar e corrigir procedimentos ilegais por colaboradores preparados para tal fim.

Nesse contexto, o controle interno pode ser considerado como parte integrante fundamental para a Governança Pública.

24. O CONTROLE INTERNO E A GOVERNANÇA PÚBLICA

De acordo com dados históricos, a Governança corporativa não se trata de um tema contemporâneo. Silva (2014) destaca o trabalho de Berle e Means em 1932 sobre governança, com abordagem nas mudanças ocorridas na estruturação das empresas norte-americanas. Nos anos de 1970, houve um aumento do interesse pelo tema tanto entre os profissionais e os acadêmicos.

Holanda e Borges (2022) afirmam que os estudos relativos à governança pública, foram potencializados a partir da crise fiscal dos estados nos anos 80, sobretudo nos EUA, bem como na Europa. Um dos instrumentos para suavizar essa crise foi uma reformulação político-administrativa e econômica do Estado com o intuito de torná-lo “mais eficaz, eficiente e efetivo quanto às políticas estatais, a fim de entregar serviços públicos de maior qualidade à sociedade” (OLIVEIRA, 2015, p. 36).

Embora não sejam sinônimos, o controle interno se relaciona com a governança e é imprescindível para sua efetivação. “A estrutura de controles internos (...) é estabelecida para governar os acontecimentos dentro de uma organização que possam impactar na consecução de seus objetivos, isto é, os riscos” afirma o TCU (BRASIL, 2009, p.21).

De acordo com o Banco Mundial (2022) O controle interno é um conjunto de práticas para que os gestores observem as normas da administração pública, proporcionando o cumprimento das políticas públicas, para prevenir irregularidades, fraudes, corrupção, etc.

Logo, o controle interno tem a função de fiscalizar a própria instituição e estrategicamente corrobora com o alcance da governança que, antecipadamente delineou resultados atrelados a efetivação do referido controle, conforme afirma a citação a seguir:

> Boas estruturas de gestão de riscos e controles internos são pré-requisitos para uma organização bem administrada, e esses elementos são pré-requisitos para uma boa governança. Desse modo, Governança, Riscos e Controles devem ser geridos de forma integrada, objetivando o estabelecimento de um ambiente que respeite não apenas os valores, interesses e expectativas da instituição e dos agentes que a compõem, mas também de todas as suas partes interessadas, tendo o cidadão e a sociedade como os vetores principais desse processo. (BRASIL, 2009, p.22)

A gestão de forma integrada da governança, Riscos e Controle resulta em ações que embora sejam utilizadas atualmente, é reflexo daquelas anteriormente definidas por meio do sistema de controle interno.

Figura 2: Relação entre governança e Gestão
Fonte: Brasil (2013; p.21)

De acordo com a figura 2, a governança está ligada diretamente com a gestão, ela vai avaliar direcionar e monitorar as ações, estabelecer estratégias a serem aplicadas na gestão, para planejar, executar, controlar e agir, com isso, prestar contas, a gestão por sua vez, precisa de uma estrutura de controle interno efetiva para que os objetivos traçados possam ser alcançados.

A Controladoria Geral da União traz a definição do Controle Interno Administrativo como um “conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar que os objetivos dos órgãos e entidades da administração pública sejam alcançados, de forma confiável e

concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público (Departamento do Tesouro Nacional IN-DTN 16/91, incorporada no Manual do Sistema de Controle Interno IN SFC 01/2001, Cap. VII, Seção VIII).

Corroborando com a descrição o Tribunal de Contas da União afirma que Controles Internos se constituem como um conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados (IN TCU 63/2010, Art. 1º, inciso X).

O “sistema de controle interno” não é recente e nasce em 1941 com a publicação do primeiro livro de auditoria interna e com a fundação do *Institute of Internal Auditors* (IIA) e introduzido na legislação brasileira com a lei 4.320/64, “mas tem sido objeto de destaque a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, contida nos seus artigos 31, 70 e 74. Na medida em que a própria Constituição Brasileira deu maior liberdade pela descentralização de recursos públicos aos municípios, cabe a estes se instrumentarem com ferramentas eficazes no controle da aplicação dos recursos”. (Rôllo, 2007 p. 42)

A Lei 4.320/64, na condição de marco regulatório inicial, apresenta normas gerais de Direito Financeiro com as expressões Controle Interno e Controle Externo dispondo ainda sobre o controle interno no âmbito da administração e estabelecendo que o Poder Executivo terá a prerrogativa de efetivar os tipos de controle da execução orçamentária:

Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

> I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;
> II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;
> III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Já a CF de 88 em seu Art. 74 elenca que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

> I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
> II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
> III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
> IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. (CF, 1988)

Pode-se afirmar que a lei maior de 1988 buscou o alcance de uma organização para gerência pública através da implementação de um sistema que reunisse o conjunto articulado dos controles, sejam eles de cunho operacionais, administrativos, financeiros e gerenciais.

O TCU realizou no ano de 2009 um estudo, considerando as boas práticas de governança, relacionadas aos seus princípios fundamentais, com base em diversos casos de fraudes identificados que colocaram em xeque as estruturas de controle interno da administração pública em diversos países[5], cada um com sua particularidade e dentre eles o Brasil.

Em resumo, segundo o estudo, no Brasil, a regulamentação do controle interno instituída pela Constituição de 1988 se limitou a tipificar as finalidades e as características orgânicas do sistema de controle interno, e não apresentou o conceito dessa importante atividade administrativa para a consecução dos resultados de gestão. As normas infraconstitucionais que tratam de controle interno,

[5]**Critérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública**: Um estudo dos modelos e das normas disciplinadoras em diversos países. O estudo explora os modelos de referência em gestão de riscos e controles internos e como os diversos países pesquisados trataram a questão em seus ordenamentos jurídicos. O objetivo é subsidiar discussão, no âmbito do Senado Federal, de anteprojeto de proposta legislativa para definição de critérios gerais de controles internos, gestão de riscos e governança na administração pública brasileira. (Tribunal de Contas da União. Diretoria de Métodos de Procedimentos de Controle -17/07/2009)

tais como as leis 4.320/64, 8.666/93 e 10.180/01, a lei complementar 101/00 e o decreto-lei 200/67, também não deixam claro o conjunto de políticas e de seus objetivos, com o controle interno referente ao poder de autocontrole detido pela administração pública (LIMA, 2012 pag. 62).

O controle interno pode [então] ser definido como o conjunto de normas, técnicas e instrumentos utilizados pelos gestores para assegurar que as ações de órgãos ou unidades sob a sua responsabilidade ocorram de acordo com o planejado (Rôllo, 2007 pag. 42).

Outro aspecto relevante é que o exercício do controle interno deve ser contínuo e efetivo, para além de garantir estratégias de comunicação rápida, de modo a antecipar-se a correção de rumos que possam levar a desvios de recursos, irregularidades e/ou desperdícios, o que garantirá uma proteção do patrimônio e manifestação de excelentes indicadores de excelência na gestão.

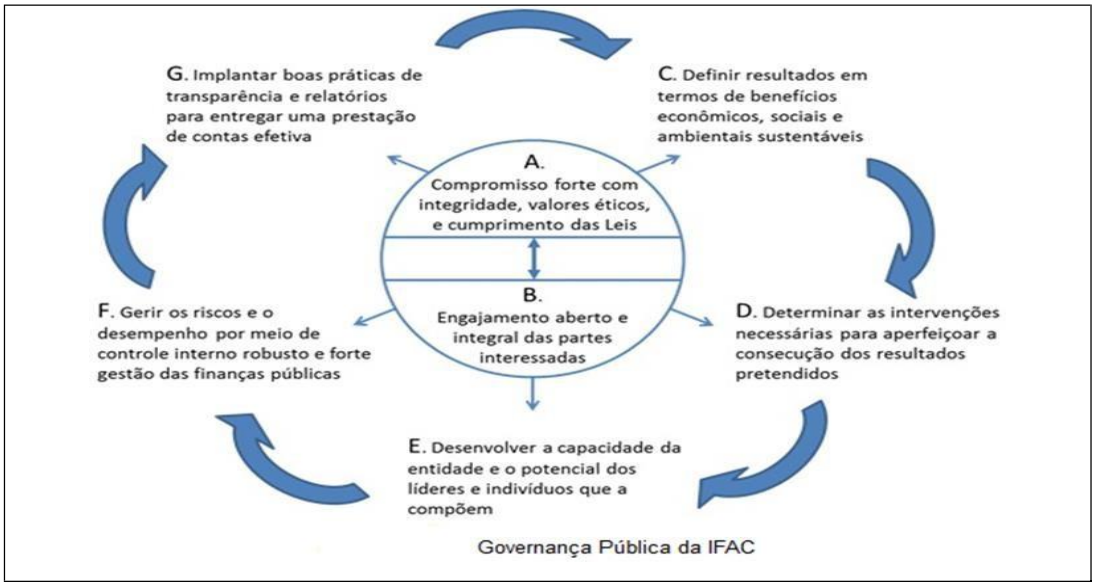


Figura 3: Governança Pública da IFAC
Fonte: Rosário (2017)

Marques; Santos e Alves (2018; p. 7) afirma que: [...] o controle interno cria mecanismos que funcionam como um processo decisório para as governanças corporativas, tendo como apoio o fluxo dos documentos utilizados pelos gestores. E complementam sua afirmação ao concluir que:

> O controle interno adequado é aquele gerado dentro das organizações com a ajuda de seus gestores. O resultado final é garantir maior

> eficiência em suas operações, gerando economia e redução custos, além de mitigar os riscos de erros intencionais ou não, detectar e corrigir procedimentos ilegais por colaboradores preparados para tal fim. Marques; Santos e Alves. (2018; p. 7)

Nesse contexto o controle interno contribui para a implementação da Governança Pública, garantindo que os mecanismos de controle sejam efetivos para manutenção de suas ações no município.

25. O EXERCÍCIO DO CONTROLE INTERNO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Importante destacar que a metodologia a ser utilizada para organização desse sistema de controle interno, considerando o direcionamento maior da Governança, é essecial para o desenvolvimento favorável das atividades, garantindo ações coerentes e realmente eficazes para a efetivação dos objetivos propostos, bem como para a correção de falhas e irregularidades que venham a prejudicar as ofertas de serviços à população por via das políticas.

Segundo Azevedo et al. (2010), um Controle Interno bem estruturado não deve ser considerado punitivo, mas, sim, como um sistema que desempenha um papel auxiliador, educativo e proativo para auxiliar nas suas funções.

Se faz relevante apresentar que o Tribunal de Contas da União (TCU) apreciou e aprovou o “Levantamento Nacional de Governança”[6] foi produzido coletivamente por 29 tribunais de contas brasileiros, dentre eles o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). O levantamento foi coordenado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas Brasileiros (Atricon). Para o levantamento, os tribunais coletaram informações a respeito da governança pública e área da gestão tanto no âmbito federal, quanto estadual e municipal.

Se faz relevante apresentar alguns resultados de uma pesquisa realizada no período de 10/11/2015 a 18/02/2016 pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

[6] Pesquisa disponível em 22/11/2023 <https://tce.pb.gov.br/publicacoes/analises-e-desempenhos-de-gestoes/diagnostico-sobre-controle-interno-nos-municipios-2016/5diagnostico_ci_municipios_2016_final.pdf/view>

com o objetivo de produzir um diagnóstico e mapeamento do controle interno nos municípios paraibanos.[7]

Considerando o estudo em tela destacam-se os resultados: das 208 respostas, apenas 26% admitiram possuir na estrutrura administrativa, controles internos aos moldes da CF/88; A respeito dos fatores determinantes para não implantação 42 municípios responderam, que há resistências internas para adoção de rotinas administrativas e a grande maioria (120) alegaram a ausência de servidores capacitados.

Um dado interessante diz respeito as ações de controle interno desenvolvidas onde 42,6% das prefeituras declararam que não foram realizadas ações de controle interno nos dois últimos exercícios.

Também foi identificado que das 54 prefeituras que declararam possuir controle interno em 27 delas não existe registro formal das ações a exemplo da implementação de um sistema de protocolo e abertura de processos.

O TCE apresenta como conclusão de que a pesar do aspecto positivo da participação na pesquisa de 93,3% dos municípios, o que possibilitou uma análise quanti-qualitativa, porém como resultado há um alerta da necessidade de uma atuação intensiva do Tribunal de Contas, com o apoio de outros órgãos e entidades, visando à conscientização dos gestores municipais acerca não só da obrigatoriedade legal, como também, da importância e dos benefícios para a administração pública proporcionados por um eficiente sistema de controle interno.

2.5.1 Ouvidoria (CANAL DE DENÚNCIAS)

De Acordo com o TCU, 2020 existem instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam os processos de governança e de gestão de riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração e aponta a ouvidoria como um exemplo típico dessas estruturas (TCU, 2020 p. 40).

Nesse sentido,

---

[7]Pesquisa disponível em 22/11/2023 <https://tce.pb.gov.br/publicacoes/analises-e-desempenhos-de-gestoes/diagnostico-sobre-controle-interno-nos-municipios-2016/5diagnostico_ci_municipios_2016_final.pdf/view>

> Os canais de comunicação do tipo **Canal de denúncia** ou **Ouvidoria** fornecem aos funcionários e parceiros uma forma de alertar a agência para potenciais violações ao código de conduta, a outras políticas, ou até mesmo a respeito de condutas inadequadas de funcionários, terceiros ou agentes que agem em seu nome. O estabelecimento desse tipo de mecanismo, além de ser esperado pelos reguladores, é a principal fonte de identificação de fraudes. Além disso, agentes que estão agindo corretamente precisam dispor de um canal seguro para comunicarem à agência algo de errado que eventualmente ocorra. (Enap, 2019 p. 201)

Há, portanto, uma relação importante entre o controle interno e o controle social que de acordo com (ANTUNES, 2019 p. 2) “o controle social, como um processo contínuo de democratização, implica no estabelecimento de uma nova sociabilidade política, um novo espaço de cidadania, embasado em confiabilidade e transparência, contribuindo para maior eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas e da gestão governamental".

Assim, um serviço de ouvidoria ativo promove a participação da população na gestão dos recuros públicos e consequentemente implica na melhoria da oferta dos serviços, onde as opniões, reclamações e sugestões representam um “termômetro” para o gestor, um instrumento de avaliação reforçando ANTUNES, 2019 p. 5 que se constitui em um importante instrumento de participação cidadã e de possibilidade do controle social, de forma direta, na Administração Pública, a medida em que possibilita à sociedade expressar as suas necessidades

2.5.2 Atualização e manutenção do portal da transparência

O acesso à informação um direito fundamental do cidadão garantido pela Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º e a Lei de Acesso a Informação (LAI 12.257/2011) representou a regulação desse preceito constitucional.

Segundo o Tribunal de Contas da União, no ano de 2011 o Brasil firmou o compromisso de aumentar a disponibilidade sobre as atividades governamentais,

como signatário do *Open Government Partnership*[8] (OGP, 2011). Desde então, a legislação brasileira tem avançado nessa direção, estabelecendo regras para promoção da transparência na Administração Pública (TCU, 2020 p. 89).

O TCU ainda detalha:

> A LAI possibilitou o exercício do direito de acesso por qualquer pessoa (art. 10), garantindo gratuidade da informação (art. 12), limitando os prazos para atendimento das solicitações (art. 11) e possibilitando o recurso em caso de negativas (art. 11, §4º). Obrigou a criação de serviços de acesso à informação (SIC) físicos e eletrônicos (arts. 10 e 11); impediu exigências exageradas de identificação e ainda a apresentação de justificativas para os pedidos (art. 10, §1º e 2º); previu a responsabilização de agentes públicos pela inobservância da lei (art. 32), e até de pessoas físicas e entidades privadas que detiverem informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público (art. 33). A LAI estabeleceu a publicidade como regra e o sigilo como exceção (rol de sigilo limitado pelos artigos 22, 23 e 31); a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; e o desenvolvimento da cultura de transparência e do controle social da administração pública. (TCU, 2020 p. 89).

Desse modo, promover à população o acesso à informação e garantir transparência quando da divulgação dos processos que envolvem a gestão, sobretudo os gastos com a execução das políticas públicas contribuem para trazer mais eficiência, combater a corrupção e ampliar a participação social.

A segurança da informação, que passa também pela qualidade dessa informação é um exemplo de controle interno. Vale destacar que a simples disponibilização, organização e padronização em instrumentos de gestão, a exemplo de numeração de correspondencias oficiais (ofícios, portarias...), e-mail institucional

[8] Lançada em 2011, a Open Government Partnership - OGP (Parceria para Governo Aberto) é uma iniciativa internacional da qual participam diversos países e entidades da sociedade civil. A proposta é que as entidades governamentais participantes assumam compromissos de transparência em relação aos dados públicos. Esses compromissos são convertidos em planos de ação, com duração de três anos. No Brasil, que é um dos países fundadores, quem coordena essa iniciativa é a Controladoria-Geral da União. Disponível em < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/sinfleg/relatorio-de-gestao/saiba-mais-23>

de acesso restrito e linhas telefônicas são extremamente importantes para o estabelecimento da comunicação entre a gestão pública, órgãos externos e a própria população, reforça as relações hierárquicas, bem como o sigilo, quando necessário.

2.5.3 Sistema de Tecnologia da Informação

Ratificando as definicões de controle interno ja elucidades durante o trabalho, o sistema de controle interno é compreendido como um conjunto de procedimentos interligados cujo processo de execução é direcionado pela governança com o objetivo de reduzir os riscos, otimizar recursos, evitar fraudes e ineficiência nos gastos públicos.

O controle interno é exercido pela conjugação da estrutura organizacional com os mecanismos de controle estabelecidos pela administração, incluindo as normas internas que definem responsabilidades por tarefas, rotinas de trabalho e procedimentos para revisão, aprovação e registro das operações (RÔLLO, 2007 p. 44). Nesse sentido a implantação e correta utilização de sistemas de tecnologia, nomeados também como sistema de “controle interno”, proporciona a gestão pública, no exercício de sua atuação, para além da organização de documentos oficiais a celeridade de tramitação dos processos, garantindo comunicação entre os setores e servidores, bem acesso imediato, quando necessário de qualquer parte do processo.

Importante destacar que Sistema de Controle interno não se confunde com sistemas de tecnologia como ferramenta para auxiliar o processo de trabalho exercido pelos recursos humanos de acordo com a competência de cada setor do órgão público, como afirma Piscitelli e Timbó (2010, p. 452) apud Lima (2012 p. 36) [que] fazem a seguinte distinção: sistema de controle interno é um conjunto de órgãos e funções da Administração, já os sistemas de controles internos de cada entidade é o conjunto de unidades, competências, relações, práticas, procedimentos que fazem parte do modo de agir destes entes.

Nesse sentido,

> Um sistema de controle interno que funciona adequadamente não depende apenas do planejamento efetivo da entidade e da eficiência de procedimentos e práticas instituídos, mas também

> da competência de todo o pessoal envolvido para levar adiante, de forma eficiente e econômica, os procedimentos prescritos. Assim, todas as pessoas que compõem a entidade precisam receber informações adequadas para a realização de suas tarefas. (RÔLLO, 2007 p. 44)

Ressalta-se ainda, que um dos principais instrumentos de controle é a própria estrutura administrativa do órgão público, que deve mostrar uma clara definição das áreas de atuação e dos respectivos cargos, atribuições e responsabilidades de cada servidor (RÔLLO, 2007 p. 44). Considerando essa informação e ainda, que os sistemas de tecnologia de controle interno são capazes de identificar setores e servidores através de política de senhas, a comunicação é favorecida, bem como a responsabilização, caso seja necessária, também. Para além de representar liberdade para os profissionais para atuar com compromisso e buscar cada vez mais alcançar melhores resultados alinhados com a governança.

Embora a maturidade digital leve um tempo para se atingir, cabe destacar outros benefícios da implementação de sistemas que possibilitam a tramitação on-line, o que representa a adoção de um arquivo digital que reduz custos com o uso do papel, otimiza e desburocratiza fluxo dos processos, padroniza procedimentos, facilitam a comunicação entre servidores e setores, além de potencializar a segurança dos dados.

Nessa direção, o Tribunal de Contas da União – TCU lançou o “Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação”[9] e reafirma a importância das ferramentas tecnológicas ao ratificar que “Nos dias atuais, é difícil vislumbrar alguma ação desenvolvida pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que não dependa direta ou indiretamente da Tecnologia da Informação (TI), cuja utilidade reveste-se cada vez mais de grande relevância.”

[9] Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação: Riscos e Controles para o Planejamento da Contratação. Brasília, 2012. Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/guia-de-boas-praticas-em-contratacao-de-solucoes-de-tecnologia-da-informacao-1-edicao.htm>

26. A CONTABILIDADE APLICADA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A contabilidade aplicada a administração pública está diretamente ligada a governança, pois é responsável por subsidiar o gestor com informações que o auxiliem na tomada de decisões, no direcionamento dos atos, no monitoramento e avaliação de todos os processos, na condição de poder executivo, para que os objetivos traçados sejam alcançados com êxito.

De acordo com Brandalise (2009, pgs. 4 e 5) a Contabilidade estuda a atividade financeira do Estado, voltada ao estudo da Receita, da Despesa, do Orçamento e do Crédito Público, e inclusive dos reflexos das ações dos administradores que ocasionem impacto sobre o patrimônio público. A contabilidade governamental dedica-se ainda, ao estudo e análise dos diversos aspectos que consubstanciam formas de atuação do Ente público na prestação de serviço indispensável à satisfação das necessidades do cidadão.

Todos os atos da administração públicas precisam ser efetivados à luz da legislação vigente objetivam o alcance do equilíbrio fiscal, o controle e a transparência, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei Complementar 101/2000) trouxe regras para a prestação de contas da gestão fiscal a todos os entes federativos, determinando, em seu art. 48, a ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos, de: planos; orçamentos; leis de diretrizes orçamentárias; prestações de contas e respectivos pareceres prévios; relatórios resumidos da execução orçamentária; relatórios de gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. (TCU, 2020 p. 92).

Nesse sentido e no que se refere a execução orçamentária,

> alguns defendem que esse papel é de responsabilidade da contadoria. Nesse caso, entende-se que o setor de Contabilidade pode responder pelo registro e pelo arquivamento dos documentos de suporte de todos os atos administrativos que envolvam qualquer movimentação de valores, bem como efetuar os relatórios informativos, mas não terá condições de fiscalizar e controlar, conforme as exigências legais, uma vez que a necessidade atual de controle transcende o campo desse setor. (RÔLLO, 2007 p. 46)

A área da contabilidade ganha ainda mais destaque no âmbito do controle interno, além de sua essencialidade para qualquer organização financeira, em municípios de pequeno porte. Isso se dá pelo fato de deter o registro de todos os bens, das receitas, dos investimentos e das despesas da entidade pública. [A contabilidade então] assume papel de destaque no contexto do controle interno, sendo que, em muitos órgãos públicos de pequeno porte, é a própria área que coordena as atividades de controle interno. (RÔLLO, 2007 p. 43)

A partir dos conceitos de controle interno já expostos no decorrer do trabalho é possível identificar controles específicos à contabilidade e à administração, bem como a diferença entre eles. Segundo Brandalise (2009, pg. 7) a contabilidade e a administração são caracterizadas pelo alto grau de dependência entre ambas, sendo a segunda a mais dependente da outra. A administração Pública, na busca da eficiência e eficácia da gestão, torna-se extremamente dependente dos resultados que a contabilidade produz para tomada de decisões.

De acordo com Attie, 2018:

> **controles contábeis**: compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, principalmente com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis. Geralmente incluem os seguintes controles: sistema de autorização e aprovação; separação das funções de escrituração e elaboração dos relatórios contábeis daquelas ligadas às operações ou custódia dos valores; e controles físicos sobre estes valores;
>
> **controles administrativos**: compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que dizem respeito à eficiência operacional e à decisão política traçada pela administração. Normalmente, se relacionam de forma indireta aos registros financeiros. Com frequência abrangem análises estatísticas, estudos de tempo e movimentos, relatórios de desempenho, programas de treinamento e controle de qualidade. (Attie, 2018, pags. 374 e 375)

De acordo com Cembranel, (2010 p. 8) apud Almeida, (2009) são exemplos de controles contábeis: sistema de conferência, aprovação e autorização; segregação de funções (pessoas que tem acesso aos registros contábeis não podem custear ativos da empresa); controles físicos sobre ativos e auditoria interna. E nesse último, afirma (RÔLLO, 2007 p. 43 apud Reis, 1998) que a *Auditoria contábil,* que tem por fim verificar se a informação contábil cumpre com o objetivo da Contabilidade determinado pela lei, ou seja, o de evidenciar os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial (melhor dizendo, custos).

2.6.1 LRF e Índices de Responsabilidade Fiscal

Como já abordado no estuda anteriomente no estudo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), representa um marco na gestão fiscal dos entes federativos no Brasil. No escopo de seu objetivo de estabelecer normas de responsabilidade na gestão fiscal, visando o equilíbrio das contas públicas e a transparência na administração dos recursos, estabelece parâmetros e limites para gastos com pessoal, endividamento público, operações de crédito, entre outros, visando garantir a disciplina na gestão dos recursos públicos. Ela impõe obrigações quanto à transparência, fiscalização, planejamento e controle das contas públicas, direcionando a administração para a eficiência e a sustentabilidade fiscal.

Dentro do escopo da LRF, são definidos diversos índices que servem como ferramentas para avaliar a situação fiscal dos entes federativos. Destacam-se:

1. Índice de Gastos com Pessoal: Este índice estabelece limites percentuais para os gastos dos entes federativos com pessoal, sendo 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) para municípios. Ultrapassar esses limites pode acarretar sanções previstas na LRF.

2. Índice de Endividamento: Define os limites para contratação de novas dívidas pelos entes federativos. O endividamento não pode ultrapassar 120% da RCL para municípios.

3. Índices de Saúde e Educação: Estabelecem percentuais mínimos a serem aplicados nas áreas de saúde e educação, garantindo o direcionamento de recursos para setores essenciais. (Artigo 18 da LRF, 2000)

Durante o período analisado neste estudo, a observação e análise desses índices proporcionam insights valiosos sobre a conformidade da gestão municipal com as diretrizes da LRF e a capacidade de gerenciamento dos recursos públicos, sendo um ponto de referência fundamental para a avaliação da efetividade do Controle Interno na eficácia da governança do município de Cruz do Espírito Santo/PB.

2.6.2 RREO E RGF

Na administração pública, a transparência e a prestação de contas são fundamentais para garantir a eficiência, eficácia e efetividade na gestão dos recursos. Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) destacam-se como instrumentos essenciais para essa finalidade, oferecendo uma visão detalhada da situação financeira e orçamentária do ente público.

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) encontra respaldo na legislação brasileira referente ao Orçamento Público, sendo uma exigência prevista na Lei nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), sendo um dos pilares dessa legislação. Os artigos 54 e seguintes da LRF determinam a elaboração e a apresentação do RGF como um instrumento de controle e transparência da gestão fiscal dos entes federativos.

Esses dispositivos legais têm como objetivo garantir a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo parâmetros para a elaboração, divulgação e acompanhamento dos resultados fiscais por meio do RGF, a fim de promover a transparência, controle e equilíbrio das finanças públicas.

A correta elaboração e divulgação desses relatórios são obrigatórias por lei, contribuindo para a transparência, responsabilidade e efetividade da gestão pública.

2.6.3 Superávit e Demonstrativos Contábeis

No contexto da gestão pública, o superávit e os demonstrativos contábeis desempenham um papel fundamental na avaliação do desempenho financeiro e na transparência das ações realizadas pelo município, onde o superávit orçamentário ocorre quando as receitas superam as despesas em um determinado período, representando um indicador positivo de saúde financeira, sinalizando a capacidade do município em gerar um excedente de recursos, que pode ser direcionado para investimentos ou para constituição de reservas.

Os demonstrativos contábeis, como o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, são instrumentos que apresentam de forma clara e objetiva a situação econômica, financeira e patrimonial do município.

- Balanço Orçamentário: Apresenta as receitas arrecadadas e as despesas executadas, comparando-as com as previstas no orçamento.
- Balanço Financeiro: Registra todas as movimentações financeiras realizadas pelo município, evidenciando a origem e o destino dos recursos.
- Balanço Patrimonial: Apresenta o patrimônio do município, incluindo bens, direitos e obrigações.
- Demonstração das Variações Patrimoniais: Detalha as variações ocorridas no patrimônio ao longo do exercício.

Durante o período em análise, a compreensão do superávit e a análise dos demonstrativos contábeis serão importantes para avaliar a eficiência da gestão municipal, destacando a capacidade de planejamento, execução e controle das finanças públicas. Esses elementos serão fundamentais para compreender a influência do Controle Interno na governança do município de Cruz do Espírito Santo/PB.

2.6.4 Relatórios de Auditoria e Constatações do TCE

Os tribunais de contas, como o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), desempenham um papel fundamental na fiscalização e no acompanhamento das atividades financeiras e administrativas dos órgãos públicos.

Suas atribuições de órgão fiscalizador são fundamentais para assegurar a conformidade com as leis, regulamentos e boas práticas de gestão.

Os tribunais de contas têm a responsabilidade de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, avaliar a legalidade e legitimidade dos atos administrativos e auxiliar no aprimoramento da gestão pública. Eles exercem um papel de controle externo sobre os órgãos e entidades da administração pública, contribuindo para a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos.

Os relatórios de auditoria elaborados pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba constituem fontes de informações valiosas para análise dos exercícios em avaliação e de anos anteriores. As constatações e recomendações apresentadas pela auditoria oferecem um panorama detalhado sobre eventuais irregularidades, pontos de melhoria e boas práticas identificadas nos órgãos públicos.

3. METODOLOGIA

Considerando que a metodologia expressa um caminho trilhado de forma aprofundada para concretização de uma pesquisa, orientando o procedimento para o acesso e análise dos dados é importante afirmar que o tipo escolhido vai depender do objeto de estudo e das perspectivas de resultados que são atreladas ao perfil do pesquisador. Portanto toda pesquisa, tem seus objetivos, que são diferentes em cada proposta de projeto, porém em qualquer pesquisa, nos seus objetivos gerais ou propósitos.” (GIL, 2010).

Na presente pesquisa o principal objetivo se concentrou em analisar a influência do Controle Interno na efetivação da Governança do município.

Nessa perspectiva foi realizada uma pesquisa descritiva, de natureza quanti-qualitativa, do tipo documental, que é definida segundo Gil (2008) como aquela que:

> Vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (...) existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber interpretações, como relatórios etc. “(GIL, 2008).

A contribuição das pesquisas descritivas é proporcionar novas visões sobre uma realidade já conhecida. Vale salientar que mesmo sendo uma realidade conhecida, ainda não houve oportunidade de transformar as referidas informações em uma produção científica, fato e de motivação para o desenvolvimento do referido estudo.

Outra característica da pesquisa descritiva é que sua utilização permite o alcance de dados que podem basilar outros estudos futuros, justamente por fazer com que passe a existir informações minimamente sistematizadas, estruturadas, organizadas e análises, mesmo que não aprofundadas, que até o momento ainda não teriam sido realizadas.

No que se refere a abordagem, o tipo de pesquisa foi quanti-qualitativa, pois permitiu a coleta, organização e análise dos dados para melhor compreensão do objeto estudado.

> a literatura da área aponta claramente que a pesquisa quanti-qualitativa/quali-quantitativa e/ou mista consiste em uma tendência que indica o surgimento de uma nova abordagem metodológica. Uma abordagem que possibilite mais elementos para descortinar as múltipas facetas do fenômeno investigado, atendendo os anseios da pesquisa. “(KERBAUY, 2017)

Acrescentando que

> Dentre as contribuições da pesquisa quanti-qualitativa/quali-quantitativa(...): reune controle de vieses (métodos quantitativos) com compreensão, a partir dos agentes envolvidos na investigação (métodos qualitativos); agrega a identificação de variáveis específicas (métodos quantitativos) com uma visão global do fenômeno (métodos qualitativos); enriquece constatações obtidas sob condições controladas com dados obtidos dentro do contexto natural de sua ocorrência; e a validade da confiabilidade das descobertas pelo emprego de técnicas diferenciadas. (KERBAUY, 2017)

Nesse sentido, as fontes de informações que balizam as referidas abordagens, tipos e métodos aplicados no estudo foram documentos da própria instituição, bem como registros provenientes de sistemas utilizados no cotidiano do controle interno, arquivos da contabilidade e afins.

O período de realização da pesquisa compreende os meses de outubro a novembro de 2023 onde as informações acessadas foram organizadas e estruturadas de modo a possibilitar a construção de gráficos e tabelas, bem como a análise dos resultados.

Documentos	Finalidade	Tipo de Acesso
Relatórios do Portal de transparência	Atendimento a Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º, inciso XXXIII e a Lei de Acesso a Informação (LAI nº 12.257/2011) para garantia do acesso à informação enquanto direito fundamental do cidadão.	Público (Portal da Transparência)
Relatórios Resumi-dos da Execução Orçamentária (RREO)	Atendimento a Lei nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos.	Público (Portal da Transparência)
Relatórios de Gestão Fiscal (RGF)	Atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e se constitui como instrumento de controle e transparência da gestão fiscal	Público (Portal da Transparência)
Registros provenien-tes do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.	Possibilita a avaliação da conformidade das práticas administrativas, permitindo identificar áreas de risco, ineficiências e oportunidades de aprimoramento na gestão pública.	Público (Setor de Contabilidade)

Quadro 4: Documentos utilizados no estudo: Relatórios dispostos no Portal da Transparência e Setor de Contabilidae
Fonte: dados da Pesquisa, 2023

Os dados para realização deste estudo foram obtidos na Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo/PB localizada na Praça dos Três Poderes, S/N, centro da cidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo é delineado a partir de uma análise dos dados oficiais de ações de controle interno – que se destacam no município e são considerados um recorte para o referido estudo, – Tais dados foram obtidos nos arquivos da Prefeitura Municipal e tratam, a princípio do processo de atualização e manutenção do portal da transparência, bem como dos registros do sisControle que é um sistema tecnológico que se constitui como ferramenta para protocolo e registro da tramitação de demandas, bem como da implantação da ouvidoria municipal. Também foram realizadas análises contidas nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e ainda em registros provenientes do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Tais informações são fontes primárias essenciais que oferecem uma visão detalhada dos aspectos fundamentais do objeto de estudo em análise.

É importante ressaltar que os resultados que emergem das referidas análises são frutos da governança implementada ora subsidiada pelo sistema de controle interno em exercício. Portanto, os resultados são alicerces para compreender não só a saúde financeira da gestão pública, mas também a eficiência das práticas administrativas implementadas.

4.1. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: ACESSO A INFORMAÇÃO

O portal de transparência tem como principal objetivo, promover a transparência por meio da disponibilização da informação é considerada uma importante medida tanto para o fortalecimento da participação social quanto para o execício do contole social, o que contribui para a qualificação da gestão dos recursos públicos.

No âmbito da administração pública a transparência se dá de duas de formas: ativa e passiva, onde a tranparência passiva é responsável pelo atendimento à solicitação de informações específicas de uma pessoa, seja ela física ou jurídica e a transparência ativa trata da divulgação de informações do setor público e nessa última, se situa o portal da transparência municipal da cidade de Cruz do Espírito Santo, observou-se que passou por um processo de atualização e manutenção

periódica, de acordo com os registros dos relatórios de gestão da Secretaria de Administração.

Considerando os referidos dados, observou-se que até o ano de 2021, o município já havia implantado o Portal da Transparência, porém a maioria das informações apresentadas era escassa, sem rotina organizada de alimentação do referido portal. Vrerificou-se que os únicos campos alimentados com regularidade tratavam dos documentos contábeis e as demais se davam de forma insuficientes, o que gerava uma baixa visualização e o precário acesso da população a pautas de interesse público e ainda, uma barreira para participação social.

Considerando os requisitos da Escala Brasil Transparente – Avaliação 360º[10] o município avançou significativamente como se pode observar no quadro a seguir:

Requisitos	**2020**	**2021**	**2022**
Existência de site oficial	Implantado	Implantado	Implantado
Existência de portal da transparência	Implantado	Implantado	Implantado
Informações sobre a estrutura organizacional das unidades	INEXISTENTE	Implantado	Implantado
Informações sobre receitas e despesas	INEXISTENTE	Implantado	Implantado
Informações sobre licitações e contratos	INEXISTENTE		
LAI: divulgação da regulamentação e relatório estatístico de atendimento (Dados contábeis)	Implantado	Implantado	Implantado
Existência de ferramenta eletrônica para envio de pedidos/solicitações	INEXISTENTE	Implantado	Implantado
Exposição da Carta de Serviços	INEXISTENTE	Implantado	Implantado
Ouvidoria	INEXISTENTE	Implantado	Implantado

Quadro 5: Portal da Transparência
Fonte: dados da Pesquisa, 2023

[10]A Escala Brasil Transparente – Transparência Passiva (EBT – Transparência Passiva) foi desenvolvida como instrumento auxiliar para o exercício das competências da Controladoria-Geral da União (CGU). Entre 2015 e 2016, gerou indicadores de verificação do grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação nos entes subnacionais, contribuindo, assim, para implementação e aprimoramento das ferramentas de transparência pública de Estados, municípios e Distrito Federal e para o controle social. Disponívem em 20/11/2023 < https://mbt.cgu.gov.br/publico/portal/metodologia360edicao2/66#:~:text=Os%20portais%20da%20transpar%C3%AAncia%20s%C3%A3o,Lei%20de%20Acesso%20%C3%A0%20Informa%C3%A7%C3%A3o.

Durante a pesquisa foi identificado um sistema de tecnologia da informação nomeado de sisControle (Sistema de Controle de Processos) implantado no ano de 2021.

Observou-se conforme os dados obtidos, que anteriormente, as correspondências e manifestações que chegavam, a exemplo de solicitação de pagamento, autorização para abertura de processos licitatórios, solicitações gerais de órgãos externos ou do poder legislativo e afins, eram registradas em um livro de ata simples, de forma manual, sem criação de um protocolo que possibilitasse o resgate do processo no caso da inclusão de fato novo, o que ocasionava em duplicação de informações e muitas vezes o esquecimento. Havia apenas uma capa simples que era preenchida com informações mínimas e logo após o “processo” era encaminhado para o setor correspondente. Daí em diante não havia mais a possibilidade de acompanhamento efetivo, uma vez que o fluxo estava fragilizado e as competências indefinidas.

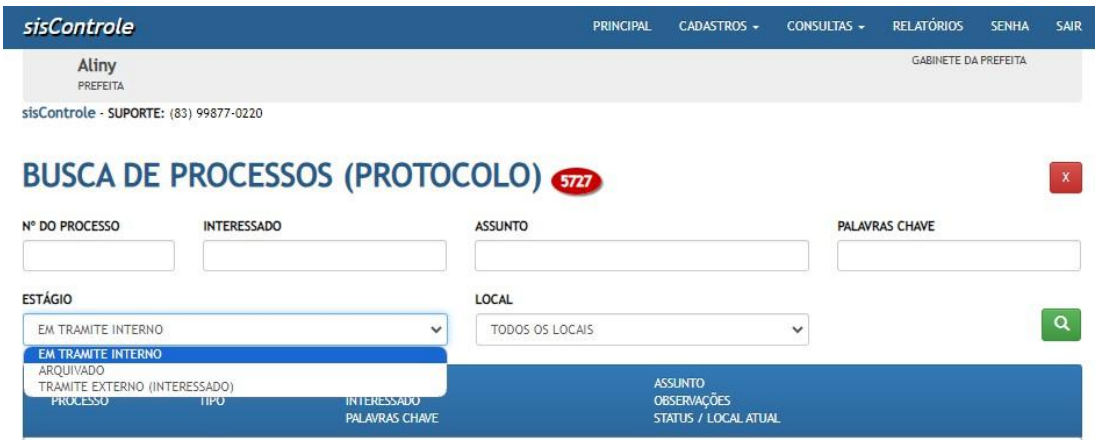


Figura 4: SisControle (Sistema de Controle de Processo) Versão: v.2023. Cidade: Cruz do Espírito Santo/PB. Empresa: BomTI desenvolvimento de sistemas.
Fonte: https://cruzdoespiritosanto.pb.gov.br/

No dia 28-11-2023, verificou-se o registro, inserção e tramitação de 5727 processos com possibilidade de acesso de todos os órgãos internos, com informações que facilitam a busca, registro imediato de informações e anexo de documentos nos campos: número data de abertura, origem, prazo estabelecido para resposta, tipo, assunto, destaque para urgente e linha histórica para acompanhamento com: trâmite, usuário, data do recebimento, data do envio e ocorrência. Onde cada setor tem acesso próprio e identificado.

Embora a maturidade digital leve um tempo para se atingir, verificou-se que a implantação do sisControle possibilitou a tramitação on-line, o que representa a adoção de um arquivo digital que reduziu custos com o uso do papel, otimizou e desburocratizou o fluxo dos processos, padronizou procedimentos e facilitou a comunicação entre servidores e setores e potencializou a segurança dos dados.

Nessa direção, o Tribunal de Contas da União – TCU lançou o “Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação”[11] e reafirma a importância das ferramentas tecnológicas ao ratificar que “Nos dias atuais, é difícil vislumbrar alguma ação desenvolvida pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que não dependa direta ou indiretamente da Tecnologia da Informação (TI), cuja utilidade reveste-se cada vez mais de grande relevância”. (TCU, 2020 p. 7)

4.2. OUVIDORIA MUNICIPAL

A ouvidoria constitui-se em um importante instrumento de participação cidadã e de possibilidade do controle social, de forma direta, na Administração Pública, na medida em que possibilita à sociedade expressar as suas necessidades. (ANTUNES, 2019 p. 4)

Foi identificado que o serviço, embora expresso no Portal da Transparência, passou a funcionar no ano de 2021 e possui três formas de acesso. No próprio portal estão dispostos links de acesso a plataforma do Fala.Br[12] e número do WhatsApp, para além de setor específico situado na sede da prefeitura.

De acordo com o site, a “Prefeitura de Cruz do Espírito Santo, oferta aos munícipes a oportunidade de externar suas manifestações de agravo ou endosso à qualidade da prestação dos serviços públicos prestados pelas Unidades da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, de respeito à justiça, à legalidade dos atos praticados pela gestão e a valorização da participação popular no processo” e se comunica com a população com frases de efeito que facilitam a

[11] guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação: Riscos e Controles para o Planejamento da Contratação. Brasília, 2012. Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/guia-de-boas-praticas-em-contratacao-de-solucoes-de-tecnologia-da-informacao-1-edicao.htm>

[12] O município aderiu a plataforma integrada à Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR, desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU). A ferramenta é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (pedidos de acesso à informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e simplifique) a órgãos e entidades do poder público. Disponível em 14/11/2023 https://falabr.cgu.gov.br/web/home

comunicação: Gostaria de nos enviar uma mensagem? Tirar uma dúvida? Fazer uma solicitação, reclamação, denúncia ou elogio? Cadastre-se no nosso sistema de Ouvidoria e seja atendido muito mais rápido[13]

Verificou-se que todas as solicitações realizadas são consolidadas em instrumento próprio padronizado que serve como ferrementa para que as demandas sejam atendidas, para além de termômetro para possíveis ajustes na gestão e oferta dos serviços. Conforme demonstra a figura 5 a seguir:

Figura 5: registros da Ouvidoria Municipal 2022 e 2023
Fonte: sistematização de dados da Ouvidoria (2022/2023)

Logo, diante do número de registros identificados pode-se afirmar que a implementação satisfatória do serviço, ampliou o acesso da população aos atos da gestão, proporcionando a efetivação do controle social, bem como o redirecionamento de atos relacionados à administração pública considerando os anseios da população. Conforme se relaciona a ilustração na figura 3 do referido estudo, mais precisamente o item G que trata da transparência: trazendo a afirmação que o sitema de controle interno cria mecanismos que contrinuem para a implementação da Governança Pública.

Observou-se que o número de “Solicitação” considerando que as demandas de infraestrutura são direcionadas para ouvidoria para melhor controle do atendimento, uma vez que a própria população avisa quando da necessidadede, ou alguma solicitação, como por exemplo da troca da iluminação pública.

[13] Disponível em 22/11/2023 < https://cruzdoespiritosanto.pb.gov.br/ouvidoria/>

4.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão eficiente dos recursos públicos envolve não apenas a alocação inicial de verbas no orçamento, mas também a capacidade de ajustar e realocar esses recursos quando necessário, por meio de créditos adicionais e suplementações orçamentárias. É imperativo que tais movimentações financeiras sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente, respeitando, por exemplo, o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, que exige a prévia indicação dos recursos efetivamente disponíveis para a abertura de créditos adicionais.

Durante o período analisado, verificou-se que a execução orçamentária se alinhou estritamente às normas contábeis preconizadas, como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e outras regulamentações pertinentes.

A equipe técnica do Tribunal de Contas, ao apreciar as contas dos exerccios de 2021 e 2022, constatou a regularidade na gestão dos créditos adicionais suplementares. Esse reconhecimento reforça a conformidade e a diligência na utilização desses instrumentos orçamentários, evidenciando a observância das diretrizes legais e a responsabilidade na movimentação dos recursos públicos.

Destaca-se aqui a relação com o conceito de Governança ilustrado na figura 3 do estudo, em tela, mais precismente o item A que trata do compromisso com o cumprimento das leis.

De acordo com os dados obtidos, observou-se que o objetivo primordial da gestão pública municipal, foi de buscar o equilíbrio das finanças públicas, direcionando os recursos para áreas cruciais como educação, saúde, assistência social, infraestrutura e políticas voltadas à proteção da mulher. Ademais, medidas de contenção de gastos em despesas de pessoal foram adotadas para otimizar o uso dos recursos disponíveis.

Mesmo em um cenário de crise financeira nacional e com a diminuição dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), impactando adversamente o equilíbrio das contas públicas municipais, observou-se que foi possível atingir e manter limites máximos e mínimos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pela atual gestão, nesse sentido. Foi identificado que essa regularidade é um reflexo do compromisso da gestão municipal em cumprir os

parâmetros legais estabelecidos, mesmo diante de desafios econômicos significativos.

4.4. ÍNDICES DE RESPONSABILIDADE FISCAL: ÍNDICE DE PESSOAL

O Índice de Pessoal é um dos parâmetros fundamentais para avaliar a conformidade com os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2020, o índice de pessoal situava-se em 60,45%, superando o limite estabelecido pela LRF. No entanto, em um período de análise subsequente, observou-se uma diminuição significativa desse índice para 48,59%, representando uma redução de 11,86%. Essa queda demonstra o empenho em adequar os gastos com pessoal aos parâmetros legais estipulados, promovendo o reequilíbrio das finanças públicas.

Pode-se afirmar que tal resultado faz parte da aplicabilidade da governança nesse caso no atendimento ao princípio da eficiência que se caracteriza em “fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível.” BRASILIA. Enap, 2019 p. 79

Conforme estabelecido pela legislação, a redução do índice de pessoal traz consigo diversos benefícios para a gestão fiscal do município. Isso inclui a possibilidade de maior flexibilidade na realização de contratações e investimentos, além de uma margem mais ampla para aplicação de recursos em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura.

Entretanto, no decorrer do período seguinte, em 2022, o índice de pessoal voltou a subir, alcançando 58,40%. A principal causa dessa ascensão foi a queda na receita, o que gerou uma estabilização da Receita Corrente Líquida (RCL). Tal cenário impactou negativamente o índice de pessoal, dificultando a manutenção da regularidade exigida pela LRF.

Observou-se que a gestão do índice de pessoal sempre foi um desafio histórico para o município, alinhado à conjuntura das despesas com pessoal em relação a RCL. Diante dessa realidade, foram identificadas medidas de redução de gastos e um planejamento estratégico implementado para conter os impactos dessa oscilação e buscar a adequação contínua aos parâmetros legais estabelecidos pela LRF.

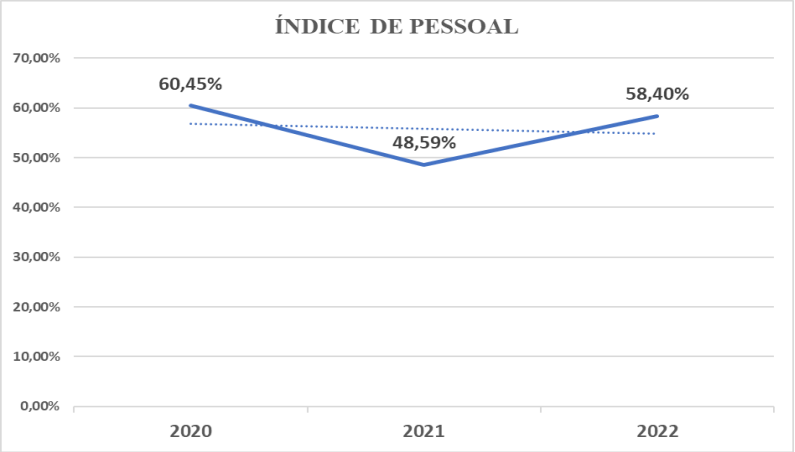


Gráfico I – Comparativo do índice de pessoal 2020 a 2022.
Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraiba. 2022

4.5. ÍNDICES DE RESPONSABILIDADE FISCAL: EDUCAÇÃO – FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) representa um dos pilares essenciais para a aplicação de recursos na educação básica, sendo fundamental para o cumprimento das metas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Recentemente, alterações na estrutura da LRF elevaram o índice mínimo de aplicação de recursos no magistério com o FUNDEB de 60% para 70%.

De acordo com os dados obtidos, observou-se que no ano de 2020, o município alcançou a regularidade fiscal, atingindo o índice de 60,62% de aplicação no FUNDEB. Porém, nos anos seguintes, quando a aplicação mínima foi elevada para 70%, o índice atingiu 71,81%, obtendo assim a regularidade fiscal e aumentando a aplicação em 11,19%. Já no exercício subsequente, em 2022, o índice de aplicação no FUNDEB atingiu o patamar de 87,45%.

É importante ressaltar que nos três exercícios analisados, o saldo financeiro foi mantido abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Essa disciplina financeira foi um dos fatores essenciais para a obtenção desses índices de aplicação, demonstrando um comprometimento da gestão municipal com as diretrizes estabelecidas pela legislação.

A obtenção desses índices é fundamental para a qualidade da educação básica e para o cumprimento das metas estabelecidas. A aplicação adequada dos recursos do FUNDEB possibilita melhorias na infraestrutura escolar, na capacitação

de professores, no desenvolvimento de programas educacionais e na oferta de um ensino de maior qualidade.

Nesse contexto, as práticas de governança adotadas pela gestão pública desempenharam um papel fundamental na obtenção desses índices. A transparência na gestão dos recursos, o planejamento estratégico das despesas e o acompanhamento rigoroso das aplicações financeiras contribuíram positivamente para garantir a regularidade na aplicação dos recursos do FUNDEB e para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela LRF.

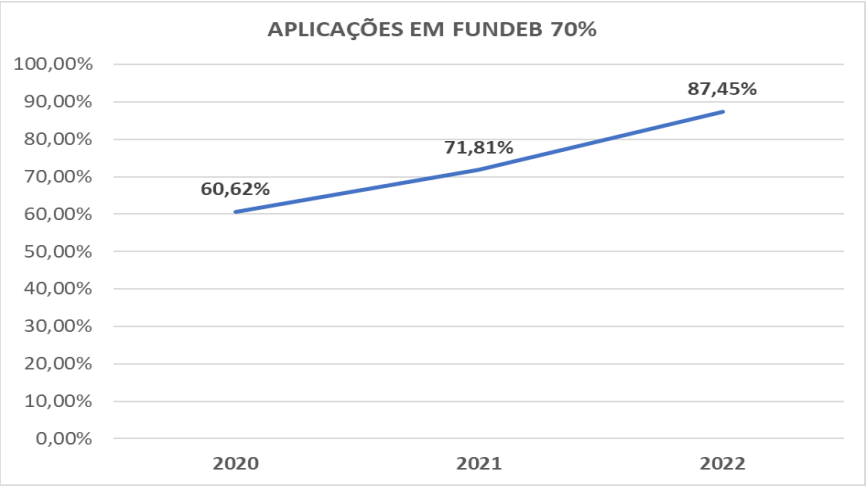


Gráfico II – Comparativo do índice de aplicações do FUNDEB 2020 a 2022.
Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraiba, 2022.

4.6. ÍNDICES DE RESPONSABILIDADE FISCAL: EDUCAÇÃO - MDE

O índice de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) é um indicador essencial para mensurar o comprometimento financeiro de entes públicos com a educação. Foi observado que no exercício de 2020, o índice de MDE não atingiu o patamar mínimo, chegando a 24,62%. Em 2021, esse número diminuiu ainda mais, alcançando 23,52%, impactado diretamente pela pandemia global.

A pandemia trouxe desafios significativos para o setor educacional, afetando diretamente a disponibilidade de recursos e a execução de políticas de educação. Nesse contexto, a redução nos investimentos identificada, pode ser atribuída a uma realocação de recursos para atender às emergências sanitárias e sociais, bem como à queda na arrecadação de receitas.

O Tribunal de Contas do município concedeu a regularidade fiscal, embora tenha identificado que as aplicações em MDE não atenderam ao limite mínimo

estabelecido pela Constituição Federal, não resultando em sanções para a gestora devido à Emenda Constitucional 119/22. Entretanto, a EC 119/22 estabelece a necessidade de que até o final de 2023 a gestora atenda às exigências do art. 212 da CF, aplicando o valor de R$ 478.334,66 (quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos), além de cumprir com o índice mínimo.

No exercício de 2022, o índice de MDE foi restabelecido, atingindo 27,85%, o que contribuiu para retomar a regularidade nesse aspecto. Esse aumento demonstra um compromisso renovado com a educação pública, possibilitando a reversão do cenário de baixa aplicação nos anos anteriores.

Atendendo ao que estabelece a EC 119/22, a obtenção desse resultado positivo em 2022, traz benefícios significativos para a população. O aumento dos investimentos em educação tende a fortalecer o sistema educacional municipal, melhorando a qualidade do ensino.

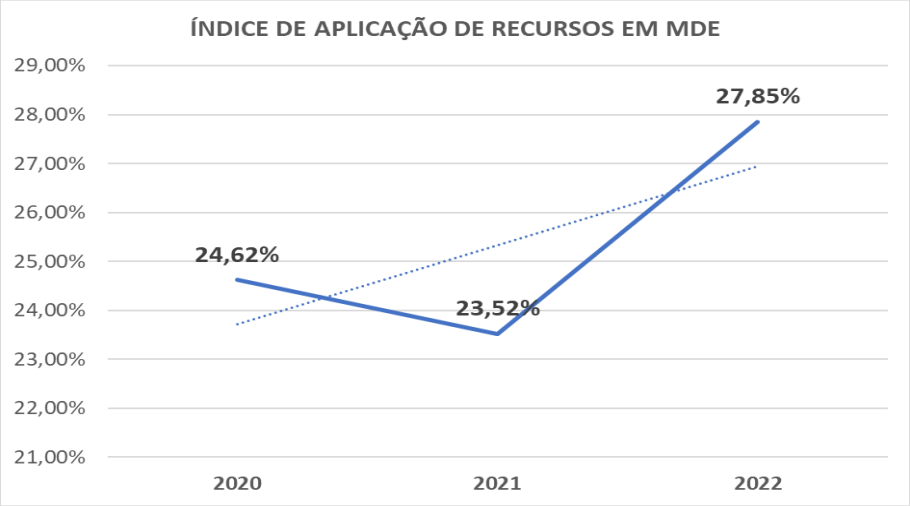


Gráfico III – Comparativo do índice de aplicações do MDE 2020 a 2022.
Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraiba, 2022.

4.7. ÍNDICES DE RESPONSABILIDADE FISCAL: SAÚDE

O índice de aplicações com recursos próprios em saúde é um indicador crucial para medir o comprometimento do município com a área da saúde pública. Em 2020, o índice atingiu 27,7%, impulsionado pelo aumento da arrecadação relacionada à pandemia, em conformidade com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Entretanto, em 2021, embora tenha superado o limite mínimo estabelecido de 15%, atingindo 18,16%, esse valor indica um retorno a um fluxo acima do natural de investimentos. A manutenção desse patamar é um requisito conforme previsto na Constituição Federal (artigo 198) e na Lei Complementar nº 141/2012, que regulamenta os recursos mínimos a serem aplicados na saúde.

Em 2022, houve um pequeno aumento para 18,97%, mantendo a regularidade fiscal, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela legislação supracitada.

Atingir e manter o índice de aplicações em saúde é de significativamente importante para a população, conforme preconiza a legislação vigente. Nota-se que esse investimento direcionado é vital para o cumprimento das exigências legais e para proporcionar uma atenção mais efetiva à saúde da população, conforme diretrizes constitucionais e legais referentes à saúde pública.

Ao alcançar e manter um índice adequado de aplicações em saúde, o município assegura uma atenção mais efetiva à saúde da população, promovendo não apenas o tratamento de doenças, mas também a prevenção e a promoção da qualidade de vida. Isso contribui para reduzir as desigualdades, garantir acesso universal aos serviços de saúde e proporcionar um ambiente mais saudável para todos os cidadãos.

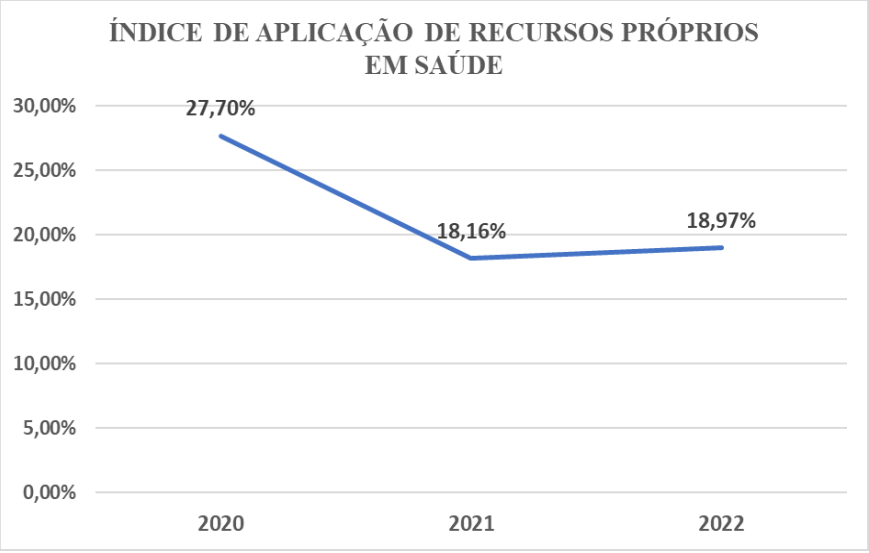


Gráfico IV – Comparativo do índice de aplicações em saúde 2020 a 2022.
Fonte: Brasil, TCE 2020.

4.8. ÍNDICES DE RESPONSABILIDADE FISCAL: ENDIVIDAMENTO

De acordo com os dados obtidos, identificou-se que em 2020, a dívida municipal correspondeu a 52,93% da Receita Corrente Líquida (RCL), mantendo-se muito abaixo do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 120% da RCL. Esse desempenho reflete um controle saudável das finanças, evitando excessos e mantendo a estabilidade fiscal.

Nos anos seguintes, houve uma significativa redução desse índice, ao atingir 26,85%, em 2021 e diminuir para 25,69% em 2022. Essa diminuição progressiva demonstra o compromisso da gestão com uma administração financeira prudente, mantendo o endividamento municipal muito abaixo do limite estabelecido.

Respeitar e manter um índice de endividamento equilibrado é fundamental para a sustentabilidade das finanças públicas. Isso porque um endividamento excessivo pode comprometer a capacidade do município em honrar compromissos financeiros e investir em áreas essenciais, afetando diretamente a qualidade dos serviços públicos prestados à população. A diminuição e manutenção do índice de endividamento demonstram um compromisso sério com a responsabilidade fiscal e um gerenciamento eficaz dos recursos públicos. Essa prática é benéfica para o município, pois permite mais flexibilidade financeira para investimentos estratégicos e para lidar com eventualidades econômicas sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

Essa atitude responsável reflete não apenas o cumprimento das diretrizes legais, mas também a promoção de uma gestão financeira sustentável, contribuindo para a solidez econômica do município em longo prazo.

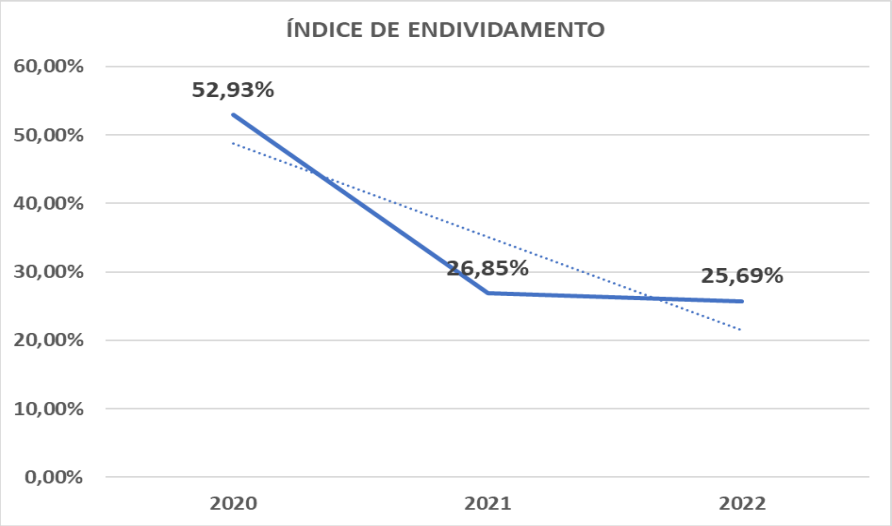


Gráfico V – Comparativo do índice de endividamento 2020 a 2022.
Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraiba, 2022.

4.9. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

O que se refere aos balanços contábeis se fez necessário abordar resultados fundamentais como superávit orçamentário, superávit financeiro e o desempenho relacionado às variações patrimoniais.

Os balanços contábeis, como demonstrações financeiras fundamentais, foram analisados em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e suas referências legais, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e as normativas do Tribunal de Contas, assegurando a autenticidade, conformidade e tempestividade dos registros contábeis.

Todo esse processo é conduzido pela equipe de contabilidade, composta por profissionais especializados em contabilidade pública, que asseguram o envio pontual das informações para o Tribunal de Contas. Os dados fornecidos por esta equipe são a base essencial para a realização de análises detalhadas, visando a obtenção de resultados relevantes e a identificação de pontos fundamentais na gestão dos recursos públicos.

4.9.1 Análise dos Demonstrativos Contábeis: Balanço Orçamentário

Ao analisar os balanços orçamentários dos anos de 2020, 2021 e 2022, foram observadas variações significativas nos resultados financeiros do município.

No exercício de 2020, o balanço orçamentário registrou um déficit de R$ 1.477.805,60 (um milhão, quatrocentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinco reais e sessenta centavos). Essa situação pode ter sido influenciada por diversos fatores, como variações na arrecadação, despesas imprevistas ou não previstas no planejamento anual.

Já em 2021, o município alcançou um superávit considerável de R$ 7.266.796,31 (sete milhões, duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e noventa e seis reais e trinta e um centavos) no balanço orçamentário. Esse resultado positivo reflete uma gestão mais eficiente dos recursos, um planejamento mais preciso das despesas e uma melhoria na arrecadação, entre outros fatores.

Entretanto, no exercício subsequente, em 2022, o balanço orçamentário apresentou um déficit de R$ 4.853.588,99 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos). Esse retorno ao cenário deficitário está associado a variações na receita e a não realização de receitas fundamentais para se manter uma situação superavitária.

Esta análise detalhada dos balanços orçamentários de cada ano permitirá compreender as variações nos resultados financeiros, identificar possíveis tendências e auxiliar na elaboração de estratégias para o equilíbrio fiscal e a saúde financeira do município.

4.9.2 Análise dos Demonstrativos Contábeis: Balanço Patrimonial

Os resultados financeiros obtidos nos balanços patrimoniais dos anos mencionados trazem reflexões importantes sobre a gestão fiscal e a governança do município. O déficit financeiro em 2020 seguido de superávits financeiros em 2021 e 2022 apontam para uma mudança na dinâmica das finanças municipais.

O déficit financeiro de 2020, indica um saldo negativo considerável, pode revelar desafios na gestão orçamentária e financeira, apontando para possíveis fragilidades no controle interno e na governança. A falta de equilíbrio entre receitas e despesas pode ter sido um fator crítico nesse período, demandando uma revisão das práticas de gestão.

Os superávits financeiros registrados em 2021 e 2022 mostram uma reversão positiva nessa situação, sugerindo melhorias na administração financeira. Isso pode refletir a implementação de práticas de controle interno mais efetivas, como revisão

de gastos, aprimoramento na gestão de receitas e despesas, além de políticas de controle mais rigorosas.

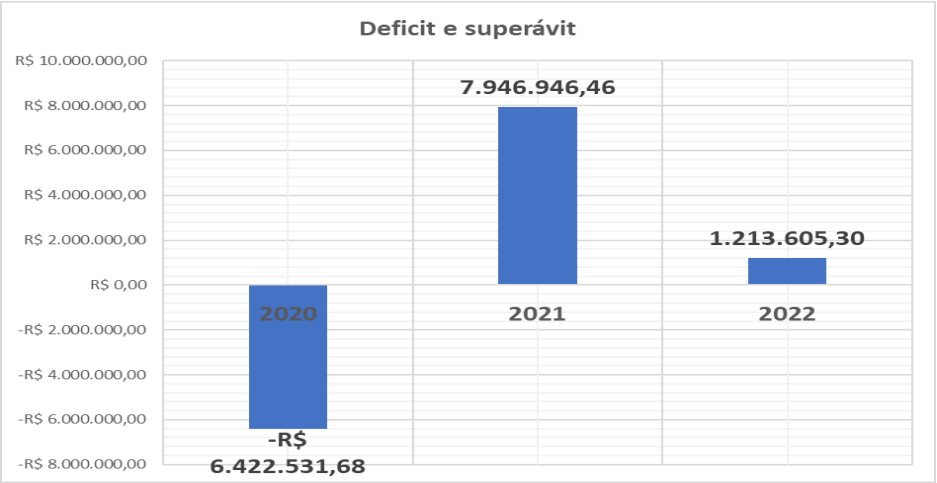


Gráfico VI – Comparativo do resultado financeiro de 2020 a 2022.
Fonte: Brasil, TCE 2020 a 2022.

A importância do controle interno na execução de procedimentos e políticas adequadas influenciou diretamente na obtenção desses resultados positivos. Desta forma, percebe-se que é fundamental manter a continuidade dessas práticas, revisando constantemente os processos e adotando medidas proativas para garantir a sustentabilidade financeira do município.

A relação com a governança e o controle interno se estabeleceu e de fato foi possível uma gestão mais eficiente e transparente, permitindo identificar desequilíbrios financeiros e implementar medidas corretivas. A governança, ao estabelecer diretrizes e políticas para uma administração mais eficaz, foi fundamental para a melhoria dos resultados financeiros ao longo dos anos subsequentes. O que possibilitou a implantação de diversos serviços e programas, dentre outros avanços a retomada de obras paralizadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a influência do Controle Interno na efetivação da Governança do município, se propõe identificar de forma específica quais ações de controle interno foram implementadas com vistas ao cumprimento das normas legais da administração pública municipal na direção do atendimento

aos princípios da boa governança, descrever os resultados da aplicação do controle interno, bem como constatat os impactos na efetivação das estratégias adotadas.

Ao longo da construção do referido Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, após acesso aos documentos institucionais e realização de análise minuciosa dos dados contábeis e dos relatórios de gestão do município, foi possível identificar uma série de aspectos fundamentais que permeiam a governança pública e o controle interno. A partir de informações que representam avanço e resultados positivos nos anos de 2022 e 2023, bem como acesso aos balanços orçamentários, patrimoniais e dos índices de responsabilidade fiscal, uma visão mais ampla sobre a gestão municipal se delineou.

Os resultados apresentados, de fato refletem não apenas números, mas a eficiência e a eficácia das políticas adotadas pelo município. O déficit financeiro em 2020 sinalizou desafios, apontando para a necessidade de reestruturação e ajustes na gestão fiscal. Contudo, os superávits subsequentes em 2021 e 2022 representaram uma virada positiva, fruto de medidas de controle e revisão de práticas administrativas.

A relação direta entre os resultados financeiros e a eficácia do controle interno e da governança torna-se evidente. A capacidade de identificar, corrigir e prevenir desequilíbrios financeiros se mostrou vital para a saúde econômica do município. A implementação de medidas proativas, a revisão de gastos e a transparência na gestão foram determinantes para alcançar resultados satisfatórios.

A compreensão desses resultados vai além do âmbito financeiro; trata-se do compromisso com a transparência, eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos. A melhoria contínua desses processos é uma busca constante, visando sempre ao aprimoramento das práticas de gestão pública.

É importante ressaltar que a obtenção de índices positivos não é apenas um indicativo de eficiência administrativa, mas também uma demonstração do compromisso com o bem-estar da população. Cada superávit conquistado, cada índice alcançado reflete a capacidade de promover políticas públicas que atendam às necessidades da comunidade.

Dessa forma, as considerações finais reforçam a importância da análise criteriosa dos dados contábeis, como peça fundamental do controle interno, para subsidiar a tomada de decisão e o aprimoramento contínuo da gestão pública e reafirmação da essencialidade da aplicação da governança.

Portanto, é notório que o comprometimento com a transparência, aliado a prática de governança eficaz e a um controle interno sólido, são pilares fundamentais para uma administração pública ética, responsável e voltada para o bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, Chussy Karlla Souza. FREITAS, Nancy Moreira de Barros. FILHO, José Francisco Ribeiro. **OUVIDORIA:** inter-relação entre o controle social e controle interno. Pernambuco, 2019. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.ouvidoria.pe.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Ouvidoria-Inter-rela%C3%A7%C3%A3o-Entre-o-Controle-Social-e-o-Controle-Interno.pdf>

2. AZEVEDO, N. K. ENSSLIN, S. R. & REINA, D. R. M (2010, set./dez.). **Controle Interno e as Fundações de apoio à pesquisa universitária:** uma análise do funcionamento do Controle Interno nas Fundações da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2010**.** Enf.: Ref. Cont. UEM – Paraná, 29(3), 34-45. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121039

3. BORGES, Silvino de Freitas. **Controle Interno**: os objetivos do controle interno na gestão pública municipal, com foco na eficiência e eficácia. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIX, nº 000054, 2014. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_silvino.pdf> Acesso em 09 out de 2023.

4. BRANDALISE, Fábio et al., **O contador público no contexto da Gestão Pública**. Porto Alegre/RS, 2009. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.caxias.ideau.com.br/wp-content/files_mf/4e7e042a6738a3c142cf71a76e5ed0f1112_1.pdf> Acesso em 28 set de 2023.

5. BRASIL. Congresso Nacional (2000). Lei Complementar, nº 101, 4 maio 2000. **LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal**, Brasília.

6. BRASIL. Tribunal de Contas do Estado. **Relatório de Prestações de Contas** – Paraíba, TCE, 2020 a 2022.

7. BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Critérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública:** um estudo dos modelos e das normas disciplinadoras em diversos países. Brasília, TCU, 2009.

8. BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Dez passos para a boa governança** – Edição 2. Brasília, TCU, 2021.

9. Brasil. Tribunal de Contas da União. **Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação:** riscos e controles para o planejamento da Brasília: TCU, 2012.

10. BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação de governança em políticas públicas**. Brasília, TCU, 2014.

11. BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jusdicionados ao TCU / Tribunal de Contas da União.** Edição 3 - Brasília, TCU, 2020.

12. BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2017.

13. BRASIL. **Instrução Normativa nº 01, de 06 de abril de 2021.** Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Brasília, 2021.

14. BRASIL. **Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.** Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964.

15. BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de

1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011.

16. BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança / Tribunal de Contas da União**. – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Coordenação-Geral de Controle Externo dos Serviços Essenciais ao Estado e das Regiões Sul e Centro-Oeste, 2013.

17. BUBNA, Marcos Roberto. OLIVEIRA; Dr. Vladimir Luís de. **A importância do controle interno na administração pública**. Curitiba/PR, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.escola.pc.pr.gov.br/sites/espc/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/artigo_14_marcos_roberto_bubna.pdf> Acesso em 06 out de 2023.

18. CEMBRANEL, Tonimar da Silva. **Considerações sobre auditoria interna e controles internos em instituições financeiras**. Porto Alegre, 2010.

19. Fundação Getulio Vargas. **Insegurança alimentar no Brasil**: Pandemia, Tendências e Comparações Globais. Disponível. Maio/2022. Acesso em 07 nov de 2023. https://portal.fgv.br/noticias/brasil-atinge-novo-recorde-brasileiros-sem-condicoes-se-alimentar-mostra-pesquisa

20. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

21. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

22. HOLANDA, Gilderlanio Alves; BORGES, Erivan Ferreira. **Governança pública e unidades de controle interno:** nível de aderência às boas práticas de governança. Revista do TCU, n. 149, p. 181-199, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/admin/Downloads/1831-Texto%20do%20artigo-3724-1-10-20220615.pdf . Acesso em 05 novembro de 2023.

23. KERBAUY, Maria Teresa et al. **Abordagem quanti-qualitativa:** superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. issn 0102-6801.

24. LIMA, Liliane Chaves Murta de. **Controle Interno na Administração Pública.** O CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO UM INSTRUMENTO DE *ACCOUNTABILITY.* Brasília 2012.

25. RÔLLO, Marilene. **Os sistemas de controle interno na administração pública**. Revista Eletrônica do CRCRS nº 5, veiculada em dezembro de 2007.

26. SILVA, André Luiz Carvalhal da. **Governança Corporativa e Sucesso Empresarial:** melhores práticas para aumentar o valor da firma. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

27. SILVA, Dr. Lino Martins da. **A normatização da contabilidade governamental:** fatores críticos que impactam as informações dadas aos usuários das informações contábeis. *Universidade do Estado do Rio de Janeiro. V*. 1, n. 1, art. 3, ISSN 1981-8610 jan/abr. 2007.

28. WILIAM, Attie. Auditoria: Conceitos e aplicações – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2018. ISBN 978-85-97-1721-2

29. IERA, James Batista. **Governança, gestão de risco e integridade**. Brasília: Enap 2019.

TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO SIMPLES NACIONAL PARA O LUCRO REAL: estudo de caso Campina Grande, Paraíba

Hildasio da Silva Bernardo[14]
Teófilo Augusto da Silva Soares[15]

RESUMO

No complexo cenário tributário brasileiro, as empresas enfrentam um grande desafio na busca de estratégias que as coloquem constantemente em condições competitivas no mercado a otimização de recursos e a busca por alternativas estratégicas para redução de custos fiscais são preocupações diárias nas empresas. Nesse contexto, a transferência de créditos tributários das empresas optantes pelo Simples Nacional para as empresas que atuam no regime do Lucro Real desponta como uma estratégia potencialmente favorável. O objetivo principal do artigo é: Quais são os desafios envolvidos na transferência de créditos tributários de empresas optantes pelo Simples Nacional para empresas que operam no regime do Lucro Real? A metodologia utilizada trata-se de um estudo de caso com embasamentos exploratório, comparativo e documental. E para a coleta do estudo, os dados documentais foram extraídos das demonstrações contábeis e fiscais. Como resultado, observou-se que pelo valor dos créditos tributários a ela repassado, que a empresa do Lucro Real tem um bom aproveitamento dos créditos durante os meses do ano, otimizando assim seu caixa e diminuindo a carga tributária da organização. Em resumo, a análise indica que a empresa operando no regime do Lucro Real, tem uma oportunidade significativa de economia fiscal através dos créditos dos tributos provenientes de suas aquisições de seu fornecedor que está no Simples Nacional. Portanto, para que a empresa do Lucro Real encontre vantagem em continuar comprando da empresa Optante do Simples Nacional, é fundamental que o preço de venda da Optante do Simples Nacional seja ajustado para refletir a ausência de créditos de ICMS.

Palavras-chave: Crédito Tributário. Simples Nacional. Transferência.

ABSTRACT

In the complex Brazilian tax scenario, companies face a great challenge in the search for strategies that constantly place them in competitive conditions in the market. Resource optimization and the search for strategic alternatives to reduce tax costs are daily concerns for companies. In this context, the transfer of tax credits from companies opting for Simples Nacional to companies operating under the Real

[14] Graduando do Curso de Ciências Contábeis. E-mail: hildasio2010@hotmail.com
[15] Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis, pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba, IESP, Especialização em MBA em Contabilidade Controladoria e Finanças, pela Faculdade Integrada de Patos, FIP, docente do UNIESP Centro Universitário, em cursos de graduação e pós-graduação, e professor de pós-graduação da BSSP Centro Educacional. E-mail: teofilo@ts7contabilidade.com.br. Curriculo Lattes: https://lattes.cnpq.br/7393641123357419

Profit regime emerges as a potentially favorable strategy. The main objective of the article is: What are the challenges involved in transferring tax credits from companies opting for Simples Nacional to companies operating under the Real Profit regime? The methodology used is a case study with exploratory, comparative and documentary bases. And to collect the study, documentary data was extracted from the accounting and tax statements. As a result, it was observed that due to the value of the tax credits transferred to it, the Lucro Real company makes good use of the credits during the months of the year, thus optimizing its cash flow and reducing the organization's tax burden. In summary, the analysis indicates that the company operating under the Real Profit regime has a significant opportunity for tax savings through tax credits arising from its purchases from its supplier, which is in Simples Nacional. Therefore, for the Lucro Real company to find an advantage in continuing to buy from the company Optante do Simples Nacional, it is essential that the sales price of Optante do Simples Nacional is adjusted to reflect the absence of ICMS credits.

Keywords: TaxCredit. Simple national. Transfer.

1. INTRODUÇÃO

Conforme a Constituição Federal de 1988, o Sistema Tributário Nacional foi constituído para controlar, através de normas, o recolhimento dos tributos de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para financiar as atividades do Estado (CAMPOS, 2009).

Esses tributos podem ser cobrados diretamente pelo Estado, através do patrimônio e renda da pessoa física ou jurídica, e indiretamente, como conseqüência da compra ou prestação de serviço adquirida (FABRETTI; FABRETTI, 2007).

Pêgas (2017) explana que em diversos países do mundo as pequenas empresas têm tratamento tributário especial para fins de incentivo. Pelo fato dessas empresas terem um alto custo fixo, esse incentivo tributário faz com que as mesmas consigam competir no mercado que está cada vez mais globalizado.

O mercado econômico brasileiro é composto na sua maioria, por micro, pequenas e médias empresas que, atuando significante na economia, são as maiores geradoras de riqueza e empregos. Luiz Barreto, Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), afirma que é de extrema importância incentivar e qualificar os empreendimentos de pequeno e médio porte, uma vez que o conjunto dessas organizações é decisivo para o desenvolvimento econômico (SEBRAE-MT, 2014).

O Simples Nacional tem por objetivo fazer um único recolhimento mensal, onde é aplicado um percentual estabelecido por Lei, que abrange os tributos: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, INSS, além do IPI para as empresas industriais ou equiparadas, ICMS e ISS para empresas contribuintes destes impostos (PÊGAS, 2017).

A carga tributária, preocupação constante para as empresas em todo o mundo, e no Brasil, não é diferente. A complexidade do sistema tributário do país exige que as empresas adotem estratégias inteligentes para otimizar sua carga fiscal e manter a competitividade. Para Vello e Martinez (2014), o Planejamento Tributário compreende em um conjunto de atividades que auxiliam a empresa a diminuir a carga tributária a ser paga e, conseqüentemente, a não gerar custo operacional elevado, proporcionando, mais eficiência e competitividade no seu ramo de atividade.

Passível de diversas alterações e novas criações, a legislação brasileira torna-se complexa e de difícil entendimento por parte dos empresários. Muitas empresas ficam pouco tempo ativas no mercado, e dos motivos apresentados cita-se a dificuldade de pagar os tributos e em atender aos procedimentos legais, fiscais e tributários (NASCIMENTO, 2011).

Segundo Fabretti (2001 p.127), sem um bom planejamento tributário, será muito difícil competir num mercado globalizado e garantir um bom retorno para o capital investido.

Fabretti (2001) ressalta que para tal planejamento, antes de tudo, o planejador deverá ter bom senso, pois nem todas as alternativas legais e válidas para determinado tipo de empresa será viável para outra.

Este estudo de caso aborda a dinâmica da transferência de créditos tributários de uma empresa optante pelo Simples Nacional para uma empresa do Lucro Real e examina as oportunidades e desafios que essa estratégia apresenta. Além disso, busca identificar os critérios, procedimentos e vantagens que a empresa em questão, localizada em Campina Grande, Paraíba, considerou ao adotar essa abordagem.

Ao explorar as implicações dessa transferência, esta pesquisa visa fornecer *insights* valiosos para empresas que estejam considerando essa estratégia como parte de sua gestão tributária.

Diante do exposto obtém o seguinte questionamento: Quais são os desafios envolvidos na transferência de créditos tributários de empresas optantes pelo Simples Nacional para empresas que operam no regime do Lucro Real?

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar e compreender as práticas, desafios e oportunidades relacionadas à transferência de créditos tributários entre dois regimes tributários diferentes, com ênfase nas empresas que passam por essa transição e em como isso afeta suas operações e obrigações fiscais.

Como objetivos específicos deste trabalho destacam-se: Análise das Regulamentações: examinar detalhadamente as regras e regulamentos que governam a transferência de créditos tributários entre empresas do Simples Nacional e empresas do Lucro Real, proporcionando uma compreensão profunda das normas legais relevantes; Avaliação dos Benefícios Fiscais: investigar os benefícios fiscais potenciais associados à transferência de créditos tributários,

identificando as situações e condições em que essa estratégia pode ser vantajosa para as empresas; Estudo de Caso: demonstrar a transferência de créditos tributários, documentando sua experiência, desafios enfrentados e resultados alcançados.

Como método utilizado para a construção deste texto destaca-se a um estudo de caso com embasamentos exploratórios, comparativos e documentais. Para a retirada das informações compreendidas durante o trabalho utilizou-se das Leis brasileiras, artigos e dados da internet. E para a coleta do estudo, os dados documentais foram extraídos de uma empresa do regime de tributação do Lucro Real que está situada na cidade de Campina Grande-PB.

A justificativa do trabalho se efetua por meio da necessidade de mostrar às empresas do Lucro Real que elas podem ter direito ao crédito de ICMS, PIS E COFINS na hora da compra por empresa inscrita no Simples Nacional.

Além disso, os altos custos tributários existentes no Brasil, se não forem administrados de maneira correta, podem provocar o insucesso nas empresas despreparadas para estes desafios, e para isso, é fundamental para a correta administração dos tributos, a análise e escolha da melhor forma de tributação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. INTRODUÇAO À TRIBUTAÇÃO NO BRASIL

O Código Tributário Nacional (CTN), em seu artigo 3º, define que “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (BRASIL, 1966).

Segundo Fabretti (2012, p. 106), tributo é sempre um pagamento compulsório em moeda, que é a forma normal de extinção da obrigação tributária.

O sistema atual está fundamentado nos artigos 145 a 156 da Constituição Federal de 1988, e se baseia em quatro princípios gerais que definem as espécies tributárias.

		Legislação	Definição
1° Princípio	Reserva legal	art. 150, I, CF e art. 9º, I, do CTN	União, Estados, Distrito Federal e os Municípios só poderão aumentar ou exigências de impostos se uma lei assim o estabelecer
2° Princípio	Anterioridade	CF, art. 150, III	Determina que os tributos só possam ser cobrados para fatos gerados ocorridos a partir da vigência da lei
3° Princípio	Isonomia	CF, art. 150, II	Todos devem ter tratamento igual perante a lei.
4° Princípio	Capacidade contributiva	1º do art. 145 da CF	Quando possível, os segundos impostos terão caráter pessoal e será graduada a capacidade econômica do contribuinte

Tabela 1: Princípios Gerais de Definição as Espécies Tributárias.
Fonte: elaboração própria.

O Estado necessita de meios materiais e pessoais para a realização de seus objetivos institucionais para que possa garantir a ordem jurídica, a segurança, a defesa, a saúde pública e o bem-estar social de sua população (OLIVEIRA, 2009, p. 55).

Umas das características marcantes do Sistema Tributário Brasileiro é o efeito cascata, acontecendo quando um produto ou serviço é tributado em várias etapas de produção ou comercialização tornando o produto final ainda mais caro no final da cadeia produtiva (PEREIRA E FERREIRA, 2010).

Entre 1988 e 2013, o Brasil experimentou quinze reformas tributárias. Nesse período, foram adicionadas ao nosso ordenamento jurídico, em média, 31 novas normas tributárias por dia. Com isso, em 2013, o sistema tributário brasileiro passou a ser constituído por 262.705 artigos, 612.103 parágrafos, 1.957.154 incisos e 257.451 alíneas. Para dar uma noção dessa complexidade, vale a pena informar que uma empresa comercializando seus produtos apenas dentro de seu estado deve cumprir uma legislação de aproximadamente 3.512 normas tributárias (Amaral, Olenike e Amaral, 2013).

Perante as alterações normativas na contabilidade brasileira, gerou uma adoção gradativa das regras emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), aceitados como *International Finance Report Standards* (IFRS), o qual tem

sido adotado por inúmeras nações, abrangendo as Comunidades Europeias ALMEIDA e BRAGA (2008). Deste modo, as mudanças já avistavam alinhar a legislação brasileira as regras internacionais adotadas, como assegura Bacci (2002, p. 144):

> A contabilidade do mundo atual procura a harmonização de procedimentos, de padrões que atendam a globalização, e que pela pulverização dos investimentos a nível mundial nas bolsas de valores, vêm tentando uma uniformização dos informes contábeis com objetivos claros de se adotar maior transparência e evidenciação dos critérios aplicados [...].

2.2. CRÉDITO TRIBUTÁRIO

O crédito tributário tem base legal, no Art. 139 do Código Tributário Nacional, que basicamente o seu conceito é: “o crédito decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza dessa”, representa o momento da exigibilidade da relação jurídico-tributária, momento esse acontece com o lançamento tributário (Art. 142 CTN), desse modo o crédito tributário representa a obrigação principal, passando a ser efetivo a parti do momento de sua liquidação.

O conceito de crédito e obrigação em direito privado possui uma natureza intrinsecamente distinta. Neste campo, o crédito é um dos elementos da relação obrigacional, ao lado do débito. O crédito não decorre da obrigação, mas a compõe. Devemos notar o uso distinto das duas denominações. No direito comparado, não se encontra igualmente esta distinção marcada entre obrigação e crédito tributário, especialmente no direito português ou espanhol (CALIENDO, 2019).

A obrigação, enquanto instituto da Teoria Geral do Direito é um vínculo jurídico prestigiado pela lei que obriga uma ou mais pessoas a dar (dare), fazer (facere) ou não fazer (non facere) alguma coisa em prol de outra ou outras (COELHO, 2020).

A obrigação surge com o fato gerador, e o crédito só se considera instaurado com produção de ato formalizando a existência e exigibilidade. O ato de cobrar o crédito tributário se dá com o lançamento, que confere ao título liquidação e a

segurança referente ao crédito tributário, tornando-a exigível. Acontece então a instituição do crédito tributário e não da obrigação tributária (AMARO, 2003).

O CTN adere o lançamento tributário como procedimento essencial para constituição do crédito tributário que prever: Art. 142. Compete à autoridade administrativa constituir o crédito tributário, que é um procedimento administrativo que visa verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

O lançamento tributário pode ser classificado como um ato administrativo, e, como tal, possui as seguintes qualificações: 1) imperatividade: capacidade de constituir, unilateralmente, obrigações a terceiros; 2) presunção de legitimidade: presunção de que tal ato foi regularmente praticado, até que se prove o contrário, de forma a invalidá-lo; 3) exigibilidade: poder de cobrar a prestação introduzida no ordenamento pelo ato administrativo (COSTA, 2018).

Assim, é possível constatar que para que o sujeito ativo – Fazenda Pública – possa realizar atos de cobrança do crédito tributário é indispensável que já tenha decorrido o prazo para pagamento da prestação tributária. Ou seja, apenas após o vencimento do crédito tributário é que estará o Fisco autorizado a realizar a cobrança deste através da inscrição do débito em Dívida Ativa com o posterior ajuizamento da execução fiscal.

Em suma, independentemente de como foi formalizada a existência, certeza e liquidez do crédito tributário, é apenas com o vencimento do prazo para o pagamento do tributo devido que se inicia sua exigibilidade pela a Fazenda Pública, que só será suspensa ou extinta caso vir a surgir alguma modalidade de suspensão ou de extinção, respectivamente, nos termos no artigo 141, do CTN:

> Art. 141. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Contudo, a suspensão de exigibilidade do crédito tributário está prevista nos artigos 151 a 155-A, do CTN. Porém é no artigo 151 que estão dispostas, em um rol taxativo, as causas de suspensão, quais sejam: a moratória, o depósito do montante integral, as reclamações e recursos administrativos, a concessão de medida liminar em mandado de segurança, em outra ação, e a antecipação de tutela, e o parcelamento (art. 151, CTN).

2.3. REGIMES TRIBUTÁRIOS RELEVANTES

2.3.1. Simples Nacional

O Simples Nacional foi criado pelo Governo Federal em 2006, onde estabelece normas gerais de uma tributação diferenciada e favorecida para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme descreve o art. 1º da Lei Complementar nº 123 de 2006 com a última alteração na lei nº155 de 2016. Essa lei define também como microempresa (ME) a empresa que aufira uma receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 em cada ano-calendário. Já a empresa de pequeno porte (EPP), deve auferir receita bruta superior a R$ 360.000,00 e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 no ano-calendário.

Além do limite do Simples Nacional ser os R$ 4.800.000,00 existe outras condições para enquadramento no regime tributário, tais como: Não ser uma sociedade por ações (S/A); Não possuir sócios que morem no exterior; Não possuir outra empresa no quadro societário: apenas pessoas físicas podem ser sócias; Não ser sócia de outra empresa; o CNPJ não pode participar do capital social de outra pessoa jurídica; Caso os sócios possuam outras empresas no simples nacional, a soma do faturamento de todas elas não pode ultrapassar o limite de 4,8 milhões de faturamento.

Para o ingresso no Simples Nacional é necessário o cumprimento alguns pré-requisitos: enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte; cumprir os requisitos previstos na legislação; e formalizar a opção pelo Simples Nacional.

A opção pelo Simples Nacional implica a adesão a um regime tributário que envolve os seguintes impostos e contribuições: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI,

ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP).

De acordo com Naylor (2009, p.03) O Simples Nacional não é um novo tributo, visto que não gerou nenhuma nova obrigação tributária principal, além daqueles já existentes, relativa aos impostos e contribuições que foram incluídos no novo regime.

Sobre a finalidade do Simples nacional Naylor (2009, p.04), ainda descreve. Tornar eficazes os princípios constitucionais aplicáveis às microempresas e empresas de pequeno porte [...]. Comportando-se como um subsistema tributário especial, que assume um caráter parcialmente substitutivo ao sistema geral, o novo regime afasta ou limita parcialmente a eficácia efetiva de outros, aplicáveis de alguns princípios para tornar realmente efetivos outros, aplicáveis às micro e empresas de pequeno porte.

2.3.2. Simples Nacional e os Créditos de ICMS

Conforme Alencar, Pereira e Rezende (2010, p. 178) “as empresas que estão enquadradas no Simples Nacional não geram crédito de impostos (PIS, COFINS, IPI – impostos não cumulativos) para as empresas compradoras ou clientes”.

Segundo o art. 23 da Lei Complementar nº 123, de 2006 “as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidas pelo Simples Nacional.”.

O ICMS é um imposto de competência estadual em tem seu fato gerador em operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

A Base de cálculo desse tributo pode ser o valor da operação, o preço do serviço ou o valor da mercadoria ou bem importado. Para o seu cálculo existem ainda vários tipos de alíquota que incidem dependendo da maneira como circula a mercadoria: existem as alíquotas interestaduais, fixadas por Resolução do Senado Federal, que variam entre 12% e 7%; as alíquotas de importação e ainda as alíquotas internas, que são de competência e estipuladas pelos Estados e Distrito Federal e tem uma variação que, geralmente, vai de 17% a 19%.

Assim, do ponto de vista tributário, o Simples Nacional permite que o ICMS não incida em cada saída de mercadoria, mas apenas uma única vez por mês, como se ocorresse apenas um fato gerador, incidindo a alíquota, determinada pelos anexos da LC 123/06, sobre a receita bruta referente às saídas de mercadoria do período. As alíquotas dos anexos da LC 123/06 são progressivas, respeitando o princípio da capacidade contributiva, uma vez que cada setor é dividido em uma diferente tabela e cada tabela tem diferentes faixas de alíquotas de acordo com a receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração.

O sistema de crédito ou de não-cumulatividade do ICMS permite que haja compensação do imposto, garantia a empresa que recebe a mercadoria o direito de se creditar do imposto antes cobrado na cadeia de produção.

Dentro da contabilidade, este sistema funciona pelo raciocínio de débito e crédito e permite que seja feita a compensação do imposto, já que os valores, ora contabilizados como a recuperar, serão abatidos dos valores a recolher, gerando o montante líquido a pagar.

De acordo com o art. 23, Lei Complementar nº 123, de 2006 quanto ao ICMS as microempresas e empresas de pequeno porte podem transferir crédito fiscal correspondente aos ICMS sobre suas vendas, destinadas a comercialização e ou industrialização, observando como limite o ICMS efetivamente devido pelas empresas optantes do Simples Nacional.

Ocorre que o art. 23 dessa lei, dispunha que: “As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidas pelo Simples Nacional”

Considerando o montante a ser pago pela Empresa optante pelo Simples Nacional seria muito inferior ao ser pago pela empresa não optante, a lei estabeleceu as Empresas do Simples Nacional não fizessem jus a apropriação, de transferências de crédito do ICMS.

Com a nova redação o Art. 23 da Lei Complementar 123 em Dezembro de 2008 passou a vigorar ampliado com seis novos parágrafos e o novo § 1° art. passa a dispor “As pessoas jurídicas e aquelas a elas equiparadas pela legislação tributária não optante pelo Simples Nacional terão direito a crédito correspondente ao ICMS incidente sobre as suas aquisições de mercadorias de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, desde que destinadas à

comercialização ou industrialização e observado, como limite, o ICMS efetivamente devido pelas optantes pelo Simples Nacional em relação a essas aquisições".

Logo, se, até dezembro 2008 a empresa do Lucro Real que comprasse de uma Empresa optante pelo Simples Nacional não tinha direito ao crédito de ICMS, com a efetivação da Lei Complementar 128, elas passaram a ter o direito de se creditar de algum valor, valor esse limitado ao valor já devido pelas optantes do Simples Nacional.

Como as optantes do Simples Nacional pagam o ICMS e os tributos federais com uma alíquota bem menor comparado a empresas não optantes do Simples, é apenas dos créditos de ICMS apurados em conformidade com a alíquota paga pelas empresas optantes do Simples que as empresas que comprarem delas podem se creditar de ICMS.

2.3.3. Créditos de PIS e COFINS

O Programa de Integração Social – PIS foi instituído em 1970 pela Lei Complementar nº 7, com o principal objetivo de promover a participação dos empregados no resultado das empresas (FERRAREZI; CARLETO, 2005).

Tal integração era feita por um Fundo de Participação gerado por depósitos realizados pelas empresas na Caixa Econômica Federal, cujos recursos seriam, posteriormente, distribuídos totalmente aos empregados (PRICE WATERHOUSE, 2001).

Essa contribuição passou por diversas modificações ao longo do tempo e está atualmente embasada na Lei nº 9.715, publicada no Diário Oficial da União em 26 de novembro de 1998 (PINTO, 2011).

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS foi instituída em 1991 pela Lei nº 70 e sofreu importantes mudanças a partir da competência fevereiro de 1999, com base na Lei nº 9.718, publicada no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 1998 (PINTO, 2011).

Seus recursos são utilizados exclusivamente para custear gastos com atividades das áreas da saúde, previdência e assistência social (PRICE WATERHOUSE, 2001).

Para Souza et al. (2012), a COFINS, juntamente com o Programa de Integração Social (PIS), tornou-se o mais complexo dentre os demais tributos, e 28

também um dos mais custosos ao contribuinte brasileiro, onde se identifica uma grande dificuldade de controle e diversas possibilidades de ocorrência de fraude.

Já a Contribuição para Financiamento da Previdência Social (COFINS) foi instituída pela Lei Complementar n° 70, de 30 de dezembro de 1991. Sua criação tinha a finalidade de ser uma contribuição provisória, com a intenção de cobrir o déficit previdenciário, no entanto, deixou de ser provisória em 27 de novembro de 1998, ficando permanente no quadro de tributos brasileiros.

De acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.718 de 1998, as contribuições para o PIS e a COFINS tem como base de cálculo o faturamento mensal, ou seja, a receita bruta auferida pelas pessoas jurídicas.

> Art. 1º Sem prejuízo da cobrança das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), fica instituída contribuição social para financiamento da Seguridade Social, nos termos do inciso I do art. 195 da Constituição Federal, devida pelas pessoas jurídicas inclusive as a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, destinadas exclusivamente às despesas com atividades- fins das áreas de saúde, previdência e assistência social. [...] (BRASIL, 1991).

Com a base Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, foram instituídos, respectivamente, o PIS e a COFINS com incidência não cumulativa, uma vez que a ordenação anterior era apenas com incidência cumulativa. O surgimento da não cumulatividade da contribuição para o PIS e a COFINS teve como objetivo minimizar parcialmente a cobrança dos mesmos em efeito cascata, que era utilizado no regime cumulativo.

Para Fabretti (2012, p. 45) a não cumulatividade é definida “pela incidência plurifásica, abatendo-se do valor das contribuições devida sobre as vendas, de modo que o ônus tributário receia sobre o valor agregado”.

O regime não cumulativo para o PIS fez com que as alíquotas nominais aumentassem de 0,65% para 1,65% da base de cálculo do PIS prevista no art. 2º da Lei nº 10.637/02. Esse artigo menciona que, para determinação do valor da contribuição para o PIS/PASEP, aplicarse-á, sobre a base de cálculo a alíquota de

1,65%, enquanto que para COFINS houve um aumento de 3% para 7,6%, este determinado na Lei nº 10.833/03, em seu art. 2º.

A base de cálculo declarada é definida por Rodrigues et al. (2011, p. 419), como o “valor do faturamento mensal, assim entendido o total das receitas apuradas pela pessoa jurídica, independente da sua denominação ou classificação contábil’’.

As empresas que adotam o regime da não cumulatividade são obrigatoriamente do Lucro Real, tendo o cálculo de PIS e COFINS uma maior complexidade, em comparação ao cálculo das contribuições de empresas que seguem a cumulatividade.

Nas empresas do Lucro Real com a sistemática da não cumulatividade, existe a possibilidade de custos obtidos gerar créditos no mês, para ser usado na apuração das contribuições de PIS e COFINS. As alíquotas de apuração de créditos tributários são expostas por Higuchi e Higuichi e Higuchi (2011, p.860), desta forma: “A regra geral para determinar o montante dos créditos é mediante aplicação da alíquota de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS...”

No regime não cumulativo, as contribuições de PIS e COFINS devem ser apuradas e confrontadas com os créditos tributários para ser apresentado o valor realmente devido a pagar de PIS e COFINS mensal, como é observado em Pêgas (2011, p.559):

> As empresas obrigadas ao cálculo do PIS e da COFINS pelo método não cumulativo pagam as contribuições com alíquota de 1,65% e 7,6%, respectivamente, sobre as receitas totais. Mas, estas empresas podem deduzir créditos permitidos expressamente em lei.

Os créditos obtidos devem ser informados na EFD- Contribuições, obrigação acessoria essa que demonstra todo o calculo e PIS e COFINS. Ela é regulamentada pela Receita Federal através da Instrução Normativa (IN) nº 387 de 2004 e IN nº 1.252 de 2012. O não cumprimento do envio da obrigação leva à penalidade de multa, de acordo com as referidas legislações.

2.3.4. Lucro Real

Lucro Real é a regra geral para apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Liquido (CSLL) da pessoa jurídica, ao mesmo tempo em que é o “regime geral” é o regime mais complexo, pois a empresa necessita de organização em todo seu controle interno de todos os setores a fim de demonstrar uma maior segurança nas demonstrações financeiras, dando assim uma maior confiança em sua gestão do patrimônio.

Lucro Real nada mais é do que o lucro líquido da empresa apurado no período, ajustados pelas adições, exclusões ou compensações (RIBEIRO; PINTO, 2014). Através das adições, exclusões e compensações, resulta no lucro líquido apurado no período, com isso pode-se calcular o Imposto de Renda a recolher e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (SANTOS; VEIGA, 2014).

Segundo a legislação vigente da Lei n°. 9.718/98, estão impedidas de optar pela tributação com base no Lucro Real as pessoas jurídicas enquadradas em qualquer das seguintes situações: Art. 14. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:

> I - Cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013)
> II - Cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013) caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
> III - Que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
> IV - Que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

> V - Que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2° da Lei n° 9.430, de 1996;
> VI - Que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).
> VII - Que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio.

Qualquer pessoa jurídica, ainda que não enquadrada nas situações de obrigatoriedade do Lucro Real, poderá optar por este regime tributário.

A empresa que ainda não sabe qual regime tributário utilizar no ano, se for mais favorável e se ela mantém a escrituração contábil em dia, pode-se optar pelo regime de tributação Lucro Real (FABRETTI, 2014).

O resultado apurado pela empresa deve estar positivo, pois se o resultado for negativo os tributos incidentes sobre o lucro não serão calculados. Sendo assim, a empresa estará com prejuízo fiscal (PÊGAS, 2006).

Identifica-se a base de cálculo da apuração dos impostos de IRPJ e CSLL, coletando dados através de registros contábeis e fiscais calculados sistematicamente no período vigente (ANDRADE; LINS; BORGES, 2013).

As empresas que faturam anualmente acima de 78.000.000,00 ou acima de 6.500.000,00 por mês quando em início das atividades são obrigadas a adotar o regime de tributação do Lucro Real. Também tributarão os bancos de forma geral e empresas que tiverem lucros e rendimentos oriundos do exterior, conforme MP 612/2013 (PINTO, 2013).

O artigo 2046 do RIR/1999, descreve que estão obrigadas a apuração de Lucro Real, as empresas cujo faturamento do ano/calendário seja superior a 78.000.000,00 ou proporcional ao número de meses do período, se estiverem inferiores a 12 meses; Bancos em geral; Empresas com lucros, rendimentos ou ganhos de capital no exterior; Entidades autorizadas pela legislação tributária afim de reduzir os impostos; Que efetuam pagamento mensal do Imposto de Renda por estimativa; Atividades de créditos securitização de créditos imobiliários, financeiros e

de agronegócio, prestação cumulativa e contínua de assessoria creditícia, gestão de crédito, entre outros (RIBEIRO; PINTO, 2014).

Nesta categoria a companhia terá a opção pela apuração trimestral ou anual, na apuração trimestral será realizada por períodos encerrados no dia 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada exercício Lei 9.430/1996, art. 1º. Já na apuração anual os impostos serão recolhidos mensalmente por estimativa Lei 9.430/1996, art. 6º.

No Lucro Real, a periodicidade de pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social tem duas formas de apuração: Trimestral, com encerramento de Balanço, Demonstração de Resultados e os demais documentos de escrituração, ou anual com base em estimativas mensais, podendo utilizar do balancete de suspensão ou redução (PINTO, 2013).

3. METODOLOGIA

O entendimento dos mecanismos metodológicos é de suma importância para a execução e elaboração de uma pesquisa científica, mecanismos esses referem-se às abordagens e métodos utilizados para estruturar e o desenvolvimento do trabalho em questão. Segundo Moresi (2003), “entende-se por metodologia a finalidade das formas que serão utilizadas para reunir os dados necessários para a consecução do trabalho científico”.

Para Marconi e Lakatos (2017, p. 31) “não há ciência sem o emprego de métodos científicos”. Portanto é imprescindível, para elaboração de uma pesquisa científica, a definição dos procedimentos metodológicos. Entende-se então que é preciso estabelecer onde e como a pesquisa será realizada, “ou melhor: o método indica como o pesquisador deve proceder ao longo do caminho para obter o resultado pretendido” (LOZADA; NUNES, 2019, p. 144).

Quanto à abordagem, é classificada como qualitativa por não apresentar dados estatísticos. Beuren (2009, p.92) destaca que na pesquisa qualitativa “concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudada”.

E no que tange a pesquisa exploratória do presente trabalho, foram utilizados os dados financeiros extraídos das demonstrações contábeis já existentes da empresa aqui utilizada como objeto de pesquisa, sendo definida por Gil (2008, p. 3):

> Proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Quanto aos objetivos escolhemos realizar uma pesquisa descritiva, descrevendo processos presentes na realidade do fenômeno estudado e que, de acordo com Gil (2018, p. 26), “tem a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”, bem como “têm por objetivo estudar as características de um grupo (GIL, 2018, p. 26).

Inicialmente foi feita pesquisa documental feita através de sites, livros e artigos correlacionados com o tema estudado tendo o intuito de analisar e demonstrar como a utilização dos créditos tributários pode ser fundamental para a tomada de decisões.

Para a classificação com base nos procedimentos utilizados, do ponto de vista da abordagem teórica, fizemos uso de uma pesquisa bibliográfica descrevendo e contextualizando a visão de autores sobre o tema abordado em referências já publicadas, conforme afirma Apollinário (2012, p. 26). Já do ponto de vista do ambiente do estudo, foi realizado um estudo de caso, uma modalidade de pesquisa muito utilizada nas ciências sociais, que compreende “o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”, como diz Matias-Pereira (2019, p. 91).

Os dados essencialmente obtidos para realização deste estudo foram provenientes tanto de fontes primárias como de fontes secundárias. Como fonte primária foi aplicado um procedimento de coleta de dados envolvendo uma pessoa, face a face, denominado entrevista. Escolhemos a forma de semi-estruturado, e abordando pontos relacionados aos objetivos pretendidos do estudo, na qual, segundo Apollinário (2012, p. 138), “há um roteiro previamente estabelecido, mas também há um espaço para a elucidação de elementos que surjam de forma imprevista ou informações espontâneas dadas pelo entrevistado”. Tal entrevista foi submetida ao Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 10.11.2023, o qual foi aprovado sob

o parecer de n° 6.499.486, e somente então foi realizada, diretamente na empresa objeto de estudo, em um único encontro - no dia 20/11/2023.

Como fonte secundária, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se informações relevantes ao estudo diretamente em outros trabalhos científicos, bem como foram consultados e analisados, através de pesquisa documental, inventários, relatórios gerenciais de faturamento, compras e vendas, bem como o balanço patrimonial da empresa e a demonstração do resultado do exercício, afim de melhor entender os dados obtidos.

De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

Embora ainda sejam classificados como estudo de caso, por meio de análise demonstrativa. Yin (2005, p. 32) afirma que “Um estudo de caso é uma investigação empírica, que investigam fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não estão claramente definidos”.

A busca foi realizada nas bases de dados de Leis, artigos, publicações, Código Tributário Nacional, livros. Para a busca nas bases científicas foram utilizadas as seguintes descrições: “Transferência de créditos tributários”, “Simples Nacional”; “Lucro Real” Vale ressaltar que este trabalho buscou pesquisas antecedentes e trabalhos atuais.

Por fim, as informações documentais utilizadas para o estudo apresentado nesse trabalho foram extraídas dos resultados de faturamento e fiscais referentes ao exercício de 2022, através do Balanço Patrimonial e das Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) de uma empresa localizada em Campina Grande/PB.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A empresa que está vendendo é Optante do Simples Nacional com faturamento anual: R$ 2.535.748,62, no ano de 2022, do ramo industrial e ativa no mercado desde o mês de agosto de 2019.

A empresa que está comprando é do regime Lucro Real e está localizada em Campina Grande- PB, e ativa no mercado desde novembro de 2005.

A tabela 1 a seguir mostra o faturamento da empresa optante do Simples Nacional seu faturamento mês a mês e a soma do ano 2022, e os créditos de ICMS, PIS E COFINS concedidos.

		CRÉDITOS					
PERÍODO	VENDAS R$	% ICMS	ICMS	% PIS	PIS	% COFINS	COFINS
jan/22	134.868,21	3,40%	4.585,52	1,65%	2.225,33	7,60%	10.249,98
fev/22	130.174,23	3,49%	4.539,41	1,65%	2.147,87	7,60%	9.893,24
mar/22	261.431,60	3,51%	9.182,15	1,65%	4.313,62	7,60%	19.868,80
abr/22	229.806,54	3,63%	8.331,27	1,65%	3.791,81	7,60%	17.465,30
mai/22	192.285,98	3,70%	7.123,10	1,65%	3.172,72	7,60%	14.613,73
jun/22	222.474,01	3,74%	8.329,43	1,65%	3.670,82	7,60%	16.908,03
jul/22	299.238,53	3,80%	11.377,54	1,65%	4.937,44	7,60%	22.742,13
ago/22	245.259,97	3,86%	9.474,75	1,65%	4.046,79	7,60%	18.639,76
set/22	234.741,62	3,89%	9.131,08	1,65%	3.873,24	7,60%	17.840,36
out/22	214.520,62	3,93%	8.425,93	1,65%	3.539,59	7,60%	16.303,57
nov/22	201.969,51	3,91%	7.893,65	1,65%	3.332,50	7,60%	15.349,68
dez/22	168.977,80	3,92%	6.622,11	1,65%	2.788,13	7,60%	12.842,31
TOTAL	2.535.748,62	TOTAL	95.015,94	TOTAL	41.839,85	TOTAL	192.716,90

Tabela 2: faturamento de empresa optante pelo Simples Nacional com créditos de ICMS, PIS E COFINS.
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Analisando os dados fornecidos no contexto da empresa que atua no ramo industrial de plásticos e está optante pelo Simples Nacional, vendeu para uma empresa que opera no regime do Lucro Real, e assumindo que os créditos são válidos, podemos proceder da seguinte maneira:

Validade dos Créditos: A premissa é que os créditos de ICMS, PIS e COFINS são válidos, o que significa que as notas fiscais emitidas pela empresa Optante do Simples Nacional para a empresa do Lucro Real foram devidamente registradas e atendem às condições de crédito estabelecidas pela legislação tributária.

Créditos de ICMS: A empresa do Lucro Real pode se creditar do ICMS destacado nas notas fiscais de vendas da Empresa Optante do Simples Nacional. O total de crédito de ICMS que a empresa do Lucro Real pode aproveitar durante o ano é de R$ 95.015,94. Estes créditos podem ser utilizados para abater o ICMS devido em suas próprias vendas, reduzindo assim o montante a ser pago.

Créditos de PIS e COFINS: Da mesma forma, a empresa do Lucro Real pode se creditar do PIS e da COFINS não cumulativos, conforme as alíquotas e os valores destacados nas notas fiscais de venda da empresa Optante do Simples Nacional. Os créditos totais são de R$ 41.839,85 para PIS e R$ 192.716,90 para

COFINS. Esses créditos são utilizados para abater os valores devidos de PIS e COFINS nas operações de venda da empresa do Lucro Real.

Análise das Vendas e dos Créditos: A empresa Optante do Simples Nacional realizou vendas totais de R$ 2.535.748,62 durante o ano de 2022. O montante dos créditos de ICMS, PIS e COFINS corresponde a uma proporção significativa dessas vendas. Isso indica que a empresa do Lucro Real pode ter uma redução considerável na carga tributária devida sobre suas operações, o que é um benefício direto do regime de tributação do Lucro Real.

Calculo do Percentual ICMS: Nos termos do artigo 18 da Lei Complementar n° 123/2006, para achar o percentual para repasse de crédito o contribuinte deverá usar a fórmula, a seguir:

$$\frac{RBT12 \times Aliq - PD}{RBT12}$$

Com isso, a RBT12 é a receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração; Aliq é a alíquota nominal constante dos Anexos I a V; PD é a parcela a deduzir constante dos Anexos I a V.

Impacto Fiscal: Para a empresa compradora do Lucro Real, a capacidade de aproveitar esses créditos reduz a carga tributária efetiva e melhora o fluxo de caixa da empresa. A gestão eficiente desses créditos é crucial, pois pode influenciar a lucratividade e a competitividade da empresa no mercado.

Conformidade e Controles Internos: O controle interno constitui-se em um conjunto de instrumentos que possibilita às organizações seguir na direção certa e atentar para os diversos setores, a fim de conhecer a situação atual proposta e com isto, ter a vantagem de prever se pode empreender em seu negócio, ou se necessário corrigir algumas falhas para a melhoria do processo, dando novos rumos a sua gestão (CREPALDI, 2004). É essencial que a empresa compradora do Lucro Real mantenha um sistema de controle interno robusto para gerenciar e documentar esses créditos, garantindo a conformidade com as regulamentações fiscais e a capacidade de defender os créditos em qualquer auditoria fiscal.

Planejamento Fiscal: A natureza ou essência do Planejamento Fiscal ou Tributário consiste em organizar os empreendimentos econômicos mercantis da empresa mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas capazes de bloquear

a concretização da hipótese de incidência tributária ou fazer com que sua materialidade ocorra na medida ou no tempo que lhe sejam mais propícios. Trata-se de um comportamento tecnofuncional adotado no universo dos negócios que visa excluir, reduzir ou adiar os respectivos encargos tributários (BORGES, 2000).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do estudo foi demonstrar às empresas do Lucro Real que elas têm o direito em base da Lei ao crédito de ICMS, PIS E COFINS, no momento da compra de um Fornecedor do Simples Nacional.

É evidenciado que na tabela 1 que o montante do crédito concedido à empresa do Lucro Real foi de: R$ 329.572,69 no ano de 2022, somado os três tributos.

Com a análise é possível observar pelo valor dos créditos a ela repassada que a empresa do Lucro Real tem um bom aproveitamento dos créditos durante os meses do ano, onde deve ser abatido junto com o valor das suas vendas, otimizando assim seu caixa e diminuindo a carga tributária da organização.

Em resumo, a análise indica que a empresa operando no regime do Lucro Real, tem uma oportunidade significativa de economia fiscal através dos créditos de ICMS, PIS e COFINS provenientes de suas aquisições de seu fornecedor que está no regime do Simples Nacional.

No entanto, a empresa deve garantir que todas as condições para a apropriação dos créditos estejam sendo cumpridas para evitar quaisquer desacordos com as autoridades fiscais.

Portanto, para que a empresa do Lucro Real encontre vantagem em continuar comprando da empresa Optante do Simples Nacional, é fundamental que o preço de venda da Optante do Simples Nacional seja ajustado para refletir a ausência de créditos de ICMS. Este ajuste precisa ser suficiente para compensar os créditos de ICMS que a empresa do Lucro Real poderia obter de outros fornecedores que operam sob o Lucro Presumido ou Lucro Real, assegurando assim que a empresa do Lucro Real mantenha um custo final competitivo.

Neste contexto, a Contabilidade, nas suas mais diversas áreas do conhecimento, mais precisamente a área Tributária, torna-se cada vez mais fundamental para o sucesso ou insucesso do empreendedor.

O planejamento tributário apresenta-se como uma ferramenta eficaz no sentido de proporcionar economia no que se refere ao recolhimento dos tributos, atuando dentro da legalidade, conhecido como elisão fiscal.

Percebeu-se que as empresas necessitam estar cada vez mais informadas para acompanhar as constantes mudanças que estão ocorrendo no cenário econômico e político do país.

Paralelo a isto, os gestores também precisam estar preparados para gerir o negócio e aliado a isso a Contabilidade é uma grande ferramenta, que fornece aos administradores dados relevantes para compreenderem a situação financeira da empresa e dar suporte para que tomem decisões mais assertivas.

Dentro deste contexto, o Brasil vive em grande instabilidade, e a contabilidade revela-se como parte fundamental da gestão. A utilização de seus recursos pode permitir a previsão de muitos problemas ou a antecipação de soluções.

A identificação dos benefícios da contabilidade gerencial demonstrou que esta vertente da contabilidade auxilia no desenvolvimento das estratégias de futuras decisões, com informações claras, precisas e úteis sobre a atual realidade da organização. Se bem interpretadas, facilita as ações a ser executadas, tornando mais fáceis tanto o planejamento quanto o controle das operações.

Percebe-se que os objetivos foram atendidos e, como limitação do estudo, o mesmo se enquadra no grupo das pesquisas com levantamento bibliográfico. Por fim, sugere-se como futuros trabalhos a ampliação do tema desta pesquisa, aprofundando as tendências e possibilidades de crescimento para as empresas.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, M. C.; BRAGA, H. da R. **Mudanças Contábeis na Lei Societária** – Lei nº 11.638, de 28/12/2007. São Paulo: Atlas, 2008.

2. AMARAL, G. L.; OLENIKE, J. E.; AMARAL, L. M. F. **Quantidade de normas editadas no Brasil:** 25 anos da Constituição Federal de 1988. [s.l.]: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, out. 2013.

3. AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

4. ANDRADE, Eurídice, LINS, Luiz, BORGES, Viviane. **Contabilidade Tributária:** Um enfoque nas Áreas Federal, Estadual e Municipal. São Paulo: Atlas, 2013.

5. APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência:** filosofia e prática da pesquisa. Editora Cengage Learning, 2ª ed. p.138, 2012.

6. BACCI, João. **Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro** - uma Contribuição ao Registro de sua Evolução Histórica. 2002. 175p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) –Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2002.

7. BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 5, p. 117-144.

8. BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento tributário**: IPI, ICMS, ISS e IR. 9 ED. SãoPaulo: Atas, 2006.

9. BRASIL. LEI 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios**, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm Acesso em: 20 ago. 2023.

10. BRASIL. **Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970**, institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências. Brasília, 1970 Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp07.htm. Acesso: 20 ago. 2023.

11. BRASIL. **Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970:** Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências. Brasília, 1970. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp08.htm Acesso em: 01 set. 2023.

12. BRASIL. **Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975:** Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Brasília, 1975. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp26.htm Acesso em: 01 set. 2023.

13. BRASIL. **Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991**. Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp70.htm Acesso em: 03 set. 2023.

14. BRASIL. **Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm Acesso em: 16 ago. 2023.

15. BRASIL. **Lei Complementar n° 116, de 31 de julho de 2003**. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. 2003. Acesso em: 22 ago. 2023.

16. BRASIL, **Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006**. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-geral-da-micro-e-pequena-

empresa,46b1494aed4bd710VgnVCM100000d701210aRCRD. Acesso em: 17 ago. 2023.

17. BRASIL. **Lei n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996**. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9430.htm . Acesso em: 11 set. 2023.

18. BRASIL. **Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998**: Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências. Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9715.htm Acesso em: 04 set. 2023.

19. BRASIL. **Lei n° 9.718, de 27 de novembro de 1998**. Altera a Legislação Tributária Federal. Planalto, Brasília, 27 nov.1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9718.htm Acesso em: 09 set. 2023.

20. BRASIL. **Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10637.htm . Acesso em: 10 set. 2023.

21. BRASIL. **Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.833.htm . Acesso em: 10 set. 2023.

22. BRASIL. Lei 10.865/2004 - **Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.865.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.865%2C%20DE%2030%20DE%20ABRIL%20DE%202004&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Contribui%C3%A7%C3%A3o%20para,servi%C3%A7os%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 18 ago. 2023.

23. CALIENDO, Paulo **Curso de direito tributário** / Paulo Caliendo. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

24. CAMPOS, Mário Hermes Soares. **O “Simples Nacional” como imposto único incidente sobre a renda e consumo das microempresas e das empresas de pequeno porte no Brasil.** Nova Lima, 2009. Disponível em: <http://www.mcampos.br/posgraduacao/mestrado/dissertacoes/mariohermesosimplesnacionalcomoimpostounicosobrerendaconsumomicroempresasempresaspequenaportebrasil.pdf >Acesso em: 27 nov. 2023.

25. CAMPOS, Larissa Couto; LEMES, Sirlei. **Análise Comparativa entre o currículo mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR e as universidades federais do Estado de Minas Gerais.** Administração: Ensino e Pesquisa, Rio de Janeiro, V.15, n. 1, p. 145-182, jan/fev/mar 2012. Disponível em: <http://old.angrad.org.br/_resources/_circuits/article/article_1170.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

26. COÊLHO, Sacha Calmon Navarro **Curso de direito tributário brasileiro** / Sacha Calmon Navarro Coêlho. – 17. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

27. COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário.** – 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 178.

28. **CREDITO TRIBUTÁRIO ICMS, O QUE É?** Disponível em: https://facil123.com.br/blog/entenda-como-funciona-o-icms-e-seu-sistema-de-credito/ Acesso em: 06 out. 2023.

29. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil:** teoria e prática. 3. Ed. São Paulo: Atlas,2004.

30. FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

31. FABRETI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

32. FABRETTI, Láudio. **Contabilidade Tributária**. 14. São Paulo: Atlas, 2014.

33. FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

34. FERRAREZI, Renata Soares Leal; CARLETO, Benedita Bernardes Nepomuceno. **Cofins e PIS/Pasep:** modalidades de contribuição e aspectos práticos dessas incidências. São Paulo: Lex, 2005.

35. HIGUCHI Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de Renda das Empresas.** 36º ed. São Paulo: IR Publicações. 2011.

36. NASCIMENTO, Marcelo. **Fatores determinantes da mortalidade de micro e pequenas empresas da região metropolitana de Florianópolis sob a ótica do contador.** 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/410>. Acesso em: 26 nov. 2023.

37. NAYLOR, Carlos Mauro. **Fundamentos constitucionais do Simples Nacional.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1848, 23 jul. 2008. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/11529/fundamentos-constitucionais-do-simples-nacional . Acesso em: 24 nov. 2023.

38. O que é Simples Nacional. Disponível em:https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/simples-nacional/; https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/documentos/pagina.aspx?id=3 Acesso em: 06 out. 2023.

39. **O que é Lucro Real**. Disponivel em: https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/lucro-real/ Acesso em: 05 out. 2023.

40. OLIVEIRA, Luis Martins de. CHIEREGATO, Renato; PEREZ JR. José Hernandes; GOMES, Marliete Bezerra; **Manual de Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 2002.

41. OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

42. PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária.** 8. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2006.

43. PÊGAS, Paulo Henrique Barbosa. **Manual de contabilidade tributária:** análise dos impactos tributários das leis n. 11.638/07 e dos pronunciamentos emitidos pelo CPC**.** 7. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2011.

44. PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária.** 9º ed. São Paulo: Atlas,2017.

45. PEREIRA, R. A. C.; FERREIRA, P. C. **Avaliação dos impactos macro-econômicos e de bem-estar dareforma tributária no Brasil. Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 2, p. 191-208, abr/jun 2010. Portal Tributário, Lucro Real, disponivel em: https://www.portaltributario.com.br/guia/lucro_real.html#:~:text=Lucro%20real%20%C3%A9%20o%20lucro,6). Acesso em: 19 set. 2023.

46. PRICE WATERHOUSE. **Contribuições sociais.** São Paulo: Atlas, 2001.

47. RIBEIRO, Osni, PINTO, Mauro. **Introdução à Contabilidade Tributária.** 2. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

48. SANTOS, Fernando, VEIGA, Windsor. **Contabilidade:** com ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas. 3. São Paulo: Atlas, 2014.v

49. Simples nacional. [s.d.]. **O que é o simples nacional?** Disponível em: Simples Nacional (fazenda.gov.br). Acesso em: 15 ago. 2023.

50. Sistema Tributário Brasileiro Art.145 a 156, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 ago. 2023.

CONTABILIDADE GERENCIAL EM EMPRESAS PRIVADAS: um estudo de caso no município de Cabedelo/PB

Caio Esdras Oliveira Melo[16]
Danielle Fernandes Rodrigues[17]

RESUMO

Representando cerca de 30% do produto interno bruto (PIB) nacional, as micro e pequenas empresas são fundamentais para a economia nacional, gerando 72% da mão-de-obra empregada, e se pondo como 99% das empresas brasileiras, segundo ASN (2023). Devido a importância dessas empresas na economia, foi desenvolvido este artigo, que tem como objetivo, identificar se as empresas de pequeno porte do município de Cabedelo na Paraíba conhecem, aplicam ou utilizam ferramentas e princípios da contabilidade gerencial, na qual é destinada a facilitar e melhorar a gestão corporativa dessas empresas. Aplicando os conceitos e ferramentas da contabilidade gerencial espera-se que tenham um crescimento consistente e ordenado, favorecendo a performance financeira, administrativa, comercial, tributária, trabalhista e, consequentemente, a longevidade destas organizações. No que diz respeito a metodologia, foi conduzida uma pesquisa que relaciona elementos de abordagem básica, descritiva e exploratória, focada no levantamento de informações obtidas de forma prática em contato direto com o ambiente pesquisado. Como resultados obtidos, destaca-se a importância da utilização de ferramentas e conceitos da contabilidade gerencial em empresas de pequeno porte e a necessidade do acompanhamento setor interno contábil ou escritório contábil na atenção com relação a utilização dessas ferramentas.

Palavras-chaves: Contabilidade gerencial, Ferramentas, Pequenas Empresas.

ABSTRACT

Representing approximately 30% of the national gross domestic product (GDP), micro and small enterprises are crucial to the national economy, generating 72% of the employed workforce and constituting 99% of Brazilian companies, according to ASN (2023). Due to the importance of these enterprises in the economy, this article

[16]Graduando do Curso de Ciências Contábeis Caio Esdras Oliveira Melo E-mail: kaioesdras007@outlook.com
[17] Professor Orientador, Graduado em Administração em 2009, pela Universidade Federal da Paraíba, Mestrado em Administração, pela Universidade Federal da Paraíba em 2021, Especialização em Educação Global, Inteligências Humanas e construção da Cidadania, pela Faculdade de Ensino Superior do Nordeste em 2017. 17 Docente do Curso Superior Graduação, Pós-Graduação e MBA em Administração, Marketing, Gestão Comercial, Publicidade e Propaganda e Ciências Contábeis do UNIESP Centro Universitário. E-mail: prof2078@iesp.edu.br
Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/7351262540786060

was developed with the objective of identifying whether small businesses in the municipality of Cabedelo in Paraíba are familiar with, apply, or utilize tools and principles of managerial accounting, aimed at facilitating and enhancing the corporate management of these companies. By applying the concepts and tools of managerial accounting, it is expected that these businesses will experience consistent and orderly growth, favoring financial, administrative, commercial, tax, labor performance, and consequently, the longevity of these organizations. Regarding the methodology, a survey was conducted that incorporates elements of a basic, descriptive, and exploratory approach, focusing on gathering information obtained practically through direct contact with the researched environment. As the obtained results indicate, there is an emphasis on the importance of using tools and concepts of managerial accounting in small enterprises, highlighting the need for internal sector accounting or accounting offices to monitor the use of these tools.

Key Words: Management accounting, Tools, Small Business.

1.INTRODUÇÃO

Para a perpetuidade de uma empresa é de fundamental importância que se tenha eficiência e controle sobre suas operações rotineiras, tais sejam fabricação de produtos, insumos, produtos acabados ou serviços prestados. Toda ou qualquer oferta de solução à sociedade, por parte de um ente privado, deve adotar controles rígidos e minuciosos sobre seus métodos de trabalho. Segundo uma pesquisa elaborada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae (2014), realizada com 2.800 empresas, cerca de 46% não sabiam o número de clientes que tinham, 39% não sabiam qual era seu capital de giro, 38% não sabiam quem eram seus concorrentes. Desconhecimentos como estes, podem desfavorecer o crescimento e aperfeiçoamento da empresa, visando sua longevidade. Para que uma eficiente gestão ocorra, o responsável deve estar munido com dados da entidade gerida, desta forma, espera-se que a empresa exerça uma melhor rotina de trabalho.

Com o advento da necessidade da gestão sobre os recursos financeiros, surgiu uma ciência específica, a qual chamamos de contabilidade. Como expôs Ribeiro (2017), a contabilidade é uma ciência social, que tem como objetivo, o patrimônio das entidades econômicas-administrativas, com um propósito de controlar o patrimônio da entidade. Esta ciência, trouxe subsídios essenciais para a tomada de decisão dos gestores, favorecendo a interpretação e entendimento da situação financeira. De acordo com Marion (2022), a contabilidade tem a iniciativa de fornecer o máximo de informações úteis, para a gestão e seus interessados, dentro ou fora da empresa.

A contabilidade gerencial como ferramenta de gestão, apresenta ao gestor uma visão ampla da situação patrimonial da empresa. Atkinson (2015) aponta que a contabilidade gerencial oferece aos gestores e partes interessadas, informações financeiras e não financeiras, para fins de tomada de decisão, alocação e acompanhamento de recursos financeiros. Desempenhando assim, um papel fundamental para uma gestão ativa e baseada em informações relevantes para a saúde da empresa. Para Padoveze (2009), a contabilidade gerencial é uma ferramenta analítica, mais detalhada que a financeira, sendo a financeira mais sintética.

Para Marion (2008) a contabilidade gerencial está desobrigada de obrigações legais junto aos órgãos fiscalizadores, Banco Central Brasileiro (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Entretanto, pode ser colocada como o agrupamento de informações que tem o objetivo de apresentar indicadores que vão além da financeira, econômica, patrimonial, mas que enquadram informações de natureza operacional, física e de produtividade.

Para que esses dados possam ser tratados e transformados em informações úteis, se faz necessário um sistema unificado, exemplo um *Enterprise Resource Planning (*ERP), que em tradução significa Sistema integrado de gestão empresarial. Somando a isso, para tratamento desses dados e geração de relatórios, ferramentas como *Power BI*, que pode ser transcrito como Sistema de Inteligência de Negócios que é uma ferramenta de avaliação e visualização de dados desenvolvida pela Microsoft. São necessárias para a visualização de painéis gráficos, que contenham informações das mais diversas. Por último, mas não menos importante, os colaboradores são cruciais, para cumprimento dessas demandas e realização de todos os processos, com excelência. Ou seja, faz-se necessária uma equipe capacitada e treinada, para análise dos indicadores e refinamento das informações.

Tendo em vista, a extrema importância de uma gestão ativa e eficiente para uma empresa, a contabilidade, como um todo, e especificamente a gerencial, desfruta da capacidade e ferramentas para o gerenciamento eficaz dessas empresas. Esses pontos são relevantes para a economia, que afeta no âmbito local e nacional, já que a taxa de mortalidade irá exercer um impacto econômico significativo, visto que em uma pesquisa realizada e compartilhada no *website* da Agência Brasil em 2023, na qual as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) representam cerca de 22 milhões de pequenos negócios, no qual respondem por 99% de todas as entidades privadas do país e quase 30% do PIB – Produto Interno Bruno nacional.

Devido a relevância identificada neste artigo, ele tem como objetivo geral: Analisar se as empresas privadas de pequeno porte, localizadas na cidade de Cabedelo/PB, utilizam da contabilidade gerencial e seus conceitos e ferramentas para o seu crescimento e desenvolvimento.

Especificamente, pretende-se: Entender os conceitos e fundamentos da contabilidade gerencial; verificar as áreas que necessitam de melhorias e desenvolvimento, aliando isso com os princípios da contabilidade gerencial; analisar

se empresas de pequeno porte conhecem e/ou utilizam os princípios e ferramentas da contabilidade gerencial.

Posto isto, este artigo busca responder o seguinte problema de pesquisa: As empresas privadas de pequeno porte, localizadas na cidade de Cabedelo/PB, utilizam da contabilidade gerencial e seus conceitos e ferramentas para o seu crescimento e desenvolvimento?

A estrutura deste artigo consiste em informações e evidências de autores renomados da contabilidade, endossando as informações apresentadas e se dividindo em duas partes, na primeira os princípios da contabilidade e em seguida os da contabilidade gerencial. No tocante ao escopo, o trabalho apresenta introdução, seguida pela fundamentação teórica, em seguida, aborda os métodos utilizados para desenvolvimento deste trabalho, a metodologia de pesquisa. Seguindo, a parte da compreensão, discussão e análise dos dados obtidos com a pesquisa realizada em campo de modo a realizar um levantamento e assim argumentação dos dados coletados e findando com as considerações finais deste estudo e referências.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. CONCEITOS DA CONTABILIDADE

O conceito de contabilidade varia de acordo com o entendimento dos autores e estudiosos da área. Pode-se entender o conceito básico da contabilidade, como uma ciência social que tem por objetivo o patrimônio das entidades econômicas administrativas. Podendo controlar o patrimônio da entidade durante suas variações, conforme destaca Ribeiro (2017). Desta forma, o autor busca elucidar um assunto complexo em algo compreensível e mensurável.

O referido autor, cita em seu livro Contabilidade Básica (2017) que:

> O objetivo da contabilidade é o patrimônio das entidades econômicas-administrativas. Seu objetivo é permitir o estudo e a apuração de resultados diante de fatos decorrentes da gestão do patrimônio das entidades econômico-administrativas. Ribeiro (2017).

Pode-se compreender, de forma subjetiva o patrimônio, como sendo, todo o valor em bens de uma pessoa, porém esse conceito está limitado. Sendo assim, para Araújo (2017), o patrimônio representa o conjunto de bens e propriedades de uma pessoa, independente da origem. De igual modo, todo o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma pessoa corresponde ao seu patrimônio.

2.2. RECEITA E DESPESA

Para a performance constante de uma empresa ela necessita gerar resultados econômicos financeiros para mensuração de sua performance. Comumente são utilizados elementos denominados de receitas ou despesas, que buscam apresentar se a empresa obteve resultados positivos ou negativos sendo lucro ou prejuízo nas suas operações.

A receita é caracterizada pelo CPC 30, como aumento dos benefícios económicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos ou crescimento do ativo ou diminuição do seu passivo, resultando no crescimento do seu patrimônio líquido, deve ser levado em consideração que, não é válido considerar o aumento da receita caso ela seja decorrente de aportes realizados pelos seus acionistas no patrimônio líquido da entidade.

Segundo Hendriksen (1999):

> A teoria da contabilidade tem sido definida como um conjunto coerente de princípios lógicos que:
> 1. Oferece uma compreensão melhor das práticas existentes a contadores, investidores, administradores e estudantes.
> 2. Oferece um referencial conceitual para a avaliação de práticas contábeis existentes.
> 3. Orienta o desenvolvimento de novas práticas e novos procedimentos.

Uma contribuição feita pela *Financial Accounting Standards Board* (FASB), entidade controladora e normativa das práticas contábeis americanas, segundo Most (1977), aponta que a despesa se constitui como sendo, os fluxos de saída de ativos ou usos de ativos e/ou a ocorrência de exigibilidades, durante um período de

entrega ou produção de bens, prestação de serviços ou outra atividade operacional da empresa.

2.3. CAPITAL DE GIRO OU PRÓPRIO

O Capital de giro de uma entidade caracteriza-se como uma das funções dos valores disponibilizados pela entidade para a sua continuidade e perpetuidade. Compreendendo o capital de giro como o propulsor, na visão otimista, da geração de receita e lucro, podendo também ocorrer prejuízo acumulado, dependendo da operação da entidade.

A sua função primordial se faz na compra de estoques, produzir, receber, vender, voltar a comprar estoque, transformar, agregar valor e vender. Esta seria uma demonstração resumida de um capital de giro. Aquilo que na operação da empresa permite que dê continuidade em sua operação laborais na compra e reposição de insumos para aumento de estoque e início e conclusão de seu ciclo operacional, essa caracterização do capital foi proposta por Padoveze (2009).

Segundo Padoveze (2019), o capital de giro tem uma função primordial na entidade empresarial:

> O capital de giro constitui-se no fundamento básico da avaliação do equilíbrio financeiro de uma empresa. Pela análise de seus elementos patrimoniais são identificados os prazos operacionais, o volume de recursos permanentes (longo prazo) que se encontram financiando o giro da empresa, com reflexos sobre suas posições econômicas de rentabilidade.

Para que a entidade tenha seu pleno funcionamento se faz necessário a gestão, controle e acompanhamento do capital de giro da entidade. Essa gestão, tem que ser constante eficiente e realizada de forma controlada, para que assim não faltem recursos para suprir a empresa em suas necessidades rotineiras.

2.4. CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade em sua essência como ciência, adotou no decorrer dos anos diversas áreas de atuação, tais como financeira, internacional, rural, tributária, empresarial, fiscal, governamental e pública, de custo e comercial. Essas são algumas frentes na qual a contabilidade atua e aplica seus conhecimentos e sua ciência. Atentemo-nos, à contabilidade gerencial, já que ela é nosso objeto de estudo.

A contabilidade gerencial busca trazer informações relevantes para o corpo de gestores de uma empresa, em determinados modelos de negócios essas informações podem ser compartilhadas com agentes externos e partes interessadas que não fazem parte diretamente da gestão da organização, acionistas por exemplo.

Já a literatura nos apresenta um conceito ainda mais detalhado, como mencionado por Atkinson *et al.* (2015)

> Contabilidade gerencial é o processo de fornecer a gerentes e funcionários de uma organização informação relevante, financeiras e não financeiras, para tomada de decisão, alocação de recursos, monitoramento, avaliação e recompensa por desempenho.

Para a empresa que adota os princípios da contabilidade gerencial, busca implementar práticas, ações e comportamento voltados para a adoção de estratégias empresariais baseadas em informações relevantes para o negócio empresarial. O conhecimento de diferentes soluções é fundamental para o aperfeiçoamento das informações apresentadas.

A contabilidade gerencial aplicada ao contexto empresarial é uma importante ferramenta para o desenvolvimento da empresa e eficiência de sua gestão, tão relevante quanto às demais áreas. A contabilidade gerencial teve a relevante contribuição sobre seus conceitos feita pelo Instituto de Contadores Gerenciais – *Institute of Management Accounting (IMA),* que extraiu uma perspetiva inovadora sobre as finalidades dessa vertente contábil relevante para a gestão empresarial. Na qual, afirma que:

> Como o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras usadas pela administração para planejar, avaliar e controlar dentro de uma empresa e assegurar uso apropriado e responsável de seus recursos Atkinson *et al*, (2000).

O desenvolvimento estratégico de uma estrutura empresarial, buscando a eficiência das funções da entidade, colabora para o aperfeiçoamento das definições estratégicas da empresa. Esse desenvolvimento parte de um plano de negócio estratégico que traz à luz as demandas, responsabilidades e obrigações de cada setor da empresa.

Para a contabilidade gerencial, a ausência desse conceito de estruturação ocasiona a ineficiência de suas iniciativas. Merchant (1998), apresenta que a ferramenta gerencial atribui tarefas específicas para o gerenciamento da entidade tais como a elaboração, acompanhamento e correção do plano estratégico orçamentário, avaliação de desempenho e índice de satisfação, motivação, consistência de objetivos e relações hierárquicas.

A necessidade de um conhecimento à risca a respeito dessa estrutura organizacional é importante para a compreensão, primeiro da estratégia da empresa e para onde ela deseja ir e para o aperfeiçoamento das habilidades internas da corporação.

2.4.1. Ferramentas da Contabilidade Gerencial

O administrador da empresa seja ele presidente, diretor, controlador ou gerente tem a necessidade principal de utilizar as ferramentas contábeis para ser uma das suas orientações na tomada de decisão, segundo Crepaldi (2021).

Dependendo do nível de maturidade gerencial de algumas empresas, a utilização das ferramentas contábeis-gerenciais já é usada há bastante tempo. Servindo de guia e balizador para a tomada de decisão. Como posto por Miotto e Lozeckyi (2006), planejamento estratégico, financeira, orçamentária, fluxo de caixa, análise de investimento, análise de demonstrações, planejamento tributário, controle

de estoque, controle de bens e ativos, são alguns dos itens a serem analisados. O pilar central dessa gestão orientada por dados, especificamente, dados contábeis é o planejamento. Segundo Gracioso (1991):

> A gênese do planejamento estratégico, a nível de empresa privada, pode ser localizada nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Foi então que algumas empresas, americanas, principalmente, criaram sistemas de orçamentos anuais formalizados, com o objetivo de controlar melhor o fluxo das receitas e despesas. (...). Em meados dos anos 50, começaram a tomar forma, a partir de alguns grupos da Harvard Business School, os primeiros conceitos da administração integrada, que defendiam a necessidade de uma estratégia global, capaz de harmonizar e disciplinar os diversos setores da empresa (produção, marketing, finanças etc.). Logo, principalmente entre as grandes corporações diversificadas, cresceu a febre dos planos estratégicos formulados pela alta gerência e impostos discriminados aos executivos de linha.

Uma empresa sem um planejamento, uma estratégia, um caminho a seguir está trilhando um caminho onde não conhece no qual colhe pequenas “recompensas” financeiras que a mantém por um curto período. Na qual adota essa prática como correta, favorecendo a ineficiência, ocultação da macro e micro realidades da entidade.

2.4.2. Demonstração de Resultado do Exercício – DRE

Nesta decorrência do artigo é dedicado, com uma atenção maior, aos indicadores da contabilidade gerencial que podem no entendimento, compreensão e análise dos indicadores e ferramentas utilizadas pela contabilidade gerencial.

A contabilidade gerencial utiliza a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), como um resumo sintético da performance financeira e operacional da entidade no seu último exercício. Desta forma, o balanço patrimonial caminha em conjunto, o balanço apresentando o que a empresa tem e a DRE como a empresa trabalha se suas operações estão sendo eficiente.

Segundo Ludícibus (1998):

> A demonstração do resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).

A FIPECAFI detalha a DRE como a apresentação de forma resumida, das operações realizadas pela empresa durante seu exercício social. A DRE destaca de forma acentuada o resultado líquido da empresa, incluindo receitas e despesas realizadas. A DRE é frequentemente utilizada para identificar a performance da empresa e como está sendo a sua eficiência operacional.

2.4.3. Gestão de Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa, através do planejamento e orçamento, é um indicador que apresenta para o gestor uma visão detalhada sobre a fluidez do dinheiro investido na empresa. Sendo assim, podendo observar as devidas variações destes valores.

Os valores contidos em caixa não são necessariamente receitas ou despesas, a receita ocorre quando é realizado a venda do produto ou prestação do serviço, já a despesa ocorre quando à uma realização de obrigações, ou seja, pagamentos de dívidas. Esses valores, disponíveis em caixa, servem para a manutenção e continuação das atividades da empresa. Servindo como mantenedor da operação.

A realização das obrigações financeiras e o estímulo à entrada de receita na empresa é muito importante para a gestão eficiente do negócio empresarial. As contas a receber (receitas) são provenientes de vendas, seja ela, à vista ou a prazo. Já as contas a pagar (obrigações ou despesas) são devidas as compras realizadas a vista, ou a prazo.

Para complementar o conceito de caixa, Lima (2009), expõe a visão de gestão de caixa vinculada ao relacionamento com bancos e agências de crédito.

> Cabe lembrar que o saldo de caixa deve existir apenas para saldar seus compromissos de curto prazo. Os excessos devem ser aplicados na atividade-fim da empresa, uma vez que as taxas de aplicação no mercado financeiro geralmente são menores do que as taxas de retorno da empresa. Em contrapartida, a falta de recursos financeiros no caixa pode comprometer a sustentabilidade das atividades empresariais. Por isso o bom relacionamento com os bancos é importante: por garantir que eles conheçam a empresa, aumentando, em decorrência, a credibilidade a respeito da sua saúde financeira, o que viabiliza tornarem-se parceiros no decorrer do tempo. Isso facilita a obtenção de taxas adequadas tanto para a captação como para aplicação de recursos financeiros.

O autor reforça a importância da gestão eficiente e relacionamento com partes interessadas. Desta forma, a empresa ganha credibilidade, favorecendo seus próximos investimentos onde, através de sua gestão e modelo de negócio, se mostra um empreendimento sólido, constante e que obtém resultados através de sua operação. Todavia, uma estratégia empresarial se faz necessária, tendo em vista que a empresa precisa saber onde deseja enxergar e quais caminhos deve trilhar, no próximo capítulo será sobre este assunto.

2.5. FERRAMENTAS DE GESTÃO EMPRESARIAL

2.5.1. Sistema de Gestão

As organizações buscam padronizar suas informações em um único local, podendo ser consultado suas receitas e despesas, obrigações de pagamento e acompanhamento de estoque. Utilizações de ferramentas como Excel, comumente utilizada, atende até certo ponto a necessidade de acompanhamento das demandas da empresa. Sistemas, *softwares*, aplicativos ofertados no mercado buscam atender a essa necessidade. A oportunidade única proporcionada pela tecnologia permite que as organizações analisem seus ativos e reavaliem integralmente suas estratégias de desenvolvimento (Turbain, Rainer, Potter, 2007). Sendo assim, a tecnologia tanto física, em equipamentos como em sistemas podem vir a trazer

ganhos para a corporação visando sua melhor gestão, melhor desempenho e clareza em seus números, podendo facilitar e ações mais assertivas dos gestores.

Um modelo de sistema mais comum disponível no mercado de tecnologia são os *Enterprise Resource Planning* – ERP que em uma tradução significa Planejamento de Recursos Empresariais. É um sistema integrado para uma gestão empresarial eficiente e automática, otimizando projetado para otimizar processos rotineiros, conectando setores e áreas diferentes de uma empresa como finanças, recursos humanos, contabilidade, compras, vendas, produção e estoque, dentre outras.

Carvalho (2009) aponta que, no primeiro momento, escolher por optar por um sistema robusto que envolve a integração de várias áreas da empresa, estava restrita a grandes corporações, como as do setor industrial. Todavia, nota-se que, empresas de menor porte, buscam a adesão de sistemas semelhantes, em busca de aumentar sua competitividade no mercado. Mas para que essa informação seja apresentada sem dificuldade, se faz necessário o tratamento ou filtragem das informações, para isso necessitamos de um sistema de inteligência de negócio. Veremos mais detalhes no parágrafo a seguir.

2.5.2. POWER BI

Com a finalidade de servir como processador de informações e dados, a ferramenta *Microsoft Power BI* que foi desenvolvida pela empresa americana *Microsoft*, teve sua divulgação em 2015, desde então, se tornou uma ferramenta utilizada nos negócios para tratamento de informações e dados, visualização dos dados, relatórios empresariais, monitoramento de desempenho, tomada de decisão e comunicação unilateral de informações. Mostrando-se ser uma ferramenta intuitiva, apresenta uma gama de funções que busca atender quase que exclusivamente o público empresarial e corporativo.

Para Souza, Buzo e Carneiro (2021), o *Business Intelligence*, também comumente conhecido como Ferramenta de Inteligência de Negócio, engloba não só o tratamento de dados, mas é um novo modelo de se orquestrar informações, observando também, teorias, métodos, processos, tecnologias e estruturas, focados em transformar uma expressiva quantidade de dados em informações cruciais para

a tomada de decisão. Ferramentas como esta complementam os sistemas de gestão integrados como o ERP, Excel, planilhas por exemplo.

O *Power BI* ou conceito de inteligência de negócio no novo cenário competitivo das empresas de grande e pequeno porte. Sendo projetados com a finalidade principal de facilitar a interpretação dos dados coletados. De acordo com POWER, B.I (2020), o Power BI permite a organizações transformar dados brutos em informação útil, auxiliando em tomadas de decisão graças aos painéis interativos e customizáveis os *dashboards* que são representações visuais de dados que proporcionam uma visão consolidada e fácil de entender de métricas e indicadores-chave de uma organização, sistema ou processo.

2.6. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O planejamento orçamentário é parte fundamental da gestão financeira de uma empresa. Ela engloba a projeção, previsão e alocação de recursos financeiros, para que seja cumprido as necessidades de uma empresa mediante aos seus objetivos. Uma distribuição efetiva, que atenda às exigências internas e externas da empresa proporciona aos seus gestores uma visão ampla de como e quanto estão sendo aplicados seus recursos financeiros, que podem ser ou não escassos.

O orçamento se torna relevante para a empresa pois tem a importância financeira relevante para o negócio, onde se espera que os valores aplicados sejam utilizados de forma íntegra e correta para o crescimento constante e contínuo da empresa. Segundo Padoveze e Taranto (2009), o orçamento empresarial é uma materialização, especificamente financeira, de um plano de ação, na qual tem como escopo um modelo de roteiros de atividades.

Sem um planejamento orçamentário definido a empresa pode vir a sofrer com a falta de diretrizes para aplicação de seus recursos. Com um planejamento estruturado os gestores tomam suas decisões com base no que o orçamento prevê, ações como aumento de quadro, expansão para uma nova área de atuação, incremento no mix de produtos, lançamentos. Tudo sairá após a validação junto ao planejamento orçamentário. Como citado por Bazzi (2015), o orçamento estruturado como um plano financeiro, tem a missão de orientar as ações organizacionais de acordo com o planejamento financeiro.

2.7. PONTO DE EQUILÍBRIO

O desenvolvimento econômico de uma empresa se dá a partir do momento em que a quantidade de receita que entra na empresa é superior a quantidade de despesas ou custos que a empresa realiza para manutenção de suas operações. Quando ocorre o alinhamento desses valores, essa situação é chamada de ponto de equilíbrio, que se dá quando suas receitas totais se igualam aos custos totais, consequentemente resultando em lucro inexistente, não tendo lucro ou prejuízo.

Para obtenção deste indicador o ponto de equilíbrio necessita da elucidação de dois pontos a estratificação do variável custo fixo de custos variáveis. Os fixos, são aqueles que não oscilam de acordo com a fabricação de itens ou venda dos mesmos, como exemplo, aluguel, folha de pagamento a salário e depreciação de bens tangíveis. As variáveis, por outro lado, oscilam de acordo com o aumento das vendas, volume produzido.

Compreender este indicador, para a gestão de um empreendimento é fundamental para trazer clareza no tocante ao volume necessário de vendas necessária para compensação dos custos envolvidos para produção ou prestação dos serviços. Podendo também ser aprofundado para outro âmbito de gestão, que são as análises dos custos ou preços de vendas para rentabilizar mais ainda a empresa. De acordo com Horngren (2000) pode ser usada para examinar como várias alternativas de simulação levadas em consideração por um tomador de decisão afetam o lucro operacional. O ponto de equilíbrio é, frequentemente, um item de interesse nesta análise.

2.8. INCENTIVOS FISCAIS

Incentivos fiscais são uma das políticas utilizadas pelo governo para estimular empresas privadas e o setor econômico, gerando empresas, movimentando capital, realizando investimento e expansão.

Os incentivos são conceituados pelo professor Marcos Catão (2004) da seguinte forma:

> São instrumentos de desoneração tributária, aprovados pelo próprio ente político autorizado à instituição do tributo, através

> de veículo legislativo específico, com o propósito de estimular o surgimento de relações jurídicas de cunho econômico. Trata-se de uma suspensão parcial ou total, mas sempre provisória, do poder que lhe é inerente, a fim de conformar determinadas situações, diferindo a tributação para o momento em que a captação de riquezas (imposição fiscal) possa ser efetuada de maneira mais efetiva, eficiente e justa.

Os incentivos fiscais podem variar de estado para estado, porém, atenta-se aos incentivos ou benefícios federais, pelo qual estão em vigência em todo território nacional. Alguns deles, como, zona de incentivo fiscal, na qual busca atrair empresas para promover economicamente uma determinada região, exemplo zona franca de Manaus e áreas de livre comércio. Redução de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica, Isenção de imposto de renda para empresas voltadas para inclusão digital, outros incentivos como, Lei do Bem, incentivo para empresas que realizam investimento em desenvolvimento de inovações e tecnologias, incentivos como redução no imposto de renda e contribuição sobre lucro líquido são umas das formas de incentivos. Simples Nacional, comumente conhecido é uma modalidade que busca facilitar o regime tributário para micro e pequenas empresas. Realizando a unificação de vários tributos em uma única contribuição (Governo Federal, 2023).

Já na Paraíba, estado foco do artigo pesquisado, o governo estadual anunciou em janeiro de 2023 um pacote de medidas de incentivos fiscais e redução de impostos para os setores privados. Incentivos para os setores agropecuários, industriais, comércio e serviço. Políticas como redução do ICMS para o gado bovino, taxas interestaduais, ICMS-frete para circulação de produtos entre indústria dentre outros, segundo aponta a SEFAZ-PB (2023).

3. METODOLOGIA

A metodologia científica adotada para elaboração deste estudo, fez-se de forma a esclarecer as informações que são pertinentes ao tema. Na busca da apresentação dos assuntos relacionados de maneira coerente com o problema de pesquisa apresentado. Bem como trazer à luz conceitos e ferramentas que podem ser desconhecidas pelo leitor. De acordo com Gil (1999), as pesquisas científicas

podem ser classificadas quanto à sua natureza, à abordagem do seu problema, à realização dos seus objetivos e aos seus procedimentos técnicos.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é mostrar ao leitor que, a aplicação dos princípios e ferramentas propostas podem surtir efeitos positivos em seus negócios, sendo assim aplicados mediante ao acompanhamento de um profissional devidamente capacitado.

Buscando responder ao problema de pesquisa proposto, este estudo analisou empresas de pequeno porte localizadas na cidade de Cabedelo/PB. O objetivo é analisar os indicadores, práticas de trabalho e investigar, através de um levantamento, se as empresas utilizam ferramentas da contabilidade gerencial em seus negócios. Pesquisas como estas buscam o aperfeiçoamento das teorias científicas e compartilhamento com outros pesquisadores visando a ampliação e estudo sobre o tema, destacando para a comunidade científica sua relevância.

Segundo Gil (2002), quando a pesquisa de levantamento obtém informações de todos os indivíduos da população pesquisada, chamamos de censo. No entanto, devido às dificuldades práticas envolvidas, os sensos só podem ser realizados por governos ou instituições com recursos amplos.

Em conformidade com a finalidade deste estudo, tem-se que se refere a uma pesquisa básica, de caráter a agregar conhecimento científico por meio de aplicação prática. Quanto à abordagem ao problema apresentado nos objetivos, a pesquisa foi realizada como levantamento, descritiva e exploratória. Para Beuren (2013), a pesquisa descritiva busca observar os fatos, registrá-los, analisar, classificar e interpretar os mesmos, onde o pesquisador não interfere neles, sendo assim estudados, mas não modificados pelo pesquisador.

Foi realizada de início uma pesquisa bibliográfica, entre diversos autores, a fim de que fosse possível dialogar a respeito do histórico e da atualidade da profissão contábil no Brasil, fazendo com que o leitor possa se inteirar um pouco mais com relação ao tema.

Após a fase inicial, foi realizado um projeto de pesquisa, buscando atingir os objetivos propostos, com uma abordagem quantitativa, levantando dados por meio de um questionário online e físico de forma presencial, realçando a visão que a sociedade brasileira tem sobre a temática abordada.

O questionário foi o instrumento de pesquisa escolhido para a operacionalização da presente pesquisa, tendo sido preparado e aplicado por meio

do *google forms* e o *link* foi enviado em grupos de *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*, que contém pessoas de todo o país. Além disso, foi solicitado que o questionário fosse respondido e compartilhado entre outras pessoas ou grupos.

O questionário constituiu-se de 20 perguntas, sendo todas elas de múltipla escolha e divididas em duas partes, sendo a primeira parte composta por 4 perguntas, que ajudaram a formar o perfil dos respondentes, sendo possível assim, compreender de forma mais apropriada suas respostas. A segunda parte, por sua vez, foi distribuída em 13 perguntas, que não continham respostas certas ou erradas e buscaram trazer a visão da sociedade a respeito da profissão contábil e da referida utilização de conceitos e ferramentas, de modo a responder o problema de pesquisa e atender aos objetivos estipulados.

Na segunda parte do questionário, foram utilizadas questões elaboradas segundo a Escala de Likert, que corresponde a um conjunto de opções de respostas que “são populares por serem uma das formas mais confiáveis de medir opiniões, percepções e comportamentos” (SURVEY MONKEY, s/d) e segundo Llauradó (2015) “é totalmente útil para situações em que precisamos que o entrevistado expresse com detalhes a sua opinião. Nesse sentido, as categorias de respostas servem para capturar a intensidade dos sentimentos dos respondentes.”

O público da pesquisa foi composto por indivíduos maiores de dezoito anos, sem distinção de sexo, renda ou escolaridade, buscando assim, um maior alcance e uma compreensão maior da realidade, ou seja, da sociedade de modo geral, na busca de um resultado mais concreto sobre o tema indagado.

Após o período disponibilizado para a pesquisa, que perdurou entre 10 a 25 de novembro de 2023, foi obtido ao todo um total de 50 respostas, que foram analisadas e mensuradas em percentagem, as quais serão representadas por meio de gráficos advindos de planilha Excel usufruindo dos dados fornecidos pela plataforma utilizada para realização do questionário. A pesquisa foi realizada com funcionários, sócios, proprietários e terceirizados das empresas pesquisadas no município de Cabedelo/PB. Foi realizado a explicação no tocante a pesquisa e ao artigo científico para os entrevistados, favorecendo que todos respondessem a pesquisa sem qualquer receio dos dados serem expostos publicamente sem prévia autorização. O formulário foi enviado via mensagem de texto, *WhatsApp*, na qual a empresa pesquisada tinha de 30 minutos a uma hora para responder o questionário.

4. ANÁLISE DO RESULTADO

4.1. PERFIL DOS RESPONDENTES

Como forma de complementar as informações coletadas, foi obtido perguntas de pesquisas, voltadas para os perfis dos respondentes, desta forma conseguimos ter uma perspectiva do público pesquisado.

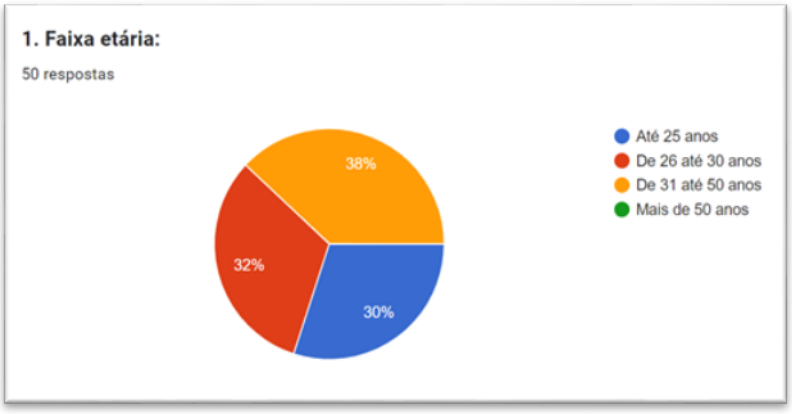


Gráfico 1: faixa etária
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

Ao considerar o formulário de pesquisa aplicado, pode-se identificar que a faixa etária dos participantes é relativamente semelhante, oscilando entre 30% para cada as faixas sugeridas. Levando em consideração que não foi identificado perfis com mais de 50 anos. Pode-se considerar que este público é relativamente novo em idade, mas que esta ativo no mercado no perfil de empreendedor ou funcionário.

Para obter uma análise mais precisa do cenário pesquisado, o questionário foi aplicado através de líderes, funcionário, sócios e proprietários da entidade, qual foi questionado grau de função ou cargo exercida na empresa. Obtendo assim 68% de funcionários, 26% de proprietário e 6% de terceirizados.

Gráfico 2: função/cargo exerce na empresa
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

A busca por perfis gestores ocorreu em campo. Lideranças dentro da empresa apresentam uma acessibilidade maior quando ocorreu a pesquisa. Desta forma observamos que 68% das empresas pesquisadas eram os próprios funcionários que realizavam a pesquisa e respondiam o questionário. Toda via, 26% dos proprietários responderam a este formulário contribuindo para esta pesquisa. Um ponto de atenção se faz nesta pesquisa, na qual a grande parte dos funcionários se dispôs a responder as perguntas realizadas.

Cerca de 32% dos perfis pesquisados tem mais de 5 anos de empresa e 24% entre 2 e 5 anos de empresa. Esta informação colabora no conhecimento de tempo de permanência da empresa e seu tempo de atuação no mercado.

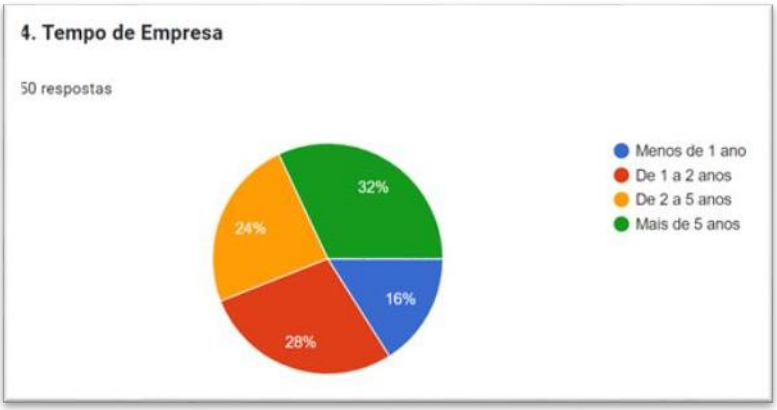


Gráfico 3: tempo de empresa
Fonte: dados da pesquisa (2023)

O tempo na empresa se torna relevante nesta pesquisa, pois, quanto mais antigo o colaborador, gestor ou dono, mas segurança pode se ter na informação

passada, pois se valida do conhecimento adquirido durante sua experiência profissional no empreendimento.

4.2 A PERCEPÇÃO SOBRE A CONTABILIDADE GERENCIAL

Gráfico 4: Qual o faturamento estimado da empresa?
Fonte: dados da pesquisa (2023)

O faturamento estimado de 66% das empresas pesquisadas excede R$ 50 mil reais (cinquenta mil reais). Percebe se, que empresas com faturamento sólido e constante, necessitam de um controle mais detalhado de sua gestão operacional e financeira, na qual a contabilidade entra com veemência e oferta aos gestores todo leque de informações necessárias para a excelência na gestão organizacional.

Não obstante empresas em estão com faturamento em cerca de R$ 10 mil reais representam 18% da amostra. Organizações em ascensão podem vir a ter maior facilidade na gestão organizacional, pois seus cursos e obrigações são relativamente menores, toda via, tem uma oportunidade maior de se estruturar para assim compor uma gestão mais rica em análises e decisões.

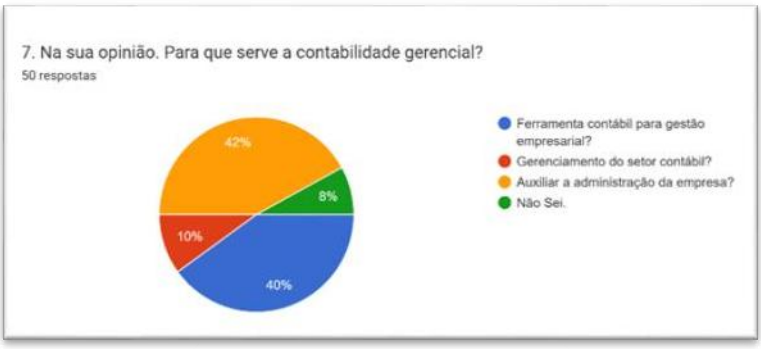


Gráfico 5: na sua opinião para que serve a contabilidade gerencial?
Fonte: dados da pesquisa (2023)

O presente artigo tem com objetivo identificar se as empresas de pequeno porte, da cidade de Cabedelo/PB utilizam da contabilidade gerencial e seus conceitos e ferramentas para o seu crescimento e desenvolvimento. Mas logo de imediato, percebe-se, que as organizações pesquisadas conhecem, mesmo que superficialmente, esta ramificação da contabilidade 42% responderam que a contabilidade gerencial por auxiliar a gestão da empresa, pois ela pode se apresentar ao lado da gestão empresarial fornecendo informações relevantes e sensíveis para o negócio, se fazendo a utilizar ferramentas, descritas anteriormente, norteando as decisões da gestão.

Toda via, se destaca atentamente o entendimento do público pesquisado sobre a contabilidade gerencial, ser uma ferramenta contábil para a gestão empresarial, na qual se encaixa perfeitamente nos conceitos já tratados neste presenta artigo.

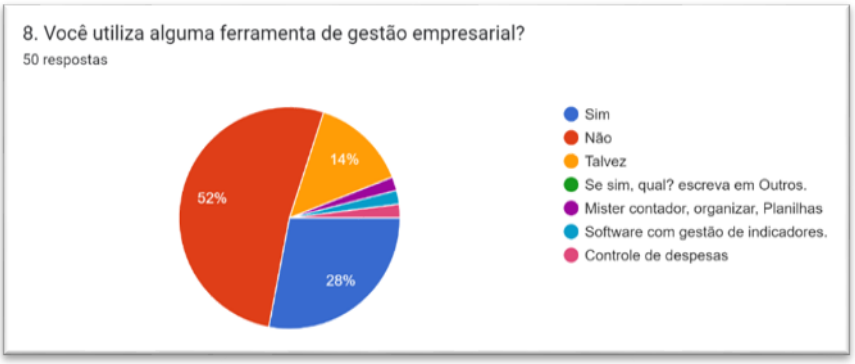


Gráfico 6: você utiliza alguma ferramenta de gestão empresarial?
Fonte: dados da pesquisa (2023)

A pergunta realizada aos entrevistados sobre se eles utilizavam alguma ferramenta de gestão evidencia a preocupação e a oportunidade que se apresenta. 50% das pessoas entrevistadas, relataram que não utilizam nenhuma ferramenta de gestão empresarial nas empresas que são sócias, gestoras ou colaboradoras. A falta de conhecimento dos números da empresa releva que possa ser que a empresa não esteja enxergando seu verdadeiro potencial na iminência da “cegueira” perante sua realidade financeira e orçamentária.

Toda via, 28% relataram que sim, que utilizam ferramentas de gestão empresarial e algumas delas são Mister Contador, Planilhas, Software para gestão

de indicadores e controle de despesas. Já existem softwares mais completos no mercado, voltados para a padronização das informações em uma única base de informações, como foi citado anteriormente no texto do artigo.

Quando ocorre a participação de uma contabilidade atuante, espera-se que, todas as oportunidades na qual a contabilidade possa atuar ela se fará presente, buscando contribuir para o desenvolvimento empresarial. Quando 66% das empresas são assistidas por um serviço contábil, seja ele interna ou externo, acredita-se que o trabalho contábil já esteja sendo realizado de forma a atender as necessidades da empresa.

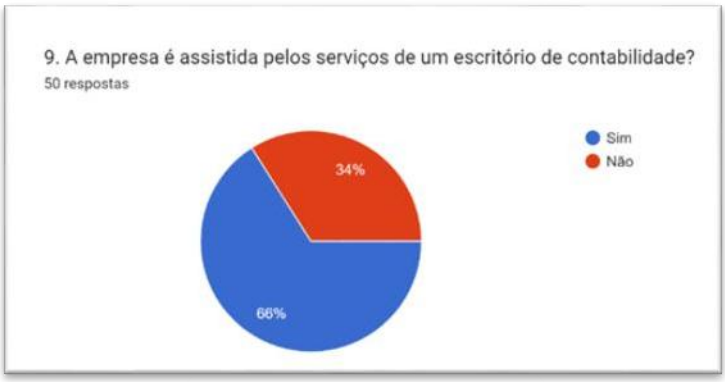


Gráfico 7: a empresa é assistida pelos serviços de um escritório de contabilidade?
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Toda via, quando nos deparamos com 34% de empresas na qual a contabilidade não tem uma participação ativa pode vir ocorrer falhas, erros e falso senso que a empresa esta indo para o caminho do crescimento.

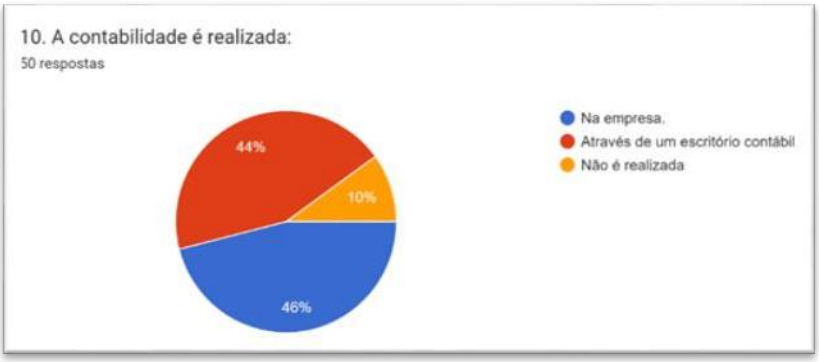


Gráfico 8: a contabilidade é realizada:
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Sendo o escritório contábil na empresa favorece a implantação e aplicação das ferramentas da contabilidade gerencial, em contrapartida a utilização dos serviços de um escritório de contabilidade pode vir a ter efeitos semelhantes com base no perfil da empresa, que pode ser uma empresa mais arrojada ou mais conservadora em seus investimentos.

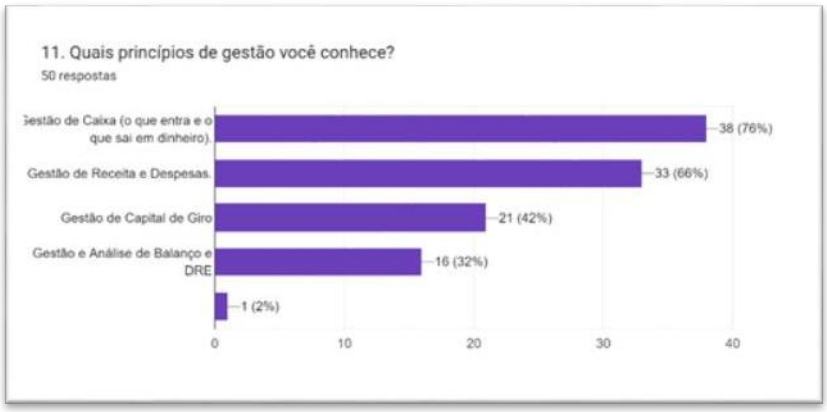


Gráfico 9: quais princípios de gestão você conhece?
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Os princípios de gestão comumente conhecidos pelos entrevistados foram gestão de caixa, gestão de receitas e despesas e gestão de capital de giro. Na qual 70% conhece gestão de caixa, ou seja, compreende a importância do acompanhamento constante e planejado de um caixa empresarial. 66% mostrou conhecer de receitas e despesas. Mais uma vez a contabilidade gerencial sendo aplicada, princípios de gestão financeira não se apresentam apenas mediante a entrada e saída de valores financeiros, mas também por sua gestão consciente.

Gráfico 10: quais informações você consulta com frequência?
Fonte: dados da pesquisa (2023)

As duas perguntas acima evidenciam, quase que em sua totalidade, que os proprietários, sócios, gestores e funcionários utilizam métodos de análise para acompanhar a saúde financeira da entidade. Isso representa um salto significativo na oportunidade que o setor contábil tem em mãos para aprofundar nos conceitos e ferramentas da contabilidade gerencial.

Com essas informações nós validamos que existe a preocupação e realizar acompanhamentos sobre a saúde da organização e que algumas, não todas, ferramentas da contabilidade gerencial estão sendo utilizadas pelas organizações, corroborando com o entendimento da importância deste indicador e sua relevância mediante a aplicabilidade.

Gráfico 11: sua empresa utiliza os princípios da contabilidade gerencial?
Fonte: dados da pesquisa (2023)

A utilização dos princípios da contabilidade gerencial nos negócios se mostra relevante para uma gestão consciente, focada em resultados e em constância empresarial. Conhecendo, aplicando e estruturando a empresa para um aperfeiçoamento nas habilidades empresariais a entidade pode vir a crescer. Outros fatores estão inerentes a este crescimento como, momento econômico, inflação, taxa de juros, mercado e etc. todavia, a aplicação de princípios e conhecimentos cientificamente testados podem colaborar com o crescimento da organização.

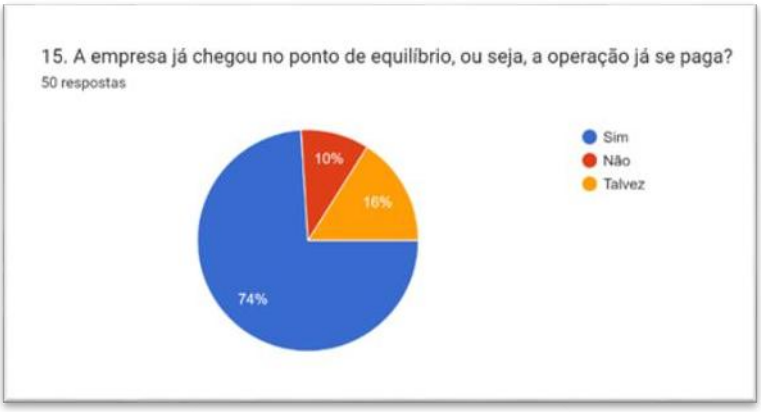


Gráfico 12: a empresa já chegou no ponto de equilíbrio, ou seja, a operação já se paga?
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Compreender de forma clara, quanto a empresa necessita faturar para pagar sua operação atual é fundamental para a constância e crescimento. 74% das empresas pesquisadas informaram que já atingiram esse ponto de equilíbrio, conseguindo pagar sua operação e talvez, gerando lucro.

Cabe ao gestor, sócio ou proprietário, planejar, junto ao profissional contábil quais poderão ser os próximos passos para um planejamento adequado para a realidade atual da empresa.

Gráfico 13: o escritório de contabilidade já apresentou os incentivos fiscais federais, estaduais ou municipais?
Fonte: dados da pesquisa (2023)

A apresentação de modalidades para diminuição de pagamento de tributos para os entes públicos é fundamental para a margem do negócio. Fazendo parte da gestão da contabilidade gerencial. O contador poderá atuar norteando a empresa a

respeito do melhor “caminho” para o pagamento de menos tributos, dentro das limitações legais estipuladas pelos órgãos competentes.

Ocorrendo certa de 48% das empresas, essa modalidade é fundamental para o desempenho econômico da entidade. Em contrapartida cerca de 1/3 das empresas ainda não conhecem ou não foram apresentadas a algum incentivo fiscal para o seu modelo de negócio.

4.2.1. O que você acredita que lhe ajudaria na melhor gestão da empresa?

- Ferramentas atreladas com a contabilidade gerencial, como o Fluxo de Caixa.
- Um setor contábil
- Algum sistema ou aplicativo que possa fazer a contabilidade das contas, de fluxo de caixa, entradas e saídas.
- O clima organizacional da empresa é muito importante
- Melhor relacionamento com o cliente
- Principalmente na gestão financeira em separar o que deve ser empresa, o que deve ser meu pró-labore, por ser uma empresa engatinhando, ainda não consegui separar contas pessoais e empresa, e isso me ajudará para o próximo passo de contratar mão de obra.
- Uma assessoria básica voltada para o controle e administração contábil.

4.2.2. Na sua perspectiva, como a contabilidade gerencial contribui para o negócio?

- Controle da gestão e auxílio na tomada de decisão.
- Ajuda a gerir e fazer o melhor direcionamento de recursos
- Organizar as condições da empresa e projetar o futuro de maneira unificada,
- A contabilidade contribui para o gerenciamento de negócios fornecendo informações financeiras precisas, facilitando a tomada de decisões. A contabilidade é essencial em todo negócio
- Auxilia no planejamento da empresa
- Acredito que possa contribuir analisando os pontos fortes e fracos, e com isso estabelecer novos planejamentos para serem traçados assegurando uma boa administração.

- Ela nos dá um norte se estamos caminhando conforme os objetivos da empresa.
- A contabilidade é o coração do empreendimento. A eficiência financeira vai nos dizer onde e como caminhar. Sem gestão financeira o barco tende afundar.
- Contribui de forma positiva para ter um controle melhor da empresa

4.2.3. Como a contabilidade pode ajudar a empresa a crescer?

A pesquisa apresenta características de conhecimento relevantes, de acordo com a resposta dos gestores de cada empresa pesquisada. A percepção sobre a importância da contabilidade para o desenvolvimento empresarial, mencionada por alguns com “orientadora da gestão de finanças” ou “a contabilidade impulsiona o crescimento ao fornecer análises financeiras” Tais menções mostram que os pesquisados compreendem a importância contábil em seus negócios.

- Realizando um controle adequado para assim conseguir ser realizado análises com o quadro real da empresa e verificar qual a saúde de determinado negócio.
- A contabilidade impulsiona o crescimento ao fornecer análises financeiras, acima saúde financeira e o desenvolvimento contínuo da empresa.
- Orientando na gestão de finanças... talvez por isso é importante contratar um profissional que além das qualidades técnicas, seja alguém de confiança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo, deste estudo científico, a identificação se as empresas privadas de pequeno porte, localizadas na cidade de Cabedelo/PB utilizam da contabilidade gerencial seus conceitos e ferramentas para o seu crescimento e desenvolvimento, constatou-se através de um levantamento, através de um formulário de pesquisa realizado com empresas de pequeno porte, localizadas na cidade de Cabedelo/PB com o reforço da base bibliográfica e fundamentada por autores renomados a respeito do tema, alicerçando os tópicos apresentados.

Com base na análise dos dados coletados, é possível concluir que, dentre o perfil de empresa pesquisada, empresas de pequeno porte, é real a utilização de conceitos e ferramentas de gestão gerencial incentivados pela contabilidade gerencial, mesmo não sendo em sua totalidade e abrangência geral, a contabilidade aliada a sua disciplina de contabilidade gerencial fornecem, por meio de conhecimento académico, ferramentas necessárias para colaboração na gestão empresarial voltada para a melhor performance e desempenho organizacional.

Foi identificado a predominância na utilização de ferramentas de gestão empresarial, como softwares, como citados *Mister Contador* por exemplo, que facilitam o acesso as informações relevantes para o negócio, já pode se considerar um primeiro passo para formalização de uma gestão inovadora baseada em ferramentas adequadas e um acompanhamento de um profissional contador conhecedor do assunto. Observando o faturamento estimado das empresas, acima de R$50 mil reais, com seu ponto de equilíbrio no qual 74% das empresas já atingiram, observamos organizações que já se solidificaram no mercado, oferecendo produtos e serviços no qual o consumidor já adere. Isso simboliza uma oportunidade de formalização de regras e padrões para as organizações pesquisadas. O setor contábil pode vir a contribuir significativamente com esse passo importante e relevante de crescimento e desenvolvimento empresarial.

Ainda se constatou informações relevantes sobre utilizações dos princípios ferramentas de gestão, como orçamento, controle de fluxo de caixa e incentivos fiscais. Porém, o item que mais se destacou nesta pesquisa, dentre os demais, foi o ponto de equilíbrio que as empresas alcançaram, delas 74% já se encontra no seu linear ponto crítico. Este indicador nos apresenta uma relação importante sobre a saúde financeira da empresa. Um contraponto que ocorre, é nas organizações pesquisadas, são as que cerca de 70% delas não conhecem ou não foram apresentadas aos incentivos fiscais. Na qual apenas 48% conhecem e já forma apresentadas a algum dos incentivos disponíveis pelos estados, munício e governo federal.

Como recomendação para análises futuras, sugere-se o estudo da participação dessas empresas em órgãos governamentais que acelerem e facilitem a gestão por meio de acompanhamentos e consultorias, Iniciativas como a do Sebrae, auxiliam os gestores na melhor performance das empresas. Discutir e

buscar compreender quais seriam os incentivos fiscais adequados para cada perfil de empresa, seja ela para fabricação de produtos ou prestação de serviços. A amplitude e ramificação de empresas dos mais diversos perfis estão sendo cada vez mais comuns, no qual empresas de soluções tecnológicas podem vir a proporcionar soluções significativas para o melhoramento da gestão empresarial, para tanto, os profissionais de contabilidade de dentro e fora das empresas, devem esta atentos as mudanças, proporcionando aos seus clientes soluções para aperfeiçoamento da gestão e apresentação de facilitadores para melhor performance da empresa. Ações como esta também fazem parte das ferramentas da contabilidade gerencial, sendo ela inquieta e provocadora de mudanças e melhorias para as empresas e organizações.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, B. T. S. Camargo, M. E. S. (s.d.) **Sistema PDCA na gestão escolar**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT.

2. AGÊNCIA BRASIL. **Micro e pequenas empresas criam sete de cada 10 empregos no país 2023** Disponível em: HTTPS://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/micro-e-pequenas-empresas-criam-sete-de-cada-10-empregos-no-pais#:~:text=%E2%80%9CEm%20um%20contexto%20de%20cerca,%E2%80%9D%2C%20disse%20%C3%A0%20Ag%C3%AAncia%20Brasil. Acesso em 07 de setembro de 2023.

3. ASN, Agência Sebrae de Notícias. **Pequenos negócios aceleram emprego e PIB no país 2023**. Disponível em: https://agenciaseb/rae.com.br/dados/pequenos-negocios-aceleram-emprego-e-pib-no-pais/ . Acesso em: 08 de novembro de 2023.
ATKINSON, A. A. BANKER, R. D. KAPLAN, R. S. YOUNG, S. M. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2000.

4. ATKINSON, Anthony A; Kaplan, Robert S.; Matsumura, Ella Mae; Young, Mark S. **Contabilidade Gerencial,** Informação para tomada de decisão e execução da estratégia. 4ª Ed., Atlas: São Paulo, 2015. p. 2.

5. BACHTOLD, Ciro. Contabilidade básica. 2011. ISBN 978-85-8299-057-5
BAZZI, Samir**. CONTABILIDADE GERENCIAL:** conceitos básicos e aplicação [livro eletrônico] / Samir Bazzi. Curitiba: InterSaberes, 2015.

6. **BENEFICIOS FISCAIS**. Disponível em: HTTPS://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/beneficios-fiscais. Acesso em: 14 nov 2023.

7. BEUREN, I. M. (Org.) et al**. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** Teoria e prática**. 3.ed.** São Paulo: Atlas. 2013.

8. CARVALHO, R. B. et al. **Fatores-chave na implantação de ERPs:** estudo de um caso problemático em uma média indústria. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação, v. 8, n.2, 2009.

9. CATÃO, Marcos André Vinhas. **Regime jurídico dos incentivos fiscais**. Renovar: Rio de Janeiro, 2004

10. CPC 30 (R1), Comitê de Pronunciamentos contábeis, Receitas (revogado a partir de 1º/01/2018) Divulgação 08/11/2012

11. CREPALDI, S. A**. Contabilidade gerencial:** teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

12. DRUCKER, Peter. F. **Administração:** Teoria, processo e prática. 2 ed. São Paulo: Makron Book, 1994.

13. GIL, Antonio Carlos. **Como classificar as pesquisas.** Como elaborar projetos de pesquisa, v.4, n. 1, p. 44-45, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

14. GIMENEZ, Danielle Maria Gaspar; CARDOSO, Antônio Augusto Brion; **Ferramentas de controle financeiro e de custos**: estudo de caso em um pet shop no município de Juiz de Fora - MG. II congresso de administração e tecnologia – cato, 2016.

15. GRACIOSO, F. **Planejamento Estratégico Orientado Para o Mercado**. 2 ed., São Paulo, 1991.

16. HASHTAG TREINAMENTOS. **Funções do Excel:** Veja as Principais de 13 Categorias. 2022. Disponível em: HTTPS://www.aprenderexcel.com.br/2013/artigos/historia-do-excel. Acesso em: 10 nov 2023.

17. HENDRIKSEN, E. S. e VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

18. HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. (2000**). Contabilidade de custos.** 9. ed. Tradução José Luiz Paravato. Rio de Janeiro: LTC.

19. LIMA, Carlos Rogério Montenegro. **Gestão do fluxo de caixa**: Palhoça: Unisul Virtual, 2009.

20. LLAURA. DÓ, Oriol. **Escala de Likert:** O que é e como utilizá-la. 2015. Disponível em: <HTTPS://www.netquest.com/blog/br/escala-likert>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

21. MARIANO, Paulo Antonio; OLIVEIRA, Rodrigo Albanez G. de; SAVIAN, Tatiane De Castro Teixeira**. Contabilidade na Era Digital.** São Paulo: SAGE IOB, 2015. MARION, José C. Contabilidade Básica. Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559773220. Acesso em: 12 setembro de 2023

22. MARION, José C. **Contabilidade empresarial.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MERCHANT, Kenneth A. Modern management control systems: text & cases. Upper Saddle River: Prentice-Hall, 1998.

23. MIOTTO, Neivandra; LOZECKYI, Jeferson. **A importância da contabilidade gerencial na tomada de decisão nas empresas.** UNICENTRO – Revista eletrônica Lato Sensu. 5ª edição. 2008.

24. PADOVEZE, Clóvis Luís; TARANTO, Fernando Cesar. **Orçamento Empresarial:** Novos conceitos e técnicas. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

25. PADOVEZE, Clóvis Luiz**. Contabilidade Gerencial**. 6° edição. Ed. Atlas, 2009. ISBN 8522456194, 978-8522456192.

26. POWER, B. I**. Microsoft Power Platform**. 2020.

27. RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil.** Saraiva: 9ª edição, 2012.

28. SEBRAE. CAUSA Mortis: **O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida.** SEBRAE-SP, São Paulo, 2014: Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortiz_2014.pdf. Acesso em 07 de setembro de 2023.

29. SEBRAE. **Quem Somos:** SEBRAE-SP, São Paulo, 2021: Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos#:~:text=O%20Servi%C3%A7o%20Brasileiro%20de%20Apoio,R%24%204%2C8%20milh%C3%B5es. Acesso em 11 de setembro de 2023.

30. SEFAZ PARAÍBA. **Governo da Paraíba anuncia pacote de medidas de incentivo fiscal e de reduções de imposto para os setores produtivos.** Disponível em: https://www.sefaz.pb.gov.br/announcements/12985-governo-da-paraiba-anuncia-um-pacote-de-medidas-de-incentivo-fiscal-e-de-reducoes-de-imposto-para-os-setores-produtivos. Acesso em: 14 de novembro de 2023.

31. SENADO. **Sistema S:** Senado Notícias, 2023: Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s. Acesso em 11 de setembro de 2023.

32. SOUZA, Erivelton R. de; BUZO, Leonardo J; CARNEIRO, R; Tiago**. A importância das ferramentas de análise de dados na gestão da pandemia de covid-19**: A utilização do Power BI. Em: III Jornada Acadêmica Científica e Tecnológica, 2021, Jales/SP. FATEC, 2021.

33. SURVEYMONKEY. **O que é uma escala Likert?** S/ano. Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/likert-scale/>. Acesso em: 15 de novembro 2023

34. TURBAIN, E.; RAINER, K.; POTTER, R**. Introdução a sistemas de informação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

AMEAÇAS À INDEPENDÊNCIA DA AUDITORIA: um estudo dos SNA em relação ao ARL das empresas de utilidade pública listadas na B3

Carlos Daniel Cardoso Matias da Silva[18]
Rafael Oliveira[19]

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo e finalidade principal demonstrar a influencia dos serviços de não auditoria (SNA) em relação aos atrasos no relatório do auditor (ARL), que se cacacteriza como a lacuna de tempo entre o término do exercício social praticado por uma empresa e a emissão da opinião do auditor independente quanto às demonstrações econômico-financeiras apresentadas pela mesma, ou seja, é a medida quantitativa em dias gastos para a realização do processo de auditoria e posterior liberação para divulgação das informações no mercado. Buscando evidenciar se os SNA afetam o ARL de forma positiva ou negativa, a metodologia utilizada neste trabalho classifica-se como bibliográfica explicativa e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa com procedimentos estatísticos, a partir da regressão linear, executados no *software* Excel. Para análise destes cenários, foram escolhidas 6 variáveis, sendo 1 dependente e 5 independentes. A amostra foi integrada por 10 empresas do setor de utilidade pública sendo 7 do segmento de energia elétrica e 3 do segmento de água e saneamento, totalizando um total de 700 observações. Tendo em vista os aspectos analisados, os resultados demonstraram que fatores como SNA e níveis de governança coorporativa possuem influência negativa quanto ao tempo de emissão dos pareceres e características reporte de prejuízo, BigFour e opinião do auditor tem influência positiva, ou seja, aumentam o ARL das empresas.

Palavras-chaves: ARL; SNA; B3; Auditoria; Independência

ABSTRACT

This research has as its main objective and purpose to demonstrate the influence of non-audit services (SNA) in relation to delays in the auditor's report (ARL), which is characterized as the time gap between the end of the fiscal year practiced by a company and the issuance of the independent auditor's opinion regarding the economic-financial statements presented by the same, that is, it is the quantitative measure in days spent to carry out the audit process and subsequent release for dissemination of information on the market. Seeking to demonstrate whether the

[18] Graduando do Curso de Ciências Contábeis Carlos Daniel Cardoso Matias da Silva E-mail: danielmatias232627@gmail.com
[19] Graduado em Ciências Contábeis pelo UNIESP, MBA em Auditoria, Perícia e Arbitragem pela ENP, MBA em Finanças pelo IBMEC (cursando), docente do curso de Ciências Contábeis pelo UNIESP. Email: rafaelbpoliveira@hotmail.com. Contato: +55 83 98820-7069
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6902576504682093

ANS affect the ARL in a positive or negative way, the methodology used in this work is classified as explanatory and descriptive bibliographic, with a qualitative and quantitative approach with statistical procedures, based on linear regression, executed in Excel software. To analyze these scenarios, 6 variables were chosen, 1 dependent and 5 independent. The sample was made up of 10 companies in the public utility sector, 7 from the electricity segment and 3 from the water and sanitation segment, totaling 700 observations. Taking into account the aspects analyzed, the results demonstrated that factors such as SNA and levels of corporate governance have a negative influence on the time for issuing opinions and characteristics of loss reporting, BigFour and auditor's opinion have a positive influence, that is, they increase the ARL of companies.

Key Words: ARL; SNA; B3; Audit; Independence

1. INTRODUÇÃO

As empresas de capital aberto tais como as listadas na b3 devem ser auditadas anualmente. Essas, por sua vez, devem ser conduzidas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), condizente com os termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 177 da Lei 6.404/1976. De acordo com a NBC TA 200 isso resulta em um parecer de auditoria, no qual o profissional expressa sua opinião sobre as demonstrações financeiras anuais, com o objetivo de aumentar o grau de confiança dos relatórios financeiros ofertados ao mercado pela entidade.

Nesse sentido, a independência do auditor é um componente essencial da auditoria. Isto significa que os auditores devem estar livres de qualquer influência ou conflito de interesses que possa prejudicar a sua aptidão de conduzir a auditoria de forma justa e objetiva. Os auditores independentes seguem princípios e padrões éticos rígidos para garantir a dignidade do processo de auditoria. A auditoria contábil das demonstrações financeiras tem um papel crucial para o desenvolvimento da economia de livre mercado (GRAMLING; RITTENBERG; JOHNSTONE, 2012).

Ademais, a divulgação dos resultados da auditoria deve ser precisa e fácil de entender, a fim de evitar interpretações equivocadas que possam prejudicar o propósito da divulgação e a credibilidade das demonstrações financeiras. Destarte, a opinião do auditor deve apresentar um conjunto de informações relevantes que possam auxiliar na tomada de decisões econômicas e financeiras. (SILVA, 2020)

Contudo, apesar de identificar a auditoria como ferramenta inibidora de comportamentos oportunistas de agentes de mercado, ainda presenciamos vários escândalos envolvendo empresas como a Enron (EUA), HIH (Austrália), WorldCom (EUA), Ahold (Holanda), os reguladores de alguns países voltaram a sua atenção para os riscos de independência das empresas de auditoria no que tange aos clientes que possuem honorários de serviços que não sejam de auditoria (SNA). Apesar de esses escândalos terem ocorrido antes dos anos 2000, a questão ainda é amplamente discutida e estudada em vários países, dado que muitos agentes de mercado acreditam que os SNA prestados pelos auditores aos seus clientes ameaçam a sua independência. (Hay, Knechel And Li, 2006).

Recentemente, foi possível presenciar um alvoroço envolvendo a grande entidade varejista, Americanas S.A (LISTADA NA B3), no qual a mesma anunciou

um rombo de mais de R$ 40 bilhões. Conforme o site de notícias DW – BRASIL, a maioria das perdas decorreu das transações de "risco sacado", comumente chamadas de *forfait* ou *confirming*, em que empréstimos bancários foram utilizados para liquidar os compromissos com fornecedores. Surpreendentemente, esses valores não foram identificados durante a auditoria independente realizada por uma das *"Big Four"*, a consultoria multinacionai PwC.

Sendo assim, o Brasil é um modelo ideal para presente pesquisa, considerando que é um país de baixa regulação e tem sido cenário recente de discussões judiciais entre as empresas de auditoria e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre restrições de SNA, tendo como desfecho pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2020, que não seria benéfico à sociedade visto o conflito de interesse instalado nessa relação (SANTOS, 2022).

Acredita-se que compreender a influência SNA a independência da auditoria tem implicações importantes para garantir a integridade e qualidade das auditorias independentes, bem como manter a confiança do público nas demonstrações financeiras auditadas. Nesse contexto, emerge a problematização do presente artigo: **Qual a relação existente entre os SNA e o ARL das empresas de utilidade pública listadas na B3 entre o período de 2015 a 2019?**

Destarte, o artigo em questão tem como objetivo geral demonstrar a relação existente entre os serviços de não auditoria (SNA) e a independência da Auditoria das empresas de utilidade pública listadas na B3, e como objetivos específicos identificar a participação no mercado das empresas *Big Four*, ainda, demonstrar os custos por natureza de SNA e identificar o prazo médio de entrega do relatório de auditoria das empresas do setor analisado.

A área elétrica detém uma importância estratégica na economia e na sociedade em função de suprir um bem público essencial para a produção de bens e serviços, bem como para garantir o bem-estar e qualidade de vida da população. (CASTRO; ROSENTAL, 2016). Outrossim, é um dos setores que mais possuem a presença de empresas estatais, o que fomenta uma das hipóteses a serem estudadas, se a presença governamental nas empresas faz com que se aumente o atraso da emissão do relatório. (SILVA, 2020)

No que se refere a metodologia, utilizou-se modelos logísticos para mensurar a influência dos SNA na independência da auditoria baseado no modelo adaptado de Causholli, Chambers e Payne (2014), que consiste em identificar a relação

negativa entre a variável independente SNA e a variável dependente *Audit Report Lag*, que consiste no período entre o fechamento do exercício social e a data da entrega do ralatório do auditoria (Pereira & Costa, 2012; Ashton, Willingham & Elliott, 1987; Apadore & Noor, 2013; Krishnan & Yang, 2009)

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica explicativa e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa com procedimentos estatísticos, a partir da regressão linear, executados no *software* Excel. Para análise deste artigo foram selecionadas seis variáveis, sendo uma dependente e 5 independentes, no período de 2015 a 2019.

Este artigo será estruturado da seguinte forma: introdução, fundamentação teórica, a metodologia, a análise da hipótese defendida com os seus respectivos resultados, as considerações finais e o referencial bibliográfico.

Por fim, espera-se que a presente pesquisa seja de grande contribuição aos órgãos reguladores brasileiros no que se refere a criação de dispositivos legais relevantes para garantir a independência dos auditores e com isso aumentar o grau de qualidade das auditorias ofertadas ao mercado brasileiro.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. RELEVÂNCIA DA INDEPENDÊNCIA DA AUDITORIA

A auditoria desempenha um papel essencial no crescimento económico e social A Companhia e seus negócios, agências governamentais e o provimento de informações aos usuários dentro e fora. Está presente em todas as atividades públicas e privadas de um indivíduo e organização (SIEGEL; RAMANAUSKAS-MARCONI, 1989).

Auditoria é uma técnica que permite ao profissional contábil emitir um julgamento acerca da adequação ou não das demonstrações contábeis reportadas por uma entidade. Conforme exposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria - NBC TA nº 200 (R1), que trata dos objetivos gerais do auditor independente, é finalidade dele obter razoável certeza se as demonstrações contábeis como um todo estão livres de erros relevantes. De acordo com Sunder (1997), a contribuição fundamental da auditoria para a entidade é a análise dos sistemas contábeis. Segundo ISA 200 (2009) auditoria tem como propósito ampliar o

grau de confiança das demonstrações financeiras, sendo consumado com a emissão da opinião do auditor independente através relatório oportuno.

A independência da profissão do auditor é a base de sua estrutura, pois, não importam as legislações, regras e o conhecimento técnico, se o auditor não for independente, o que resultaria em um desvio de conduta, levando os tomadores de decisão a perderam a confiabilidade. (NARDI; RLM DA SILVA, 2020).

Uma diferença que deve ser destacada sobre a independência do auditor é que além de ser independente, ele deve parecer ser independente (Carmichael & Swieringa, 1968). Em outros termos, De Angelo (1981) afirma que o auditor deve ser independente na execução de seu trabalho, seguindo todos os critérios necessários para garantir a qualidade de seus serviços, além disso, deve demonstrar a independência em suas ações com os clientes, não cedendo às pressões que podem ocorrer por aqueles que buscam alcançar algum benefício particular no processo de auditoria.

De acordo com as normas profissionais de auditor independente (NBC P1), o auditor deve ser independente, não podendo deixar-se influenciar por fatores estranhos, por preconceitos ou quaisquer outros elementos materiais ou afetivos que resultem perda, efetiva ou aparente, de sua independência.

A independência do auditor é crucial, uma vez que, tem impacto na qualidade da auditoria. De Angelo (1981) sugere que a qualidade da auditoria é definida como a probabilidade de o auditor descobrir uma violação e relatar a mesma. Assim, se os auditores não permanecerem independentes, eles terão menos probabilidades de comunicar irregularidades, prejudicando assim a qualidade da auditoria.

Em relação a qualidade da auditoria, o autor Crepaldi (2019) evidencia que uma auditoria de grande aptidão consegue forçar o auditado a propalar mais informações de forma mais detalhada, pertinente e de alta qualidade, deixando os acionistas menores mais seguros. Portanto, se constata a relevância dela em conceder maior confiabilidade às informações apresentadas pelas empresas.

Deste modo, o parecer dos auditores independentes resume-se em um relatório considerado o produto da auditoria realizada, o qual consuma os resultados encontrados e encerra um processo relativamente difícil, e que tem como envolvidos, de forma direta ou indireta, três grupos com interesses distintos: os auditores; os stakeholders; e, os auditados (ALMEIDA, 2019).

Conforme Pereira (2016) cada vez mais as companhias buscam por opções de diminuir os riscos para permanecer no mercado, perante esse contexto se percebe a função primordial da auditoria independente para o enriquecimento do recinto de negócios, pois os empresários e os acionistas estão a buscar informações claras e concretas sobre o real desempenho das suas atividades empresariais.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio de Nota Explicativa à Instrução Nº 308 evidencia a importância da independência das atividades de auditoria frente a outras atividades, de modo a reprimir conflito de interesses. Visto também que as organizações que possuem auditoria acabam sendo estimadas em suas relações com o mercado com mais segurança, haja vista a figura do auditor independente, na execução de seus trabalhos.

Para Demetrius (2018), pode-se inferir que o maior benefício da auditoria é prover informações que não são reportadas explicitamente pelas entidades econômicas, resultando em desconformidade de dados entre os investidores ou outros 5 usuários externos e a empresa, por seguinte, a necessidade para imparcialidade ou não Relatórios tendenciosos para reduzir esta diferença.

Nota-se a dificuldade do trabalho de auditoria, sendo a independência dos auditores o fator essencial para o sucesso das auditorias, combatendo a conduta dúctil dos agentes e reduzindo a assimetria de informação. Neste quadro, as normas de auditoria incluem instalações que ajudam as empresas e os membros da equipe a manter um grau de ceticismo profissional mais elevado, enquanto fornecem orientação para alcançar e manter a sua independência, identificando e medindo ameaças e recomendando, sempre que forem possíveis algumas opções de segurança de aplicação (CODE, 2018).

Perante isso, observa-se que os vários aspectos da qualidade da auditoria tendem a estimar o dinamismo dos profissionais na prestação de seus serviços, podendo influenciar na qualidade das informações relatadas pelas companhias auditadas, embora a auditoria atue proporcionando maior segurança na veracidade das informações contábeis.

2.2. SERVIÇOS DE NÃO AUDITORIA (SNA)

A prestação dos serviços de não auditoria se elevou, representativamente, com o passar do tempo. Um exemplo é o caso da empresa Enron, que tinha gastos de auditoria em torno de US$ 25 milhões e gastos com serviços de consultoria de US$ 27 milhões com a Arthur Andersen, sua empresa de auditoria na época (Beattie & Fearnley, 2002).

No Reino Unido os SNA vêm crescendo constantemente. Conforme a pesquisa de 2001 da revista Accountancy sobre honorários pagos a empresas de auditoria pelas empresas FTSE 100 (Accountancy, 2001), os honorários de auditoria aumentaram 7% em relação ao ano anterior, enquanto os honorários dos SNA aumentaram 28%.

A Lei SOX de 2002 proíbe um auditor de fornecer a maioria dos serviços que não sejam de auditoria (SNA) para um cliente de auditoria. A lei é motivada pela crença de que o vínculo econômico resultante entre o auditor e o cliente prejudicaria a independência do auditor, comprometendo assim qualidade. No entanto, os profissionais contra-argumentam que a prestação conjunta de auditoria e SNA aumentam a base de conhecimentos dos auditores e pode resultar numa auditoria mais eficiente e eficaz. A evidência empírica nesta área é mista. (TEPALAGUL; LIN, 2015)

Algumas pesquisas internacionais verificaram que os SNA não afetam a independência e a qualidade da auditoria (Craswell, 1999; Defond & Francis, 2005; Schneider, Church, & Ely, 2006; Wahab, Gist, & Majid, 2014).

Outros estudos identificaram que o SNA reduz a independência e a qualidade da auditoria (Adeyemi & Olowookere 2012; Ahadiat, 2011; Bloomfield & Shackman 2008; Causholli, Chambers, & Payne, 2014)

Ao longo dos últimos 10 anos, as empresas transformaram-se de empresas de auditoria em organizações de serviços profissionais multidisciplinares e a questão da independência do auditor tem ressurgido fortemente como uma preocupação (Kornish e Levine, 2000). Jeppesen (1998) argumenta que a mudança nas metodologias de auditoria nas grandes empresas está confundindo as fronteiras entre auditoria e consultoria e minando a independência do processo de auditoria em si.

Frankel *et al*. (2002) foram um dos primeiros a encontrarem provas de que havia uma relação negativa entre os SNA e a qualidade da auditoria, que foi relatada através do *accruals discricionários*. Os autores observaram que as taxas de SNA estão certamente ligadas aos aumentos inesperados no resultado e com a magnitude dos *discretionary accruals*. Também descobriram que há uma relação negativa entre a divulgação das taxas de SNA e o preço das ações das empresas.

Ashbaugh *et al*. (2003) contestaram os resultados encontrados por Frankel et al. (2002), pois, por meio de ajustes nos *discretionary accruals*, encontraram mudanças nos resultados dos testes de *benchmark* que não indentificaram nenhuma relação relevante entre as empresas que cumprem a previsão dos analistas e taxas de auditor, logo eles não descobriram nenhuma evidência que confirme a alegação de que a independência é afetada pela prestação de SNA.

Em seguida, Lim e Tan (2008), a partir do modelo utilizado por Ashbaugh et al. (2003), procuraram explicar a análise da Relação entre a Perspectiva de Serviços de não Auditoria, o efeito do grau de especialização do auditor e a Qualidade da Auditoria Externa em Empresas Brasileiras na sua independência. E os autores sugerem que nem todas as firmas de auditoria perdem sua independência, na aparência e de fato, pela prestação dos SNA quando o auditor apresenta um elevado grau de competência, ou seja, quanto mais especializado o auditor for.

Assim, percebe-se que a pesquisa sobre os SNA vem evoluindo e embora haja estudos que apontem que não há impacto do SNA na qualidade da auditoria, outros mais recentes trazem uma nova abordagem, contestando os resultados dos estudos passados.

Para assimilar com mais riqueza de detalhes as pesquisas já realizadas nessa linha, segue o esbolço dos principais estudos no quadro 1.

AUTOR (ES)	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS
Schneider et al. (2006)	Revisar as pesquisas sobre a provisão de SNA.	Revisão Bibliográfica	SNA não impacta na qualidade auditoria.
DeFond e Francis (2005)	Revisar as pesquisas sobre a provisão de SNA.	Revisão Bibliográfica	SNA não impactam na qualidade auditoria.
Bloomfield	Analisar o impacto dos	Regressão	Regressão Maiores

E Shackman (2008)	SNA na independência do auditor.		taxas de SNA implicam em perda de independência.
Ahadiat (2011)	Investigar o denvolvimento dos auditores com os serviços auditoria e SNA para os mesmos clientes.	Regressão	Os SNA podem impactar na independência do auditor.
Ghosh et al. (2008)	Analisar a relação das taxas de SNA com a independência do auditor	Regressão	Não há evidência de relação entre as taxas de SNA e a independência do auditor.
Adeyemi e Olowookere (2012)	Analisar a relação entre SNA e a independência do auditor	Questionário e teste de média	SNA afetam a percepção dos investidores quanto à independência
Mironiuc et al. (2013)	Análise da influência do SNA na transparência dos relatórios financeiros	Análise discriminante	SNA afeta a Independên- cia dos auditores, impactan-do Negativamente na qualidade dos relatórios
Wahab et al. (2014)	Analisar a relação entre as taxas de SNA e a qualidade dos relatórios financeiros	Regressão Probit	As taxas de SNA têm relação positiva com a qualidade dos relatórios financeiros
Craswell (1999)	Verificar se SNA reduz a independência da auditoria.	Regressão	SNA não afeta a opinião, portanto a independência do auditor
Lim e Tan (2008)	Investigar a relação entre SNA, qualidade de audito-ria e a especialização do auditor.	Regressão	Quanto maior a expertise do auditor menor é o impacto da provisão de SNA na independência.

Brighenti et al. (2016)	Identificar fatores que influenciam honorários de auditoria	Regressão linear múltipla	Dentre vários fatores, os serviços de não auditoria influenciam os honorários de auditoria

Quadro 1- Panorama geral das pesquisas anteriores.
Fonte: elaboração própria

Por meio da tabela 1 é possível compreender que as pesquisas buscam interligar a existência de SNA com a independência e a qualidade da auditoria independente. Os resultados das pesquisas anteriores aparecem de diferentes modos, alguns afirmam que os SNA interferem negativamente na independência e na qualidade da auditoria, outros não encontraram essa relação e contataram não haver essa relação. Outrossim, percebe-se que a grande parte das pesquisas foi realizada no território norteamericano. No Brasil, poucos estudos foram realizados nesse sentido. Por exemplo, a pesquisa de Brignhenti et al. (2016), identificou a existência de relação entre SNA e honorários de auditoria independente, todos sem quaisquer erros, uma vez que foram analisados no período ‘’t’’ e fizeram uso de honorários de auditoria como proxy para qualidade de auditoria.

Neste contexto, é notória a necessidade de analisar a ligação entre a independência da auditoria e os SNA, em um ambiente com distintas estruturas, legalidades, fiscalizações e de pouca divulgação, como é o caso do Brasil, se comparado com os EUA. A ideia é somar para essa linha de pesquisa, comprovando, ou não, o impacto negativo que os SNA possuem na independência da auditoria.

2.3. AUDIT REPORT LAG (ARL)

Audit Report Lag (ARL) ou *audit delay* é o termo utilizado para definir a defasagem entre a data do encerramento do ano fiscal e a data de emissão dos relatórios de auditoria (PEREIRA,2011). Com atenção no fato de que as demonstrações financeiras das companhias de capital aberto são publicadas somente após a emissão do relatório de auditoria, maiores ARLs podem causar a diminuição da eficiência informacional dos mercados, tendo em vista que a divulgação dos relatórios acontece de forma retardatária (LEE et al., 2009).

Assim, a disponibilização do relatório de auditoria em tempo oportuno é um ponto decisivo para a apresentação das demonstrações financeiras pelas empresas. Pereira (2011) define o período de tempo entre o encerramento do exercício social das entidades e a divulgação do relatório de auditoria como atraso do relatório de auditoria, também conhecido na literatura nacional e internacional como audit report lag ou audit delay.

No âmbito internacional Habib e Bhuiyan (2011) encontraram indícios de que entidades auditadas por firmas de auditoria pertencentes ao grupo das *Big Four* e com experiência no setor possuem ARL menores. Isso pelo fato de que auditores especializados exercem o processo de auditoria de maneira mais eficiente.

Destarte, Mai e Trung (2014) abraçaram os resultados colhidos por Habib e Bhuiyan (2011), ainda, expuseram evidências de que a troca de auditores pela obrigatoriedade do rodízio de auditoria está ligada a ARL maiores, uma vez que, os auditores precisam de um prazo maior para conhecer o cliente e o setor nos primeiros anos de trabalho.

Tendo a tempestividade como um dos atributos qualitativos de melhoria da informação contábil-financeira é possível perceber, conforme orientação do CPC 00 (R2), que ela consiste em fornecer a informação para os usuários a tempo de influenciar suas decisões. Dessa forma, é preferível para a empresa solicitar com mais rapidez os relatórios de auditoria, tendo como objetivo melhorar a percepção dos usuários das informações quanto à qualidade da auditoria prestada.

Assim, a data de encerramento das demonstrações contábeis e o prazo limite de divulgação das informações contábeis, que no Brasil são quatro meses, compreendem o que o estudo identifica como atraso de auditoria. É evidente que um menor número de dias entre as duas datas é benéfico para que a informação chegue ao usuário interno e externo, de forma a permitir a redução do delay em auditoria, que é um dos fatores que contribuem para a assimetria informacional.

Para Texeira (2017), os principais fatores que evidenciaram redução no ARL das empresas listadas na BMF&BOVESPA foram: Empresas auditadas por big four e presença de Comitê de Auditoria.

Borba e Santos (2018) levou em consideração em suas pesquisas a relação do audit delay com as características do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal das empresas listadas na B3, concluindo, portanto, que o atraso também pode ser influenciado por outras características, como as variáveis de controle relacionados à

empresa auditada, a auditoria independente e também pelos índices econômicos e financeiros.

Mai e Trung (2014) descobriram provas de que a troca de auditores pela obrigatoriedade do rodízio de auditoria está associada a ARL maiores, tendo em vista que os auditores necessitam de mais tempo para conhecer o cliente e o setor nos primeiros anos de trabalho.

Ainda, Halim e Hidayat (2000) mencionam que a pontualidade da apresentação das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria é o principal pré-requisito para a melhoria do preço das ações da empresa, mas que, por outro lado, a auditoria é uma atividade que leva tempo, o que às vezes atrasa a apresentação dos relatórios financeiros.

Os estudos anteriores sobre o assunto deste artigo apontam para aplicação de muitas variáveis para observar suas associações com o atraso dos relatórios de auditoria, mas, ainda assim, a análise sobre essas associações no cenário brasileiro é mínima, mesmo sendo um tema de bastante relevância, conforme retrata o autor Cunha et al. (2017), especialmente no que tange a estudo sobre setores específicos

3. METODOLOGIA

3.1. CARACTERIZAÇÕES DA PESQUISA

De acordo com os objetivos apresentados, a pesquisa classifica-se como aplicada, sendo explicativa e descritiva. Explicativa, pois, segundo Gil (2008, p.28), “[...] têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos” e descritiva porque tem por finalidade também analisar as possíveis associações entre variáveis.

Os estudos explicativos são os que mais se aproximam da realidade, pois ele visa conhecer a fundo as motivações dos acontecimentos. Dessa forma, este estudo buscou identificar os fatores determinantes que influenciam o atraso dos relatórios de auditoria.

Em termos de procedimentos, este trabalho é classificado como pesquisa documental, pois Lakatos e Marconi (2019) especificam que esse tipo de pesquisa consiste na coleta de dados que ainda não foram submetidos a processamento analítico, ou que podem ser reformulados. Também pode ser considerado

bibliográfico, pois sua fundamentação teórica foi desenvolvida a partir de artigos e monografias já editados.

Quanto à abordagem do problema, o estudo adota um referencial quali-quantitativo. É considerado um estudo qualitativo porque descreve especificamente os determinantes do atraso em relatórios de auditoria nas empresas de utilidade pública e realiza um estudo quantitativo utilizando técnicas estatísticas para apresentar numericamente seu impacto. Gil (2018) explica que uma das razões para a utilização desses métodos mistos é a necessidade de desenvolver uma compreensão mais profunda dos resultados obtidos.

3.2. UNIDADES DE ANÁLISE

Tendo em vista que o propósito é investigar se os SNA estão ligados a indepêndencia do auditor de forma negativa, foi estabelecido como amostra as empresas de utilidade pública listadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão no período de 2015 a 2019, na qual resultou em um total de 19 empresas, estando algumas inaptas a serem objetos do estudo, foram descartadas 9 empresas, por falta de informações consideradas pertinentes ao objetivo desta pesquisa, assim foram analisadas 10 empresas do segmento de utilidade pública, sendo 7 empresas de energia elétrica e 3 empresas de água e saneamento.

3.3. MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Através da recolha de dados, procura-se identificar as relações entre fatos abordados assim como sua importância no processo como um todo, tais relaçõs podem ser caracterizadas pelas conexões de efeito e causa entre elas. Posto isto, coletou-se das demonstrações contábeis individuais de cada empresa, as informações referentes aos relatórios dos auditores para os cinco anos estudados, totalizando um total de 1.285 observações. Após a exclusão das *missing values* a mostra passou a contemplar 700 observações para o período analisado, conforme demonstrado:

Ações	Nº. Obs.
Total de Observações extraídas da Base Economática	1.285
Exclusão por ausência de informações	-585
Total final de Observações	700

Quadro 2: limpeza de dados
Fonte: elaboração própria

A coleta dos dados, ocorrida durante o mês de novembro de 2023, consistiu na busca dos seguintes relatórios: Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), Relatório do Auditor Independente e Formulários de Referência, no sítio da B3. Dos relatórios obtidos foram extraídas as variáveis/proxies empregadas no estudo. Os dados contidos nestes foram designados em uma planilha de dados e submetidos a análises estatísticas descritivas e multivariadas.

Para ajudar neste processo e para a correta tabulação dos dados foi elaborado um programa de questões, permitindo com que assim não fosse esquecido nenhum detalhe. O mesmo pode ser observado no quadro abaixo.

N°	QUESTÕES
1	Qual o intervalo de dias entre a data de publicação do relatório de auditoria e o encerramento do exercício?
2	Existiu algum tipo de ressalva no relatório emitido pelo auditor?
3	A empresa foi auditada por alguma das firmas de auditoria conhecidas como Big Four?
4	Qual a participação das companhias nos níveis de Governança Corporativa?
5	A empresa encerrou o exercício apresentando prejuízos?
6	Qual o log natural do ativo total da empresa?

Quadro 3: formulário auxiliar para obtenção dos dados.
Fonte: adaptado de Sato (2016).

Após a extração dos dados, a tabulação foi feita por meio de planilha eletrônica, sendo essa também a base para o cálculo das variáveis utilizadas na análise, todas para o período de 2015 a 2019. Os cálculos das estatísticas descritivas, bem como os testes de correlação de Pearson e regressão linear foram

realizados por meio do software Excel versão 2019. A estatística descritiva foi utilizada para observar os resultados referentes às médias, medianas e desvios padrões dos dados coletados.

3.3.1. Desenvolvimento de Hipóteses

Consoante com Marconi e Lakatos (2019), pode-se considerar a hipótese como uma estimativa que se faz na tentativa de validar a resposta para um impasse existente. Assim, ela precede a contestação dos fatos e tem como característica uma formulação provisória que pode ser correta ou não, mas que não deixa de cumprir sua função de propor explicações para certas situações.

Contudo, para a análise dos fatores determinantes que podem sugestionar o aumento ou a diminuição do tempo de emissão dos relatórios de auditoria das empresas listadas no setor de utilidade pública na B3, foram estudadas algumas variáveis, como pode ser observado no quadro abaixo:

Tipo	Variável	Influência	Descrição	Coleta	Autores
Dependente	Audit report lag	(+)	Número de dias entre 31 de dezembro até a data de publicação das demonstrações financeiras	Relatório do auditor independente	NG e Tay (1994); Pereira (2011).
Independente	SNA	(-)	É o logaritmo natural das taxas de serviços de SNA pagos ao auditor no ano em curso	Site da B3	(Causholli , 2014)
Independente	Opinião do auditor	(+)	Assume valor 1 se o parecer tiver ressalvas, 0 caso contrário e 3 quando houver abstenção de opinião.	Relatório do auditor independente	Pereira (2011)
Independente	Auditada por B4	(-)	Dummy: Assume valor 1 se a	Formulário de Referência - Item 2.1	Ge; McVay (2005);

			empresa for auditada por uma BIG4 e 0 caso contrário.		
Independente	Prejuízo	(+)	Dummy: Assume valor 1 se houve prejuízo e 0 caso contrário.	Demonstrações Financeiras Padronizadas	Rice; Weber (2012); Barua; Smith (2013).
Independente	Governança	(+)	Admite- se os seguintes valores 0 - Sem classificação, 1 - Nível 1 de governança, 2 - Nível 2 de governança, 3- MB Cia Balcão Org. Tradicional, 4- Nível 4 de gorvenança - NM Cia Novo Mercado.	Site da B3	Lopes e Walker (2008); Teixeira (2010).

Quadro 4 - Descrição dos determinantes analisados.
Fonte: adaptado de Silva (2020).

Para avaliar a relação entre os determinantes, disposto acima no Quadro três, com o atraso em auditoria, adota-se um modelo de regressão linear múltipla, comumente utilizado entre os autores que abordam o tema, que pode ser escrito da seguinte forma:

ARL = $\beta 0_{it}$ + β1SNA$_{it}$ + β2OPIN$_{it}$ + $\beta 3GOVC_{it}$ + $\beta 4PREJU_{it}$ + β5BIG4$_{i}$t

Onde:

ARL$_{i}$t = *Audit report lag;*
SNA = Serviços de não auditoria;
OPINit= Parecer dos auditores independentes;
GOVCit = Nível de governança corporativa;
PREJUit = Divulgação de prejuízo;

BIG4it = Empresa auditada por uma das Big Fours;

O modelo de regressão linear múltipla foi adotado, em virtude de o mesmo descrever melhor as relações entre as variáveis estudadas, tendo em vista também que ele permite a realização de comparações entre a combinação de diversos fatores e o resultado delas no desenvolvimento do artigo.

Assim, após a realização dos testes estatísticos, o estudo buscou consolidar as informações para poder compor os resultados que estão elencados no item 4, que apresenta as descobertas da pesquisa - a relação das variáveis do estudo com os SNA.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção é demonstrado a análise dos resultados colhidos. Foi relacionada, em primeira instância a análise descritiva das variáveis selecionadas para o estudo e os SNA, além dos resultados encontrados com base nos cálculos de correlação e regressão linear.

A partir do procedimento metodológico apresentado no capítulo 3, foi realizada uma estatística descritiva, análise de correlação e regressão, cujos resultados são analisados neste tópico para demonstrar os efeitos dos SNA na independência da auditoria através das variáveis estudadas.

4.1. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Os valores das 700 observações válidas para as variáveis estudadas no período de 2015 a 2019 foram utilizados para compor a tabela abaixo, no que tange as informações sobre a média, a mediana e o desvio padrão de cada uma delas. Para tanto, os 8 determinantes e o audit delay foram ordenados conforme ordem descrita no quadro 2 da seção anterior.

VARIÁVEIS	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
ARL	69,92	71	17,39
GASTOS SNA	R$ 430.398,66	R$ 103.805,66	R$ 646.470,63
OPIN AUDITOR	0,08	0	0,27
AUDITADA POR B4	0,88	1	0,32
PREJUÍZO	0,12	0	0,32
GOVERNANÇA COORPORATIVA	2,52	2	1,28

Tabela 1 – Estatística descritiva geral
Fonte: elaboração própria

As observações feitas a partir da estatística descritiva dos dados coletados, demonstram que há uma predominância das empresas de auditoria chamadas *BigFours* auditando o setor de utilidade pública na B3. Em termos percentuais, tal predominância é representada em aproximadamente 90% de todas as análises realizadas. Pode-se perceber também, que o atraso no relatório de auditoria é algo predominante nas empresas analisadas. A determinante opinião do auditor está subdivida em três variáveis que correspondem respectivamente a: parecer sem ressalvas, parecer com ressalvas e parecer com abstenção de opinião do auditor. Durante o período analisado, 92% dos relatórios tiverem os seus pareceres emitidos sem ressalvas pelo auditor, enquanto que os demais 8% estão em relatórios publicados com ressalvas, deixando assim, um total de 0 relatórios com abstenção de opinião.

Como pode ser visto, na tabela abaixo foram expostas as diferentes opinões dos auditores independentes durante o período estudado.

TIPO DE PARECER	QUANTIDADE	%
Sem ressalvas	46	92,00%
Com ressalvas	4	8,00%
Abstenção de opinião	0	0,00%
Total	50	100,00%

Tabela 2 – Opinião do auditor
Fonte: elaboração própria

Na dimensão situação financeira foi encontrada a média de 18% para empresas com reporte de prejuízos no período, o que indica que a maioria das empresas analisadas experimentara resultados positivos no período.

Quanto a variável Governança Corporativa o objetivo é analisar o percentual de participação das empresas nos segmentos definidos pela B3 e para a coleta destes dados foram admitidos os seguintes níveis: Sem Classificação, Nível 1, Nível 2, MB Cia Balcão Org. Tradicional (Nível 3) e NM Cia Novo Mercado (Nível 4). Neste determinante, todas as empresas estudadas obteram um nível de governança coorporativa igual ou maior que ‘’Nível 1’’, visto que das 10 empresas analisadas no segmento de utilidade pública, três delas possuem uma governança coorporativa nível 1, outras três com nível 2 e as quatro restantes estão segmentadas no NM Cia Novo mercado (adaptado nessa pesquisa para ‘’nível 4’’).

Na Tabela 3 são apresentados os dados do *audit report lag*, que consiste na diferença de dias entre o final do exercício do ano anterior (costumeiramente ocorre no dia 31 de dezembro de cada ano) e o dia que o auditor reportou o relatório de auditoria sobre uma empresa, considerando a data base do fim do último exercício financeiro das empresas.

	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO	OBSERVAÇÕES
2015	71,5	12,64	53	89	140
2016	70	20,51	31	102	140
2017	66,5	18,92	30	89	140
2018	71,6	20,24	29	90	140
2019	70	16,71	37	91	140
MÉDIAS TOTAIS	69,92	17,804	36	92,2	700

Tabela 3 – Estatística descritiva do ARL
Fonte: elaboração própria

Pode-se verificar que durante o período analisado, correspondente aos anos de 2015 a 2019, as empresas tiveram um atraso na entrega dos relatórios de auditoria em média de 69,92 dias e no ano de 2018 foi identificada atrasos com média de 71,6 dias, sendo a média mais alta do período analisado, porém, o ano com maior número de dias nas empresas em geral foi no ano de 2016, quando a quantidade máxima de atraso foi de 102 dias. Ainda pode ser demonstrado a partir desta tabela que o ano de 2017 abrange o menor tempo de entrega dos pareceres, tendo como média, 66,5 dias, e também a menor quantidade de dias em comparação com os demais anos estudados com 89 dias, igualando apenas com o ano de 2015 no qual também obteve o menor número de dias entre o final do exercício e o relatório do auditor independente igual aos 89 diasdo ano de 2017.

4.2. ARL POR TIPO DE PARECER

Ao analisar os dados coletados da amostra, observa-se uma predominância de pareceres emitidos sem ressalva. O parecer sem ressalva é emitido quando o auditor conclui, sobre todos os aspectos relevantes, que: a) As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) Há apropriada divulgação de todos os assuntos relevantes às demonstrações contábeis.

O parecer sem ressalva implica afirmação de que, tendo havido alterações em procedimentos contábeis, os efeitos delas foram adequadamente determinados e revelados nas demonstrações contábeis. Nesses casos, não é requerida nenhuma referência no parecer.

Sendo assim, os resultados da pesquisa para este critério demonstram que uma média de 46 relátorios nos quais as demonstrações foram consideradas pelos auditores como plenamente de acordo com as normas as quais estão sujeitas. Percebe-se, contudo, a existência de 4 relatórios com ressalvas em seus relatórios, número este muito baixo visto o total de relatórios que foram obtidos na amostra.

TIPO	SEM RESSALVA	COM RESSALVA	ABSTENÇÃO
2015	9	1	0
2016	8	2	0
2017	9	1	0
2018	10	0	0
2019	10	0	0

Tabela 4 – Tipo de parecer
Fonte: elaboração própria

Dada a verificação, foi feito o procedimento de isolamento das companhias por tipo de parecer, consolidada a média de dias do audit delay e comparado os resultados entre eles, conforme pode ser visualizado logo abaixo.

Baseado nas informações abaixo, pode-se destacar que as organizações que não tiveram ressalva no parecer reportaram um atraso de 25 dias a mais que aquelas que tiveram ressalva durante o período analisado. Ausentou-se a presença

de relatórios nos quais o auditor independente tem abstenção de opinião durante os 5 anos abordados na amostra escolhida para o presente trabalho.

TIPO	SEM RESSALVA	COM RESSALVA	ABSTENÇÃO
2015	69,55	89	0
2016	67,75	79	0
2017	68	53	0
2018	71,6	0	0
2019	70	0	0
MÉDIAS	**69,38**	**44,2**	**0**

Tabela 5 – Média de ARL por tipo de parecer
Fonte: elaboração própria

4.3.1.ARL por empresa de auditoria

Baseado nos dados expostos na tabela 6, em média, 07 empresas foram auditadas por alguma firma Big Four, enquanto que uma média de 03 empresas foram analisadas por outras firmas. Os valores das médias são bem expressivos e demonstram a grande participação da Deloitte, da EY, da PwC e da KPMG neste segmento da B3.

	QUANT - B4	QUANT - OUTRAS FIRMAS
2015	9	1
2016	10	0
2017	9	1
2018	8	2
2019	8	2
MÉDIAS	**8,8**	**1,2**

Tabela 6 – Média de empresas nas firmas
Fonte: elaboração própria

Para fins de cálculos, foi usado para integrar a média do ARL das empresas auditadas por uma das *Bigfours* e das empresas auditadas por outras firmas de auditoria, a média dos dias de atraso de cada ano analisado.

	MÉDIA - B4	MÉDIA - OUTRAS FIRMAS
2015	71,5	57
2016	70	0
2017	70,55	55
2018	76,33	55
2019	73,66	64
MÉDIAS	**72,408**	**46,2**

Tabela 7 – Média de ARL por firma
Fonte: elaboração própria

O resultado demonstrou que as empresas auditadas por alguma Big Four obtiveram média de 72,40 dias de *delay* nos pareceres de auditoria, enquanto as companhias auditadas por outras firmas apresentaram média de 46,2 dias, logo pode-se inferir que as empresas auditadas por alguma bigfour tendem a diminuir o tempo de emissão dos seus relatórios de auditoria. Vale ressaltar que visto o tamanho da amostra, apenas 30% das empresas estudadas não são auditadas pelas *BigFours.*

4.4 ARL POR GOVERNANÇA COORPORATIVA

Nesta seção são apresentados os resultados quanto a média do *delay* das empresas com a variável governança corporativa. Para fins deste estudo foram considerados os seguintes níveis: Sem Classificação, Nível 1, Nível 2, MB Cia Balcão Org. Tradicional e NM Cia Novo Mercado.

GOVERNANÇA COORPORATIVA	MÉDIAS DE DIAS - ARL
Nível 0 (Sem Governança)	0
Nível 1	69,6
Nível 2	69,92
MB Cia Balcão	0
NM Cia novo mercado (Nível 4)	69,78

Tabela 8 - Níveis de governança e ARL
Fonte: elaboração própria

Dado os resultados acima, observa-se que não continha na amostra alguma organização que não adotara a governança corporativa, é possível destacar ainda que as médias de atrasos foram muito ajustadas, ou seja, entre as empresas

estudadas predominou a média de 69 dias de atraso independente da classificação de governança coorporativa.

4.5. ARL POR PREJUÍZO

O estudo se propôs a estudar a relação do atraso dos pareceres de auditoria com os prejuízos apresentados pelas empresas de utilidade pública listadas na bolsa e os resultados desta análise são apresentadas nesta seção. Baseado nos dados coletados, pode-se verificar que 2 empresas tiveram prejuízos em pelo menos 1 exercício analisado.

Logo, foi estabelecida a comparação da média dos dias de ARL dessas empresas que informaram prejuízos com as que não informaram prejuízos em nenhum exercício da análise, os resultados são apresentados na tabela 9 e 10.

Na tabela abaixo, pode-se observar que apenas 1 empresa por ano estudado obteve um prejuízo ao final do exercício e as demais restantes terminaram os períodos positivas em suas demonstrações.

	PREJUÍZO REPORTADO	MÉDIA DO ARL
2015	1	71
2016	1	88
2017	1	83
2018	1	81
2019	1	91
MÉDIAS	**1**	**82,8**

Tabela 9 – Média do ARL em dias isoladas quanta a variável prejuízo
Fonte: elaboração propría

	PREJUÍZO NÃO REPORTADO	MÉDIA DO ARL
2015	9	71,5
2016	9	70
2017	9	66,5
2018	9	72
2019	9	70
MÉDIAS	**9**	**70**

Tabela 10 - Média do ARL em dias isoladas de não prejuízo
Fonte: elaboração própria

Conforme disposto nas tabelas acima, as empresas que reportaram prejuízos em algum exercício compreendido pela pesquisa apresentaram em média cerca de 13 dias a mais de atrasos em relação àquelas que não apresentaram.

4.6. ARL POR SNA

Na tabela abaixo, pode-se observar a predominância dos SNA nas entidades utilizadas como amostra da pesquisa, uma vez que, os gastos com SNA foram maiores que 50% por pelo menos 4 anos dos 5 estudados

PERÍODO	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
2015	0,6	1	0,51
2016	0,7	1	0,48
2017	0,7	1	0,48
2018	0,5	0,5	0,52
2019	0,3	0	0,48

Tabela 11 – Estatística descritiva SNA
Fonte: elaboração própria

Na tabela abaixo observa-se a influência dos SNA em relação ao ARL das empresas estudadas no período escolhido, analisando a diferença de dias das companhias que possuem gastos com SNA e as que não possuem.

PERÍODO	COM SNA	SEM SNA
2015	69,38	72,13
2016	67,75	73
2017	64,13	70,57
2018	65	74,75
2019	66,6	70
MÉDIAS	**66,572**	**72,09**

Tabela 12 – ARL em dias com e sem SNA
Fonte: elaboração própria

Durante todo o período analisado no estudo, as empresas que contém gastos com serviços de não auditoria (SNA) tem um atraso menor do que as que não possuem honorários de SNA.

Ao decorrer do período abordado observa-se em 2018 a maior diferença de dias entre firmas com SNA e firmas sem SNA, uma média de aproximandemente 10

dias, no que se refere a média geral do período, as empresas com SNA conseguem fazer com que o auditor independente emita seu relatório de opinião com mais antecedência.

4.7. ANALISES DA CORRELAÇÃO DE PEARSON E DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

A tabela 16 demonstra a matriz de correlação entre as variáveis analisadas durante o desenvolvimento da pesquisa. O modelo de correlação de Pearson foi a métrica escolhida para estudar as possíveis correlações lineares.

	ARL	SNA	AUDITADAS B4	OPIN AUDITOR	GOVERNANÇA	PEJUÍZO
ARL	1					
SNA	-0,06729852	1				
BIG4	0,337853744	0,168622915	1			
OPIN	0,087000506	-0,035643634	0,108893101	1		
GOVC	-0,104298479	0,363309444	0,296886519	-0,004648599	1	
PREJU	0,298392198	-0,41659779	-0,242424242	0,344828154	-0,296886519	1

Tabela 13 – Correlação de Pearson entre 5 variáveis e o Audit Report Lag
Fonte: elaboração própria

O teste foi realizado buscando testar a associação e intensidade de relacionamento entre as variáveis, não sendo resultado de uma regressão. Nessa correlação, observa-se que a variável de serviços de não auditoria juntamente com a variável de governança coorporativa é estatisticamente correlacionada de forma negativa com a variável *Audit Report Lag* 1% de significância, ou seja, as duas variáveis citadas acima têm influência de forma que, o aumento dos SNA não faz com que o ARL aumente, mas sim, que diminua, assim como também a variável de governança coorporativa.

De acordo com a pesquisa feita por Camargo (2012) as empresas maiores tendem a receber seus pareceres mais rápidos, haja vista que possuem uma maior estrutura de controle organizacional e com isso menos risco e esforço para o auditor.

Esse resultado denota para este estudo que uma empresa com gastos de serviços de não auditoria e com classificação de governança coorporativa, possuem

um menor indicador de *delay* na emissão de seus relatórios de auditoria das demonstrações financeiras.

Por fim, vale ressaltar que a variável opinião do auditor, *bigfour* e prejuízo apresentam resultados em desencontro com as hipóteses da pesquisa, ou seja, as variáveis citadas acima fazem com que o ARL aumente de acordo com seu comumente aumento também. A variável *BigFour* possui influência sobre o ARL, logo, empresas auditadas por firmas B4 tem um tempo maior de atraso nos relatórios dos auditores independetes.

Quanto aos resultados da regressão linear múltipla, os mesmos são apresentados em detalhes na tabela abaixo através dos coeficientes de cada variável. Para o uso deste modelo estatístico foi admitido um nível de confiança de 95%.

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,5467649
R-Quadrado	0,2989518
R-quadrado ajustado	0,2174346
Erro padrão	15,545342
Observações	49

ANOVA					
	gl	SQ	MQ	F	F de significação
Regressão	5	4431,21	886,2421156	3,66734549	0,007492573
Resíduo	43	10391,3	241,6576562		
Total	48	14822,5			

Interseção	Coeficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
	48,16889532	7,92160394	6,080699779	2,7904E-07	32,19345845	64,14433219	32,19345845	64,14433219
0	3,091305766	5,186630761	0,596014235	0,554290347	-7,36853203	13,55114356	-7,36853203	13,55114356
1	25,89728904	7,340618179	3,527943889	0,001010823	11,09352162	40,70105646	11,09352162	40,70105646
0	-7,561339962	8,894939143	-0,850072141	0,399993538	-25,49969434	10,37701442	-25,49969434	10,37701442
2	-2,00600568	1,942982089	-1,032436527	0,307639768	-5,924402502	1,912391143	-5,924402502	1,912391143
0	23,92903382	8,379794986	2,855563157	0,00658912	7,029566641	40,828501	7,029566641	40,828501

Tabela 14 – Regressão Linear Múltipla
Fonte: elaboração própria

Observando o efeito das variáveis no ARL, é possível inferir que todas elas possuem significância estatística, no entanto, tipo de parecer, bigfour, prejuízo e

opinião do auditor são variáveis que apresentaram sinal positivo, demonstrando que os mesmos são fatores que vão influenciar positivamente o *audit report lag*, indo contra resultados obtidos por outros autores como Ge; MeVay (2005), que encontrou uma influência negativa na variável de empresas auditadas pelas *BigFour,* resultado este diferente da pesquisa em questão. Em suma, as companhias que tiverem essas características enfrentarão um maior prazo de conclusão da auditoria independente das demonstrações financeiras.

Enquanto que a variável de SNA e nível de governança coorporativa apresentaram sinal negativo, esclarecendo que quando a CIA prestar serviços de não auditoria e geralmente recebem o parecer do sem ressalva, possuem um menor prazo de conclusão da auditoria independente de suas demonstrações financeiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar qual a influência dos serviços de não auditoria no atraso dos relatórios do auditor independente (*audit report lag*), ou seja, se os serviços de não auditoria podem ameaçar a independência do auditor e consequentemente a qualidade da auditoria nas empresas de utilidade pública de capital aberto listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), durante o período de anos de 2015 a 2019, incluindo como mostra sete empresas de energia elétrica e três de água e saneamento.

O atraso nos relatórios de auditoria foi afetado por todas as variáveis escolhidas para o estudo feito por esta pesquisa, tanto pelos dados encontrados na correlação de Pearson como pelos resultados obtidos na regressão linear múltipla, ou seja, todos os fatores determinantes estudados apresentaram resultados estatísticos significativos.

Foi utilizada a estatística descritiva para verificar as características dos SNA, da opinião do auditor, da auditoria realizada pelas *BigFour*, da governança corporativa, do reporte de prejuízo, caracterizadas como variáveis independentes, bem como o *Audit report lag* classificado como variável dependente do estudo, a fim de verificar as médias, medianas e desvio padrão para cada variável que foi descrita como independente.

Para verificar a relação entre o ARL e as variáveis independentes foi utilizada a técnica estatística de correlação de Pearson e de Regressão linear múltipla, a qual

demonstrou que, com base nos dados coletados da B3 um resultado já esperado, em sua maioria, quanto à influência no aumento ou na diminuição da variável dependente (ARL).

A variável independente opinião do auditor, juntamente com auditoria realizada por big4 e reporte de prejuízo são fatores determinantes para o aumento do *delay* dos pareceres de auditoria, indo assim, conforme Pereira (2011), uma vez que a opinião do auditor tem influência positiva sobre o ARL, ademais, a presente pesquisa vai de acordo também com Rice; Weber (2012) e Barua; Smith (2013), quando a variável de prejuízo resultou numa influência positiva sobre o ARL.

Por outro lado, as variáveis independentes denominadas como SNA e nível de governança coorporativa influenciam negativamente, fazendo com que assim o tempo de emissão dos relatórios seja menor. Este resultado vai contra a pesquisa de Lopes e Walker (2008) e Texeira (2010), tais autores encontraram uma influência positiva na variável de governança, resultado distinto do alcançado neste artigo.

A resposta ao problema de pesquisa se dá pela influência negativa dos Serviços de não auditoria (SNA) sobre a variável dependente *Audit Report Lag* (ARL), desta forma o presente artigo foi de acordo com Causholli (2014), Habib (2012), Adeyemi e Olowookere (2012) e vários outros autores, quando os SNA tiveram influência negativa sobre o ARL. Isto implica dizer que, ao possuir gasto com os SNA, menor será o tempo de espera da empresa para receber o relatório do auditor independente, resultado obtido através de estatística descritiva e regressão linear, além do uso da correlação de Pearson, deixando claro o efeito negativo dos SNA sobre o ARL das empresas estudadas.

Os auditores independentes produzem ARL em menor tempo quando os SNA aumentam junto aos clientes, conforme Knechel e Sharma (2012) isso se dá pelo fato de o auditor ceder às pressões da empresa para divulgar o relatório o mais rápido possível, uma vez que o mercado tem melhro consideração para informações tempestivas. Ainda, em acordo com a pesquisa executada por Causholli, Chambers e Payne (2014), concluí-se que as firmas que prestam serviço de auditoria com o potencial de elevação dos SNA elevam também a dificuldade dos pareceres independentes, ou seja, é dedutível que possíveis novos contratos de SNA são influências econômicas para afetar a qualidade e a independência da auditoria.

Os resultados do presente artigo chamam a atenção de órgãos reguladores para que intensifiquem o monitoramento da prestação de SNA e seu devido impacto

na independência e qualidade da auditoria, a fim de que o auditor consiga manter sua postura ética e social e atuar com excelência no mercado e ainda reafirmam a necessidade de zelar pela independência da auditoria.

Os resultados aplicados às empresas brasileiras são relevantes porque fornecem *insights* sobre os fatores que atrasam a auditoria no cenário nacional, tema ainda em evolução, principalmente quando se trata de analisar setores ou segmentos de forma específica em um período determinado.

Nas limitações deste trabalho, está à necessidade de aprimoramento do modelo de regressão utilizado, com a inclusão de outras variáveis no grupo de controle, como rodizio de auditoria e liquidez, além da ampliação da base de dados de forma a contemplar um período maior de coleta para se trabalhar com uma maior quantidade de empresas e observações.

A pandemia que teve início no ano de 2020 constituiu uma limitação para esta pesquisa, uma vez que, o isolamento e restrições afetaram significativamente as amostras, as demonstrações e o mercado num todo, em virtude desse ocorrido os resultados obtidos poderiam destoar muito da realidade, por este motivo, a pesquisa foi realizada no período que antecedeu tal sinistro. Logo, recomenda-se para as próximas pesquisas que o período pandêmico não faça parte do estudo, perído este que pode ser um novo fator determinante para estudo, gerando novas oportunidades de pesquisa e integrando assim o grupo de variáveis a serem analisadas.

Sendo assim, recomenda-se que seja analisado o período pós Pandemia, que instaurou uma instabiidade enorme nas empresas especialmente nas que se encontram no mercado de capitais.

REFERÊNCIAS

1. Adeyemi, S. B., & Olowookere, J. K. (2012). **Non-Audit Services and Auditor Independence – Investors'** Perspective in Nigeria. Business and Management Review, 2, 89-97

2. ALKHATIB, Khalid; MARJI, Qais. **Audit reports timeliness:** Empirical evidence from Jordan. Procedia-Social and Behavioral Sciences, v. 62, p. 1342-1349, 2012.

3. ANDERSON, Urton L. et al. **A post-SOX examination of factors associated with the size of internal audit functions**. Accounting Horizons, v. 26, n. 2, p. 167-191, 2012.

4. APADORE, Kogilavani; NOOR, Marjan Mohd**. Determinantes do atraso no relatório de auditoria e governança corporativa na Malásia**. Revista Internacional de Negócios e Gestão, v. 15, pág. 151, 2013.

5. ASHTON, Robert H.; WILLINGHAM, John J.; ELLIOTT, Robert K. **An empirical analysis of audit delay**. Journal of accounting research, p. 275-292, 1987.

6. BAMBER, E. Michael; BAMBER, Linda Smith; SCHODERBEK, Michael P. **Audit structure and other determinants of audit report lag:** An empirical analysis. Auditing: A Journal of Practice & Theory, v. 12, n. 1, 1993.

7. BEATTIE, Vivien; FEARNLEY, Stella. **Auditor independence and non-audit services**: A literature review. 2002.

8. BORBA, Mariana Alves de; SANTOS, Mayara Diana dos. **A influência das características do conselho de administração, comitê de auditoria e conselho fiscal no audit delay**. Pato Branco: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018.

9. BRASIL. **Lei Nº 12.683, de 09 de julho de 2012**. Brasília: 2012. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12683.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.613,crimes%20de%20lavagem%20de%20dinheiro Acesso em 11 de setembro de 2023

10. BRIGHENTI, Josiane; DEGENHART, Larissa; CUNHA, Paulo Roberto da Fatores **Influentes nos Honorários de Auditoria:** análise das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Pensar Contábil, v. 18, n. 65, 2016.

11. CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria contábil:** teoria e prática. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

12. DEANGELO, Linda Elizabeth. **Auditor size and audit quality.** Journal of accounting and economics, v. 3, n. 3, p. 183-199, 1981.

13. DE CASTRO, Nivalde et al**. Perspectivas e Desafios da Difusão da Micro e da Mini Geração Solar Fotovoltaica no Brasil.** Texto de Discussão do Setor Elétrico: GESEL , 2016.

14. DOS SANTOS MARQUES, Davi; PORTUGAL, Guilherme Teixeira; ALMEIDA, Sidmar Roberto Vieira. **O Impacto Gerado pelos Principais Assuntos de Auditoria na Aplicação dos Procedimentos de Auditoria**. Revista Europeia de Pesquisa Científica, v. 2, pág. 144-152, 2019.

15. DW. As falhas que podem ter levado ao rombo nas americanas S/A. Disponível em https://www.dw.com/pt-br/as-falhas-que-podem-ter-levado-ao-rombo-bilion%C3%A1rio-na-americanas/a-64495807 Acesso em 06 de setembro de 2023

16. FRANKEL, Richard M.; JOHNSON, Marilyn F.; NELSON, Karen K. **The relation between auditors' fees for nonaudit services and earnings management.** The accounting review, v. 77, n. s-1, p. 71-105, 2002.

17. GANZ, A.C.S; BILK, A; MARQUES, L; CUNHA, P.R. **Relação entre a especialização da firma de auditoria e audit delay.** São Paulo: XVII Congresso USP, julho de 2017.

18. GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6ª ed., São Paulo: Atlas,2018.

19. Habib, A. (2012). Non-Audit **Service Fees and Financial Reporting Quality:** A Meta- Analysis. Abacus – A Journal of Accounting, Finance and Business Studies, 48(2), 214-248. https://doi.org/10.2139/ssrn.1434354

20. HAY, David; KNECHEL, Robert; LI, Vivian. **Non-audit services and auditor independence:** New Zealand evidence. Journal of business finance & accounting, v. 33, n. 5-6, p. 715-734, 2006.

21. Kornish, L.J. and Levine, C.B. (2000), '**Discipline with Common Agency**: The Case of Audit and Non-audit Services', SSRN Working Paper.

22. KRISHNAN, Jayanthi; YANG, Joon S. **Recent trends in audit report and earnings announcement lags.** Accounting Horizons, v. 23, n. 3, p. 265-288, 2009.

23. LEE, Ho-Young; MANDE, Vivek; FILHO, Myungsoo. **O mandato prolongado do auditor e a prestação de serviços não relacionados à auditoria pelo auditor externo reduzem os atrasos nos relatórios de auditoria**? Revista Internacional de Auditoria , v. 2, pág. 87-104, 2009.

24. MANDE, Vivek; FILHO, Myungsoo. **Os atrasos nas auditorias afetam a retenção de clientes?** Revista Auditoria Gerencial, v. 26, n. 1, pág. 32-50, 2011.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 8ª ed., São Paulo: Atlas, 2018.

25. NARDI, Paula Carolina Ciampaglia; DUARTE, Caio; DA SILVA, Ricardo Luiz Menezes. **Análise da relação entre a perspectiva de serviços de não auditoria e a qualidade da auditoria externa em empresas brasileiras de capital aberto.** Contabilidade Vista & Revista, v. 31, n. 1, p. 29-57, 2020.

26. **Normas Profissionais de Auditor Independente (NBC P1).** Disponível em: https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/ Acesso em: 14 de setembro de 2023.

27. PEREIRA, A. N. **Determinantes do atraso em auditoria externa (audit delay) em companhias brasileiras.** Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE, Vitória. 2011.

28. PEREIRA, A.N; COSTA, F.M. **Determinantes do atraso de auditoria Externa (audit delay) em companhias brasileiras**. Rio de Janeiro: XXXVI Encontro da ANPAD, setembro de 2012.

29. PEREIRA, Vaniza. **Fundamentos de auditoria contábil.** 1ª ed., Porto Alegre: SAGAH, 2016.

30. **PORTAL CONT NEWS**, 2018. Disponível em < https://www.portalcontnews.com.br/a-importancia-da-auditoria-independente-para-as-pequenas-e-medias-empresas/ Acesso em 10 de setembro de 2023

31. **PORTAL DE AUDITORIA**, Disponível em https://www.portaldeauditoria.com.br/legislacao/normas/parecerdosauditores.htm Acesso em 27 de novembro de 2023

32. SANTOS, F. J. L. Dos. (2022). **Serviços de Não Auditoria e a imparcialidade dos Relatórios de Auditoria.** (Dissertação de mestrado). Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, Vitoria, ES, Brasil.

33. SATO, Gustavo Carmo. **Relatórios de auditoria independente:** Um estudo sobre os fatores que influenciam no audit delay. Rio Verde: Universidade de Rio Verde, 2016.

34. SIEGEL, Gary; RAMANAUSKAS-MARCONI, Helene. **Behavioral accounting**. (No Title), 1989.

35. SILVA, Vitória, **AUDIT REPORT LAG:** Um estudo sobre fatores determinantes no delay dos relatórios de auditoria em empresas do segmento de energia elétrica listadas na B3 no período de 2014 a 2019. (NO PRELO)

36. TEPALAGUL, Nopmanee; LIN, Ling. **Auditor independence and audit quality:** A literature review. Journal of Accounting, Auditing & Finance, v. 30, n. 1, p. 101-121, 2015.

RECONHECIMENTO CONTÁBIL DA RECEITA E DOS CUSTOS DE UMA OBRA LOCALIZADA NO MUNÍCIPIO DE JOÃO PESSOA - PARAÍBA

Fernanda Mendonça Maia Wanderley Cruz de Freitas[20]
Ricardo da Silva Pereira[21]

RESUMO

O setor de construção civil, representa um segmento importante na economia brasileira, uma vez que é responsável por grande parte da geração de empregos e renda de um país. Diante disso, necessita de um bom processo de gestão, o que torna relevante o controle das suas receitas e dos seus custos para acompanhar o seu orçamento e cumprimento das obrigações, garantindo a vantagem econômica da empresa. Nesse contexto, a NBC TG 47, orienta como as empresas que executam esse tipo de atividade e que trabalham com exercício social superior a um ano, a efetuarem o registro das suas receitas com base na mensuração dos seus custos. Perante o exposto, o presente artigo tem por objetivo descrever como uma empresa de construção civil, localizada em João Pessoa – PB, calcula e registras as receitas e os custos de suas obras. A metodologia empregada para elaboração dessa pesquisa foi de um estudo de caso , onde a coleta de dados foi efetuada através da aplicação de uma entrevista semiestruturada orientada pela aplicação de um questionário com a contadora responsável pela empresa que forneceu os dados que comprovaram que a empresa segue as orientações da referida NBC TG 47, no qual, conclui-se que a receita é calcula a partir da mensuração dos custos incorridos sobre o custo orçado do empreendimento, por meio do método POC (porcentagem de obra concluída), registrados na contabilidade em contas patrimoniais e de resultado, através do qual pôde ser consumado o objetivo dessa pesquisa.

Palavras-chaves: Receita; Custo; Reconhecimento; Construção civil.

ABSTRACT

The civil construction sector represents an important segment in the Brazilian economy, as it is responsible for a large part of the country's job and income generation. Therefore, a good management process is necessary, which makes it important to control your revenues and costs to monitor your budget and fulfill obligations, guaranteeing the company's economic advantage. In this context, NBC TG 47 guides companies that carry out this type of activity and that work for a fiscal year longer than one year to record their revenues based on the measurement of their costs. In view of the above, this article aims to describe how a construction

[20] Graduando do Curso de Ciências Contábeis Fernanda Mendonça Maia Wanderley Cruz de Freitas, E-mail: fmaia18@outlook.com
[21] Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Especialização em Contabilidade, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira, Centro Universitário - UNIESP, E-mail: ricardo.pereira.jp4@gmail.com .Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3654413560555402

company, located in João Pessoa – PB, calculates and records the revenue and costs of its works. The methodology used to prepare this research was a case study, where data collection was carried out through the application of a semi-structured interview guided by the application of a questionnaire with the accountant responsible for the company who revealed the data that proved that the company follows in accordance with the guidelines of the aforementioned NBC TG 47, in which it is concluded that revenue is calculated from the measurement of costs incurred over the budgeted cost of the project, using the POC method (percentage of work completed), recorded in the accounting records in equity and income accounts, through which the objective of this research could be achieved.

Keywords: Revenue; Cost; Recognition; Construction.

1 INTRODUÇÃO

A indústria da construção civil representa um importante setor da economia brasileira, sendo esta responsável por grande parte da geração de empregos e renda do país. Uma pesquisa feita pela ABRAINC (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, 2023), comparou o PIB (Produto Interno Bruto) da construção civil entre o ano de 2021 para o ano de 2022, e constatou o bom desempenho do setor, que subiu 6,9% no ano de 2022, contribuindo efetivamente com a economia do país.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023), o setor de construção civil, é composto por três grandes segmentos: obras de infraestrutura, construção de edifícios (e moradias de modo geral) e serviços especializados para construção (que seria o caso das incorporadoras e imobiliárias).

Por ser considerado uma indústria, o setor da construção civil, para fazer um bom processo de gestão, necessita dos dados de um orçamento, sendo esse caracterizado por Soares (2022), por ter como objetivo listar todos os custos envolvidos em uma obra e
determinar sua viabilidade. Sendo assim, faz-se relevante o controle das receitas e dos gastos de determinada obra, para poder acompanhar se seu orçamento está sendo cumprido e garantindo sua vantagem econômica para empresa.

Nesse contexto, a contabilidade de custo, subdivisão específica da contabilidade, que segundo Martins (2003), expõe como função da contabilidade de custo, o auxílio do controle e na tomada de decisão. Sendo responsável por dar suporte à gestão através da emissão dos relatórios contábeis.

Diante disso, destaca-se a NBC TG 47 (CFC, 2016), norma que instrui os princípios que devem ser adotados por uma entidade que trabalha com exercícios sociais superiores a um ano para que sua receita seja reconhecida de forma fidedigna a partir da mensuração do seu custo, demonstrados na DRE (Demonstração do Resultado do Exercício), que de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 26 (CFC, 2011), deve apresentar suas receitas, custos e despesas.

Então no que diz respeito ao reconhecimento de receitas e custos pela contabilidade, Freitas (2018) declara que diferente das vendas em geral de produtos e serviços, as empresas de construção civil não permitem reconhecer valores futuro,

sendo necessário utilizar a ferramenta de aferição da contabilidade de custo, por meio do método de reconhecimento POC (Porcentagem de Obra Concluída), termo originalmente do inglês *"Percentage of Compliance",* reconhecendo a receita da venda de uma unidade que ainda não foi totalmente construída, considerando o custo incorrido durante o fechamento mensal de um resultado.

Logo, o presente artigo abordará como a receita será calculada e apresentada na DRE da empresa, tomando-se como base os custos incorridos em determinado período. Sendo assim, e diante do exposto, foi definido o seguinte questionamento: **como uma empresa de construção civil, localizada em João Pessoa-PB, calcula e registra as receitas e custos de suas obras?**

Dessa forma, o objetivo geral desse artigo é o de descrever como uma empresa de construção civil, localizada em João Pessoa-PB, calcula e registra as receitas e os custos de suas obras e tem como objetivos específicos: caracterizar as empresas de construção civil no Brasil; tratar os aspectos contábeis de mensuração e registro contábil das receitas e custos de uma obra; apresentar a estrutura de uma DRE de uma empresa de construção civil; abordar os aspectos legais para sua elaboração; evidenciar a utilização do POC - Porcentagem de Obra Concluída; apresentar as principais demonstrações contábeis resultantes da obra civil, objeto desse estudo.

O presente estudo se justifica pelo seu grau de importância para as empresas de construção civil, que precisam elaborar suas demonstrações contábeis, que de acordo com o que foi dito por Ferreira (2012, p.11), tenham características qualitativas fundamentais de relevância e fidedignidade, o que pode ser visto pelo exposto e será abordado no decorrer do artigo presente. Além disso, para o meio acadêmico, a pesquisa em questão tem um conteúdo específico, que pode ser estudado e explorado, como um material que servirá de referência em futuras pesquisas relacionadas com o tema.

A metodologia utilizada será uma pesquisa bibliográfica realizada através de consultas em normas e pronunciamentos contábeis, artigos referentes ao tema, livros e sites da internet que tragam assuntos relacionados a construção civil e contabilidade, e terá como aprofundamento, a coleta de dados e análise para elaboração de um estudo de caso (GIL, 2002), que será realizado em um escritório de contabilidade, prestador de serviços a uma empresa de construção civil da cidade de João Pessoa – PB, onde a coleta de dados será efetuada com a aplicação de

uma entrevista semiestruturada a ser aplicada com o contador da incorporadora responsável pela obra em estudo.

O artigo terá como estrutura, sua divisão em cinco partes: a começar pela introdução, seguido da fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento e discussão de dados, aqui em questão será o estudo de caso, e por fim, as considerações finais, acrescido no início do artigo um resumo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL

Um artigo escrito pelo Ministério da Educação do Brasil trouxe a importância que o setor da construção civil tem para economia brasileira, dentre os assuntos tratos, apresenta:

> "A área de Construção Civil tem interfaces com diversas outras áreas profissionais. Além da nítida interface com a área de Gestão, claramente presente nas atividades de gerenciamento da execução e da manutenção de obras, devem ser ressaltadas as relações com as áreas de Transportes, Geomática, Mineração, Química, Meio Ambiente, Agropecuária, Artes, Design, Saúde, Informática e Comércio." (MEC, 2000, P.5)

Em aspectos específicos, Castelo (2022), compreende que a cadeira produtiva da construção civil é composta pelas construtoras, pelas incorporadoras e prestadoras de serviços auxiliares e por segmentos da indústria que produzem materiais de construção.

Consoante a isso, uma pesquisa realizada pela CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção, 2023) trouxe dados que mostram que o setor de construção civil gerou 194.444 novos postos de trabalho, com carteira assinada, trazendo um crescimento de 8,42% para o ano de 2022. É importante destacar, para um cenário pós pandemia, a relevância econômica e social, na fala da economista Ieda Vasconcelos, nesse mesmo estudo, traz que o setor de construção civil foi

responsável por gerar quase meio milhão de novos empregos, desde a chegada da pandemia do Covid-19 ao Brasil até 2022.

Não somente em aspectos sociais, o setor de construção civil é responsável pelo desenvolvimento econômico do país, exposto na fala de Ieda Vasconcelos no estudo, o desempenho positivo da construção civil nos últimos anos se deu por um ciclo de negócios imobiliários iniciado na pandemia de 2020, garantindo durante o processo produtivo, ao longo de dois a três anos essas taxas altas. Sendo assim, todos os serviços ligados ao setor da construção civil serão impactados positivamente, destacado em pesquisa feita pelo IBGE (2023) onde mostra o crescimento do PIB da construção civil no ano de 2022 em 6,9%, do qual os segmentos de gestão de resíduos, eletricidade, gás, água e esgoto tiveram uma explosão de 10,1% e o setor de serviços um incremento de 4,2%, decorrentes da construção civil (CBIC, 2023).

Figura 01: Construção Civil no PIB brasileiro ao longo dos anos
Fonte: Feicon por BluePrint/Divulgação, 2022

2.2. ASPECTOS CONTÁBEIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Um artigo publicado pelo Portal de Contabilidade (2022) traz os aspectos e elementos contábeis, em modo geral, de acordo com a legislação, são: Ativo, passivo, custos e despesas, e receita. O mesmo reitera que, cada empresa, de forma particular, necessita de detalhamento especifico para demonstrar seus resultados, em conformidade ao CPC 26 – Apresentação das demonstrações

contábeis (2011). Diante disso, o segmento da construção civil trabalha principalmente com dois aspectos, o custo e a receita.

2.2.1. Custos

Martins (2003, P.26) conceitua custos como todo gasto relativo ao processo de produção, ou seja, tudo que for incorrido e relacionado a produção de um bem ou de um serviço serão os custos que uma organização tem para sua realização do seu sistema operacional.

Concordante, Marques (2020) traz alguns conceitos necessários para entender os métodos de custeio:

> “Custos fixos: são aqueles que não são afetados pelo volume de produção;
> Custos variáveis: são aqueles que se alteram em função do volume de produção da empresa;
> Custos indiretos: são aqueles para ser alacado aos produtos dependem de estimativas;
> Custos diretos: são aqueles que podem ser identificados com os produtos no processo seletivo.” (Marques, 2020)

Santos (2018), apresenta a terminologia para as estimativas usadas no custo indireto, de critérios de rateio.

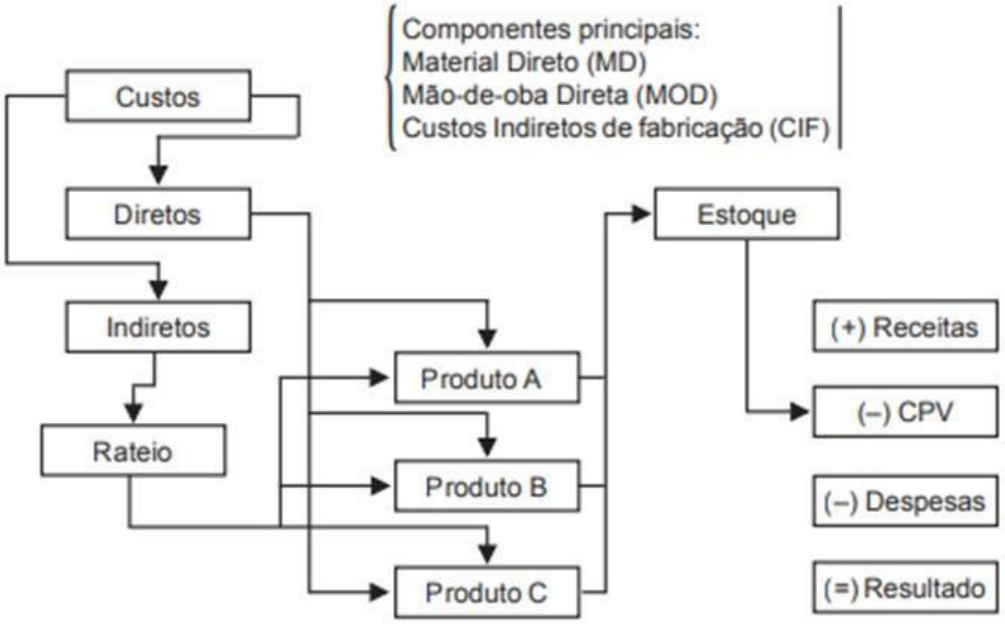


Figura 02 – Fluxograma de alocação de custos
Fonte: Bruni e Famá (2004, p. 34)

Desse modo, Abbas, Gonçalves e Leoncine (2012) discorrem a respeito dos métodos de custeios, sendo eles: o custeio por absorção, o qual incorpora todos os custos apresentados acima; o método das seções homogêneas (RKW), que tem por característica a divisão em centros de custos; o custeio variável, considera os custos variáveis ao volume de produção e o custeio baseado em atividades (ABC), expressando o custo por departamento. No entanto, o único método aceito pela Receita Federal para constar nas demonstrações é o de custeio por absorção (BORGES, SCHULTZ e SILVA, 2008).

Na construção civil, o custo é reconhecido à medida que a obra é evoluída e suas unidades são vendidas, até esse reconhecimento, tudo relacionado a obra será incorrido em contas do ativo, classificado como estoque, registrando todos os custos da obra em andamento em subdivisões de contas analíticas (CHAVES, 2014). Consoante a isso, esse segmento trabalha com o custo orçado e o custo incorrido, o orçado, por sua vez, é aquele necessário para saber quanto aquela obra custará para empresa (CHAVES, 2014), enquanto o incorrido é o valor gasto na obra até determinada data, ou seja, o custo mês a mês após o início da obra (PONS, 2020).

2.2.2. Receitas

Segundo o pronunciamento CPC 00 – R2 (CFC, 2019), no capitulo 4, item 4.68, define receita como o aumento nos ativos ou redução nos passivos, resultando no aumento do patrimônio líquido da empresa. Ainda no capítulo, o pronunciamento apresenta ativo como o recurso econômico que a entidade tem por direito para produzir benefícios econômicos, e passivo, a obrigação que a entidade tem de transferir seus recursos econômicos.

Sendo assim, uma vez que a empresa garante um direto ao recebimento e uma obrigação a cumprimento de seu contrato frente ao cliente, mediante o seu recebimento, estará garantido da sua receita, aumentando seu direito e diminuindo sua parcela de obrigação.

Jovanaci (2023) classifica as receitas como operacionais e não operacionais, na primeira, está presente toda receita relacionada ao operacional da entidade, sua atividade fim, seja por venda de mercadorias ou prestação de serviços. Enquanto as receitas não operacionais, são todas as demais receitas, recebimento que não são fruto da atividade fim da empresa.

Diante disso, Marion (2009, p.84) define receita como toda entrada de dinheiro ou direito a receber que uma empresa garante mediante a venda de mercadoria ou prestação de serviços a seus clientes.

O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (CFC, 2016), normatiza que a entidade mensure a receita de contratos com cliente pelo valor da contrapartida à qual promete o direito da empresa em troca da obrigação com o cliente em transferência do bem ou serviço. Sendo assim, os contratos terão como registro contábil, lançamento em conta de natureza do passivo, indicando a obrigação com o cliente, e sua contrapartida, o direito da empresa, em conta de natureza do ativo (NBC TG 47, 2016). Cada contrato é registrado de forma individual, uma vez há necessidade de realçar cada cliente, no entanto, a norma, em um expediente prático, apresenta que a entidade pode aplicar o reconhecimento da receita por cartela de cliente, reconhecendo a receita e baixando seu passivo (obrigação) de contrato (NBC TG 47, 2016).

Para construção civil, a receita é encarada da seguinte forma, de acordo com a orientação OCPC 04 (CFC, 2010) norma que traz a aplicação da Interpretação

Técnica ICPC 02 (já revogada) às entidades de incorporação imobiliária brasileira, apresenta:

> “a entidade analisou anteriormente o contrato de construção do imóvel e seus eventuais aditivos ou contratos relacionados, tendo concluído que não manterá envolvimento gerencial contínuo associado à propriedade, ou o controle efetivo do imóvel construído, em grau que impediria o reconhecimento de parte ou da totalidade da receita” (item 7 da ICPC 02).” (OCPC, 2010)

Perante o exposto, as empresas de construção civil, que estiverem com alguma obra ativa, até a entrega total das unidades, ficam impedidas de registraram a receita total do contrato firmado com o cliente, uma vez que não é possível a transferência imediata do bem, sendo necessário o registro da receita de forma progressiva a obra, conforme cumprimento da entrega da obrigação (NBC TG 47, 2016).

Corroborado no item 31 da NBC TG 47:

> “A entidade deve reconhecer receitas quando (ou a medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou a medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.” (NBC TG 47, 2016)

2.3. COMPOSIÇÃO DA RECEITA EM UMA EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

De acordo ao que foi exposto na introdução, a partir de pesquisa realizada pelo IBGE (2023), a construção civil abrange vários tipos de atividades, dentre eles estão a construção e a incorporação de imóveis, podendo esses serem acabados ou ainda em construção. Posto isso, Estefan (2020) define incorporadora como:

> “A incorporadora é responsável pela realização do negócio, identificando qual tipo de produto tem demanda em uma área

> específica por meio de pesquisa de espaço na cidade. Ela dá o *briefing* (guia para idealização do projeto) e registros cartoriais até a comercialização dos imóveis para o cliente final" (Estefan, 2020)

É relevante destacar o seguinte, diferente das construtoras, incorporações imobiliárias são normatizadas pela Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Enquanto Aranha (2019) define construtoras, como a empresa responsável pelo serviço de execução física da obra, encarregada de contratar a mão-de-obra, máquinas e equipamentos necessários, sendo responsável por garantir a qualidade física da construção do empreendimento.

A orientação OCPC 04 (CFC, 2010), norma que traz a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 (já revogada) às entidades de incorporação imobiliária brasileira, orienta que:

> "O item 16 da Interpretação diz que "se a entidade for requerida a prestar serviços, em conjunto com o fornecimento de materiais de construção, para cumprir sua obrigação contratual, a fim de entregar o imóvel ao comprador, como aqueles aplicáveis aos contratos de venda decorrentes da incorporação de unidades imobiliárias, o contrato é um contrato de venda de bens, devendo ser aplicados os critérios de reconhecimento de receita descritos no item 14 do Pronunciamento Técnico CPC 30 – Receitas" (OCPC 04, 2010)

Sendo assim é possível tomar como exemplo para diferenciar a receita de construtoras a partir do serviço que virá a ser prestado, e a receita das incorporadoras, mediante a venda de imóveis concluídos ou em fase de construção.

Diante disso, Iudicibus, Martins, Gelbcke e Santos (2010) explanam que, o regime de competência, aquele no qual as receitas e as despesas são apropriadas no período de sua realização, independente de recebimento, contrário ao regime de caixa, que é base apropriada para o reconhecimento da receita de empresas do setor de construção civil, por ser o regime no qual seus recebimentos são apurados no momento em que foram recebidos.

2.4. ORÇAMENTO DE CUSTOS DE UMA OBRA

Segundo Pons (2020), esclarece que para o cálculo dos custos de uma obra, são necessários dois apontamentos, o custo incorrido, aquele no qual compõe o gasto total da obra até uma determinada data, incluindo gastos com material aplicado a obra, serviços de terceiros e aquisição de terreno, e o custo orçado, valor total estimado da obra, atualizado de acordo com o período da obra, ou seja, orçamento que tem para sua construção completa.

Em um trecho do seu livro, Costa (2000) apresenta o que deve ser contemplado no orçamento de uma obra, suas atividades e subatividades, que consiste em: Sondagens e Projetos; Serviços Preliminares; Infraestrutura e Fundação; Alvenaria; Estrutura; Revestimentos Internos; Revestimentos Externos; Cobertura; Pisos; Instalações Elétricas; Louças e Metais; Pedras Naturais; Esquadrarias de Madeira; Esquadrarias Metálicas; Vidros, de acordo com COSTA (2000, P. 151, 152 e 153)

Um gasto orçado na obra, é a compra do terreno, que podem ser por contrato de permuta, que de acordo com a NBC TG 47 (CFC, 2016), expõe que são transações entre entidades da mesma linha de negócios que facilita a venda a cliente ou potenciais clientes, sendo, portanto, de acordo com o Código Civil, no Artigo 533, uma prática que “aplicam-se à troca as disposições referentes à compra e venda”, ou seja, a troca de um imóvel por outro.

2.5. POC – PORCENTAGEM DE OBRA CONCLUÍDA

De acordo com a orientação OCPC 04 (CRC, 2010), norma aplicada as entidades de incorporação imobiliária brasileira, traz que:

> “constata-se que no ambiente econômico brasileiro, usualmente, os contratos de promessa de compra e venda ou contratos de compra e venda de uma unidade a ser entregue no futuro, é necessário, o reconhecimento das receitas e despesas à medida que a construção avança” (OCPC 04, 2010)

Contratos de promessa de compra e venda vem a ser operação de compra e venda de unidade futura, sendo, via de regra, irrevogável e irretratável para ambas as partes, (OCPC 04, 2010). Sendo assim, faz- se necessários de métodos que calculem os custos e as receitas dessa forma.

POC, é uma sigla original do inglês "*Percentage of Compliance"* (IFRS 15, 2018), que tem como tradução, percentual de obra concluída, método de apuração que auxilia no controle contábil obrigatório para empresas do setor de construção civil que comercializam unidades imobiliárias (PONS, 2020).

Pons (2020) define:

> "O POC tem toda essa importância porque define a forma como devem ser reconhecidos os custos e as receitas das unidades imobiliárias comercializadas.
> No caso do POC, estes custos e receitas são considerados conforme a evolução da obra. É a partir disso que deve ser demonstrado o lucro, durante a construção do empreendimento." (Pons, 2020)

Consoante ao CPC 47-Receita de Contrato com Cliente (CFC, 2016), a partir da aplicação do método de apuração POC, só será apurada sua receita em conformidade ao andamento da obra, ou seja, de acordo com o percentual de evolução que aquela obra teve.

O cálculo de evolução da obra, se dá a partir de quanto houve de custo incorrido sob o custo orçado total da obra, resultando na proporção do quanto de evolução da obra naquele determinado período, a partir disso, será possível reconhecer seu custo por unidade e a receita proporcional por contrato de venda. Sua receita, de acordo com norma internacional IRFS 15 (FASB e IASB, 2018), só deverá ser reconhecida de forma integral, no momento em que houver a transferência total do bem para o cliente, a exemplo, na entrega das chaves, até lá, será reconhecido apenas de acordo com a proporção em que a obra evolui. (PONS, 2020).

O cálculo da POC, demonstrado a seguir:

$\text{Receita Reconhecida} = \text{Receita Contratada} \times \frac{\text{Custo Incorrido}}{\text{Custo Orçado}}$
$\text{POC (Porcentagem de Evolução da Obra)} = \frac{\text{Custo Incorrido}}{\text{Custo Orçado}}$

Tabela 01: reconhecimento das receitas de construção com base no custo incorrido, com base no custo incorrido.
Fonte: adaptação própria do autor (Mattos, 2015)

Sendo assim, o POC será a divisão entre o custo incorrido sob o custo orçado, enquanto a receita será reconhecida a partir da receita de contrato vezes o POC.

Diante disso, Melo (2019) aponta que empresas de construção civil devem ter uma visão diferente entre contábil e fiscal, visto que, sua receita fiscal será por meio do regime de caixa, enquanto sua receita contábil auferida, doravante da evolução da obra, que é mediada pelo impacto que teve de custo incorrido, serão reconhecidos pelo regime de competência.

2.6. PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Um artigo publicado no site da Sienge, *softwer* com plataforma de gestão especializada na indústria da construção civil, trouxe as principais demonstrações contábeis, que são representações estruturadas da posição patrimonial e financeira de desempenho da empresa (CPC 26, 2011), usadas para empresas de construção civil, dentre elas estão o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício (Pons, 2020).

2.6.1. DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

Franco (1980, p.50) define a DRE - Demonstração do resultado do exercício como:

> “importante demonstração da dinâmica patrimonial, pois mostra a receita bruta da entidade (venda ou serviços prestados), o custo dessas receitas e demais despesas operacionais, evidenciando o lucro bruto e o lucro operacional. Demonstra, ainda, outras receitas e despesas não operacionais, para evidenciar o lucro líquido do exercício.” (Franco, 1980)

Pons (2020) resume que a DRE nada mais é, do que a demonstração que mostra de forma explicita o resultado que a empresa está gerando, seja o de conseguir acarretar lucro para empresa ou de sofrer prejuízo naquele determinado período. Demonstração descrita a seguir:

(=) RECEITA BRUTA DE VENDA
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA
IMPOSTOS SOB VENDA
DEVOLUÇÕES
DESCONTOS INCONDICIONAIS
(=) RECEITA LÍQUIDA DE VENDA
(-) CMV/CPV/CSV
(=) LUCRO BRUTO
(-) DESPESAS OPERACIONAIS
(+/-) OUTRAS RECEITAS OU OUTRAS DESPESAS
(=) LUCRO OPERACIONAL
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS
(=) LUCROS ANTES DO IRPJ E CSLL
(-) PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL
(=) LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES
(-) PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS
(=) LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Quadro 02 – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)
Fonte: adaptação própria do autor (Neves e Viceconti, 2017)

2.6.2. BP – Balanço Patrimonial

Franco (1980) define como balanço patrimonial, a demonstração que apresenta todos os componentes de riqueza patrimonial, suas origens e aplicações, distinguindo aspectos financeiros, patrimoniais e quantitativos.

O CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, informa o que, segundo a legislação deve ser apresentado do balanço patrimonial, as contas do ativo, onde estão as contas de estoque e recebíveis de clientes, as contas de passivo, no qual há o registro das obrigações para prestação de contas com terceiros e o patrimônio líquido da empresa. Com esses registros, essa demonstração deixa evidente o avanço que houve no crescimento, ou não, do patrimônio da empresa (Pons, 2020). Demonstração descrita a seguir:

1. ATIVO	**2. PASSIVO**
1.1. ATIVO CIRCULANTE	**2.1. PASSIVO CIRCULANTE**
1.1.1. DISPONIBILIDADES	2.1.1. EXÍGIVEL A CURTO PRAZO
1.1.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.1.1.1. FORNECEDORES
1.1.2. REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	2.1.1.2. IMPOSTOS A RECOLHER
1.1.2.1. CLIENTES	2.1.1.3. ENCARGOS
1.1.2.2. ESTOQUES	2.1.1.4. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
1.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.1.1.5. PROVISÕES
1.2.1. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**2.2. PASSIVO NÃO CIRCULANTE**
1.2.2. ATIVO PERMANENTE	2.2.1. EXÍGIVEL A LONGO PRAZO
1.2.2.1. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	2.2.1.1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
1.2.2.2. (-)DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	2.2.1.2. OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS
1.2.2.3. INVESTIMENTOS	**2.3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
(=) TOTAL DO ATIVO	2.3.1. CAPITAL SOCIAL
	2.3.1.1. CAPITAL INTEGRALIZADO
	2.3.1.2. (-) CAPITAL A INTEGRALIZAR
	2.3.2. RESERVAS
	2.3.3. RESULTADO DO EXERCÍCIO
	(=) TOTAL DE PASSIVO

Quadro 03 – Balanço Patrimonial
Fonte: adaptação própria do autor (Neves e Viceconti, 2017)

2.6.3. Balancete

Balancete, ou balancete de verificação, é uma demonstração auxiliar as demonstrações contábeis. O que segundo Leão (2023), é um documento financeiro que antecede o balanço patrimonial.

Hastings define como:

> "O Balancete de Verificação nada mais é do que uma relação de todas as contas - tanto as Patrimoniais quanto as de Resultado - apresentando seus respectivos saldos, separando-se os saldos

> Devedores e Credores em duas colunas distintas.” (Hastings,2010, p. 43)

Possível de visualizar abaixo:

		Saldo anterior		Débito	Crédito	Saldo atual
1	**ATIVO**	-	D	-	-	-
1.1	ATIVO CIRCULANTE	-	D	-	-	-
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	D	-	-	-
2	**PASSIVO**	-	C	-	-	-
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-	C	-	-	-
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	C	-	-	-
2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	C	-	-	-
2.4.1	CAPITAL SOCIAL	-	C	-	-	-
2.4.2	RESULTADOS DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-
3	**RECEITAS**	-	C	-	-	-
4	**CUSTOS**	-	D	-	-	-
5	**DESPESAS**	-	D	-	-	-

Tabela 02: Balancete de Verificação
Fonte: autoria própria

2.7. SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE

De acordo com uma publicação feita pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), SPE é definida como:

> “Sociedade de Propósito Específico (SPE) é um modelo de organização empresarial pelo qual se constitui uma nova empresa, limitada ou sociedade anônima, com um objetivo específico, ou seja, cuja atividade é bastante restrita, podendo em alguns casos ter prazo de existência determinado.
> A SPE é também uma forma de **empreendimento coletivo**, usualmente utilizada para compartilhar o risco financeiro da atividade desenvolvida.” (SEBRAE, 2013)

Em outro parágrafo acrescenta que as SPE’s são muito utilizadas para grandes projetos de engenharia, comumente usada por empresas de construção

civil, ao iniciarem uma obra, a partir da abertura de uma SPE para determinado empreendimento, seguindo as mesmas normas de exigências de uma sociedade limitada, e são orientadas pela Lei Complementar nº 128/2008 (SEBRAE, 2013).

3. METODOLOGIA

Richardson (1999, p. 22) traz em seu livro, metodologia como os procedimentos e regras utilizadas por determinado método, que consiste em ser o caminho ou a maneira para se chegar a determinado fim ou objetivo.

Sendo assim, o estudo em questão terá como procedimento técnico um estudo de caso, procedimento que preserva o caráter unitário do objeto estudado (GIL, 2002, p.54), visto que, o artigo aborda um assunto especifico da contabilidade, restrito ao setor de construção civil, sendo essa modalidade, consistente a um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento sobre o estudo em questão (GIL, 2002, p.54).

Em conformidade ao procedimento já adotado, o estudo será assistido de uma pesquisa documental, consistente em dados fornecidos pela empresa responsável pela contabilidade da incorporadora, objeto do estudo, precedido por em estudo bibliográfico preliminar em normas e pronunciamentos contábeis, artigos científicos, sites e livros relacionados ao assunto, utilizando-se das contribuições fundamentais de diversos autores sobre o assunto abordado (GIL, 2002, p.45), por serem dados restritos ao uso da empresa, objeto de estudo, as fontes se caracterizam como primárias (MARCONI e LAKATOS, 2010, p.159).

Contará também, com uma entrevista semiestrutura, com questões subjetivas especificas, diretas, direcionadas e previamente estabelecidas que asseguram uma articulação interna (SEVERINO, 2014, p. 108), por meio de um questionário, após parecer conseguinte a submissão ao processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mediante provação do Comitê de Ética em Pesquisa e o Parecer Consubstanciado, credenciado a base nacional e unificada de registros de pesquisas, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, 2009), por intermédio da Plataforma Brasil, aprovado na data de 24 de Novembro de 2023 sob o parecer de nº 6.529.729, realizando assim a entrevista no dia subsequente, aonde foi possível obter a coleta de dados da empresa.

Anuente com a finalidade apresentada acima, sua natureza se caracterizará como aplicada, uma vez que o estudo trata uma situação especifica da contabilidade, dirigida a um setor, sendo necessário de conhecido prévio para aplicação dos resultados, contribuindo para fins práticos (BARROS e LEHFELD, 2014). A natureza aplicada tem por objeto gerar conhecimento para aplicação prática dirigindo a solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais (FREITAS e PRODANOV, 2013, p.51), sendo assim, é de interesse da contabilidade aplicada ao setor da construção civil.

A pesquisa tem como caráter exploratório, o objetivo de proporcionar familiaridade com o objeto do estudo, tornando-o explicito, a partir do aprimoramento de ideias, uma vez que possui um levantamento bibliográfico prévio, entrevistas com pessoas que tiveram uma experiencia prática com o problema pesquisado e a análise de exemplos (GIL, 2002, p.41). Ainda segundo Gil (2002, p.77), se caracteriza como exploratório por explorar uma área pouco conhecida, trazendo reconhecimento para o tema, doravante conhecimento sólido acerca do assunto tratado.

A abordagem usada para análise dos dados será qualitativa, haja vista que o estudo será a cerca de dados provenientes de uma obra, fornecidos decorrente da contabilidade de uma incorporadora, empresa ramo da construção civil. Desta forma, a pesquisa qualitativa se configura como, uma sequência de atividades que tem por objetivo categorizar, interpretar e relatar os dados que serão objeto do estudo (GIL, 2002, p.133), endossando então, após a obtenção dos dados, por conseguinte sua ponderação e relato acerca do problema em questão apresentado no artigo, decorrido pôr uma da análise qualitativa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

O presente artigo teve como estudo de caso uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), empresa constituída com o propósito da construção e execução da obra, sob o segmento de incorporação imobiliária, que será o objeto de estudo. Sendo assim, a empresa possui apenas o faturamento especifico dessa obra, que nos últimos meses, até outubro, atingiu uma média de 225 mil,

considerando apenas os contratos de venda das unidades do empreendimento, estando sob o regime de tributação do lucro presumido.

A obra será realizada por uma construtora e incorporadora da cidade de João Pessoa-PB, que por questão de sigilo solicitado pela gestão, será aqui denominada de Max Construções e Incorporações, essa empresa atua no estado da Paraíba há mais de 20 anos, e é responsável por 100% do capital social da SPE, que pelo mesmo motivo de sigilo da empresa Max, aqui foi denominado de empreendimento Libra, objeto de estudo desta pesquisa.

O empreendimento Libra, lançado em março do ano de 2023, possui um projeto de construção de unidades particulares entre 58m^2 a 192m^2, o empreendimento teve o início de sua obra no mês de junho do mesmo ano de lançamento, se encontra, atualmente, com sua obra em processo de fundação, já vencidas as etapas de preparação do terreno, canteiro de obra, contenção e estacas, e com previsão de entrega para meados do ano de 2025.

Diante disso, o empreendimento teve início as vendas de suas unidades a partir do mês de abril de 2023, paralelamente ao processo de execução da obra. Dessa forma, a empresa assume uma obrigação, e adquire diretos a receber, referente aos contratos firmados com seus clientes.

Sendo assim, faz-se necessário o reconhecimento das receitas e dos custos de acordo com a execução da obra, que conforme a contadora responsável pelo empreendimento Libra, apresentou que o método utilizado para mensurar tais receitas e custos denominasse POC (Porcentagem de Obra Concluída), método que, os valores de contratos de venda, serão reconhecidos como receita, de acordo com a porcentagem que a obra evoluiu, o que é resultado do custo incorrido que teve do mês dividido pelo de custo orçado de toda a obra, resultando na progressão financeira que a obra teve a cada mês. Portanto, com o resultado da POC é possível apurar qual foi a receita que a empresa dispôs com os contratos firmados durante o mês.

Além disso, a norma NBC TG 47 (CFC, 2016), no seu item 95, discorre que a entidade deve reconhecer como o ativo a partir dos custos incorridos, que são os custos referente ao cumprimento do contrato e consequentemente sua obrigação, podendo então ter seu ativo, no caso, registrado como conta de estoque, e a sua redução o custo das unidades vendidas.

Nesse sentido, a partir da entrevista concedida pela contadora responsável, no qual foram fornecidas informações para a análise e discussão de dados da empresa. Sendo assim, a empresa objeto de estudo apresenta um custo orçado do empreendimento Libra de R$20.644.150,18, acrescido de mais R$2.050.000,00, valor do terreno que será construído, resultando em um custo orçado total de R$22.694.150,18. Este custo deve ser consumido por completo até a entrega da obra, prevista para 2025. De acordo com o quadro abaixo:

Custo Orçado	R$ 20.644.150,18
Custo do Terreno	R$ 2.050.000,00
Custo Orçado Total =	**R$ 22.694.150,18**

Quadro 04: Custo Orçado da obra do empreendimento Libra
Fonte: adaptação própria do autor, com base nos relatórios da empresa

De acordo com a contadora responsável, o custo ao decorrer da execução da obra, será possível de mensurar a partir do resultado do custo incorrido do mês, sobre o custo orçado, já mencionado. A contadora pontuou que, o terreno foi adquirido por meio de contrato de permuta, o que neste caso, também entrará para reconhecimento do custo e da receita. Segundo ela, o custo mensurado, no caso para construções de edifícios, é rateado a partir da fração ideal por metro quadrado de cada unidade do empreendimento, resultando, após a venda de 100% das unidades e a conclusão da obra, que o custo total reconhecido seja equivalente ao custo orçado.

Ainda, a mesma relata que, é possível de acompanhar o custo incorrido do empreendimento a partir dos indicadores financeiros de desembolsos da empresa, sendo, portanto, todo gosto que a empresa terá ao decorrer da obra. Como exemplo: mão de obra, material aplicado a obra, serviços profissionalizantes, taxas do terreno e alvarás de construção, entre outros.

A partir do momento de abertura da empresa, em julho de 2021, foram incorridos gastos referentes às melhorias do terreno que será construído o empreendimento, classificados na conta de estoque. Esses gastos, no decorrer dos anos, somaram um montante de R$204.593,23, referindo-se ao custo incorrido acumulado, possível de visualizar no balanço patrimonial do mês de março:

1	ATIVO	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
1.1.3	CRÉDITOS	
1.1.6	ESTOQUE DE OBRA EM ANDAMENTO	204.593,23 D
1.1.6.01	CUSTO DE TERRENO E PROJETOS	204.593,23 D
1.1.6.01.0001	**CUSTOS INCORRIDO - LIBRA**	**204.593,23 D**

Quadro 05: Balanço Patrimonial Societário Encerrado em 31 de março de 2023
Fonte: adaptação própria do autor, com base nos relatórios contábeis da empresa

Em abril, mês de início das vendas, a contabilidade recebeu a escritura do terreno onde o empreendimento será construído, contabilizando na conta de estoque no referido mês, entrando para o custo incorrido do mês de abril. O terreno por sua vez, que foi vendido por meio de permuta com os proprietários, que receberão unidades do residencial em troca da venda do terreno. Durante o mês de abril, além da contabilização do terreno, no valor de R$2.050.000,00, houveram custos incorridos de R$29.762,44.

A contadora traz que, ainda no mês de abril, devido ao início das receitas, começa-se o cálculo pela POC, que por meio de uma planilha de Excel, no qual o custo do empreendimento é calculado a partir da fração ideal por metro quadrado (M^2) de cada unidade, que possui 51 unidades e somados todas as frações, aonde cada unidade com uma fração ideal diferente, apresenta um resultado de, em porcentagem, constará 100% do custo do empreendimento. Diante disso, o empreendimento, reconhece como custo direto o resultado do custo incorrido no mês vezes a fração ideal da unidade, já o custo do terreno é o valor do terreno vezes a fração ideal, possível de visualizar na planilha da POC, abaixo:

Custo Orçado	R$ 20.644.150,18
Custo Terreno	R$ 2.050.000,00

Custo Orçado	**R$ 22.694.150,18**
Custo Incorrido	**R$ 2.284.355,67**
% Evolução da Obra	**10,06583481593930%**
Quantidade de Apto	**51**

APTO	(M^2)	CUSTO DIRETO	CUSTO TERRENO	CUSTO P/ M^2
102	0,024130	= (2284355,67-2050000)*0,02413	= 2050000*0,02413	R$ 55.121,50

Tabelas 03 e 04: exemplificação do cálculo dos custos por unidade pela planilha POC em abril de 2023
Fonte: autoria própria, com base nas informações da empresa

Sendo assim, cada unidade terá a mensuração do seu custo somados na coluna de “CUSTO P/ M^2” (coluna que indica o custo por unidade), totalizando um reconhecimento no mês de abril de R$1.058.789,85 do custo de vinte e duas unidades, das quais 6 (seis) foram vendas e 16 (dezesseis) são unidades de permuta.

Portanto, no mês de abril, na parte dos custos do empreendimento, houve de incorrido, R$2.079.762,44, resultado do custo do mês de abril, mais o valor do terreno, ambos mencionados acima, e terá como custo incorrido acumulado, nos meses anteriores, de R$204.593,23, somados resulta em R$2.284.355,67, o que trouxe um progresso da obra de aproximadamente 10,07%, a partir do cálculo da planilha da POC apresentado a seguir:

Mês	Abril.2023
Custo Orçado	R$ 22.694.150,18
Custo Incorridos Acumulado	R$ 2.284.355,67
Custo Incorrido no Mês	R$ 2.079.762,44
EVOLUÇÃO TOTAL	10,06583481593930%

Quadro 06: custo pela planilha da POC em abril de 2023
Fonte: autoria própria, com base nas informações da empresa

Aonde o “custo incorrido acumulado” serve de base de cálculo para a mensuração do custo já demonstrado anteriormente, que é resultado do custo incorrido acumulado até o mês de março, R$204.593,23, mais o incorrido de abril R$29.762,44, resultando em um custo incorrido acumulado de R$234.355,67 e o valor do terreno R$2.050.000,00, também lançado em abril, somados resultam em R$2.284.355,67 de custo incorrido total até o mês de abril. Diante disso, a contadora traz o registrado na contabilidade da seguinte forma, a diminuição do estoque, uma vez que houve venda, dessa forma irá reconhecer o custo das 6 unidades vendidas mais os custos das 16 unidades permutadas, um total de R$1.058.798,85 de custo de unidades vendidas no mês de abril, demonstrados a seguir, no ativo do balanço patrimonial:

1	ATIVO	-
1.1	ATIVO CIRCULANTE	-
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-
1.1.2	CONTAS A RECEBER	-
1.1.2.01	Clientes	-
1.1.3	CRÉDITOS	-
1.1.6	**ESTOQUE DE OBRA EM ANDAMENTO**	**1.225.556,82 D**
1.1.6.01	**CUSTO DE TERRENO E PROJETOS**	**1.225.556,82 D**
1.1.6.01.0001	CUSTO INCORRIDO - LIBRA	29.762,44 D
1.1.6.01.9998	EMPREENDIMENTO LIBRA - TERRENO	2.050.000,00 D
1.1.6.01.9999	**(-) RECONHECIMENTO DOS CUSTOS - BELVEDERE**	**1.058.798,85 C**

Quadro 07: Balanço Patrimonial Societário Encerrado em 30 de abril de 2023
Fonte: adaptação própria do autor, com base nos relatórios contábeis da empresa

Já o resultado do lançamento na contabilidade, fica demonstrado da seguinte forma na DRE:

RECEITAS	-
RECEITAS BRUTA	-
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	-
DESPESAS E CUSTOS	-
CUSTO DE VENDAS	- 1.058.798,85
CUSTO DAS UNIDADES IMOBILIARIAS VENDIDAS	- 1.058.798,85
UNIDADES EM CONSTRUÇÃO	- 1.058.798,85
CUSTO DO EMPREENDIMENTO LIBRA	- 1.058.798,85
LUCRO/PREJUÍZO	-

Quadro 08: Demonstração do Resultado do Exercício em 30 de abril de 2023
Fonte: adaptação própria do autor, com base nos relatórios contábeis da empresa

Concluímos que, o custo das unidades vendidas até o mês de abril foi registrado na contabilidade da seguinte forma:

- Débito – Conta de custo no resultado 1.058.798,85
- Crédito – (-) Conta redutora do estoque no ativo 1.058.798,85

De acordo com o balancete de verificação:

		Saldo anterior		Débito	Crédito	Saldo atual	
1	ATIVO	-		-	-	-	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	-		-	-	-	
1.1.6	ESTOQUE DE OBRA EM ANDAMENTO	204.593,23	D	2.079.762,44	1.058.798,85	1.225.556,82	D
1.1.6.01	CUSTO DE TERRENO E PROJETOS	204.593,23	D	2.079.762,44	1.058.798,85	1.225.556,82	D
1.1.6.01.9999	(-) RECONHECIMENTO DOS CUSTOS - LIBRA	-	-	-	1.058.798,85	1.058.798,85	C
4.2	CUSTO DE VENDAS	-	-	1.058.798,85	-	1.058.798,85	D
4.2.1	CUSTO DAS UNIDADES IMOBILIARIAS VENDIDAS	-	-	1.058.798,85	-	1.058.798,85	D
4.2.1.02	UNIDADES EM CONSTRUÇÃO	-	-	1.058.798,85	-	1.058.798,85	D
4.2.1.02.0001	CUSTO DO EMPREENDIMENTO LIBRA	-	-	1.058.798,85	-	1.058.798,85	D

Quadro 09: Balancete de verificação dos lançamentos contábeis em abril de 2023
Fonte: adaptação própria do autor, com base nos relatórios contábeis da empresa

Enquanto que na POC, somados o cálculo do custo sobre cada unidade, totalizados, o custo do mês de abril ficou da seguinte forma, contido na coluna de "Custo incorridos a apropriar":

Custo Orçado	R$ 20.644.150,18
Custo Terreno	R$ 2.050.000,00

Custo Orçado	R$ 22.694.150,18
Custo Incorrido	R$ 2.284.355,67
% Evolução da Obra	10,066%
Quantidade de Apto	51

CUSTO DIRETO	CUSTO TERRENO	CUSTO P/MET	Sld Estoq. prod n. vendidos	Custo incorridos a apropriar
R$ 234.355,67	R$ 2.050.000,00	R$ 2.284.355,67	R$ 1.225.556,82	R$ 1.058.798,85

Tabelas 05 e 06: custo pela planilha POC em abril de 2023
Fonte: autoria própria, com base nas informações da empresa

Sendo assim, a contadora pontuou que, reconhecido e mensurados o custo, é possível fazer a apropriação da receita, uma vez que foi calcula a POC da obra, ou seja, seu percentual de progressão financeira, resultando em quantos porcentos de receita houve nas vendas do referido mês, nesse caso, considerando os decimais, a evolução da obra foi de 10,06583481593930%, para o reconhecimento da receita.

No mês de abril, o empreendimento Libra teve um passivo de contrato no valor de R$7.317.200,00, referente a venda de seis unidades do empreendimento. Além do reconhecimento da permuta do terreno no valor de R$2.050.000,00. De acordo com o balanço patrimonial, o passivo, antes do reconhecimento da receita, segue:

2	PASSIVO	-
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-
2.1.1	FORNECEDORES	-
2.1.1.11	RECEITA A RECONHECER	7.317.200,00 C
2.1.1.11.0001	**RECEITA A RECONHECER COM CONTRATOS**	**7.317.200,00 C**
2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-
2.1.3	OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	-
2.1.5	ADIANTAMENTOS	2.050.000,00 C
2.1.5.02	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	2.050.000,00 C
2.1.5.02.0001	**PERMUTAS LIBRA**	2.050.000,00 **C**

Quadro 10: Balanço Patrimonial em abril de 2023, antes do reconhecimento da receita
Fonte: adaptação própria do autor, com base nos relatórios contábeis da empresa

Diante do que foi reconhecido da contabilidade, o registro da receita se dará pelo valor do contrato, que somados seis contratos de venda, resultaram em R$7.317.200,00 vezes o a porcentagem do progresso da obra, que foi 10,06583481593930%, o que registrará de receita de venda o total de R$736.537,27, o mesmo se dará para a permuta, para as 16 unidades permutadas, que resultam em R$206.349,61, que foi o resultado do cálculo entre o valor da permuta de R$2.050.000,00 vezes o POC de 10,06583481593930%, totalizando em uma receita para empresa no mês de abril, R$942.886,88, possível de visualizar na planilha POC abaixo:

VENDA CONTRATADA	% Evolução da Obra
R$ 9.367.200,00	10,06583481593930%
	04.2023
VENDA	R$ 736.537,27
PERMUTA	R$ 206.349,61
RECONH. DA RECEITA	**R$ 942.886,88**

Quadro 11: reconhecimento da receita na planilha POC em abril de 2023
Fonte: autoria própria, com base nas informações da empresa.

Na receita, a contadora traz como lançamento dos registros contábeis da seguinte forma:

- Débito – Conta de receita a reconhecer de contratos no passivo 736.537,27
- Débito – Conta de permuta libra no passivo 206.349,61

- Crédito – Conta de receita no resultado 942.886,88

Lançamentos possíveis de visualizar no balancete de verificação de abril:

		Débito	Crédito	Saldo atual	
2	PASSIVO	-	-	-	
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-	-	-	
2.1.1.11	RECEITA A RECONHECER	736.537,27	7.317.200,00	6.580.662,73	C
2.1.1.11.0001	RECEITA A RECONHECER COM CONTRATOS	736.537,27	7.317.200,00	6.580.662,73	C
2.1.5	ADIANTAMENTOS	206.349,61	2.050.000,00	1.843.650,39	C
2.1.5.02	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	206.349,61	2.050.000,00	1.843.650,39	C
2.1.5.02.0001	PERMUTAS BELVEDERE	206.349,61	2.050.000,00	1.843.650,39	C
3.1	RECEITAS BRUTA	-	942.886,88	942.886,88	C
3.1.3	RECEITA DE VENDA	-	942.886,88	942.886,88	C
3.1.3.01	RECEITA DE VENDA DE IMÔVEIS EM CONSTRUÇÃO	-	942.886,88	942.886,88	C
3.1.3.01.0001	RECEITA DE VENDA - LIBRA	-	942.886,88	942.886,88	C

Quadro 12: Balancete de verificação dos lançamentos contábeis em abril de2023
Fonte: adaptação própria do autor, com base nos relatórios contábeis da empresa

Enquanto o balanço patrimonial, com as contas de estoque e passivos de contrato e a demonstração do resultado do exercício, demonstrando as contas de custo e de receita, logo em seguida, no mês de abril, ficaram da seguinte forma:

1	ATIVO	-	2	PASSIVO	-
1.1	ATIVO CIRCULANTE	-	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	2.1.1	FORNECEDORES	-
1.1.2	CONTAS A RECEBER	-	2.1.1.11	RECEITA A RECONHECER	-
1.1.2.01	Clientes	-	**2.1.1.11.0001**	**RECEITA A RECONHECER COM CONTRATOS**	**6.580.662,73**
1.1.3	CRÉDITOS	-	2.1.2	Empréstimos e Financiamentos	-
1.1.6	**ESTOQUE DE OBRA EM ANDAMENTO**	**1.225.556,82**	2.1.3	OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	-
1.1.6.01	**CUSTO DE TERRENO E PROJETOS**	**1.225.556,82**	2.1.5	ADIANTAMENTOS	1.843.650,39
1.1.6.01.0001	CUSTO INCORRIDO - LIBRA	234.355,67	2.1.5.02	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	1.843.650,39
1.1.6.01.9998	EMPREENDIMENTO BELVEDERE	2.050.000,00	**2.1.5.02.0001**	**PERMUTAS LIBRA**	**1.843.650,39**
1.1.6.01.9999	**(-) RECONHECIMENTO DOS CUSTOS - LIBRA**	**-1.058.798,85**			
			2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-
			2.4.1	CAPITAL	-
			2.4.4	RESULTADOS DO EXERCÍCIO	-

Quadro 13: Balanço Patrimonial Societário Encerrado em 30 de abril de 2023
Fonte: adaptação própria do autor, com base nos relatórios contábeis da empresa.

Portanto, após a análise dos dados das empresas por meio da entrevista concedida pela contadora responsável pela contabilidade do empreendimento Libra, foi possível de concluir que a empresa registra sua receita de acordo com o que manda a norma contábil NBC TG 47, por meio da progressão financeira do seu custo, mensurado pelo método POC (Porcentagem de obra concluída), que é controlado a partir de uma planilha de Excel.

Concluímos que foi demonstrado como a empresa calcula os custos de suas obras, aqui no exposto, uma única obra, que calcula os custos das suas unidades individualmente a partir de cálculo do custo incorrido e a fração ideal de cada unidade.

Resultando após esse cálculo, a porcentagem de progressão da obra, que torna possível a apuração da receita da empresa. Por meio do cálculo dos passivos de contratos firmados vezes a POC, que é a porcentagem de obra concluída.

Possível de visualizar na demonstração do resultado do exercício da empresa, demonstrando o custo e a receita, abaixo:

RECEITAS	-
RECEITAS BRUTA	-
RECEITA DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	-
RECEITA DE VENDA	942.886,88
RECEITA DE VENDA DE IMÔVEIS EM CONSTRUÇÃO	942.886,88
RECEITA DE VENDA - LIBRA	942.886,88
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	-
DESPESAS E CUSTOS	-
CUSTO DE VENDAS	-1.058.798,85
CUSTO DAS UNIDADES IMOBILIARIAS VENDIDAS	-1.058.798,85
UNIDADES EM CONSTRUÇÃO	-1.058.798,85
CUSTO DO EMPREENDIMENTO LIBRA	-1.058.798,85
LUCRO/PREJUÍZO	-

Quadro 14: Demonstração do Resultado do Exercício em 30 de abril de 2023
Fonte: adaptação própria do autor, com base nos relatórios contábeis da empresa

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, concluímos que, essa pesquisa teve como objetivo descrever como uma empresa de construção civil, localizada em João Pessoa-PB, calcula e registra as receitas e os custos de suas obras, o que pode ser evidenciado através de uma análise dos dados fornecidos pela contadora do empreendimento Libra, objeto desse estudo.

Por meio de um questionário com a contadora responsável pela contabilidade da empresa, foi reforçado a relevância que o setor de construção civil tem para economia de um país, diante da geração de emprego e renda. Sendo assim, foi verificado que como em qualquer empreendimento é essencial o suporte profissional de um contador e nesse caso especifico que tenha conhecimento nesse tipo de negócio.

Contudo, foi possível analisar que a empresa cumpriu de acordo com o que manda a norma contábil NBC TG 47, registrando sua receita de forma progressiva a obra. A contadora responsável apresentou que a empresa utiliza o conceito de receita proporcional ao progresso da obra e a forma utilizada pela empresa é a partir do método da POC, que é a porcentagem de obra concluída, aonde sua evolução financeira, entre o custo incorrido sobre o custo orçado, resultará na porcentagem de quanto a obra evoluiu em determinado período. Logo, com a porcentagem da obra evoluída, foi possível apurar a receita do mês de abril. A contadora expôs que esse cálculo é feito por meio de um controle em uma planilha de Excel, que possui as informações pertinente a empresa, como quantas unidades o empreendimento possui, a fração ideal de cada unidade, que é por meio dessa fração ideal que é possível de calcular o custo daquela unidade, que quando vendida, será registrado na contabilidade, assim como a receita.

A contadora responsável ainda explana que a empresa possui controle mensal do custo e das receitas, em determinado para esse empreendimento, por ser uma SPE, só possui uma obra, e que esse controle possui extrema importância, uma vez que é por meio do calcula da POC, que será registrado na contabilidade, em contras patrimoniais e de resultado, terá o resultado financeiro da empresa, demonstrados na demonstração do resultado do exercício, servindo de base para investimentos futuros.

Logo, a partir da análise das demonstrações da empresa, aqui apresentadas, balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, é possível que a gestão acompanhe, também com auxílio de relatórios complementares, como vem sendo o desempenho da obra ao longo dos meses. O que por meio da resposta ao questionário, foi possível concluir que uma boa contabilidade, que tenha princípios assertivos e fieis à realidade da empresa, auxilia a gestão no processo de acompanhamento do desempenho financeiro da empresa, visualizando o cumprimento do orçamento da obra, as vendas das suas unidades, e seu estoque.

Concluímos assim, que a partir do estudo foi possível de responder a problemática e atingir os objetivos postos, assim como, justificar a relevância que o tema tem, uma vez, que é de grande importância o conhecimento da contabilidade específica para o setor de construção civil, baseado na sua performance para economia do país.

REFERÊNCIAS

1. ABBAS, Katia, GONÇALVES, Marguit e LEONCINE, Maury. **Os métodos de custeio: Vantagens, desvantagens e sua aplicabilidade nos diversos tipos de organizações apresentadas pela literatura**. 23 de Nov de 2012. Disponível para Dowloand:https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/33487/pdf

2. ABRAINC, Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias. **PIB da Construção tem alta de 6,9% em 2022 e puxa crescimento da economia**. 02 de Mar de 2023. Disponível em: https://www.abrainc.org.br/construcao-civil/2023/03/02/pib-da-construcao-tem-alta-de-69-em-2022-e-puxa-crescimento-da-economia#:~:text=PIB%20da%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20tem%20alta,e%20puxa%20crescimento%20da%20economia . Acesso em: 03 de Set de 2023

3. ARANHA, Murilo. **Entenda a diferença entre construtora, empreiteira e incorporadora**. 26 de Jun de 2019.Disponível em: https://imoveis.estadao.com.br/noticias/aprenda-a-diferenca-entre-construtora-empreiteira-e-incorporadora/.Acesso em: 07 de Out de 2023

4. BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3º Ed. Pearson Prentice Hall, São Paulo, 2014.

5. BLUE, Print-FEICON. **Entendendo a participação da construção civil no PIB brasileiro ao longo dos anos**. Disponível em:https://www.feicon.com.br/pt-br/blog/construtores---engenheiros---projetistas/entendendo-a-participacao-da-construcao-civil-no-pib-brasileiro-.html.Acesso em: 07 de Out de 2023

6. BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 10.406.** Institui o Código Civil. Brasília, 10 de janeiro de 2002.

7. BRUNI, Adriano Leal e FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

8. BORGES, Altair, SCHULTZ, Charles e SILVA, Márcia. **É o custeio por absorção o único método aceito pela contabilidade?** XV Congresso Brasileiro de Custos – Curitiba - PR, Brasil, 12 a 14 de Nov de 2008. Disponível para Download: https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1370/1370

9. CASTELO, Ana Maria. **A Cadeia da Construção**. 18 de Jun de 2022. Disponível para Download em:https://pt.scribd.com/document/578851463/Cadeia-da-construcao-conceitos-Ana-Maria-Castelo

10. CBIC, Câmara Brasileira da Indústria da Construção**. Construção Civil gerou mais de 190 mil postos de trabalho formais em 2022.** 01 de Fev de 2023. Disponível em:https://cbic.org.br/construcao-civil-gerou-mais-de-190-mil-postos-de-trabalho-formais-em-2022/. Acesso em: 18 de Set de 2023

11. CBIC, Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **Construção cresce forte e impulsiona a economia**. 02 de Mar de 2023. Disponível em: https://cbic.org.br/construcao-cresce-forte-e-impulsiona-economia-do-pais/. Acesso: 18 de Set de 2023

12. CHAVES, Francisco Coutinho. **Contabilidade prática na construção civil: de acordo com as normas internacionais de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2014

13. COSTA, Magnus Amaral. **Contabilidade da construção civil e atividades imobiliárias**. 2º Ed., Editora Atlas, São Paulo, 2000.

14. CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Nota Técnica: Plataforma Brasil**. Brasília, 2009. Disponível para Dowloand em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2009/resumo_plataforma_brasil.pdf

15. CPC 00 (R2) - **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.** Brasília, 2019. Disponível para download em: https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80

16. CPC 26 – **Apresentação das Demonstrações Contábeis.** Brasília, 2011. Disponível para download em: www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57

17. CPC 47 - **Receita de Contrato com Cliente**. Brasília, 2016. Disponível para Download em: https://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=105.

18. ESTEFAN, Yorki. **Qual é a diferença entre construtoras, incorporadoras e empreiteiras?** 16 de JUN de 2020. Disponível em: https://imoveis.estadao.com.br/noticias/descubra-a-diferenca-entre-construtoras-incorporadoras-e-empreiteiras-estadao-imoveis/. Acesso em: 07 de Out de 2023.

19. FASB-Financial Accounting Standards Board e IASB-International Accounting Standards Board. **IFRS 15-Receitas de Contratos com Clientes**. 2018. Disponível em: https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2016/10/br-ifrs-em-destaque-03-16.pdf

20. FERREIRA, Ricardo Jose: **Contabilidade Avançada**. Rio de Janeiro: Ferreira, 2012.

21. FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanço**. 14º Edição Atlas, São Paulo, 1980.

22. FREITAS, Ernani Cesar e PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2º Ed, Feevale, Novo Hamburgo, 2013.

23. FREITAS, Lucas. **PoC na construção civil:** o que é e como calcular o índice de compliance. 11 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.mega.com.br/blog/poc-na-construcao-civil-o-que-e-e-como-calcular-o-indice-de-compliance-4656/. Acesso em: 02 de Set de 2023.

24. HASTINGS, David F. **Bases da Contabilidade:** Uma discussão introdutória. 2º Ed., Editora Saraiva. São Paulo, 2010.

25. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

26. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB cresce 2,9% em 2022 e fecha o ano em R$ 9,9 trilhões**. 2 de Mar de 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36371-pib-cresce-2-9-em-2022-e-fecha-o-ano-em-r-9-9-trilhoes#:~:text=Em%202022%2C%20o%20PIB%20(Produto,Agropecu%C3%A1ria%20(%2D1%2C7%25).&text=O%20PIB%20totalizou%20R%24%209%2C9%20trilh%C3%B5es%20em%202022. Acesso em: 3 de Set de 2023.

27. IUDICIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldodos: **Manual de Contabilidade Societaria**: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC. Sao Paulo: Atlas, 2010.

28. JOVANACI, João. **O que são receitas e despesas?** Saiba identificar corretamente. 4 de Mai de 2023. Disponível em: https://blog.inventa.shop/o-que-sao-receitas-e-despesas. Acesso em: 03 de Out de 2023.

29. LEÃO, Thiago. **Balancete:** o que é, principais tipos e como fazer. 06 de Jun de 2023. Disponível em: https://www.nomus.com.br/blog-industrial/balancete/#:~:text=O%20Balancete%20%C3%A9%20um%20documento,longo%20de%20todo%20o%20ano. Acesso em: 17 de Nov de 2023

30. MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria**. Fundamentos de Metodologia Científica**. 5º Ed. Atlas, São Paulo, 2010.

31. MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

32. MARQUES, Vanessa. **Entenda o conceito de custo da contabilidade**. 25 de Mai de 2020. Disponível em:https://www.jornalcontabil.com.br/entenda-o-conceito-de-custo-na-contabilidade/#google_vignette. Acesso em: 28 de Set de 2023.

33. MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

34. MATTOS, Patrícia Leal. **Percentage of Completion (POC).** 15 de Ago de 2015. Disponível em: https://pt.slideshare.net/paolabiah/poc-aula-impressao. Acesso em: 12 de Nov de 2023

35. MEC, Ministério da Educação. **Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico.** Área profissional: Construção Civil. Brasília, 2000. Disponível para Download em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/constciv.pdf

36. MELO, Caio. **Receita não é o que você recebe.** 3 de Jul de 2019. Disponível em: http://contabilidadesemmimimi.com.br/2019/07/receita-nao-e-o-que-voce-recebe/.Acesso em: 23 de Out de 2023

37. NBC TG 47 - **Receita de Contrato com Cliente.** Brasília, 2016. Disponível para download em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG47.pdf

38. NEVES, Silvério e VICECONTI, Paulo. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras.** São Paulo 17º Ed Saraiva, 2017.

39. OCPC 04 - **Aplicações da interpretação técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras.** Brasília, 2010. Disponível para download em: https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Orientacoes/Orientacao?Id=31

40. PONS, Rodrigo Muller. **As principais demonstrações contábeis para a construção civil**. 11 de Nov de 2020. Disponível em: https://www.sienge.com.br/blog/demonstracoes-contabeis/.Acesso em: 05 de Out de 2023.

41. PONS, Rodrigo Muller. **Saiba o que é e como calcular o POC sem erro**. 24 de Jan de 2020. Disponível em:https://www.sienge.com.br/blog/poc/. Acesso em: 07 de Out de 2023.

42. PORTAL DE CONTABILIDADE. **Como elaborar um plano de contas contábil**. 13 de Jun de 2022. Disponível em: https://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/planodecontas.htm. Acesso em: 28 de Set de 2023.

43. RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas**.** São Paulo 3º Ed. Atlas, 1999.

44. SANTOS, Marinéia Almeida dos**. Contabilidade de Custos**. Salvador - Bahia, 2018. Disponível para Download em: https://repositoriohml.ufba.br/bitstream/ri/30859/1/eBook%20Contabilidade%20de%20Custos%20UFBA.pdf

45. SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O que é Sociedade de Propósito Específico (SPE) e como funciona.** 03 de Dez de 2013. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-sao-sociedades-de-proposito-especifico,79af438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD. Acesso em: 12 de Nov de 2023

46. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 1º Ed. São Paulo, 2014.

47. SIENGE, Softplan. **Sobre O Sienge**. Disponível em: https://www.sienge.com.br/o-sienge/ Acesso em: 05 de Out de 2023.

48. SOARES, Isadora. **Orçamento de obra:** guia completo + planilha gratuita. 07 de Abr de 2022. Disponível em: www.cobli.co/blog/orçamento-de-obra/. Acesso em: 09 de Set de 2023.

A CONTABILIDADE GERENCIAL COMO FERRAMENTA FINANCEIRA NAS STARTUPS PARAIBANAS

Gabriel Freire Madruga [22]
Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior [23]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo e finalidade principal demonstrar a importância da Contabilidade Gerencial como ferramenta para a gestão do negócio, auxiliando no processo decisório e atuando na melhoria dos processos, procurando diminuir os riscos e fraudes através de ferramentas gerenciais. A metodologia realizada neste artigo foi uma pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos e sites contribuindo com o trabalho de forma que consiga coletar informações acerca do estudo sobre a Contabilidade Gerencial. Nas pesquisas realizadas, foi concluído que é de suma importância que exista nas *startups* a incidência das ferramentas gerenciais, para que se obtenha um quadro geral do negócio e que auxilie no processo decisório das empresas.

Palavras-chaves: Contabilidade Gerencial, Mercado Financeiro, *Startups*.

ABSTRACT

The main objective and purpose of this work is to demonstrate the importance of Management Accounting as a tool for business management, assisting in the decision-making process and working to improve processes, seeking to reduce risks and fraud through management tools. The methodology carried out in this article was a bibliographical research carried out in books, articles and websites contributing to the work in a way that can collect information about the study on Management Accounting. In the research carried out, it was concluded that it is extremely important for startups to have the use of management tools to obtain a general picture of the business and to assist in the companies' decision-making process.

Key Words: Managerial Accounting, Financial Market, *Startups*.

[22]Estudante do Curso de Graduação em Ciências Contábeis no UNIESP. E-mail: ggabrielfreiremadruga@gmail.com
[21] Professor de Economia no UNIESP, Graduação em Economia pela UFPB, Especialização em Gestão de Recursos Humanos pela UNINTER, Economista, Escritor, Colunista, Palestrante, Conselheiro do CORECON-PB, e Sócio do Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento da Paraíba. E-mail: paulogalvaojr@gmail.com Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/5294756311248526

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Paraíba testemunhou um aumento notável na criação e no crescimento de *startups*, refletindo o potencial do estado como um polo de inovação e empreendedorismo. O cenário das *startups* tem crescido de forma significativa em todo o Brasil, e a Paraíba não é exceção a essa tendência, as *startups* paraibanas têm demonstrado um potencial promissor em diversos setores, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a inovação na região Nordeste.

As *startups* paraibanas estão ganhando destaque no cenário empreendedor do Nordeste do Brasil. Essas empresas inovadoras têm se destacado em diversos setores e estão contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico do estado (SEBRAE, 2023).

Uma das características mais marcantes das *startups* paraibanas é sua diversidade de atuação. Elas abrangem uma ampla gama de setores, desde tecnologia de informação e desenvolvimento de software até soluções no agronegócio como *AgTech* e saúde digital. Isso demonstra a capacidade empreendedora do estado para identificar oportunidades em diferentes áreas e criar soluções inovadoras.

Outro aspecto importante é o fomento do governo estadual às *startups* paraibanas, como políticas de incentivo fiscal e programas de financiamento, que têm sido implementadas para promover o empreendedorismo e a inovação na região. Isso demonstra o compromisso das autoridades públicas em apoiar o crescimento desse setor crucial para a economia local (GOVERNO DA PARAÍBA, 2023).

As *startups* paraibanas estão se destacando como agentes de inovação e desenvolvimento econômico. Com um ecossistema cada vez mais robusto e o apoio de políticas governamentais, essas empresas estão preparadas para continuar fazendo diferença nos mais diversos setores, fortalecendo a economia e promovendo o empreendedorismo na Paraíba (GOVERNO DA PARAÍBA, 2023).

Esses novos negócios demonstram um forte compromisso com a responsabilidade social e a sustentabilidade. Muitas delas desenvolvem soluções que buscam resolver problemas locais, como a gestão de recursos hídricos e o

acesso à saúde, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população (GOVERNO DA PARAÍBA, 2023).

No entanto, o ambiente altamente dinâmico e competitivo em que as *startups* operam requer ferramentas e estratégias financeiras sólidas para alcançar o sucesso. A contabilidade gerencial surge como uma dessas ferramentas, desempenhando um papel crucial na gestão financeira e na tomada de decisões estratégicas das *startups* paraibanas.

De acordo com o Mapa de Empresas publicado em 29 de maio de 2023 pelo Governo Federal, nos quatro primeiros meses do ano de 2023 foram encerradas cerca de 736.977 empresas no Brasil, representando 34,3% sobre o último quadrimestre do ano anterior.

A mesma pesquisa revela que a Paraíba registrou no primeiro quadrimestre de 2023 um total de 10.344 fechadas nesse período, sendo considerado o terceiro estado brasileiro que mais registrou o encerramento de empresas comparado ao quadrimestre de 2022, isto se dá pelo motivo dos empresários não entenderem que a falta de capital de giro e a baixa quantidade de vendas refletem nas pequenas e médias empresas paraibanas (MAPA DE EMPRESAS, 2023).

O controle financeiro para as *startups* é de suma importância para a sobrevivência e estabilidade para qualquer tipo de negócio, isso significa ter uma base financeira sólida realizando o acompanhamento de todas suas entradas e saídas, evitando o risco de falência prematura e gerando lucros para a sua empresa.

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório (IUDÍCIBUS, 2008, p.21).

Com base nisso, consideramos que a área da Contabilidade Gerencial é interligada a várias metodologias contábeis que atuam com a mesma finalidade de auxiliar os administradores no processo decisório.

A Contabilidade Gerencial é um método que vai permitir realizar uma orientação para manter um controle patrimonial. A ruína de um negócio pode estar

ligada a uma má administração por parte dos gestores, que de alguma maneira está associado à contabilidade gerencial. Essa área vai fornecer dados relevantes para que se tome uma boa tomada de decisão para a empresa. (MARION E RIBEIRO, 2014)

Na realidade do mercado de negócios, infelizmente, a maior parte dos administradores de empresas só se dão conta dos danos que tiveram, quando necessitam correr atrás dos meios legais para resolverem essas problemáticas que obtiveram ao decorrer do tempo, todavia, utilizando ferramentas de controle é possível adquirir uma gestão patrimonial melhor.

Portanto para conseguir resolver esses problemas e não levar o seu negócio a uma crise financeira, o responsável pela empresa precisa propor medidas cabíveis para uma boa tomada de decisão e devem se certificar que essa ação corresponde à ameaça.

A relevância deste tema é indiscutível, pois essa disciplina desempenha um papel essencial no apoio à sustentabilidade financeira das *startups*, na tomada de decisões baseadas em dados, na atração de investidores e parceiros, na avaliação das estratégias e não cumprimento de regulamentações.

Hoje, é evidente que para as empresas gerarem um bom resultado financeiro-econômico é necessário obter um ótimo modelo de gestão atrelado a ferramenta da Contabilidade Gerencial, dessa forma surge à seguinte problemática: **Qual a importância da Contabilidade Gerencial como ferramenta no processo decisório das *startups*?**

Como objetivo tem-se que identificar a importância da Contabilidade Gerencial como ferramenta para tomada de decisão das *startups*. Como objetivos específicos, tem-se que: Identificar a importância da Contabilidade Gerencial; Descrever a importância e origem das *Startups*; Descrever as ferramentas da Contabilidade Gerencial para o processo decisório; analisar o impacto gerado nas *Startups* da Paraíba com o auxílio da Contabilidade Gerencial; Apresentar as vantagens das *Startups.*

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL

Para definir e identificar a importância da Contabilidade Gerencial, devemos primeiro entender o conceito da Contabilidade. De acordo com Barros (2013):

> Contabilidade é a ciência social que visa ao registro e ao controledos atos e fatos econômicos, financeiros e administrativos das entidades. Trata-se de um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

A Contabilidade Gerencial também conhecida com Contabilidade de Gestão, decorre de um conjunto de informações para auxiliar na gestão empresarial do negócio, utilizando dados financeiros para a produção de relatórios para gerar uma melhor tomada de decisão:

> Contabilidade Gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial (CREPALDI, 2008, p. 5).

É uma área da contabilidade que se concentra na geração de informações financeiras e não financeiras destinadas a auxiliar os gestores e líderes de uma organização a tomar decisões. Ela é diferente da Contabilidade Financeira, que está concentrada na elaboração de demonstrações financeiras para fins externos, como acionistas, investidores e órgãos reguladores.

De acordo com Frezatti et al (2007), o sistema de informações contábeis está dividido em dois subsistemas: o financeiro e o gerencial, não precisam ser

independentes, mas devem ser integrados, pois eles precisam estar ligados com a base de dados contábeis, onde a saída de um dos dois poderá ser a entrada no outro.

Essa ferramenta desempenha um papel crítico na gestão eficaz de uma empresa, ajudando os gestores a tomar decisões informadas, otimizar recursos, controlar custos e alcançar os objetivos estratégicos. Ela é uma ferramenta essencial para o sucesso e a sustentabilidade das organizações em um ambiente de negócios em constante mudança.

Conforme os autores Eldenburg e Wolcott (2007), a Contabilidade Gerencial é o processo de coletar, resumir e fornecer as informações financeiras e não financeiras que serão utilizadas internamente pelos gerentes nas tomadas de decisões.

A importância da Contabilidade Gerencial é aprimorada pela sua capacidade de promover a transparência e a clareza nas finanças empresariais. Isso não apenas facilita a comunicação interna, permitindo que todos os departamentos compreendam o impacto financeiro de suas decisões, mas também auxilia na prestação de contas aos acionistas, investidores e autoridades reguladoras.

Além disso, a Contabilidade Gerencial é uma ferramenta que auxilia na otimização de recursos, o que é particularmente valioso para as empresas em seu início de atividades. Permite que as empresas identifiquem e foquem em áreas de maior rentabilidade, alocando recursos de maneira estratégica e maximizando a eficiência operacional.

Em um ambiente empresarial altamente competitivo e dinâmico, a Contabilidade Gerencial oferece uma vantagem crítica. Ela não apenas ajuda as empresas a sobreviver, mas também a prosperar, adaptando-se a mudanças no mercado e aproveitando oportunidades.

Logo, os donos de negócio precisam sempre estar em sentido de alerta quando utilizarem a Contabilidade Gerencial como ferramenta financeira, isso se dá pelo motivo do mercado está em constante mudança e evolução, e para combater a competitividade é necessário o uso de técnicas inteligentes interligada com a gestão financeira.

Em suma, a Contabilidade Gerencial é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade e o crescimento bem-sucedido de uma empresa, independentemente de seu estágio de desenvolvimento.

A importância da Contabilidade Gerencial é evidente em suas múltiplas funções. Ela apoia a tomada de decisões, ajudando a responder a perguntas cruciais para a gestão, avalia o desempenho da organização, controla custos, auxilia no planejamento estratégico e na gestão de estoques.

É crucial para a transparência e prestação de contas, garantindo a conformidade com obrigações regulatórias e a comunicação eficaz com investidores e partes interessadas. Também contribui para a gestão eficiente dos recursos financeiros e para a identificação e mitigação de riscos financeiros.

2.2. A ORIGEM E IMPORTÂNCIA DAS *STARTUPS*

Entre os anos de 1996 e 2001 período que ocorreu a crise da bolha, na época foi formada uma bolha de especulação definida pela alta das ações das companhias de tecnologias dos Estados Unidos da América (EUA) alocadas na internet e ficou bastante conhecida como bolha da internet.

Dessa forma, começou a ser utilizada o termo *startup*, ela vem dos EUA, da expressão "*start sth up*" ("iniciar algo", ou "dar início"), que era definido como um grupo de pessoas que estavam trabalhando por uma ideia diferente e com potencial de gerar riquezas, além disso, *startup* sempre foi sinônimo de iniciar algo e colocar em desenvolvimento, embora o termo tenha raízes no inglês, ela é amplamente utilizada em todo o mundo para descrever esse tipo de empresa emergente.

Desta forma, temos que:

> A evolução de startups passa acompanhar, de certa forma, o surgimento e a propagação da internet. O marco histórico de origem das empresas desenvolvidas com fundamento nessa tecnologia é o ano de 1993, data de criação do navegador Mosaic. (FEIGELSON; NYBO; CABRAL, 2018, p. 21)

Durante esse período, existiam vários negócios promissores, e graças à expansão dos investimentos da época, empresas como Google, Apple e Facebook

conseguiram se consolidar no mercado e atualmente são referências para vários empreendedores que se inspiram na trajetória dessas empresas.

Com a modernidade, a definição de *startup* passou a ser sinônimo de uma empresa nova com um modelo escalável, possuindo uma ideia inovadora que provoca repercussão na sociedade capitalista, ainda assim, seu conceito é representado como uma empresa emergente de alto potencial e alto risco no mercado.

> "Uma startup é uma instituição humana projetada para criar novos produtos e serviços sob condições de extrema incerteza" (RIES, 2012, p. 24).

A empresa tradicional pode ser conceituada como modelo de negócio focado no lucro imediato, buscando se sustentar sem depender tanto de investimentos externos, ou seja, quando desejam aumentar a receita, precisam elevar os custos agilmente.

Dessa forma sabemos que a *startup* nasce por uma oportunidade de algo inovador, já as empresas tradicionais pela necessidade de sobrevivência e o retorno do capital investido.

Alguns fatores contribuíram para o crescimento do ecossistema de *startups* na Paraíba, como o aumento da conectividade, a expansão da banda larga e da internet móvel gerou um aumento nesse número de *startups*. Devemos levar em consideração o surgimento de novas tecnologias, como a inteligência artificial e o aumento de qualificação da mão de obra, o crescimento do número de universidades e cursos técnicos auxiliou nesse fator.

Diante disso, as *startups* desempenham um papel fundamental na sociedade ao impulsionar a inovação, criar empregos, melhorar a qualidade de vida e contribuir para o crescimento econômico do país.

A Contabilidade Gerencial desempenha um papel vital nas *startups*, fornecendo informações financeiras essenciais para a tomada de decisões estratégicas. Em um ambiente de negócios dinâmico e altamente volátil, as *startups* precisam adaptar-se rapidamente, e a Contabilidade Gerencial é a ferramenta que fornece dados em tempo real para orientar essas adaptações.

Além disso, a gestão eficiente dos recursos financeiros é fundamental, uma vez que as *startups* geralmente operam com recursos limitados. A Contabilidade Gerencial ajuda a identificar onde gastar de forma eficaz e onde economizar.

A medida que as *startups* crescem, a Contabilidade Gerencial ajuda a escalonar as operações financeiras de forma eficiente e a reduzir os riscos financeiros. Ela é considerada uma ferramenta-chave que auxilia as *startups* em sua busca por sucesso, inovação e crescimento sustentável. Devido a esses fatos comentados é necessário que haja uma sinergia entre as *startups* e a Contabilidade Gerencial.

2.3. FERRAMENTAS DA CONTABILIDADE GERENCIAL

A área da Contabilidade Gerencial é constituída por ferramentas de grande valia na administração de um negócio. Por meio dessas ferramentas gerenciais, os contadores relatam um parecer aos gestores referente ao desempenho organizacional. Elas são consideradas indicadores necessários que vão medir a saúde da empresa e eliminar riscos que podem levar o negócio ao declínio empresarial. Com a congregação da Contabilidade Gerencial, Contabilidade Financeira e Contabilidade de Custos é possível utilizar como ferramenta para auxiliar no processo decisório.

Nesse contexto, podemos considerar como principais algumas ferramentas da Contabilidade Gerencial, como o custeio por absorção, custeio variável, custeio padrão, orçamento, fluxo de caixa, Balanced Scorecard (BSC) e a demontração do resultado de exercício (DRE).

2.3.1 Custeio por absorção

O custo por absorção, também conhecido como custo integral, é um método de contabilidade de custos que aloca todos os custos diretos e indiretos relacionados à produção de bens ou serviços a esses produtos. Ele é chamado de “custo por absorção” porque absorve todos os custos de produção, incorporando-os ao custo do produto final. Isso inclui custos e correções, diretos e indiretos, de fabricação e de operação.

Dessa forma, seguindo o pensamento de Crepaldi (2017), neste método de custeio todos os custos são absorvidos independente da sua classificação quanto à unidade produzida (fixos ou variáveis).

É importante deixar explícito que no método de custeio por absorção não é relevante a classificação dos custos como fixo ou variável, pois os resultados apresentados não são alterados pelo volume produzido.

> Todos os custos incorridos no período serão absorvidos pela produção realizada, ou seja, serão apropriados aos produtos acabados (e em elaboração, se for o caso), independentemente de serem fixos, variáveis, diretos ou indiretos. A separação entre custo e despesa é essencial, porque nesse caso as despesas vão diretamente contra o resultado do período, enquanto os custos dos produtos não vendidos vão para o estoque. A finalidade desse critério é ter o custo total (direto e indireto) de cada objeto produzido. Não há preocupação em classificar os custos em fixos e variáveis; classificam-se os custos em diretos e indiretos. Os resultados apresentados não sofrem influência direta do volume de produção e esse é um critério legal e fiscal externo. (CREPALDI, 2017, [s. p.]).

Esse tipo de custeio além de permitir calcular o custo total de um determinado produto, vai servir para entender como a produtividade da empresa vai afetar nos seus custos. Por exemplo, se pensarmos que é feita a distribuição dos custos fixos entre os produtos, logo, quanto mais a empresa conseguir produzir, menor será o custo desse produto, levando em consideração que esses custos façam parte do custo do produto.

2.3.2 Custeio variável

Ao contrário do método de custeio por absorção, o custeio variável é um tipo de custo que varia de acordo com o nível de produção ou atividade de uma empresa. Isso significa que à medida que a produção aumenta ou diminui, as variações de custos também aumentam ou diminuem proporcionalmente. Os custos

variáveis estão diretamente ligados à produção de bens ou serviços e geralmente não são considerados fixos.

O custeio variável contraria os princípios contábeis e o fisco pelo fato da parte fiscalizadora exigir que todos os custos sejam atribuídos independente de ser fixo ou variável. Dessa forma, pelo fato dos custos nesse tipo de método não abranger todos os custos incorridos na fabricação ele não é aceito para fins fiscais, apenas para fins gerenciais.

> Por contemplar apenas parte dos custos incorridos na fabricação, esse sistema não é aceito pelo Fisco para direcionar a contabilização dos custos incorridos aos produtos. A inclusão da carga de custos indiretos juntamente com as despesas onera o resultado. Quando a empresa industrial vende toda a produção iniciada e concluída no mesmo período, o resultado não é afetado; entretanto, quando parte da produção é ativada, a adoção desse sistema implica estoques e lucro líquido subavaliados. (RIBEIRO, 2017, p. 47)

2.3.3 Custeio padrão

O custeio padrão é um método de contabilidade de custos que envolve o estabelecimento de padrões de custos para vários elementos de produção, como materiais diretos, mão de obra direta e custos indiretos de fabricação. Esses padrões representam os custos esperados de produzir um produto ou serviço sob condições normais e eficientes de operação.

O custeio padrão é uma ferramenta valiosa para o controle de custos e a gestão eficiente. Ele permite que as empresas estabeleçam metas de custos realistas, identifiquem desvios em relação a essas metas e tomem medidas para corrigir problemas operacionais. Também pode ser útil na avaliação do desempenho de departamentos e funcionários, incentivando a eficiência e a melhoria contínua. No entanto, é importante que os padrões de custo sejam periodicamente revisados e atualizados para refletir as mudanças nas condições de operação e nos preços dos insumos.

2.3.4 Orçamento

Orçamento é um plano financeiro que estabelece estimativas de receitas e despesas para um determinado período de tempo, geralmente um ano fiscal. O objetivo do orçamento é fornecer uma estrutura para a gestão financeira e o controle dos recursos de uma organização, seja uma empresa, governo, instituição sem fins lucrativos ou mesmo uma pessoa física. Os orçamentos são uma ferramenta importante para definir metas financeiras, monitorar o desempenho e tomar decisões informadas.

De acordo com Silva (2008), a definição desse tipo de método financeiro pode ser representada da seguinte forma:

> Pode-se definir o orçamento como o procedimento de processar todas as informações inseridas no sistema de informação da contabilidade de hoje, considerando-o como base para a previsão de dados para o próximo período, levando em conta a melhor visão que a empresa tem no instante da sua elaboração. (SILVA 2008, p.65)

Essa ferramenta de gestão é composta por três modelos de estruturas orçamentárias:

Orçamento operacional: O orçamento operacional é uma parte específica do orçamento geral de uma empresa, focada nas operações do dia a dia. Ele detalha as receitas e despesas operacionais esperadas durante um período específico. O principal objetivo do orçamento operacional é proporcionar uma visão detalhada das atividades operacionais da empresa, permitindo um planejamento eficaz e o monitoramento do desempenho.

Orçamento de investimento: é uma ferramenta financeira que estabelece as alocações de recursos para projetos de investimento em uma empresa durante um período específico, geralmente anual. Ele é parte integrante do processo de planejamento financeiro e estratégico de uma organização, permitindo que a empresa destine fundos para aquisição de ativos de longo prazo e iniciativas que visam gerar retornos no futuro.

Orçamento de caixa: também conhecido como orçamento de fluxo de caixa, é uma ferramenta financeira que prevê as entradas e saídas de dinheiro de uma empresa durante um período específico. Ele fornece uma visão detalhada da posição financeira da empresa, permitindo o planejamento e o controle eficazes do caixa.

2.3.5 Balanced Scorecard

O Balanced Scorecard, muitas vezes abreviado como BSC, é um sistema de medição e gerenciamento de desempenho que foi desenvolvido por Robert Kaplan e David Norton na década de 1990. É uma estrutura abrangente que ajuda as organizações a traduzir sua visão e estratégia em medidas tangíveis e indicadores de desempenho. O objetivo é fornecer uma visão equilibrada e abrangente do desempenho de uma organização em relação a seus objetivos e metas estratégicas.

Figura 1: Balanced Scorecard.
Fonte: Siteware.

De acordo com Crepaldi (2008, p. 321) o significado do BSC pode ser considerado como:

> Um sistema de gestão estratégica para atingir os propósitos de curto, médio e longo prazo, de forma a integrar as perspectivas empresárias relevantes. Seu principal foco é o alinhamento da

> organização, dos indivíduos e das iniciativas interdepartamentais de maneira tal que propiciem identificar novos processos para o cumprimento da missão de dada organização [...].

Esse tipo de ferramenta vai permitir descrever e medir processos e estratégias de uma forma clara e objetiva por meio de quatro perspectivas:

Perspectiva financeira: Avalia o desempenho financeiro da empresa e busca responder à pergunta: "Como nós parecemos para os acionistas?" Essa perspectiva inclui métricas tradicionais como receitas, margens de lucro, retorno sobre o investimento (ROI) e crescimento das receitas.

Perspectiva do cliente: Foca na satisfação dos clientes e responde à pergunta: "Como os clientes nos veem?" Mede fatores como satisfação do cliente, retenção de clientes, aquisição de novos clientes e participação de mercado.

Perspectiva dos processos internos: Avalia os processos internos críticos para o sucesso da organização e busca responder à pergunta: "O que devemos fazer bem?" Inclui métricas relacionadas à eficiência operacional, qualidade do produto, inovação e tempo de resposta ao cliente.

Perspectiva de aprendizado e crescimento: Foca no desenvolvimento e na capacitação dos funcionários, bem como na infraestrutura tecnológica necessária para sustentar o sucesso futuro. Responde à pergunta: "Como podemos continuar a melhorar e criar valor?" Inclui métricas como treinamento e desenvolvimento de funcionários, satisfação dos funcionários e capacidade de inovação.

2.3.6 Fluxo de caixa

O fluxo de caixa é uma ferramenta fundamental para a gestão financeira de uma empresa ou para o controle financeiro pessoal. Ele é usado para rastrear e analisar o movimento de dinheiro que entra e sai de uma organização ou de uma conta pessoal durante um período de tempo específico. O principal objetivo do fluxo de caixa é garantir que haja dinheiro suficiente disponível para atender às obrigações financeiras, como pagar contas, despesas e investimentos, e, ao mesmo tempo, identificar tendências financeiras e tomar decisões informadas.

De acordo com Santos (2001, p. 64) o fluxo de caixa pode ser reconhecido como:

> Um receptor dos dados financeiros gerados por todas as áreas da empresa. Projeções de recebimentos de vendas e pagamentos de compras, pessoal, serviços de terceiros, juros, impostos, receitas e gastos diversos são informações importadas de diversas áreas da empresa pelo fluxo de caixa.

Essa ferramenta é de suma importância para uma empresa, pois é por meio do fluxo de caixa que será possível observar oque está acontecendo com o dinheiro em um período determinado de tempo, podendo ter como finalidade demonstrar ao administrador do negócio, elementos que permitam a elanoração de um planejamento financeiro.

Para Marion (2006, p. 110) a não existência dessa ferramenta pode ser a causa de falência de um estabelecimento:

> Entre as três principais razões de falências ou insucessos de empresa, uma delas é a falta de planejamento financeiro ou a ausência total do fluxo de caixa e a previsão do fluxo de caixa (projetar as receitas e as despesas da empresa).

Por meio do fluxo de caixa é possível projetar as receitas e as despesas de uma determinada empresa, sendo possível prever o futuro de uma empresa e tomar medidas para que determinado negócio possua um futuro saudável e siga o princípio da continuidade, partindo do pressuposto que a empresa manterá suas atividades, ou seja, continuará suas operações no futuro.

FLUXO DE CAIXA	
Atividades Operacionais	
(+) Recebimento de venda de produtos	
(-) Pagamento de impostos sobre faturamento	
(-) Pagamento a fornecedores	
(-) Pagamento de salários	
(-) Pagamento de impostos e encargos	
(-) Pagamento de custos indiretos	
(-) Pagamento de juros	
(-) Pagamento aos despesas operacionais	
(=) Subtotal	
Atividads de Investimento	
(+) Recebimento da venda de ativos imobilizado	
(-) Pagamento da compra de ativos imobilizados	
(=) Subtotal	
Atividades de Financiamento	
(+) Captação de empréstimos	
(+) Aportes de capital	
(-) Amortização de empréstimos	
(-) Reduções de capital	
(-) Pagamento de dividendos	
(=) Subtotal	
Fluxo de Caixa Total	

Figura 2: Fluxo de Caixa.
Fonte: Investidor Avaliações.

A figura acima revela a estrutura de um fluxo de caixa de forma simplificada, contendo três atividades: Operacionais, de investimento e de financiamento.

A atividade operacional refere-se às transações financeiras que resultam das atividades principais de uma empresa. Essas transações estão relacionadas às operações diárias do negócio, como a compra e venda de mercadorias ou a prestação de serviços.

O cálculo do fluxo de caixa operacional é essencial para avaliar a saúde financeira de uma empresa e sua capacidade de gerar dinheiro a partir de suas atividades principais. Se o fluxo de caixa operacional for consistentemente positivo, isso geralmente é um sinal de boa gestão financeira e eficiência operacional. Por outro lado, um fluxo de caixa operacional negativo pode indicar desafios financeiros ou operacionais que precisam ser abordados.

A atividade de investimento no contexto do fluxo de caixa refere-se às transações financeiras relacionadas aos investimentos de uma empresa em ativos de longo prazo. Esses investimentos podem incluir a compra e venda de ativos fixos, tais como propriedades, equipamentos, veículos, participações em outras empresas, entre outros.

O fluxo de caixa relacionado às atividades de investimento é importante para avaliar como a empresa está alocando seus recursos financeiros em ativos que podem gerar benefícios de longo prazo. Um fluxo de caixa positivo nessa categoria pode indicar que a empresa está fazendo investimentos sólidos, enquanto um fluxo de caixa negativo pode sugerir que a empresa está gastando mais em investimentos do que está gerando de retorno imediato.

E por fim, a atividade de financiamento está ligada as transações financeiras relacionadas à obtenção ou pagamento de recursos para financiar as operações e investimentos de uma empresa. Essas transações geralmente envolvem dívidas e capital próprio. O objetivo é entender como a empresa está financiando suas atividades e quaisquer mudanças em sua estrutura de capital.

2.3.7 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

O Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE), também conhecido como Demonstração de Resultados ou Demonstração de Lucros e Perdas, é um dos principais relatórios financeiros usados para apresentar o desempenho financeiro de uma empresa durante um período contábil específico. O DRE mostra a venda total gerada e as despesas incorridas durante esse período, resultando no lucro líquido ou prejuízo.

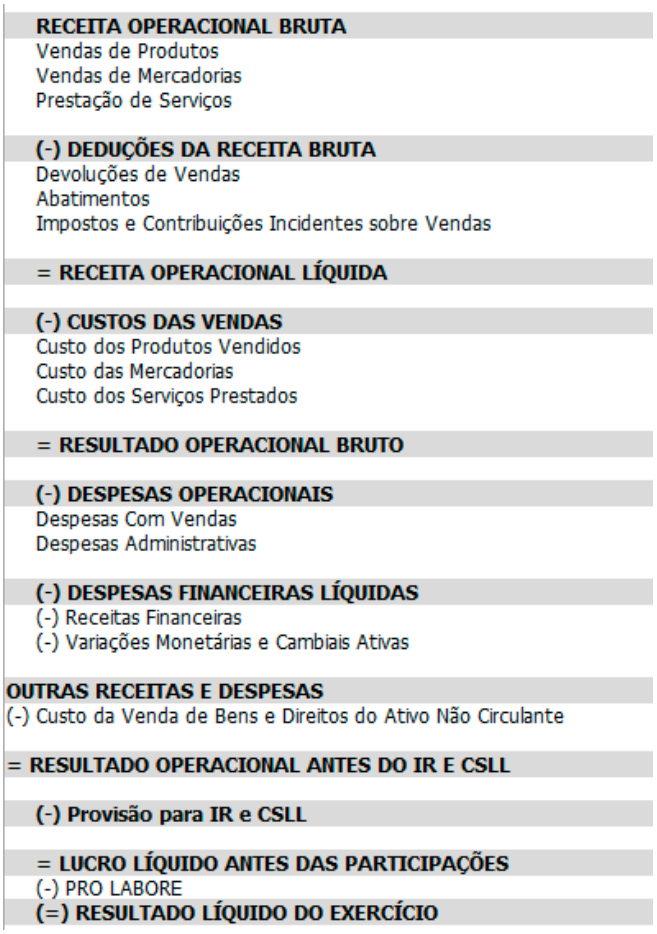


Figura 3: Demonstração do Resultado do Exercício.
Fonte: CEFIS.

De acordo com a Lei 6.404 art. 187, é determinado que esse demonstrativo deve descriminar:

I – a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II – a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III – as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV – o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;

V – o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

VII – o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Dessa forma, podemos perceber que a estrutura da DRE apresenta como primeira linha a Receita Bruta de Vendas, esta conta está diretamente ligada com os valores referente as vendas de produtos ou dos serviços prestados durante um determinado período contábil, em outras palavras esse segmento é considerado o faturamento do negócio.

> É constituída pelo valor bruto faturado. O Faturamento representa o ingresso bruto de recursos externos provenientes das operações normais de venda a prazo ou a vista, no mercado nacional e exterior, de produtos, mercadorias ou serviços. Outras receitas de caráter operacional secundário devem figurar logo após o bruto, reservando-se para este, portanto, o papel de mostrar o resultado bruto da atividade operacional da empresa. (MATARAZZO, 1995, p.69)

Em seguida temos as deduções, o próprio nome já transmite a ideia de deduzir algo, sendo assim, esse segmento é considerado como anulações dos clientes causando um cancelamento na venda. Dentro desse grupo podem ocorrer devoluções de vendas, abatimentos ou impostos sobre vendas.

O resultado será a Receita Líquida, que é o valor obtido após a dedução de todos os abatimentos, devoluções, impostos, descontos concedidos e outras deduções sobre as receitas brutas de uma empresa. Em termos simples, a Receita Líquida é o montante de dinheiro que uma empresa realmente ganhou com suas atividades operacionais, após considerar todas as reduções e deduções nas vendas.

O Lucro Bruto é um indicador financeiro que representa a diferença entre a receita líquida de vendas e o custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados.

A fórmula para localizar o lucro bruto é dada da seguinte forma:

Lucro Bruto = Receita Líquida - Custo dos Produtos Vendidos (CPV) ou Custo dos Serviços Prestados (CSP)

Em seguida temos o Resultado Antes do IR/CSLL (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) é uma linha da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) que representa o lucro ou prejuízos pela empresa antes da dedução dos impostos devidos sobre o lucro.

E por fim temos o Resultado Líquido do Exercício (também conhecido como Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício) é uma linha fundamental na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Esse resultado representa o lucro líquido ou prejuízo líquido que uma empresa teve durante um determinado período contábil.

2.5. ANÁLISE SITUACIONAL DAS *STARTUPS* PARAIBANAS

Dados coletados pelo estudo do Centro de Tecnologia e Inovação Telmo Araújo (Citta) em parceria com a plataforma Distrito levantou alguns números em relação as empresas do estado da Paraíba. Serão evidenciados os números referentes ao crescimento das *startups* ano a ano:

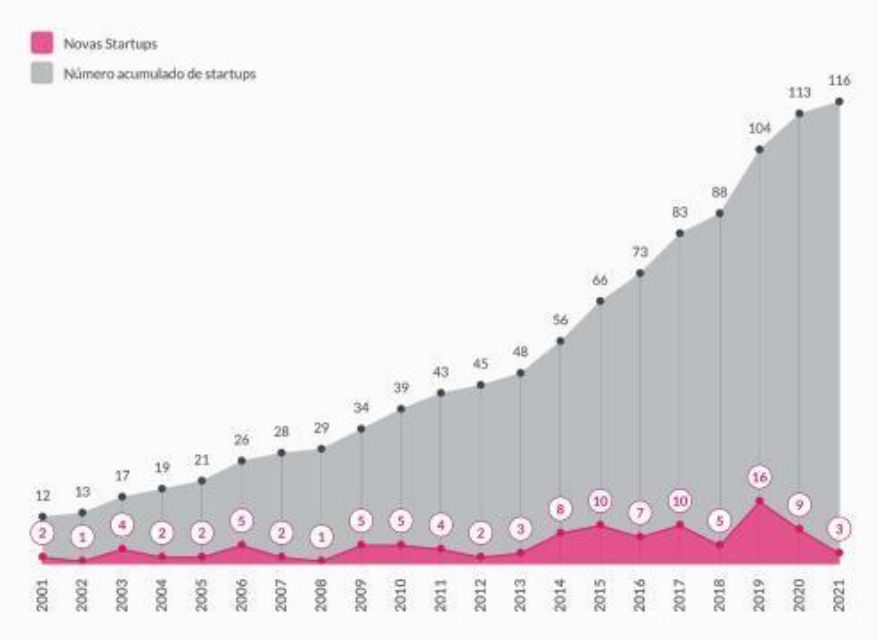


Figura 4: o crescimento anual das *startups* na Paraíba.
Fonte: Centro de Tecnologia e Inovação Telmo Araújo/Distrito.

Analisando a figura 4, consegui-se visualizar o mapeamento realizado sobre as empresas *startups* na Paraíba do período de 2017 a 2021, houve um crescimento constante no número de novas *startups*, com um pico em 2019, 16 novas empresas

iniciaram naquele ano. Em 2020 houve uma queda de 1,44% comparado ao ano anterior e em 2021 apenas 3 novas empresas.

Constata-se naa figura 4, o pico de crescimento ficou concentrado no ano de 2019 representando 16 novas empresas, em 2020 houve uma queda de 1,44% comparado a 2019, todavia deve-se levar em consideração o cenário da pandemia que interrompeu esse ritmo de crescimento e em 2021 um aumento de 3 empresas acumulando 116 *startups* no estado da Paraíba.

Embora o número de novas *startups* tenha diminuído em 2021, o número acumulado de *startups* continua a crescer a cada ano. Isso significa que, embora menos novas empresas tenham surgido, muitas das *startups* existentes continuam a operar e crescer.

Mesmo ocorrendo uma desaceleração no lançamento de novas *startups* em 2021, o número acumulado de *startups* continua a crescer, diminuindo a resiliência do ecossistema empreendedor. No entanto, é importante monitorar essa tendência e considerar ações para contribuição e o crescimento de novas *startups* na região.

No entanto, é importante observar que as *startups* podem surgir em qualquer lugar, e as razões para a sua concentração numa determinada área podem variar ao longo do tempo. Além disso, o sucesso de uma startup não depende apenas da localização geográfica, mas também de fatores como a qualidade da equipe, o modelo de negócios e a capacidade de se adaptar e inovar. Portanto, as *startups* podem prosperar em muitas áreas, desde que haja um ambiente favorável ao empreendedorismo e à inovação.

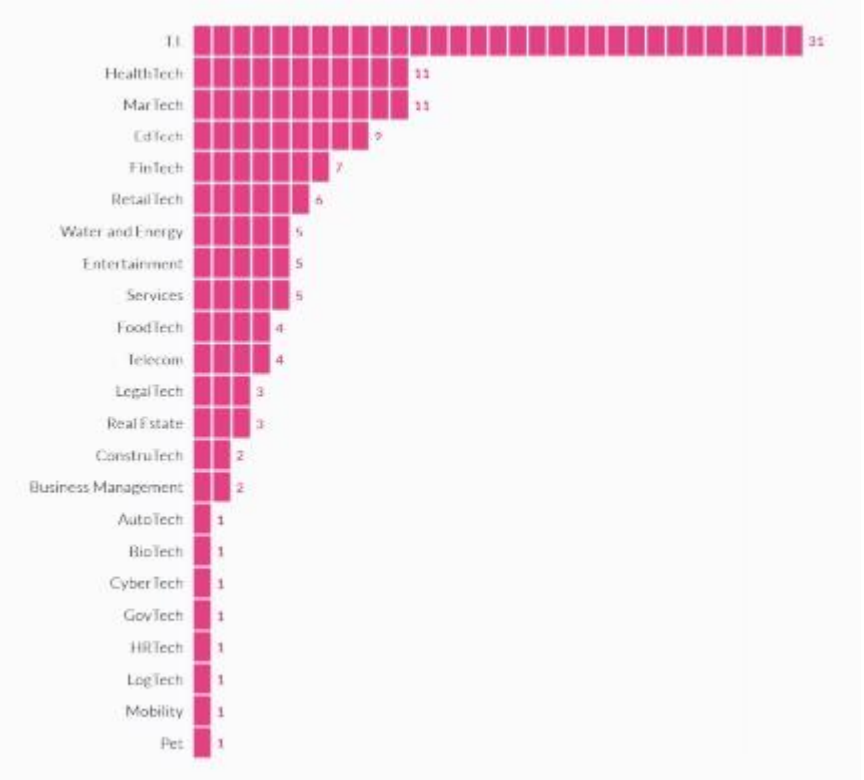


Figura 5: número de startups por área de atuação no ano de 2021.
Fonte: Centro de Tecnologia e Inovação Telmo Araújo/Distrito.

Analisando a figura 5, consegui-se visualizar que a maioria das *startups* estão concentradas na área de Tecnologia da Informação (TI) representando 27% do total, esse número é esperado pois a área de TI é bastante ampla e tem uma demanda constante por inovação e tecnologia atraindo grandes *players* por conta da mão de obra qualificada de profissionais da área de tecnologia. O estudo revela que a Tecnologia da Informação é a área que emprega mais funcionários, podendo chegar a 58% do total de colaboradores, isso ocorre por conta do seu número ser significamente maior no estado da Paraíba.

Em segundo lugar Tecnologia de Saúde totalizando 11 *startups*, refletindo o crescente interesse na tecnologia aplicada à saúde, podendo incluir dispositivos médicos e soluções de gerenciamento de saúde.

Em terceiro lugar Marketing de Tecnologia que também totalizou 11 negócios inovadores, área que indica uma ênfase na aplicação de tecnologia para melhores estratégias atreladas ao marketing e publicidade.

Em quarto lugar, com 9 *startups*, a tecnologia educacional continua sendo uma área de interesse, especialmente com o aumento da educação *online* e do aprendizado digital.

No geral, esses números indicam um ecossistema de *startups* diversificado, com um foco particular nas áreas de Tecnologia da Informação, Saúde, Marketing e Educação.

A diversidade reflete a crescente importância da tecnologia em várias indústrias e setores da economia. Além disso, é importante notar que essas *startups* podem desempenhar um papel significativo na inovação e no crescimento econômico em suas respectivas áreas de atuação.

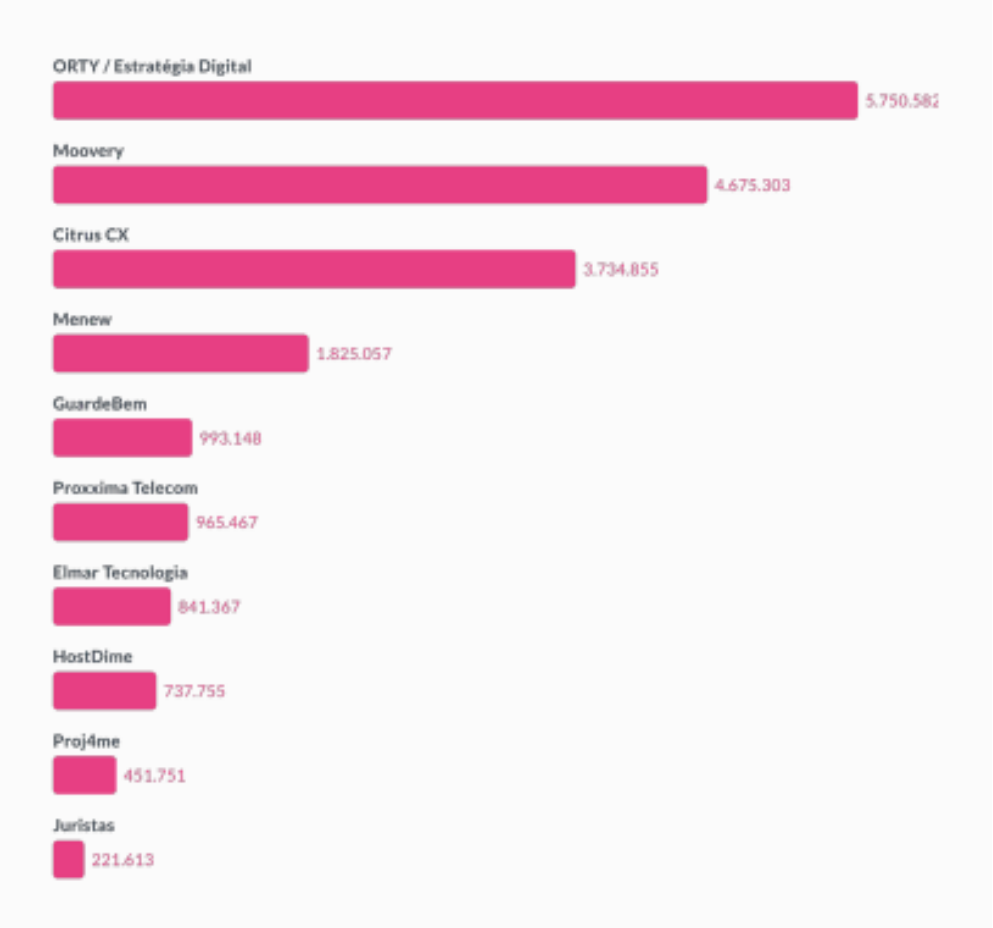


Figura 6: startups com mais acessos.
Fonte: Centro de Tecnologia e Inovação Telmo Araújo/Distrito.

De acordo com a pesquisa, a quinta empresa mais acessada é a GuardeBem, empresa de serviço voltada ao *Self Storage* (auto armazenamento), que consiste em setores que alugam espaços de armazenamentos, foi acessada com 993.148

usuários. Essa empresa em específico utiliza de ferramentas da Contabilidade Gerencial para controle de gestão do seu negócio. Ela possui uma empresa terceirizada que auxilia na gestão empresarial, essa empresa utiliza de ferramentas gerenciais como o fluxo de caixa e o BI (*Business Inteligence*) para o controle e coleta das informações financeiras e não financeiras com o intuito de auxiliar no processo da tomada de decisão.

Outra empresa citada é a Menew, *startup* do ramo de food service localizada em João Pessoa, ela fornece soluções de gestão a restaurantes, padarias, cafeteria e entre outros ramos. Ela fornece *software* que auxilia na gestão financeira do negócio, prometendo controle nas vendas e módulos para conciliação bancária.

2.6. VANTAGENS DE UMA STARTUP EM PLENA INDÚSTRIA 4.0

As *startups* que operam na Indústria 4.0 desfrutam de diversas vantagens que as diferenciam de empresas mais tradicionais, isso ocorre pois elas estão mais preparadas para lidar com mudanças e desafios trazidos por essa nova era. Essa convergência entre inovação tecnológica e estratégia de negócios cria um ambiente propício para o crescimento e o sucesso.

A primeira vantagem que podemos citar é relacionado com a agilidade e adptação, as *startups* são conhecidas por sua capacidade de se adaptarem rapidamente às mudanças. Na Indústria 4.0, onde novas tecnologias e tendências emergem constantemente, a agilidade é crucial. *Startups* podem ajustar suas estratégias e produtos com mais facilidade, aproveitando oportunidades e respondendo aos desafios de maneira ágil.

Outro ponto a ser citado e um dos pilares desse tipo de negócio está ligado com a inovação, as *startups* da Quarta Revolução Industrial estão enraizadas nesse quesito, explorando tecnologias de ponta, como Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial, *big data* e automação avançada. Isso permite que elas criem produtos e serviços que possam revolucionar o mercado. A utilização de tecnologias avançadas na Indústria 4.0 muitas vezes permite que *startups* otimizem processos e reduzam custos operacionais. A automação, por exemplo, pode melhorar a eficiência e diminuir a necessidade de mão de obra intensiva.

Outro fator vantajoso está ligado com a escabilidade do negócio. As *startups* têm uma capacidade de crescer rapidamente e atingir mercados globais de maneira

mais eficaz do que empresas determinadas. Com a ajuda da tecnologia, podemos escalar seus negócios de forma mais ágil e eficiente.

> A grande vantagem da startup frente a qualquer outro modelo de negócios tradicional diz respeito à efetiva capacidade de o produto ser “replicável” e “escalável” em virtude do uso da tecnologia. Um aplicativo, por exemplo, necessita ser criado apenas uma vez para então ser distribuído para milhões de pessoas. É um exemplo da economia de escala atingida pelas *startups*. (FEIGELSON, FONTENELE, CABRAL, 2018, p. 20)

Startups muitas vezes estão dispostas a colaborar e formar parcerias estratégicas com outras empresas e organizações, o que pode ser um grande impulso na Indústria 4.0, onde a cooperação entre diferentes partes é frequentemente necessária para alcançar objetivos comuns.

A cultura empreendedora pode ser considerada uma vatangem, pois o sucesso dessas empresas muitas vezes inspira outros empreendedores a iniciar seus próprios negócios, oque pode criar uma cultura empreendedora mais forte e dinâmica.

Segundo Prestowitz (2012), o governo é fundamental à empresa para que obtenha vantagens competitivas globais, como incentivos tributários e políticas de contratos públicos.

Elas podem impactar diretamente no desenvolvimento econômico, o sucesso dessas empresas pode impactar significativamente na economia do país, gerando receitas fiscais e estimulando o crescimento de ecossistemas empresariais locais.

3. METODOLOGIA

Para a elaboração do presente artigo, será realizado uma metodologia de pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa e quantitativa, que é considerado um tipo de pesquisa que se concentra na coleta, seleção e análise de informações qualitativas e quantitativas disponíveis em fontes bibliográficas, como livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e outros documentos publicados. O objetivo principal da

pesquisa bibliográfica é obter uma compreensão aprofundada do estado atual do conhecimento sobre o tema abordado.

Conforme as autoras Lakatos e Marconi (2010, p. 65) a pesquisa bibliográfica significa que:

> O método é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimento válido e verdadeiro – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Este trabalho utilizará dados secundários de várias fontes, elas são referentes a várias informações que foram coletadas, registradas ou documentadas por terceiros e por fontes externas. São dados que já existem e incluem informações provenientes de documentos, banco de dados, livros, ebooks, revistas, relatórios governamentais, estatísticas publicadas, pesquisas anteriores e entre outros tipos de dados.

Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é realizada pelo:

> [...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007,
> p. 122).

Dessa forma, podemos afirmar que a pesquisa bibliográfica consiste em um agrupamento de informações disponíveis em documentos impressos e digitais decorrente de pesquisas anteriores que vão servir de fontes para a base teórica da pesquisa podendo colaborar no desenvolvimento do trabalho.

4. ANÁLISES DOS RESULTADOS

Para a elaboração do processo de análise será mostrado cinco trabalhos acadêmicos com maior relevância para o presente trabalho voltado a Contabilidade Gerencial, onde permitiu uma análise aprofundada do tema em questão. Logo, os trabalhos mencionados possuem abordagens específica sobre o tema, visando atender com clareza o objetivo exposto na introdução.

Abaixo será mostrado no quadro 3 os trabalhos que serão abordados, descrevendo os autores e suas respectivas metodologias que foram aplicadas no trabalho.

AUTORES	TEMA DA PESQUISA REALIZADA	METODOLOGIA
AMORIM (2015)	A importância da Contabilidade Gerencial para a gestão dos negócios.	Descritiva
MAYCON (2022)	Teoria geral do direito empresarial: qual o papel do Empresário na construção das startups?	Bibliográfica
DAIANE (2018)	A Contabilidade Gerencial como ferramenta de gestão nas organizações.	Bibliográfica
CITTA (2022)	CITTA – Paraíba Tech.	Exploratória
FEIGELSON, FONTENELE, CABRAL (2018)	Direito das Startups.	Bibliográfica

Quadro 1: trabalhos analisados
Fonte: elaborado pelo autor (2023).

4.1. AMORIM, Diego Felipe Alves. A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA A GESTÃO DOS NEGÓCIOS. 2015

Para Amorim (2015), a Contabilidade Gerencial tem como objetivo coletar e fornecer as informações financeiras e não financeiras necessárias para utilização interna por parte dos dirigentes do negócio no processo da tomada de decisão.

Dessa forma, de acordo com o autor, a área da Contabilidade Gerencial é chave fundamental e de suma importância para o processo decisório dos administradores, isto se dá pelo fato que para uma boa tomada de decisão é necessário que os dados analisados estejam validados e atrelados a realidade da empresas, essas informações contidas nos relatórios dão suporte aos usuários e que por meio dessas análises é possível auxiliar no processo decisório.

4.2. LUCAS ZACARIAS SOARES, Maycon. Teoria geral do direito empresarial: qual o papel do empresário na construção das startups? 2022.

Para os autores do estudo citado, as *startups* são negócios em fase inicial que tem como objetivo desenvolver um serviço ou produto inovador com potencial de crescimento.

De acordo com Maycon (2022), o termo Startup começou a ser utilizado durante a crise da internet entre 1996 e 2001, nessa época foi formada uma bolha especulativa caracterizada pelo aumento da participação de empresas voltadas a área de tecnologia e informação. Esse termo começou a ser utilizado antes de ser conceituado e atrelado a um grupo de pessoas que tinham como objetivo desenvolver uma ideia inovadora para a obtenção de lucro.

4.3. CAVALCANTE, Daiane Chaves. A Contabilidade Gerencial como ferramenta de gestão nas organizações. 2018

Inicialmente no presente estudo, Daiane (2018) relata que a Contabilidade Gerencial é uma forte aliada ao processo de tomada de decisão. A efetividade do planejamento de uma organização atrelado as ferramentas da Contabilidade Gerencial auxiliam no controle, verificando a possibilidade de fragilidades nos processos.

Ainda descrevendo a importância das ferramentas, Daiane (2018) relata que é fundamental a utilização das ferramentas gerenciais, o contador tem grande reponsabilidade nesse processo, pois ele vai elaborar relatórios, projeções e cálculos para apresentar tais dados contábeis a gestão desses negócios.

4.4. CITTA. CITTA – Paraíba Tech. Centro de Tecnologia e Inovação Telmo Araújo.

2022.

No estudo citado, foi realizado uma pesquisa quantitativa levantando alguns números em relação as empresas do estado da Paraíba. De acordo com o CITTA (2022) no mapeamento realizado pelo Distrito foram mapeadas 116 *startups* divididas em 22 setores, o que demonstra a diversidade de soluções sendo desenvolvidas no estado paraibano. Apesar da diversidade, vemos alguns setores se destacando, principalmente o T.I., sendo composto por 31 empreendimentos, seguido por *HealthTechs* e *MarTechs*.

Ainda sobre as *startups* paraibanas, foi destacado a GuardeBem, empresa de *Self Storage* (auto armazenamento), que consiste em setores que alugam espaços de armazenamentos empresa de atividade. Ela possui uma empresa terceirizada que auxilia na gestão do seu negócio onde é utilizado ferramentas gerenciais como o fluxo de caixa e o BI (Business Inteligence), sendo assim, seu sucesso se dá por vários motivos, mas podemos destacar como principal o uso contínuo dessas ferramentas que auxiliam na tomada de decisão.

4.5. FEIGELSON, FONTENELE, CABRAL. Bruno; Erik Nybo; Victor Fonseca. Direito das Startups**.** São Paulo, Saraiva, 2018

De acordo com FEIGELSON, FONTENELE, CABRAL (2018), as *startups* apresentam grandes vantagens na indústria 4.0, nesse sentido, uma das vantagens apresentadas diz respeito à capacidade do negócio ser replicável e escalável, isso significa que esse tipo de negócio tem a capacidade para crescer cada vez mais por meio da venda do seu produto ou serviço, resultando em uma economia de escala.

Ainda sobre as vantagens, de acordo com os autores, uma das principais vantagens está atrelado ao governo, sendo um parceiro bastante importante, pois ele fornecerem pontos positivos, como incentivos tributários e políticas de contratos públicos. Esse fomento por parte do governo vai impactar positivamente a economia local e as empresas, pois ao ser implementado programas de apoio a esses negócios, será promovido o empreendedorismo e inovação na região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o presente trabalho teve como objetivo demonstrar o quanto é importante a Contabilidade Gerencial para o desenvolvimento das empresas e a utlização contínua das ferramentas gerenciais sob enfoque das *startups* paraibanas.

Durante o desenvolvimento do presente artigo, foram demonstrados através de pesquisas bibliográficas informações para responder os objetivos específicos.

Dentre eles, foi visto a definição da Contabilidade Gerencial e sua importância, onde foi compreendido que essa área tem como objetivo fornecer informações financeiras e não financeiras para que exista um bom controle e que possa realizar um processo de tomada de decisão saudável para o negócio. Dessa forma, é de suma importância para qualquer tipo de negócio, visto que sem as ferramentas gerenciais é impossível visualizar como está o quadro do negócio, isso acaba gerando uma má administração podendo levar o empreendimento à falência.

Dessa forma, as *startups* devem utilizar da Contabilidade Gerencial como ferramenta para auxílio na gestão empresarial, pois é fundamental que seja compreendido a saúde da empresa para que se tome uma boa decisão e consiga realizar o objetivo de qualquer empresa, que é a obtenção de lucro.

As *startups* possuem várias vantagens, como o auxílio do governo em programas fiscais e de desenvolvimento, logo, podem chegar ao sucesso empresarial se utilizarem da Contabilidade Gerencial como ferramenta para gestão financeira e utilizar de suas vantagens para alavancar o negócio.

Conclui-se então que é de grande necessidade a existência da Contabilidade Gerencial nessas empresas, possuindo o papel de fornecer informações precisas com a visão de mitigar riscos, fraudes e erros, auxiliando no processo decisório, e consequentemente, obtendo um negócio saudável. As ferramentas gerenciais vão auxiliar na gestão empresarial e fornecer a resposta que o administrador precisa para tomar alguma decisão para o negócio.

REFERÊNCIAS

1. AMORIM, Diego Felipe Borges de. **A importância da contabilidade gerencial para a gestão dos negócios.** 2015. UCAM. Disponível em: https://portalidea.com.br/cursos/46958730c4b148e2da91b6de360b9e51.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

2. BARROS, Mauricio. **Contabilidade Geral**. Fundação Sérgio Contente. IDEPAC, 2013.

3. CRUZ, Albyanne Mychely Siva da. **Contabilidade gerencial como ferramenta da gestão**. Universidade Federal da Paraíba, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27843/1/AlbianeMychelySilvadaCruz_TCC.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

4. CAVALCANTE, Daiane Chaves. **A contabilidade gerencial como ferramenta de gestão nas organizações**. Centro Universitário de Anápolis, 2018. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/8247/1/TCC%20DAIANE%20CHAVES%20CAVALCANTE.pdf. Acesso em 27 out. 2023.

5. CONTABILIZEI. **O que é a contabilidade gerencial e por que é importante?** Disponível em: https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/o-que-e-a-contabilidade-gerencial-e-por-que-e-importante/. Acesso em: 22 ago. 2023.

6. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**, 4 ed. São Paulo: Atlas 2008.

7. DA SILVA AMARAL, Josefa Aparecida; DE ASSUNÇÃO, Ayron Vinícius Pinheiro; ARGUELLO, Leandro Rachel. **Contabilidade gerencial como ferramenta de gestão para o desenvolvimento das empresas**. COLETÂNEA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, p. 53, 2020. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/32059/1/00%20Colet%C3%A2nea%20do%20Curso%20de%20Ci%C3%AAncias%20Cont%C3%A1beis%20Vol%201.pdf#page=58. Acesso em 28 out. 2023.

8. ELDENBURG, Leslie G.; WOLCOTT, Susan K. **Gestão de custos:** como medir, monitorar e motivar o desempenho. Tradução: Luís Antônio Fajardo Pontes. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

9. FEIGELSON, B., NYBO, E. F., FONSECA, V. C. **Direito das Startups**. São Paulo: Saraiva, 2018.

10. FREZATTI, Fábio; GUERREIRO, Reinaldo; AGUIAR, Andson Braga de; GOUVÊA, Maria Aparecida. **Análise do relacionamento entre a contabilidade gerencial e o processo de planejamento das organizações brasileiras**. Rev. adm. contemp. vol.11 no. spe2 Curitiba 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552007000600003. Acesso em 22 out. 2023.

11. G1. **PB é o terceiro estado do Brasil com mais empresas fechadas nos primeiros quatro meses de 2023**. Disponível em: https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/05/30/pb-e-o-terceiro-estado-do-brasil-com-mais-empresas-fechadas-nos-primeiros-quatro-meses-de-2023.ghtml. Acesso em: 22 ago. 2023.

12. G1. **Startups aceleradas pelo HUB PB são apresentadas em demoday**. Disponível em: https://g1.globo.com/pb/paraiba/especial-publicitario/fiep/espaco-da-industria/noticia/2022/12/19/startups-aceleradas-pelo-hub-pb-sao-apresentadas-em-demoday.ghtml. Acesso em: 04 nov. 2023.

13. GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade gerencial**. AMGH editora, 2013.

14. GOVERNO DA PARAÍBA. **Número de startups sobe quase 1000% em 20 anos na Paraíba**. Disponível em: https://fundac.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-ciencia-tecnologia-inovacao-e-ensino-superior/noticias/numero-de-startups-sobe-quase-1000-em-20-anos-na-paraiba. Acesso em: 26 ago. 2023.

15. GOVERNO DA PARAÍBA. **Governo da Paraíba promove aproximação entre startups paraibanas e investidores na Expotec**. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-da-paraiba-promove-aproximacao-entre-startups-paraibanas-e-investidores-na-expotec. Acesso em: 21 nov. 2023.

16. GONÇALVES, MAIARA BRUNA LORENZI. **A contabilidade gerencial como ferramenta de gestão para micro e pequenas empresas**. Anhanguera, 2019. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/27859/1/MAIARA_BRUNA_LORENZI_GON%C3%87ALVES.pdf. Acesso em 28 out. 2023.

17. GOV.BR. **Mapa de empresas, boletim do 1° quadrimestre de 2023.** Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-1o-quadrimestre-2023.pdf. Acesso em: 26 ago. 2023.

18. IBC. **As Vantagens e Desvantagens de Trabalhar em Startup**. Disponível em: https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-carreiras/as-vantagens-e-desvantagens-de-trabalhar-em-startup/. Acesso em: 06 nov. 2023

19. IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade gerencial**, 4.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

20. INVESTIDOR. **DFC (Demonstrativo de Fluxo de Caixa):** Saiba o que é, métodos e como fazer. Disponível em: https://investorcp.com/gestao-empresarial/o-que-e-o-dfc/. Acesso em: 13 nov. 2023.

21. LUCAS ZACARIAS SOARES, Maycon. **Teoria geral do direito empresarial:** qual o papel do empresário na construção das startups? Universidade Potiguar, 2022. Disponível em: https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/cc9849ef-306a-4b51-a249-f1f6bdf24529/content. Acesso em 29 out. 2023.

22. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

23. MORAIS, Rosa Amélia Carvalho; JÚNIOR, Agenor Campos Barreto. **A importância da contabilidade gerencial para microempresas e empresa de pequeno porte**. ID on line. Revista de psicologia, v. 13, n. 43, p. 903-921, 2019.

24. MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009 a.M

25. MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeiras De Balanços**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1 995.

26. PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial:** Um enfoque em sistema de informação contábil, 7 ed. São Paulo: Atlas 2010.

27. PORTELLA, Charlise S.; TRETER, Jaciara. **Contabilidade gerencial uma ferramenta de gestão empresarial**. Cruz Alta, 2011. Disponível em: https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2011/sociais/CONTABILIDADE%20GERENCIAL%20UMA%20FERRAMENTA%20DE%20GEST%C3%83%C6%92O%20EMPRESARIAL.pdf. Acesso em 29 out. 2023.

28. PEREIRA, Chaulene Carolina; DA SILVA, Itacir Alves. **A contabilidade gerencial como ferramenta de gestão empresarial. Revista Global Manager Acadêmica**, 2018. Disponível em: https://ojs.fsg.edu.br/index.php/globalacademica/article/view/3272. Acesso em 30 out. 2023.

29. RITHER, Carisiane; SCHMORANTZ, Lídia Ilaurem; MORAES, Daiane Ribas. **Contabilidade gerencial como ferramenta de gestão empresarial**. Revista de Contabilidade Dom Alberto, v. 4, n. 7, p. 21-41, 2015.

30. RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custo**. São Paulo: Saraiva, 2017

31. RIES, Eric. **A Startup Enxuta:** Como os empreendedores atuais utilizam inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Leya Editora, 2012.

32. SEBRAE. **Nordeste revela ser uma região estratégica para negócios inovadores**. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-startup,6979b2a178c83410VgnVCM1000003b74010aRCRD. Acesso em: 26 ago. 2023.

33. SEBRAE. **O que é uma startup?** Disponível em: https://agenciasebrae.com.br/inovacao-e-tecnologia/nordeste-revela-ser-uma-regiao-estrategica-para-negocios-inovadores/. Acesso em: 21 nov. 2023.

34. SILVA, Francisca Jaqueline Marques et al. **O impacto da utilização das ferramentas de contabilidade gerencial na gestão de micro e pequenas empresas**. Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC), v. 4, n. 1, 2019.

35. SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

36. SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

37. SILVA, Edson Cordeiro da. **Contabilidade Empresarial para Gestão de Negócios:** guia de orientação fácil e objetivo para apoio e consulta de executivos. São Paulo: Atlas, 2008.

38. SITEWARE. **Qual o objetivo do BSC (Balanced Scorecard)?** Disponível em: https://www.siteware.com.br/metodologias/qual-o-objetivo-do-bsc-balanced-scorecard/. Acesso em 13 nov. 2023.

SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS CONTÁBEIS NA PARAÍBA

Gabryella de Oliveira Soares[24]
Danielle Fernandes Rodrigues[25]

RESUMO

A síndrome de burnout, uma condição estreitamente associada ao estresse, pode afetar profissionais em varias áreas, especificamente aqueles que têm um contato direto com pessoas. Alguns dos sintomas mais evidentes incluem fadiga excessiva, estresse crônico, cansaço e dificuldades de concentração, influenciando de maneira direta suas relaçoes de trabalho. Esta pesquisa tem como objetivo identificar se há indícios da presença do burnout entre os profissionais contábeis que atuam na Paraíba. Realizamos uma pesquisa quali-quantitativa que para a coleta e análise de dados, empregou-se o questionário MBI - Maslach Burnout Inventory, juntamente com um questionário elaborado pela autora. Conclui-se que a amostra analisada apresenta predisposição ao desenvolvimento da dimensão relacionada à exaustão emocional, com 20,8% dos entrevistados demonstrando sintomas no questionário. Quanto à despersonalização, 27,1 experienciaram os sentimentos mencionados uma vez ao mês ou menos, e contudo, para uma identificação mais precisa da doença em estudo, além do questionário, seria necessário realizar uma análise médica.

Palavras-chaves: Profissional Contábil; Síndrome de Burnout; Exaustão Emocional.

ABSTRACT

Burnout syndrome, a condition closely associated with stress, can affect professionals in various areas, specifically those who have direct contact with people. Some of the most obvious symptoms include excessive fatigue, chronic stress, tiredness and difficulty concentrating, directly influencing your work relationships. This research aims to identify whether there is evidence of the presence of burnout among accounting professionals working in Paraíba. We carried out a qualitative-quantitative research that used the MBI - Maslach Burnout Inventory questionnaire to collect and analyze data, together with a questionnaire prepared by the author. It is concluded that the sample analyzed presents a predisposition to the development of the dimension related to emotional exhaustion, with 20.8% of interviewees demonstrating symptoms in the questionnaire. As for depersonalization, 27.1 experienced the mentioned feelings once a month or less, and however, for a more precise identification of the disease under study, in addition to the questionnaire, it would be necessary to carry out a medical analysis

[24] Graduando do Curso Bacharel em Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário UNIESP- 2023.2, E-mail: gabrielaff122@hotmail.com.br

[25] Professora Orientadora. Graduação e mestrado em Administração, pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Educação Global, Inteligências Humanas e construção da Cidadania e Especialização em Gestão Empresarial. Docente de Curso Superior em Graduação e Pós-Graduação do UNIESP Centro Universitário. E-mail: prof2078@iesp.edu.br. Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/7351262540786060

Key Words: Article; TCC; ABNT.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho como centro da vida social, em determinados contextos, submete os profissionais para além de suas limitações produtivas. A atividade responsável pela subsistência e dignidade humana pode se tronar fonte de doenças laborais, condicionadas por diversos fatores, que vão desde aspectos ambientais, a questões pessoais, que envolvem os sujeitos atuantes nesses espaços.

Toda empresa é, fundamentalmente, dependente da presença do profissional contábil, que tem sua jornada de trabalho marcada por estresse, altas demandas, acúmulos de funções, prazos limitados e rigorosos, cobranças de clientese dos órgãos fiscalizadores, constantes erros funcionais nos sistemas operacionais utilizados, metas internas irrealistas e excesso de horas extras. Esses condicionantes, causam preocupações para este profissional, que além disso, lida com uma legislação em constante mutação, exigindo dinâmica e adaptação, como alguns dos fatores cruciais para o seu sucesso profissional, naturalizando a exaustão como parte de sua rotina de trabalho. Nesse cenário, destaca-se o fenômeno do Burnout.

Estudado a partir da década 70, pelo médico Herbert Freudenberg, o Burnout tornou-se sério objeto de estudo da psicológica organizacional. Em 1999, o ministério da saúde do Brasil, incluiu essa síndrome na lista de doenças relacionadas ao trabalho. Sendo assim, o Ministério da Saúde define o burnout, como sendo um distúrbio emocional, com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico, resultante de situações de trabalho desgastantes, que exigem muita competitividade ou responsabilidade. Alguns estudos publicados, demonstram que o Burnout é um problema que afeta, principalmente, os trabalhadores encarregados de cuidar de outros, como profissionais da área da educação, saúde, policias e agentes penitenciários, entre outros, das quais são profissões que possuem intenso e frequente contato direto com as pessoas.

A pandemia, com suas transformações abruptas e desafios persistentes, propiciou o surgimento do burnout. O distanciamento social, a incerteza econômica e a adaptação a novas modalidades de trabalho contribuíram para o aumento do estresse e da exaustão emocional. Profissionais em diversos setores enfrentam pressões intensas, estabelecendo um cenário no qual a busca pelo equilíbrio entre vida profissional e pessoal tornou-se mais intrincada do que nunca. Os impactos do

burnout não se limitam apenas ao indivíduo, repercutindo também no ambiente de trabalho e na sociedade como um todo.

Trata-se de uma experiência que pode provocar emoções desfavoráveis em relação ao trabalho, levando a sentimentos de descontentamento, esgotamento e redução do desempenho. Isso pode resultar em ausências frequentes, abandono do emprego e diminuição da produtividade. Além disso, é uma condição a longo prazo, geralmente influenciada, por elementos da estrutura organizacional, a exemplo da carga excessiva de trabalho, da falta de independência e do apoio social insuficiente para a realização das tarefas. A síndrome é composta 3 dimensões: Exaustão emocional (EE), Despersonalização (DE) e Reduzida Realização Profissional (RRP).

De acordo com Benevides Pereira (2002), o esgotamento emocional envolve exaustão, tanto física quanto mental, e é considerado o elemento central da síndrome, sendo um resultado direto do estresse. Diante do cenário exposto, o presente estudo se centralizará na seguinte problemática: como se dá a manifestação da síndrome de burnout em profissionais contábeis na paraíba?

Segundo Moreno *et al* (2010), a instituição deve estar atenta aos riscos de o desenvolvimento desta condição entre os profissionais implementar estratégias de enfrentamento, com o objetivo de mitigar os problemas no ambiente de trabalho. Isso inclui, minimizar as dificuldades, oferecer apoio aos trabalhadores e proporcionar-lhes boas condições de vida, tanto dentro como fora do ambiente de trabalho. Sendo um tema pouco discutido e levado para dentro das empresas, é importante que seja disseminado e debatido no ambiente de trabalho, facilitando sua identificação e possibilitando um tratamento de maneira eficaz.

Este estudo quali-quantitativo tem como objetivo evidenciar os sinais da manifestação nos profissionais contábeis na paraíba está contribuindo para o desenvolvimento da síndrome. Com objetivos específicos de: entender as origens do burnout, analisar as dimensões da síndrome e avaliar a presença da síndrome entre os profissionais contábeis da paraíba, por meio da aplicação do Maslach Burnout Inventory (MBI).

A metodologia utilizada foi através de pesquisas bibliográficas para a fundamentação teórica, corroborada por uma pesquisa de campo onde se aplicou questionários baseados no inventário em Burnout Maslach (Maslach Burnout Inventory).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INDIVÍDUO E O TRABALHO

De acordo Insfran e Ladeira (2020) destacam que, dentro do contexto do capitalismo neoliberal, é desafiador evitar a influência da lógica individualista, competitiva e irracional que permeia todo o sistema. Os autores explicam que os detentores do capital de maneira enganosa propagam a ideia de que é fundamental estar em constante movimento, produzindo incessantemente, para evitar ser superado pelos outros. Segundo essa perspectiva, se alguém parar, os demais, sob a ótica meritocrática, avançarão para posições mais vantajosas. Além do aumento da intensidade do trabalho, Insfran e Ladeira argumentam que esse estímulo à competição implacável também resulta em exaustão, embora o discurso predominante insista que essa é a única maneira de sobreviver.

Nos últimos 40 anos, testemunhamos a globalização do capitalismo. Sob a influência da acumulação flexível, ocorreu uma ruptura com os antigos padrões fordistas, resultando em um modo de trabalho e estilo de vida marcados pela flexibilização e precarização do emprego. (Antunes, 2018, p. 153). O capital financeiro passou a comandar os empreendimentos, exercendo influência sobre a esfera produtiva e impactando as práticas e métodos de gestão do trabalho

Segundo Antunes (2018), O Estado assumiu um papel crescente como gestor dos interesses da burguesia financeira, e os governos, em sua maioria, adotam a desregulamentação, especialmente nos mercados financeiro e de trabalho. Estamos testemunhando a prevalência da lógica financeira, que não apenas impacta a esfera econômica, mas também se estende à vida social, alterando os métodos de trabalho e estilo de vida, resultando em trabalhadores mais vulneráveis, efêmeros e descartáveis.

Prevalece a lógica de curto prazo, impulsionando inovação constante em tecnologia, novos produtos financeiros e na força de trabalho, resultando na obsolescência e descarte rápido dos trabalhadores. Estamos em uma era de desemprego estrutural, com trabalhadores tornando-se empregáveis a curto prazo por meio de formas novas e precárias de contrato, onde terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos cruciais tanto para preservar quanto expandir essa lógica (Antunes, 2018, p. 153-154).

Os modelos de gestão e organização do trabalho, influenciados pelo toyotismo, apresentam condições extremamente precárias, incluindo intensificação do trabalho, imposição de metas inalcançáveis, prolongamento da jornada e polivalência. Essas práticas são sustentadas por uma gestão baseada no medo, abuso de poder, assédio moral e discriminação, especialmente evidenciada pela terceirização. Entre os trabalhadores terceirizados, as condições são ainda mais desfavoráveis, com jornadas mais longas, maior rotatividade e acesso reduzido a benefícios (Antunes, 2018, pp. 158-159).

Os significados e sentidos atribuídos ao trabalho desempenham um papel fundamental na formação de conexões pessoais com as atividades realizadas, integrando a subjetividade nessa relação com o mundo (Gondim e Borges, 2020). Quando abordamos o conceito de trabalho, nos referirmos a uma atividade humana que podeser realizada tanto individualmente quanto em grupo, sendo considerado um espaço social de grande relevância para a formação da identidade do indivíduo.

A motivação pode ser considerada um fator influente no comportamento das pessoas no ambiente de trabalho, uma vez que está interligada ao comprometimento organizacional (DA SILVA ZONATTO, DA SILVA e GONÇALVES, 2018). Dessa forma, a motivação exerce sua influência no ambiente laboral.

Segundo Utzig et al. (2020), tanto o contentamento quanto o desconforto são experienciados em diversas esferas da vida, inclusive no contexto laboral. Entretanto, é crucial notar como os indivíduos conseguem preservar um equilíbrio psicossocial, mesmo quando submetidos a circunstâncias laborais desafiadoras, como a insegurança no emprego, no ambiente de trabalho.

2.1.1 Rotinas e Estresse

Conforme apontado por Cardoso et al (2019), o estresse é uma reação do corpo quando é demandado do indivíduo um esforço que excede os limites do que ele pode suportar, diante de situações e ambientes estressantes.

Conforme indicado por Bonfim e Filippe (2020), no contexto brasileiro, a Betânia tanure associados conduziu análises referentes a três níveis de estresse: o baixo(quando os colaboradores realizam suas tarefas com extrema facilidade e falta de concentração), o construtivo (que não prejudicial e, de fato constribui para

motivação) e o alto (esse último pode potencialmente resultar na síndrome de burnout).

Cada indivíduo exibe comportamentos distintos, e isso não muda quando se trata do ambiente de trablho. Considerando que os profissionais, em média, oito horas por dia em seus empregos, isso implica em conviver mais com seus colegas de trabalho do que sua própria família. Entretanto, as questões pessoais também desempenham um papel relevante no que se refere ao estresse.

Os profissionais da área contábil frequentemente se deparam com diversos agentes estressores, e cabe ao empregador e aos contadores enfrentá-los de maneira perspicaz para manter a produtividade. Essa preocupação, contudo, se alinha predominantemente a uma abordagem produtivista, relegando a um plano secundário uma dimensão mais humanitária. O processo de aflição se intensifica devido a fatores como metas profissionais pouco claras, ausência de controle sobre os resultados laborais, pressão temporal elevada e prazos inatingíveis, uma carga horária exaustiva, sobrecarga de responsabilidades, dilemas éticos na prática profissional, restrição na escolha das atribuições, situações de assédio moral, conflitos interpessoais, exaustão física, desgaste emocional, sistemas de compensação inadequados, pressões para avanço profissional, propensão frequente ao abandono da profissão e desequilíbrio entre a vida pessoal e profissional (Huda, Ahmed e Hossain 2020).

Na área contábil enfrentam diversas formas de responsabilidade, incluindo a civil, penal, tributária, profissional e ética. Consequentemente, os contadores passam grande parte de seu tempo atendendo a prazos, normas, regulamentos e resoluções de leis. Devido a complexidade das tarefas que executam, a constante necessidade de atualização e a prazos cada vez mais curtos, a profissão contábil está entre as mais desafiadoras (MORAES, MARTELO e NOGUEIRA, 2013).

Além disso, a sobrecarga de responsabilidades e funções, a falta de apoio e outros fatores podem ter efeitos prejudiciais a saúde do trabalhador, causando fadiga e desgaste profissional. Segundo Galvão (2007), estes fatores condicionam a insatisfação no ato de trabalhar, que se tornando-o uma tarefa árdua.

Ademais e Santos (2022), considera que os profissionais da contabilidade estão continuamente lidando com fatores externo e internos que demandam adaptações e atualizações constantes para alcançar o sucesso em suas tarefas, tornando-os

assim, suscetíveis ao estresse, podendo desencadear impactos adversos em suas rotinas de trabalho.

2.2. SÍNDROME DE BURNOUT

A tradução livre da palavra Burnout para o português significa burn = queimar e out = fora ou apagado. Entretanto, no inicio dos estudos científicos sobre o tema, o psicólogo Herbert J. Freudenberger definiu seu artigo como “Staff burn out” datado em 1974 como sendo um “incêndio interno” decorrente de um excessivo desgaste emocional e de recursos que afetam de forma direta e negativa a relação do indivíduo com o trabalho (FRANCO 2019). O principal fator que diferencia essa síndrome de outras é que essa ocorre sempre com a ingerência do mundo do trabalho sobre a vida pessoal do indivíduo (MASLACH, SCHAUFELI E LEITER, 2001).

Segundo Sépe (2011), a síndrome de burnout (SB), ocorre devido a sobrecarga de trabalho ou pressão psicológica, afetando o bem-estar emocional e físico do indivíduo. Esse estado de esgotamento representa um sério risco para a saúde dos profissionais que enfrentam essa condição. A principais características da síndrome de Burnout é conjunto de reações, como exemplo mudanças no ritmo de trabalho, esgotamento físico e mental, insônia, alterações de humor, dificuldades de concentração, problemas no sono, excesso de cansaço e estresse, resultando em um impacto significativo no ambito profissional e pessoal.

Conforme Alencar (2022), após extensas pesquisas, a organização mundial da saúde (OMS) reconheceu a síndrome de burnout como doença relacionada ao trabalho, oficialmente incluida na classificação internacional de doenças -11 (11CID-11) em janeiro de 2022. Isso ocorreu devido o aumento acentuado nas taxas de adoecimento, atribuido as crescentes expectativas, ao acúmulo de grandes responsabilidades, ao desgaste emocional e a urgente necessidade de aprimoramento profissional.

A síndrome aborda um conjunto de dimensões cruciais, que consistem em três variáveis que caracterizam esse fenômeno: a exaustão emocional (EE), a despersonalização (DE) e a diminuição da realização pessoal (DRP):

Despersonalização: é percebida quando o indivíduo passa a ver o outro que interage com ele no ambiente de trabalho, e fora dele, sem qualquer empatia, agindocom cinismo, ignorando, assim, qualquer sentimento da outra pessoa (CODO E VASQUES-MENEZES, 1999).

Exaustão: Nota-se a exausto emocional quando o indivíduo atinge todos os seus limites de ordem emocional, tendo em si o sentimento de não conseguir avançar ou despender qualquer esforço na sua produção laboral diária (OLIVEIRA, LIMA E VILELA, 2017)

Reduzida satisfação com o trabalho: decorre de sentimentos oriundo de baixa satisfação no trabalho, que causa sentimento de impotência e baixa estima.

Portanto, a SB é um transtorno crônico, associado as demandas laborais, tendo em vista que a síndrome se instala e o profissional inicialmente não percebe o seu aparecimento, muitas vezes não tendo conhecimento sobre este agravo, notando apenas o seu cansaço físico (MOREIRA, *et al*, 2009).

2.2.1. Pandemia COVID-19

A pandemia do novo coronavirus e da doença COVID-19, trata-se de um conjunto de vírus da família (SARS-CoV-2) que se hospeda em incubação por até quinze dias no corpo antes de manifestar seus sinais e sintomas, após a morte do paciente fica de forma ativa por um período ainda não determindado pelos especialistas, sendo considerado de alto risco de contaminação aos profissionais da saúde, agentes funerários e familiares (BRASIL, 2020)

Diante disso, os países passaram a adotar medidas de afastamento, modificando-se a forma de se exercer as atividades laborais. No Brasil, como em outros países, foi recomendado que vários tipos de trabalho fossem realizados em casa, no formato de home office, observando-se suas respectivas particularidades (ARAÚJO *et al,* 2021). Segundo Araújo *et al* (2021), com o distanciamento social visou desacelerar a propagação do vírus, levando várias empresas, profissionais autônomos e liberais a se adaptarem a esse modelo de trabalho, com intuito de diminuir a interação das pessoas com o objetivo de reforçar a capacidade do sistema de saúde, com isso desencadeando ansiedade, estresse e impactos econômicos.

Com o advento da Pandemia COVID-19 mudou os paradigmas nas formas de trabalhar, o lugar onde proporcionava descanso e refugio, tornou-se o ambiente de trabalho, segundo Xiao *et a*l (2020), compreendeu-se que os indivíduos que desempenham suas atividades em home office estão sujeitos a danos biopsicososssociais, manifestando na forma de ansiedade, estresse e deterioração da qualidade do sono. Com isso as constantes solicitações de trabalho e a possibilidade de ter de realizar tarefas a qualquer hora do dia aliado aos efeitos negativos relacionados ao isolamento social (tais como solidão, depressão, apatia), tem desencadeado nas pessoas um sentimento de esgotamento mental, que pode provocar ou agravar a síndrome de burnout (BITTENCOURT, 2020).

Dando ênfase a esses dados, segundo Kal e Sippert (2020), nesse contexto, pode-se afirmar que os profissionais contábeis não ficaram isentos dessas mudanças. Eles tiveram que continuar trabalhando, uma vez que, mesmo com as flexibilizações governamentais relacionadas à entrega de documentos fiscais, os escritórios contábeis, em particular mantiveram-se operacionais para atender às necessidades de seus clientes, assim essa situação expôs muitos profissionais a riscos de problemas de saúde.

2.2.2. Burnout em Profissionais Contábeis

Segundo pesquisa da International Stress Management Association (ISMA-BR) DE 2019, 30% dos profissionais Brasileiros sofrem de burnout. Mais recentemente, Silva (2020), trouxe como resultado de sua pesquisa, que 65% dos contadores paraíbanos se sentem sobrecarregados, e dentre os principais motivos está o execesso de horas extras e o direcionamento de atividades para o ambiente doméstico.

O profissional da contabilidade exerce um impacto substancial na operação das pequenas empresas e, por essa razão, deve estar profundamente envolvido em sua rotina, fornecendo orientações cruciais no âmbito tributário, disponibilizando informações financeiras para o desenvolvimento sustentável dos negócios, além de desempenhar outras atividades de consultoria empresarial, conforme Santos (2018). O autor ainda salienta que essa responsabilidade significativa também aumeta o nível de estresse daqueles que estão na vanguarda desse trabalho.

Segundo (Succar 2012), o estresse pode levar o contador a cometer equívocos, que por sua vez, podem resultar em penalidades substanciais, a ponto de pontecialmente levar uma instituição a falência. Cavalanche e Rodrigues (2018), destacam que o contador é um dos profissionais que enfreta estresse considerável e situações tensas devido á alta carga de trabalho. Isso ocorre, pois, desde o periodo acadêmico, eles precisam lidar com pressões psicológicas relacionadas ao mercado profissional da sua área.

Carlotto (2002), descreve-se que o processo é individual, desenvolvendo-se de maneira gradual, acumulativa e progressiva em termos de intensidade. Nos estágios iniciais, o indivíduo muitas vezes não percebe, frequentemente resistindo a acreditar que algo está fora do lugar. Smith et al. (2012), eles acrescentam que o Burnout é um processo progressivo que se desenrola ao longo de um extenso período, não ocorrendo de maneira súbita. Os sinais e sintomas são inicialmente sutis, mas se agravam com o tempo, destacando a necessidade de que os indivíduos afetados estejam atentos aos primeiros indícios da síndrome e, ao identificá-los, busquem ajuda.

Uma das expressões de mudança na personalidade associadas à Síndrome de Burnout é a rigidez, onde a pessoa se torna mais teimosa, resistente e inflexível a alterações, buscando impedir qualquer mudança. Outra manifestação é a atitude negativa, em que qualquer proposta ou sugestão de outros é percebida de maneira pessimista, como algo destinado ao insucesso (Freudenberger 1975).

É crucial estar atento aos sintomas da síndrome, pois, se identificados, os sinais iniciais podem ser controlados antes de causarem danos à vida da pessoa afetada. Dessa forma, a prevenção do surgimento da síndrome torna-se um objetivo fundamental.

Os profissionais da contabilidade procuram manter-se informados sobre as transformações e acompanhar de perto o avanço das tecnologias disponíveis. Porém, aquilo que deveria descomplicar o dia a dia do contador, acaba por prender estes profissionais ainda mais no trabalho. Pois este acaba por viver conectado, e a carga de trabalho que se antes se limitava apenas ao escritório, hoje passa a fazer parte da vida privada, com uso de tecnologias que os ligam virtualmente às obrigações profissionais (ANDREWS, 2003).

Levando em consideração os fatos citados, podemos ver que a profissão contábil está entre umas das profissões mais estressantes nos dias de hoje, corroborando sintomas da síndrome de burnout.

3. METODOLOGIA

Para Marconi e Lakatos (2017, p. 31) “não há ciência sem o emprego de métodos científicos.” Portanto é imprescindível, para elaboração de uma pesquisa científica, a definição dos procedimentos metodológicos. Entende-se então que é preciso estabelecer onde e como a pesquisa será realizada, “ou melhor: o método indica como o pesquisador deve proceder ao longo do caminho para obter o resultado pretendido” (LOZADA; NUNES, 2019, p. 144).

A metodologia da pesquisa é o conjunto de métodos que o pesquisador utiliza no desenvolvimento de sua pesquisa, deve ser apoiado em procedimentos e técnicas que contribuam para o alcance do objetivo proposto, a metodologia adotada pelo pesquisador deve auxiliá-lo na construção e execução de sua pesquisa, ela normatiza os critérios e procedimentos adotados (ITOKAZU, 2023)

De acordo com a finalidade do estudo trata-se de uma pesquisa básica, ao passo que “está mais ligada ao incremento do conhecimento científico sem quaisquer objetivos comerciais (APOLLINÁRIO, 2016, P. 23). Esta pesquisa direciona-se à aprimoração de teorias científicas, visando a obtenção de conhecimento para sua divulgação na comunidade vinculada ao tema abordado no estudo.

Esta pesquisa possui um abordagem quanti-qualitativa, sendo também descritiva. Para alcançar nosso objetivo realizarmos uma análise dos dados que envolveu tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos.

Foi aplicado o Inventário de Burnout de Maslach - MBI (Maslach Burnout Inventory) e algumas perguntas em aberto para a corroboração da pesquisa, um questionário de autoavaliação desenvolvido por Christina Maslach e Susan Jackson em 1978. Este método já foi implementado e validado em várias nações, incluindo o país de origem, os Estados Unidos da América (Maslash e Schaufeli, 1993).

Os profissionais convidados a integrar este estudo são provenientes de escritórios contábeis da Paraíba, dessa forma, a amostra compreendeu a

participação de 30 profissionais da contabilidade. Ocorrendo em 17 de novembro de 2023 a 24 de novembro de 2023.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO MBI

As perguntas foram organizadas conforme as dimensões da síndrome: Exaustão Emocional, Despersonalização e Realização Profissional. Cada pergunta permitia respostas em uma escala Likert de 1 a 6, em que: 1 - uma vez no ano ou menos, 2 - uma vez no mês ou menos, 3 - algumas vezes ao mês, 4 - uma vez por semana, 5 - algumas vezes por semana e 6 - todos os dias.

EXAUSTÃO EMOCIONAL	1	2	3	4	5	6
1.Sinto-me emocionalmente esgotado (a) com o meu trabalho.	12,9%	16,1%	12,9%	22,6%	22,6%	12,9%
2.Sinto-me esgotado (a) no final de um dia de trabalho	6,5%	9,7%	19,4%	16,1	19,4%	29%
3.Sinto-me cansado (a) quando me levanto pela manhã e preciso encarar outro dia de trabalho	9,7%	16,1%	9,7%	19,4%	29%	16,1%
6.Trabalhar com pessoas o dia todo me exige um grande esforço	16,1%	22,6%	9,7%	25,8%	12,9%	12,9%
8.Meu trabalho deixa-me exausto (a)	9,7%	9,7%	16,1%	25,8%	16,1%	22,6
13.Sinto-me frustrado (a) com meu trabalho.	25,8%	12,9%	12,9%	9,7%	25,8%	12,9%
14.Creio que estou trabalhando em excesso	12,9%	6,5%	12,9%	9,7%	19,4%	38,7%
16.Trabalhar diretamente com	12,9%	12,9%	12,9%	19,4%	19,4%	22,6%

as pessoas causa-me estresse.						
20.Sinto-me no limite de minhas possibilidades.	16,1%	12,9%	9,7%	32,3%	12,9%	16,1
MÉDIA %	13,6%	13,2%	12,9%	20,8%	19,7%	13,9%

Quadro 1- questões referentes a exaustão emocional
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Na Exaustão Emocional, conforme indicado no Quadro 1, a média foi de 20,8% dos participantes afirmando uma vez na semana dessa exaustão. Em contrapartida, 19,7% relataram ter esses sintomas algumas vezes na semana. Destaca-se que a dimensão da exaustão emocional se manifesta de maneira significativa entre os profissionais contábeis na Paraíba

Despersonalização	1	2	3	4	5	6
5.Creio que trato algumas pessoas como se fossem objetos.	41,9%	19,4%	9,7%	12,9%	9,7%	6,5%
10.Tenho me tornado mais insensível com as pessoas.	29%	6,5%	29%	19,4%	12,9%	3,2%
11.Preocupa-me o fato de que este trabalho esteja me endurecendo emocionalmente	22,6%	25,8%	9,7%	12,9%	22,6%	6,5%
15.Não me preocupo realmente com o que ocorre às pessoas a que atendo	19,4%	25,8%	22,6%	22,6%	3,2%	6,5%
22.Sinto que as pessoas me culpam de algum modo pelos seus problemas.	22,6%	12,9%	16,1%	25,8%	12,9%	9,7%
MÉDIA %	27,1	18%	17,4%	18,7%	12,3%	6,4%

Quadro 2 – Questões referentes a Despersonalização
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

O Quadro 2 aborda a dimensão da Despersonalização, um dos sintomas graves frequentemente vivenciados por aqueles afetados pela síndrome de Burnout. A proporção de 27,1% que relata sentir exaustão emocional uma vez ao ano ou

menos sugere que uma parcela significativa dos respondentes não enfrenta frequentemente esse sintoma. Por outro lado, a porcentagem de 18,7% indicando que sentem exaustão emocional uma vez por semana aponta para outra parte da amostra que vivencia esse fenômeno de forma mais regular, as quais tratam diretamente dessa faceta da doença, onde a enfermidade leva o profissional a perder a sensibilidade nas relações interpessoais e passar a tratar as pessoas como objetos.

Realização Profissional	1	2	3	4	5	6
4.Posso entender com facilidade o que sentem as pessoas.	6,5%	9,7%	25,8%	29%	16,1%	12,9%
7.Lido eficazmente com o problema das pessoas.	6,5%	9,7%	22,6%	38,7%	12,9%	9,7%
9.Sinto que através do meu trabalho influencio positivamente na vida dos outros.	3,2%	9,7%	25,8%	22,6%	25,8%	12,9%
12.Sinto-me com muita vitalidade.	12,9%	19,4%	32,3%	19,4%	12,9%	3,2%
17.Posso criar facilmente uma atmosfera relaxada para as pessoas.	12,9%	12,9%	22,6%	25,8%	19,4%	6,5%
18.Sinto-me estimulado (a) depois de trabalhar em contato com as pessoas	9,7%	6,5%	38,7%	16,1%	19,4%	9,7%
19.Tenho conseguido muitas realizações em minha profissão	9,7%	16,1%	19,4%	29%	16,1%	9,7%
21.Sinto que sei tratar de forma adequada os problemas emocionais no meu trabalho.	6,5%	12,9%	25,8%	29%	19,4%	6,5%
MÉDIA %	8,4%	12,1%	26,6%	17,7%	17,7%	8,8%

Quadro 3 – Questões referentes a realização profissional
Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

No Quadro 3, observam-se as questões relacionadas à dimensão da Realização Profissional. Nesse contexto, 26,6% dos profissionais que participaram da pesquisa afirmam sentir motivação e realização algumas vezes ao mês. Essa maioria demonstra satisfação moderada em sua profissão**.** Das 22 questões do questionário MBI respondidas pelos participantes, a dimensão da Síndrome de Burnout que se destaca é a realização profissional. Um número significativo de profissionais expressou sentimentos relacionados a essa dimensão, sugerindo uma maior propensão ao desenvolvimento dessa faceta da patologia. No que diz respeito à Despersonalização, os entrevistados relatam experimentar os sentimentos associados a essa dimensão pelo menos uma vez ao ano. Isso, em sua maioria, indica que esses profissionais se sentem realizados em suas carreiras na área contabil.

3.1 . ANÁLISE QUALITATIVA

Ao se fazer a análise, reuniu-se as perguntas em duas: “Como a pressão no trabalho tem afetado sua vida profissional e pessoal e Você sente que tem apoio adequado da sua equipe ou da liderança para enfrentar os desafios do trabalho?”. As narrativas qualitativas ofereceram uma visão detalhada das interações diárias e das relações interpessoais no ambiente profissional

“Como a pressão no trabalho tem afetado sua vida profissional?”

Pessoa 1: *“me sinto esgotado e sem vontade de realizar algumas outras atividades, fico frequentemente pensando no trabalho enquanto estou fora dele, isso é desgastante."*
Pessoa 2: *“Perco estímulo e energia pra fazer atividades que eu gosto, tempo de vida com a família e amigos”.*
Pessoa 3: *“Me sinto mais ansiosa, emotiva”*
Pessoa 4: *“No momento só a vida pessoal mesmo.”*
Pessoa 5: *“Intermedio entre as vezes boa e as vezes ruim”*

Pessoa 6: *“Geralmente a sobrecarga dentro da área contábil desestabiliza um pouco meu emocional, devido a quantidade de obrigações rotineiras serem superiores a remuneração da área.”*
Pessoa 7: *“Atualmente não tem afetado”*

Nessa parte da pesquisa qualitativa sobre o burnout, uma parte significativa dos participantes expressou sentir-se afetada pela pressão no trabalho, tendo impactos tanto em sua vida profissional quanto pessoal. As narrativas detalhadas revelaram a complexidade das experiências individuais diante das demandas laborais.

Os relatos destacaram a percepção de uma pressão constante no ambiente de trabalho, resultante de cargas excessivas, prazos apertados e expectativas elevadas. Os participantes descreveram como essa pressão influenciou negativamente seu desempenho profissional, levando a sentimentos de exaustão, desmotivação e até mesmo questionamento sobre a continuidade na carreira.

Além do impacto profissional, os relatos evidenciaram como a pressão no trabalho transcende para o âmbito pessoal. Participantes mencionaram dificuldades em manter o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, afetando relacionamentos, saúde mental e bem-estar geral.

No tocante, a pergunta: “Você sente que tem apoio adequado da sua equipe ou da liderança para enfrentar os desafios do trabalho?”, os dados obtidos demonstraram que metade dos respondentes expressaram não se sentir apoiados compartilharam experiências que sugerem uma lacuna nas práticas organizacionais, como falta de reconhecimento ou ausência de recursos para lidar com o estresse.

Esses resultados enfatizam a importância de considerar não apenas os indicadores tradicionais de burnout, mas também os fatores contextuais e relacionais que podem contribuir para o surgimento desse fenômeno. Uma abordagem qualitativa permite uma compreensão mais profunda das nuances emocionais e sociais, proporcionando informações valiosas para orientar estratégias de prevenção e intervenção.

Essa parte da pesquisa destaca a necessidade de as organizações avaliarem de forma crítica suas práticas de apoio, promovendo ambientes de trabalho mais saudáveis e resilientes. As conclusões qualitativas podem servir como base para

iniciativas que visem melhorar a cultura organizacional, fortalecer as relações entre colegas e criar condições que minimizem os riscos de burnout.

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conduzida investigou a possível presença da síndrome de Burnout em profissionais da área contábil na Paraíba. Para discernir as dimensões dessa síndrome, empregou-se o questionário de MBI e questões abertas, aplicado integralmente aos participantes e posteriormente dividido em três partes, abordando as dimensões de exaustão emocional, despersonalização e realização profissional.

Vale ressaltar que o estudo se baseou em um questionário autoadministrado pelos participantes, representando o primeiro passo para identificar possíveis agentes estressores que podem contribuir para o desenvolvimento da síndrome de Burnout. No entanto, uma análise mais aprofundada do nível de probabilidade do desenvolvimento da patologia e uma identificação precisa demandam etapas subsequentes no processo de pesquisa para uma avaliação abrangente dessa doença, além do questionário aplicado, é imperativo realizar uma análise clínica conduzida por um profissional competente na área da saúde.

Este estudo permitiu examinar as dimensões da síndrome de Burnout e sua incidência nos participantes. Pode-se concluir que os profissionais da área contábil demonstram uma tendência significativa ao desenvolvimento da síndrome, evidenciada pela partilha de sentimentos e sintomas associados à patologia, em detrimento de sua rotina de trabalho.

A colaboração dos escritórios contábeis em aceitar participar da pesquisa foi a principal dificuldade encontrada. A pandemia e a relutância em abordar a saúde mental como um tema relevante contribuíram para a resistência em permitir que os funcionários respondessem à pesquisa. Propõe-se, diante disso, estudos futuros que abordem temas sobre a saúde mental dos profissionais da contabilidade, visando uma amostra mais ampla para validar ou refutar os resultados deste estudo.

Esta pesquisa possibilita que os profissionais da área contábil se familiarizem com a síndrome, adotando medidas preventivas para evitar seu surgimento e demonstrando uma preocupação mais abrangente com a saúde mental. Para os empregadores, o estudo oferece uma compreensão mais profunda dessa enfermidade, promovendo uma consciência de preservação dos trabalhadores,

melhorando o clima organizacional e identificando e apoiando aqueles que enfrentam desgaste emocional, evitando que desenvolvam a síndrome e precisem se afastar de suas atividades laborativas.

REFERÊNCIAS

1. ANDREWS, Susan. **Stress a seu favor:** como gerenciar a sua vida em tempos de crise. São Paulo: Ágora, 2003.

2. Antunes, R. (2018). **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo.

3. ARAÚJO, Dara Nascimento et al. **Aumento da Incidência de Síndrome de Burnout nas atividades laborais durante a pandemia de COVID-19**. Mosaico-Revista Multidisciplinar de Humanidades, v. 12, n. 2, p. 85-90, 2021.

4. ALENCAR, Bruno Eduardo Rocha et al. **Compreendendo o adoecimento mental pelo esgotamento profissional da Síndrome de Burnout:** uma revisão integrativa Understanding Burnout Syndrome mental illness: an integrative. Brazilian Journal of Health Review, v. 5, n. 1, p. 2642-2658, 2022.

5. APOLLINÁRIO, Fábio. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122424/> . Acesso em: 19 out. 2023.

6. BRASIL Ministério Saúde. **Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus COVID-19.** Brasília: Ministério Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2023.

7. BENDASSOLLI, Pedro F. **Mal-estar no trabalho:** do sofrimento ao poder de agir. Revista Subjetividades, v. 11, n. 1, p. 65-99, 2016. Disponível em: < https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/4977> . Acesso em: 05 set. 2023.

8. BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria Teresa (Org.) **Burnout:** quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São paulo: Casa do Psicólogo, 2022.

9. BITTENCOURT, Renato Nunes. **Pandemia, Isolamento Social e Colapso Global.** Revista Espaço Acadêmico. V. 19. N. 221, Mar/abr, 2020. Disponível em: < https:<//periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52827> Acesso em: 15 out. 2023.

10. CAVALACHE, Nayara Henrique; RODRIGUES, Larissa Vasconcelos. **A Percepção dos Profissionais de Contabilidade sobre o Estresse Laboral na Região do Cariri.** ID on line. Revista de psicologia, v. 12, n. 42, p. 465-480, 2018.

11. CARDOSO, Josiane Viana et al. **Estresse em estudantes universitários:** uma abordagem epidemiológica. Rev. enferm. UFPE online, p. [1-7], 2019. Disponível:< file:///C:/Users/Digital/Downloads/wandenf,+Art+48.+241547+OEN+PUB.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023

12. CARLOTTO, M. S., & CÂMARA, S. G. (2008). **Análise da produção científica sobre a Síndrome de Burnout no Brasil.** Psico, 39(2), 152-158.

13. CODO, Wanderley & VASQUES-MENEZES, Iône. **O que é Burnout?** Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/jornaldoprofessor/midias/arq/Burnout.pd Acesso em: 14 out. 2023.

14. DA SILVA, Merian Correia; DE OLIVEIRA, Eloiza Helena Brito; DA SILVA, Luciane Barbosa. **Saúde mental, trabalho e psicologia.** Research, Society and Development, v. 11, n. 5, p. e47511527593-e47511527593, 2022. Disponível: < https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27593/24760>. Acesso em: 20 out. 2023.

15. DA SILVA ZONATTO, Vinícius Costa; DA SILVA, Alini; GONÇALVES, Michele. **Influência da motivação para o trabalho no comprometimento organizacional.** Revista de Administração IMED, v. 8, n. 1, p. 169-190, 2018.

16. DOS SANTOS GALVÃO, Nadielli Maria; DOS SANTOS GALVÃO, Nédia Maria Bizarria. **Síndrome de Burnout e o profissional contábil:** quando trabalhar se torna pesado. Revista de Carreiras e Pessoas, v. 7, n. 3, 2017.

17. FRANCO, Márcia Villar et al. **Síndrome de Burnout e seu enquadramento como acidente do trabalho**. Revista Científica Intraciência, e, v. 17, p. 1-13, 2019. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20190312105103.pdf . Acesso em: 12 set 2023.

18. FILIPPE, Marina; BONFIM, Murilo. **Precisamos falar sobre burnout**. Revista Exame, 2020. Disponível em <https://exame.com/revista-exame/burn-out/>. Acesso em: Acesso em: 12 set 2023

19. FREUDENBERGER, H. J. (1975). **The staff burn-out syndrome in alternative institutions.** Psychotherapy: Theory, Research & Practice, 12(1), 73-82.

20. GONDIM, Sônia; BORGES, Lívia de Oliveira O. **Significados e sentidos do trabalho do home-office:** desafios para a regulação emocional. *In*: ORIENTAÇÕES técnicas para o trabalho de psicólogas e psicólogos no contexto da crise COVID-19. 2020Disponível em:
http://emotrab.ufba.br/wp-content/uploads/2020/05/sbpot_tematica_5_Gondim_Borges.pdf.

21. Huda, K. N.; Ahmed, T.; Hossain, M. I (2020). **Influential Factors of Job Stress Associated with Accountancy in Bangladesh:** A Multivariate Analysis. Indian Accounting Review, 24 (1), June, p.55-59.

22. INSFRAN, Fernanda Fochi Nogueira; LADEIRA, Thalles Azevedo. **"Remédios? Eu Tomo Vários" –** Adoecimento e Medicalização Docente no Interior do Estado do Rio de Janeiro. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha [orgs.]. Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação. E-book. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2020.

23. ITOKAZU, Marcia Fumiku. **Estudo sobre a abordagem quali-quantitativa em dissertações de mestrados profissionais em educação**. 2023. Disponível: < https://repositorio.uninter.com/handle/1/1413>. Acesso em: 20 out 2023.

24. KAL, Claudia Betina Veiverberg; SIPPERT, Jaciara Treter**. Burnout**: uma análise da síndrome em profissionais da contabilidade na cidade de Panambi - RS, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Digital/Downloads/BURNOUT-UMA-AN%C3%81LISE-DA-S%C3%8DNDROME-EM-PROFISSIONAIS-DA-CONTABILIDADE-NA-CIDADE-DE-PANAMBI-%E2%80%93-RS%20(5).pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

25. KALIMO, Raija et al. The challenge of changing work and stress for human resources. The case of Finland. 2000. Disponível: < file:///C:/Users/Digital/Downloads/toidaishi058030349%20(1).pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

26. LOZADA, Gisele.; NUNES, Karina.da. S. **Metodologia Científica.** Porto Alegre: Sagah, 2019.

27. LIMA. O. **Síndrome de Burnout**. Publicado em 20 out. 2007. Acesso em 10 mai. 2020. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/sindrome-deburnout/2450/#ixzz2e3u7jyBA >. Acesso em: 11 set. 2023.

28. LHUILIER, Dominique. **O agir em psicossociologia do Trabalho**. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013

29. MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/>. Acesso em: 16 nov. 2023

30. MASLASH, C. SCHAUFELI, W & MAREK, T. **Professional Burnout:** Recent Development in Theory and Research. Taylor & Francis, Cap. 1, p 2-6. 1993.

31. MASLACH, Christina & SCHAUFELI, Wilmar B. & LEITER, Michael. **Job Burnout.** Annual Review of Psychology. Feb. 2001. Disponível em: < https:< //www.researchgate.net/publication/228079161_Job_Burnout > Acesso em: 15 out. 2023

32. MINGHETTI, L. R.; KANAN, L. A.; ROCHA, G. **Saúde Mental do Trabalhador:** Transtornos mentais e do comportamento relacionados com o trabalho que podem, em alguma medida, estar associados ao suicídio laboral. Ries, v.3, n. 1, p.105-143, 2018. Disponível em: https://periodicos. uniarp.edu.br/ries /article/view/207. Acesso em: 27 nov. 2023.

33. MORAES, Cláudio Zanutim; MARTELO, Marcelo Ricardo; DE LOURDES NOGUEIRA, Maria. **Qualidade de Vida no Trabalho:** análise de um escritório de contabilidade. Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde, v. 40, n. 1, p. 79-93, 2013. Disponível em:
< https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/2695>. Acesso em: 02 set.2023.

34. MOREIRA, Davi de Souza et al. **Prevalência da síndrome de burnout em trabalhadores de enfermagem de um hospital de grande porte da Região Sul do Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 25, n. 7, p. 1559-1568, 2009.Disponível em:< https://www.scielosp.org/pdf/csp/v25n7/14.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

35. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Burnout. Disponível em:
<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20ou%20S%C3%ADndrome,demandam%20muita%20competitividade%20ou%20responsabilidade>.
Acesso em: 4 set. 2023.

36. Nolli, J. G., Mazzioni, S., & Magro, C. B. (2 0 1 8). **Percepção de estudantes e egressos de ciências contábeis sobre a adesão das empresas brasileiras às IFRS**. Acesso em: 27 nov. 2023.

37. SANTOS, Willayne Oliveira dos. **Estresse ocupacional na rotina de trabalho dos estudantes de Ciências Contábeis da UFPE**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: < https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/47897>. Acesso em: 29 out. 2023.

38. SANTOS, M. 7 **dicas para lidar com o estresse na carreira contábil**. Joinville, 02 mai. 2018. Disponível em: https://bit.ly/2xuYvEz. Acesso em: 11 ago. 2019.

39. SILVA, J. E. A.; SILVEIRA, C.; MATOS, C. V. G. **Níveis de Estresse dos Contabilistas Atuantes em Escritórios Contábeis de Uberlândia.** Revista Mineira de Contabilidade. ISSN 2446-9114, Belo Horizonte/MG, v. 16, n. 3, art. 1, p. 5-16, set./dez. 2015. Disponível em http://revista.crcmg.org.br. Acesso em 05: ago. 2023.

40. SÉPE, Ana Carla Horst. **Estresse x Trabalho:** Qualidade de vida nas organizações. Monografia (Curso de Especialização em RH-Gestão de Pessoas e Competências), Centro Universitário Filadélfia-UNIFIL, **Londrina**, 2011. Disponível em: < https://web.unifil.br/pergamum/vinculos/000006/00000697.pdf>. Acesso em: 14 set 2023.

41. OLIVEIRA, Raquel Fátima de & LIMA, Gilberto Gonçalves de & VILELA, Gláucia de Sousa. **Incidência da Síndrome de Burnout nos profissionais de enfermagem:** uma revisão integrativa. Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro. V.7, 2017. Disponível em:
< http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1383 > Acesso em: 14 out. 2023

42. Passoni, M. D, Correia, G. B., & Borçato, E. C. (2 0 1 8). **Características qualitativas das demonstrações contábeis à luz da nova estrutura conceitual:** um estudo de caso. Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR, Umuarama, v. 1 9 (2): 2 5 7 - 2 7 2, jul. / dez. http s: / / core. ac. uk/ download/ pdf/ 2 3 5 5 7 9 5 0 8 pdf

43. RIBEIRO, Larissa Maciel; DE ALMEIDA VIEIRA, Thayana; NAKA, Karytta Sousa. **Síndrome de burnout em profissionais de saúde antes e durante a pandemia da COVID19**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 12, n. 11, p. e5021-e5021, 2020.

Disponível em: < https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5021/3280> . Acesso em: 18 set. 2023.

44. SCHAUFELI, W. B.; ENZMANN, D. **The burnout companion to study and practice:** a critical analysis. London: Taylor and Francis, 1998.

45. SILVA, Annamélia Ariadnyes Vieira Ribeiro da. **A relação entre trabalho e saúde mental do profissional contábil paraibano**. 2020. Disponível em: < https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17400/1/AAVRS04052020.pdf> . Acesso em: 05 out. 2023.

46. SILVA, L. C.; SALLES, T. L. A. **O estresse ocupacional e as formas alternativas de tratamento**. ReCaPe., v. 6, n. 2, 2021. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/ReCaPe/article/view/29361/20 473. Acesso em: 27 nov. 2023.

47. SUCCAR JUNIOR, F. **Níveis de estresse dos contabilistas do estado do Rio de Janeiro**. 2012. 97 f. Dissertação (Mestrado em Controle de Gestão) - Faculdade de Administração e de Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4351. Acesso em: 13 out. 2023.

48. UTZIG, Douglas Vinícius et al. **Tradutores e intérpretes de língua de sinais (tils):** aspectos geradores de sofrimento psicossocial relacionados ao trabalho. Humanidades & Inovação, v. 7, n. 26, p. 275-293, 2020. Disponível em:< https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3402>. Acesso em: 20 out. 2023.

49. IAO, H. et al. Social capital and sleep quality in individuals who self-isolated for 14 days during the coronavirus disease 2019 (COVID-19). **Medical science monitor:** international medical journal of experimental and clinical research, v. 26, p. 1-8, 2020. Disponível em:

< https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7111105/>. Acesso em: 12 out. 2023.

50. ZANATTA, A. B.; LUCCA, S. R. **Prevalência da síndrome de Burnout em profissionais da saúde de um hospital oncohematológico infantil**. Rev. Esc. Enferm. USP, v. 49, n. 2, p.253-258, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342015000200253&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 nov. 2023.

51. ZONATTO, Vinícius Costa da Silva et al. **Efeitos das vivências de prazer e sofrimento patogênico no trabalho de profissionais da área de contabilidade**. 2021. Disponível em:
< https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/60340/1/2021_art_vcszonatto.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

OS IMPACTOS DO TELETRABALHO PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB

Idayana Aguiar de Meira Lima[26]
Christiane Patrícia Ferraz Rabêlo[27]

RESUMO

A pandemia do Covid-19 no mundo, além de causar vários problemas de saúde e mortes, trouxe também mudanças cotidianas na vida das pessoas, alguns reflexos desse cenário impactaram o mundo do trabalho e algumas leis trabalhistas, como por exemplo o Teletrabalho que ficou mais evidente no período de pandemia, que já era uma prática adotada por algumas empresas e em alguns países sem necessariamente interromper as atividades laborais, preservando assim a vida e o emprego das pessoas. A presente pesquisa tem como objetivo investigar: Quais os Impactos do Teletrabalho para o Profissional Contábil no Município de João Pessoa – PB? A metodologia utilizada será o levantamento, de natureza quali-quantitativa, pois na fase inicial será feita uma análise quantitativa dos dados e só depois um apanhado dessa quantificação de forma mais subjetiva, interpretando e analisando os dados obtidos na abordagem quantitativa, sendo adotado um questionário online através do google forms direcionado para os profissionais contábeis. A pesquisa nos direcionou para uma breve análise da importância do Teletrabalho, que trouxe pontos positivos para a qualidade do trabalho realizado remotamente e a satisfação do profissional contábil na realização desse formato de trabalho, gerando assim uma nova possibilidade de se repensar a adoção do mesmo, não só como um plano b, mas como probabilidade de uma implantação mais efetiva.

Palavras-chaves: Pandemia; Teletrabalho; Profissional Contábil.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic in the world, in addition to causing several health problems and deaths, also brought daily changes to people's lives. Some consequences of this scenario impacted the world of work and labor laws, such as Teleworking, which became more evident during the pandemic period, without necessarily interrupting work activities, thus preserving people's lives and jobs. This research aims to investigate: What are the Impacts of Teleworking for Accounting Professionals in the Municipality of João Pessoa – PB? The methodology used was a survey, of a qualitative and quantitative nature, as in the initial phase a quantitative analysis of the data was carried out and only then an overview of this quantification in a more subjective way, interpreting and analyzing the data obtained in the quantitative approach, with a questionnaire being adopted. online through Google Forms aimed at accounting professionals. The research directed us to a brief analysis of the

[26] Graduanda do Curso de Ciências Contábeis no Uniesp – Centro Universitário. E-mail: idayanameira@gmail.com
[27] Professora Orientadora, Graduada em Direito pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba e Psicologia pelo Centro Universitário, Especialista em Direito Tributário pelo Instituto de Educação Superior. Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis, nas disciplinas de Direito. E-mail: prof88@iesp.edu.br. Endereço para acessar o CV: http://lattes.cnpq.br/3367392789004823.

importance of Teleworking, which brought positive points to the quality of work carried out remotely and the satisfaction of accounting professionals in carrying out this work format, thus generating a new possibility of rethinking its adoption, not only as a plan b, but as a probability of a more effective implementation.

Key Words: Pandemic; Teleworking; Accounting Professional.

1 INTRODUCÃO

Diante da crise sanitária da Pandemia do Covid-19 no mundo em 2019, além do vírus que causou várias mortes, e uma mudança cotidiana na vida das pessoas, surgiu também alguns reflexos desse cenário no mundo do trabalho e nas leis trabalhistas, como por exemplo o Teletrabalho que já era uma prática adotada por algumas empresas e em alguns países, e que ficou mais evidente no período de Pandemia, sendo considerada uma medida de prevenção do vírus, e de isolamento social, sem necessariamente interromper as atividades laborais, preservando assim a vida e o emprego das pessoas.

A pesquisa se torna relevante, por ser algo que alterou a vida das pessoas, tanto do ponto de vista pessoal como na forma de trabalho, que pode ser realizado em casa ou em qualquer outro lugar, que não seja nas dependências da empresa, mas que pode trazer impactos tanto positivos como negativos para a vida das pessoas, conciliar a demanda do trabalho com a rotina do dia a dia, dentro da sua própria casa pode ser uma tarefa muitas vezes complicada, já para outras pessoas pode ser uma proposta confortável, por motivos de locomoção e flexibilidades nos horários.

Segundo o MANUAL DO TELETRABALHO TST, 2020:

> O teletrabalho é uma prestação de serviço preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias da informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam trabalho externo.

O Teletrabalho foi uma ferramenta buscada como alternativa de proteção tanto para a vida, como para os empregos. Atualmente tem sido adotado por algumas empresas, já que foi aprovada pela Medida Provisória 1.108/2022 (AGÊNCIA SENADO, 2022) e atualmente encontra-se inserida no art.75-B da CLT (2022) que é considerada como a prestação de serviço realizada fora das dependências da empresa, de forma preponderante ou híbrida, e que não pode ser considerada trabalho externo, sendo assim deverá constar de modo expresso no contrato de trabalho. Trabalho a distância, home office e remoto são outras maneiras de chamar o teletrabalho.

A era digital atualmente é uma tendência, que busca competências e habilidades para o exercício do ofício de maneira satisfatória, e o profissional contábil vem acompanhado essa mudança, seja através da implantação de novos sistemas, que modernizaram e facilitaram o trabalho nessa área como: realização de balanços, resolução de problemas com a Receita Federal, calcular impostos, fazer declarações de imposto de renda entre outros, e por meio do Teletrabalho, porém com um diferencial, o Contador poderá executá-lo na sua própria residência ou em qualquer outro lugar que não seja dentro da empresa.

Vários fatores juntos ou isolados podem impactar o desenvolvimento desse novo formato de trabalho, conciliar o trabalho dentro de casa aliado ao convívio familiar, flexibilização de horários, locomoção, comodidade, dificuldades com sistema, saúde mental devido a drástica mudança na sua rotina. Assim seja, esses impactos poderão ser positivos ou negativos de acordo com a percepção e a vivência de cada profissional.

Poder exercer as atividades de trabalho em sua própria residência ou em qualquer outro lugar, aliando a contabilidade com a tecnologia da informação, pode trazer várias percepções, e essa pesquisa é destinada a buscar: Quais os Impactos do Teletrabalho para o Profissional Contábil no Município de João Pessoa – PB? E assim contribuir para a compreensão do tema em questão, pois além de ser uma prática exercida de forma tímida a algum tempo, aqui no Brasil vem ganhando espaço e acabou se fortalecendo com a Pandemia do Covid-19.

Pois de acordo com Stürmer e Fincato (2020, p.344) “o trabalho telemático foi admitido pela legislação brasileira apenas em 2011 e o teletrabalho somente foi formalmente reconhecido e regrado na Reforma Trabalhista, em 2017”. Com a pandemia do Covid-19, ganha mais popularidade e destaque, de acordo com o art. 3ºda Medida Provisória 927 (2020), que trata do enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes de calamidade pública e para preservação do emprego e da renda.

Segundo Tremblay (2022) torna-se claro, a partir de diversos estudos porque as empresas têm se interessado pelo teletrabalho - aumento de produtividade, redução dos espaços de escritório, aumento da qualidade do trabalho.

Como o Teletrabalho passou a ser uma realidade no cotidiano de vários profissionais da contabilidade, é importante avaliar a importância desse novo formato de trabalho na vida das pessoas, e se o mesmo tem trazidos aspectos

positivos ou negativos nesse processo evolutivo que vem ganhando cada dia mais espaço e relevância no mundo do trabalho.

O objetivo geral dessa pesquisa é avaliar os impactos do teletrabalho para o profissional contábil no município de João Pessoa – PB, e os objetivos específicos são identificar os pontos positivos e negativos na vida desse profissional; contribuir para um melhor desempenho desse novo conceito de trabalho do ponto de vista da contabilidade e abordar como as leis impactaram nesse processo.

A metodologia utilizada para avaliar os impactos (positivos e negativos) do Teletrabalho para os profissionais contábeis do Município de João Pessoa – PB foi a pesquisa básica e descritiva; a abordagem do problema foi submetida a uma pesquisa quali-quantitativas e com relação aos procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica, levantamento e a pesquisa Ex-Post Facto. Tamanho da amostra no Brasil: 34; início:13/11/2023 e término: 06/12/2023.

O presente artigo foi estruturado em cinco etapas: introdução, fundamentação teórica, metodologia da pesquisa, levantamento e análise de dados e considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O TELETRABALHO A PARTIR DA CRISE DA PANDEMIA DO COVID-19

Em 31 de dezembro de 2019, o mundo começava a vivenciar vários casos de pneumonia na China. Pois segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2019), “tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos”.

O coronavírus “são uma grande família de vírus comum em muitas espécies diferentes de animais, incluindo o homem, camelos, gados, gatos e morcegos” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Sendo uma infecção respiratória aguda ocasionada pelo coronavírus SARS-CoV-2, considerado grave e bastante transmissível.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020 anunciou que o surto do novo coronavírus se tratava de uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), de acordo com o Regulamento Sanitário

Internacional e buscou a cooperação, solidariedade e coordenação mundial para cessar esse vírus.

E em 11 de março de 2020, o surto dessa doença foi caracterizada pela OMS, como uma pandemia, produzindo repercussões não só de natureza patológica, mas impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos.

> A estimativa de infectados e mortos concorre diretamente com o impacto sobre os sistemas de saúde, com a exposições de populações e grupos vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamentos e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transportes entre outros (FIOCRUZ, 2021).

O risco de contaminação pela doença impôs ao mundo a adoção de diversas medidas sanitárias e alterou comportamentos e hábitos. Foi necessário a tomada de ações enérgicas para a contenção da mobilidade social, como quarentena e isolamento, e o desenvolvimento e aplicações de medicações e vacinas para o controle da pandemia, pois além de ter gerado danos à saúde e a vida das pessoas, a economia também foi afetada, principalmente no que tange as questões relacionadas a emprego e renda, fato que desencadeou um novo formato de trabalho e algumas alterações nas leis trabalhistas.

> No contexto de uma pandemia, o planejamento e a resposta para as questões que envolvem o bem-estar da população não são simplesmente técnicos, mas de como interagem os papéis do governo, da população e da mídia mediante a responsabilidade coletiva e são intrinsecamente político-sociais. Neste víeis, o Estado se coloca em uma posição difícil entre conciliar as necessidades de isolamento com as consequências econômicas – de menos arrecadação – e sociais – uma vez que o ser humano é um ser social (MOREIRA, 2022 p. 3).

A pandemia fez com que mecanismos tecnológicos, conhecidos como a 4ª Revolução Industrial, fossem rapidamente incorporados ao dia a dia. O teletrabalho,

que antes era apenas uma alternativa bem distante, já se consolida como modalidade de trabalho eficaz e inovadora, com vantagens tanto para o empregador quanto para o empregado.

2.1.1. Impactos desse cenário na Reforma Trabalhista

O Direito do Trabalho é considerado um ramo autônomo do ordenamento jurídico, situado no rol dos Direitos Sociais no artigo 6° da Constituição Federal (1988, p.10) “ são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Diante da Pandemia do Covid-19, além de um problema sanitário, que impactou a vida das pessoas, emergiram também preocupações com a saúde das empresas, além de questões empregatícias, visto que o principal desafio passou a ser a manutenção dos postos de empregos (TEIXEIRA, 2022). Nesse contexto, em um curto espaço de tempo, as sociedades encontram-se em uma realidade inimaginável, que exige soluções mais céleres e inovadoras, no âmbito trabalhista.

Então para que alguns desses direitos fossem assegurados, depois da proteção a vida, o trabalho era o pilar para garantia dos outros direitos, em meio a uma pandemia foi necessário rever e alterar algumas leis para garantir a sobrevivência e a fonte de renda das pessoas. Para que os empregos fossem mantidos foram necessárias a modificação e a adoção de leis trabalhistas.

Lei 14.437, que dispõe sobre:

> Autoriza ao Poder Executivo Federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo poder Executivo Federal (LEI 14.437, 2022).

Para que houvesse a preservação do emprego e as pessoas pudessem auferir renda foram criadas algumas medidas trabalhistas alternativas como: o

teletrabalho, a antecipação de férias individuais, a concessão de férias coletivas, o aproveitamento a antecipação de feriados, o banco de horas e a suspensão do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Segundo o inciso 2º; art. 2º da Lei 14.437 (2022), O prazo para tais medidas seria de 90 dias, prorrogável enquanto perdurar o estado de calamidade pública, em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal reconhecido pelo Poder Executivo Federal.

2.2. O QUE É O TELETRABALHO?

Segundo Miranda (2020), as novas tecnologias aliadas a reestruturação da economia despertaram nas organizações a pensarem na realização do trabalho sob diferentes maneiras. O uso do computador e a possibilidade de executar tarefas a distância possibilitaram o surgimento do teletrabalho nas organizações.

O termo teletrabalho está associado ao trabalho realizado remotamente, por meio de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), possibilitando a obtenção dos resultados do trabalho em um local diferente daquele ocupado pela pessoa que o realiza (ROCHA e AMADOR, 2018).

Teletrabalho caracteriza-se por ser uma modalidade em que o serviço é realizado fora das dependências do empregador, com a utilização de recursos tecnológicos. Com o auxílio dos diversos sistemas, aplicativos e outras ferramentas de inteligência artificial foi possível manter a execução de grande parte das atividades profissionais a distância, sobretudo as intelectuais.

De acordo com Garcia (2018), o Teletrabalho é um avançado instrumento de trabalho, que une a produtividade com a qualidade de vida do trabalhador. Para que o teletrabalho aconteça de forma segura e concreta, as pessoas precisam estar seguras e confiáveis, sendo capazes de administrar o seu tempo e determinar prioridade de maneira adequada.

Definições, de acordo com alguns autores:

> O trabalho virtual em secretariado executivo corresponde a uma nova forma de organização do trabalho, relacionando-se com a flexibilidade das estruturas, anteriormente tradicionais e centralizadas, estando, portanto, articulado a desagregação do

> emprego clássico, emergindo como uma nova oportunidade de atuação secretarial (SILVA et. al., 2022, p. 48).

O Teletrabalho foi surgindo como uma tendência aliada as novas tecnologias, na busca de novas ferramentas que pudessem ser agregadas a modernidade no mundo do trabalho, disponibilizando novos meios para que as empresas e o trabalhador dessem continuidade a sua produtividade laboral, produzindo e interagindo de outros espaços que não fossem apenas no ambiente das organizações.

> A comunicação remota é a base da construção da relação de trabalho entre funcionário e gerente, permitindo ao gestor avaliar o desempenho, dar feeldbacks e até traçar estratégias para o desenvolvimento profissional, confirmando também que o trabalho remoto pode trazer benefícios, mas também desafios às organizações, aos gestores, aos trabalhadores e a sociedade de um modo geral (SILVA et. al., 2022, p. 48).

Esse novo formato de trabalho, vem modificando os antigos paradigmas e trazendo em seu conceito aspectos tantos positivos quanto negativos, é a partir desse viés que é importante destacar os impactos que essa nova concepção de trabalho vem trazendo em seu bojo, dinamizando as relações trabalhistas.

2.2.1. Como surgiu o Teletrabalho

O Teletrabalho era associado com os primeiros inventos do telégrafo óptico ou sinaleiros, por volta de 1793, era baseado em pêndulos de relógios colocado com duas hastes e agulhas no topo das edificações. O mecanismo era visto de longe, utilizado como código de transmissão e de conhecimento aos seus operadores.

De acordo com (ROCHA e AMADOR 2018 p.153),

> Há registros sobre a realização do trabalho a distância desde os anos 1950, sendo que nas décadas de 1960 e 1970 não era incomum a prática do trabalho em casa para a produção de

> vestuário, têxteis e calçados, embalagem e montagem de materiais elétricos.

A evolução do Teletrabalho para a humanidade desenvolve-se no decorrer do tempo, trazendo em seu processo evolutivo a interação entre a tecnologia e o trabalho. Entende-se que a distância entre o gestor e o indivíduo que presta o serviço concretiza o elemento geográfico, ou seja, o lugar, e a ferramenta de desenvolvimento desse trabalho é o elemento tecnológico.

> O trabalho remoto menos vinculado à produção industrial e necessariamente ligado ao uso de TIC tem suas primeiras concepções apresentadas nos anos 1970, com o surgimento do termo e a convergência das noções de “trabalho a distância” e “trabalho em casa”, a passagem dos anos 1970 para os 1980 surgiram diversas experiências de teletrabalho como alternativa para reduzir o movimento de deslocamento casa-trabalho e trabalho-casa (ROCHA E AMADOR, 2018 p. 153).

No Brasil o teletrabalho ficou mais conhecido e funcional no período da pandemia do novo coronavírus em 2020, porém o assunto que parece atual, mas já existe há bastante tempo e faz parte da legislação brasileira, há quase uma década. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera mais usual optar pelo termo teletrabalho (telework, em inglês), mas destaca categorias específicas dentro dele.

> Em seu processo sistemático, o teletrabalho deve ser conceituado quanto a diferentes variáveis: a) local/ espaço de trabalho; b) horário/tempo de trabalho (integral ou parcial); c) tipo de contrato (assalariado ou independente); e d) competências requeridas (conteúdo do trabalho) (ROCHA e AMADOR, 2018 p. 154).

Então o teletrabalho caracteriza-se por ser prestado em maior parte do tempo fora das dependências do empregador, com o uso de recursos tecnológicos e não sendo considerado trabalho externo e que atualmente encontra-se inserido nos parágrafos das leis trabalhistas.

2.2.3. Legislação brasileira acerca do Teletrabalho

Neste tópico serão abordadas algumas leis que tratam da modificação das leis trabalhistas para a modalidade do Teletrabalho. Uma das principais foi a Lei 14.437 que visava a Manutenção do Emprego e da Renda. Pois de acordo com o Art. 1º, inciso 1º são objetivos desta lei:

> I - preservar o emprego e a renda;
> II - garantir a continuidade das atividades laborais, empresariais e das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos: e
> III- reduzir o impacto social decorrente das consequências de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo Federal (LEI 14.437, 2022 p. 3).

Artigos da CLT que tratam do Teletrabalho:

Art. 75-A dispõe sobre a prestação de serviço pelo empregado em regime de teletrabalho, disponibilizando assim esse novo formato de trabalho;

Art. 75-B Considera o teletrabalho como uma prestação de serviço fora das dependências do empregador, utilizando como recurso a tecnologia da informação, e o não comparecimento do empregado nas dependências do empregador não descaracterizando o formato de trabalho, o dispositivo legal assim vincula as características do teletrabalho de forma sistematizada, identificando-o como uma mera forma diferenciada de exercer o trabalho.

É importante ressaltar que o teletrabalho pode ser considerado a partir de modalidades que levam em consideração o lugar em que preponderantemente estiver o teletrabalhador e a intensidade do contato telemático entre este e o empregador. Assim, quanto a localização, o teletrabalho poderá ser classificado como:

- em domicílio (home office): quando o trabalhador fixa o local de trabalho em sua residência, instalando ali pequena estação com acesso a meios de

comunicação e utilizando de estrutura própria ou cedida pela empresa para prestar os serviços contratados.

- em centros satélites: locais para trabalho pertencentes ao empregador, que não se constituem filiais (em seu conceito civil-fiscal). Estes locais não possuem estrutura organizacional (não há chefias, subordinados, etc.), sendo meros espaços de apoio para prestação de serviços pertencentes unicamente à empregadora.
- em telecentros: que diferem dos anteriores pelo fato de serem compartilhados (estrutura e recursos) entre duas ou mais empresas.
- em telecottages: espaços (também) para trabalho, situados em regiões rurais ou de difícil acesso e, normalmente, de menor escolaridade, quase se confundindo com os telecentros, não fosse o particular de sua localização e a possibilidade de parcerias público-privadas para sua instalação (uma vez que a estrutura poderá servir, também, à educação e capacitação da população regional, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas de emprego, por exemplo, notoriamente na modalidade EAD). Sua virtude é atrair mão de obra qualificada, naturalmente migrante aos grandes centros urbanos, para regiões que potencialmente sofrem com o êxodo laboral.
- móvel (ou nômade): nele não há determinação quanto ao local de prestação do serviço. Qualquer lugar pode ser espaço de trabalho, desde que o teletrabalhador disponha das ferramentas necessárias para tal (atualmente, um smartphone atende bem estas necessidades) (STÜMER E FINCANTO, 2020, P.347).

Art. 75-C Essa modalidade de trabalho deverá ser expressa no contrato de trabalho, assim como as atividades exercidas pelo empregado, e para que haja alguma alteração nesse regime, deverá acontecer um acordo mútuo entre as partes, essa forma expressa escrita se justifica em virtude da quantidade de temas que devem ser regrados de forma pontual entre as partes. Poderá haver variação das condições contratuais, o teletrabalho surgir como opção da relação laboral ou esse regime poderá ser revertido ao originário formato, retornando ao presencial.

É importante ressaltar a necessidade da norma mais favorável, ou seja, a condição mais benéfica no caso do surgimento de algum regulamento ou cláusula contratual, estando o trabalhador já empregado (MIRANDA, 2019). Portanto os

novos formatos de trabalho devem atender a esses requisitos que favorecem o trabalhador, para que o mesmo não venha a ser prejudicado em sua demanda laboral.

A formalização desse regime é um contrato simples, entre empregado e empregador firmado previamente ou no prazo de 30 dias, contados da data da mudança do regime de trabalho (FENACON, 2022).

Art. 75-D A estrutura e o fornecimento dos equipamentos tecnológicos para a realização do teletrabalho, deverá ser formalizado em acordo escrito, atribuindo ao empregador disponibilizar ou ressarcir os custos eventualmente arcados pelo empregado, e também com despesas domésticas como por exemplo, energia, telefonia e internet.

Art. 75-E O empregador deverá instruir seus empregados quanto as doenças e acidentes de trabalho, para a questão de um saudável ambiente de trabalho, que preserve o equilíbrio e a salubridade do trabalhador.

> O habitat natural do ser humano uma das bases da sua sobrevivência, fornecendo todos os bens naturais à sua subsistência na Terra, e, por outro lado, sendo o trabalho a atividade que lhe permite a transformação desses bens em recursos essenciais à sua sobrevivência, forma-se o conceito de meio ambiente de trabalho sadio e equilibrado, em todos os aspectos. A proteção constitucional do meio ambiente significa a defesa da humanização do trabalho, não se limitando à preocupação com as concepções econômicas que envolvem a atividade laboral, mas, sim, com a finalidade do trabalho como espaço de construção do bem-estar, de identidade e de dignidade daquele que trabalha. Por fim, a proteção constitucional assegurada ao meio ambiente do trabalho, com enfoque ao seu equilíbrio, abrange os direitos humanos da pessoa do trabalhador, consubstanciando-se sua efetividade na própria garantia desse direito fundamental (SILVA, 2015, p.2).

Lei complementar 14.442/2022, alterações nos artigos da CLT na modalidade de Teletrabalho, incisos adicionados ao Art. 75-B:

§ 2º O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.

§ 3º Na hipótese da prestação de serviços em regime de teletrabalho ou trabalho remoto por produção ou tarefa, não se aplicará o disposto no Capítulo II do Título II desta Consolidação.

§ 4º O regime de teletrabalho ou trabalho remoto não se confunde nem se equipara à ocupação de operador de telemarketing ou de teleatendimento.

§ 5º O tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, bem como de *softwares*, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho, fora da jornada de trabalho normal do empregado não constitui tempo à disposição ou regime de prontidão ou de sobreaviso, exceto se houver previsão em acordo individual ou em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

§ 6º Fica permitida a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.

§ 7º Aos empregados em regime de teletrabalho aplicam-se as disposições previstas na legislação local e nas convenções e nos acordos coletivos de trabalho relativas à base territorial do estabelecimento de lotação do empregado.

§ 8º Ao contrato de trabalho do empregado admitido no Brasil que optar pela realização de teletrabalho fora do território nacional aplica-se a legislação brasileira, excetuadas as disposições constantes da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

§ 9º Acordo individual poderá dispor sobre os horários e os meios de comunicação entre empregado e empregador, desde que assegurados os repousos legais" (LEI 14.442/2022).

Já no Art. 75-C foi adicionado o inciso 3º que dispõe sobre eventuais despesas com o retorno do trabalho presencial.

> § 3º O empregador não será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, na hipótese de o empregado optar pela realização do teletrabalho ou trabalho remoto fora da localidade prevista no contrato, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes" (LEI 14.442/2022).

Inserido mais um Artigo 75-F, que priorizam empregados com deficiência e com crianças que tenham até 4 anos de idade para a modalidade de teletrabalho.

> "Art. 75-F. Os empregadores deverão dar prioridade aos empregados com deficiência e aos empregados com filhos ou criança sob guarda judicial até 4 (quatro) anos de idade na alocação em vagas para atividades que possam ser efetuadas por meio do teletrabalho ou trabalho remoto" (LEI 14.442/2022).

Diante de uma Pandemia para que os objetivos desta lei fossem cumpridos foi necessário criar meios para dar continuidade ao trabalho, garantindo a renda dos indivíduos e fazendo girar a economia do país. Com a criação de novas lei, vários empregos foram sustentados e o regime de trabalho acabou sendo mantido por algumas empresas de forma satisfatória.

No primeiro momento essas medidas foram criadas para atender a uma demanda emergencial de preservação da vida, através do isolamento social, para a manutenção dos empregos e dá continuidade ao processo de trabalho, porém foi uma solução tão assertiva que atualmente foi inserida como modalidade de trabalho, sendo criadas Medidas Provisórias, leis e normas, que foram regulamentadas e inseridas nos artigos da CLT.

“Formas tradicionais de organização do trabalho estão cedendo lugar a modelos e arranjos mais flexíveis, especialmente em tempos de mudanças nas organizações” (VILARINHO, 2021 p.1). O Teletrabalho tornou-se uma ferramenta de trabalho bastante eficaz, visto que a rotina trabalhista pode ser contínua, independentemente do local onde o empregado encontra-se, é importante salientar

que esse formato de trabalho trouxe direitos que lhe asseguram ou deveriam assegurar condições adequadas para exercer de forma segura e satisfatória suas atividades.

As leis que foram criadas a partir das Medidas Provisórias vigentes no período de pandemia, trouxerem benefícios para os empregados, pois afasta as diferenças entre o trabalho realizado dentro das organizações, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância.

2.3. A ORIGEM DA CONTABILIDADE

Segundo Mattes (2018), a contabilidade existe desde 8.000 a. C, pois as primeiras civilizações usavam para controle de suas riquezas e rebanhos, fazendo seus registros em fichas de barros, pois o homem necessitava controlar e armazenar seus bens, sendo originada no comércio, onde os comerciantes trocavam seus produtos, anotavam suas obrigações, seus direitos e os bens de terceiros.

Na realidade a contabilidade surge da necessidade de criar processos práticos para organizar e controlar o comércio, pois os comerciantes não possuíam conhecimento para a contabilização das suas receitas e despesas.

Um autor conhecido como Pacioli escreveu um livro intitulado de Summa de arithmetica, geométrica, proportioni et proportionalitá, que era como um tratado de matemática, porém, incluía um sistema de escrituração de partidas dobradas denominadas Particularis de Computis et Scripturis que foi o primeiro material divulgado que apresentava o método das partidas dobradas baseado em lançamentos contábeis. Quando o livro de Pacioli surgiu, já existia uma vasta escrituração contábil da época. A exemplo o Securities and Exchange Commission (SEC) em 1934, que tinha a finalidade de regular a contabilidade.

> A palavra contabilidade, originária do francês contabilité empregava-se para designar a arte de escriturar as contas revelando, pois, o aspecto meramente instrumental da disciplina. Os autores italianos a utilizavam apenas para indicar as aplicações especializadas aos diferentes setores da atividade econômica como contabilidade mercantil, bancária, agrícola, contabilidade pública. A ciência ou a doutrina contábil dão a eles o nome de “Ragioneria” no intento de

> sobrelevar aquela ao simples método ou à escrituração, etimologicamente, porém, ambas se equivalem (MATTES et al., 2018, p. 2).

Diversos registros contábeis são encontrados nas primeiras civilizações, um exemplo são os agricultores egípcios que pagavam os coletores de impostos com linhaça e cereais pelo uso da água para irrigação às margens do rio Nilo e recebiam os recibos em fichas de argila desenhadas com recipientes de cereais. Com o passar do tempo a contabilidade foi aprimorando seus processos, até que fosse incorporada enquanto ciência para o melhor desempenho das suas práticas.

Atualmente a contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio do ponto de vista financeiro e econômico, bem como suas técnicas e princípios são necessários ao controle, exposição, e a análise dos dados patrimoniais e de suas modificações. A contabilidade é também conhecida como uma ciência social que de acordo com as ações humanas modifica o patrimônio. Pode atuar em diversos setores socioeconômicos da sociedade, tem relevante importância de registrar as transações das empresas para que se mantenha dentro do mercado.

Conceituando a Contabilidade:

> A Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação necessárias à tomada de decisões sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial (MATTES et al., 2018, p.2).

A contabilidade é um instrumento que visa fornecer as informações de maneira correta e ágil as empresas para suas tomadas de decisões. Por isso, a contabilidade tem como principal objeto de estudo o patrimônio de pessoa física ou jurídica devendo atender as necessidades de cada empresa visando lucros ou não. Com o passar dos anos a contabilidade passou a ser usada pelo governo para arrecadação de impostos, tornando a contabilidade obrigatória dentro de todas as empresas.

3 METODOLOGIA

“A pesquisa científica pode ser conduzida por diferentes correntes filosóficas, teóricas, paradigmas e abordagens” (MELO et al., 2023, p. 18). É importante salientar que a pesquisa é à base do aprendizado, porque se aprende pesquisando, assim como se pesquisa para aprender. Lavarda (2021) afirma a importância de indagar, experimentar e relacionar os fatos. A pesquisa nos oferece base para desenvolvimento educacional ao incorporar as discussões que surgem no processo da investigação.

O presente estudo pretende discutir os Impactos do Teletrabalho na vida dos Profissionais Contábeis, pois esse formato de trabalho trouxe modificações para a vida das pessoas, ou seja, tanto aspectos positivos ou/e negativos.

Quanto a natureza, foi adotada a pesquisa básica, pois a mesma assume novos conhecimentos para o avanço da ciência sem a aplicação prática prevista. Para os objetivos foi utilizada a pesquisa descritiva pois trabalha com a caracterização de certos fenômenos, apresentando as características de certas populações.

A abordagem do problema será de cunho quali-quantitativa, pois na fase inicial foi feita uma análise quantitativa dos dados e só depois um apanhado dessa quantificação de forma mais subjetiva, interpretando e analisando os dados obtidos na abordagem quantitativa.

Para Melo (2023) a Pesquisa Qualitativa tem o propósito de entender como e porque as coisas aconteceram de determinada forma, também é muito útil para proporcionar uma compreensão de fenômenos ou eventos complexos de forma detalhada.

Já a Pesquisa Quantitativa:

> A investigação se apoia predominantemente em dados estatísticos: visa gerar medidas precisas e confiáveis que permitam uma análise estatística; tentativa para garantir precisão de resultados e busca evitar erros de análise e interpretação. Utilização de Pesquisas anteriores e conhecimento teórico para escolha das variáveis; clareza e objetividade na definição dos construtos são

> fundamentais; modelo da pesquisa é composto por variáveis: dependentes, independentes e intervenientes e a elaboração e o teste de hipóteses é parte central dessa metodologia (PORTO, 2023 p. 2).

Já nos procedimentos técnicos foi adotada a pesquisa bibliográfica, pois é fundamentada em estudos anteriores, livros e artigos científicos, permitindo ao investigador um material mais consistente para embasar sua pesquisa; e a ex-post facto, por ser interpretada por um fato passado, que irá impactar o presente ou futuro, pois o Teletrabalho ficou mais evidente devido as consequências da Pandemia do Covid-19, com o isolamento social e nos cuidados para a não transmissão do vírus.

Almeida, 2016, p. 34 aponta que a pesquisa Ex-post facto:

> É descritiva porque o pesquisador descreve os fatos como os observa. É correlacional porque tenta atribuir relações ao que observa. É experimental porque tenta deduzir ou descobrir como e porque um fenômeno ocorre. Mas difere da descritiva e da correlacional porque se propõe explicar, sem, contudo, dispor do mesmo grau de certeza, manipulação e controle da experimental.

Também foi utilizado o Levantamento, pois o mesmo é um tipo de pesquisa que é realizada para obtenção de informações ou dados sobre características de um grupo de indivíduos, geralmente em um levantamento são consideradas as amostras de um universo, que representa uma parte da população, pois na presente pesquisa foi adotado um questionário online (google forms) que já foi utilizado para outra pesquisa, porém com adaptações como é descrito na fonte, direcionado para os profissionais contábeis. Tal questionário foi submetido ao Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 24/11/2023, o qual foi aprovado sob o parecer de nº 6.530.621.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro momento, trago alguns relatos de pesquisas anteriores, na intenção de tornar o presente estudo mais consistente, e posteriormente a análise e a discursão dos dados obtidos através de um questionário aplicado pelo google forms, com a participação de 34 contadores, na intenção de avaliar os impactos do Teletrabalho para os Profissionais Contábeis, buscando saber se esses impactos trouxeram pontos positivos ou negativos.

4.1 PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS A RESPEITO DO TELETRABALHO DE ACORDO COM ALGUNS AUTORES

A contabilidade, por muito tempo, foi vista como uma área burocrática. Entretanto, o cenário vem se transformando, principalmente pelas inovações da tecnologia na profissão. Inovações estas que trouxeram diversas melhorias como maior segurança, produtividade e organização para a área contábil (SILVA et al., 2022). Em contrapartida, com o surgimento de um novo tipo de coronavírus (COVID-19) em 2019, houve uma aceleração destas inovações, uma vez que as organizações tiveram que se adequar para evitar aglomerações e, consequentemente, a propagação do vírus. Uma destas adequações foi a utilização da modalidade de trabalho remoto, ou teletrabalho.

A introdução desta modalidade nas organizações buscou trazer impactos positivos para os funcionários e para a entidade. De acordo com Silva (2022), mesmo que os direitos dos trabalhadores e os deveres da sua função não devam ser influenciados, existem diversos fatores que apoiam a necessidade da implantação de planos de contingência que abordam esse método de trabalho.

Antes da implementação desta forma de trabalho, havia uma necessidade de uma discussão prévia de diretrizes que deveriam ser respeitadas pelos colaboradores. A entidade deveria ser responsável por explicar de forma correta aos seus funcionários como seria a dinâmica do trabalho remoto, principalmente com relação a prevenção de doenças e de acidentes de trabalho. É importante também suprir a necessidade de uma formação na área tecnológica e de gestão de tempo adequada para os colaboradores.

> Um ponto que pode ser tanto uma vantagem como também uma desvantagem é a motivação dos colaboradores, podem existir dois tipos diferentes de motivação, a autônoma e a controlada, onde a motivação autônoma está ligada intrinsicamente com a satisfação do colaborador ao seu comportamento por si só (SILVA et al., 2022, p. 47).

Geralmente, pessoas motivadas atuam desta forma por considerarem prazeroso, enquanto a motivação controlada é direcionada por motivos externos, como recompensa e punição. Muitos profissionais em posição de liderança tiveram que modificar suas práticas, visto que liderar funcionários à distância traz uma variedade de desafios para a sua rotina, como construir a confiança com seus liderados, conseguir se expressar de forma eficaz e ser capaz de guiar estes colaboradores.

Apesar das facilidades que a tecnologia vem trazendo, ainda é notado um certo cuidado pelos gestores, que muitos deles se mostram incertos em aumentar a utilização do trabalho remoto, pois entendem ser um desafio a supervisão de grupos de trabalhos descentralizados. Silva (2022) afirma que a conscientização dos gestores sobre o trabalho remoto, pode ser oportuna, porque terá a capacidade de diminuir a aversão à esta modalidade de trabalho.

> Compreender competências na perspectiva do teletrabalho demanda reconhecer o avanço do trabalho mediado por TIC. Gestores assumem ser as competências digitais essenciais em cenário de constantes inovações tecnológicas, inclusive para o teletrabalho (AFONSO et al., 2022, p. 3).

Alguns estudos também revelam que o Teletrabalho proporciona aos colaboradores melhorias como: efeitos na saúde ligados à redução do estresse e um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a pessoal, trazendo bem-estar, mais tempo para dedicar-se a família e comodidade nas suas atividades laborais, é visto como fundamental para a qualidade de vida do trabalhador e para uma sustentabilidade social.

4.2 RESULTADOS OBTIDOS

4.2.1. Análise do Questionário

Nessa parte do trabalho será analisada as respostas obtidas no questionário para avaliar melhor os impactos do Teletrabalho para os profissionais contábeis, pois trazem questões mais específicas e pertinentes para o tema em questão. Para melhor interpretação dos resultados, as perguntas foram divididas em duas partes: Família e Vida pessoal e Trabalho, Tecnologia e Estrutura.

4.2.2. Família e Vida pessoal

A pesquisa nos mostra claramente que o Teletrabalho proporcionou mais tempo para dedicação as suas famílias com 64,7%.

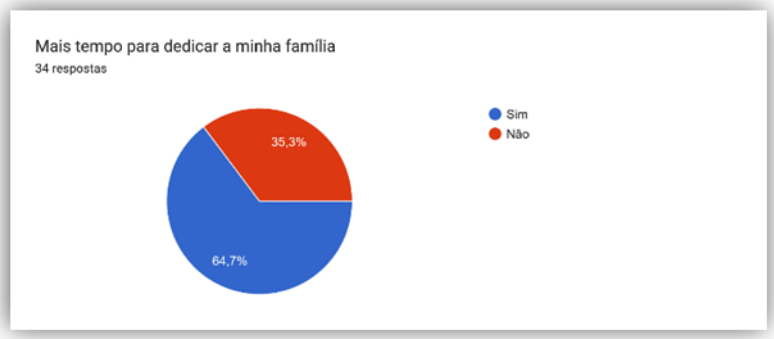


Gráfico 1- Tempo para família
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Também é demonstrado que a maioria dos entrevistados consideram ter uma maior capacidade para organização da sua vida pessoal, apresentando um percentual de 64,7%.

Gráfico 2 - Organização da Vida Pessoal
Fonte: dados da pesquisa (2023)

No quesito Estresse e Desequilíbrio Emocional, o questionário aponta que 52,9% das pessoas entrevistadas não desenvolveram esses distúrbios.

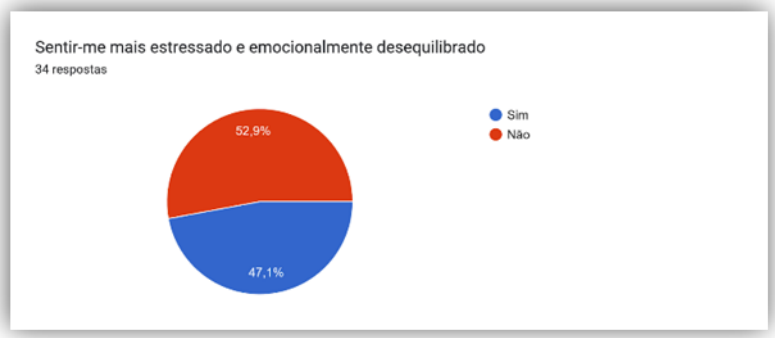


Gráfico 3 - Estresse e Desequilíbrio
Fonte: dados da pesquisa (2023

Já 55,9% relataram que no formato do Teletrabalho sentiram-se mais ansiosos e constantemente preocupados.

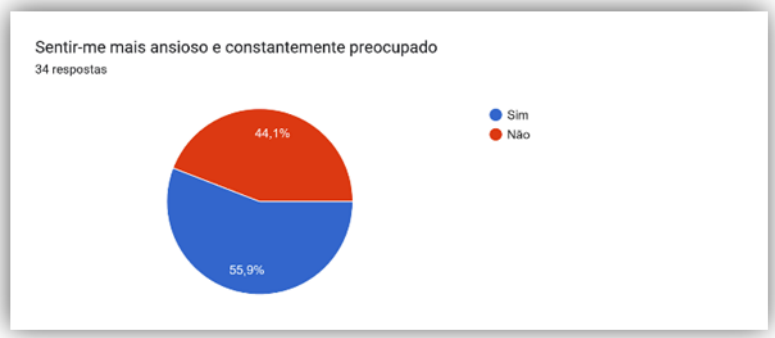


Gráfico 5 - Ansioso e Preocupado
Fonte: dados da pesquisa (2023)

No quesito uso de medicamentos para ansiedade e depressão 88,2% afirmaram que não precisaram utilizar essas medicações.

Gráfico 4 - Uso de Medicamentos
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Com relação ao sono 73,5% não tiveram problemas relacionados a alterações de sono.

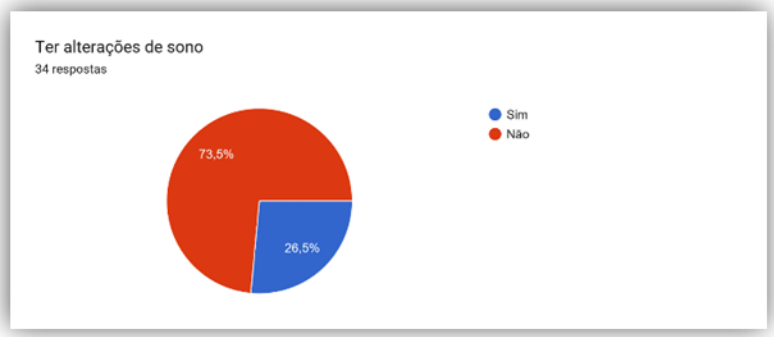


Gráfico 5 - Alterações do Sono
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Aspectos relacionados a concentração tiveram um percentual de 70,6% que relatam não terem apresentado essa dificuldade.

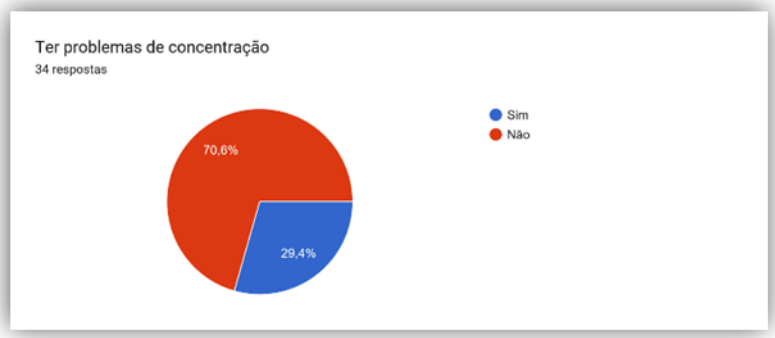


Gráfico 6 - Problemas de Concentração
Fonte: dados da pesquisa (2023)

No tema Conflitos Familiares, 58,8% disseram que não vivenciaram mais conflitos entre família.

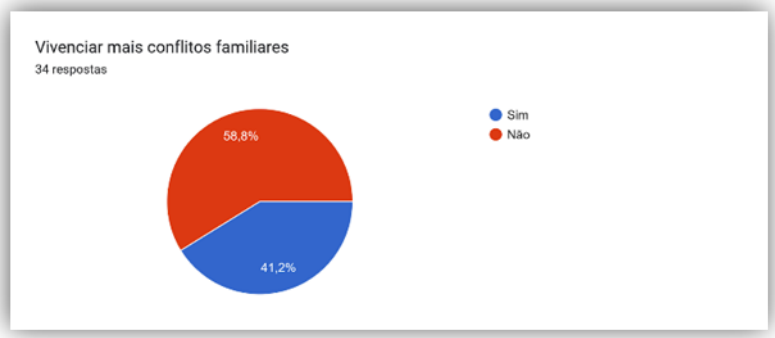


Gráfico 7 - Conflitos Familiares
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Na temática Vida Pessoal e Profissional houve uma igualdade de opiniões, pois 50% avaliaram que não tiveram dificuldades em separar o pessoal do profissional e 50% afirmaram terem tido problemas nessa separação.

Gráfico 8 - Separação da Vida Pessoal e da Profissional
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Nos aspectos relacionados a família e a vida pessoal os índices foram positivos.

4.2.3. Trabalho, Tecnologia e Estrutura

Cerca de 66,7% asseguraram que na modalidade de Teletrabalho conseguiram organizar melhor suas atividades do trabalho.

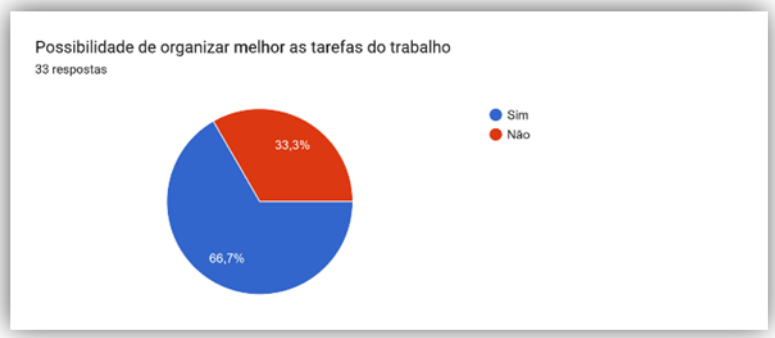


Gráfico 9 - Organização das Tarefas de Trabalho
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Com relação a uma maior flexibilidade e autonomia de trabalho 82,4% avaliaram esse ponto positivamente, ou seja, conseguiram realizar suas atividades no tempo e no momento mais adequado a suas rotinas.

Gráfico 10 - Flexibilidade a Autonomia no Trabalho
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Das respostas obtidas, 76,5% afirmaram que executaram as tarefas com uma maior qualidade.

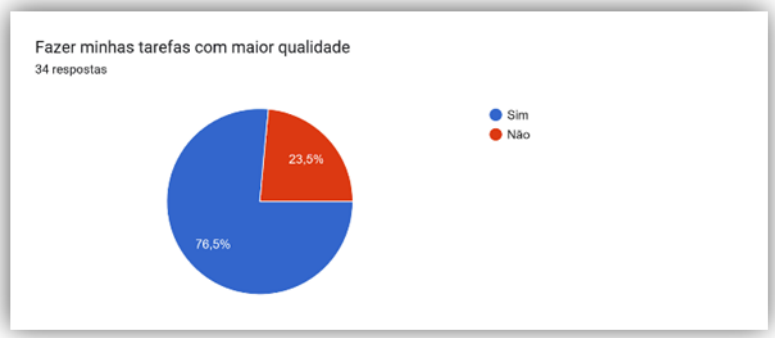


Gráfico 11 - Tarefas com Qualidade
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Já no item Quantidade de Trabalho, foram relatados que 85, 3% conseguiram maior produtividade.

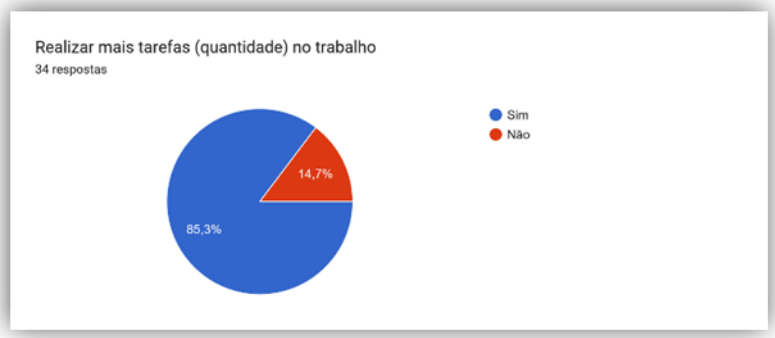


Gráfico 12 - Quantidade de Tarefas no Trabalho
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Da amostra pesquisada 73,5% afirmaram ter tido mais tempo para capacitar-se através de estudos e cursos, devido a comodidade no formato de trabalho.

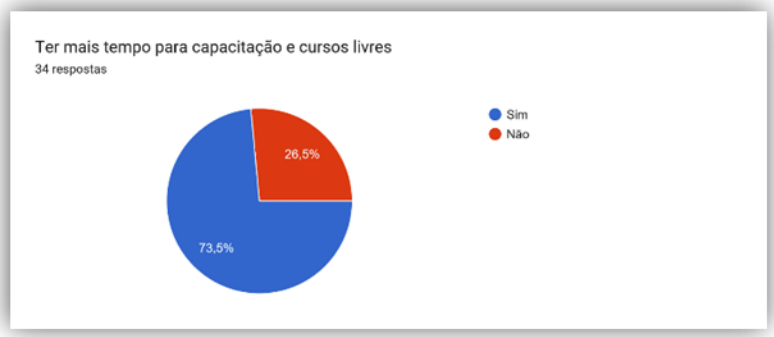


Gráfico 13 - Capacitação e Cursos Livres
Fontes: dados da pesquisa (2023)

Nos aspectos relacionados a pressão por produtividade 55,9% disseram que não se sentiram pressionados.

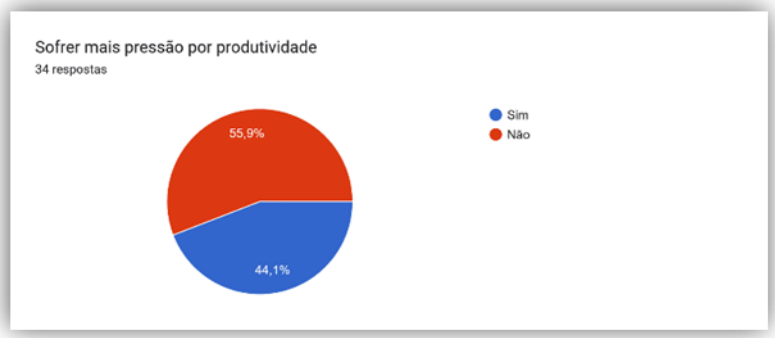


Gráfico 14 - Pressão por Produtividade
Fonte:dados da pesquisa (2023)

No item sobrecarga de trabalho (quantidade), as respostas obtidas avaliaram uma divisão de 50% afirmando que não tiveram essa sobrecarga e 50% disseram que se sentiram sobrecarregados.

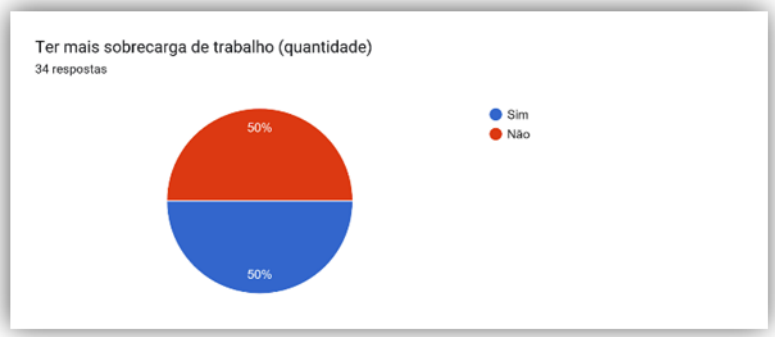


Gráfico 15 - Sobrecarga de Trabalho
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Já nos aspectos relacionados a sobrecarga de jornada, das 34 respostas obtidas 61,8% disseram que tiveram uma sobrecarga de jornada maior.

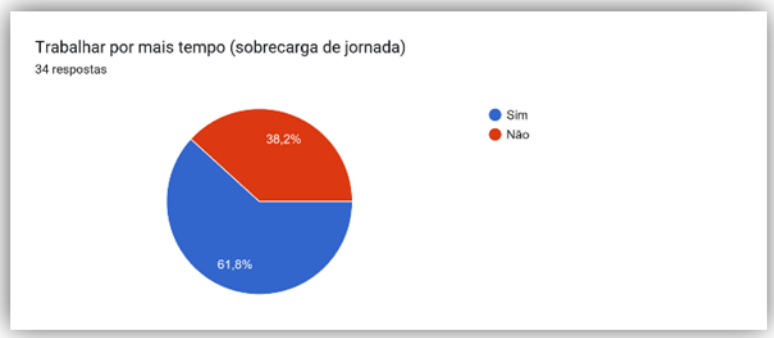


Gráfico 16 – Sobrecarga de Jornada
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Das respostas obtidas, 64,7% disseram que houve um aumento de suas despesas com equipamentos, energia e mobiliário.

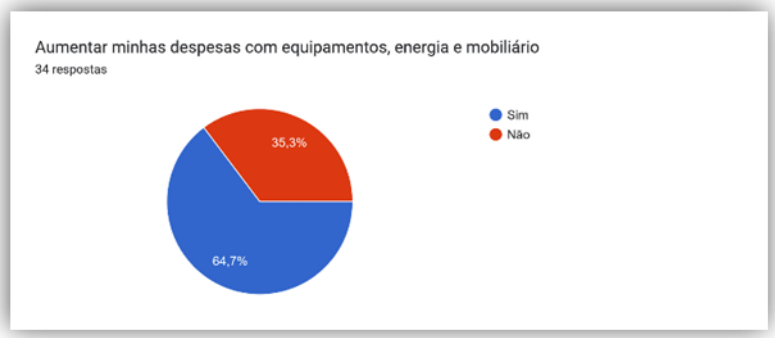


Gráfico 17 - Mais despesas
Fonte: dados da pesquisa (2023)

De acordo com 67,6% da amostra entrevistada, os mesmos relataram não terem enfrentado problemas com a manuseio da tecnologia, algo que foi bastante utilizado para realização do Teletrabalho.

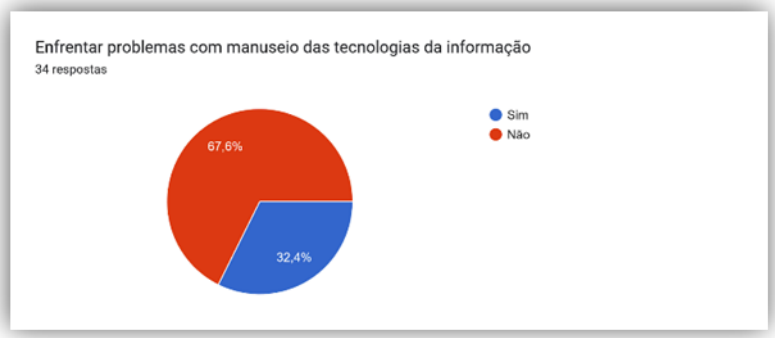


Gráfico 18 - Problemas com o manuseio de TI
Fonte: dados da pesquisa (2023)

No aspecto relacionado ao espaço adequado, 58,8% afirmaram não terem tido dificuldades para trabalharem em outros espaços.

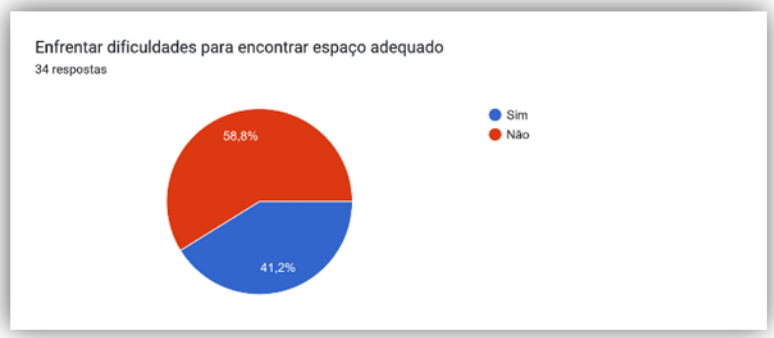


Gráfico 19 - Espaço adequado
Fonte: dados da pesquisa (2023)

E por fim, 52,9% avaliaram que as leis que foram criadas para o formato de Teletrabalho não beneficiariam os profissionais da contabilidade.

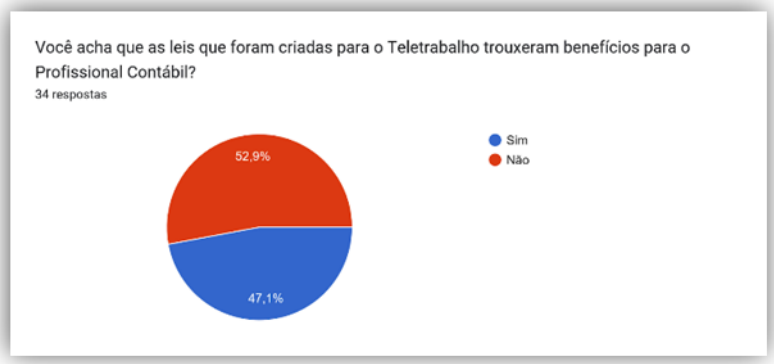


Gráfico 20 - Benefícios da Lei do Teletrabalho
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Com essa análise, tanto do ponto de vista de alguns autores, como as respostas obtidas através do questionário aplicado corroboraram para identificar que os pontos positivos foram mais pertinentes com relação a modalidade de Teletrabalho trazendo aspectos que contribuíram para uma melhor qualidade de vida, que estão associados a vida em família, saúde e ao trabalho onde foram apresentados percentuais favoráveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento do uso das tecnologias da informação e da comunicação na chamada sociedade do conhecimento vem avançando consideravelmente, trazendo novas formas de trabalho, e o indivíduo precisa acompanhar e se adaptar a esse processo evolutivo, pois muitas vezes são processos práticos que vem para facilitar a rotina trabalhista.

Essas considerações aqui apresentadas não são um desfecho para a temática desta pesquisa, apenas são feitas algumas questões pontuais do objeto de estudo, com a certeza da riqueza dos dados acrescidos na pesquisa e que os mesmos não se esgotam na análise realizada.

Através de estudo bibliográficos anteriores e das respostas dos participantes foi possível identificar de maneira sucinta os impactos do Teletrabalho para os Profissionais Contábeis no município de João Pessoa – PB, atingindo assim o objetivo da pesquisa.

Os relatos de pesquisas anteriores descritos no item 4.1 sobre a percepção dos Profissionais Contábeis aliada ao questionário, foi bastante válido para dá mais consistência ao estudo, onde foi observado que os pontos positivos foram mais pertinentes, ou seja, as pessoas se adequaram bem a essa nova modalidade de trabalho, tanto que acharam mais cômoda e flexível, trazendo qualidade de vida para o trabalho, saúde e mais tempo para a família e para dedicar-se a atividades de aperfeiçoamento.

A pesquisa nos direcionou para uma breve análise da importância do Teletrabalho para a qualidade do trabalho realizado remotamente e a satisfação do profissional contábil na realização desse formato de trabalho, gerando assim uma nova possibilidade de se repensar a adoção do mesmo, não só como um plano B, mas como probabilidade de uma implantação mais efetiva.

Pois a tecnologia da informação já é uma realidade vivenciada no dia a dia das pessoas, principalmente daqueles que lidam com os mecanismos tecnológicos diariamente, seja na emissão de declarações e boletos, no preenchimento de planilhas, na elaboração de relatórios ou como meio de comunicação, a tecnologia é uma ferramenta fundamental no aperfeiçoamento dos processos.

O Teletrabalho não foi só uma prática mais cômoda aceita pelos contadores, mas também permitiu a assimilação de novos conhecimentos e habilidades, uma nova maneira de lidar com os desafios que a tecnologia vem trazendo nessa era digital.

Essa pesquisa vem nos mostrar a importância de estudos que coletem informações diretamente das experiências das pessoas, para permitir que as rotinas trabalhistas possam ser melhoradas e aperfeiçoadas, na busca pela satisfação e qualidade na vida em sociedade.

E que as leis que foram criadas para o Teletrabalho tragam de fato condições benéficas para a vida do contador, e que a relação entre empregado e empregador possam ser pautadas em acordos que beneficiem ambos os lados, pois é através de medidas legais que é efetivado o direito do trabalhador.

Realizar o trabalho do lugar onde estiver, ter autonomia e flexibilidade nos horários, economizar tempo que é despendido com locomoção, ter menos estresse no trânsito, poder estar presente e mais perto da família são aspectos que colaboram para um melhor bem-estar social.

Estas são algumas ponderações acerca do estudo, entretanto ainda apontam para a continuidade de novas pesquisas que enriqueçam o conhecimento do objeto em estudo, e para que possibilidades de melhorias e novas alternativas a respeito dos aspectos trabalhistas possam ser repensadas.

REFERÊNCIAS

1.AFONSO, Damarys S.; BARBOSA Flávia L. S.; BIZARRIA, Fabiana P. A. **Desafio do Teletrabalho no Ministério Público do Trabalho** – Contribuições Analíticas e Empíricas com suporte em Competências. ANPAD 2022. Disponível em: https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/486fbd761bfa5400722324fdc9822adc.pdf. Acesso em 16 set. 2023.

2. AGÊNCIA SENADO. **Aprovada MP que regulamenta teletrabalho e muda auxílio-alimentação**, **2022**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/03/aprovada-mp-que-regulamenta-teletrabalho-e-muda-auxilio-alimentacao. Acesso em: 07 de set. 20

3. ALMEIDA, Lindamara C. S. **Curso de Formação em Serviço Sobre Objetos de Aprendizagem:** uma Análise ex Post Facto. Dissertação de Mestrado, 2016. Disponível em: http://www2.uesb.br/ppg/ppgecfp/wpcontent/uploads/2017/04/LindamaraCairesSilvaDeAlmeida.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

4. **CONSOLIDAÇÃO DA LEIS DO TRABALHO –** CLT e normas correlatas. Brasília, 2022.

5. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL.** Brasília, 1988.

6. FENACON. **LEI Nº 14.437 –** entenda o que a lei que flexibiliza regras trabalhistas no caso de estado de calamidade, 2022. Disponível em: https://fenacon.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Entenda-a-Lei-n°-14.437-que-flexibiliza-regras-trabalhistas-no-caso-de-estado-de-calamidade-compactado.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

7. FIOCRUZ. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia. Acesso em: 09 de set. 2023.

8. FRANCO, Bianca. **O teletrabalho durante a pandemia do covid-19:** uma avaliação no Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região**.** 2020. Disponível em: https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/assessoria-de-comunicacao/061_-_relatorio_-_relatorio_pesquisa_ufpa_teletrabalho_na_pandemia_1_0.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

9. GARCIA, Edilson. **INSS adota teletrabalho para servidores.** 2018. Disponível em: https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/noticias/inss-adota-teletrabalho-para-servidores. Acesso em: 09 set. 2023.

10. LAVARDA, Carlos E. F. **A Abordagem Qualitativa na Pesquisa em Contabilidade.** Revista Prospectus, v.1, n.2, p. 4-10, dez/2021.

11. **LEI Nº 14.437 DE 15/08/2022.** Normas Correlatas. Disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022-08-15;14437. Acesso em: 23 agos. 2023.

12. **LEI 14.442 DE 2 DE SETEMBRO DE 2022.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14442-2-setembro-2022-793187-publicacaooriginal-166035-pl.html. Acesso em: 10 nov. 2023.

13. MANUAL DO TELETRABALHO. **Teletrabalho:** o trabalho de onde você estiver. Tribunal Superior do Trabalho, 2020. Disponível em: https://www.tst.jus.br/documents/10157/2374827/Manual+Teletrabalho.pdf/e5486dfc-d39e-a7ea-5995-213e79e15947?t=1608041183815. Acesso em: 16 set. 2023.

14. MATTES, Candida S.; DALONGARO, Roberto C.; WESZ, Luis Fernando P. **A História da Contabilidade e seus aspectos contemporâneos:** uma contribuição teórica ao profissional da atualidade. Revista Ricadi, vol. 04, jan/jul 2018.

15. **MEDIDA PROVISÓRIA 927, 2020**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

16. MELO, Victoria P. Z.; FREITAG, Viviane C.; ALMEIDA, Karla K. N. **Abordagens Qualitativas:** uma introdução para pesquisa em Contabilidade. Ed. UFPB. João Pessoa, 2023.

17. MIRANDA, Claúdio S.; PEREIRA, Renata C. A.; SANCHES, Simone L. R. **A crise do Covid-19 como oportunidade de reflexão sobre os impactos do teletrabalho.** XX USP International Conference in Acountting. São Paulo, 2020. Disponível em: https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2948.pdf . Acesso em 16 set. 2023.

18. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus, 2020**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus. Acesso em: 09 set. 2023.

19. MIRANDA, Valesca B**.** M. **Impactos na Contabilidade Trabalhista após a reforma nas Leis do Trabalho.** Trabalho de Conclusão de Curso. Caratinga/MG, 2019. Disponível em: https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/3398/1/tcc%202019.pdf. Acesso em: 17 de agos. 2023.

20. MOREIRA, Ana Beatriz F.; SOUZA, Jackeline L.; GUEDES, Francisca Y. A. **Impactos trabalhistas e tributários da Lei n.º 14.020/2020 em meio à COVID-19**. v-21. Revista Catarinense de CIÊNCIA CONTÁBIL, 2022. Disponível em: "https://www.google.com.br/url?esrc=s&q=&rct=j&sa=U&url=https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/download/3295/2430/11238&ved=2ahUKEwjmgMOb656BAxWYD7kGHbd7DRsQFnoECAMQAg&usg=AOvVaw2qK0woB0sDLIxRWV0_30lO" usg=AOvVaw2qK0woB0sDLIxRWV0_30lO. Acesso em: 18 agos. 2023.

21. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Histórico da Pandemia do COVID-19, 2019.** Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19. Acesso em: 09 set. 2023.

22. PORTO, Geciane S. **Pesquisa Quantitativa**, 2023. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1585239/mod_resource/content/1/pesquisa%20QUANTITATIVA%20.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

23. ROCHA, Cháris T. M.; AMADOR, Fernanda S. **O teletrabalho:** conceituação e questões para análise. Cad. EBAPE.BR, v. 16, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/xdbDYsyFztnLT5CVwpxGm3g/?format=pdf HYPERLINK"https://www.scielo.br/j/cebape/a/xdbDYsyFztnLT5CVwpxGm3g/?format=pdf&lang=pt"& HYPERLINK"https://www.scielo.br/j/cebape/a/xdbDYsyFztnLT5CVwpxGm3g/?format=pdf&lang=pt"lang=pt. Acesso em: 17 set. 2023.

24. SILVA, Eric V.; KREICH, Mateus V.; MELO, Nicolas M.; MARTINS, Zilton B. **Trabalho Remoto na contabilidade:** Uma percepção de profissionais contábeis do estado de Santa Catarina. Revista Expectativa, 2022. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/29214. Acesso em: 09 set. 2023.

25. SILVA, Guilherme O. C. **O meio ambiente do trabalho e o princípio da dignidade da pessoa humana**, 2015. Disponível em: https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/trabalho-seguro/eventos/2015-05-30/guilherme_catanho_silva_meio_ambiente_do_trabalho.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

26. SILVA, Raquel G. A**. Os Impactos do Teletrabalho na vida das Mulheres durante a Pandemia do Covid-19 sobre o Contexto do Direito do Trabalho e da MP Nº 927/2020.** Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, 2022. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/29133/1/TCC%20-%20Direito%20do%20Trabalho%20-%20Raquel%20Gomes.pdf.
Acesso em: 17 agos. 2023.

27. STÜRMER, Gilberto; FINCATO, Denise. **Teletrabalho em tempos de calamidade por COVID-19:** impacto das medidas trabalhistas de urgência. JusPODIVM, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/18428/2/Teletrabalho_em_tempos_de_calamidade_por_covid19_impacto_das_medidas_trabalhistas_de_urgncia.pdf. Acesso em: 18 agos. 2023.

28. TEIXEIRA, Eliana M. S. F.; BOUTH, Camila L. **Da reforma trabalhista, da pandemia pela COVID-19 e da autonomia do direito do trabalho**. Pará, Unijuí, 2022. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/11998. Acesso em: 09 de set. 2023.

29. TREMBLAY, Diane G. **Organização e Satisfação no Contexto do Teletrabalho.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 42 n. 3, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/KrrGr7Kdrbfcg5SgcdCfKbB/?format=pdf . Acesso em: 16 set. 2023.

30. ILARINHO, Karina P. B.; PASCHOAL, Tatiane, DEMO, Gisela. **Teletrabalho na atualidade:** quais são os impactos no desempenho profissional, bem-estar e contexto de trabalho? Revista do Serviço Público (RSP), Brasília 72 (1) 133-162 jan/mar 2021. Disponível em: revista.enap.gov.br › index.php › RSP › article › download. Acesso em: 12 nov. 2023.

FRANQUIA X RENDA FIXA:
uma breve análise baseado em indicadores financeiros

João Lucas Lucena de Paiva[28]
Teófilo Augusto da Silva Soaresófilo Soares[29]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo e finalidade principal demonstrar qual a opção de alocação de recursos financeiros tem a melhor combinação entre potencial de retorno e segurança do capital investido. Qual das alternativas entre a escolha de investir em um negócio de alto risco como abrir uma franquia do McDonald's, ou optar por investimentos de menor risco como a renda fixa proporciona a melhor combinação entre potencial de retorno e segurança do capital investido? A comparação destes investimentos avaliando indicadores financeiros e econômicos trará a percepção qual seria a melhor opção de alocação de capital permitindo avaliar as vantagens e desvantagens do investimento em uma franquia do McDonald's em relação a renda fixa, trazendo informações valiosas para investidores e empreendedores que estão ponderando suas escolhas de investimento. No que se refere a metodologia aplicada, trata-se de uma pesquisa bibliográfica explicativa e descritiva, com análise de Indicadores financeiros e contábeis e procedimentos estatísticos executados. Com o estudo foi possível afirmar que a franquia do McDonald's se desempenhou melhor diante dos conceitos abordados entre potencial de retorno e segurança do capital investido.

Palavras-chaves: Franquia; Renda fixa; Investimentos;

ABSTRACT

The main objective and purpose of this work is to demonstrate which option for allocating financial resources has the best combination between return potential and security of invested capital. Which of the alternatives between choosing to invest in a high-risk business such as opening a McDonald's franchise, or opting for lower-risk investments such as fixed income provides the best combination of return potential and security of invested capital? Comparing these investments by evaluating financial and economic indicators will bring insight into the best capital allocation option, allowing you to evaluate the advantages and disadvantages of investing in a McDonald's franchise in relation to fixed income, providing valuable information for

1Graduando do Curso de Ciências Contábeis Pelo Instituto de Educação Superior da Paraiba (UNIESP) E-mail: paiva2805@gmail.com
2Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis, pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba, IESP, Especialização em MBA em Contabilidade Controladoria e Finanças, pela Faculdade Integrada de Patos, FIP, docente do UNIESP Centro Universitário, em cursos de graduação e pós-graduação, e professor de pós-graduação da BSSP Centro Educacional. Além disso, possui larga experiência, de mais de 20 anos, como consultor e palestrante em Gestão Contábil, Fiscal, Tributária e Restruturação Societária. Desenvolvedor, no Grupo TS7, da plataforma de serviços em Finanças Corporativas, Avaliação de Empresas e Gestão Baseadas em Valor, direcionados às EPPs. E-mail: teofilo@ts7contabilidade.com.br. Curriculo Lattes: https://lattes.cnpq.br/7393641123357419

investors and entrepreneurs who are considering your investment choices. Regarding the methodology applied, it is an explanatory and descriptive bibliographical research, with analysis of financial and accounting indicators and statistical procedures performed. With the study, it was possible to affirm that the McDonald's franchise performed better considering the concepts discussed between return potential and security of invested capital.

Key Words: Franchise; Fixed Income; Investments.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, teve um impacto significativo no cenário mundial. Isso resultou em mudanças substanciais na operação de organizações e na vida cotidiana das pessoas, com medidas de isolamento social sendo adotadas para conter a propagação do vírus (FIOCRUZ, 2020).

Essa situação desencadeou um interesse crescente por parte de investidores e empreendedores, que segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (AMBIMA) pela primeira vez a poupança perdeu adeptos, enquanto todos os outros produtos financeiros foram mais utilizados. Com isso, as pessoas foram fomentadas a explorar novos negócios e realocar seu capital, uma vez que as condições econômicas e de mercado evoluíram drasticamente.

Neste contexto, houve uma transformação notável no comportamento do consumidor, no comércio, nos negócios e até mesmo na forma como as pessoas vivem. Essas mudanças têm impulsionado a busca por inovação e adaptação por parte das empresas, que precisam se ajustar às novas demandas e tendências do mercado pós-pandemia. De acordo com a Associação Brasileira de Franquias (ABF) a receita nominal das franquias atingiu R$ 211,49 bilhões, número maior que em 2019 (antes da pandemia) onde essa mesma receita foi de R$ 186,75 bilhões.

Com isso, a Covid-19 teve um impacto profundo e duradouro no cenário global, reconfigurando muitos aspectos da sociedade e da economia (THAKARE, 2020).

Ao investir em uma franquia, você adquire um negócio ou marca consagrados no mercado. Nos primeiros meses, época em que tudo é mais complicado e muitos empreendimentos fecham suas portas, você terá suporte e contará com o sucesso da marca que está representando. Isso traz vantagens competitivas e suporte para um bom retorno do investimento (SEBRAE, 2017).

A renda fixa é a modalidade de investimento com rendimentos mais estáveis e seguros. Chama-se renda fixa justamente porque possui uma rentabilidade previsível, o Tesouro Direto prefixado é um título de Renda Fixa com taxas de juros determinados. Nesse tipo de aplicação você sabe que irá receber, no resgate da aplicação, um rendimento determinado (BERGER, 2021).

Segundo Rodrigues, (2021) tomar decisões de alocação de recursos financeiros e gerir portifólios de maneira satisfatória são tarefas fatigantes. A escolha entre investir em um negócio de alto risco, como abrir uma franquia do McDonald's, ou optar por investimentos de menor risco, como a renda fixa, depende de fatores individuais. Investir em uma franquia pode oferecer um potencial de retorno significativo, mas requer envolvimento ativo, experiência e conhecimento em gestão de negócios. Por outro lado, a renda fixa é considerada mais segura, oferecendo garantias de retorno e maior liquidez, sendo menos exigente em termos de envolvimento ativo.

Diante das opções apresentadas, a questão central gira em torno de escolher entre investir em uma franquia do McDonald's, que implica um empreendimento de maior risco, ou optar por investir em renda fixa (Tesouro Direto Prefixado), que representa um investimento de menor risco. **Diante do exposto, qual dessas alternativas proporciona a melhor combinação entre potencial de retorno e segurança do capital investido?**

O objetivo deste artigo é avaliar qual destes investimentos proporciona a melhor combinação entre potencial de retorno e segurança do capital investido.

A comparação destes investimentos avaliando indicadores financeiros e econômicos, o Retorno sobre o Capital Investido (ROIC) e a rentabilidade do investimento, trará a percepção qual seria a melhor opção de alocação de capital permitindo avaliar as vantagens e desvantagens do investimento em uma franquia do McDonald's em relação a renda fixa, trazendo informações valiosas para investidores e empreendedores que estão ponderando suas escolhas de investimento.

No que se refere a metodologia aplicada, trata-se de uma pesquisa bibliográfica explicativa e descritiva, com análise de Indicadores financeiros e contábeis e procedimentos estatísticos executados.

Este artigo será estruturado da seguinte forma: introdução, fundamentação teórica, a metodologia, a análise da hipótese defendida com os seus respectivos resultados, as considerações finais e o referencial bibliográfico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MERCADO DE FRANQUIAS NO BRASIL

Existe um debate sobre o surgimento do mercado de franquias, não se sabe ao certo quando se iniciou, o consenso liga o início do modelo à fabricante de máquinas de costura "*Singer Sewing Machine Company*'', algumas teorias vão até mais longe, pesquisadores afirmam que a história da franchising no mundo começou a partir da Igreja Católica (Griebler, 2023).

O sistema de franchising pode ser entendido como, um acordo em que uma empresa (franqueador) cobra um determinado valor fixo e contínuo para permitir que outras empresas (franqueados) forneçam os produtos e/ou serviços, utilizando os processos e a marca do franqueador (GILLIS; COMBS 2009; COMBS et al.,2011).

Este modelo de negócios pode se apresentar de várias formas, não existe um único tipo de franquia, podem aparecer na figura de franquias de distribuição, produção, de serviços ou de prestação de serviços (TASSIGNY, 2015).

A franquia de distribuição, também chamada de franquia de comercialização ou comércio é a espécie mais comum no mercado, foca em desenvolver uma rede de lojas com características idênticas, mesmo símbolo utilizado na distribuição de produtos para consumo. Nesta forma, o franqueado é responsável pela distribuição, que se dá por meio de vendas de produtos com a marca do franqueador (FERNANDES, 2003).

Esse mercado teve início no Brasil a partir de 1960, onde diversas franqueadoras americanas passaram a expandir suas franquias pelo mundo, com essa internacionalização do modelo chegando também ao Brasil. Com isso, a consolidação deste mercado aconteceu durante a década de 1980. Em grande parte, graças à fundação da Associação Brasileira de Franquias (ABF) em 1987 em decorrência do grande número de empresas que começaram a adotar esse modelo de negócios.

No ano de 1994 surge a Lei nº 8.955/94 que ficou conhecida como a Lei das Franquias, o que ofereceu aos investidores brasileiros mais segurança e confiança para o investimento.

Segundo a ABF em 2018 o setor de franchising cresceu 7% e faturou cerca de 170 bilhões de reais.

No Brasil, a adoção desse sistema de negócios foi impulsionada pelo fracasso de muitas empresas individuais, o que levou muitos empreendedores a

apostarem em negócios franqueados, visto que as franquias proporcionam uma maior segurança por ser um modelo já estabelecido no mercado (BRANDT, 2008)

Além disso, é muito importante entender que franquia e filial são modelos de negócio completamente diferentes. A filial é uma extensão da empresa-mãe enquanto uma franquia é um modelo de negócio em que uma empresa concede a terceiros o direito de utilizar sua marca, produtos e serviços em troca de royalties e taxas. Com isso, as diferenças são grandes.

2.1.1 Mercado de Franquias do Mcdonald´s no Brasil e no Mundo

A história do McDonald´s é quase centenária, dois irmãos em 1937 na Califórnia criaram seu primeiro empreendimento, que após anos de evolução e otimização de processos em 1948, nasceu oficialmente o McDonald’s.

Desde o início eram ágeis, tinham uma estrutura funcional e tentaram expandir algumas vezes com o objetivo de ter outras unidades próprias, onde não tiveram sucesso. A causa era clara, não podiam estar em todos os locais ao mesmo tempo, supervisionando e garantindo a qualidade (BICUDO, 2022).

Foi então quando decidiram reformular seu modelo de negócios e em 1954, venderam os royalties de 21 franquias.

Atualmente, cerca de 68 milhões de pessoas comem os hambúrgueres do McDonalds diariamente. Segundo o *Statista Research Department*, as franquias empregam mais de 200 mil pessoas, são cerca de 40 mil unidades distribuídas por 120 países, com um faturamento médio de US$ 75 milhões por dia.

Hoje o McDonald`s é a terceira franquia que mais cresce no mundo e detém o maior valor de marca em restaurantes de serviço rápido com uma diferença de mais de US$ 90 milhões de dólares para o segundo colocado na categoria (LUIZA, 2023).

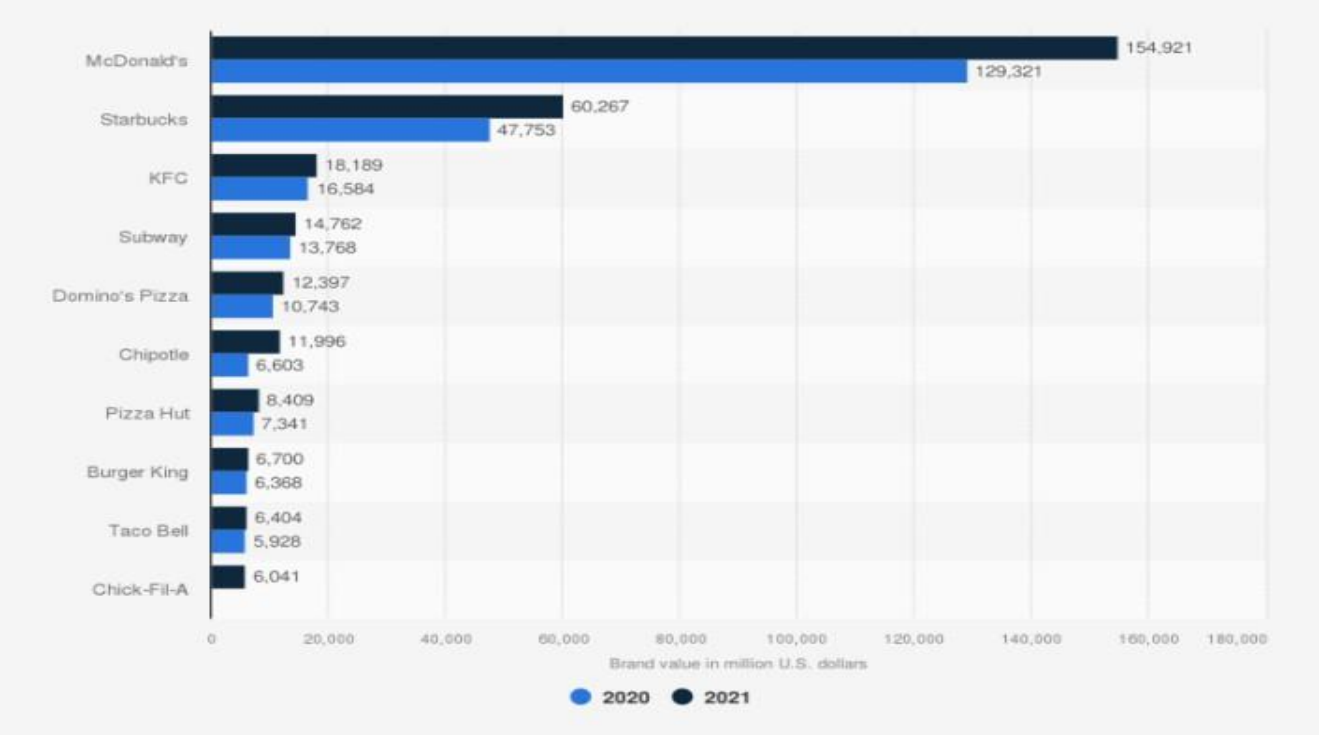


Figura 01 - Valor de marca dos 10 mais valiosos restaurantes de serviço rápido do mundo em 2021 (em milhões de dólares)
Fonte: (*Statista Research Department*, 2023).

Os números mostram ainda um faturamento médio de US$ 23 bilhões de dólares anuais em receita global.

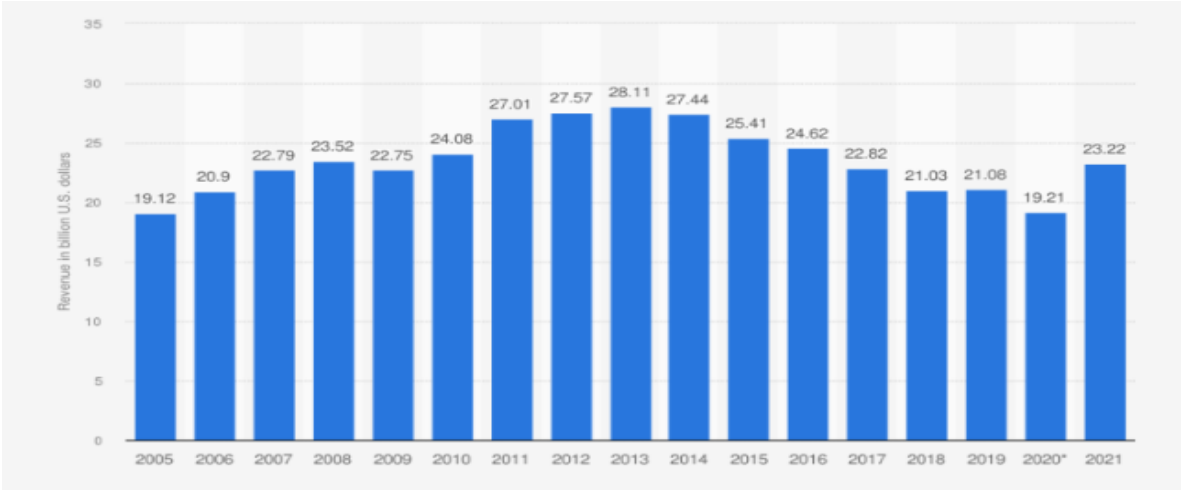


Figura 02 - Receita Global do McDonald`s de 2005 a 2021 (em bilhões de dolares)
Fonte: (*Statista Research Department*, 2023).

Tendo em vista esse crescimento mundial, a primeira franquia no brasil foi fundada em 13 de fevereiro de 1979, na rua Hilário de Gouveia, em Copacabana, no Rio de Janeiro, e dois anos depois na Avenida Paulista, em São Paulo. Em 2005, as vendas de Big Mac ultrapassaram 53 milhões de unidades no país. A rede tem mais de 3100 lojas espalhadas pelo território brasileiro (entre restaurantes, quiosques e McCafés) e está presente em 22 estados, além do Distrito Federal.

Depois de enfrentar dois anos de pandemia, a “Arcos Dourados’’ divulgou em 2022 um novo plano de expansão para o País. Serão 120 novas lojas até o fim de 2024, um crescimento de mais de 10% em relação ao total atual. O valor estimado para o mercado brasileiro é de R$ 1 bilhão. Entre as lojas previstas para o Brasil, 90% terão drive-thru, um formato de atendimento que já era popular, mas que ganhou força na pandemia. “A nossa performance acima da concorrência nos últimos tempos se resume a três letras ‘D’: delivery, drive-thru e digital”, diz Paulo Camargo presidente do McDonald`s no Brasil (SCHELLER, 2022).

Segundo um estudo realizado pela FGV Projetos sobre a contribuição da empresa para economia do país, de cada R$ 10 gastos no Brasil com alimentação de serviço rápido, R$ 4 são no McDonald’s. A preferência das famílias é constatada na análise dos gastos com alimentação fora de casa: 7% das despesas das famílias brasileiras em restaurantes e lanchonetes são realizadas no McDonald’s (VILAS, 2009).

Analisando o período de 1990 a 2007, o estudo demonstra que o faturamento do McDonald’s cresceu a uma taxa quase quatro vezes maior do que a média do PIB brasileiro no período: 10,7% contra 2,8%. As vendas per capita tiveram um crescimento ainda maior: 9,2% contra 1% ao ano de crescimento do PIB per capita no país no período.

Além disso, o estudo ainda mostra que a renda gerada diretamente pelo McDonald’s em 2007 alcançou um PIB de R$ 1,27 bilhão, o que representou 10,6% do PIB formal de todo o setor de alimentação fora de casa. Para cada real do PIB gerado pelo McDonald’s foram gerados R$ 0,79 nos demais setores da economia. A renda gerada indiretamente, com o consumo intermediário por encomendas a fornecedores, foi de R$ 1,34 bilhão.

2.1.2 Impacto do Setor de Franquias na Economia do Brasil

A Associação Brasileira de *Franchising* anunciou o balanço do desempenho do setor em 2022. O estudo da ABF mostrou que o mercado de franquias no Brasil consolidou sua recuperação e deu sinais de crescimento. O faturamento das redes no País superou, pela primeira vez, os R$ 211 bilhões, passando de R$ 185,068 bilhões em 2021 para R$ 211,488 bilhões em 2022, um crescimento nominal de 14,3%, índice superior aos 12% projetados pela ABF.

Segundo a ABF, desde o pico da pandemia, são oito trimestres de crescimento ininterrupto. Se comparado a 2019, o avanço da *franchising* foi de 13,2%, cuja receita naquele ano totalizou R$ 186,755 bilhões. Já no quarto trimestre de 2022, cuja comparação se deu com igual período do ano anterior, menos impactado pela pandemia, a alta da receita foi de 12,6%, alcançando R$ 63,800 bilhões. Quando comparado ao quarto trimestre de 2019, o crescimento chega a 16,1%.

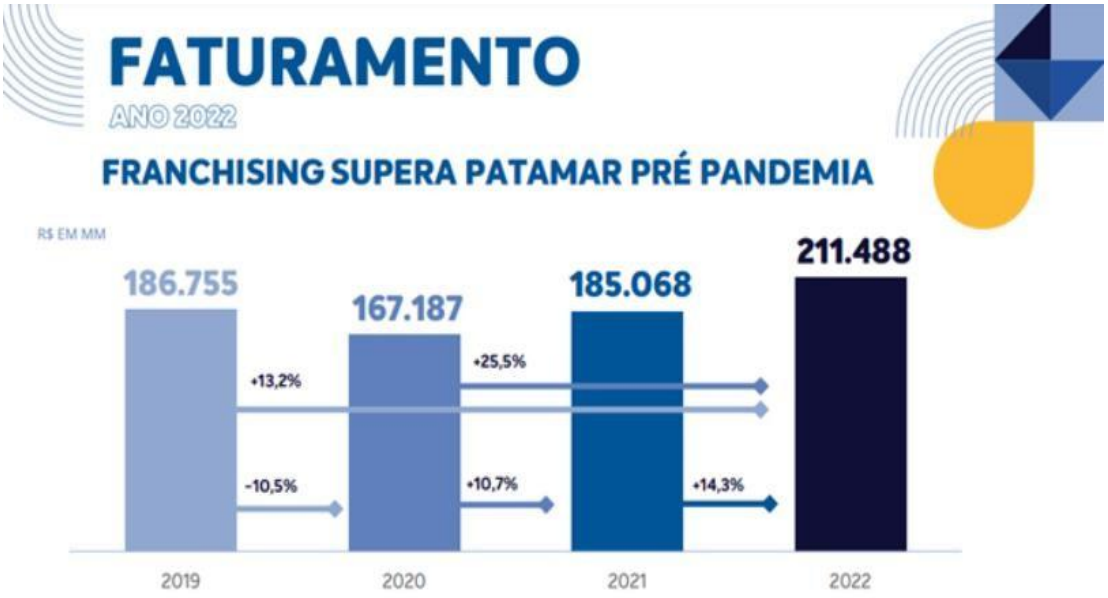


Figura 03 - Faturamento de franquias no Brasil
Fonte: (ABF, 2023)

Além disso, de acordo com ABF o número de redes de franquias também registrou crescimento. O balanço de 2022 indica que houve um avanço de 6,8% em relação ao ano anterior. Com isso, o Brasil totalizou 3.077 marcas no ano passado frente a 2.882 no período anterior.

De acordo com Tom Moreira Leite (presidente da ABF), “neste indicador também rompemos uma barreia importante, a das três mil unidades. Isso ocorreu tanto pela criação de novas marcas, como por empresas tradicionais que adotaram o sistema de *franchising*. Continuamos a identificar indústrias e prestadores de serviço que buscam expandir seus negócios e se aproximar do consumidor por meio de franquias”.

Por fim, há também o recolhimento de impostos, que movimentam a economia e a maquina pública.

Desta maneira, é importante entender como funcionam as contribuições e o recolhimento dos impostos.

A tributação com base no Lucro Presumido é uma forma simplificada de determinar a base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No regime do Lucro Presumido, a apuração do IRPJ e da CSLL ocorre no encerramento de cada trimestre do ano-calendário e o recolhimento dos valores devidos é efetuado no trimestre seguinte, em quota única ou em até três quotas mensais e sucessivas. (RODRIGUES, 2009, p.327).

As condições para a opção pelo Lucro Presumido estão descritas no art. 13 da Lei n°. 9.718/98:

> Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013). § 1º A opção pela tributação com base no lucro presumido será definitiva em relação ao todo o ano-calendário. § 2º Relativamente aos limites estabelecidos neste artigo, a receita bruta auferida no ano anterior será considerada segundo o regime de competência ou caixa, observado o critério adotado pela pessoa jurídica, caso tenha, naquele ano, optado pela tributação com base no lucro presumido.

As alíquotas do Lucro Presumido são, 15% de IRPJ, 9% de CSLL, 0,65% de PIS e 3% de COFINS.

Por outro lado, as empresas do Luco Presumido farão o cálculo do adicional de IR de 10% sobre o valor excedente, caso a base de IRPJ ultrapasse R$ 240.000,00 anual, o limite trimestral é de R$ 60.000,00, onde calculamos R$ 20.000,00 mensal, quando o usuário opta por antecipar o imposto (ALTERDATA, 2023)

Há também o benefício fiscal do ICMS na Paraíba pela portaria Nº 00182/2016/GSER:

> O Decreto nº 33.657, de 27 de dezembro de 2012, concedeu redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, de modo que a carga tributária seja equivalente a 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) sobre o valor do fornecimento de refeições efetuadas por bares, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como, nas saídas promovidas por empresas preparadoras de refeições coletivas.

Neste contexto o regime tributário utilizado será o Lucro Presumido, pelo alto faturamento, percentual de lucro e benefícios fiscais do estado.

2.2 ANÁLISE DO CRESCIMENTO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL

Nos últimos anos é percebido o crescimento em investimentos na bolsa de valores do Brasil. Este é um assunto que vem ganhando força e relevância em nosso país, algo que nunca esteve em tanta ênfase principalmente para o cidadão popular, isto é refletido nos números.

Com este crescimento gradativo, no ano de 2018, a quantidade de pessoas físicas na bolsa era de aproximadamente 700 mil investidores, em 167 anos de existência.

Segundo a B3 (Bolsa de Valores Brasileira) a pessoa física está transformando o mercado de investimentos. Uma análise da instituição mostrou que de 2019 para 2020, vimos um aumento no número de investidores que chegaram à bolsa, motivados pela busca por mais informações e aprendizado, maior

sofisticação, diversificação, mais acesso à informação e estratégias de médio e longo prazo.

Desde integração da BM&FBOVESPA e Cetip, o número de investidores tem aumento de forma extraordinária na bolsa, quando em 2022 atingiu a marca 5 milhões de pessoas, representando um aumento de mais 700% nos últimos anos.

Um dos motivos indicados pela instituição que ocasionou este aumento foi a queda da taxa Selic que é a taxa básica de juros da economia brasileira, que abriu oportunidades de alocação de capital com maior rentabilidade. Além disso o estudo mostra a influência das redes sociais na educação financeira como um dos principais fatores agravantes para este aumento no número de investidores

A AMBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) realizou uma pesquisa sobre o crescimento deste mercado de influenciadores que tem como principal nicho a educação financeira e a cultura de investimentos.

Dados	Fevereiro a dezembro de 2021	1º semestre de 2022	2º semestre de 2022	Crescimento semestral do 2º semestre	Crescimento anual do 2º semestre
Influenciadores	277	255	515	102,0%	85,9%
Seguidores (milhões)	92	94	166	76,1%	81,1%
Perfis	612	581	1.257	116,4%	105,4%
Posts por mês (mil)	37	31	46	47,3%	24,9%
Interações médias (mil)	1,10	1,35	1,48	10%	36,4%

Fonte: Anbima

Tabela 01 - Números do mercado de influenciadores de finaças no Brasil
Fonte: (AMBIMA, 2023)

Em um cenário no qual a Selic está em 12,25% ao ano, como é o atual, um investidor consegue, por conta própria, gerir sua carteira e ter ganhos satisfatórios sem fazer muito esforço, apenas deixando o montante em algum produto simples de renda fixa, como o Tesouro Selic (LARGHI, 2023).

Desta maneira, é notório o aumento que este assunto ganhou em nosso país, onde as pessoas não tinham a cultura de investir e principalmente, pessoas que possuem o perfil de investimento muito conservador, onde ter a segurança do investimento é vital para a alocação de capital.

2.2.1 Aumento do número de cotistas em investimentos em renda fixa

A definição de renda fixa segundo Neto é “um investimento em que rendimentos reais, nominais ou indexados às taxas flutuantes são recebidos em intervalos de tempo regulares e definidos em documentos formais”.

Além disso em seu livro “o mercado de renda fixa no Brasil” afirma ainda que os títulos são os investimentos mais comuns em renda fixa. Esses títulos são emitidos pelos governos federais, instituições financeiras e empresas não financeiras.

É preciso compreender o perfil de investidor que este tipo de aplicação atrai. Uma pesquisa da AMBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), realizada em dezembro de 2020, em parceria com o Datafolha, explorou os dados a respeito da maneira como investem os brasileiros. Com esta foi possível constatar que o perfil de investimento do brasileiro médio é conservador.

O perfil de investidor conservador é aquele investidor com baixo apetite por risco, ou seja, ele não investe seu lucro em papéis com alta volatilidade (AILOS, 2022).

Analisando a pesquisa da AMBIMA, o investimento preferido dos brasileiros é a Caderneta de Poupança, que está no portfólio de 29% daqueles que declararam possuir algum recurso guardado. Os títulos privados foram utilizados por 5%, e os fundos, igualmente, por 5%. O volume de investimento na Poupança representou, em setembro de 2021, aproximadamente 37% de toda a alocação do varejo no Brasil, totalizando aproximadamente 1 trilhão de reais, de acordo com a AMBIMA (ODY, 2021).

De acordo com a instituição, os investimentos dos brasileiros alcançaram a marca de R$ 5 trilhões em 2022, maior crescimento da série histórica iniciada nos últimos dez anos. A mesma afirmou que a renda fixa foi o ativo mais procurado pelos brasileiros, representando 60,3% dos investimentos. Em 2021, esta categoria representava apenas 56,8% (RIVAS, 2023).

Segundo Ademir Correa, presidente do Fórum de Distribuição da Associação, esse movimento está relacionado diretamente com o aumento da taxa de juros, que contribuiu com o salto da renda fixa.

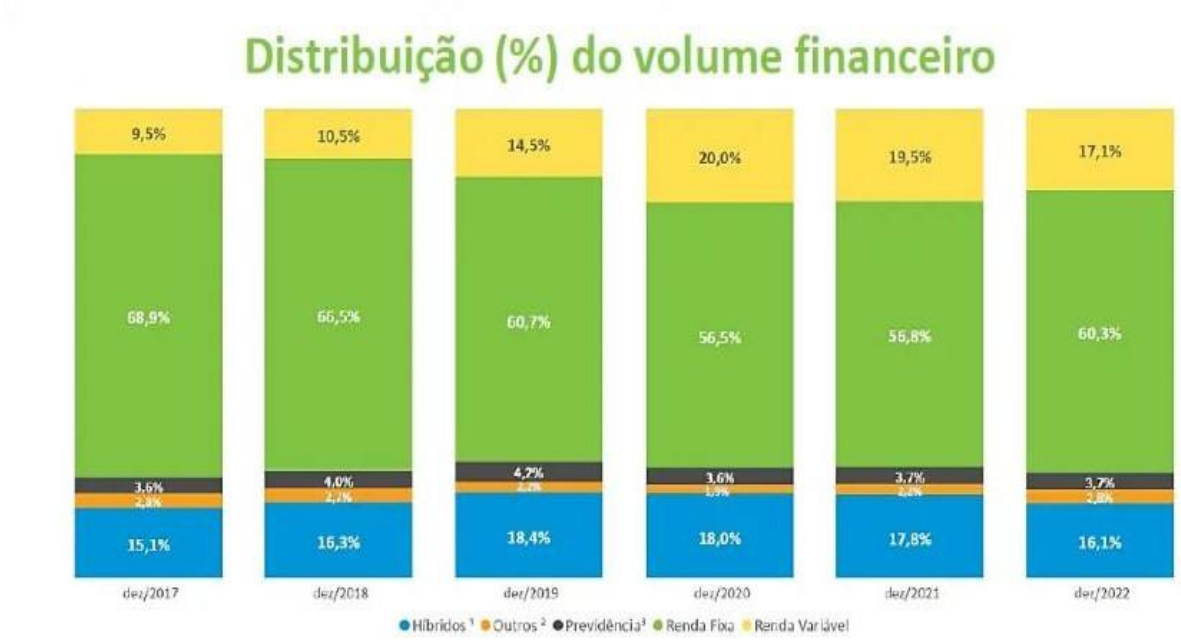


Figura 04 - Volume financeiro por tipo de ativo
Fonte: (AMBIMA, 2023)

O patamar elevado da taxa Selic nos últimos 12 meses fez aumentar o volume investido em produtos de renda fixa. O montante chegou a quase R$ 1,8 trilhão no encerramento do primeiro trimestre de 2023, alta de 42% em relação ao mesmo período do ano passado. Durante esses 12 meses, a renda fixa atraiu 4 milhões de novos investidores, levando o número total de investidores da modalidade a 15,3 milhões (B3, 2023).

2.2.2 Tesouro direto pré-fixado

O Tesouro Direto é um programa criado em 2002 pelo Tesouro Nacional, o órgão responsável pela gestão da dívida pública, para permitir que pessoas físicas comprem papéis do governo federal.

“O Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido em parceria com a B3 para venda de títulos públicos federais para pessoas físicas, de forma 100% online” (TESOURO DIRETO, 2023).

Dessa maneira, o Tesouro Nacional define títulos públicos como ativos de renda fixa, ou seja, seu rendimento pode ser dimensionado no momento do investimento, ao contrário dos ativos de renda variável (como ações), cujo retorno não pode ser estimado no instante da aplicação (VIEIRA, 2020).

De acordo com a (CEF) Caixa Econômica Federal, o Tesouro Direto é um programa criado pela (STN) Secretaria do Tesouro Nacional em parceria com a (CBLC) Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, sendo um importante alternativa de investimento para pessoas físicas.

Como apresentado, ao comprar os títulos do Tesouro Direto, pode-se afirmar que o investidor está emprestando dinheiro ao governo. Além disso, tem muita aceitação dos investidores iniciantes pois tem baixa barreira de entrada, podendo-se investir com menos de R$ 100,00

É importante compreender que existem três tipos de investimento em Tesouro Direto: prefixados, pós-fixados e híbridos.

De acordo com a revista de finanças infomoney os prefixados, no momento da compra você sabe exatamente quanto vai receber de retorno, desde que faça o resgate apenas no vencimento do título.

Acontece de maneira diferente nos pós-fixados, pois, você conhece os critérios de remuneração, mas apenas no momento do resgate poderá saber o retorno total do investimento, uma vez que são atrelados a um indexador que pode variar ao longo do tempo.

Com isso, há também os títulos híbridos, que têm parte da remuneração definida no momento da compra e o restante atrelado à variação da inflação (INFOMONEY, 2022).

Para entender melhor o Tesouro Direto Prefixado é preciso saber que existem duas modalidades do mesmo, o Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-F).

Tesouro Prefixado (LTN) possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o investidor faz a aplicação e recebe o valor de face (valor investido somado à rentabilidade), na data de vencimento do título (TESOURO DIRETO, 2023).

Figura 05 - Fluxo de pagamentos do tesouro prefixado (LTN)
Fonte: (Tesouro Direto, 2023)

Como outra modalidade temos o Tesouro Prefixado com juros semestrais (NTN-F), o rendimento da aplicação é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio do pagamento de juros semestrais (cupons de juros), e na data de vencimento do título, quando do resgate do valor de face (valor investido somado à rentabilidade) e pagamento do último cupom de juros. O fluxo de cupons semestrais de juros aumenta a liquidez, possibilitando reinvestimentos (TESOURO DIRETO, 2023).

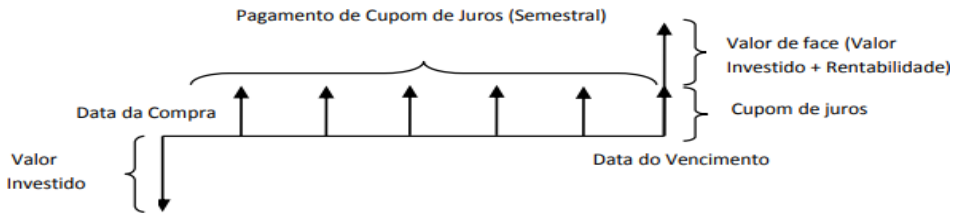


Figura 06 - Fluxo de pagamentos do tesouro prefixado com juros semestrais (NTN-F)
Fonte: (Tesouro Direto, 2023)

Desta maneira, é importante ter atenção a algumas características do Tesouro Direto prefixado, como sua indicação a investidores que acreditam que a taxa prefixada será maior que a Selic (taxa de juros básica da economia). Além disso, para cada unidade de título, por serem títulos prefixados, seu rendimento é nominal, ou seja, não considera a taxa de inflação.

Por outro lado, é importante se atentar que o investimento em renda fixa não é isento do imposto de renda. De acordo com Augusto, todos os títulos do tesouro direto têm cobrança de imposto de renda. Essa cobrança segue a tabela regressiva do imposto de renda, ou seja, quanto mais tempo o investidor mantiver o título, menos imposto pagará sobre ele.

Prazo do investimento	Alíquota de IR
Até 180 dias (6 meses)	22,5%
De 181 a 360 dias (1 ano)	20%
De 361 a 720 dias (2 anos)	17,5%
Acima de 720 dias (+ de 2 anos)	15%

02 – Tabela progressiva do Imposto de Renda
Fonte: (Augusto, 2023)

O o imposto de renda é um dos únicos custos atrelados ao investimento em renda fixa que diferente de outros investimentos como, debêntures incentivadas; fundos imobiliários; capitalização de ações; Certificado de Recebíveis do Imobiliário (CRI) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) não há cobrança de imposto de renda.

Por fim, os títulos da renda fixa também têm a taxa de administração do fundo onde o custo varia entre 0,2% e 1% ao ano. Para quem investe em fundos multimercados, a taxa pode ficar entre 0,8% e 1,5% ao ano e no caso dos fundos de ações, o valor de partida costuma ser de 1,5% ao ano (MARTIN, 2021).

2.3 RENTABILIDADE X RISCO DE INVESTIMENTO

Antes de comparar é importante entender os conceitos de rentabilidade e risco de investimentos, principalmente se aplicados ao objetivo do estudo, o investimento em renda fixa prefixada e a empreitada em uma franquia do McDonald's

De acordo com Genial Investimentos a rentabilidade representa o quanto o seu dinheiro renderá em determinado momento. Ela costuma ser apresentada na forma de porcentagem, indicando a evolução do patrimônio no período de análise.

Quando se refere à investimentos existem mais de um tipo de rentabilidade, são essas a nominal, líquida, real e negativa.

Para esta análise se utiliza a rentabilidade líquida, que corresponde a porcentagem de avanço do patrimônio, já descontando os custos e taxas envolvidos no investimento

Além disso, tem-se o risco de investimento que pode ser entendido pela probabilidade de alguma incerteza afetar diretamente as operações de mercado,

podendo haver possibilidade de perda de parte, do todo ou de montante superior ao valor originalmente investido.

Relacionando este conceito a renda fixa, o risco inerente é muito baixo, pois é garantido pelo tesouro nacional, o Brasil teria que entrar em falência para que o investimento não fosse pago, mas os ajustes recentes do Banco Central podem ter uma influência nestes investimentos. Entretanto, os prefixados, conforme o nome indica, já têm o valor do rendimento definido desde o início, ou seja, não são influenciados diretamente pela variação de indexadores externos, como a Selic ou o CDI. O rendimento desses títulos está ligado às expectativas do mercado em relação aos juros futuros, representadas pela curva de juros (CASTELO, 2023).

Entretanto, os riscos inerentes a abertura de uma franquia são maiores dentre eles a demora para obter o retorno do investimento, vícios de gestão, falta de comunicação com o franqueador e competição entre as unidades (VERONESI, 2014).

Com isso, o conceito de rentabilidade na franquia há um potencial exponencial se comparado ao investimento em renda fixa, que por outro lado os riscos são menores.

Por fim, é importante entender o conceito de inflação, que é um termo da economia usado para designar o aumento generalizado de preços de bens e serviços. Com isso, a inflação representa o aumento do custo e vida e a consequente redução no poder de compra da moeda.

Segundo a revista de finanças *InfoMoney*,

> O preço dos produtos nas prateleiras dos comércios não são os mesmos praticados 10, 15 ou 20 anos atrás, estão mais caros. A inflação também impacta nos valores de itens maiores, como aluguel e automóveis, ou itens de longo prazo, como a mensalidade de uma faculdade ou pós-graduação. Esse aumento de preços não é necessariamente ruim ou prejudicial ao consumidor, principalmente quando é controlado, espaçado ao longo do tempo e vem acompanhado de reajustes nos salários-mínimos. Mas pode causar transtornos para consumidores e para a economia de um país – quando aumenta em uma velocidade maior do que pode ser absorvida.

Uma das Maneiras de medir a inflação é utilizar o IPCA (índice de preços ao consumidor amplo), onde é possível avaliar de maneira oficial a inflação brasileira e o IGP-M (índice geral de preços – mercado)

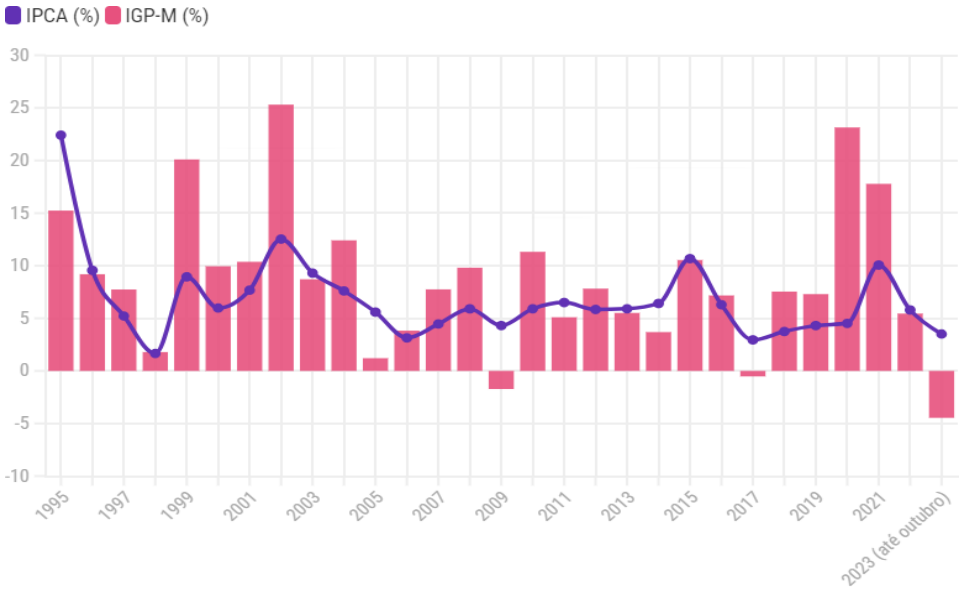


Figura 07 – Inflação: variação anual do IPCA e do IGP-M
Fonte: (Toro Investimentos, 2021)

Analisamos uma queda considerável do IGP-M e do IPCA nos últimos 2 anos, o que torna um contexto favorável a investimentos que tenham uma rentabilidade acima da inflação.

Mês (2023)	Índice do mês (em %)	Índice acumulado em doze meses (em %)
Janeiro	0,53	5,77
Fevereiro	0,84	5,60
Março	0,71	4,65
Abril	0,61	4,18
Maio	0,23	3,94
Junho	-0,08	3,16
Julho	0,12	3,99
Agosto	0,23	4,61
Setembro	0,26	5,19
Outubro	0,24	4,82

Tabela 03 – IPCA acumulado em 12 meses somado ao índice mensal em 2023
Fonte: (Rico Investimentos, 2023)

IPCA Acumulado em doze meses (em dezembro) dos últimos 20 anos	Taxa (%)
2022	5,79
2021	10,06
2020	4,52
2019	4,31
2018	3,75

Tabela 04 – IPCA acumulado em 12 meses dos últimos 5 anos
Fonte: (Rico Investimentos, 2023)

2.3.1 Franquia Vs Renda Fixa

Para fazer a comparação entre estes dois tipos de investimento se utiliza o valor de R$ 2.670.000 que é o valor de investimento inicial em uma franquia do McDonald's. A partir deste valor avaliar o ROIC e a rentabilidade do investimento na franquia, assim como simular este mesmo investimento em um título em renda fixa prefixado.

Além disso, é preciso considerar custos mensais da franquia como os *royalties* sobre o faturamento, que são de 5% e da taxa de publicidade, que é de 4,3%. Segundo Massari, o faturamento médio de uma franquia é de R$ 560 mil por mês e a expectativa de retorno do investimento é de cerca de 60 meses.

Neste artigo utilizaremos o tempo total de 72 meses que seriam 6 anos investidos em um título em renda fixa prefixado e na franquia.

O rendimento médio mensal de uma franquia McDonald’s fica entre 15% e 25% do faturamento bruto Mensal (MASSARI, 2023).

Por fim, o regime tributário escolhido foi o lucro presumido que será utilizado para simular os pagamentos dos impostos e contribuições para chegar ao resultado da rentabilidade do investimento.

3 METODOLOGIA

Na presente pesquisa o principal objetivo foi demonstrar qual seria a melhor opção para alocação de capital dentre estes dois objetos de investimento, visando a melhor combinação entre rentabilidade e risco, avaliando os indicativos financeiros e o referencial histórico detalhado acima, com intuito de elucidar esta decisão para investidores que estejam ponderando sua decisão de investimento.

A presente pesquisa foi realizada de forma bibliográfica, sendo definida por Gil (2002, p. 44):

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Onde a pretensão foi a busca de diversas informações sobre o tema apresentado, agregando a pesquisa realizada e dando fundamento a todas as argumentações e justificativas do quanto se faz importante a comparação entre estes investimentos, esclarecendo em baseando a construção das justificativas.

A busca de informações foi realizada através de pesquisas bibliográficas, com estudo de artigos e livros que abordaram os temas de franquias e investimentos em renda fixa em geral, através de pesquisas de estudos extraídos do google acadêmico mediante a busca de algumas palavras chaves como franquia, mcdonalds investimento e renda fixa. Na primeira etapa as pesquisas foram realizadas em livros, artigos de sites onde foi possível abranger e aprofundar o conhecimento aos temas abordados, basilando a construção da narrativa para o problema de pesquisa.

Definido por Santos, pesquisar é tipicamente realizar uma aproximação de temas e tem objetivo de criar mais familiaridade em relação ao fato abordado. Quando com recorrência se busca a familiaridade pela prospecção de materiais que busquem informar ao pesquisador a importância do problema, o estágio em que são encontradas as informações são abertos a respeito do assunto estudado, e pode até revelar ao pesquisador outras formas de informação.

A pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela realização de levantamentos bibliográficos e pesquisas acerca de determinado tema, visando criar familiaridade e trazer informações para o leitor, deixando claro seus objetivos e ideias a transmitir.

Conforme Marconi e Lakatos, toda pesquisa bibliográfica tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato com tudo que foi escrito e com todo o histórico pesquisado por outros autores sobre determinado tema.

Na perspectiva do autor Moretti, a pesquisa bibliográfica pode ser um trabalho independente ou pode ser constituído através de outra pesquisa.

As pesquisas descritivas adotam “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 1991, p. 46). Já as pesquisas explicativas “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 1991, p. 46).

Segundo Oliveira, os termos pesquisa descritivos, referem-se ao fato desse tipo de pesquisa se apoiar na estatística descritiva para realizar as descrições da população, do fenômeno ou relacionar as variáveis. Assim como as pesquisas explicativas procuram aprofundar o conhecimento da realidade, porque explicam a razão e o porquê das coisas. Têm como objetivo principal a identificação dos motivos que contribuíram ou determinaram a ocorrência de um fenômeno.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

	CDB	Tesouro Selic	LCI e LCA	Fundo DI	Tesouro Prefixado	Tesouro IPCA+	Poupança
Valor bruto acumulado	.312.597,69	R$ 5.312.597,69	R$ 4.815.195,51	R$ 5.249.714,57	R$ 4.860.544,57	R$ 4.587.412,23	R$ 4.034.253,09
Rentabilidade bruta	98,97%	98,97%	80,34%	96,62%	82,04%	71,81%	51,10%
Custos	R$ 0,00	R$ 64.070,78	R$ 0,00	R$ 79.239,52	R$ 58.618,95	R$ 55.324,93	R$ 0,00
Valor pago em IR	396.389,65	R$ 396.389,65	R$ 0,00	R$ 386.957,19	R$ 328.581,68	R$ 287.611,83	R$ 0,00
Valor líquido acumulado	.916.208,03	R$ 4.852.137,25	R$ 4.815.195,51	R$ 4.783.517,86	R$ 4.473.343,93	R$ 4.244.475,46	R$ 4.034.253,09
Rentabilidade líquida	84,13%	81,73%	80,34%	79,16%	67,54%	58,97%	51,10%
Ganho líquido	**.246.208,03**	**R$ 2.182.137,25**	**R$ 2.145.195,51**	**R$ 2.113.517,86**	**R$ 1.803.343,93**	**R$ 1.574.475,46**	**R$ 1.364.253,09**

Tabela 05 – Calculadora de renda fixa, tesouro prefixado
Fonte: (Infograficos Ancor, 2023)

Como dito anteriormente, ao comprar os títulos do Tesouro Direto, pode-se afirmar que o investidor está emprestando dinheiro ao governo. O Tesouro Prefixado Letras do Tesouro Nacional (LTN) possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o investidor faz a aplicação e recebe o valor de face (valor investido somado à rentabilidade), na data de vencimento do título (TESOURO DIRETO, 2023).

Nesta perspectiva o Tesouro Nacional define títulos públicos como ativos de renda fixa, ou seja, seu rendimento pode ser dimensionado no momento do

investimento, ao contrário dos ativos de renda variável (como ações), cujo retorno não pode ser estimado no instante da aplicação (VIEIRA, 2020).

Iniciando a análise com os dados do investimento em renda fixa tesouro prefixado, como dito anteriormente o valor utilizado é de R$ 2.670.000 em 72 meses. Para calcular a rentabilidade e o valor bruto e líquido do investimento foi utilizado a Calculadora de renda fixa.

Por meio da análise do resultado é possível observar o desempenho deste investimento nos 72 meses, alcançando uma rentabilidade líquida de 67,54%. É importante se atentar ao aspecto dos custos que envolvem o investimento em renda fixa como a cobrança do imposto de renda abordado, que é de 15% para investimentos acima de 720 dias.

Com isso, em relação aos custos do investimento observamos o valor de R$ 328.581,68 de pagamento do imposto de renda. Além disso, os custos com a taxa de administração que foi de R$ 58.618,95.

Totalizando um valor de R$ 387.200,63, apenas de custos que envolvem o investimento, que é o valor somado da taxa de administração e o pagamento do imposto de renda.

Desta maneira, é possível visualizar que de rentabilidade bruta foi obtido 82,04%, chegando ao valor total de R$ 4.860.544,57. O rendimento bruto sobre o valor do investimento em reais é de R$ 2.190.468,00 o que resulta em um rendimento anual de 13,67% ou R$ 365.078,00.

Avaliando o resultado rendimento bruto, é percebido que 1 ano de rentabilidade é apenas para cobrir os custos do investimento como a taxa de administração e o pagamento do imposto de renda.

Conforme apresentado, no que se refere ao rendimento líquido total o valor acumulado de R$ 4.473.343,93 que corresponde a 67,54% de rentabilidade, resultando em um rendimento anual de 11,26% ou R$ 300.553,00.

Além. disso, se comparado ao capital inicial do investimento temos um ganho líquido de R$ 1.803.343,93.

Por fim, é importante se atentar ao rendimento real do investimento. De acordo com a Toro investimentos o ganho real nada mais é do que a rentabilidade obtida no investimento após subtrair o valor da inflação no mesmo período.

Como visto na tabela 03 e 04, o índice de preço ao consumidor amplo acumulado (IPCA) nos últimos 12 meses foi de 4,82%, e nos últimos 5 anos de

28,43%, totalizando uma inflação de 33,25%, resultando em uma rentabilidade real de 34,29% ou R$ 915.543,00.

No que se ao investimento na franquia, como dito anteriormente, o retorno sobre o investimento (ROIC) é de 60 meses.

Neste aspecto, o rendimento bruto só pode ser avaliado após os 5 primeiros anos da franquia, onde é recuperado o valor investido inicialmente na franquia com o rendimento retirado dos faturamentos mensais.

Faturamento	Custos e Despesas	Royalties	Publicidade	Lucro
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 560.000,00	R$ 395.920,00	R$ 28.000,00	R$ 24.080,00	R$ 112.000,00
R$ 6.720.000,00	R$ 4.751.040,00	R$ 336.000,00	R$ 288.960,00	R$ 1.344.000,00

Tabela 06 – Comportamento de receitas e despesas de uma franquia do McDonald´s
Fonte: (Massari, 2023)

Como citado anteriormente, cerca de 68 milhões de pessoas comem os hambúrgueres do McDonalds diariamente. Segundo o *Statista Research Department*, as franquias empregam mais de 200 mil pessoas, são cerca de 40 mil unidades distribuídas por 120 países, com um faturamento médio de US$ 75 milhões por dia.

Desta maneira, é possível afirmar ainda por mais que haja o alto risco no investimento em uma franquia o McDonald's é uma empresa solida no mercado, e vem ano após ano ganhando mais espaço e conquistando cada vez mais lugar no mercado.

É visto na figura 01, que a empresa ocupa o lugar de terceira franquia que mais cresce no mundo e detém o maior valor de marca em restaurantes de serviço rápido com uma diferença de mais de US$ 90 milhões de dólares para o segundo colocado na categoria (LUIZA, 2023).

Em conjunto a isso, os números da figura 02 mostram ainda um faturamento médio de US$ 23 bilhões de dólares anuais em receita global.

De outro lado, se olharmos o período de 1990 a 2007, o estudo demonstra que o faturamento do McDonald's cresceu a uma taxa quase quatro vezes maior do que a média do PIB brasileiro no período: 10,7% contra 2,8%. As vendas per capita tiveram um crescimento ainda maior: 9,2% contra 1% ao ano de crescimento do PIB per capita no país no período.

Com isso, analisando a tabela acima, é possível perceber os que 5% custos ou R$ 336.000,00 anuais são destinados para pagamento de *royalties*, parcela esta paga a franqueadora pelo uso da marca e dos produtos e/ou serviços comercializados e prestados.

Além disso, 4,3% de publicidade ou R$ 288.960,00 por ano, como o McDonald´s utiliza de estratégias e campanhas de marketing e publicidade para promover seus produtos, esta despesa ocupa parte significativa no resultado das franquias, pois é uma taxa mensal atribuída pela franqueadora. A empresa não permite que determinada franquia não esteja alinhada ou não participe de suas campanhas, acarretando o aumento das despesas.

De acordo com o que foi apresentado anteriormente, os impostos inerentes a esse tipo de atividade também são um tipo despesa importante a ser ressaltado.

Como é percebido, o regime tributário escolhido foi o lucro presumido e com isso uma simulação para chegar ao resultado da contribuição da franquia do McDonald´s.

FATURAMENTO	CSLL - 2372	IRPJ - 2089	C/ ADICIONAL IRPJ
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 1.680.000,00	R$ 18.144,00	R$ 20.160,00	R$ 27.600,00
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 1.680.000,00	R$ 18.144,00	R$ 20.160,00	R$ 27.600,00
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 1.680.000,00	R$ 18.144,00	R$ 20.160,00	R$ 27.600,00
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 560.000,00	-	-	-
R$ 1.680.000,00	R$ 18.144,00	R$ 20.160,00	R$ 27.600,00
	R$ 72.576,00	R$ 80.640,00	R$ 110.400,00

Tabela 07 – Calculadora de Lucro Presumido, IRPJ e CSLL
Fonte: (Elaboração própria, 2023)

ADICIONAL 10% IRPJ	
1º TRIM	R$ 7.440,00
2º TRIM	R$ 7.440,00
3º TRIM	R$ 7.440,00
4º TRIM	R$ 7.440,00

Tabela 08 – Calculadora de Lucro Presumido, adicional 10%
Fonte: (Elaboração própria, 2023)

FATURAMENTO	ICMS 18%	Base de Cálculo	PIS	COFINS
R$ 560.000,00	R$ 13.440,00	R$ 546.560,00	R$ 3.552,64	R$ 16.396,80
R$ 560.000,00	R$ 13.440,00	R$ 546.560,00	R$ 3.552,64	R$ 16.396,80
R$ 560.000,00	R$ 13.440,00	R$ 546.560,00	R$ 3.552,64	R$ 16.396,80
R$ 560.000,00	R$ 13.440,00	R$ 546.560,00	R$ 3.552,64	R$ 16.396,80
R$ 560.000,00	R$ 13.440,00	R$ 546.560,00	R$ 3.552,64	R$ 16.396,80
R$ 560.000,00	R$ 13.440,00	R$ 546.560,00	R$ 3.552,64	R$ 16.396,80
R$ 560.000,00	R$ 13.440,00	R$ 546.560,00	R$ 3.552,64	R$ 16.396,80
R$ 560.000,00	R$ 13.440,00	R$ 546.560,00	R$ 3.552,64	R$ 16.396,80
R$ 560.000,00	R$ 13.440,00	R$ 546.560,00	R$ 3.552,64	R$ 16.396,80
R$ 560.000,00	R$ 13.440,00	R$ 546.560,00	R$ 3.552,64	R$ 16.396,80
R$ 560.000,00	R$ 13.440,00	R$ 546.560,00	R$ 3.552,64	R$ 16.396,80
R$ 6.720.000,00	R$ 161.280,00		R$ 42.631,68	R$ 196.761,60

Tabela 09 – Calculadora de Lucro Presumido, PIS e COFINS
Fonte: (Elaboração própria, 2023)

É possível observar um total anual de R$ 80.640,00 de CSLL, R$ 110.400,00 de IRPJ com adicional de 10%, além de, R$ 201.129,60 de PIS e COFINS.

Com a redução do ICMS é possível ver um valor total de R$ 161.280,00.

Obtendo um valor de R$ 591.713,28 de impostos e contribuições pagos anualmente, isso representa 8,81% do faturamento total da empresa.

De acordo com Massari o rendimento mensal gira em torno de 15% a 25%, como média, utiliza-se um rendimento de 20% ao mês ou R$ 112.000,00 que resulta em R$ 1.344.000,00 por ano.

Além disso, uma rentabilidade sobre o investimento inicial de 50,34%.

Resultando em uma receita total de R$ 6.720.000,00 e uma despesa total de R$ 5.376.000, que envolve todos os custos e despesas como, *royalties*, publicidade insumos, impostos, funcionários, entre outros que estão incluídos no segmento da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corrobora que na análise dos investimentos, a franquia do McDonald’s neste intervalo de tempo é a melhor opção de investimento e a que mais se aproxima do objetivo, a melhor combinação entre potencial de retorno e segurança do capital investido.

Tendo em vista que, a franquia obteve uma rentabilidade em reais de R$ 1.344.000,00 sobre o valor investido, enquanto a renda fixa de R$ 915.543,00. Correspondendo em 50,34% de rentabilidade na franquia e 34,29% na renda fixa.

Avaliando o que foi apresentado, em apenas 12 meses de rentabilidade real, onde o retorno sobre o investimento já havia sido pago, a franquia mostrou uma rentabilidade maior que a renda fixa em seus 72 meses de rendimento.

Além disso, apesar da renda fixa demonstrar um risco de investimento menor, o McDonald’s possui diversas iniciativas para mitigar os riscos inerentes ao empreendimento, tendo em vista que há todo o suporte da franqueadora para com o branding e recursos de publicidade que alavancam e muito o faturamento da franquia.

Quando nos referimos aos custos e despesas da operação a franquia demonstra uma carga maior por ser uma empresa ativa, custos e despesas estes como, insumos, folha salarial, impostos entre outros custos e despesas. Por outro lado, há também os custos relacionados a renda fixa.

Por fim, dentro do contexto que foi analisado o McDonald’s mostrou-se ser um melhor investimento com base no potencial de retorno e segurança do capital investido, dentro do contexto analisado.

REFERÊNCIAS

1.ABF, 2023. **Mercado de franquias brasileiro supera os R$211 bi e cresce 14,3% em 2022.** Disponível em: https://www.abf.com.br/mercado-de-franquias-brasileiro-supera-os-211-bi-e-cresce-143-em-2022/ Acesso 09/09/2023.

2. AILOS, Blog 2022. **Investimentos conservadores:** entenda quais são. Disponível em: https://blog.ailos.coop.br/investimentos/investimentos-conservadores/#:~:text=Existem%20diversas%20classifica%C3%A7%C3%B5es%20de%20investidores,a%20sua%20toler%C3%A2ncia%20de%20risco. Acesso 05/10/2023.

3. ALTERDATA, 2023. **Como calcular o adicional de IR?** Disponível em: https://ajuda.alterdata.com.br/fiscalbase/como-calcular-o-adicional-de-ir-87732761.html#:~:text=da%20Guia%20Trimestral-,O%20que%20%C3%A9%20o%20adicional%20de%20IR%3F,opta%20por%20antecipar%20o%20imposto. Acesso 05/10/2023.

4. AMBIMA, 2021. **Pandemia muda hábitos de poupança do brasileiro e estimula investimento em produtos financeiro.** Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/pandemia-muda-habitos-de-poupanca-do-brasileiro-e-estimula-investimento-em-produtos-financeiros.htm Acesso 23/10/2023.

5. AMBIMA, 2022. **Raio X do Investidor Brasileiro**. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2023.htm Acesso 15/09/2023.

6. AUGUSTO, Juliano 2023. **Quais são os investimentos isentos de IR?** Disponível em: https://blog.nubank.com.br/investimentos-sem-imposto-de-renda-2023/ Acesso 12/10/2023.

7. B3, Bolsa de Valores Brasileira 2020. **A descoberta da Bolsa pelo Investidor Brasileiro.** Disponível em: https://www.b3.com.br/data/files/DE/47/57/09/B3866710D32004679C094EA8/Pesquisa%20PF_Apresentacao_final_11_12_20_.pdf Acesso 05/10/2023.

8. B3, Bolsa de Valores Brasileira 2020. **Número de investidores na B3 cresce 34% em renda fixa e 23% em renda variável em 12 meses** Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/numero-de-investidores-na-b3-cresce-34-em-renda-fixa-e-23-em-renda-variavel-em-12-meses.htm Acesso 05/10/2023.

9. BERGER, Paulo Lamosa. **Mercado De Renda Fixa No Brasil:** Ênfase em títulos públicos. 1ª ed. Editora Interciência, 2021.

10. BICUDO, Lucas 2022. **História do Mcdonalds e as tacadas certeiras do Marketing**. Disponível em: https://forasdeserie.com/historia-do-mcdonalds-e-as-tacadas-certeiras-do-marketing/ Acesso 29/10/2023.

11. BRADESCO, 2022. Disponível em: https://www.bradescocorretora.com.br/SiteBradescoCorretora/Sobre_a_Corretora/Conceito-de-Risco#:~:text=Risco%20em%20investimento%20pode%20ser,principalmente%2C%20em%20fun%C3%A7%C3%A3o%20de%20alavancagem. Acesso 21/10/2023.

12. BRANDT, E. A. **Truelo de tipologias estratégicas na arena das franquias de fast-foodno Brasil:** porter x miles & snow xmintzberg. Estratégia e Negócios, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

13. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2017. **CAIXA Investe** Disponível em:< http://www11.caixa.gov.br/portal/public/investidor/investidor/invista/perfil_do_investidor>. Acesso 22/10/2023.

14. CALCULADORA DE RENDA FIXA. Disponível em: https://infograficos.valor.globo.com/calculadoras/calculadora-de-renda-fixa.html#ancor Acesso 25/10/2023.

15. CARVALHO, Patrícia Lacerda et al. **Desempenho do Setor de Franquias no Brasil.** Revista de Contabilidade da UFBA, v. 15, p. e2118-e2118, 2021.

16. CASTELO, Lara 2023. **Por que os ajustes da taxa Selic afetam os investimentos**. Disponível em: https://einvestidor.estadao.com.br/investimentos/por-que-ajustes-selic-impactam-investimentos/ Acesso 22/10/2023.

17. FERNANDES, M. C. P. **O Contrato de Franquia Empresarial.** São Paulo: Memória Jurídica, 2003.

18. FIOCRUZ, 2020. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** Disponível em: https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia Acesso 29/10/2023.

19. FRANQUIAS, INOVA 2019. **A História das Franquias:** Conheça a História das Franquias no Brasil e no Mundo. Disponível em: https://www.inovafranquias.com.br/historia-das-franquias/ Acesso 29/09/2023.

20. GENIAL, BLOG INVESTIMENTOS 2022. **Rentabilidade:** o que é e como calcular? Disponível em: https://blog.genialinvestimentos.com.br/rentabilidade/#:~:text=A%20rentabilidade%20representa%20o%20quanto,no%20per%C3%ADodo%20de%2012%20meses. Acesso 05/10/2023.

21. GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

22. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Atlas. 1991

23. GILLIS, W. E.; COMBS, J. G. **Franchisor strategy and firm performance:** Making the most of strategic resource investments. Business Horizons, v. 52, n. 6, p. 553-561, 2009.

24. GRIEBLER, CARLOS 2023.
A história do franchising no Brasil e no mundo Disponível em: https://centraldofranqueado.com.br/franchising/historia-franchising/
Acesso 05/10/2023.

25. INFOMONEY, 2022. **Tesouro Direto: guia completo para investir em títulos públicos**. Disponível em:
https://www.infomoney.com.br/guias/tesouro-direto/ Acesso 05/10/2023.

26. INFOMONEY, 2022. **O que é inflação e por que ela impacta no seu bolso?** Disponível em:
https://www.infomoney.com.br/guias/inflacao/ Acesso 05/10/2023.

27. LARGHI, Nathália 2023. **Número de influenciadores de finanças mapeados pela Anbima duplica e engajamento também sobe.** Disponível em: https://valorinveste.globo.com/objetivo/hora-de-investir/noticia/2023/03/27/numero-de-influenciadores-de-financas-mapeados-pela-anbima-duplica-e-engajamento-tambem-sobe.ghtml Acesso 27/08/2023.

28. LEÃO, Carlos et al. **Análise do aumento do número de investidores na B3,** a bolsa de valores brasileira, entre janeiro de 2018 e março de 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Direito, Negócios e Comunicação.Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2023.
https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/6101

29. LIMA, L. **O que a pandemia nos ajudou a perceber sobre aspectos econômicos e sociais no Brasil.** Revista Interfaces, São Paulo, v. 9, n. 1, 2021.

30. LOPES, Caroline et al. **Planejamento tributário:** estudo de caso sobre lucro presumido e lucro real. Revista Liceu On-Line, v. 7, n. 1, p. 6-27, 2017.

31. LUIZA, Rita 2023. **As maiores franquias do mundo: conheça 9 marcas de sucesso** Disponível em: https://encontresuafranquia.com.br/maiores-franquias-do-mundo/ Acesso 27/08/2023.

32. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º ed. São Paulo, Atlas, 2003.

33. MARTIN, Erica 2021. **7 taxas que o investidor precisa conhecer antes de investir**. Disponível em: https://investnews.com.br/financas/taxa-de-investimento/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20especialista,1%2C5%25%20ao%20ano. Acesso 21/09/2023.

34. MASSARI, Lívia 2023. **Qual o lucro mensal de uma franquia do McDonald's?** Disponível em: https://www.montarumnegocio.com/qual-o-lucro-mensal-de-uma-franquia-do-mcdonalds/ Acesso 15/09/2023.

35. MORETTI, Neuza. **Manual de Metodologia Cientifica:** como elaborar trabalhos acadêmicos. União de Ensino Superior de Cafelândia, 2008.

36. NETO, José Monteiro Varanda; DE SOUZA SANTOS, José Carlos; MELLO, Eduardo Morato. **O mercado de renda fixa no Brasil:** conceitos, precificação e risco. Saint Paul, 2019.

37. ODY, Gabriel Leandro. **Mercado financeiro brasileiro:** um estudo sobre a preferência dos investidores brasileiros pela renda fixa. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS, 2021. http://hdl.handle.net/10183/234567

38. OLIVEIRA, M. C., - Vponte@fortalnet.com.br, V. M. R. P., & BARBOSA, J. V. B. **Metodologias de Pesquisa adotadas nos Estudos sobre Balanced Scorecard.** Anais Do Congresso Brasileiro De Custos - ABC. Recuperado de https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1701

39. PORTARIA Nº 00182/2016/GSER. **Aprova o Roteiro para Escrituração Fiscal Digital para Bares, Restaurantes e Estabelecimentos Similares** Disponível em: https://www.sefaz.pb.gov.br/legislacao/196-portarias/portarias-2016/3695-portaria-n-00182-2016-gser Acesso 15/10/2023.

40. PORTELA, Lívia 2023. **Franquia do McDonalds: saiba quanto custa e se vale apena investir.** Disponível em: https://www.mobills.com.br/blog/franquias/franquia-do-mcdonalds/ Acesso 23/10/2023.

41. RICO, Investimentos 2023**. Investimentos em Renda Fixa:** o que são e como aplicar? Disponível em: https://riconnect.rico.com.vc/blog/renda-fixa/#:~:text=A%20renda%20fixa%20%C3%A9%20a,porque%20possui%20uma%20rentabilidade%20previs%C3%ADvel. Acesso 29/08/2023.

42. RICO, Investimentos 2023. **IPCA acumulado:** o que é e qual a inflação hoje. Disponível em: https://riconnect.rico.com.vc/blog/ipca-acumulado/ Acesso 08/09/2023.

43. RIVAS, Katherine 2023. **Com renda fixa, investimentos dos brasileiros batem recorde de R$ 5 trilhões.** Disponivel em: https://www.infomoney.com.br/onde-investir/com-renda-fixa-investimentos-dos-brasileiros-batem-recorde-de-r-5-trilhoes/ Acesso 05/10/2023.

44. RODRIGUES, Aldenir Ortiz. de et al. IRPJ e CSLL: **Manual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Liquido**. 3. Ed. São Paulo: IOB, 2009.

45. RODRIGUES, Reika dos Santos 2023. **Estudo da viabilidade econômico-financeiro de um e-commerce para expansão de uma marca de acessórios para móveis.** Trabalho de Conclusão de Curso. Área do Conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas Ciências Contábeis – Bacharelado. UCS – Universidade de Caxias do Sul, 2023. https://repositorio.ucs.br/11338/12600

46. SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

47. SANTOS, Daiane Rodrigues et al. **Escolha de carteira de investimento:** aplicação no mercado financeiro brasileiro. Brazilian Applied Science Review, v. 5, n. 1, p. 568-583, 2021.

48. SCHELLER, Fernando 2022. **McDonald's ganha mercado no Brasil e prevê 120 novas lojas até 2024** Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/mcdonalds-ganha-mercado-e-preve-120-novas-lojas-ate-2024/ Acesso 02/09/2023.

49. SEBRAE, 2017. **Seis motivos para investir em franquia.** Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/artigos/seis-motivos-para-investir-emfranquia,432a738354fec510VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=Ao%20investir%20em%20uma%20franquia,da%20marca%20que%20est%C3%A1%20representando. Acesso 17/11/2023.

50. SEBRAE, 2023**. Você sabe qual a diferença entre franquia e filial?** Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/voce-sabe-qual-a-diferenca-entre-franquia-e filial,15270ee26e4b7810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=Basicamente%2C%20a%20filial%20%C3%A9%20uma,isso%2C%20as%20diferen%C3%A7as%20s%C3%A3o%20grandes. Acesso 16/08/2023.

51. Statista Research Department, 2023. **McDonald's - statistics & facts.**Disponível em: https://www.statista.com/topics/1444/mcdonalds/#dossier-chapter2 Acesso 10/10/2023.

52. SUA FRANQUIA, 2009. **Mcdonald's comemora 30 Anos com 40% do Mercado**. Disponível em: https://www.suafranquia.com/noticias/alimentacao-e-food-service/2009/02/mcdonalds-comemora-30-anos-com-40-do-mercado/Acesso 22/09/2023.

53. TASSIGNY, Mônica Mota et al. **O mercado de franquias e sua contribuição econômica e socioambiental.** Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, p. 703-716, 2015.

54. TESOURO DIRETO, 2017. **Conheça o Tesouro Direto.** Disponível em:< http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto. Acesso 05/10/2023.

55. TESOURO DIRETO, 2023. **Características dos títulos públicos**. Disponível em: https://www.tesourodireto.com.br/data/files/30/D0/99/72/C872D610393A62D6894D49A8/Caracteristicas_Titulos_Publicos.pdf Acesso 25/09/2023.

56. THAKARE., R. S. (2020). **Um estudo sobre o comportamento de compra do consumidor após o bloqueio do COVID 19**. Disponível em https://ijcrt.org/papers/IJCRT2005477.pdf. Acesso 12/10/2023.

57. TORO, INVESTIMENTOS 2021. **Como fazer o dinheiro render acima da inflação? Veja como se proteger!** Disponível em: https://blog.toroinvestimentos.com.br/investimentos/como-fazer-o-dinheiro-render/#:~:text=Para%20obter%20um%20ganho%20de,ganho%20real%20foi%20de%205%25. Acesso 05/09/2023.

58. TORO, INVESTIMENTOS 2023. **Tesouro Direto Prefixado:** descubra se investir em LTN vale a pena. Disponível em: https://blog.toroinvestimentos.com.br/renda-fixa/tesouro-prefixado-ltn#:~:text=O%20Tesouro%20Direto%20prefixado%20%C3%A9,final%20do%20prazo%20do%20t%C3%ADtulo. Acesso 01/11/2023.

59. VERONESI, Luiza Belloni 2014**. Acha que é fácil? Os 5 principais riscos ao abrir uma franquia.** Disponível em: https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/acha-que-e-facil-os-5-principais-riscos-ao-abrir-uma-franquia/Acesso 28/10/2023.

60. IDEIRA, Carlos 2023. **Em alta, franquias superam de vez as perdas da pandemia.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2023/06/em-alta-franquias-superam-de-vez-as-perdas-da-pandemia.shtml#:~:text=Os%20reflexos%20negativos%20da%20pandemia,ano%2C%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202022. Acesso 17/10/2023.

61. IEIRA, Ana Aurélia Batista; OLIVEIRA, Annevia Palhares Vieira Diniz. **Investimento no Tesouro Direto Nacional**: um estudo dos títulos públicos. SYNTHESIS| Revistal Digital FAPAM, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2020.

62. ILAS, Portal 2009. **McDonald's comemora 30 anos.** Disponível em: https://revistacafeicultura.com.br/mcdonalds-comemora-30-anos/Acesso 15/10/2023.

63. WIKIPEDIA, 2023. **McDonald's.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/McDonald%27s#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20McDonald's%20instalou,milh%C3%B5es%20de%20unidades%20no%20pa%C3%ADs Acesso 21/08/2023.

A RELAÇÃO DOS EMPREENDEDORES COM A CONTABILIDADE: uma pesquisa de campo com empreendedores do município de Pedras de Fogo – PB.

Larissa da Silva Gonçalves[30]
Mayra Cinara de Oliveira Tabosa[31]

RESUMO

Na atualidade tem crescido bastante o número de brasileiros que estão investindo para ter seu próprio negócio, foi detectado que 67% da população brasileira adulta está envolvida com empreendedorismo, então é muito importante que os empreendedores possuam conhecimento para saber gerir seu negócio, mantê-lo e sustentá-lo em um ciclo de vida prolongado e obter retornos significativos de seus investimentos. Diante dessa importância, objetivou-se identificar a relação dos empreendedores do município de Pedras de Fogo – PB com a contabilidade. A metodologia utilizada foi do tipo pesquisa de campo, de natureza quantitativa, por meio de um questionário composto de duas partes, sendo a primeira parte referente ao perfil social dos respondentes e a segunda parte, que irá descrever a visão dos empreendedores a respeito da sua relação com a contabilidade. O questionário foi composto de 15 questões no total, aplicado de forma presencial, cujo os respondentes são empreendedores do município de Pedras de Fogo – PB. Em relação aos resultados obtidos considerando o objetivo geral desta pesquisa, foi observado que a grande maioria dos empreendedores não possuem o devido entendimento e conhecimento da contabilidade e por consequência, não mantém uma relação próxima entre a gestão do seu negócio e a mesma.

Palavras-chaves: Empreendedorismo; Investimento; Contabilidade.

ABSTRACT

Currently, the number of Brazilians who are investing to have their own business has grown significantly, it has been detected that 67% of the adult Brazilian population is involved in entrepreneurship, so it is very important that entrepreneurs have the knowledge to know how to manage their business, maintain it and sustain it over an extended life cycle and obtain significant returns on your investments. Given this importance, the objective was to identify the relationship between entrepreneurs in the municipality of Pedras de Fogo – PB and accounting. The methodology used was field research, quantitative in nature, through a questionnaire composed of two parts, the first part referring to the social profile of the respondents and the second part, which will describe the entrepreneurs' vision regarding their relationship with accounting. The questionnaire was composed of 15 questions in total, applied in

[30] Graduanda do curso de Ciências Contábeis Larissa da Silva Gonçalves. E-mail: larissads733@gmail.com

[31] Professora Orientadora Mayra Cinara Tabosa Amorim, Graduada em Administração, pelo Instituto de Educação superior da Paraíba, Especialista em Gestão de Pessoas e Gestão Estratégica de pessoas, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Administração das disciplinas relativas à Administração, Pessoas e Empreendedorismo. E-mail: prof1583@iesp.edu.br. Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/2458208137409957

person, whose respondents were entrepreneurs from the municipality of Pedras de Fogo – PB. In relation to the results obtained considering the general objective of this research, it was observed that the vast majority of entrepreneurs do not have the proper understanding and knowledge of accounting and, consequently, do not maintain a close relationship between the management of their business and it.

Key Words: Entrepreneurship; Investment; Accounting

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade tem crescido bastante o número de brasileiros que estão investindo para ter seu próprio negócio, de acordo com o SEBRAE (2023) na edição de 2022 do relatório da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), foi detectado que 67% da população brasileira adulta está envolvida com empreendedorismo, seja porque já tem um negócio, está fazendo algo para ter ou deseja começar a empreender nos próximos três anos. Colocando em números absolutos, essa porcentagem representa um universo de 93 milhões de brasileiros entre 18 e 64 anos, sendo 42 milhões para empreendedores e os outros 51 milhões para potenciais empreendedores.

Entende-se que empreendedorismo está diretamente ligado com a capacidade das pessoas de serem criativas para desenvolverem soluções para algum tipo de problema ou oportunidade encontrada. Dornelas (2008, p.22) afirma que "Empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades. E a perfeita junção destas oportunidades leva à criação de negócios bem-sucedidos."

O empreendedorismo pode surgir tanto por uma necessidade como também por uma oportunidade, normalmente o empreendedor por necessidade é aquela pessoa que decide investir em um negócio próprio, muitas vezes são pessoas que estão desempregadas há certo tempo então a situação que se encontra acaba levando a isso, é no empreendedorismo que elas encontram uma forma para contornar seus problemas financeiros obtendo sua renda. Já o empreendedor por oportunidade é aquela pessoa que identifica uma determinada necessidade ou desejo na sociedade. Então é criada a oportunidade para que esse empreendedor ofereça a solução que as pessoas pedem sob a forma de um produto ou serviço.

Sob a visão contábil o programa MEI (Microempreendedor individual) é um caminho muito procurado pelos empreendedores que estão querendo formalizar seu negócio, geralmente são empreendedores que começaram por necessidade e depois enxergaram uma grande oportunidade e decidem se formalizar para estarem dentro das leis. Então o MEI foi criado realmente com o objetivo de regularizar a situação desses profissionais informais, para ser registrado como MEI a área de atuação do profissional precisa estar na lista oficial da categoria, o seu faturamento deve ser de até R$ 81.000,00 por ano ou R$ 6.750,00 por mês, o empreendedor não

pode ter participação em outra empresa como sócio ou titular e deve ter no máximo um empregado contratado que receba o salário-mínimo ou o piso da categoria.

Chiavenato (2006) coloca que para ser bem-sucedido, o empreendedor não deve apenas saber criar seu próprio empreendimento, mas deve também saber gerir seu negócio para mantê-lo e sustentá-lo em um ciclo de vida prolongado e obter retornos significativos de seus investimentos. Basicamente ele afirma que o empreendedor deve saber gerenciar as operações relacionadas ao seu negócio, como planejar, organizar e liderar as atvidades. Segundo levantamento do SEBRAE (2022) 29% dos microempreendedores individuais encerram as atividades após os cinco primeiros anos por falta de planejamento.

Sendo assim, é muito importante que os empreendedores possuam conhecimento para ter um bom plano de negócio e sempre tomarem decisões que traga resultados positivos. Caso contrário as tomadas de decisões podem trazer resultados negativos com inúmeros prejuízos e até levar o empreendedor encerrar suas atividades. Diante o exposto, o estudo tem o intuito de responder o seguinte problema de pesquisa: **Como está a relação dos empreendedores do município de Pedras de Fogo – PB com a contabilidade?**

A discussão acerca desse tema serve como alerta aos empreendedores que muitas vezes não tem o devido conhecimento da importância de ser um empreendedor formalizado, não sabem os benefícios que uma boa contabilidade pode trazer para seu negócio para a tomada de decisão, este artigo também será uma fonte de conhecimento para o meio acadêmico que busca se aprimorar nesse campo de estudo.

Por tanto, a presente pesquisa tem como objetivo geral avaliar a relação dos empreendedores do município de Pedras de Fogo – PB com a contabilidade. Percorrendo os seguintes objetivos específicos: levantar conceitos e características do empreendedorismo, bem como os conhecimentos necessários ao empreendedor, apresentar os aspectos contábeis que interferem e auxiliam os empreendedores na gestão dos seus empreendimentos; comparar os aspectos teóricos com os dados levantados na pesquisa junto aos empreendedores da cidade de Pedras de Fogo – PB.

Para isso, a metodologia utilizada ao decorrer desse estudo será pesquisas em artigos, livros, sites, para fundamentar o conteúdo teórico, seguido de uma pesquisa de campo com aplicação de questionários para aprofundar a temática e

absorver os resultados. E, por fim, o artigo apresenta uma estrutura dividida em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento e discussão de dados, e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EMPREENDEDORISMO

O termo empreendedorismo foi conceituado e definido por diversos autores. Dolabela (2008, p.59) conceitua: “Empreendedorismo é um neologismo derivado da livre tradução da palavra *entrepreneurship* e utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação”.

O empreendedorismo pode ser entendido pela sua essência como uma mistura de motivação e criatividade para ser realizado com colaboração e inovação, muitas vezes de um projeto pessoal ou organizacional com obstáculos desafiadores, porem lidar com riscos fazem parte desse jogo empreendedor (BAGGIO, BAGGIO 2015).

Para Barreto (1998, p. 190) “empreendedorismo é habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou de quase nada”.

Os termos empreendedorismo e empreendor caminham juntos, para entendermos mais sobre o empreendedorismo também precisamos saber como é definida uma pessoa empreendedora. O termo empreendedor deriva da palavra francesa “entrepreneur”, foi usado pela primeira vez em 1725 pelo economista francês Richard Cantillon para salientar que o empreendedor é um indivíduo que assume riscos (Chiavenato 2021).

O quadro a seguir descreve algumas definições sobre o empreendedor:

Autor	Definições
Schumpeter (1934)	Empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente, pela introdução de novos produtos e serviços e pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos materiais. O empreendedor é

	aquele que realiza coisas novas e não necessariamente aquele que inventa.
McClelland (1961)	O empreendedor é definido como alguém que exercita controle sobre os meios de produção e produz mais do que consome a fim de vendê-los (ou trocá-los) pelo pagamento ou renda.
Drucker (1974)	A criatividade não depende de inspirações, mas de estudo árduo; um ato de vontade. Assim como a pesquisa sistemática pode resultar na invenção, também pode haver uma busca premeditada de oportunidades para inovar. Quem souber onde e como encontrá-la será o empreendedor.
Filion (1986)	Um empreendedor é um indivíduo imaginativo, caracterizado pela capacidade de fixar alvos e objetivos.
Julien (1986)	O empreendedor é aquele que não perde a capacidade de imaginar, tem uma grande confiança em si mesmo, é entusiasta, tenaz, ama resolver problemas, ama dirigir, combate a rotina, evita constrangimento.
Lance (1986)	Empreendedor é uma pessoa que congrega risco, inovação, liderança, vocação artística, habilidade e perícia profissional em uma fundação sobre a qual constrói uma equipe motivada.
PRODER Sebrae (PR) (1998)	Empreender é exercer a capacidade de imaginar, planejar e pôr em prática seus sonhos e projetos. Em resumo é fazer acontecer.

Quadro 01 – Definições sobre o empreendedor.
Fonte: CUNHA; SILVA, YAMAGUCHI, 2011

Nas definições e conceitos que relacionam empreendedorismo e empreendedor é observado algumas características pertinentes que são aspectos sempre presentes em um empreendedor, como ter iniciativa e boas ideias para criar um novo negócio, usar as necessidades do ambiente onde vive para impulsionar a criatividade, ser sonhador, mas também realista para aceitar os riscos e a possibilidade de fracassar, então o empreendedor é uma pessoa visionária. Ainda de acordo com Dolabela (2006, p. 312) “O empreendedor é um insatisfeito que transforma seu inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para os outros”.

2.1.1 Dados sobre o empreendedorismo no Brasil

No Brasil, pesquisas no âmbito do empreendedorismo ganham amplitude a partir da década de 90, quando aconteceu um acelerado programa de abertura econômica, porém a divulgação dos trabalhos em Empreendedorismo nos Encontros da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD) passou a ser sistematizada a partir do ano 2000.

O Brasil destaca-se em pesquisas reconhecidas internacionalmente (GEM, 2014) como um dos países com maior contingente de empreendedores no mundo. Em 2014, a taxa de empreendedorismo foi de 34,5%, superando países como Estados Unidos (20,8), China (17,1), Alemanha (10,5), Índia (10,3) e Itália (8,7). Isso significa que, em cada 100 brasileiros com idade entre 18 e 64 anos, pelo menos 34 estão, de determinado modo, envolvidos com alguma atividade empresarial - índice significativamente maior que os 21% registrados em 2002.

De acordo com **Silvestre et al., (2008**, p. 14) “a imagem da situação atual dos empreendimentos brasileiros demonstra que a economia nacional se encontra ainda em estágio inicial de desenvolvimento no que concerne à sua capacidade de gerar empreendimentos inovadores”.

O presidente do Sebrae, Carlos Melles, destaca que a Taxa de Empreendedores Estabelecidos no Brasil, apesar de ter sofrido uma forte queda entre 2019 e 2020, foi a única que apresentou alta em 2021, o que corrobora a tese de que, além dos programas de auxílio, a experiência dos empreendedores também garante uma melhor gestão da empresa. O relatório da GEM mostra que a Taxa de Empreendedorismo Inicial – composta por “nascentes” (quem realizou alguma ação

visando ter um negócio ou abriu um em até três meses) e por “novos” (com 3,5 anos de operação) – sofreu uma queda de 2,4 pontos percentuais e atingiu o patamar de 21%. Porém de acordo com a pesquisa, os empreendedores nascentes mantiveram o recorde alcançado em 2020, com uma taxa 10,2%, o que evidencia que ainda há muitas pessoas procurando o empreendedorismo como alternativa de ocupação, na chamada “porta de entrada” do empreendedorismo. Já entre os novos, houve uma queda, passando de 13,4%, em 2020, para 11%, em 2021, o que sinaliza que parte dos empreendedores que abriram um negócio nos últimos anos não conseguiu se manter e outra parte foi para os estabelecidos.

2.1.2 Tipos de empreendedorismo

Existem muitos tipos de empreendedorismo com classificações bastante detalhistas, porém de modo geral existe aqueles que são mais usuais e conhecidos, a figura a seguir está ilustrando alguns tipos de empreendedorismo:

Figura 01: tipos de empreendedorismo
Fonte: elaborada pelo autor (2023)

De acordo com o SEBRAE (2022) o empreendedorismo individual é uma tendência que vem crescendo muito nos últimos anos, especialmente no Brasil, esse tipo começou a ganhar força quando foi criada a legislação que permitiu o surgimento da figura do Microempreendedor Individual (MEI). No empreendedorismo informal o negócio não é registrado nos órgãos competentes, estima-se que o Brasil tenha, aproximadamente, 40% de pessoas trabalhando na informalidade. O empreendedorismo de franquias pode ser conceituado como a possibilidade de

utilização de marca e comercialização de produtos ou serviços de uma empresa já consagrada no mercado.

O corporativo é um tipo de empreendedorismo menos comum nesse universo, isso porque ele está ligado a pessoas que já atuam em uma empresa como funcionários e criam projetos alternativas a partir de novas oportunidades dentro do mesmo estabelecimento. O empreendedorismo social é muito explorado por aquelas pessoas que sentem o desejo de fazer algo pelas outras. Além disso, também querem desenvolver soluções inovadoras capazes de resolver diversos tipos de problema.

Já o empreendedorismo digital surgiu para suprir a necessidade de pessoas que precisavam de soluções simples e que pudessem ser consumidas no conforto de suas casas. Os treinamentos foram os pioneiros dessa modalidade.

Por fim, o empreendedorismo público é um formato que tem como objetivo a atuação no setor governamental e o empreendedorismo ambiental que tem como foco criar tecnologias e processos sustentáveis que garantam a proteção e a perpetuidade do meio ambiente.

Sendo assim, podemos observar que independente do tipo de empreendedorismo, ou área de empreendedorismo no Brasil, os grandes desafios vão estar sempre presentes, independente da sua classificação, os principais desafios estão diretamete ligados com a burocracia, a alta carga tributária, a dificuldade para a obtenção de crédito, a persistência e permanência no mercado, a dificuldade com a gestão financeira e de pessoas e a capacitação profissional.

2.2 EMPREENDEDOR E GESTÃO EMPREENDEDORA

Para Dolabela (2010, p.25) “O empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade”. Então ser empreendedor é sobre estar em ação e desenvolvimento constante, por isso os empreendedores estão constantemente envolvidos na criação e evolução de suas organizações.

Segundo Dolabela (1999), ainda não existe resposta científica sobre a possibilidade de ensinar uma pessoa a ter pensamentos e atitudes empreendedoras, mas sabe-se que é possível aprender a ser, e para isso é fundamental a criação de um ambiente propicios para que esse aprendizado seja possivel. Já para Dornelas

(2001), o processo empreendedor pode ser ministrado e entendido por qualquer pessoa.

De acordo com uma pesquisa feita pelo Serasa *Experian* (2023) existem, em média, 8 tipos diferentes de Empreendedores que uma pessoa pode se indentificar, algumas opções estão sendo ilustradas na figura a seguir:

Figura 02: tipos de empreendedores
Fonte: elaborada pelo autor (2023)

O empreendedor nato que é aquele que nasce com o dom de criar soluções inusitadas, inovadoras e economicamente atrativas; O empreendedor aprendiz que é aquele que está sempre se arriscando em atividades que ainda não domina, mas que se apoia em mentores que qualificam seu trabalho; O empreendedor serial que é a pessoa que começa um negócio, obtém sucesso ou fracasso e, depois, usa o conhecimento para iniciar tudo de novo, em outro empreendimento; O empreendedor corporativo que é aquele que não assumirá todos os riscos sozinho, então, prefere empreender dentro da empresa; O empreendedor social que é o profissional que está sempre buscando soluções para o bem comum, pensando nos outros; O empreendedor por necessidade que geralmente, está associado a quem precisa ganhar dinheiro para sustentar a própria família e, por isso, aprende a fazer qualquer coisa e a ganhar por isso; O empreendedor herdeiro que é quem acaba recebendo um negócio de família e tendo que assumir todas as responsabilidades; O empreendedor planejado que é o mais recorrente, se tratando da pessoa que planeja cada passo da sua transição de carreira até o início de um novo empreendimento.

Têm-se muitos tipos de empreendedores, porém algumas características obtêm mais destaques e são mais solicitadas e requeridas para que esses

empreendedores sejam bem-sucedidos, como ter espírito de liderança, buscar oportunidades, ser inovador, persistente e comprometido.

2.2.1 Gestão empreendedora antes e depois do plano de negócios

De acordo com o SEBRAE (2017) o Plano de Negócio é um documento de planejamento capaz de demonstrar a viabilidade de um empreendimento a partir da estratégia, do mercado, das operações e da gestão financeira. A partir das informações disponibilizadas, ele ajuda a definir o que é ou o que pretende ser a empresa.

Na visão de Chiavenato (2005), o planejamento executa um resultado instantâneo que é o plano, todos eles têm um propósito comum que é a previsão, a programação e a coordenação de uma sequência lógica de eventos, para os planos serem bem-sucedidos, é preciso trilhar um percurso que leve diretamente ao alcance do objetivo proposto.

Ainda de acordo com o SEBRAE (2017) o Plano de Negócio irá ajudar a avaliar a evolução da empresa para cada aspecto definido no plano. Assim, é possível efetuar um acompanhamento comparativo entre o previsto e o que vem sendo realizado, tomando medidas para corrigir desvios.

O plano de negócio pode ser corrigido ou ajustado sempre que for necessário, pois sua elaboração e adaptação devem sempre estar de acordo com a realidade local (ROSA, 2007). Ainda de acordo com Rosa (2007, p.08):

> Um plano de negócio é um documento que escreve por escrito os objetivos de um negócio e quais passos devem ser dados para que esses objetivos sejam alcançados, diminuindo os riscos e as incertezas. Um plano de negócio permite identificar e restringir seus erros no papel, ao invés de cometê-los no mercado.

Logo, entende-se que o plano de negócios é uma ferramenta muito importante para um empreendimento que deseja alcançar seus objetivos, devendo ser elaborda com bastante cuidado e sempre ser ajustada quando necessário.

2.3 CONTABILIDADE

A Contabilidade é uma ciência social que através da realização dos seus serviços que é controlar, organizar, estudar e avaliar o patrimônio de uma entidade (física ou jurídica) permanentemente alcança um dos seus objetivos que é gerar informações para a tomada de decisões. Também é de responsabilidade da contabilidade registrar os atos e fatos administrativos para produzir informações que permitam ao administrador planejar e controlar suas ações, para traçar as metas da entidade.

Para o Sá (1999, p. 42) a definição de Contabilidade seria a seguinte: “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação a eficácia funcional das células sociais”.

Em seu Moderno Dicionário Contábil o professor Hoog conceitua a Contabilidade de duas maneiras, uma científica e outra prática e do seu ponto de vista a contabilidade é:

> Em síntese: a espécie ‘ciência’ descreve a contabilidade como ela é; enquanto a espécie ‘política’ prescreve como deve ser a contabilidade. Além de ser uma função administrativa, constrói o planejamento, o controle, a coordenação e a comunicação com os seus utentes. É uma ciência social, que tem como objeto de estudo a riqueza patrimonial das células sociais, e como objetivo, o estudo dos fenômenos e variações da riqueza, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo. Registra os atos administrativos e os fatos patrimoniais. É um gênero que se divide nos tipos: ciência e política (HOOG, 2016, p. 116).

Constantemente o serviço do contador é visto como uma exigência burocrática, os empresários acreditam que o contador serve apenas para ser o intermediário entre a empresa e o complexo sistema tributário. Porém ele pode contribuir muito mais que apenas gerar tributos ou registrar notas ficais. O conceito base trás que o objetivo da contabilidade é fornecer informações para a tomada de decisão, então é isso que o empresário deve buscar em seu contador, um suporte para todos os momentos.

Em relação aos diversos serviços e setores que a contabilidade pode auxiliar estão eles: a abertura da empresa que está vinculada com a formalização do negócio, o papel do profissional contábil é analisar a legislação municipal, estadual e federal que se aplicam ao negócio para que nenhuma obrigação deixe de ser cumprida. Além disso, ele pode orientar quais são as melhores opções de tipos de empresa para se regularizar, então são várias decisões que o contador poderá auxiliar nesse processo.

A escrituração contábil e fiscal é uma das maiores obrigações que a contabilidade tem, a responsabilidade pelos livros fiscais da empresa, registrando as movimentações financeiras, preenchendo demonstrativos e outros documentos importantes e fazendo controles essenciais. Algumas dessas tarefas envolvem a elaboração dos Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE), do registro de apuração dos impostos, do balancete, do balanço patrimonial, da conciliação bancária, entre outros.

A entrega das obrigações acessórias é muito importante para manter a empresa na legalidade, são papeladas que o contador é responsável por emitir, algumas delas são: a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS), para optantes do Simples Nacional, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), a Declaração de Débitos Tributários Federais (DCTF), para optantes do Lucro Presumido, Lucro Real e, em alguns casos, também o Simples Nacional. Cada uma dessas obrigações tem suas regras e documentos que precisam ser consultados para sua emissão. Então o contador é responsável por cuidar dessas exigências.

A assessoria trabalhista está vinculada ao departamento pessoal e envolve algumas obrigações trabalhistas que precisam ser realizadas mensalmente. Entre essas tarefas, estão: a apuração e emissão os contracheques dos colaboradores, o cálculo do pró-labore dos sócios ou recibo do único proprietário da empresa, a emissão das guias do INSS, FGTS e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), o processo da Folha de Pagamento (incluindo 13° salário e pagamento de férias), a elaboração dos relatórios dos dados da Folha para o Fisco trabalhista, o processo da documentação nos casos de admissão e demissão, o preenchimento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Assim, todos os pagamentos são calculados com rigor e as obrigações cumpridas, evitando ter problemas judiciais mais tarde.

Em relação aos princípios contábeis na resolução CFC nº 750/93, capítulo ll, o artigo 2° afirma que os princípios fundamentais de contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à ciência da contabilidade, e o artigo 3º lista os princípios fundamentais da contabilidade que são:

I) o da Entidade;
II) o da Continuidade;
III) o da Oportunidade;
IV) o do Registro pelo valor original;
V) o da Atualização monetária;
VI) o da Competência; e
VII) o da Prudência.

Porém, em novembro de 2016 aconteceu a “Revogação da Resolução nº 750/93”, mas o fato de ter revogado a resolução não extingue os princípios contábeis, eles passaram a ser comportados dentro das normas específicas, respectivamente, a NBC TG Estrutura Conceitual (Resolução nº 1.374/ 2011) e NBCTSP EC.

2.3.1 Contabilidade no auxílio ao empreendedorismo

A contabilidade é uma ferramenta essencial para a ciência social e, por esse motivo, é necessária para toda e qualquer empresa, independente do seu porte, tipo de atividade e da sua forma de tributação.

Para Marion (2015, p. 30) o conceito da contabilidade “é um instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”. Então é a partir da contabilidade que o usuário estabelece os parâmetros para definir seus objetivos, tomando decisões assertivas que auxilie no crescimento da empresa. Nesse caso, Ferrari (2013, p. 1) diz que: “a contabilidade é a ciência que tem por objetivo o controle do patrimônio das entidades, fornecendo-lhes as informações necessárias”.

O crescimento das empresas dá-se pela união de habilidades e competências com que procuram vigentes formas de gestão, o que as conduzem a aumentar sua habilidade de gerenciamento organizacional (SERTEK, 2011). Este sucesso

submete-se ao empenho e dedicação dos seus empreendedores, ter apenas o palpite de que o negócio vai prosperar é insuficiente, é preciso ter apoio e planejamento.

Em relação ao processo de planejar para Oliveira (2011, p.05):

> O processo do planejamento pode ser definido como desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz.

Para uma empresa adquiri os resultados apontados no planejamento, todos os fatores devem estar organizdos, as ferramentas de planejamento quando usadas isoladamente não produzem resultados, pois trabalham apenas com ações imediatas e operacionais (CHIAVENATTO; SAPIRO, 2003).

Entende-se que planejar é determinar com antecedencia, com base em análise, o que precisará ser feito e de que método será executado, o planejamento tem o objetivo de potencializar os resultados projetados e reduzir os problemas encontradas durante a aplicação das ferramentas possibilitando a tomada de decisão.

Existem muitas áreas em que o contador pode atuar e ser auxílio do empreendedor, como na tomada de decisões, no planejamento financeiro, na redução de custos, na conformidade legal, em relação ao acesso a crédito, as estratégias tributárias, análise de viabilidade e o controle de fluxo de caixa.

2.3.2 MEI – como forma inicial de formalização dos empreendedores

O MEI (Microempreendedor individual) surgiu a partir da iniciativa do Governo Federal que estava buscando estimular a economia nacional, então estabeleceu medidas de apoio ao crescimento e desenvolvimento econômico. Com a instituição da Lei Complementar (LC) nº. 128 de 2008, que alterou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LC nº. 123/2006), surgiu a figura de uma nova categoria empresarial, o Microempreendedor Individual (MEI), com a finalidade de retirar da

informalidade os trabalhadores que atuavam no mercado econômico por conta própria, para que eles se tornasem pequenos empresários.

Conforme a Lei Complementar n° 128/2008, considera-se MEI, o empresário individual que:

> Art.18-A. [...] § 1o Para os efeitos desta Lei, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

Ainda na legislação é estabelecido que no caso de início das atividades, o limite referido no parágrafo 1° do artigo 18 A, será de R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) multiplicados pelo número de meses compreendidos entre o início da atividade e o final do respectivo ano calendário.

O Microempreendedor individual após sua formalização tornar-se uma pessoa jurídica e assume algumas vantagens e benefícios e também obrigações perante a Receita Federal, o INSS e as Fazendas Municipal e/ou Estadual.

De acordo com o SEBRAE (2023) algumas vantagens em se formalizar como MEI são: Não ter custo na formalização como MEI e abertura do CNPJ; Emissão de notas fiscais, tornando mais fácil sua contratação por outras empresas ou mesmo por órgãos públicos; Pagamento simplificado de impostos em um único documento, sendo necessário efetuar o pagamento mensalmente somente da guia DAS-MEI, que pode ser emitida de forma bem fácil, pela internet; Acesso a serviços financeiros de forma facilitada em qualquer linha de crédito, com taxas e outras condições bastante vantajosas; Não tem necessidade de se manter com uma contabilidade formal; Possibilidade de compras de mercadorias e insumos para o seu negócio com valores menores.

Em relação aos benefícios previdenciários com um custo bem baixo e totalmente acessível, o MEI pode usufruir para si mesmo e/ou para seus dependentes, dos seguintes benefícios ilustrado na imagem a seguir:

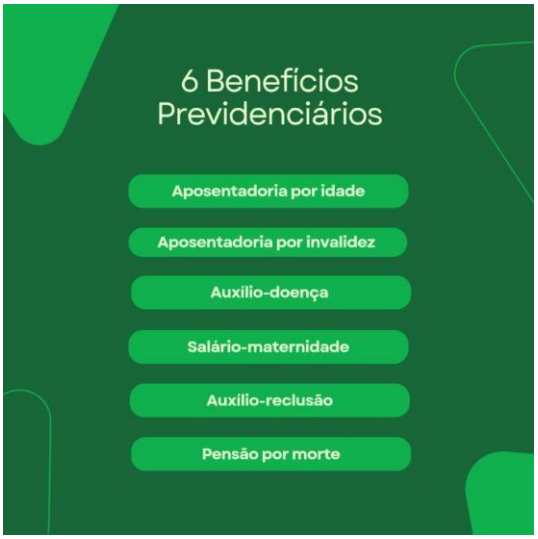


Figura 03: Benefícios Pevidenciários
Fonte: elaborada pelo autor (2023)

De acordo com o SEBRAE (2023) entre as principais obrigações do MEI foram destacadas: o pagamento das contribuições mensais por meio da Guia DAS-MEI – com vencimento sempre no dia 20, corresponde ao valor de 5% do Salário Mínimo, acrescido de R$ 1,00 caso tenha atividade de Comércio, R$ 5,00 se tiver atividade de Serviço e R$ 6,00 caso possua os dois tipos de atividade; Fazer todos os anos a Declaração de Faturamento Anual (DASN-SIMEI) – todos os anos, até o dia 31 de maio, deve informar para a Receita Federal o total do seu faturamento relativo ao ano anterior; Emitir Nota Fiscal de Serviço ou de Venda, conforme o caso, sempre que o seu cliente for pessoa jurídica ou mesmo pessoa física, se esta solicitar; Preencher o Relatório Mensal de Faturamento, incluindo todos os valores recebidos com ou sem emissão de Nota Fiscal. O total desse relatório deve ser informado à Receita Federal por meio da DASN-SIMEI consultar junto aos setores do município se sua atividade exige licença/autorização de órgãos como Vigilância Sanitária, Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar. Ainda que na formalização do MEI já esteja prevista a dispensa do Alvará de Funcionamento, algumas atividades têm exigências diferenciadas, especialmente em relação a questões sanitárias e ambientais;

Diante disso podemos observar que embora o pagamento de tributos seja simplificado, o MEI não está isento de algumas burocracias e obrigações fiscais, e a omissão no cumprimento dessas obrigações, além da perda de todos esses benefícios, pode resultar no cancelamento do CNPJ, situação em que, caso tenha

dívidas com a União, essas vão para a Dívida Ativa no CPF do titular do MEI, como devedor.

3 METODOLOGIA

Para Marconi e Lakatos (2017, p. 31) “não há ciência sem o emprego de métodos científicos.” Portanto é necessário, para elaboração de uma pesquisa científica, a definição dos procedimentos metodológicos. Compreende-se então que é preciso estabelecer onde e como a pesquisa será realizada, “ou melhor: o método indica como o pesquisador deve proceder ao longo do caminho para obter o resultado pretendido” (LOZADA; NUNES, 2019, p. 144).

Neste presente artigo foi realizado um projeto de pesquisa, buscando atingir os objetivos propostos, de acordo com a finalidade do estudo trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, pois tem finalidade de gerar conhecimentos de apicação prática para um probelama específico.

Quanto aos objetivos escolheu-se relizar uma pesquisa descritiva, pois visa descrever a relação entre os empreendedores do município de Pedras de Fogo - PB e a contbilidade. Em relação a pesquisa descritiva de acordo com Gil (2018, p. 26) “tem a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”, bem como “têm por objetivo estudar as caracteísticas de um grupo (GIL, 2018, p. 26).

A abordagem utilizada no artigo se caracteriza como uma pesquisa quantitativa, pois segundo Gunther (2006), o método de coleta de dados é tentar alcançar um controle máximo sobre o contexto. Para a classificação com base nos procedimentos utilizados, do ponto de vista do ambiente do estudo, foi realizado uma pesquisa de campo, com levantamento de dados por meio de um questionário que foi aplicado de forma presencial. Foi considerado para a amostragem empreendedores da cidade de Pedra de Fogo – PB.

O questionário se constitui em 15 perguntas, sendo todas elas de múltipla escolha e divididas em duas partes, sendo a primeira parte composta por 4 perguntas que ajudaram a formar o perfil social dos respondentes, sendo possível assim, compreender de forma mais apropriada suas respostas. A segunda parte está organizada em 11 perguntas que não contém resposta certa ou errada e busca trazer a visão dos empreendedores a respeito da sua relação com a contabilidade.

O público visado para a pesquisa, foram maiores de dezoito anos, sem distinção de sexo, renda ou escolaridade, buscando assim uma maior realidade com relação a sociedade de modo geral, na busca de um resultado mais concreto sobre o tema indagado.

Tal pesquisa foi submetida ao Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 14.11.2023, o qual foi aprovado sob o parecer de n° 6.530.617, e somente então foi realizada, diretamente com os empreendedores. Após o período disponibilizado para a pesquisa, foi obtido ao todo um total de 30 respostas, que foram analisadas e mensuradas em porcentagem, as quais serão representadas por meio de gráficos advindos de planilha excel por meio de estatística simples.

4 ANÁLISE DO RESULTADO

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Foram coletadas informações sobre os empreendedores de Pedras de Fogo, destancando que alguns de abstiveram de responder, sendo assim a análise foi feita sob as informações dos que aceitaram responder o questionário, proporcionando uma visão mais aprofundada de suas características pessoais e, posterioremente sobre sua relação com a Contabilidade.

Nos quadros 1 e 2 serão apresentados os dados em relação ao gênero e faixa etária, o estado civil e a formação acadêmica dos respondentes.

Gênero	Porcentagem (%)	Faixa etária	Porcentagem (%)
Masculino	53,3%	Até 25 anos	20%
Feminino	46,7%	De 26 até 35 anos	33,3%
Outro	0,0%	De 36 até 45 anos	30%
		De 46 até 55 anos	6,7%
		Mais de 56 anos	10%

Quadro 01 – Gênero e faixa etária dos respondentes
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em referência ao gênero dos respondentes da pesquisa observamos que as porcentagens foram semelhantes, indicando um equilíbrio, onde 53,3% dos respondentes foram do sexo masculino e 46,7% do sexo feminino. Em relação à faixa etária, percebe-se que os participantes são em sua maioria, adultos de 26 até 35 anos, compondo 33,3% dos respondentes, e de 36 até 45 anos, compondo 30% dos respondentes, os demais percentuais ficaram distribuídos em 20% para pessoas de até 25 anos, 6,7% para pessoa de 46 até 55 anos e 10% para pessoas de mais de 56 anos, conforme o que observamos no quadro 01.

Ao que refe-se ao estado civil e a formação acadêmica, os resultados se encontram no quadro 02.

Estado civil	Porcentagem (%)	Formação academica	Porcentagem (%)
Solteiro (a)	43,3%	Ensino Fundamental	10%
Casado (a)	50%	Ensino médio	80%
Divorciado (a)	3,3%	Graduação superior	10%
Viúvo (a)	3,3%	Pós-graduação	0,0%
Outro	0,0%		

Quadro 02 – Estado civil e formação acadêmica dos respondentes
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Quanto ao estado civil, 50%, ou seja, a maioria dos respondentes, são casados, 43,3% responderam que são solteiros, e a minoria respondeu que são divorciados e viúvos, 3,3% foi a porcentagem de ambos. Dos 30 respondentes, 24 deles possuem o ensino médio, o que representa 80% de toda a amostra, seguido de 10% que possui apenas o ensino fundamental e os outros 10% que possui uma graduação superior.

4.2 A PERCEPÇÃO SOBRE O EMPREENDEDOR E A RELAÇÃO COM A CONTABILIDADE

Referindo-se a segunda parte do questionário aplicado, sobre a percepção do empreendedor e sua relação com a contabilidade, pretendendo responder o objetivo geral deste trabalho, são demonstrados a seguir os resultados e análises do conjunto de afirmações produzidas e questionadas aos respondentes.

Ao analisar as respostas relativas à pergunta 05 que questiona o que levou o participante a ser um empreendedor, verifica-se, como apresentado no gráfico 01, que 33,3% respondeu a falta de oportunidade no mercado de trabalho, 30% respondeu que sempre teve vontade de ser dono do próprio negócio, observa-se ainda que 20% acredita que possui habilidades para o meio comercial e 16,7% respondeu que te a influência familiar como o principal motivo para se tornar um empreendedor.

Tal visão pode ser compreendida pelo fato de que em algumas situações as oportunidades de emprego tradicionais são escassas, levando as pessoas a explorar o empreendedorismo como uma alternativa viável, onde muitas vezes surge o empreendedor por necessidade.

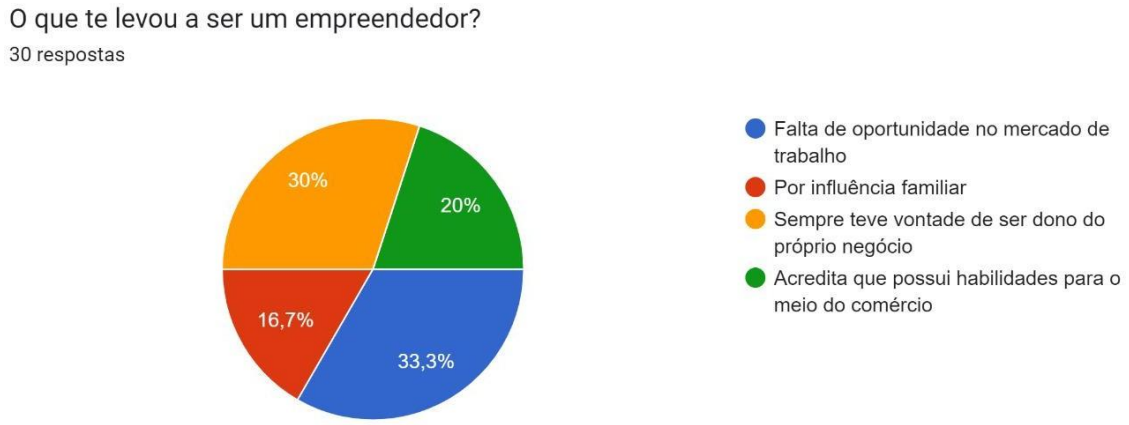


Gráfico 01 – O que te levou a ser um empreendedor?
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

Na pergunta seguinte foi questionado ao participante a quanto tempo ele está na área do empreendedorismo, conforme apresentado no gráfico 02, a grande maioria respondeu que está de 1 a 3 anos, totalizando 43,3%, em seguida 26,7%

respondeu que está de 3 a 6 anos, 10% de 6 a 9 anos, 16,7% está a mais de nove anos, e uma pequena minoria escolheu a opção até 1 ano, que foi 3,3%.

Dessa maneira, nota-se que existe a diversidade no tempo de envolvimento da amostra no empreendedorismo, desde empreendedores iniciantes até veteranos com longa experiência na área.

Gráfico 02 – A quanto tempo está na área do empreendedorismo?
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

De acordo com as respostas do questionário direcionada a pergunta 07, que é em relação ao ramo da atividade do empreendimento, percebe-se que as empresas são majoritariamente do ramo de atividade comércio, são empreendedores que compram e vendem produtos, totalizando 63,3% da amostra, em seguida serviço, que são empreendedores que fornecem serviços, com 33,3% e por último indústria, que são empreendedores que produzem produtos, com 3,3%, de acordo com o que podemos observar no gráfico 03.

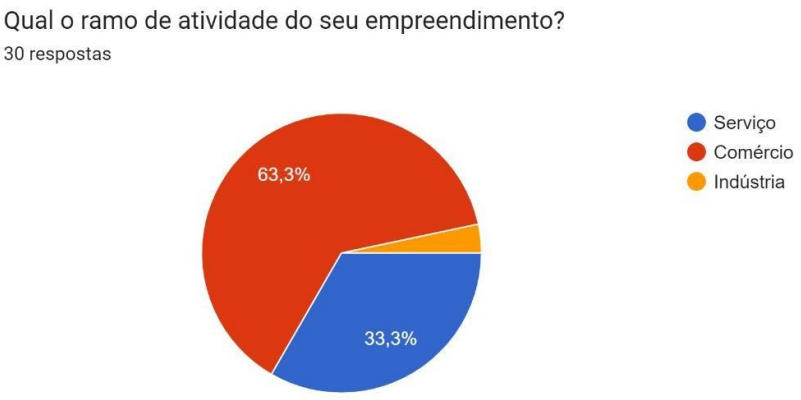


Gráfico 03 – Qual o ramo do seu empreendimento?
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

Com relação ao nível de receita bruta do empreendimento durante o período mensal, o gráfico 04 mostra que a opção entre 2.000 e 4.000 totalizou 63,3% das respostas da amostra, em seguida 16,7% responderam entre 4.000 e 6.750, observa-se também que 13,3% responderam até 2.000 e 6,7% responderam acima de 6.750.

Sendo assim, é evidente a diversificação nos níveis de recita bruta, porém a opção entre 2.000 e 4.000 foi a que mais se destacou sendo escolhida por mais de 50% da amostra. Podemos notar que a classificação de um Microempreendedor Individual (MEI) pode ser uma escolha adequada para empreendedores da amostra que responderam está opção, pois tendo uma receita bruta mensal entre R$ 2.000,00 e R$ 4.000,00 por mês eles se enquadrariam no MEI que é destinado a microempreendedores que faturam até R$ 81.000,00 por ano no Brasil.

Gráfico 04 – Qual o ramo de receita bruta do seu empreendimento? (mensal)
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

O gráfico 05 traz a análise em relação a pergunta 09 do questionário, que pergunta se o empreendedor organiza seu fluxo de caixa, com uma porcentagem parcial de 50% temos empreendedores que relatam que tentam, mas nem sempre conseguem manter seu fluxo de caixa organizado, em seguida 33,3% que afirmaram que mantem todas as informações organizadas e 16,7% responderam que nunca fazem seu fluxo de caixa.

Então observa-se que existe empreendedores que não possuem o devido conhecimento em relação a importância de um fluxo de caixa organizado e não reconhecem a relevância da organização financeira para o sucesso do negócio.

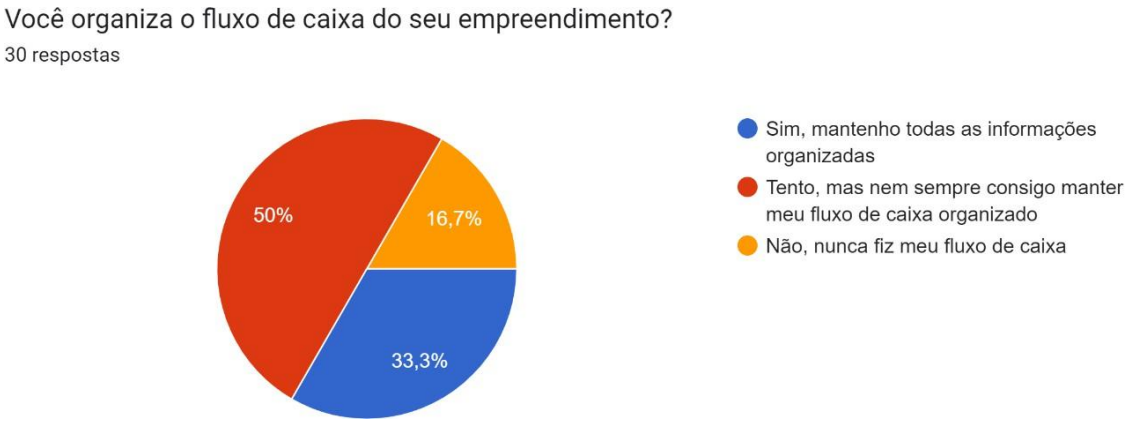


Gráfico 05 – Você organiza o fluxo de caixa do seu empreendimento?
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

Nas questões seguintes foi perguntado algumas informações em relação ao MEI (Microempreendedor indivudual), na questão 10 foi perguntado ao respondente se ele sabia o que significava ou se já tinha ouvido falar sobre o MEI, e ao analisar o gráfico 06 pode-se observar que as respostas foram unanimes, 100% da amostra respondeu sim. Então conclui-se que muitos empreendedores tem o cochecimento e a familiaridade como MEI.

Gráfico 06 – Você sabe o que significa ou já ouviu falar sobre o MEI?
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

Da mesma forma que no quesito anterior, o gráfico 07 também traz uma análise de um questionamento em relação ao MEI, foi perguntado se o respondente sabia quais são os benefícios e obrigatoriedades de um MEI, 50% da amostra afirmou que tem um conhecimento ainda limiado,46,7% respondeu que sabem quais

são os benefícios e obrigatoriedades e apenas 3,3% respondeu que não sabiam quias são.

Então pode-se observar que, por mais que 100% da amostra tenha respondido na questão anterior que sabe o que significa ou já ouviu falar sobre o MEI, muitos ainda tem um conhecimento limitado em relação aos benefícios e obrigatoriedades.

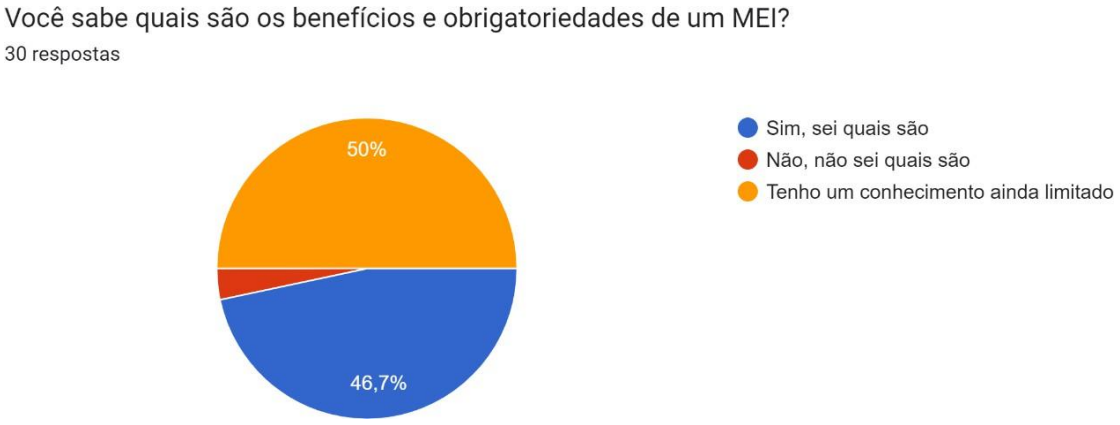


Gráfico 07 – Você sabe quais são os benefícios e obrigatoriedades de um MEI?
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

Sobre a regularização do empreendiemento, foi conduzida está pergunta aos respondentes, é visto no gráfico 08 uma conclusão meio a meio, onde 50% da amostra respondeu que já regularizou seu empreendimento e afirmou que é um MEI e os outros 50% respondeu que ainda não regularizou o seu empreendimento e se enquadram como um empreendedor informal.

Nesse caso, 50% da amostra que ainda são empreendedores informais poderiam se reiterar e ver que se formalizar tornando-se um MEI pode abrir portas para benefícios legais, menos burocracia e até mesmo uma carga tributária mais benevolente.

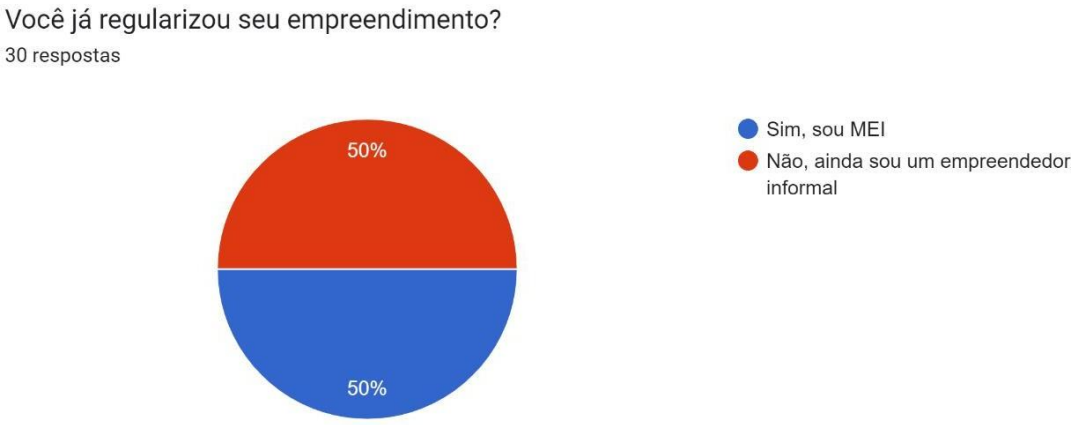


Gráfico 08 – Você já regularizou seu empreendimento?
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

Finalizando o questionário, as três últimas perguntas ajudam a obter um resultado final sobre a relação dos empreendedores com a contabilidade da cidade de Pedras de Fogo - PB, que é o objetivo desta pesquisa.

O gráfico 09, traz a análise do questionamento que foi feito aos respondentes, se eles já tiveram acesso a um contador, onde 76,7% da amostra respondeu não e 23,3% respondeu sim. Então pode-se observar que o não foi a resposta marjoritária nessa questão, por muitas vezes os empreendedores acharem a contabilidade um território desconhecido e burocrático prefere optar por não buscar o acesso.

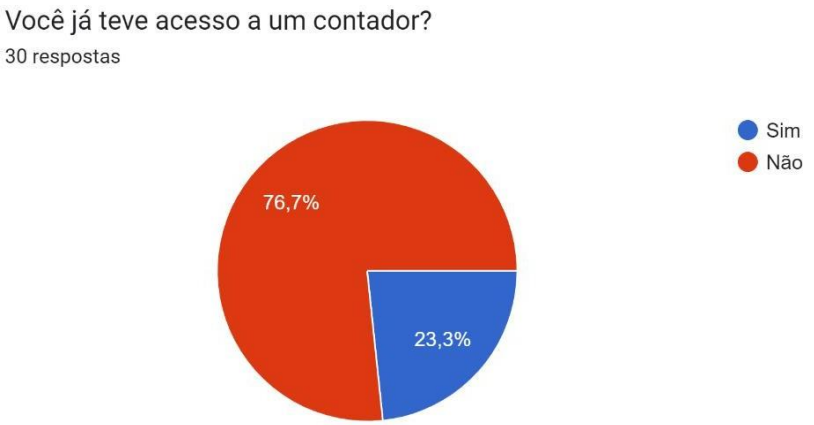


Gráfico 09 – Você já teve acesso a um contador?
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

Na questão seguinte foi perguntado aos participantes se na percepção deles era necessário ter o auxílio de um contador, conforme apresentado no gráfico 10, 46,7% da amostra respondeu que sim, pois acredita que ele é muito importante para

a tomada de decisão, em seguida 36,7% respondeu que desconhece a importância e 16,7% respondeu que não acha necessário. Podemos ver que de acordo com o questionamento anterior 76,7% da amostra não teve acesso a um contador, porém 46,7% da amostra respondeu que na sua percepção o contador é importante, então por mais que eles não chegaram a ter o acesso eles sabem da devida importância.

Gráfico 10 – Na sua percepção é necessário ter o auxílio de um contador?
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

E por último, tem-se o questionamento se os respondentes tem o conhecimento de quais são os serviços que um contador presta, 50% da amostra afirmou ter um conhecimento ainda limitado, em seguida 43,3% responderam que sabem quais são os serviços e uma minoria representando 6,7% responderam que não sabem quais são os serviços, conforme analisado no gráfico 11.

Dessa forma, os respondentes demonstram que uma grande parte dos empreendedores precisam adquirir mais conhecimentos, para compreender quais são os serviços que um contador presta.

Gráfico 11 – Você sabe quais são os serviços que um contador presta?
Fonte: dados da Pesquisa (2023)

Sendo assim, entende-se que o empreendedor precisa minimamente conhecer sobre os serviços que o contador pode oferecer, pois essa união e parceria entre empreendedor e contador é bastante eficiente. Quando o empreendedor entende os serviços contábeis ele pode tomar decisões mais informadas e colaborar de maneira mais eficaz e estatégica para o sucesso do seu negócio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a relação entre os empreendedores e a contabilidade revela-se essencial para o sucesso e sustentabilidade dos negócios. Ao longo deste artigo, exploramos como a contabilidade não é apenas uma ferramenta que está vinculada com a burocracia, mas sim um instrumento estratégico que pode capacitar os empreendedores a tomar decisões acertivas, melhorar o seu planejamento financeiro, por em prática os princípios contábeis, entre outras estratégias.

Além disso, considerando o objetivo geral desta pesquisa, que foi avaliar a relação dos empreendedores do município de Pedras de Fogo – PB com a contabilidade, podemos observar através do questionário aplicado que a grande maioria dos empreendedores não possuem o devido entendimento e conhecimento e por consequência disso não mantém uma relação próxima entre a contabilidade e a gestão do seu negócio.

Através da aplicação do questionário também conseguimos observar que alguns empreendedores consideram que não é necessário ter o auxílio de um

contador e outros desconhecem a importância, mas a contabilidade pode auxiliar o empreendedor de inúmeras formas, como na elaboração de uma folha de pagamento bem feita, pode auxiliar nas questões dos tributos, na questão dos investimentos, então os empreendedores que reconhecem a contabilidade como uma aliada positiva e estratégica estão mais estabelecidos e informados para navegar pelas complexidades do mercado e alcançar um crescimento sustentável.

Desse modo, sugere-se que esse artigo sirva como um guia inspirador e prático para aqueles que buscam prosperar na relação dinâmica entre a inovação empreendedora e a consistência contábil, sugere-se também uma pesquisa futura com uma análise mais minuciosa sobre uma quantidade maior de empreendedores, para assim poder trazer uma comparação mais precisa e objetiva sobre os dados coletados.

Percebe-se ao final dessa pesquisa que muitos empreendedores já ouviram sobre e possuem um conhecimento ainda limitado em relação as questões cotábeis, porém ainda é preciso adquirir mais compreensão sobre a essência real dos serviços prestados pelo contador, conhecer não apenas as tarefas específicas, mas também entender como esses serviços contribuem para melhorar seu empreendimento.

REFERÊNCIAS

1. SILVESTRE, R. G. M. et al. **Empreendedorismo inovador**: perfil atual do empreendedorismo brasileiro segundo o Global Entrepreneurship Monitor. IN: PAROLIN, S. R. H.; VOLPATO, M. (Orgs.). Faces do empreendedorismo inovador. Curitiba: SENAI/SESI/IEL, 2008.

2. ANDRADE, Stefani Pontes; BOFF, Caroline Dal Sotto. **Ferramentas de planejamento para tomada de decisão aplicadas a um microempreendedor individual (MEI).** Revista de Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças, v. 2, n. 1, p. 57-85, 2014.

3. BÄCHTOLD, Ciro. **Contabilidade básica**. 1ª Edição. IFP, 2018.

4. BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. **Empreendedorismo:** Conceitos e definições. Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015.

5. BARRETO, L. P. (1998). **Educação para o empreendedorismo**. Educação Brasileira, 20(41), pp. 189-197.

6. BRASIL. **Lei complementar 128 de 19 de Dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 23 Out. 2023.

7. CFC (Conselho Federal de Contabilidade). **Revogação da Resolução nº 750/1993:** contexto e considerações. Disponível em: https://cfc.org.br/noticias/revogacao-da-resolucao-no-7501993-contexto-e-consideracoes/ Acesso em: 08 Nov. 2023.

8. CHIAVENATO, Idalberto, 1936-**Empreendedorismo:** dando asas ao espírito empreendedor / – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

9. CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo:** dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2006.

10. CHIAVENATTO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

11. CONTABILIZEI. **Quais são os serviços contábeis prestados por um escritório de contabilidade?** Disponível em: https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/servicos-prestados-pelo-escritorio-de-contabilidade/ Acesso em: 10 Nov. 2023

12. DE MELLO, Cristiane Marques et al. **Do que estamos falando quando falamos Empreendedorismo no Brasil?** Revista de Administração da UNIMEP, v. 8, n. 3, p. 80-98, 2010.

13. DOLABELA, F. (2010). **A corda e o sonho.** Revista HSM Management, 80, pp. 128-132.

14. DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa:** uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa, 14. Ed. São Paulo: Cultura, 2006.312p.

15. DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. ISBN 9788575424032

16. DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

17. DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

18. DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo**. Elsevier Brasil, 2008.

19. FERRARI, Luiz. **Contabilidade geral teoria e mais de 1.000 questões**. Niterói: Impetus, 2013.

20. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – [2.Reimpr.]. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 24 out. 2023

21. GUNTER, H. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa:** Esta É a Questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, vol. 22, n. 2, p. 201-210, maio-ago. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 out. 2023.

22. HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Moderno Dicionário Contábil**: Da Retaguarda à Vanguarda. 9. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

23. IBC (INSTITUTO BRASILEIRO DE COACHING) **As Principais Diferenças entre Empreendedor por Necessidade e Oportunidade.** Disponível em: https://www.ibccoaching.com.br/portal/as-principais-diferencas-entre-empreendedor-por-necessidade-e-oportunidade/ Acesso em: 24 Ago. 2023.

24. LOZADA, Gisele.; NUNES, Karina.da. S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Sagah, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 23 out. 2023.

25. MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845/>. Acesso em: 24 out. 2023.

26. MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2015.

27. MOCELIN, Daniel Gustavo; AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **Empreendedorismo intensivo em conhecimento:** elementos para uma agenda de pesquisas sobre a ação empreendedora no Brasil. **Sociologias**, v. 19, p. 30-75, 2017.

28. MOURA DA CUNHA, Caroline Valquiria; DA SILVA, Mayara Vieira; YAMAGUCHI, Nathalia Midori. **Empreendedorismo:** histórias que motivam, despertam e encantam. Anuário da produção acadêmica docente, v. 5, n. 12, p. 165-182, 2012.

29. PORTAL SEBRAE. **Como tornar-se um MEI - Microempreendedor individual?** Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pi/sebraeaz/eu-quero-ser-mei-como-devo-fazer,871ced1815db2710VgnVCM1000004c00210aRCRD Acesso em: 27 Ago. 2023.

30. PORTAL SEBRAE. **Mais de 93 milhões de brasileiros estão envolvidos com o empreendedorismo** (2023) Disponível em: https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/mais-de-93-milhoes-de-brasileiros-estao-envolvidos-com-o-empreendedorismo/ Acesso em: 24 Ago. 2023.

31. PORTAL SEBRAE. **Principais obrigações do MEI**. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/principais-obrigacoes-do-mei,54c45d30ea4f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=Entre%20as%20principais%20obriga%C3%A7%C3%B5es%20do%20MEI%2C%20destacamos%3A&text=Emitir%20Nota%20Fiscal%20de%20Servi%C3%A7o,sem%20emiss%C3%A3o%20de%20Nota%20Fiscal. Acesso em: 26 Out. 2023.

32. PORTAL SEBRAE. **Saiba quais são os principais tipos de empreendedorismo no Brasil.** Disponível em: https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/63cdc73f5ebc00b12907b8c6c8093a4c/$File/30745.pdf Acesso em: 01 Set. 2023.

33. PORTAL SEBRAE. **Vantagens e benefícios de se formalizar como MEI.** Disponível em:

https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/vantagens-e-beneficios-de-se-formalizar-como-mei,5939f4224ce28810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=Sem%20necessidade%20de%20se%20manter,seu%20neg%C3%B3cio%20com%20valores%20menores. Acesso em: 26 Out. 2023.

34. PORTAL SEBRAE.**Pesquisa mundial de empreendedorismo divulgada no Projeto Sebrae 50+50.** Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebrae50mais50/noticias/pesquisa%E2%80%93mundial%E2%80%93de%E2%80%93empreendedorismo%E2%80%93divulgada%E2%80%93no%E2%80%93projeto%E2%80%93sebrae%E2%80%9350mais50 Acesso em: 12 Out. 2023.

35. ROSA, Cláudio A. **Como elaborar um plano de negócio**. Brasília: SEBRAE, 2007.

36. SÁ, Antônio Lopes de**. Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

37. SEBRAE. **Aprenda a fazer um Plano de Negócio.** Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/artigos/aprenda-a-fazer-um-plano-de-negocio,30a20170a8c86410VgnVCM1000003b74010aRCRD#:~:text=O%20Plano%20de%20Neg%C3%B3cio%20%C3%A9,que%20pretende%20ser%20a%20empresa. Acesso em: 08 Out. 2023.

38. SEBRAE. **Disciplina de empreendedorismo**. São Paulo: Manual do aluno, 2007.67p.

39. SERASA EXPERIAN. **Quais são os tipos de empreendedorismo existentes?** Descubra aqui! Disponível em: https://serasa.certificadodigital.com.br/blog/e-cnpj/tipos-de-empreendedorismo/ Acesso em: 05 Out. 2023.

40. SERTEK, Paulo. **Empreendedorismo**. 5. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

41. VALOR GLOBO. **Planejamento: 29% das microempresas fecham após cinco anos**. Disponível em: https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2022/11/03/planejamento-29-das-microempresas-fecham-apos-cinco-anos.ghtml Acesso em: 02 set. 2023.

42. VENTURI, James Luiz et al. **Estudo das características empreendedoras dos proprietários de restaurantes na cidade de Itapema**, conforme a abordagem de David McClelland. 2003.

O PAPEL DA CONTABILIDADE RURAL NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Luan Jovany da Silva (UNIESP)[32]
Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior (UNIESP)[33]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo e finalidade principal demonstrar o papel da Contabilidade Rural como ferramenta fundamental para o agronegócio brasileiro. A Contabilidade, notadamente a Contabilidade Rural, emerge como um instrumento indispensável para uma gestão eficaz e bem-sucedida nas empresas agropecuárias no país. Suas múltiplas funções desempenham um papel altamente importante no impulsionamento do crescimento e na asseguração da sustentabilidade financeira das organizações envolvidas no setor do agronegócio. Destaca-se a relevância deste estudo, pois seu desenvolvimento possibilitará a compreensão do papel da contabilidade no contexto econômico do Brasil. Isso proporcionará uma perspectiva mais abrangente para profissionais contábeis, educadores e estudantes. Apesar da sua grande importância, observa-se que o tema permanece estagnado, sem receber a devida ênfase. Para alcançar o resultado proposto, foi realizado um estudo bibliográfico, essencialmente apoiada pela incorporação de diversas pesquisas bibliográficas e dados secundários provenientes de fontes nacionais, incluindo instituições como MAPA, EMBRAPA, FAESP, e estudos científicos que oferecem uma visão concreta da realidade da Contabilidade Rural. Neste trabalho foi utilizado o método de pesquisa qualitativo e descritivo. As pesquisas realizadas possibilitam a análise dos elementos fundamentais da Contabilidade Rural no agronegócio, bem como a avaliação da perspectiva do mercado brasileiro relacionado a esse setor. O autor Crepaldi aponta como a contabilidade rural desempenha seu papel nos principais sistemas de controle e fornecimento de informações para as Empresas Rurais. Diante dos principais indicadores do agronegócio, fica evidente que há vastas oportunidades para os contadores atuais e futuros no cenário do agronegócio no Brasil.

Palavras-chaves: Contabilidade Rural; Agronegócio; Economia Brasileira.

ABSTRACT

This work's main objective and purpose is to demonstrate the role of Rural Accounting as a fundamental tool for Brazilian agribusiness. Accounting, notably Rural Accounting, emerges as an indispensable instrument for effective and successful management in agricultural companies in the country. Its multiple functions play a highly important role in driving growth and ensuring the financial

[32]Estudante do Curso de Graduação em Ciências Contábeis no UNIESP. E-mail: luan.jvany13@gmail.com
[33]Professor de Economia no UNIESP, Graduação em Economia pela UFPB, Especialização em Gestão de Recursos Humanos pela UNINTER, Economista, Conselheiro do CORECON-PB, e Sócio do Fórum Celso Furtado de Desenvolvimento da Paraíba. E-mail: paulogalvaojr@gmail.com. Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/5294756311248526.

sustainability of organizations involved in the agribusiness sector. The relevance of this study is highlighted, as its development will enable the understanding of the role of accounting in the economic context of Brazil. This will provide a more comprehensive perspective for accounting professionals, educators, and students. Despite its great importance, it is observed that the topic remains stagnant, without receiving due emphasis. To achieve the proposed result, a bibliographic study was carried out, essentially supported by the incorporation of various bibliographic research and secondary data from national sources, including institutions such as MAPA, EMBRAPA, FAESP, and scientific studies that offer a concrete vision of the reality of Rural Accounting. In this work, the qualitative and descriptive research method was used. The research carried out makes it possible to analyze the fundamental elements of Rural Accounting in agribusiness, as well as to evaluate the perspective of the Brazilian market related to this sector. The author Crepaldi points out how rural accounting plays its role in the main control and information supply systems for Rural Companies. Given the main agribusiness indicators, it is clear that there are vast opportunities for current and future accountants in the agribusiness scenario in Brazil.

Keywords: Rural Accounting; Agribusiness; Brazilian Economy.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Rural desempenha um papel fundamental no agronegócio brasileiro. Como instrumento essencial em uma gestão eficiente e bem-sucedida, a Contabilidade, em especial a Contabilidade Rural, desempenha diversas funções que contribuem com o crescimento das empresas agropecuárias e garantem a sustentabilidade financeira das empresas ligadas ao agronegócio brasileiro.

O agronegócio é um dos setores mais importantes da economia brasileira. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o agronegócio representa 24,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nominal do país em 2022.

A Contabilidade Rural é uma ferramenta indispensável, proporcionando às empresas do setor as informações e os métodos necessários para uma gestão financeira eficaz e sustentável.

De acordo com Crepaldi (1998, p. 74):

> A Contabilidade Rural é um dos principais sistemas de controle e informação das Empresas Rurais. Com a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos etc. Também fornece informações sobre condições de expandir-se, sobre necessidades de reduzir custos ou despesas, necessidades de buscar recursos etc. Outra finalidade da Contabilidade Rural: o planejamento.

A Contabilidade Rural é extremamente importante no agronegócio, de maneira geral. A falta de uma gestão bem orientada financeiramente, com embasamento fornecido pelos relatórios contábeis, tomando decisões sem uma estratégia bem estabelecida ou até improvisada muita das vezes, podem causar prejuízos irreversíveis ao negócio, como quase falência, concordata e até mesmo falência.

Para o autor Gomes (2002, p. 21):

> A Contabilidade Rural é um instrumento fundamental para o controle financeiro e econômico da propriedade rural; pode se afirmar que a utilização da contabilidade contribui, sob vários aspectos, com o ambiente onde a entidade esteja inserida.

O profissional contábil é fundamental no negócio rural. O seu trabalho garante que informações em relação à saúde econômica e financeira, auxiliem no planejamento estratégico e tomadas de decisões, que são vitais para o negócio.

Um estudo publicado em 2014 pela Revista da Administração, Ciências Contabilidade e Sustentabilidade (REUNIR), da Universidade Federal de Campo Grande (UFCG), mostrou que de 150 (cento e cinquenta) produtores rurais com até 50 (cinquenta) hectares de terra que participaram da entrevista, 61% misturavam suas finanças pessoais com as finanças do negócio.

E o estudo mostra ainda que para 56% dos produtores rurais não existe uma gestão de custos, os preços dos produtos são definidos pela empresa compradora e 48% dos produtores, sequer, entendem o papel da contabilidade.

Outro risco que as empresas podem enfrentar com falta de uma contabilidade aplicada no setor é o planejamento tributário inadequado ou até mesmo a desconformidade fiscal.

Esse artigo destaca a Contabilidade Rural sendo uma peça fundamental, proporcionando para empresas do setor as informações e as ferramentas necessárias para uma gestão financeira eficaz e sustentável, de grandes, médias e pequenas empresas rurais, não deixando de fora os pequenos agricultores.

Diante do exposto, este artigo busca responder ao seguinte questionamento: **Qual é o papel da Contabilidade Rural no agronegócio brasileiro nos últimos cinco anos?**

Dessa forma, reitera-se a importância desse estudo, no sentido de que seu desenvolvimento permitirá a compreensão do papel da contabilidade no cenário econômico brasileiro, possibilitando uma visão mais ampla para os contadores, docentes e discentes, ao tema que embora seja muito relevante e importante, encontra-se estagnado e sem ênfase em instituições públicas e privadas da zona urbana.

Para Crepaldi (1998), o motivo pelo qual não encontramos mais livros sobre a Contabilidade Rural é simples, os grandes profissionais contábeis que atuam na área não buscam dar sua colaboração ao tema.

O trabalho tem como objetivo geral identificar a importância da Contabilidade Rural no agronegócio brasileiro nos últimos cinco anos. Quanto aos seus objetivos específicos: compreender a contabilidade e evidenciar a Contabilidade Rural; analisar os principais indicadores econômicos do agronegócio; e analisar índices contábeis de empresas do agronegócio.

A metodologia utilizada neste artigo será uma pesquisa bibliográfica acerca do tema proposto, e será baseada em dados secundários de instituições públicas, privadas, órgãos regulamentadores e de pesquisas, da contabilidade e do agronegócio brasileiro.

O artigo está estruturado em cinco partes, que se divide em: introdução, fundamentação teórica, estudo bibliográfico, análise de resultados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE

Para que possamos entender o que é Contabilidade, antes precisamos saber um pouco da sua história e como ela surgiu. A Contabilidade surgiu nas civilizações antigas, como Egito, Babilônia e Suméria. Essas sociedades começaram a registrar suas colheitas, estoques e transações comerciais. Tais práticas primitivas foram se desenvolvendo ao longo dos séculos.

Na Idade Média os comerciantes e artesãos registravam as suas transações e nesse período foi surgindo o sistema de partidas dobradas.

No período do Renascimento na Europa (séculos XIV a XVI), houve avanços significativos na teoria contábil. Luca Pacioli, um monge italiano, publicou um livro chamado "*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita*" em 1494, que incluía uma seção sobre contabilidade de partidas dobradas. Esse livro é frequentemente considerado como o marco inicial da contabilidade moderna.

Sobre o surgimento da contabilidade, podemos afirmar que:

> Foi o pensamento do "futuro" que levou o homem aos primeiros registros a fim de que pudesse conhecer as suas reais possibilidades de uso, de consumo, de produção etc. Com o surgimento das primeiras administrações particulares aparecia a necessidade de controle, que não poderia ser feito sem o devido registro, a fim de que se pudesse prestar conta da coisa administrada (CRCSC, 2023).

Com essa perspectiva, percebe-se que a contabilidade realizada nos dias de hoje se fez necessária no desenvolvimento dos negócios. Ao longo do tempo a contabilidade se desenvolveu, ficando bem mais definida e abrangente, surgiram ramos específicos voltados para alguns setores que possuem peculiaridades das mais variadas.

A Contabilidade se desenvolveu com a finalidade de controlar o patrimônio das entidades, apurar os resultados das atividades e transmitir as informações para os interessados na avaliação da situação patrimonial, financeira e de desempenho da entidade (NEVES, 2017).

As Demonstrações Contábeis, também conhecidas como demonstrações financeiras ou relatórios financeiros, são relatórios contábeis que resumem as informações financeiras e econômicas de uma entidade em um período específico. Essas demonstrações são usadas para comunicar o desempenho financeiro de uma organização a partes interessadas, internas ou externas, como acionistas, investidores, credores, órgãos reguladores e a própria administração da empresa.

Alguns métodos são utilizados para apresentar as informações sobre uma entidade. Cada um desempenhando sua finalidade e fornecendo desde uma imagem geral e ampla a uma imagem mais detalhada ou específica:

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)
NOTAS EXPLICATIVAS

Quadro 1: Métodos utilizados para apresentar as Informações Contábeis.
Fonte: o próprio Autor, 2023.

Essas Informações Contábeis são muito importantes para que as partes interessadas analisem a saúde financeira, a rentabilidade e a solidez de uma empresa. São extremamente úteis para tomar decisões estratégicas, planejar investimentos a curto e longo prazo, avaliar a capacidade de pagamento de dívidas e cumprir requisitos regulatórios e fiscais.

As demonstrações contábeis devem ser preparadas de acordo com as normas contábeis aplicáveis, com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ou normas locais, e auditadas por profissionais de contabilidade independentes para garantir sua confiabilidade e precisão.

O Balanço Patrimonial (BP) apresenta a posição financeira de uma empresa em um determinado momento, geralmente no final do período contábil. A Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) resume o desempenho financeiro da empresa durante determinado período, geralmente um trimestre ou um ano, e mostra as receitas, despesas e o lucro ou prejuízo líquido como resultado das operações da entidade. A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta como o dinheiro entra e sai da empresa durante um determinado período.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) detecta mudanças no patrimônio líquido da entidade ao longo do tempo, especificando os eventos que alteraram o capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados e as Notas Explicativas fornecem informações adicionais e mais detalhadas sobre as políticas contábeis utilizadas, contingências, compromissos futuros, entre outros aspectos relevantes:

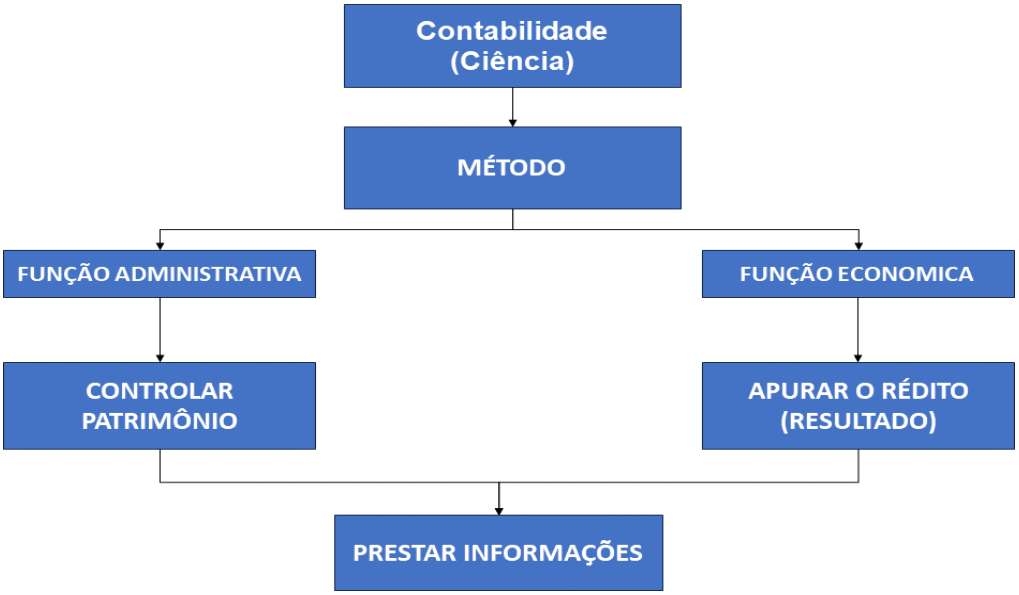


Figura 1: Apresentação das Informações Contábeis.
Fonte: Neves, 2017.

Nesse sentido são elaboradas as Demonstrações Contábeis, para análise das partes interessadas. Hoje a contabilidade é vital em todos os setores da economia e desempenha um papel fundamental na tomada de decisões financeiras, na prestação de contas e na conformidade regulatória. Ela continua a evoluir à medida que a tecnologia e as práticas comerciais se desenvolvem.

2.2 CONTABILIDADE RURAL

A Contabilidade Rural é uma área da contabilidade especializada no agronegócio. Concentra-se na gestão financeira e patrimonial das atividades agrícolas e agropecuárias. Seu principal objetivo é fornecer informações precisas e relevantes para auxiliar os agricultores e pecuaristas a tomar decisões informadas sobre suas operações rurais. Isso envolve o registro, a classificação e a análise de todas as transações financeiras e operacionais relacionadas à atividade rural.

Para o autor brasileiro Calderelli (2003, p. 180) a Contabilidade Rural é “aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária”.

O autor Marion (2000, p. 23) afirma que:

> Quando estudada de forma genérica, a Contabilidade é denominada Contabilidade Geral ou Contabilidade Financeira. Quando aplicada a um ramo específico, normalmente é denominada de acordo com a atividade daquele ramo.

A Contabilidade Rural lida com aspectos específicos do setor, como a gestão de ativos agrícolas, como terras, gado e plantações, bem como a contabilização de custos de produção, receitas de vendas, depreciação de equipamentos e investimentos em melhorias na entidade rural.

Segundo Crepaldi (2005, p. 84) “entidade rural é qualquer pessoa física ou pessoa jurídica detentora de um patrimônio”. Além disso, ela desempenha um papel fundamental na determinação da rentabilidade e sustentabilidade das operações agrícolas.

Os princípios contábeis aplicados na Contabilidade Rural são semelhantes aos da contabilidade geral, mas adaptados às particularidades do setor agrícola. Isso inclui a contabilização de safra, a avaliação de estoques agrícolas, o cálculo de custos de produção por cultura, entre outros. Para Marion (2012, p. 3) “A Contabilidade Rural é a Contabilidade Geral aplicada às empresas rurais”.

A Contabilidade Rural também desempenha um papel importante na conformidade com regulamentos fiscais e na obtenção de financiamentos agrícolas. Ela fornece relatórios financeiros que auxiliam os agricultores a cumprir obrigações tributárias e demonstrar a saúde financeira de suas operações aos credores e investidores.

Em resumo, a Contabilidade Rural é uma ferramenta essencial para a gestão eficaz das atividades agrícolas, ajudando os agricultores a tomar decisões estratégicas, controlar custos, avaliar a rentabilidade e manter a conformidade fiscal. Ela contribui para o sucesso e a sustentabilidade das empresas rurais, desempenhando um papel fundamental no setor agrícola.

2.3 AGRONEGÓCIO

O agronegócio refere-se ao conjunto de atividades econômicas relacionadas à produção, industrialização e comercialização de produtos agrícolas.

Ele engloba toda a cadeia produtiva, desde a agropecuária até a venda dos produtos.

O termo é uma combinação das palavras "agro" (relacionado à agricultura) e "negócio", indicando a natureza comercial e empresarial dessa atividade. Não se limita apenas à produção no campo, mas abrange toda a cadeia, incluindo processamento, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de produtos agrícolas. Essa abordagem integrada reconhece a importância de diferentes elos da cadeia para o sucesso global do setor.

O autor Araújo (2022, p. 16) entende que:

> O agronegócio envolve as seguintes funções: suprimento à produção agropecuária, produção agropecuária, beneficiamento, processamento e transformação, acondicionamento e armazenamento, distribuição, e consumo, além de serviços complementares como bolsa de mercadorias.

O agronegócio é uma cadeia produtiva complexa que inclui atividades como agricultura, pecuária, agroindústria, distribuição e comercialização. Cada uma dessas etapas é interdependente, formando uma teia de processos que se estende desde a produção no campo até a entrega de produtos aos consumidores. A integração dessas atividades é fundamental para o sucesso do agronegócio.

O agronegócio desempenha um papel vital nas economias globais. Além de fornecer alimentos e matérias-primas para diversas indústrias, é uma fonte significativa de empregos em áreas rurais e urbanas. Em muitos países, o setor agrícola representa uma parcela substancial do PIB, influenciando diretamente o desenvolvimento econômico e a estabilidade financeira.

A globalização impactou profundamente o agronegócio, facilitando o comércio internacional de produtos agrícolas. Países se tornaram interdependentes, com uma nação dependendo das produções de outra para atender às demandas do mercado. O Brasil, por exemplo, tornou-se um protagonista no comércio global, exportando uma variedade de *commodities* agrícolas.

As *commodities* agrícolas são milho, café, soja, algodão, suco de laranja concentrado e congelado, por exemplo. As *commodities* de proteína animal são

carne bovina, carne de frango e carne suína. E as *commodities* energéticas são o etanol oriundo da cana-de-açúcar e o etanol oriundo do milho.

O agronegócio enfrenta diversos desafios, incluindo mudanças climáticas, escassez de recursos naturais, pressões ambientais e preocupações com a segurança alimentar. A busca por práticas sustentáveis e inovações tecnológicas são tendências crescentes. A agricultura de precisão, a biotecnologia e a automação estão transformando a forma como as atividades agrícolas são conduzidas.

A sustentabilidade tornou-se uma preocupação central no agronegócio. A busca por práticas agrícolas que minimizem o impacto ambiental, e promova a conservação dos recursos naturais e garantam o bem-estar animal é uma prioridade. Além disso, a responsabilidade social tornou-se uma consideração importante, com um foco crescente na promoção de condições de trabalho justas e na contribuição para o desenvolvimento das comunidades locais.

O agronegócio é um componente essencial da economia global, desempenhando um papel crucial na produção de alimentos e matérias-primas. Sua complexidade e interconexão destacam a importância da abordagem integrada em todas as fases da cadeia produtiva. Diante dos desafios e das mudanças globais, a busca por práticas sustentáveis e inovações tecnológicas emerge como um caminho promissor para o desenvolvimento futuro do agronegócio.

O agronegócio refere-se ao conjunto de atividades econômicas relacionadas à produção, industrialização e comercialização de produtos agrícolas. Ele engloba toda a cadeia produtiva, desde a agricultura e pecuária até a distribuição e venda dos produtos. O termo é de origem da língua inglesa, *agrobusiness*.

O agronegócio não se limita apenas à produção no campo, mas abrange toda a cadeia, incluindo processamento, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de produtos agrícolas. Essa abordagem integrada reconhece a importância de diferentes elos da cadeia para o sucesso global do setor.

2.3.1 Agronegócio Brasileiro

O agronegócio brasileiro desempenha um papel significativo na economia do Brasil, sendo uma das principais forças impulsionadoras do desenvolvimento. O

agronegócio é uma parte essencial da economia brasileira, contribuindo significativamente para o PIB do país.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de diversos produtos agrícolas, como soja, carne bovina, aves, café, açúcar, milho e celulose, em 2022:

PRODUTO	PRODUÇÃO	POSIÇÃO MUNDIAL
Soja	91 milhões de ton.	1°
Milho	105 milhões de ton.	3°
Feijão	2,9 milhões de ton.	3°
Carne Bovina	2,5 milhões de ton.	1°
Café	3,4 milhões de ton.	1°

Quadro 2: O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de alimentos.
Fonte: EMBRAPA, 2022.

O país é conhecido por sua expressiva participação no comércio internacional de *commodities* agrícolas. As exportações brasileiras do setor são fundamentais para a balança comercial, gerando divisas e impulsionando a entrada de recursos no país.

De acordo com dados do Governo Federal compilados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Brasil terminou o ano de 2022 com exportações recordes de US$159,1 bilhões, que representou um crescimento de 32% quando comparado ao ano anterior. O setor também gerou o maior superávit já registrado na história, de US$141,8 bilhões.

O emergente Brasil tem se esforçado para adotar práticas agrícolas sustentáveis. Isso inclui o uso de tecnologias modernas, como a agricultura de precisão, a rotação de culturas e a gestão integrada de recursos naturais. A sustentabilidade ambiental tornou-se uma preocupação crescente, com a busca por métodos que minimizem o impacto ambiental.

De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) , o Censo Agropecuário realizado em 2017 apontou que no Brasil a área dos estabelecimentos é de 351,3 milhões de hectares, correspondendo a 41,3% de todo o território nacional. A área ocupada por lavouras, 63,5 milhões de hectares, que correspondem a 7,5% do território, já as lavouras somadas às pastagens, 26,2%, e as matas e

florestas situadas dentro desses estabelecimentos correspondem a 15,1% do espaço.

Apesar dos avanços, o agronegócio brasileiro enfrenta desafios, incluindo questões ambientais relacionadas ao desmatamento, especialmente na Floresta Amazônica, e preocupações com as condições de trabalho em algumas áreas. A pressão internacional por práticas mais sustentáveis e a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental são temas em constante debate.

O setor agrícola brasileiro tem incorporado tecnologias inovadoras para aumentar a produtividade e a eficiência. A adoção de biotecnologia, máquinas agrícolas avançadas, sistemas de monitoramento e a utilização de dados para a tomada de decisões são aspectos importantes da modernização do agronegócio no país.

Um exemplo é o Aegro, um *software* de gerenciamento de propriedades agrícolas, para planejamentos de safra, controle de custo de produção, controle de custo de produção, controle de máquinas e do patrimônio. Outro exemplo é a WEG, uma empresa nacional, que desenvolve diversas soluções de eficiência energética, que também visa o mercado agrônomo com projetos de captação de água para o cultivo, sistemas de acompanhamento dos processos que garantem o desempenho e automação.

Além das grandes propriedades, a agricultura familiar desempenha um papel crucial no cenário agrícola brasileiro. Ela contribui significativamente para a produção de alimentos, a preservação de tradições culturais e a geração de empregos no campo.

O agronegócio brasileiro desempenha um papel fundamental na segurança alimentar, fornecendo não apenas para o mercado interno, mas também para a demanda global por alimentos. A diversidade na produção agrícola brasileira contribui para a oferta de uma ampla gama de produtos.

O agronegócio brasileiro é um setor dinâmico e estratégico, impulsionando o crescimento econômico do país. Apesar dos desafios, a busca por práticas sustentáveis e a aplicação de tecnologias inovadoras indicam um caminho promissor para o desenvolvimento futuro do agronegócio no Brasil. O equilíbrio entre a produção eficiente, a preservação ambiental e a responsabilidade social

permanecem como um desafio constante, mas, também uma oportunidade para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

2.4 ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro desempenha um papel crucial na economia do país, influenciando a produção, exportação e o equilíbrio comercial. É fundamental abordar indicadores econômicos chave para compreender a dinâmica desse setor:

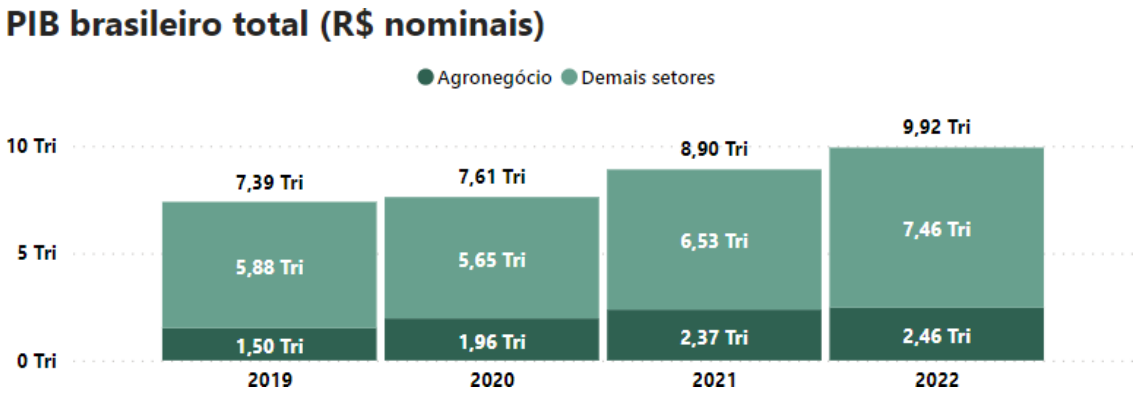


Figura 2: Produto Interno Bruto entre 2019 e 2022.
Fonte: FAESP, 2023.

Conforme apresentado na figura 2, o agronegócio é crucial na economia brasileira. Isso ocorre devido à extensão das atividades envolvidas, desde a produção primária até a indústria. O setor engloba atividades relacionadas à produção agrícola, pecuária, pesca, silvicultura e agroindústria. A participação do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil varia ao longo do tempo devido a fatores como condições climáticas, políticas governamentais, demanda global por *commodities* agrícolas, entre outros:

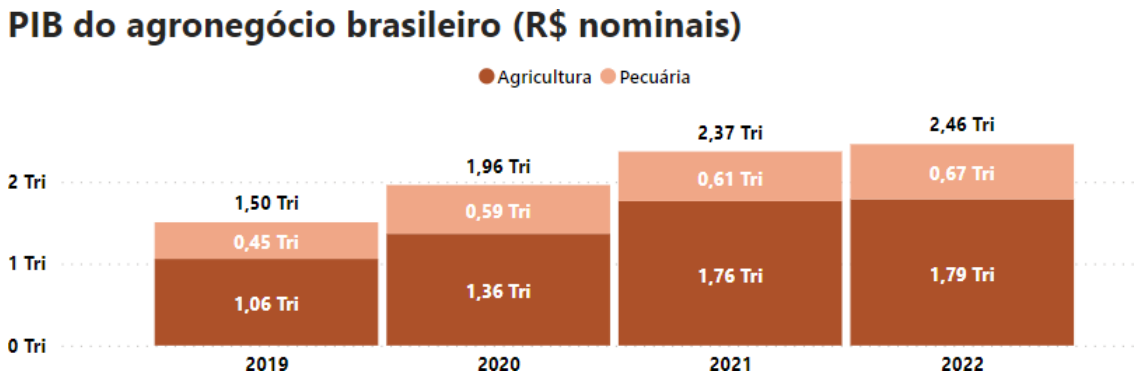


Figura 3: PIB do agronegócio brasileiro entre 2019 e 2022.
Fonte: FAESP, 2023

A figura 3 apresenta como se divide o PIB no agronegócio brasileiro. A agricultura e a pecuária são dois setores fundamentais do agronegócio e desempenham papéis essenciais na produção de alimentos, fibras e outros produtos relacionados. A agricultura envolve o cultivo de plantas para produção de alimentos, rações, fibras e matérias-primas. A pecuária abrange a criação de animais para produção de carne, leite, ovos, peles, entre outros. No Brasil, a criação de bovinos, aves, suínos e ovinos são atividades importantes.

Ambos os setores, agricultura e pecuária, desempenham papéis vitais na segurança alimentar, economia e desenvolvimento sustentável, e seu equilíbrio é essencial para a prosperidade do agronegócio em muitos países, incluindo o Brasil.

O saldo comercial positivo do agronegócio brasileiro é impulsionado por exportações significativas. A China, União Europeia e Estados Unidos são parceiros comerciais essenciais. A análise do comércio internacional é crucial para entender a dependência do mercado externo:

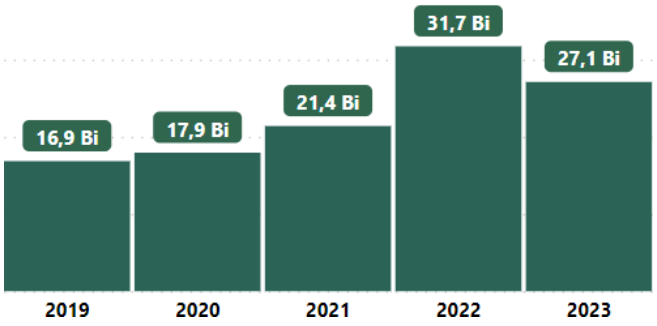


Figura 4: Exportação do Mato Grosso entre 2019 e 2023.
Fonte: FAESP, 2023.

Observando a figura 4, pode-se visualizar o valor em dólares americanos das exportações do estado do Mato Grosso (MT) nos últimos cinco anos. O estado é o maior produtor brasileiro no agronegócio. Os países dependem das exportações para impulsionar o crescimento econômico e fortalecer suas posições no mercado global. O Brasil é um dos principais exportadores globais de *commodities* agrícolas, como soja, carne bovina, aves, suínos, entre outros. A demanda internacional por produtos agrícolas brasileiros contribui para a balança comercial do país:

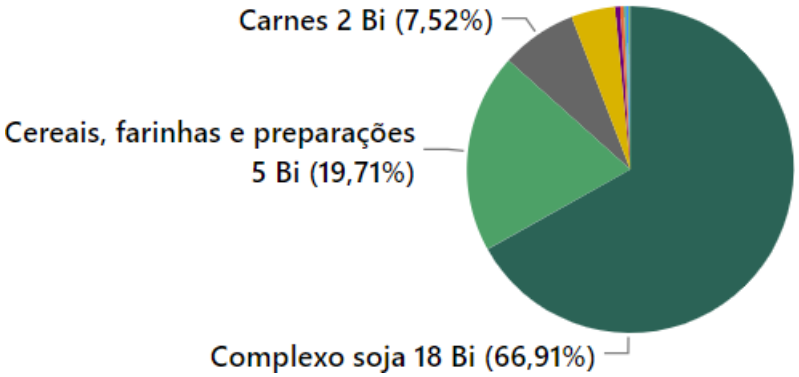


Figura 5: Exportações por Setor no Mato Grosso em 2023.
Fonte: FAESP, 2023.

A figura 5 demonstra como se divide as exportações no estado do Mato Grosso. O estado é referência na produção da soja no Brasil:

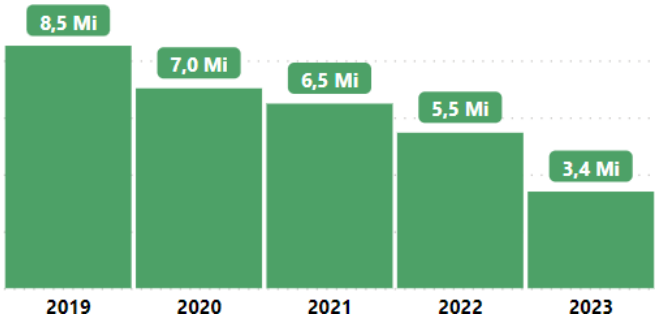


Figura 6: Importação do Mato Grosso entre 2019 e 2023.
Fonte: FAESP, 2023.

Observando a figura 6, temos os valores de importação em dólares nos últimos cinco anos. Fazendo uma rápida comparação com a figura 5, que se refere à exportação, tem-se a balança comercial do agronegócio no estado do Mato Grosso.

Ano	Exportação	Importação	Saldo Comercial
2019	US$ 16,9 milhões	US$ 8,5 milhões	US$ 8,4 milhões
2020	US$ 17,9 milhões	US$ 7,0 milhões	US$ 10,9 milhões
2021	US$ 21,4 milhões	US$ 6,5 milhões	US$ 14,9 milhões
2022	US$ 31,7 milhões	US$ 5,5 milhões	US$ 26,2 milhões
2023	US$ 27,1 milhões	US$ 3,4 milhões	US$ 23,7 milhões

Quadro 3: Balança Comercial do Mato Grosso entre 2009 e 2023.
Fonte: FAESP, 2023.

O quadro 3 demonstra a balança comercial do estado. A balança comercial refere-se à diferença entre o valor das exportações e o valor das importações de bens e serviços de um país durante um determinado período, geralmente mensal ou anual. Ela é uma parte fundamental da contabilidade nacional e fornece informações sobre a saúde econômica de um país em relação ao comércio internacional.

De acordo com os dados acima, o estado do Mato Grosso apresentou superávit comercial. Isso ocorre quando o valor das exportações é maior do que o valor das importações. Indicando que o estado está vendendo mais bens e serviços para o exterior do que está comprando, resultando em um aumento nas reservas internacionais. A confiança do produtor reflete as expectativas em relação às condições de mercado e investimentos futuros. Esses índices são indicadores-chaves da saúde econômica do setor. Importações são essenciais para atender à demanda interna, especialmente quando um país não produz determinados bens ou serviços de maneira eficiente:

Figura 7: Empregos Formais Ativos da Agropecuária.
Fonte: FAESP, 2023.

A figura 7 mostra os empregos formais ativos provenientes da agropecuária no ano de 2023 comparado ao ano de 2022. Pode-se notar a evolução em curva em quase todos os períodos do ano. O setor agropecuário emprega uma grande parcela da mão de obra no Brasil.

A produção agrícola e as atividades relacionadas à agroindústria e logística associadas ao agronegócio geram empregos em diferentes regiões do país. Uma balança comercial saudável pode estimular a produção doméstica e criar empregos, especialmente se o país estiver exportando produtos com valor agregado:

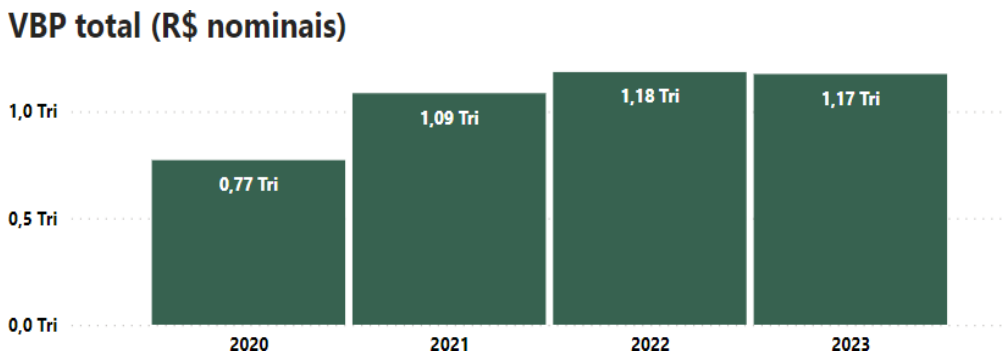
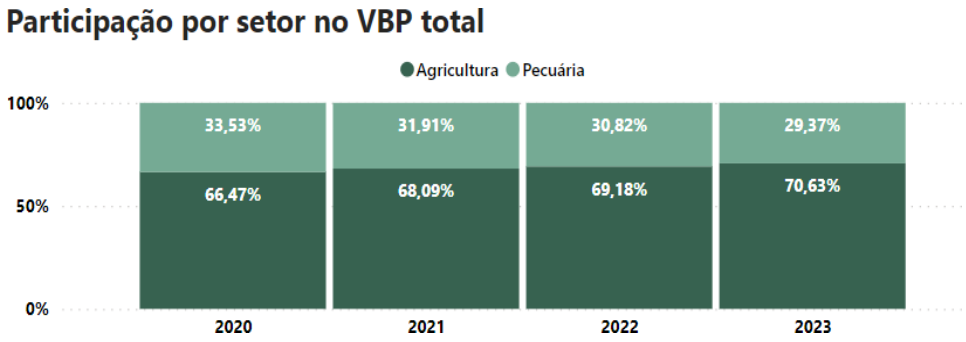


Figura 8: Valor Bruto de Produção (VBP) Total do Agronegócio.
Fonte: FAESP, 2023.

A figura 8 exibe o Valor Bruto Produção (VBP) do agronegócio no Brasil nos últimos quatro anos. Esse valor é uma medida econômica que representa o faturamento bruto da produção agropecuária no país. Ele engloba o valor de mercado da produção primária (agrícola e pecuária), excluindo os custos de insumos utilizados na produção.

O VBP é uma importante métrica para avaliar o desempenho econômico do setor agropecuário. Ele considera não apenas o volume de produção, mas também os preços de mercado dos produtos. O cálculo do VBP leva em conta diversos segmentos do agronegócio, como a produção de grãos, carne, café, entre outros:



Quadro 12: Participação por Setor no VBP Total do Agronegócio.
Fonte: FAESP, 2023.

Nesse quadro é evidenciado o Valor Bruto de Produção (VBP) por setor do agronegócio. Vale destacar que o VBP é influenciado por fatores como condições climáticas, preços internacionais das *commodities*, políticas governamentais, e demanda global. Anualmente, diferentes instituições, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e entidades de pesquisa, divulgam estimativas e relatórios sobre o VBP do agronegócio brasileiro.

A avaliação do desempenho econômico é um dos principais propósitos da análise de indicadores, com métricas como o Valor Bruto da Produção (VBP) oferecendo uma visão abrangente do impacto econômico do setor. Essa compreensão é crucial para o planejamento estratégico, permitindo a identificação de oportunidades de crescimento, áreas de risco e direcionamento eficiente de recursos.

A análise dos indicadores do agronegócio é essencial para compreender e gerenciar efetivamente esse setor crucial da economia. O agronegócio, que abrange a produção agrícola e pecuária, desempenha um papel significativo na segurança alimentar, economia e desenvolvimento sustentável.

A análise de tendências ao longo do tempo destaca mudanças nos preços, na produção e na adoção de tecnologias, fornecendo *insights* valiosos para ajustes e adaptações. A gestão de riscos, intrínseca ao agronegócio devido à sua suscetibilidade a fatores climáticos e variações de mercado, é facilitada pela identificação precoce desses riscos por meio de indicadores.

As decisões de investimento, fundamentais para produtores, empresas e investidores, dependem da análise cuidadosa dos indicadores, garantindo alocação

eficiente de recursos. Autoridades governamentais também se beneficiam desses indicadores ao desenvolver políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável e à segurança alimentar.

Em um contexto global, a competitividade do agronegócio é influenciada por fatores como preços internacionais de *commodities*, demanda global e práticas sustentáveis. A análise de indicadores posiciona o setor em relação à concorrência global, informando estratégias para exportadores e importadores de produtos agrícolas.

Além disso, a análise destaca a importância da inovação e práticas sustentáveis para garantir a resiliência e o sucesso a longo prazo do agronegócio. Em resumo, a análise dos indicadores do agronegócio é uma ferramenta multifacetada que permeia todos os aspectos do setor, promovendo uma gestão eficiente e informada para enfrentar os desafios complexos desse ambiente dinâmico.

2.5 ANÁLISE DOS ÍNDICES CONTÁBEIS DE EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO

A análise dos índices contábeis de empresas do agronegócio é uma prática fundamental para avaliar a saúde financeira, eficiência operacional e rentabilidade dessas organizações. Através desses índices, os gestores, investidores e outros interessados podem obter *insights* valiosos sobre o desempenho e a viabilidade financeira do negócio.

De acordo com os autores Gitman e Madura (2003, p. 191):

> A análise de índices envolve métodos de cálculo e interpretação de índices financeiros para analisar e monitorar o desempenho da empresa. Os insumos básicos para os analistas de índices são a demonstração de resultados e o balanço patrimonial da empresa.

A análise dos índices contábeis de empresas do agronegócio desempenha um papel fundamental na avaliação da saúde financeira e na tomada de decisões estratégicas. Essa prática fornece uma visão abrangente do desempenho econômico e operacional da empresa, possibilitando identificar tendências, avaliar eficiência e gerenciar riscos.

Através dos índices, é possível compreender a liquidez, rentabilidade, endividamento, eficiência operacional e solvência da empresa, permitindo aos gestores, investidores e outros interessados terem *insights* valiosos para orientar suas decisões.

No contexto do agronegócio, onde fatores como sazonalidade e condições climáticas desempenham um papel significativo, a análise dos índices contábeis é essencial para uma gestão eficiente e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento e sucesso do setor.

Diante disso, Gitman (2004, p. 42) salienta:

> A análise de índices a partir das demonstrações financeiras é importante para os acionistas, os credores e os administradores da própria empresa. Tanto os acionistas atuais como os possíveis acionistas futuros estão interessados no nível corrente e no nível futuro de risco e retorno da empresa, os quais afetam diretamente o preço da ação.

A análise dos índices contábeis de empresas do agronegócio interessa a diversos *stakeholders*, incluindo gestores, investidores, credores, órgãos reguladores e analistas de mercado.

Esses interessados buscam compreender a saúde financeira, a eficiência operacional e o potencial de crescimento das empresas, utilizando os índices como ferramenta para embasar decisões estratégicas, avaliar riscos e garantir a sustentabilidade do negócio.

Essa análise é importante para a tomada de decisões informadas e para a manutenção de relacionamentos financeiros sólidos, contribuindo para o desenvolvimento e competitividade do agronegócio

3 METODOLOGIA

Para este artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, e é baseado em dados secundários de instituições públicas e privadas do agronegócio brasileiro. Foi utilizado a pesquisa bibliográfica para aprofundar sobre o agro no continental Brasil.

O presente estudo se estabelece em uma pesquisa qualitativa e descritiva. Qualitativa por buscar a compreensão do tema proposto. Descritiva por procurar descrever características de uma população, ou fenômeno como demografia, comportamentos, atitudes ou opiniões.

A pesquisa qualitativa é uma abordagem de pesquisa que se concentra na compreensão profunda e na interpretação dos fenômenos estudados, procurando explorar significados, perspectivas, experiências e contextos. É uma abordagem valiosa para explorar e compreender fenômenos complexos, fornecendo uma visão aprofundada das experiências humanas e dos contextos em que ocorrem.

A pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa que tem como objetivo primário descrever as características ou propriedades de uma determinada população ou fenômeno. É uma abordagem importante para estabelecer uma compreensão inicial de um fenômeno ou população, fornecendo uma base para investigações mais aprofundadas. Ela é particularmente útil quando o pesquisador busca descrever, classificar, contar ou identificar padrões em características específicas do objeto de estudo.

Para a elaboração e construção deste artigo científico foi fundamental utilizar várias pesquisas bibliográficas e dados secundários de fontes nacionais, encontrados em fontes como MAPA, EMBRAPA, FAESP e estudos científicos que mostram a realidade da Contabilidade Rural. No que se referem às pesquisas bibliográficas elas são fundamentais neste estudo de cunho contábil.

Segundo as autoras Marconi e Lakatos (2010, p. 166) a pesquisa bibliográfica significa que:

> A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Esse estudo utiliza dados secundários para apresentar a questão do agronegócio no Brasil, que foram pesquisados com bases em sites, livros, *e-books* e artigos. E tem por objetivo revelar a problemática da falta de Contabilidade Rural nos últimos cinco anos no Brasil.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

De acordo com as pesquisas realizadas, pode-se considerar os principais aspectos da Contabilidade Rural, do agronegócio e a perspectiva do mercado brasileiro para o setor.

No quadro abaixo, serão destacados os principais trabalhos que serviram de base para a fundamentação teórica deste artigo:

Autores	Ano	Tema da Pesquisa Realizada	Metodologia
CREPALDI	1998	Contabilidade Rural. Uma Abordagem Decisória.	Bibliográfica
MARRION	2000	Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola; Contabilidade Pecuária.	Bibliográfica
ARAÚJO	2022	Fundamentos de Agronegócios.	Bibliográfico
EMBRAPA	2022	Ciência e tecnologia tornaram o Brasil um dos maiores produtores mundiais de alimentos.	Exploratório
FAESP	2023	Indicadores Econômicos.	Qualitativa

Quadro 13: Trabalhos Estudados.
Fonte: O próprio Autor, 2023.

a) CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Rural. Uma Abordagem Decisória. São Paulo: Atlas,1998.

De acordo com Crepaldi (1998) A Contabilidade Rural desempenha um papel fundamental como um dos principais sistemas de controle e informação para as Empresas Rurais. Através da análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, é possível avaliar a situação da empresa a partir de diversos enfoques. Isso inclui análises de estrutura, evolução, solvência, garantia de capitais próprios e de terceiros, retorno de investimentos, entre outros aspectos.

Essa abordagem contábil não apenas oferece uma visão abrangente da saúde financeira da empresa rural, mas também fornece informações valiosas para tomadas de decisão estratégicas. As informações extraídas das demonstrações contábeis permitem análises detalhadas sobre a capacidade da empresa se expandir, a necessidade de reduzir custos ou despesas, bem como a busca por recursos adicionais. O quadro 1, traz os principais métodos de demonstrações contábeis, nos quais se fazem necessárias nas apresentações das informações contábeis.

Para o autor, além de ser uma ferramenta de análise retrospectiva, a Contabilidade Rural desempenha um papel crucial no planejamento. Ao fornecer dados históricos e atuais, ela permite que os gestores elaborem estratégias para o futuro. O planejamento pode abranger desde a expansão das operações até a implementação de medidas para melhorar o desempenho financeiro.

Embora seja fundamental para o agronegócio, os livros de Contabilidade Rural ainda são escassos nas bibliotecas públicas e privadas. Isso se dá devido à falta de interesse dos profissionais contábeis em elaborar trabalhos voltados para o setor. Conforme o próprio autor relata.

Respondendo a respeito da contribuição para o agronegócio, em resumo, a Contabilidade Rural não apenas oferece uma radiografia da situação financeira presente da empresa, mas também serve como base para a formulação de estratégias futuras. Suas contribuições vão além do simples registro de transações financeiras, proporcionando uma visão holística que é essencial para a gestão eficiente e sustentável das empresas no setor rural.

b) MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola; Contabilidade Pecuária.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Conforme Marion (2000), quando analisada de maneira abrangente, a Contabilidade recebe a classificação de Contabilidade Geral ou Contabilidade Financeira. Contudo, ao ser direcionada para um segmento específico, é comum atribuir-lhe uma designação que reflete precisamente a natureza das operações inerentes àquela área específica.

Essa diferenciação na terminologia destaca não apenas a versatilidade da Contabilidade, mas também sua capacidade natural de se adaptar e especializar,

apresentando-se como um instrumento valioso na compreensão e gestão das práticas financeiras em diversos contextos e setores especializados.

Nessa perspectiva, a Contabilidade Rural constitui uma vertente especializada no âmbito contábil, direcionada especificamente para o agronegócio. Seu enfoque primário é a gestão financeira e patrimonial das atividades relacionadas à agricultura e à pecuária. Para Marion, o propósito fundamental dessa área é fornecer informações precisas e pertinentes, visando auxiliar agricultores e pecuaristas na tomada de decisões embasadas acerca de suas operações no meio rural. Isso engloba o registro, a classificação e a análise minuciosa de todas as transações financeiras e operacionais vinculadas às atividades rurais, promovendo, assim, uma abordagem estratégica e informada para a condução dessas operações.

c) ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 6ª ed. Barueri: Atlas, 2022.

De acordo com Araújo (2022). O agronegócio compreende uma série de funções inter-relacionadas, que incluem o fornecimento para a produção agropecuária, a própria produção agropecuária, o beneficiamento, processamento e transformação dos produtos, o acondicionamento e armazenamento, a distribuição, o consumo e serviços complementares, como os oferecidos pelas bolsas de mercadorias.

Essas atividades constituem uma cadeia complexa e integrada, abrangendo desde a origem dos insumos até a entrega final aos consumidores, e envolvem uma variedade de serviços e processos ao longo desse trajeto.

O autor aponta, que o agronegócio desempenha uma função essencial nas economias mundiais. Além de abastecer alimentos e matérias-primas para variados setores industriais, constitui uma fonte considerável de empregos, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Em diversas nações, o setor agrícola representa uma parte substancial do PIB brasileiro, exercendo uma influência direta no progresso econômico e na estabilidade financeira.

d) EMBRAPA. **Ciência e tecnologia tornaram o Brasil um dos maiores produtores mundiais de alimentos**. 2022

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Brasil destaca-se como um dos principais produtores e exportadores globais em

diversas *commodities* agrícolas. Entre os produtos de destaque estão à soja, carne bovina, aves, café, açúcar, milho e celulose. O país tem desempenhado um papel significativo no cenário internacional, contribuindo para a oferta global desses produtos e influenciando os mercados internacionais.

Com base no exposto, o Brasil evidencia-se como um dos principais produtores. A posição de destaque nesses setores é resultado de uma combinação de fatores, incluindo condições climáticas favoráveis, extensas áreas cultiváveis, tecnologias agrícolas avançadas, uma robusta infraestrutura logística e investimentos em pesquisa ao longo de décadas.

Esses elementos têm impulsionado a produção agrícola brasileira, permitindo que o país atenda à demanda tanto no mercado interno quanto no externo, transformando o Brasil na potência agrícola que se apresenta atualmente.

e) FAESP. **Indicadores Econômicos**. 2023.

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) apresenta o mercado agrônomo brasileiro destacando relevantes indicadores. Os quadros 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, nos trazem um panorama dos últimos cinco anos, os principais indicadores e alguns números por setores. Ao analisar esses dados, podemos constatar a possível situação atual e remeter a perspectivas futuras.

Observar as tendências ao longo do tempo destaca alterações nos preços, na produção e na adoção de tecnologias, proporcionando informações valiosas para ajustes e adaptações. A gestão de riscos, inerente ao agronegócio devido à sua vulnerabilidade a fatores climáticos e variações de mercado, é facilitada pela identificação precoce desses riscos por meio de indicadores.

As decisões de investimento, bastante importantes para produtores, empresas e investidores, dependem da análise cuidadosa desses indicadores, garantindo uma alocação eficiente de recursos. Autoridades governamentais também se beneficiam desses indicadores ao desenvolver políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar.

Num contexto global, a competitividade do agronegócio é influenciada por fatores como os preços internacionais das *commodities*, a demanda global e práticas sustentáveis. A análise de indicadores posiciona o setor em relação à concorrência global, fornecendo informações para estratégias de exportadores e importadores de produtos agrícolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, o presente artigo foi elaborado com o objetivo de compreender o tema tão relevante. Primeiramente buscou-se explorar o Papel da Contabilidade Rural no Agronegócio, expor o cenário nacional na agronomia, onde o país vem se destacando positivamente nos últimos cinco anos.

A análise dos principais Indicadores Econômicos do Agronegócio, como a Balança Comercial, Valor Bruto de Produção (VBP) e o Produto Interno Bruto (PIB) é fundamental para orientar decisões estratégicas, identificar e gerenciar riscos, otimizar eficiência operacional, alocar recursos de forma eficaz, promover o desenvolvimento sustentável do setor e manter a competitividade global.

Essa análise fornece informações essenciais para produtores, empresas, investidores e autoridades governamentais, contribuindo para a tomada de decisões informadas e o crescimento sustentável do agronegócio brasileiro.

Além disso, os indicadores do agronegócio projetam uma perspectiva otimista, considerando sua posição como um grande produtor global. No entanto, desafios como logística, questões ambientais e políticas governamentais continuam a ser pontos de atenção. O setor está se adaptando às mudanças globais e locais, buscando inovação e sustentabilidade para garantir seu contínuo crescimento e contribuição para a economia brasileira.

A Contabilidade Rural se faz extremamente necessária. Enfrentando dificuldades como orçamento apertado, variações nos custos de produção ou desafios tributários, a contabilidade se destaca como uma solução estratégica. Ela permite o monitoramento preciso dos fluxos de caixa, identificando áreas de eficiência e oportunidades de economia.

Conclui-se que o papel da Contabilidade Rural é ser o instrumento fundamental para o avanço do agronegócio brasileiro. E a Contabilidade Rural não só viabiliza o acompanhamento preciso das transações financeiras, como também oferece uma visão aprofundada das operações econômicas da propriedade. Essa abordagem analítica é fundamental para a tomada de decisões embasadas, contribuindo não apenas para a sustentabilidade financeira da empresa rural, mas também para a otimização de suas práticas operacionais.

Além disso, a Contabilidade Rural não se limita a aspectos meramente financeiros; ela desempenha um papel relevante em aspectos mais amplos do

ambiente rural. Ao registrar e analisar dados, a Contabilidade Rural proporciona *insights* valiosos sobre o impacto ambiental das atividades agrícolas, contribuindo assim para práticas mais sustentáveis.

É fundamental fornecer informações detalhadas sobre os custos e receitas, ela possibilita uma gestão mais eficaz dos recursos naturais, promovendo a responsabilidade ambiental.

A utilização da Contabilidade Rural, portanto, ultrapassa o âmbito financeiro, influenciando positivamente a tomada de decisões estratégicas, a sustentabilidade operacional e a integração harmoniosa da propriedade rural em seu ambiente circundante.

Na elaboração deste artigo, foi exposto o atendimento de autores quanto à Contabilidade Rural e o cenário do agronegócio, evidenciando a Contabilidade Rural, com papel fundamental para o desenvolvimento agrônomo nacional.

Com isso, os resultados da presente pesquisa trouxeram com clareza os objetivos propostos. Ao evidenciar o papel da Contabilidade Rural no agronegócio brasileiro nos últimos cinco anos. Fica claro que há muito campo de atuação para os atuais e futuros contadores do Brasil no agronegócio.

Em suma, em face do contexto, faz-se conveniente a ampliação de um estudo voltado para compreender as dificuldades dos agricultores em relação ao gerenciamento do negócio rural.

REFERÊNCIAS

1. AEGRO. **Tenha Controle Sobre a Gestão da Sua Fazenda**. 2023. Disponível em: https://aegro.com.br/plataforma. Acesso em: 11 Out. 2023.

2. ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 6ª ed. Barueri: Atlas, 2022.

3. CALDERELLI, Antônio. **Enciclopédia Contábil e Comercial Brasileira**. 28. ed. São Paulo: CETEC, 2003.

4. CEPEA. **O PIB do agronegócio brasileiro.** 2023. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.asp. Acesso em: 26 Ago. 2023.

5. CNA**. Exportações do Agro batem recorde em 2022**. 2022. Disponível em: https://cnabrasil.org.br/noticias/exportacoes-do-agro-batem-recorde-em-2022. Acesso em: 12 Out. 2023.

6. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 00 (R2).** Estrutura conceitual para relatório financeiro. Ata da 155ª Reunião Ordinária do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 2019. Disponível em: https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80. Acesso em: 20 Set. 2023.

7. COMITÊ REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA (CRCSC). **História da Contabilidade.** 2023. Disponível em: https://www.crcsc.org.br/pagina/view/6. Acesso em: 20 Set. 2023.

8. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural.** Uma Abordagem Decisória. São Paulo: Atlas,1998.

9. EMBRAPA. **Ciência e tecnologia tornaram o Brasil um dos maiores produtores mundiais de alimentos**. 2022. Disponível em:

https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/75085849/ciencia-e-tecnologia-tornaram-o-brasil-um-dos-maiores-produtores-mundiais-de-alimentos. Acesso em: 15 Out. 2023.

10. FAESP. **Indicadores Econômicos**. 2023. Disponível em: https://faespsenar.com.br/painel-de-indicadores/pib/ Acesso em: 08 Nov. 2023.

11. GITMAN, Lawrence. J. **Princípios de Administração Financeira.** São Paulo: Pearson Addison Wesley, 10 ed. 2004.

12. GITMAN, Lawrence J; MADURA, Jeff. **Administração Financeira:** Uma Abordagem Gerencial. São Paulo: Addison Wesley, 2003.

13. GOMES, Aguinaldo Rocha. **Contabilidade Rural e agricultura familiar**. 2. ed. Rondonópolis: A. R. Gomes, 2002.

14. MAPA. **Projeções do Agronegócio – Brasil 2022/23 a 2032/33.** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2022-2023-a-2032-2033.pdf/ Acesso em: 10 Nov. 2023.

15. MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica: pesquisa bibliográfica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

16. MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural:** Contabilidade Agrícola; Contabilidade Pecuária. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

17. MARION. José Carlos. **Contabilidade Rural:** Contabilidade Agrícola; Contabilidade Pecuária. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

18. NEVES, Paulo Viceconti Silvério. **Contabilidade Básica.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

19. REUNIR. **A Contabilidade Como Instrumento de Gestão dos Estabelecimentos Rurais.** 2014. Disponível em: https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/246. Acesso em: 27 Ago. 2023.

20. WEG**. Eficiência e Produtividade em Todas as Safras? Conte com a WEG.** Disponível em: https://www.weg.net/institutional/BR/pt/solutions/farming-and-agriculture. Acesso em: 12 Out. 2023.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA OS BRASILEIROS EM MEIO A ERA DIGITAL

Lucas Laurentino de Souza Silva[34]
Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior[35]

RESUMO

A Educação Financeira se trata do processo de administração e aprimoramento na área das finanças, para o seu uso adequado ao longo do tempo. É de suma importância tanto para a população, em relação aos seus planos individuais, quanto para as empresas, quando se trata de seus indicadores econômicos. Este artigo é direcionado para o público brasileiro, que de acordo com a SERASA, possuem um desempenho financeiro muito abaixo do esperado, e tem como objetivo principal ajudar os cidadãos brasileiros a desenvolverem sua mentalidade financeira e mostrar o modo correto de utilizar seu capital nos dias atuais. Foi utilizado no presente artigo o procedimento da pesquisa bibliográfica, modalidade que visa recolher informações de estudos já realizados, entender e relacionar todos os estes, com o intuito de resolver uma problemática que ainda não se tem resposta. Também foi usado o método de pesquisa qualitativa e quantitativa, que consiste na coleta de pensamentos dos autores afim de analisar e assimilar as informações também com o uso dos números e porcentagens. O resultado alcançado após a realização do artigo, conclui que neste ano de 2023 o desempenho financeiro do público brasileiro está bem abaixo do esperado, essa situação atual reflete totalmente na falta do estudo da Educação Financeira, o artigo também mostra que é possível um cidadão mesmo estando em uma situação financeira negativa, após o estudo adequado da Educação Financeira, consegue reverter esta condição para uma vida financeira sem dívidas e consequentemente multiplicar seu dinheiro.

Palavras-chaves: Educação Financeira; Indicadores Econômicos; Economia Brasileira.

ABSTRACT

Financial Education is the process of administration and improvement in the area of finance, for its appropriate use over time. It is of paramount importance both for the population, in relation to their individual plans, and for companies, when it comes to their economic indicators. This article is aimed at the Brazilian public, who, according to the SERASA, have a financial performance well below expectations, and its main objective is to help Brazilian citizens develop their financial mentality and show the correct way of using your capital today. The procedure of bibliographical research was used in this article, a modality that aims

[34]Graduando do Curso de Ciências Contábeis no UNIESP. E-mail: 20201014018@iesp.com.
[35]Professor Orientador, Graduado em Economia, pela UFPB, Especialização em Gestão de RH, pela UNINTER. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis da disciplina de Economia. E-mail: paulogalvaojr@gmail.com. Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/5294756311248526.

to collect information from studies already carried out, understand and relate all of them, with the aim of solving a problem that has not yet been answered. The qualitative and quantitative research method was also used, which consists of collecting the authors' thoughts in order to analyze and assimilate the information also using numbers and percentages. The result achieved after carrying out the article, concludes that in this year 2023 the financial performance of the Brazilian public is well below expectations, this current situation totally reflects the lack of the study of Financial Education, the article also shows that it is possible for a citizen to If you are in a negative financial situation, after studying Financial Education properly, you can revert this condition to a debt-free financial life and consequently multiply your money.

Keywords: Financial Education; Economic Indicators; Brazilian Economy.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual, existem formas muito atrativas para a população usufruir do seu dinheiro, porém algumas gastam em excesso e outras com mais consciência. Éalgo bastante relativo quando é observado do ponto de vista global, pois em cada país existe uma forma diferente de lidar com seu capital.

Nesta linha de pensamento, trazendo para a realidade do povo brasileiro, a Educação Financeira é um tema pouco discutido em nossa nação, fazendo com quea população não usufrua de seus bens e serviços adequadamente.

A relevância deste tema se dá pelo fato de que a Educação Financeira é necessária em nosso meio, pois conduz o usuário para uma melhor gestão na área monetária, é benéfico tanto para as pessoas físicas como jurídicas, sendo possível reduzir custos, reverter os gastos desnecessários para investimentos de curto ou longo prazo, melhorar o desempenho dos indicadores econômicos de uma empresa, e, consequentemente, obter um retorno considerável do capital investido. Fazendo também com que o indivíduo tenha mais disciplina, uma mentalidade mais desenvolvida, constância, e melhora de humor.

Os temas que abordam acerca da contabilidade e investimentos são importantes para o progresso das pessoas, porém elas não têm conhecimento suficiente do assunto, pois as instituições de ensino se direcionam mais em habilidades acadêmicas e profissionais, e não nas habilidades financeiras (KIYOSAKI; LECHTER, 2000).

Como é dito acima, as pessoas não têm contato com o conteúdo de finanças pessoais nas Instituições de Ensino, uma vez que este é um tema que precisa ser ensinado desde o Ensino Fundamental conforme o entendimento do aluno. Esta realidade acaba levando o brasileiro a usar o seu dinheiro com grande irresponsabilidade.

Geralmente, a contabilidade é mais utilizada para pessoas jurídicas, porém existem conceitos contábeis básicos que podem ser utilizados, em certos casos, para pessoas físicas. Auxiliando tanto no gerenciamento como na realização de projetos individuais (OTTANI; CARVALHO; CAMPOS; CUNHA, 2016).

Trazendo para o ponto de vista contábil, a Educação Financeira e a Contabilidade têm uma ligação muito forte, pois os dois temas irão ajudar os

usuários na construção do sucesso financeiro, para os que querem se planejar, evitar gastos e dívidas desnecessárias no seu orçamento, controlar o seu capital, e pensar em um futuro promissor. Onde conseguirá ter uma qualidade de vida melhor e com uma boafolga monetária (PIRES, 2006).

Neste segmento, surge a seguinte problemática: **Qual a melhor forma de osbrasileiros administrarem seu capital atualmente?**

A justificativa tem base nos dados obtidos pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), enfatizando que oito a cada dez brasileiros não sabem como controlar suas finanças e que desconhecem o valor de suas contas a pagar. Então é nítido o descontrole e a falta de planejamento em relação a vida financeira da maioria da população residente no Brasil. Sendo assim, o presente artigo irá mostrar a causa de como o brasileiro chega a essa situação negativa, e apresentar algumas formas de usar o seu dinheiro com sabedoria.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é mostrar qual a melhor forma do público brasileiro administrar seu capital na atualidade. E como objetivos específicostem-se: definir e evidenciar a importância da educação financeira; expor a situação atual dos brasileiros em relação ao seu desempenho financeiro; mostrar pontos de melhorias para uma melhor gestão do capital do público brasileiro, e por fim; destacara ligação entre os temas da educação financeira e a contabilidade.

A metodologia a ser utilizada neste artigo será uma pesquisa bibliográfica acerca do tema proposto, com base concreta em livros, e-books, sites e relatórios deinstituições financeiras públicas e privadas.

Este estudo irá utilizar dados secundários da Centralização de Serviços Bancários (SERASA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos demais órgãos fornecedores de informações gerais no Brasil.

O artigo aponta uma estrutura que se divide em cinco partes, são elas: introdução, fundamentação teórica, metodologia, resultados e discussão, e consideraçõesfinais.

Este artigo é uma relevante contribuição para os atuais e futuros estudantes de Ciências Contábeis do UNIESP, e, sobretudo, de suma importância para pessoasque buscam um bom controle financeiro.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 LINHA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

No decorrer da história do mundo, sempre houve a carência de compra e venda. Porém em uma era em que não havia dinheiro, os humanos utilizavam alguns artefatos para realizar trocas. E assim ocorreu por um bom tempo, onde a pessoa trocava o que tinha em sua posse para comprar algo de sua necessidade. Mas, que objetos eram usados como troca? Os variados objetos trocados durante grande parte da história se tratava de bacalhau, chá, penas de avestruz, presas de javali, cacau, ovos, pele de animais, enxadas, chaleiras, fumo, pregos, óleo de oliva, bois, mandíbulas de porco, anzóis, crânios humanos, arroz, moluscos, sal, escravos, marfim, bebidas como Vodka, tecidos, fios de lã e de seda, conchas. O comércio se denominava Escambo (D'AQUINO, 2008).

Com o passar do tempo, ocorreu a conquista dos minérios, como cobre, prata e ouro. Após esse fato histórico, foi decidido que a utilização desses metais seria um modo mais justo em relação a comercialização naquela época. Então os ferreiros criaram um molde para esses metais, fizeram toda a escrituração, e na idade média foi criado o papel moeda. Com isso, os comerciantes da antiguidade passaram a guardar seus minérios com os ourives (responsáveis pela criação e venda de ouro eprata) e assim realizavam a troca pelo papel moeda (PEREIRA, et al., 2009).

Trazendo para o Brasil, o assunto da Educação Financeira ainda é uma novidade, pois o povo brasileiro não tem esse costume de se planejar financeiramente. Visto que, o país já modificou sua moeda oito vezes apenas em 52 anos entre os anos de 1942 e 1994 (D'AQUINO, 2008). Com isso houve instabilidades financeiras e econômicas no Brasil que perduraram sobre a população por vários anos, trazendo sequelas até os dias de hoje.

Outro fato histórico que ameaçou o Brasil se tratava da inflação da época. Com grande oscilação de preço, fez com que os brasileiros criassem o costume de comprar imediatamente antes que os valores aumentem. Com isso, a Educação Financeira não conseguia ser falada naquela época. E, como não aprendemos, precisamos agora esforçar-nos em dobro para ensinar a nossos filhos (D'AQUINO,

2008). Por isso, conversar sobre a Educação Financeira nos dias de hoje é considerado novidade.

Nos dias atuais, a Educação Financeira se tornou um tema mais falado, tendo em vista as crises econômicas em nosso país nas últimas décadas. Mas, conforme é exposto na publicação feita pela Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) em 2023, este tema só se formalizou em 2010, quando foi criado a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que se trata de uma aliança entre diversas entidades, dentre elas estão o Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), onde são proporcionadas ações que ajudem a população brasileira a pensar o modo correto de usar seu dinheiro de forma consciente.

2.2 DEFINIÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Antes de pôr em prática esta arte das finanças, é fundamental entender do que se trata e como se trabalha a educação financeira. O dinheiro sempre esteve presenteem meio a humanidade, ele nos proporciona a aquisição de todos os ativos, e faz com que a economia gire de um modo saudável, então é de suma importância que a população, principalmente os brasileiros, aprendam a viver com o dinheiro de modoequilibrado no decorrer de sua vida.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005, p. 5), a Educação Financeira se define como:

> O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem-informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar.

Neste sentido, a Educação Financeira está diretamente ligada à administração do seu patrimônio, ao controle financeiro e aos seus planos para o futuro. Onde o usuário terá escolhas conscientes em meio aos gastos em sua área financeira, fazendo com que o seu desempenho financeiro melhore consideravelmente.

Modernell (2011) define no sentido de ensinar a se sustentar em um padrãoeconômico, sem desperdícios, aproveitando as oportunidades, dando valor ao seu próprio patrimônio, multiplicando seu capital e consequentemente fazendo com que cresça o patrimônio líquido da família, para que o padrão se eleve num ciclo virtuoso, dentro das suas expectativas e possibilidades, até atingir a independência financeira.

De acordo com Hill (2009) a educação financeira pode ser denominada como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida. Não nascemos com essas habilidades, elas são oriundas do nosso modelo de dinheiro.

Para Halfeld (2001), este termo da educação financeira se trata de uma aliança saudável entre os gastos e ganhos, por intermédio do aprendizado crescente adquirido das finanças pessoais. Aprendizado este que serve de base principal parao orçamento pessoal ou familiar.

Analisadas todas as definições acima descritas, destaca-se a educação financeira como um processo de aprendizado, que tem foco principal moldar a mentalidade do indivíduo para novos costumes e valores financeiros onde irão melhorar a percepção de gestão do capital, alcançando a independência financeira e se livrando do consumismo, como é descrito na página 4 do artigo. Estes costumes financeiros se relacionam a um padrão econômico, ou seja, viver em um modo minimalista, entender que existem gastos desnecessários e evitá-los.

2.3 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira é essencial para que você comece a pensar no dinheiro como um modo de liberdade e folga de capital, não como um motivo de negativismo(JEHNNIFER, 2020).

Este método também faz com que o cidadão saia das estatísticas na qual a maioria dos brasileiros estão, no pensamento forte no consumo de mercadorias, eletroeletrônicos, roupas e outros. Mas, aquele que tiver disciplina financeira irá perceber que o consumo com consciência e a formação de um patrimônio levarão a obter uma enorme liberdade.

Clason (2005, p. 36) explica muito bem o retorno dos atos do ser humano, sejam bons ou ruins: Nossas ações sensatas acompanham-nos através da vida para nos dar prazer e ajudar-nos. Do mesmo modo, nossas ações insensatas nos seguempara nos causar prejuízos e atormentar-nos.

Então podemos considerar que aprender sobre finanças é um processo que sempre estará em progresso. É um costume, que você obtém e precisa absorver cada vez mais informações (JEHNIFFER, 2020). Em resumo, é entender melhor o dinheiroe fazer ele trabalhar para você.

É por meio da Educação Financeira que os consumidores e investidores aumentam a sua compreensão dos ativos financeiros e obtém uma maior segurança, entendendo dos riscos e evitando-os, ajudando também a fazerem escolhas eplanejamentos corretos (VIDA E DINHEIRO, 2023).

Um estudo feito pelo site Revista em Condomínios, objetivando colocar em números a importância da Educação Financeira para os cidadãos brasileiros. A pesquisa foi realizada em parceria entre o Instituto Axxus, o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT) do Instituto de Economia da UNICAMP e a Abefin. Foram entrevistados 750 pais, 50% adotam a Educação Financeira e os outros 50% não adotam a Educação Financeira.

A região em que foi realizado o estudo foram nos Estados de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Vitória. Então foi questionado: “se partir de hoje você não recebesse mais o seu ganho mensal, por quanto tempo manteria seu padrão de vida atual?’’ 25% manteriam seu padrão de vida por mais de um ano; 73% até seis meses e os outros 2% um mês apenas.

Porém, os pais que não se incluíram na Educação Financeira responderam: “3% conseguiriam viver por um ano ou mais 53% sobreviveriam até seis meses e 44% porapenas um mês’’.

Pois bem, o que é possível analisar claramente é como a administração das finanças pessoais pode influenciar tanto na vida de uma família, visto que em uma

parentela surgem várias emergências, inclusive em relação as crianças. O ideal é fazer uma projeção financeira com base nos gastos familiares e pessoais para que o casal consiga passar por dificuldades monetárias com certa regularidade. Então, é preciso absorver ao máximo e pôr em prática alguns dos princípios que serão apresentados no decorrer do artigo.

A carência da Educação Financeira pode levar toda população a adquirir pensamentos negativos em relação as suas finanças. Isto acaba captando uma desvalorização do capital, e trazendo consigo uma série de desperdícios sem necessidade.

Além do que, esta falta de conhecimento acaba afetando também na área social dos mesmos, onde passam a surgir alguns comportamentos afrontosos e pessimistas, visto que as brigas em relacionamentos muitas vezes são causadas por dinheiro (SOUSA; TORRALVO, 2008). Seja pelo marido que deixa de lado o carinho, não leva mais flores para sua esposa, não a convida para jantar ou não compra roupas, isso acaba sendo dado como displicência (CERBASI, 2004).

Pesquisas do *Citibank* americano afirma que mais de 50% dos casamentos são terminados por discussões que tem por tema dinheiro (D'AQUINO, 2008). Então podemos observar que a má administração do capital afeta tanto na parte financeira como também impacta diretamente nos relacionamentos familiares, levando a possíveis brigas.

2.4 FINANÇAS PESSOAIS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

O ensino da Educação Financeira nos primeiros anos da vida de uma pessoa (entendendo o que é certo e errado), são necessários para que sua mente se desenvolva de modo que vão se adquirindo costumes e o entendimento de como o dinheiro funciona. O ensino nesta fase é crucial, pois é nela que as crianças e adolescentes absorvem as lições dos pais, e consequentemente são formados raízese culturas de um modo saudável em suas mentes.

É preciso entender a diferença entre vontade e necessidade, pois isso irá proteger de certa forma os adolescentes a não usarem, por exemplo, um cartão de crédito indevidamente.

Tobias e Cerveny (2012) afirmam que como vivemos em uma sociedade extremamente consumista, os pequenos acabam sendo iludidos por propagandas anunciadas nas emissoras de televisão e na internet, então eles acabam entendendoe querem cada vez mais criar uma relação com o dinheiro muito cedo.

A literatura de Tobias e Cerveny também voltam a evidenciar uma outra obra de Cerveny (1997) onde se é caracterizado o Ciclo Vital Familiar em quatro fases: Fase de Aquisição, Fase Adolescente, Fase Madura e Fase Última. Dando foco a primeira fase (Fase de Aquisição), é onde a família precisa iniciar a tarefa de se formar em relação ao seu emocional e psicológico e também no sentido material. Ou seja, isso inclui a escolha do cônjuge, formação do casal, primeiro filho e também a criação desses filhos. É preciso informar que é nessa fase que os pequeninos começam a tentar compreender a maneira correta de usar o dinheiro.

Outro estudo retomado por Tobias e Cerveny (2012) feito por Duque e Manfredini (2002), mostra as opiniões entre 114 pais onde foi afirmado que quase 95% deste público confiam na forma de como eles administram seu capital e que estemodo poderá ser passado para suas crianças.

Foi constatado também que 74% dospais afirmam que seguem o modelo de educação financeira e social praticados pelos seus antepassados. Conseguimos enxergar com esses dados expostos a influência que a família passa de geração a geração e que refletem no crescimento mental da criança mesmo antes de iniciarem a escola.

2.5 UMA BREVE ANÁLISE DE DEVEDORES BRASILEIROS

Neste ano de 2023, segundo a SERASA, o Brasil registrou mais de 71,41 milhões de pessoas em situação de inadimplência, a maior parte deles estão com dívidas acumuladas em cartões de crédito, lojas em geral ou em contas básicas quefazem parte de suas rotinas.

A falta de Educação Financeira no País torna-se mais evidente ao constatar o elevado contingente de pessoas inadimplentes nas cinco regiões brasileiras, e alta inadimplência gera sérios problemas financeiros, emocionais e familiares, devido a irresponsabilidade dos agentes públicos em não oferecer a Educação Financeira.

De acordo com dados levantados pela SERASA em relação aos muitos devedores no Brasil, serão evidenciados os cenários de endividamentos por regiões, valor médio por pessoa, perfil dos cidadãos, os principais tipos de dívidas, valor médio por pessoa, valor médio de cada dívida, faixa etária, classe social e dentre outras informações:

NÚMERO DE INADIMPLENTES NO BRASIL	R$ 71,41 MILHÕES
DÍVIDAS	R$ 265,23 MILHÕES
VALOR TOTAL DAS DÍVIDAS	R$ 351,6 MILHÕES
VALOR MÉDIO DE DÍVIDAS POR PESSOA	R$ 4.923,97
VALOR MÉDIO DE CADA DÍVIDA	R$ 1.325,86

Quadro 1: Mapa da inadimplência e negociação de dívidas no Brasil.
Fonte: SERASA, 2023.

Observando as informações do Quadro 1, é possível compreender o cenário atual em dívidas brasileiras não pagas. São R$ 71,41 milhões de devedores, R$ 265,23 milhões em dívidas, R$ 4.923,97 é o valor médio por pessoa, e R$ 1.325,86 é a média de valores de cada boleto.

Constatamos no Quadro 1, que em média uma só pessoa chega a aproximadamente R$ 5.000,00 em contas não pagas, sabendo que, o salário-mínimo no Brasil, de acordo com o Congresso Nacional, na medida provisória 1172/2023, desde o dia 1° de maio de 2023, está no valor de R$ 1.320,00.

Esta é a realidade de muitos, uma tradição que ensina a população a gastar mais do que recebe, onde quem tem mais bens materiais é o mais rico. E o entendimento sobre finanças ensina o extremo contrário. Neste outro quadro, iremos observar um *ranking* da inadimplência dos estados brasileiros no mês de julho de 2023:

ESTADOS BRASILEIROS	PORCENTAGENS DE OBRIGAÇÕES	ESTADOS BRASILEIROS	PORCENTAGENS DE OBRIGAÇÕES
RIO DE JANEIRO	53,11%	GOIÁS	42,12%
AMAPÁ	52,34%	SERGIPE	41,64%
DISTRITO FEDERAL	52,34%	PARANÁ	41,55%
AMAZONAS	51,72%	ESPÍRITO SANTO	40,95%
MATO GROSSO	49,84%	BAHIA	40,81%
MATO GROSSO DO SUL	49,18%	ALAGOAS	39,78%
RORAIMA	48,58%	PARÁ	39,64%
CEARÁ	48,08%	MINAS GERAIS	39,25%
SÃO PAULO	45,82%	RIO GRANDE DO SUL	38,91%
PERNAMBUCO	45,73%	PARAÍBA	38,90%
TOCANTINS	44,86%	MARANHÃO	38,15%
RONDÔNIA	44,71%	SANTA CATARINA	36,84%
ACRE	43,58%	PIAUÍ	35,40%
RIO GRNADE DO NORTE	42,25%		

Quadro 2: A inadimplência no Brasil no mês de julho de 2023.
Fonte: SERASA, 2023.

De acordo com as informações acima levantadas em relação aos 26 estados e o Distrito Federal (DF), as regiões Norte (Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá e Tocantins) e Nordeste (Maranhão, Piauí, Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe) são as que mais gastam seus recursos escassos, sem nenhuma responsabilidade.

Em relação ao forte consumo dos habitantes das terras brasileiras, será exposto um pequeno quadro alimentado com dados da SERASA em julho de 2023, que evidencia os tipos de dívidas, por cada segmento:

TIPOS DE DÍVIDAS	PORCENTAGENS
BANCOS/CARTÕES DE CRÉDITO	29,54%
FINANCEIRAS	15,29%
UTILITIES (CONTAS DE LUZ, ÁGUA, GÁS)	23,94%

Quadro 3: Dados de inadimplência no Brasil no mês de julho de 2023.
Fonte: SERASA, 2023.

Observando o quadro 3, é compreendido que o cartão de crédito é o grande vilão do dia a dia de seus usuários, de fato a criação do cartão facilitou bastante oprocesso de pagamento, onde você consegue fazer o parcelamento de compras de alto valor, mesmo sem ter dinheiro na hora do ato, porém, são nesses casos que surgem o endividamento por excesso de consumo. Onde se compra, é realizado o parcelamento, e o titular não consegue dar conta de suas dívidas, nem a longo prazo.

Segundo a SERASA, o ideal é nunca comprometer mais do que 30% da sua renda mensal para quitar prestações, o que também inclui a fatura do cartão de crédito.

Em segundo lugar estão as financeiras, que têm como objeto de trabalho os empréstimos, tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas. Também é uma das principais causas de dívidas dos cidadãos brasileiros.

Segundo o banco digital *Nubank* (2023), é realizado o ato do empréstimo com total liberdade de uso do valor solicitado, adicionado uma porcentagem de juros, dependendo do valor que foipedido, permitindo o pagamento mensal do valor retirado mais os juros. Assim, o cliente acaba não se planejando adequadamente e como consequência, se afunda em dívidas com juros.

E ocupando o terceiro lugar, os *utilities*, que se trata de contas básicas de casa, ou seja, a população não prioriza estas contas que são fundamentais para suas necessidades.

A seguir, será apresentado um outro quadro com informações do gênero e faixa etária das pessoas que mais se afundam em dívidas:

GÊNERO DOS INADIMPLENTES	
FEMININO	50,4%
MASCULINO	49,6%
FAIXA ETÁRIA DE INADIMPLENTES	
ATÉ 25 ANOS	12,2%
26 A 40 ANOS	34,6%
41 A 60 ANOS	35,0%
ACIMA DE 60 ANOS	18,3%

Quadro 4: Inadimplência no Brasil em julho de 2023.
Fonte: SERASA, 2023.

Observando os dados acima, os dois gêneros estão quase empatados quando se fala de boletos pendentes. Um estudo realizado pelo SPC Brasil aponta que as mulheres brasileiras tendem a consumir mais produtos que os homens, a causa dessefato se dá a impulsividade emocional que está ligada a mulher. Seja por um momentode tristeza, ansiedade ou impaciência.

Já os homens não ficam para trás, por mais que o público feminino esteja os superando, o público masculino é impaciente, no sentido de não pesquisar adequadamente os artefatos comprados, além disso, os seus itens adquiridos são devalores maiores do que os das mulheres, por exemplo, elas compram bens que não precisam necessariamente (bolsas, sapatos, roupas), mas pagando menos pelos produtos, e os homens compram menos, geralmente algo que realmente precisam, porém pagam mais (carros, tecnologia) (TELLES, 2014).

Em relação a faixa etária de endividados, estão entre 26 e 60 anos (jovens, adultos e idosos), os indivíduos que mais possuem débitos. Este dado é compreensível, visto que, é nesta faixa etária que surgem as maiores responsabilidades, onde normalmente é criado uma família, ocorre a necessidade de adquirir um imóvel, em seguida geram os filhos. Então, uma pessoa que não se planeja financeiramente geralmente cria problemas no decorrer de sua vida, com istose vê a enorme importância de entender sobre a Educação Financeira.

2.6 A CONTABILIDADE LIGADA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Pessoas que não têm um conhecimento aprofundado acerca da contabilidade muitas vezes pensam que essa área é muito complexa, e de difícil aprendizado, porém, a Educação Financeira e a contabilidade andam juntas.

A Contabilidade é um sistema de registro de movimentos financeiros que permite a produção de demonstrativos que fornecem uma visão clara da situação patrimonial de uma pessoa ou instituição (PIRES, 2006).

Segundo Ferrari (2008), a contabilidade estuda e efetua funções de orientação, controle e registros com o objetivo de fornecer aos usuários demonstrações e análises econômico-financeira.

De acordo com as definições de educação financeira, contentos das páginas 4 e 5, relacionando com das definições de contabilidade feitas por Pires e Ferrari, é possível observar a ligação desses dois assuntos, pois o registro de tudo o que é gasto (saídas) e de tudo o que é recebido (entradas) que é descrito na contabilidade também se trata de um dos pontos principais para o controle e planejamento financeiro, onde o indivíduo terá uma ideia de como está sua situação financeira e emseguida aplicar a sua tomada de decisão com eficiência.

De acordo com Ferreira (2008), o patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma pessoa, física ou jurídica, que possam ser avaliados em dinheiro. Sendo os bens os itens materiais ou imateriais que têm uma função econômica e útilaos homens.

Os direitos são todos os valores que uma pessoa tem a receber de terceiros, seja pela venda de algum produto ou pelo serviço prestado. Sendo assim, esses bens e direitos acima definidos compõem o ativo de uma pessoa ou empresa, ou seja, é a parte positiva no controle do balanço. As obrigações são definidas como todas as suas contas a pagar ou a compensar para terceiros, ou seja, é tudo que se deve a alguém.

Iudícibus (1998, p. 21) explica:

> A Contabilidade não deixa de desempenhar seu papel de ordem e controle das finanças também no caso dos patrimônios individuais. Frequentemente, as pessoas esquecem-se de que alguns conhecimentos de Contabilidade e Orçamento muito as ajudariam nocontrole, ordem e equilíbrio de seus orçamentos domésticos.

A citação de Iudícibus enfatiza que algumas definições contábeis passam despercebidas quando se é estudado a Educação Financeira, visto que os fundamentos contábeis servem como base de entendimento para os usuários de finanças pessoais, entidades públicas e privadas. Bem como as Demonstrações Contábeis (balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, demonstração do fluxo de caixa, orçamento e planejamento) são comprovações quesão utilizadas para esta finalidade.

2.7 PASSOS PARA SE ORGANIZAR FINANCEIRAMENTE

De acordo com Alonso (2016, p. 17):

> A maneira mais simples e eficiente de ter uma vida financeira saudável é ser racional em relação aos assuntos ligados ao dinheiro. Ou seja, trazer o tema para sua análise, em vez de deixá-lo ali, de forma nebulosa e intocável, em algum lugar da sua cabeça.

A citação acima considera brevemente a necessidade de se falar sobre finanças onde quer que esteja. A medida em que se aprende sobre as Finanças Pessoais, o nível de preocupação em relação as dívidas e situações financeiras negativas diminui. Então, a pessoa que está em uma situação negativa acerca do seu desempenho monetário necessita entender e pôr em prática uma série de princípios básicos sobre como realizar uma boa gestão do seu capital.

De acordo com a Toro Investimentos, empresa autorizada pelo Banco do Brasil, e pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e pela CMV em 2017, existem mandamentos financeiros que é necessário o leitor seguir à risca e é de suma importância as pessoas buscarem agir de forma empírica após aprender sobre algumas dicas que serão expostas abaixo.

2.7.1 Dívidas

De início, é necessário se livrar de dívidas, pois são destas pendências que surgirão custos novos, e com eles virão embutidos os juros que são cobrados pelas entidades. E assim, não é possível poupar e se planejar melhor. Então, é preciso

refletir sobre sua situação financeira atual, crie uma lista de todas as suas pendências, com os valores, validade de pagamento e os juros acumulados. Com isso, é possível enxergar o caminho em que sua situação financeira está se direcionando.

Priorizar as dívidas é fundamental, o devedor precisa pagar primeiro aquelas que possuem o maior volume de juros, pois são as que consomem mais o dinheiro no decorrer do tempo. E logicamente, ao fazer o pagamento dessas dívidas com jurosmais altos, é possível observar a economia de patrimônio.

Também não descartar a possibilidade de renegociação de dívidas, a maioria das Instituições Financeiras estão dispostas a receber o valor que elas têm como direito, então os credores conseguem facilitar o pagamento de dívidas, seja diminuindo os juros ou fazendo ofertas de planos de pagamentos mais atrativos.

É inevitável abordar o assunto de finanças e não falar sobre poupar o dinheiro.É preciso evitar gastos desnecessários, identificar as áreas que é possível economizar, por exemplo, comer em lugares caros e assinar conteúdos que não fazem parte do cotidiano e acaba não utilizando.

2.7.2 Reserva de Emergência

A SERASA (2023) explica que a reserva de emergência consiste no valor que fica guardado e fica à disposição caso aconteça algo fora do planejado. Ou seja, é uma segurança financeira que é necessário um indivíduo estar alimentando com seu capital, caso aconteça um imprevisto, como uma demissão, acidente ou problemas de saúde. É importante expor que esse tipo de reserva só será utilizado em casos extremos, não para gastos irrelevantes.

O recomendado para uma reserva de emergência é acumular pelo menos seis meses do custo de vida de uma pessoa. Se o indivíduo tiver uma renda que oscila a cada mês, o ideal é que seja acumulado uma reserva maior (SERASA, 2023).

Antes de iniciar uma reserva de emergência, é preciso saber exatamente o que é gasto no decorrer do mês, separando gastos fixos, variáveis e contas extras que podem aparecer, assim, será possível entender onde se dá para poupar.

E o auxílio de uma Tabela Financeira é essencial para uma melhor visão do seu capital, anotando gastos como: contas de água, luz, alimentação e lazer.

Definir um objetivo todo mês para adicionar a reserva ajuda a ter maior controlee disciplina:

CUSTO DE VIDA DE UMA PESSOA (NO MÊS)	RESERVA DE EMERGÊNCIA
R$ 2.000,00	R$ 2.000,00*6 (MESES) = R$ 12.000,00 (IDEAL)
RESERVA DO MÊS	
R$ 2.000,00 (CUSTO DE VIDA) *10% = R$ **200,00**	R$ 200,00*60 MESES (5 ANOS) = **R$ 12.000,00**

Quadro 5: Reserva de emergência: 3 passos para criar a sua.
Fonte: SERASA, 2023.

Como é mostrado no quadro acima, dependendo do custo mensal de uma pessoa, é preciso retirar no mínimo 10% ao mês para a reserva, assim, em cinco anos, fora os rendimentos e fora o 13° (para pessoas que trabalham de carteira assinada), já é possível completar o objetivo e ter uma boa folga financeira.

Os objetivos são alcançados a longo prazo, então é necessário ter paciência e regularidade para que as metas sejam cumpridas.

2.7.3 Investimentos

Aprender sobre os investimentos fará com que o dinheiro separado de uma renda mensal se multiplique, e, consequentemente, ajudará a alcançar os objetivos de curto ou longo prazo. Então, é necessário que o usuário tenha o entendimento básico sobre os investimentos para escolher em que tipo de investimento colocará oseu capital.

Os autores Coen e Eisner (1992, p. 508) citam que o investimento se trata da formação de capital, ou seja, aquisição ou criação de recursos a serem usados na produção, distribuição e comercialização de bens e serviços.

Ou seja, o objetivo principal do investimento é ampliar os recursos financeiros de uma pessoa ou entidade por meio da compra dos ativos que estão disponíveis no mercado global.

Por mais vantajoso que seja a aplicação em ativos, muitas pessoas ainda se sentem inseguras em investir. Para o site da Levante (2019), lista alguns dos principais motivos que explicam o porquê a maioria da população ainda não investe em ativos: perder dinheiro, achar que precisa de muito dinheiro pra começar e considerar a poupança como a melhor opção, além de não entenderem as vantagens do investimento.

São preocupações que realmente surgem no começo, mas é preciso entender como funcionam os principais tipos de investimentos para acabar com as dúvidas e desânimo.

Ao contrário do que muitos pensam, não é preciso ter muito dinheiro para investir, e não existe uma quantia exata. Cem reais hoje já são suficientes para iniciaruma aplicação financeira.

A oferta de produtos aumentou muito, e é preciso avaliar cuidadosamente cada uma das opções, observando seus riscos, custos e retornos (LUQUET, 2007).

Então, é evidente que com o mínimo de capital disponível, é possível iniciar uma longa e satisfatória jornada no segmento de investimentos.

Existem variados tipos de investimentos no Mercado Financeiro disponíveis para cada perfil de investidor, este perfil é definido de acordo com o grau de risco quea pessoa aceita correr (RASSIER, 2009).

É importante salientar que só é indicado começar os investimentos após o pagamento de dívidas pendentes e também após formado uma mínima reserva de emergência. Também buscar investimentos que são protegidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) órgão que protege o capital dos investidores no MercadoFinanceiro.

Como é exposto pelo site Riconnect (2023), existem os seguintes tipos de investimentos:

Renda Fixa: modalidade de investimento onde geralmente é mais procurado por aquelas pessoas de perfil conservador, pois a sua a rentabilidade é previsível, é a opção ideal para um iniciante. Pois não há uma volatilidade grande nesta categoria,e diminui os riscos de perder capital.

Esta rentabilidade permanece fixa em um percentual mensal ou pode se basear em algum índice, por exemplo a Taxa Selic, Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e Índice de Preços ao Consumidor (IPCA).

A Renda Fixa funciona como um empréstimo do investidor para o emissor, e em contrapartida, o investidor recolhe o capital com acréscimos adicionados conforme foi escolhido o índice da rentabilidade. Em resumo, é o tipo de investimento onde já é informado o valor a receber no futuro, conforme o índice escolhido.

Assim, o investidor estará aumentando seus ganhos com disciplina e conhecimento, também será contribuinte para a continuidade das Instituições Financeiras e assim fazer girara Economia no Brasil e no resto do mundo.

Renda Variável: diferente da Renda Fixa, é o investimento onde não se é informado o rendimento no ato da aquisição do ativo (BERGER, 2015).

A maior explicação para esse fato financeiro, como é informado no site da Riconnect (2023), se dá a grande oscilação que ocorre nesse mercado, seja por uma crise na entidade ou catástrofes ambientais ou financeiras que podem ocorrer no mundo.

Isto posto, é preciso que o investidor possua um maior conhecimento nesta área para que tenha sucesso neste grande leque de opções a serem adquiridas, pois esta renda se baseia nos valores de mercado.

Todavia, por mais que este tipo de investimento possa ser mais arriscado, é onde trará mais rentabilidade.

2.7.4 Fontes de Renda Extra

Para realizar com mais rapidez os itens acima, é importante obter uma ou mais Fontes de Renda Extra. Como é exposto no site da BLU 365, a Renda Extra consiste em rendimentos que são obtidos por uma ou mais fontes além do trabalho fixo de uma pessoa. Por exemplo, um indivíduo que tem um trabalho CLT, mas que às vezesrealiza um trabalho informal para pessoas.

Ou seja, é um complemento financeiro que irá acelerar em um processo de quitação de dívidas, preencher uma reserva de emergência e até mesmo multiplicar o capital através dos investimentos.

Então, é um ponto de fundamental importância para que os brasileiros busquem novas fontes de renda, a fim de capitar recursos para obter uma vida financeira regular.

Visto que, a inadimplência é a realidade da população atual do Brasil, e uma pessoa não se endivida por opção, essa baixa financeira se dá pela má gestão e a falta de planejamento do indivíduo.

É interessante o cidadão já estudar de imediato qual tipo de atividade irá produzir para ganhar dinheiro, o primeiro ponto ensinado pelo site da Exame, é encarar a realidade e observar de forma ampla o estado financeiro.

É preciso revelar que se encontra para estipular uma meta que seja possível cumprir no momento, aprender a precificar seu produto ou serviço adequadamente, além disso, é preciso observar o mercado em sua volta, onde quer que esteja, analisar o que a população necessita ese estão dispostos a pagar por isto.

É importante ressaltar, que antes de perder tempo e dinheiro, o ideal é fazer uma pesquisa geral sobre o que pretende fazer, com isso irá diminuir os riscos de umpossível golpe digital ou fraudes, que está crescendo a cada ano em nosso país (**G1 ECONOMIA,** 2023).

São inúmeras áreas que são possíveis empreender para receber certa quantia para ajudar nas finanças dos brasileiros. O site da Exame *Invest* publicou várias atividades que foram aderidas pela população neste ano de 2023. Serão apresentados as três principais.

A primeira atividade listada é o investimento, como foi dito anteriormente, a aplicação financeira em ativos como a renda fixa traz um retorno interessante para ousuário, fazendo com que o dinheiro investido se valorize com o passar do tempo, principalmente a longo prazo.

A segunda fonte de renda está ligada a aulas particulares, será algo satisfatório e recompensador, além do que o professor estará estimulando a população a aprender coisas novas e irá receber certa quantia por isso. Essas atividades poderão estar ligadas aulas de instrumentos musicais, aulas de idiomas, consultoria em alguma área, e dentre outros.

O terceiro e último empreendimento se trata de vendas online, seja de produtos artesanais, a área de vestuário e moda, alimentação como *self service* e doces e atémesmo divulgação de produtos de outras pessoas pelas redes sociais.

Tendo em vista que o Brasil é um dos países que mais consomem virtualmente neste ano de 2023, como mostra esta figura abaixo:

Figura 1: Brasil é 1º no ranking mundial de crescimento das compras online.
Fonte: E-commerce Brasil.

Observando este *Ranking*, é entendido que o Brasil está no topo do consumo pela internet. Então é preciso utilizar as redes sociais em favor, pois se trata de umaarma que trará retorno considerável se estiver bem planejado, visto que os brasileirossão os que mais consomem produtos e alimentos online do mundo, de acordo com apesquisa exposta pelo *blog e-commerce* Brasil.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como objetivo principal mostrar qual a melhor forma do público brasileiro administrar seu capital na atualidade. Tema que é fundamental para uma melhor gestão do capital de pessoas físicas e jurídicas, que auxilia no desempenho financeiro através de novos costumes educacionais que envolvem o dinheiro.

A metodologia compreende um conjunto de procedimentos a ser utilizado na obtenção do conhecimento. É a aplicação do método, por meio de processos e técnicas, que garante a legitimidade científica do saber obtido (BARROS; LEHFELD, 2007).

Em resumo, é o método no qual é escolhido para o desenvolvimento do texto,que deve seguir as regras gerais para a sua validade.

Isto posto, o presente artigo, foi utilizado como metodologia a modalidade de Pesquisa Bibliográfica, que consiste no processo de ajuntamento de informações sólidas de artigos e livros já publicados, visando entender o tema proposto e buscar responder questionamentos que necessitam de uma resposta.

O motivo do uso do método utilizado para esta pesquisa se dá pela sua eficiência, pois, através do incentivo da exploração de inúmeros livros, artigos e e-books, ela permite o acesso aestudos já realizados há tempos atrás, fazendo com que não seja necessário ser produzido uma nova investigação, trazendo uma economia de tempo e recurso.

Também faz com que o tema tenha uma base sólida do que está sendo pesquisado, através de citações e teorias justificadas por alguns autores, além de deixar o estudo com uma fundamentação bem desenvolvida (ABREU, 2023).

Para Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa bibliográfica é feita:

> [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito doqual se procura a resposta.

Quanto ao procedimento deste artigo foi feito uma pesquisa básica, tendo como objetivo produzir um novo conhecimento visando o avanço da ciência. Não tendo compromisso com um estudo empírico (LAKATOS, 1991).

A presente pesquisa também foi realizada de forma qualitativa e quantitativa. Na qualitativa é envolvida uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem(DENZIN; LINCOLN, 2006).

Então a pesquisa qualitativa tem como base os conceitos dos autores a fim de estudar, relacionar e analisar esses conceitos para a obtenção de novos resultados. Também é enfatizado que o estudo não é realizado de forma empírica.

Já a pesquisa quantitativa é caracterizada pelos dados numéricos, ou seja, pormeio dela é possível mensurar e quantificar os dados coletados para conseguir

a confirmação ou contestação das hipóteses iniciais, e podendo chegar a uma respostaadequada no final do trabalho (COELHO, 2018).

O objetivo da pesquisa quantitativa pretende analisar estatisticamente por meioda coleta de dados fundamentados e quantificáveis, ou seja, os números.

No presente artigo, foram utilizados dados do IBGE, SERASA e SPC, que são os principais órgãos públicos e privados onde fornecem ricas informações e tabelas estatísticas completas sobre o histórico econômico-financeiro, populacional e territorial do Brasil.

Bem como foram extraídas relevantes pesquisas de artigos científicos acerca do tema nas principais universidades do continental, populoso e emergente Brasil, além disso, a busca por informações em sitesconfiáveis e com dados atualizados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dando segmento ao processo de análise, serão mostradas quatro literaturas, dentre eles trabalhos acadêmicos, dados de organizações privadas e um artigo na internet em específico.

É preciso destacar que são eles os mais significativos para o presente estudo com relação ao tema trabalhado em plena Quarta Revolução Industrial. Com o intuito de relacionar com os objetivos apresentados na introdução e o possível questionamento deste inédito artigo.

Serão mostrados neste quadro 6, os trabalhos que serão abordados remetendo todos os autores brasileiros citados e suas relevantes metodologias utilizadas em cada estudo:

Autores	Tema da pesquisa	Metodologia
MARANGONI (2017)	O uso da contabilidade na Educação Financeira: uma ferramenta útil para a gestão financeira pessoal.	Estudo de caso
SOUZA (2012)	da educação financeira infantil.	Bibliográfica
SERASA (2023)	a inadimplência e negociação de dívidas no Brasil.	Exploratória

TORO INVESTIMENTOS (2017)	13 dicas de Controle financeiro pessoal para dominar suas finanças	Qualitativa

Quadro 6: Trabalhos estudados.
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

a) MARANGONI, T. V. B. **O uso da contabilidade na Educação Financeira: uma ferramenta útil para a gestão financeira pessoal.** Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Mato Grosso, 2017.

Conforme Marangoni (2017) afirma, a inclusão da contabilidade na educação financeira é indispensável, pois conforme ela é utilizada como ferramenta na gestão de negócios, pode também estar ajudando a população no dia a dia no sentido de controlar suas finanças pessoais, fortalecendo as relações e implementando regras que farão parte do modo de vida das pessoas. Afinal, estes dois temas têm como objeto de estudo o patrimônio.

Neste estudo o autor considera que é necessário fazer o bom uso da contabilidade como um instrumento que vai agregar no financeiro de cada pessoa, fazendo o registro de todos os fatos contábeis através de planilhas ou um simples aplicativo, a fim de obter um panorama geral da atual situação financeira.

Também é enfatizado a inclusão de regras básicas a serem praticadas no cotidiano dos mesmos, como as regras descritas na página 11 no tópico 3.4 do presente artigo (passos para se organizar financeiramente). Todas com o intuito de concluir mais rapidamente os objetivos pessoais e profissionais.

b) SOUZA Débora Patrícia. **A importância da educação financeira infantil.** Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, no CentroUniversitário Newton Paiva. Belo Horizonte, 2012.

A autora Souza (2012) descreve a definição da educação financeira como umensino de processo longo, onde irá formar a pessoa desde a infância no sentido de entender essa relação com o dinheiro. Visto que é um bem utilizado para

movimentar toda a economia, e que faz parte de todas as etapas do desenvolvimento da sociedade. Então é necessário se apegar a educação financeira para que o indivíduoavance financeiramente.

Fazendo ligação com o tópico 3.1.3 (a importância da educação financeira) naspáginas 5,6 e 7, Souza (2012) destaca que a falta da educação financeira leva a má gestão do capital, fazendo com que a pessoa permaneça com um desempenho financeiro negativo, e consequentemente acaba afetando nos relacionamentos familiares, causando brigas e separações. Confirma-se assim a importância da educação financeira na vida de cada cidadão, que com a falta dela poderão surgir possíveis prejuízos, mas com a sua presença transcorrerá uma melhor qualidade devida.

c) SERASA. **Mapa da inadimplência e negociação de dívidas no Brasil.** SãoPaulo, 2023.

As análises e quadros apresentados da página 7 a 10 no tópico 3.2 (Uma breve análise de devedores brasileiros) tem como base de elaboração os dados da Serasa, que disponibilizam materiais em relação a situação financeira dos brasileiros neste ano de 2023, como porcentagens de dívidas, gêneros e idades que mais se endividam, estados do Brasil que mais possuem débitos, e dentre outros.

Após a pesquisa e a leitura dos dados acima citados, constatamos que atualmente a maior parte dos cidadãos brasileiros estão em situação financeira muito abaixo da média e possuem grandes dívidas a serem pagas, muitas delas ultrapassando totalmente o seu orçamento mensal, sendo as principais motivadas pelo cartão de crédito, empréstimos em instituições financeiras e contas básicas (água, luz, gás, telefone). Onde a média de dívida por pessoa chega a 5.000,00.

Outro fator que é importante destacar, é que no Brasil o “surto’’ das dívidas começa a surgir na juventude, por isso a importância da implementação da Educação Financeira nas Instituições de Ensino, pois se faz necessário em nossa sociedade.

d) TORO INVESTIMENTOS. **13 dicas de Controle financeiro pessoal**

para dominar suas finanças. Belo Horizonte, 2017.

Para a equipe da Toro investimentos, existem regras a serem seguidas em prol daqueles que não têm conhecimento da educação financeira, como descrito na página 11 e tópico 3.4 (Passos para se organizar financeiramente).

Este último objetivo tratou de mostrar alguns dos principais pontos de melhorias para uma melhor gestão do capital do público brasileiro, onde é comprovado pela Toro investimentos que saber administrar dívidas, projetar uma reserva de emergência, reduzir gastos desnecessários no orçamento, investir em ativos financeiros e criar uma renda extra irá com certeza salvar a vida de todos os brasileiros, pois estes fundamentos adquiridos irão gerar mudanças na área financeirados mesmos.

Esses objetivos foram criados com a finalidade de se encaminharem para uma possível solução da seguinte problemática: Qual a melhor forma de os brasileiros administrarem seu capital atualmente?

Em resposta a este questionamento foram dados os principais passos que são necessários para ter sucesso nas finanças pessoais. Como foi exposto nesta discussão de resultados parte d), é evidenciado que qualquer pessoa por mais endividada que esteja, conseguirá transformar seu estado financeiro seguindo os passos listados, por meio da criação da reserva de emergência, a autoanálise financeira, corte de gastos não importantes, e a aplicação em ativos financeiros no mercado e criação de rendas extras.

Então, por que é importante que o leitor entenda cada capítulo? O artigo foidirecionado para pessoas que não têm o controle do seu bolso, que precisam de ideias para sair das estatísticas citadas no capítulo 3.2 “Uma breve análise de devedores brasileiros’’, que se trata dos gigantes números de endividados no Brasil.

Antes disso, é preciso entender o que é a Educação Financeira e como ela influencia no cotidiano das pessoas? Onde foi retratado nos capítulos 3.1 ao 3.1.4 “linha histórica da educação financeira, sua definição e importância, finanças na juventude’’ por fim são descritos os métodos que irão auxiliar os brasileiros em sua administração financeira pessoal 3.4 “passos para se organizar financeiramente’’.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi buscado no presente trabalho mostrar a grande importância da Educação Financeira nos tempos atuais (era digital e avanço da tecnologia), sob enfoque da população brasileira, ligado ao fato da maioria dos brasileiros utilizarem seu capital com bastante negligência, levando ao endividamento e prejudicando financeiramente e emocionalmente os mesmos.

No desenvolvimento do presente artigo foram expostas as definições e evidencias da importância da Educação Financeira, onde foi compreendido como este tema está incluso no meio social e financeiro de cada pessoa, e que é preciso levá-lo para dentro do estilo de vida de cada brasileiro, bem como foram passados quais os benefícios esta disciplina trará para a jornada do indivíduo, tanto em sua área financeira, que trata da multiplicação e prosperidade do dinheiro, também em metas que tendem a serem concluídas mais rapidamente, quanto na área familiar, onde surge a melhora de humor, fortalecendo as relações.

Por meio dos dados obtidos na formação do artigo com relação ao entendimento da educação financeira, foi possível concluir que os cidadãos que não possuem conhecimento deste método de administração financeira, não conseguem arcar com sua qualidade de vida nem mesmo um mês em caso de alguma emergência, mas as outras pessoas que buscaram estudar a educação financeira suportam viver por mais de um ano sem nenhuma fonte de renda.

Também foi mostrado no presente artigo os pontos fundamentais para uma melhor forma de administração do capital dos brasileiros, respondendo o questionamento inicial. Foi visto que é crucial iniciar a reserva financeira para se previnir de possíveis emergências, é possível priorizar as dívidas e evitar gastos desnecessários que sempre estão ao redor de todos, visto que a atual era da tecnologia é bastante atrativa. Também o investimento consciente em ativos financeiros é a chave de multiplicação e prosperidade do dinheiro, pois irá alavancar o capital à longo prazo, e por fim ter a iniciativa de criar uma ou mais rendas extras para que acelere o processo dos passos anteriores.

Finalizando, é proposto para pesquisas futuras o estudo da gestão de riscos em investimentos nos ativos de renda fixa e renda variável: Certificado de

Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), Tesouro Direto e ações em geral. Com o entendimento de como funciona o sistema de aquisição de ativos, será mais fácil para os iniciantes investirem com segurança e formar um patrimônio próspero no futuro.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Gilberto. **O que é uma revisão da literatura**? Entenda o conceito e comece a usá- lo. Disponível em: https://mindthegraph.com/blog/pt/o-que-e-uma-revisao-de-literatura/. Acesso em: 02 nov. 2023.

2. ALONSO, Olívia. **Criando riqueza:** um guia prático de investimentos e finanças pessoaispara leigos. São Paulo: Bernardi, 2016.

3. BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. Ed.São Paulo: Pearson, 2007.

4. BERGER, Paulo Lamosa. **Mercado de renda fixa no Brasil:** ênfase em títulos públicos. Riode Janeiro: Inter ciência, 2015.

5. BLU365. **Qual A Importância De Fazer Renda Extra?** Disponível em: https://blu365.com.br/blog/importancia-de-fazer-renda-extra/#:~:text=A%20renda%20extra%2C%20geralmente%2C%20%C3%A9,que%20os%20juros%20s%C3%A3o%20alt%C3%ADssimos! . Acesso em: 12 nov. 2023.

6. CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos:** finanças para casais. SãoPaulo: Gente, 2004.

7. CLASON, George S. **O homem mais rico da Babilônia**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro,2005.

8. COELHO, Beatriz. **Pesquisa quantitativa:** entenda como utilizar essa abordagem de pesquisa. Disponível em: https://blog.mettzer.com/pesquisa-quantitativa/ . Acesso em: 16nov. 2023.

9. COEN, R. M.; EISNER, R. **Investments.** In: EATWELL, John; MILGATE, Murray; NEWMAN, Peter (eds.). The new Palgrave dictionary off Money and. financie. London: Palgrave Macmillan, 1992.

10. CONGRESSO NACIONAL. **Medida Provisória n° 1172, de 2023 (Reajuste do valor dosalário-mínimo).** Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/157179. Acesso em: 07 set. 2023.

11. CRESOL. **Educação Financeira:** 10 passos para começar a sua. Disponível em: https://blog.cresol.com.br/educacao-financeira-passos-para-comecar/. Acesso em: 20 set. 2023.

12. D'AQUINO, Cássia de. **História do dinheiro.** Abril, 2008. Disponível em: http://www.monitorinvestimentos.com.br/aprendizado.php?id_aprendizado=43. Acesso em: 17 set. 2023.

13. DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

14. E-COMMERCE BRASIL. **Segundo pesquisa, Brasil é 1º no ranking mundial de crescimento das compras online.** Disponível em: https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/segundo-pesquisa-brasil-e-1o-no-ranking-mundial-de-crescimento-das-compras-online . Acesso em: 18 out. 2023.

15. EXAME. **Renda extra pode ser o caminho para sair das dívidas.** Disponível em: https://exame.com/colunistas/meu-acerto/renda-extra-pode-ser-o-caminho-para-sair-das-dividas/ . Acesso em: 14 nov. 2023.

16. EXAME INVEST. **20 ideias para ganhar mais dinheiro em 2023.** Disponível em: https://exame.com/invest/guia/renda-extra-ideias-para-ganhar-mais-dinheiro-red04/ . Acessoem: 15 nov. 2023.

17. FERRARI, Ed Luiz. **Contabilidade geral.** 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

18. FERREIRA, Ricardo José. **Contabilidade básica:** finalmente você vai aprender contabilidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2008.

19. FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

20. G1 ECONOMIA. **Golpes e fraudes associados ao PIX crescem no país, dizem especialistas; saiba como se proteger.** Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/15/golpes-e-fraudes-associados-ao-pix-crescem-no-pais-dizem-especialistas-saiba-como-se-proteger.ghtml . Acesso em: 15 nov.2023.

21. HALFELD, Mauro. **Investimentos:** como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo:Fundamentos, 2001.

22. HILL, N. **Quem pensa enriquece.** São Paulo: Fundamento Educacional, 2009.

23. IUDÍCIBUS, Sérgio de; et al. **Contabilidade Introdutória.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

24. JEHNIFFER, Jaíne. **O que é Educação Financeira?** Conceito, importância e como alcançar. Disponível em: https://investidorsardinha.r7.com/aprender/o-que-e-educacao-financeira/. Acesso em: 18 ago. 2023.

25. KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai rico pai pobre.** 36ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

26. LAKATOS, Eva. M.; Marconi, Marina A. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1991. LUQUET, Mara. Guia valor econômico de finanças pessoais**.** Rio de Janeiro: Globo, 2007.

27. LEVANTE. **Entenda por que não é preciso ter medo de investir.** Disponível em:https://levanteideias.com.br/artigos/medo-de-investir. Acesso em: 18 out. 2023.

28. LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de finanças pessoais.** Rio de Janeiro: Globo, 2007.

29. MARANGONI, T. V. B. **O uso da contabilidade na Educação Financeira:** uma ferramenta útil para a gestão financeira pessoal. 2017. Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Mato Grosso, 2017. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/233/1/TCC_2017_Thiago%20Vicente%20Barbosa%20Marangoni.pdf. Acesso em: 07 set. 2023.

30. MODERNELL, Álvaro. **Por que educação financeira para crianças?** 2011 Disponível em: <http://www.maisativos.com.br/index.php?ac=leiamais&ar=50>Acesso em: 17 set. 2023.

31. MUNDO EDUCAÇÃO UOL. **Pobreza no Brasil.** Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-pobreza-no-brasil.htm#:~:text=As%20localidades%20mais%20pobres%20do,%C3%A0%20metade%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20local. Acesso em: 10 ago. 2023.

32. NUBANK. **Empréstimo Nu bank:** tudo o que você precisa saber. Disponível em: https://blog.nubank.com.br/emprestimo-nubank/. Acesso em: 01 out. 2023.

33. O ESTADÃO. **Porque metade dos brasileiros não consegue se planejar para o futuro**.Disponível em: https://einvestidor.estadao.com.br/educacao-financeira/brasileiros-planejamento-financeiro-pesquisa/. Acesso em: 18 ago. 2023.

34. OCDE Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira, 2005.** Disponível em: https://www.oecd.org/financial/education/oecd-infe-high-level-principles-for- the-evaluatio n-of-financial-education-programmes-portuguese.pdf. Acesso em: 23 nov.2023.

35. OTTANI, D. S.; CARVALHO, F. N.; CAMPOS, E. T.; CUNHA, A. S. **Contabilidade Aplicada as Finanças Pessoais.** Um estudo de caso com os

acadêmicos do Centro Universitário Municipal de São José, Revista Observatorio de la Economia Latinoamericana, Brasil. maio 2016. Disponível em: https://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/16/contabilidade.html. Acesso em: 28 set. 2023.

36. PEREIRA, Débora Hilário (et al.). **A educação financeira infantil seu impacto no consumo consciente.** 2009. 75 f. Monografia (Bacharel em Administração) – Faculdades Integradas Campos Salles, São Paulo, 2009. Disponível em: https://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-educacao-financeira-infantil-seu-impacto-no-consumo-consciente.pdf . Acesso em: 20 out. 2023.

37. PIRES, Valdemir. **Finanças pessoais:** fundamentos e dicas**.** Piracicaba: Equilíbrio, 2006.

38. TELLES, Rafael. **ADMINISTRADORES. Homem x Mulher:** quem gasta mais? Disponível em: https://administradores.com.br/artigos/homem-x-mulher-quem-gasta-mais.Acesso em: 18 out. 2023.

39. RASSIER, Leandro Hirt. **Entenda o mercado de ações:** faça da crise uma oportunidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

40. REVISTA EM CONDOMÍNIOS. **Pesquisa comprova os resultados da educação financeira nas escolas.** Disponível em: https://emcondominios.com.br/pesquisa-comprova-os-resultados-da-educacao-financeira-nas-escolas/ . Acesso em: 18 out. 2023.

41. RICONNECT. **Investimentos em Renda Fixa:** o que são e como aplicar? Disponível em: https://riconnect.rico.com.vc/blog/renda-fixa/#:~:text=A%20renda%20fixa%20%C3%A9%20a,porque%20possui%20uma%20rentabilidade%20previs%C3%ADvel. Acesso em: 24 out. 2023.

42. SERASA. **Estar endividado é motivo de vergonha para 9 em casa 10 brasileiros, revelapesquisa da Serasa**. Disponível em: https://www.serasa.com.br/imprensa/estar-endividado- e-motivo-de-vergonha-para-9-em-cada-10-brasileiros/?gclid=CjwKCAjw5_GmBhBIEiwA5QSMxMEayxcrU4PcTm4DMnZhTTk-HiA68520DfoubPHlOemSZKPF-MeDgxoCxtYQAvD_BwE. Acesso em: 16 ago.2023.

43. SERASA. **Mapa da inadimplência e negociação de dívidas no Brasil**. Disponível em: https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/. Acesso em: 20 ago. 2023.

44. SERASA. **Dívida de cartão de crédito:** o que pode acontecer se eu não pagar? Disponívelem: https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/divida-cartao-de-credito-o-que-pode-acontecer/. Acesso em: 12 set. 2023.

45. SERASA. **Reserva de emergência:** 3 passos para criar a sua. Disponível em: https://www.serasa.com.br/blog/reserva-de-emergencia/. Acesso em: 18 out. 2023.

46. SOUSA, A.F.; TORRALVO, C.F. **Aprenda a administrar o próprio dinheiro.** São Paulo: Editora Saraiva, 2008. 160 p.

47. SOUZA, Débora Patrícia. **A importância da educação financeira infantil.** Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, no Centro Universitário Newton Paiva. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: https://educacaofinanceira.com.br/wp- content/uploads/2021/11/tcc-a-importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf . Acesso em:17 out. 2023.

48. SPC BRASIL. **Oito em cada dez brasileiros não sabem como controlar as próprias despesas, mostra estudo do SPC Brasil.** Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_pesquisa_educacao_financeira_vf.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.

49. SPC BRASIL. **Mulheres fazem mais compras emocionais do que os homens, aponta estudo do SPC Brasil.** Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/compras_por_impulso_gerero_v3.pdf.Acesso em: 18 out. 2023.

50. TOBIAS, Andreza Maria Neves Manfredini; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **Educação financeira na família:** como falar de dinheiro com crianças. São Paulo: Roca,2012. 102 p.

51. TORO INVESTIMENTOS. **13 dicas de Controle financeiro pessoal para dominar suasfinanças.** Disponível em: https://blog.toroinvestimentos.com.br/educacao-financeira/controle-financeiro-pessoal. Acesso em: 09 out. 2023.

52. TORO INVESTIMENTOS. **Como sair do vermelho e se livrar das dívidas?** Veja dicas!Disponível em: https://blog.toroinvestimentos.com.br/educacao- financeira/como-sair-do- vermelho. Acesso em: 09 out. 2023.

53. IDA E DINHEIRO. **ENEF – Estratégia nacional de educação financeira.** Disponível em: < http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/default.aspx>. Acesso em 19 out. 2023.

A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Maria Carolina de Souza Freire[36]
Darlan Oliveira Bezerra[37]

RESUMO

É fundamental debater sobre a ética para garantir a adequada conduta do profissional de contabilidade, uma vez que no mundo dos negócios surgem conflitos que ressaltam a importância do comportamento correto do profissional. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral demonstrar a contribuição da ética para a formação do profissional contábil. Tem como objetivos específicos: evidenciar a importância da ética na formação do profissional contábil e levar a ética aos ambientes de trabalho de empresas e organizações. A metodologia utilizada consistiu na aplicação de um questionário com onze (11) perguntas aos profissionais contábeis da Paraíba, com o objetivo de identificar aspectos essenciais para alcançar o propósito deste trabalho. A partir da análise dos questionários preenchidos é visto a importância da ética para a formação dos profissionais contabil, mostrando que a ética sempre tem um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento da profissão contabil.

Palavras-chaves: Ética; Contabilidade; Importância; Profissional.

ABSTRACT

It is essential to debate ethics to ensure the appropriate conduct of accounting professionals, since conflicts arise in the business world that highlight the importance of correct professional behavior. In this context, the present work has the general objective of demonstrating the contribution of ethics to the training of accounting professionals. Its specific objectives are: to highlight the importance of ethics in the training of accounting professionals and to bring ethics to the work environments of companies and organizations. The methodology used consisted of applying a questionnaire with eleven (11) questions to accounting professionals in Paraíba, with the aim of identifying essential aspects to achieve the purpose of this work. From the analysis of the completed questionnaires, the importance of ethics for the training of accounting professionals is seen, showing that ethics always plays a fundamental role in the growth and development of the accounting profession.

Key Words: Ethics; Accounting; Importance; Professional.

[36] 1 Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Instituição de Ensino Superior da Paraíba. E-mail: mariacarolinadesouzafreire@outlook.com
[37] 2 Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Pernambuco (UFPE), Especialização em Auditoria Contábil-Fiscal pela Faculdade IESP, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira das disciplinas de Contabilidade Internacional, Administração Estratégica e Administração Mercadológica.Email:darlanbezerra@hotmail.com Lattes: http://lattes.cnpq.br/3067191145078064

1 INTRODUÇÃO

Falar de ética não é considerado simples, visto que, é produto da experiência formativa de cada pessoa. Espera-se que o comportamento das pessoas seja fortemente influenciado pelas condições ambientais, bem como pelas informações adicionais recebidas durante a sua educação. Na sociedade, ao longo da história, o comportamento das pessoas muda de acordo com os valores que estão atualmente em vigor, muda ao longo do tempo em qualquer sociedade, dependendo dos valores que estão em evidência no momento. Neste contexto, é possível afirmar que a sociedade utiliza regras e normas em todas as fases do seu desenvolvimento social e que nenhuma sociedade pode prescindir de um conjunto de regras que garanta o respeito mútuo entre os seus membros e proteja os seus direitos.

Segundo Lisboa (2010, p. 23), a ética pode ser definida como “um ramo da filosofia que lida com o que é moralmente bom ou mau, certo ou errado.

Nos dias que correm, a área do emprego e da atividade profissional é uma das que mais carece da ética. Este painel aborda especificamente a questão do desenvolvimento profissional contínuo, uma vez que serve de base para qualquer tentativa de incorporar o comportamento ético na prática contábil, operações comerciais e relações de trabalho. Numerosos programas acadêmicos de educação e desenvolvimento colocam grande ênfase em questões técnicas, ao mesmo tempo que não mostram importância aos elementos relacionados com a ética que são cruciais para o progresso de qualquer profissão.

Trabalhando com um pano de fundo histórico para a contabilidade, demonstra-se a importância desse conhecimento para a compreensão do campo de estudo em evolução, bem como para a satisfação da necessidade ética que surgiu continuamente ao longo de seu desenvolvimento.

O significado da ética na conduta humana será então estudado, definir a distinção entre ética e moralidade posteriormente, demonstrando a existência ou inexistência de um código ético perfeito por meio do conhecimento, bem como a influência da ética na consciência das pessoas sobre os princípios éticos por meio da conduta profissional em seu ramo de trabalho.

Posto isto**, qual a contribuição da ética para a formação do profissional contábil?**

O presente estudo tem como objetivo principal demonstrar a contribuição da ética para a formação do profissional contábil.

Trás como objetivo especifico evidenciar a importância da ética na formção do profissional contábil e levar a ética aos ambientes de trabalho de empresas e organizações que, diante da globalização, exigem qualificação e manutenção profissional contínua.

A metodologia utilizada neste artigo será por meio de uma pesquisa seguido de um levantamento com profissionais da área contábil com objetivo de mais clareza na temática.

O artigo apresentará uma estrutura dividida em cinco partes, sendo elas, introdução, fundamentação teórica, metodologia, dados e considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A história da contabilidade é crucial porque nos dá os fundamentos concretos de que necessitamos para compreender e explicar o desenvolvimento desta ciência. Tão antiga quanto a história da primeira civilização é a história da contabilidade. Ela se originou aproximadamente 6.000 anos a.C. ocorrendo o período conhecido como “Época Empírica”, caracterizado pela ausência de estudos científicos e metodológicos, bem como pela sistematização de registros. Sempre se foi procurado uma forma simples de aumentar os bens, portanto a contabilidade nasceu da necessidade de as pessoas controlarem o que possuíam, gastavam e deviam.

Essa demanda controle, aparece durante as primeiras administrações, pois seria completamente impossível exercer controle sem o uso de registros. Com a introdução da tecnologia contábil nas transações comerciais privadas, esta ciência teve um crescimento inesperado na Europa a partir do século XIII. Entre os que se destacaram nesta ciência estão: Villa Cerboni, Rossi e Bésta (comerciantes italianos que contribuíram para o desenvolvimento da contabilidade e autores das principais correntes desse campo do conhecimento). O desenvolvimento, a modernidade e o pragmatismo da escola norte-americana acabaram por superar a escola europeia no início do século XX.

A primeira regulamentação da profissão contábil ocorreu no Brasil em 1905, as Escolas Comerciais que ensinavam regras de escrituração na época, só em 1945 é que o Curso Superior de Ciências Contábeis, baseado no método da escrita, foi estabelecido. O desenvolvimento da contabilidade é atual; começou por volta da década de 1960 como resultado de exigências legais e demandas do mercado de trabalho.

A história da contabilidade atravessa muitas épocas e, ao longo de cada uma dessas, as relações éticas tornaram-se essenciais para o estabelecimento das regras de conduta, que sofreram alterações e adaptações de acordo com as exigências de cada época, preservando a essência das intenções corretas.O estudo da ética pode ter começado com os filósofos gregos há cerca de 25 séculos atrás, hoje, seu campo de trabalho transcende os limites da filosofia, e inúmeros outros pesquisadores do conhecimento se dedicam à sua pesquisa.

2.2. SIGNIFICADO DE ÉTICA NA CONDUTA HUMANA

Como ramo do conhecimento, a ética preocupa-se com o comportamento humano em cada sociedade. O objetivo da ética é estabelecer os limites aceitáveis que garantam a coexistência pacífica dentro e entre as sociedades. Como parte de sua função, a ética investiga e explora o comportamento humano com o objetivo de reduzir os conflitos que possam surgir dessa interação na sociedade, dessa forma, é autoexplicativo, deseja-se que a ética sirva de base para todas as normas que ordenam determinados comportamentos a serem seguidos.

Existem definições para o termo "ética". A origem do termo é necessária para entender o que é ética. O termo “ética” deriva do grego “ethikós”, que entrou na língua portuguesa através da palavra latina “ethicu”, que significa “o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e o mal, também com relação a uma sociedade particular, ou em sentido absoluto.

Por definição, pode-se dizer que tradicionalmente a ética tem sido entendida como um estudo ou reflexão sobre o comportamento humano que se baseia em fatos, na filosofia ou mesmo na teologia, sendo também definida como uma prática

de filosofia social, que identifica os padrões pelos quais as relações entre vários membros da sociedade devem ser ajustadas.

Em seu amplo escopo, enquanto ciência pode ser classificada como normativa ou descritiva, caso se referisse às normas de comportamento ou costumes, respectivamente. Contudo, deve-se resistir à tentação de limitá-la ao campo puramente normativo, já que no que diz respeito ao seu valor está naquilo que explica e não no ato de prescrever ou recomendar, em relação à situações específicas, como do mesmo modo não tem caráter exclusivamente descritivo porque busca compreender e pesquisar os comportamentos morais desvinculados da experiência humana.

No que diz respeito à formação de conceitos éticos, existem correntes éticas atuais que podem ser amplamente divididas em três categorias:

1. O primeiro vem do sistema ético de Aristóteles, que destaca entre outras coisas o estudo da relação entre a ética individual e social, bem como entre a vida teórica e prática. Defende as virtudes ou mais especificamente, justiça, amizade e valores morais, que tendem a promover um sentimento de realização pessoal naqueles que as praticam e, ao mesmo tempo, a beneficiar a sociedade em que são praticadas. A ética de Aristóteles busca valorizar a harmonia entre a moralidade e a natureza humana, o que lhe valeu o apelido de “naturalista”.

2. A segunda, representado pelo filósofo alemão Emanuel Kant, faz do conceito do dever o ponto principal da moralidade. Por outras palavras, procurou um sistema ético que se apoiasse unicamente no princípio de que é necessário agir de acordo com o dever e com respeito pelo mesmo. O conhecimento do dever, seguiria do homem reconhecimento de que ele é um ser racional e, como tal, é obrigado a obedecer ao que Kant chamou de “imperativo categórico”, que é a exigência de respeitar todos os seres racionais na capacidade de “fins em si mesmos”. Expondo também, que as concepções do dever, sejam obtidas a partir da aplicação de duas regras:

1º O comportamento aceito como padrão ético deve ser aplicado a todos que se encontram nas mesmas circunstâncias.

2º Só deve-se exigir dos outros o que espera de nós mesmos. Segundo Kant, o comportamento moral ou ético não é ditado pela natureza, e sim pelas normas sociais estabelecidas por indivíduos.

3. A terceira corrente em ética é o utilitarismo, defendido por Jeremy Bentham e John Stuart Mill, onde se propõe que o padrão avaliativo seja baseado no que é melhor para a sociedade como um todo. O bom é o que beneficia muitas pessoas. De acordo com essa ideia, o objetivo da moralidade é proporcionar a maior quantidade de felicidade possível ao maior número de pessoas.

Com base nessas correntes, determinou-se que o desenvolvimento de conceitos etiológicos exige levar em conta cada um separadamente, sem privilegiar nenhum em particular. Todavia, qual for o conceito ético, para ser aceito como tal, deve, no entanto, encontrar claramente apoio em pelo menos uma destas correntes ou noutras correntes existentes.

2.3. O AUXILIO NA ÉTICA NA PROFISSIONALIZAÇÃO

Atualmente, uma profissão não pode ser exercida apenas com base na competência profissional; em vez disso, cada profissão também deve aceitar as responsabilidades que a acompanham. Ser um profissional responsável envolve muito mais do que simplesmente ter a formação necessária; também implica ter senso de saber como agir em diversas situações e saber quais são suas obrigações profissionais como um todo (ALONSO, 2006). Para Camargo (2009), no mundo atual as questões ligadas à ética no contexto organizacional fazem parte do objeto de estudo do comportamento organizacional.

A importância da ética organizacional é destacada no ambiente empresarial; uma vez que as empresas que gerem as suas operações de acordo com princípios éticos e de responsabilidade social serão aquelas que navegarão com sucesso no caminho da sustentabilidade. A sobrevivência das organizações, das vidas individuais e da sociedade são impactadas por dimensões éticas, direta ou indiretamente (PAULA *et al*., 2011).

Questões contra a ética deveriam ser inaceitáveis nas relações profissionais, estas questões sem respostas resultam da falta de padrões morais e de princípios orientadores, quando se trata de relacionamentos profissionais, os requisitos éticos levam à responsabilidade, honestidade e senso de justiça. (PAULA *et al*., 2011).

Afinal, o comportamento ético em ambientes organizacionais apoia o crescimento da consciência moral do próprio profissional. Os profissionais devem manter uma ordem de conduta que possibilite uma evolução harmoniosa do trabalho de cada um a partir da sua própria conduta. A ética parte do particular, de modo a regular a atuação diante o coletivo.

O perfil delineado do profissional exigido pelas empresas presentes, está correlacionado ao perfil íntegro do profissional. O caráter esculpe de acordo com a ética que o profissional conduz, transformando-se uma prática intransferível, individual, única e privada. A profissão estabelece comportamentos específicos que obedecem a normas, portanto, há uma moralidade estabelecida. Questões éticas, são capazes de fazer a discrepância entre a gloria e a frustração de um profissional.

A ética é essencial para as relações humanas. É crucial compreender e identificar os efeitos que as atitudes e comportamentos individuais têm no ambiente de trabalho diário. O comportamento humano e moral nas organizações é uma questão de ética profissional e depende da integridade das suas partes constituintes. (ALENCASTRO, 2010).

Nada deve ser temido quanto ao sucesso da conduta humana quando a consciência profissional é organizada num triângulo pelo amor à profissão, à classe e à sociedade; o dever torna-se então uma consequência direta de convicções enraizadas no inconsciente e depositadas pela formação educacional básica. Portanto, buscar o equilíbrio e cultivar relações humanas saudáveis no trabalho é uma forma de melhorar nossa qualidade de vida e também contribuir para um ambiente de trabalho mais saudável, uma vez que, se passe uma parte significativa do tempo dedicado a atividades profissionais. (SÁ, 1996, p. 294 *apud* CAMARGO, 2009, p. 34).

2.4. ÉTICA E MORAL

Os termos ética e moral compartilham um fundamento etimológico comum: a palavra grega ethos e a palavra latina mores, em latim, ambos se referem a costumes e hábitos. A moral estabelece diretrizes de comportamento do indivíduo e pode ser compreendida no contexto de duas realidades: liberdade e bondade. Ela é a aplicação prática da ética e diz respeito às regras que regem a conduta humana. A moralidade ou a ética das pessoas não depende apenas do que elas fazem, também

depende do que eles acreditam ser certo a se fazer. Como o oposto da ética, a moralidade pode ser pensada como um conjunto de regras que, num determinado momento, ganham aceitação para o comportamento humano, é algo apanhado como legado e protegido pela sociedade.

É muito importante que cada indivíduo desenvolva uma consciência ética, que lhe permita questionar as regras morais impostas pela sociedade, verificar se as mesmas não foram criadas para atender aos interesses de um segmento da sociedade. É a consciência ética que desperta "(...) a desconfiança de que os valores morais da sociedade – ou os meus – encobrem algum interesse particular não confessável ou inconsciente que rompe com as próprias causas geradoras da moral" (SUNG e SILVA, 2001, p. 22).

Nesse sentido, a ética pode ser vista como o estudo do comportamento humano, julgando o que é senso, moralmente certo ou errado, bom ou mau; em outras palavras, a ética é o estudo peculiar de um certo tipo de comportamento humano. Em oposição para isso, moralidade é vista como a coleção de conjunto de costumes sociais, regras e expectativas que são impostas aos seus membros e que variam de cultura para cultura e mudam ao longo do tempo no contexto de uma única sociedade. A preceito ética é uma questão de atitude e decisão.

Existem algumas fontes de condutas éticas que são basilares, tem-se como exemplo a legislação de cada país, o código de ética profissional e empresarial; os costumes, a natureza humana verdadeira, entre outras. É importante lembrar que, os julgamentos morais sobre o caráter de um indivíduo, depende dos seus próprios valores pessoais e não podem ser forçados. O simples fato de existirem regras não garante que os seus objetivos serão alcançados; por isso, é necessário que cada regra tenha uma penalidade por violação, estas regras, dentro de qualquer grupo, descrevem como podemos avaliar o nosso potencial, bem como restrições às quais devemos nos submeter. São elas que nos forçam a comportar-se de acordo com os valores da sociedade e, simultaneamente, nos ampara contra imoderações e descumprimento do grupo, assim dizendo, atuam como meio de autodefesa e cautela do grupo. E como resultado, a ética como virtude moral deve ser alcançada através de esforço e sacrifício pessoal.

2.5. ÉTICA E CONTABILIDADE

Todos devem compreender que o objetivo da contabilidade é chegar a informações que deem aos utilizadores interessados lucidez sobre a situação financeira e econômica da empresa, bem como a sua atividade no mercado. Ética e moral não devem ser confundidos como sinônimos. A crítica da moralidade é feita pela ética, que serve de referência para tornar o modo de vida da sociedade ainda mais humano. Perante o exposto, o profissional da área contábil enfrenta inúmeros desafios éticos no desempenho de seu trabalho diário, a finalidade do código de ética dos contabilistas é capacitá-los a adaptar uma postura pessoal que respeite os princípios éticos que são acolhidos pela sociedade. Devido a fartas questões éticas e situações ambíguas, foi necessária a criação de um código de ética para regulamentar a profissão contábil, esse código, conhecido como Código de Ética Profissional do Contabilista (Resolução CFC 803/96), foi além dos princípios éticos fundamentais para fornecer orientação sobre as obrigações para com a classe, bem como sobre as consequências das violações éticas, valores dos serviços profissionais e entre outros.

O código de ética profissional permite à profissão de contador afirmar que um de seus objetivos é defender as normas sociais, prestar um serviço diligente e leal e respeitar a si mesmo, além de atuar como um guia para a ação moral.

Como ciência social, a contabilidade deve preocupar-se com os princípios da justiça e da decência, buscando sempre um objetivo social superior nos serviços que presta. Posto isso, o contador deve estar ciente do seu papel, que deve ir além do simples registro financeiro, transações e documentação que atenda aos requisitos legais e contábeis; para garantir que isso ocorra, o contabilista deve exercer suas funções com atitudes que valorizem a classe, ou por outro viés, com ética. É dívida ética cuidar do nome profissional. Uma profissão com baixo padrão ético é aquela que, os profissionais se esquecem das suas obrigações fundamentais para com o próximo. Dado que uma profissão alcança grandeza quando os profissionais que compõem seu maior patrimônio avançam na dupla escala do conhecimento e da ética. A profissão contabilística precisa de especialistas de ambos os lados, um lado é que ela desempenha um papel crucial para indivíduos, empresas e instituições públicas na área específica da sua atividade, por outro, melhorar continuamente os seus métodos, técnicas e procedimentos; na pesquisa científica e no ensino, para

torná-la uma disciplina cada vez mais resistente, com uma imagem mais estável e de alta confiabilidade.

É possível interpretar o Código de Ética Profissional Contabilista como uma relação entre os padrões de comportamento esperados no exercício da profissão, com o intuito de permitir que o contador adote uma atitude pessoal alinhada aos princípios éticos. No geral, tais princípios falam do respeito pela responsabilidade diante a sociedade para com suas obrigações profissionais.

Os sete pilares que compõem a contabilidade, destacam-se como alicerces. A começar pelos Princípios de Entidade, Prudência, Competência, Atualização Monetária, Oportunidade, Registro (Valor Original) e de Continuidade.

- O Princípio da Entidade afirma a autonomia patrimonial através da separação do que pertence à personalidade física e jurídica da pessoa. Baseia - se no reconhecimento do patrimônio como objeto de contabilidade, isto é independente, até mesmo, de o propósito do serviço estar ou não relacionado com a obtenção de lucros.
- O Princípio da Prudência aparece frequentemente em diversos contextos profissionais e, no mundo da contabilidade, destaca-se e é bastante relevante; segundo os contadores, ele tem a ver com calcular e definir os objetivos ativos e passivos de uma organização, ele é também às vezes, referido como Princípio do Conservadorismo.
- De acordo com o Princípio da Competência, as despesas e receitas devem ser levadas em consideração na análise do resultado do período específico em que foram geradas. Quando houver correlação entre eles, deve ser feito simultaneamente, respeitando também outro princípio da contabilidade, o princípio denominado Confronto de Despesas e Receitas.
- O Princípio de Atualização Monetária é habitual em alguns ramos do segmento, como a contabilidade consultiva, especialmente hoje, onde ocorrem muitas variações em relação as variações de moedas utilizadas no mercado. Por outras palavras, qualquer alteração no poder aquisitivo em moeda nacional deve constar na demonstração.
- O Princípio da Oportunidade refere-se ao momento em que quaisquer alterações futuras no patrimônio de uma pessoa devem ser comunicadas. Ele especifica que o

profissional deve fazer isso de forma imediata e completa, sem impor as causas do problema. Ele também deve levar em conta os aspectos financeiros e físicos da situação.

- O Princípio do Registro pelo Valor Original tem a ver com quaisquer alterações futuras, de patrimônio que podem acontecer, que devem ser registadas de acordo com o valor inicial expressos em moeda do país, devendo incluir dos ativos até o patrimônio líquido.
- O Princípio da Continuidade, afirma que a continuidade ou não de uma organização ou entidade deve ser tida na análise das alterações patrimoniais, porque tem impacto no valor econômico dos ativos e, em alguns casos, até nos passivos, nomeadamente no caso de um fim de sociedade predeterminado, antecipado ou previsível.

2.6 A RELAÇÃO ENTRE A CONTABILIDADE E O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

A contabilidade hoje em dia se tornou uma profissão indispensável, pois cada empresa tem que oferecer serviços nessa direção. Sá (2019) destaca que se todas as organizações tivessem sucesso, por consequência, o país inteiro, seria o contabilista o responsável pela condução da riqueza, através de seu trabalho.

No passado, a contabilidade era vista apenas como uma fonte de deduções e previsões. Agora, é vista como um gestor de dados e informações cruciais. Esse profissional é essencial desde o início da empresa até todas as etapas de crescimento. Os profissionais de contabilidade podem ajudar os gestores a tomar decisões com informações sobre receitas, despesas, custos e outros assuntos por meio de suas habilidades profissionais.

Carvalho (2009) afirma que a contabilidade é atualmente considerada líder devido ao fato de ter sido submetida a uma ampla gama de regulamentos e mudanças desde a criação das normas contábeis padrão. Além disso, ele enfatizou que os contadores devem descobrir maneiras de equilibrar o público interno (sua equipe) e o público externo. Por outro lado, Hoog e Sá (2017) alertam sobre o excesso de atos antiéticos que vêm se tornando públicos nos últimos tempos, principalmente graças à tecnologia e à facilidade de acesso à imprensa. Devido à

forte competição no mercado consumidor, Lisboa (2010) afirma que a ética na profissão contábil é fundamental para o avanço social e financeiro da sociedade.

Um profissional de contabilidade pode trabalhar em uma variedade de áreas e é responsável por fornecer informações relevantes aos usuários e ajudar a tomar decisões justas, sem a intenção de receber benefícios especiais. Os contadores têm uma influência significativa no campo social e possuem privilégios para realizar atividades contábeis porque os dados que produzem impactam diretamente a vida de muitas pessoas, incluindo empresas, clientes, credores, gestores, agências fiscais, organizações em geral e outros indivíduos que usam informações contábeis (ANDRÉ, 2012).

Assim, os contadores devem desenvolver suas próprias carreiras e assumir responsabilidades profissionais, respeitando a lei e a ética. Dever, direito, justiça, responsabilidade, consciência e vocação são elementos que compõem o trabalho do contador. Portanto, podemos ponderar que um profissional de contabilidade bem qualificado não apenas precisa ter conhecimento técnico em sua área, mas também precisa conhecer e compreender os princípios, padrões, leis e o Código de Ética profissional.

2.7. CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTADOR (CEPC)

O código de ética profissional serve como padrão para a conduta dos profissionais da contabilidade e como orientação para que eles atuem com conhecimentos profissionais consistentes, sobre tal contexto Ethos, 2013, discorre:

O código de ética ou de compromisso social é um instrumento de realização da visão e missão da empresa, que orienta suas ações e explicita sua postura social a todos com quem mantém relações. O código de ética e/ou compromisso social e o comprometimento da alta gestão com sua disseminação e cumprimento são bases de sustentação da empresa socialmente responsável.

O contador é um profissional que não perderá seus valores, conforme afirma Sá (2001). “A contabilidade se destaca por seu papel na proteção da vida da riqueza das células sociais e por sua capacidade de gerar relatórios qualificados sobre o comportamento justo”. Assim, conforme afirmado por Colares e Cunha (2013), os profissionais contábeis desempenham um papel importante no mundo empresarial

porque são responsáveis por apresentar demonstrações financeiras que demonstrem de forma confiável a situação econômica das empresas. Os usuários, incluindo bancos, acionistas e fiscais, podem sofrer danos se essas informações forem incorretas, realizar auditorias para eliminar as dúvidas dos usuários sobre a precisão dos resultados obtidos (Colares e Cunha, 2013).

Segundo Iudícibus e Martins e Carvalho (2005), na ética contábil, "no contexto da pesquisa de mercado de capitais, do ponto de vista econômico, o fato de as entidades econômicas sempre planejarem o melhor interesse para si mesmas não deixa muito espaço para valores como moralidade, justiça e distribuição social". Independentemente de seus princípios morais, as pessoas estão procurando a melhor maneira de se adequar à sua situação financeira. Como resultado, é possível determinar se um contador está enfrentando um dilema ético em sua carreira, pois ele é obrigado a tomar decisões diariamente. Essas circunstâncias importantes existem nos domínios de dever, direitos, justiça, responsabilidade, consciência e carreira. O "Código de Ética Profissional dos Contadores – ou CEPC", permite que os profissionais sigam princípios éticos que são aplicáveis ao setor e bem conhecidos e aceitos pela sociedade, ao mesmo tempo em que outros códigos de ética podem fornecer diretrizes para o comportamento ético. Estamos comprometidos com nossos deveres, responsáveis, atentos e protegendo nossa reputação na CEPC. Conforme enfatiza Lisboa (2010).

O código de ética dos contadores profissionais está em constante mudança para melhorar a imagem dos usuários.

O primeiro código de ética profissional contábil (CEPC) do Brasil foi aprovado pela Resolução n° 290/70 de 4 de setembro de 1970. Posteriormente, o CFC aprovou a Resolução n° 803 em 10 de outubro de 1996. O Código de Ética Profissional Contábil (CEPC) (Anexo A) foi aprovado e a resolução CFC n° 290/70 foi revogada. A lei é válida e tem cinco capítulos: o objetivo, os deveres e proibições dos contadores, o valor dos serviços profissionais, as responsabilidades dos colegas e classes e as penalidades por violação. A Resolução CFC°819 foi aprovada em 20 de novembro de 1997.

97 (Anexo B), que modifica a resolução CFC°803/96. É fundamental cumprir toda a legislação relacionada à profissão contábil, não apenas o "Código de Ética Profissional" do contador. Os princípios básicos de contabilidade da Resolução CFC 750/93, aprovados pela Resolução CFC 774/94, são a base para as categorias

contábeis organizadas por lei no Brasil. As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), estabelecidas pela Resolução CFC 751/93, são divididas em categorias profissionais (NBC P) e técnicas (NBC T). O cumprimento de todas essas regras profissionais também é uma ação moral e comportamento ético. Em 30 de junho de 1998, a Resolução CFC n° 825/98, de 30 de junho de 1998, aprovou o "Estatuto do Comitê de Contabilidade" com o objetivo de monitorar o desempenho profissional por meio de comitês regionais, considerando o adequado crescimento da equipe de contadores.

Algumas das disposições do Código de Ética do Contador (CEPC) foram alteradas pela pela Lei n. º 12.249/2010, que foi aprovada pela Plenária da Comissão Federal de Contabilidade (CFC) em um novo texto em 9 de dezembro de 2010. O "Código de Ética para Contadores" foi aprovado pela CEPC. E em 2019 foi aprovada a NBC PG 01 - Código de Ética Profissional do Contador. O Código de Ética é aplicável a todos os profissionais de contabilidade, incluindo técnicos de contabilidade e contadores.

Portanto, além de mudar o nome, novos comportamentos também foram criados para alertar os profissionais para comportamentos que possam ser considerados inadequados. O descumprimento do plano de educação continuada desenvolvido pelo CFC, a falta de comunicação com instituições de habitação ou contabilidade, a falta de comunicação de fatos necessários para controle e fiscalização profissional e a falta de apoio à fiscalização e prática profissional estão entre essas mudanças.

O "Código de Ética" exige que os profissionais se comportem de maneira linear e se esforcem constantemente para criar as regras que regem suas carreiras. Como resultado, devem realizar trabalhos de alta qualidade e impecáveis que ofereçam confiabilidade e forneçam dados específicos aos clientes, pois estes são trabalhos básicos de contabilidade.

Se um profissional violar a ética profissional , moldar indevidamente seus valores , exercer profissão que demonstre incompetência técnica ou deixar de fornecer documentos e informações quando necessário, será disciplinado pela ética profissional, que é aplicada pelo código, que é, aliás , Ação com efetivas capacidades técnicas, desvio do valor da proteção; grave incompetência técnica verificada; crimes de pôr em perigo à ordem econômica e tributária; confirmação de falsa certificação quanto aos requisitos do registro profissional; tais atos podem levar

à extinção do registro profissional. Além disso, existem regras que limitam o comportamento pessoal e profissional, mas é responsabilidade do profissional definir seus valores - ou suas atitudes em relação à ética e aos princípios morais -, o que é desejável no processo de decidir o que é certo e o que é errado.

3. METODOLOGIA

Para Moretti (2008, p. 26) “A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa”. Portanto é através da utilização da metodologia que as pesquisas conseguem os meios necessários para alcançar seus objetivos sendo indispensável para qualquer trabalho.

Esta pesquisa é classificada como descritiva quantitativa, pois analisa os resultados com base em dados coletados por meio de um questionário aplicado aos profissionais contábeis da Paraiba, onde os resultados serão apresentados por meio de gráficos.

Sendo assim o objetivo deste trabalho será alcançado por meio de uma pesquisa aplicada pelo google forms, sendo feita a coleta de dados através do questionário onde contém onze perguntas de múltipla escolha, abordando questões diversas e necessárias para obter os resultados desejados. A aplicação do questionário ocorreu no período de 25 e 26 de novembro de 2023, direcionado aos profissionais contábeis do estado da Paraíba.

Essa pesquisa foi submetida ao Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data de 23 de novembro de 2023, na qual foi aprovado dia 24 de novembro de 2023 sob o parecer 6.530.632 e somente então foi realizada a pesquisa nos dias 25 e 26 de novembro de 2023 com 40 contadores da Paraíba.

3.1. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Realizar a coleta de dados torna-se essencial para avaliar o nível de conhecimento dos profissionais contábeis em relação a ética contabil, uma vez que esse conhecimento é indispensável para saber da importância da ética na formação do profissional contabil.

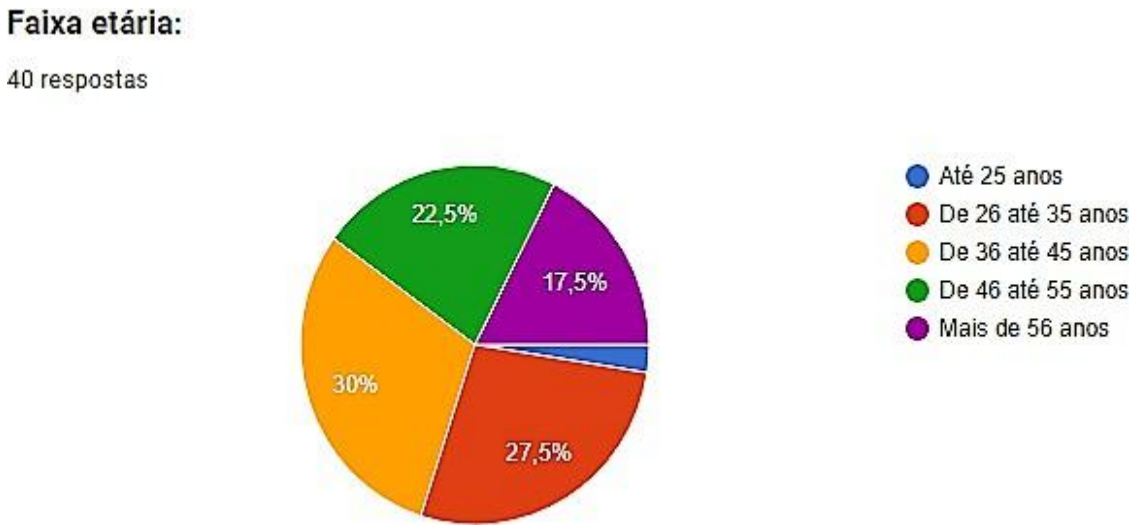


Gráfico 1: faixa etária
Fonte: elaboração própria (2023)

No gráfico 1, elaborado através da amostra de 40 questionários respondidos pelos profissionais contabeis nota-se que 1 pessoa tem idade de até 25 anos, 11 pessoas têm idade de 26 à 35 anos, 12 pessoas tem idade de 36 à 45 anos, 9 pessoas tem idade de 45 à 55 e 7 pessoas tem idade acima de 55 anos. Diante disso podemos ver que a grande maioria possui mais de 25 anos de idade.

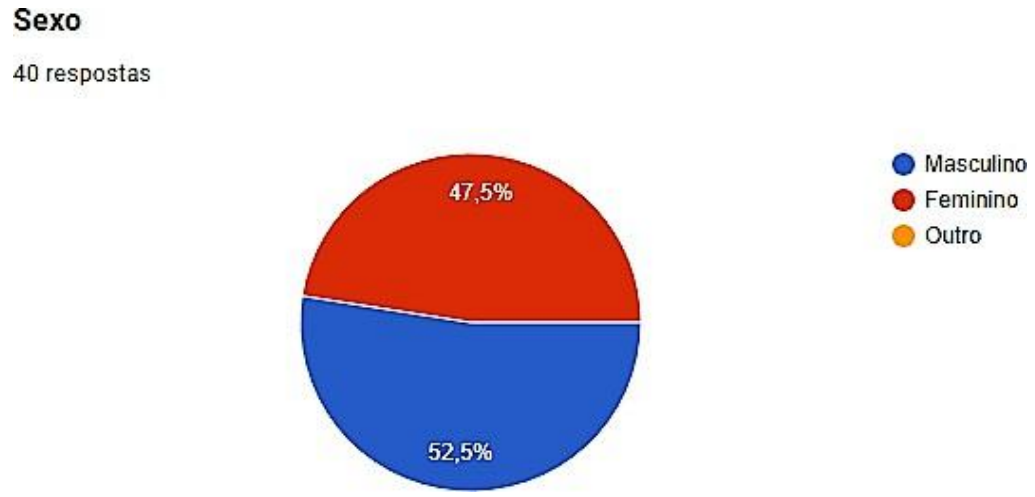


Gráfico 2: sexo
Fonte: elaboração própria (2023)

Em relação ao gráfico 2 nota-se que há uma predominância de participação do sexo masculino com 52,5%, seguido do público feminino com 47,5% com isso

podemos perceber que a diferença entre a quantidade de participantes de cada genero não é tão expressiva.

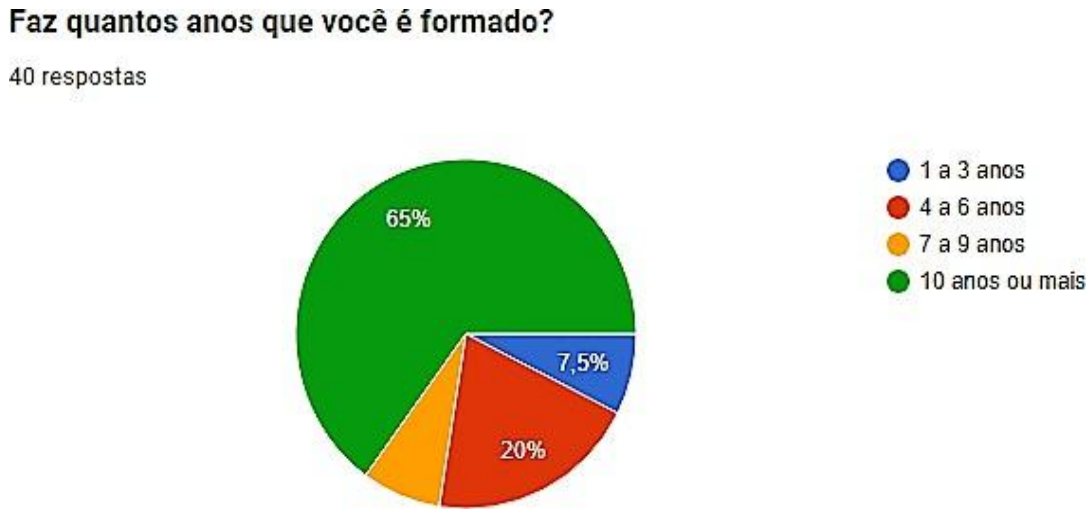


Gráfico 3: Faz quantos anos que você é formado?
Fonte: elaboração própria (2023)

De acordo com o gráfico 3 mostra que 65% dos profissionais tem mais de 10 anos de formação, 20% tem de 4 a 6 anos, 7,5% tem de 7 a 9 anos e 7,5% tem de 1 a 3 anos. Nesse caso é notório que a maioria dos profissionais entrevistados exercem a profissão há mais de 10 anos.

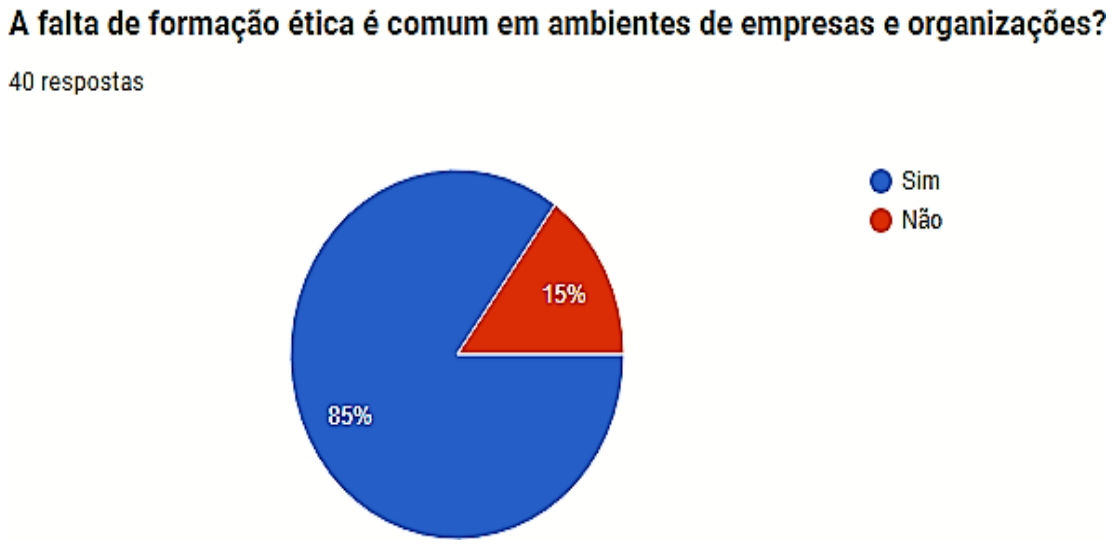


Gráfico 4: a falta de formação ética é comum em ambientes de empresas e organizações?
Fonte: elaboração própria (2023)

O gráfico 4 representa a opinião dos contadores a respeito da falta instrução quanto ao quesito ética nos ambientes de trabalho onde 85% dos entrevistados afirmam que é comum esse déficit e apenas 15% afirmam que não existe.

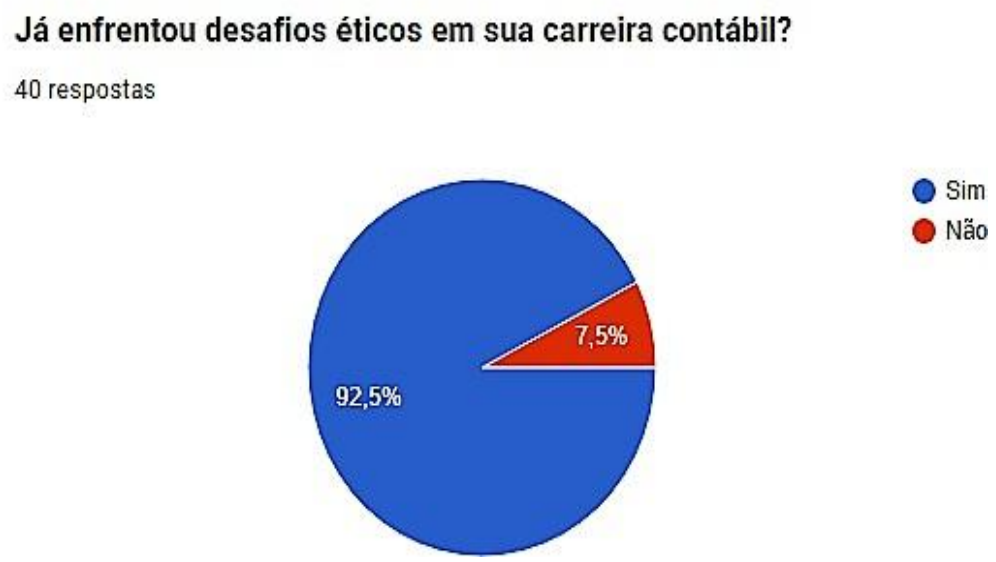


Gráfico 5: já enfrentou desafios éticos em sua carreira contábil?
Fonte: elaboração própria (2023)

O gráfico 5 representa se em algum momento da carreira os profissionais entrevistados encararam desafios éticos e a grande maioria com 92,5% dos entrevistados marcaram que sim e apenas 7,5% falou que não.

Gráfico 6: já se deparou com situações em que teve que tomar decisões éticas difíceis em sua carreira?
Fonte: elaboração própria (2023)

O gráfico 6 vem mostrando que grande maioria dos entrevistados já passou por alguma condição que precisou tomar decisões dificeis, onde 95% disse que ja precisou e apenas 5% não.

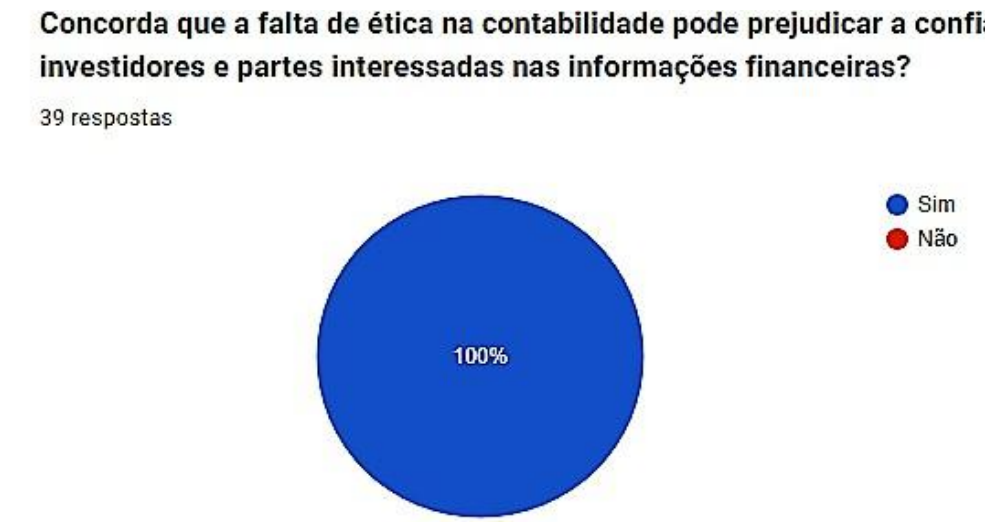


Gráfico 7: concorda que a falta de ética na contabilidade pode prejudicar a confiança dos investidores e partes interessadas nas informações financeiras?
Fonte: elaboração própria (2023)

Com 100% das respostas positivas podemos ver que ausência de comportamento ético na contabilidade tem o potencial de minar a confiança das partes interessadas e dos investidores nos relatórios financeiros. A exatidão e integridade da informação contabilística são essenciais para a tomada de decisões informadas e qualquer violação dos padrões éticos pode comprometer gravemente esta confiança.

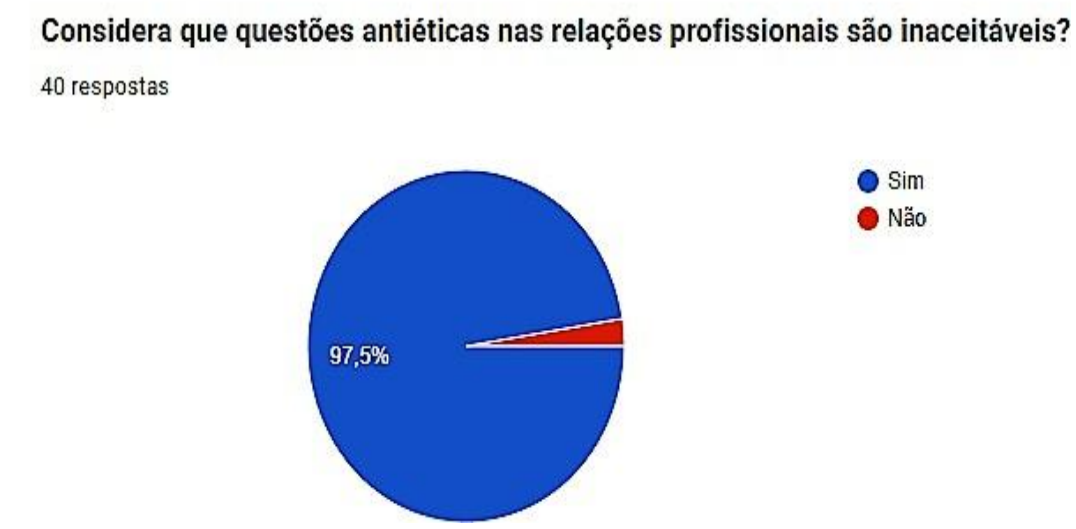


Gráfico 8: considera que questões antiéticas nas relações profissionais são inaceitáveis?
Fonte: elaboração própria (2023)

O gráfico 8 mostra o quão inaceitavel é a antiética na visão dos contadores entrevistados onde 97,5% votou sim e apenas 3,5% votou não. A ética é essencial para a honestidade e a confiança no local de trabalho, e práticas antiéticas podem prejudicar a reputação de indivíduos e organizações.

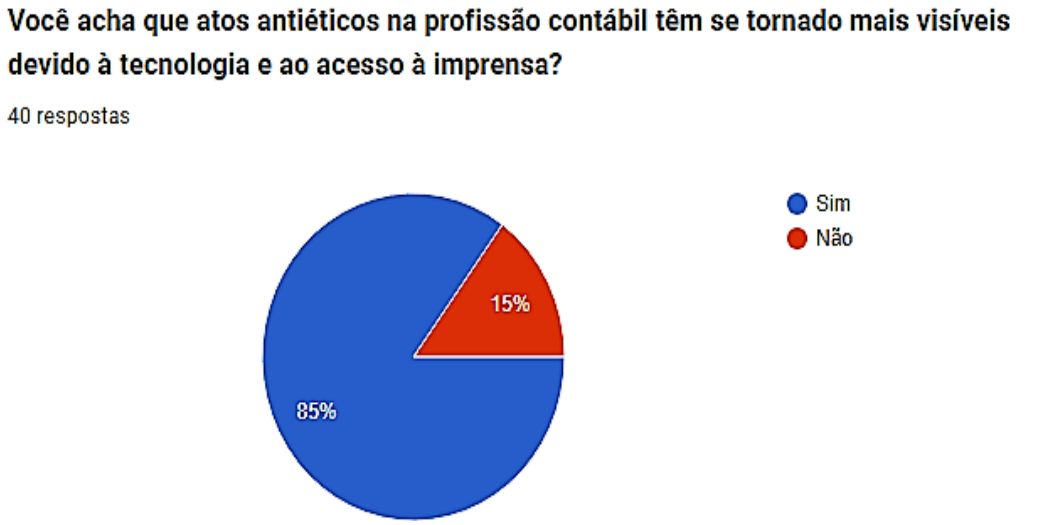


Gráfico 9: você acha que atos antiéticos na profissão contábil têm se tornado mais visíveis devido à tecnologia e ao acesso à imprensa?
Fonte: elaboração própria (2023)

O gráfico 9 vem mostrando o quanto na opnião dos entrevistados os atos antiéticos vêm se tornando mais visivel através da tecnologia, mas isso não quer

dizer que a incidência está aumentando devido aos meios de comunicação e sim com ela cada procura ter mais responsabilidade para que não aconteça práticas inadequadas.

Gráfico 10: acredita que os contadores devem conhecer e respeitar o Código de Ética profissional como parte de suas responsabilidades?
Fonte: elaboração própria (2023)

O gráfico 10 com unanimidade das opiniões (100% das respostas) mostra que é imprescidivel que os contabilistas possuam uma compreensão abrangente e reverência pelo Código de Ética Profissional como um aspecto essencial das suas funções. Isto serve como um meio para manter padrões éticos elevados, promover a confiança do público e garantir a fiabilidade dos métodos contabilísticos.

Gráfico 11: você acha que a ética teria que ser mais trabalhada na fase acadêmica?
Fonte: elaboração própria (2023)

O gráfico 11 mostra que 90% dos entrevistados votou que a ética tem que ser mais trabalhada na fase acadêmica e 10% falou que não, isso revela que pode vantajoso aprimorar o ensino da ética durante a fase acadêmica. Pois ao colocar ênfase na educação ética durante a formação, os profissionais do futuro, como os contabilistas, terão uma base mais sólida para enfrentar dilemas éticos e escolher cursos de acção moralmente sólidos nos seus respectivos campos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mercado profissional, a pratica da ética oferece uma grande perspectiva de valorização e crescimento da profissão, uma vez que ao exercitar a ética, o profissional contábil terá como efeito do seu trabalho o reconhecimento, respeito, credibilidade e confiança. Essas características são essenciais para o crescimento e até a continuidade da ciência contábil.

A pesquisa teve como desfecho as evidências já sabidas, que os profissionais de contabilidade devem seguir o "Código de Ética do Contador" (CEPC), que estabelece regras como, valores dos serviços profissionais, comportamentos, penalidades pelo não atendimento ao Código de Ética e entre outros.

O objetivo da pesquisa foi demonstrar a importância da atividade contábil nos negócios e na ética e, desse modo ao decorrer da pesquisa, foi verificado a relevância dos valores como dignidade humana mesmo em um ambiente de mudanças comportamentais as vezes duvidosos precisam ser fortalecidos. Os profissionais de contabilidade devem desempenhar suas tarefas de forma técnica e sempre obedecendo às diretrizes éticas. Ética, portanto, será sempre um estudo atual em relação à dinâmica da profissão contábil, levando em conta este aspecto extremamente importante de sua conduta.

Pode- se concluir que a ética, em geral, estabelece obrigações e deveres e deve estar sempre presente nas relações interpessoais, bem como nas relações profissionais. O contabilista deve ter atitudes éticas, pois do contrário poderá prejudicar a própria confiança e também aprender seus clientes. É essencial que o profissional de contabilidade possa ter uma conduta ética individual para lidar com as variadas situações que ocorrem diariamente. Como as informações contábeis se tornaram uma ferramenta gerencial que ajuda as empresas a tomar decisões, os profissionais contábeis devem entender a importância desses dados.

O contador é quem determina sua própria valorização por meio de suas atitudes e princípios. Não basta ter conhecimento técnico, é preciso defender os valores éticos a fim de proteger a imagem do profissional da contabilidade.

REFERÊNCIAS

1. ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **Ética Empresarial na Prática.** Curitiba: Ibpex, 2010.

2. ALONSO, Augusto Hortal. **Ética das profissões.** Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=7Ftp_7Gt-EwC&oi=fnd&pg=PA9&dq=%C3%A9tica+nas+profiss%C3%B5es&ots=_PskWwMITR&sig=R5zCmgAQxRfHbKus51JilvcxBmo#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 02 setembro. 2023

3. ANDRÉ, F. C. **Ética e legislação profissional.** Curitiba, 2012 (apostila)
BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC no 290/70. Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista. Disponível em: http://www.portalcfc.org.br/o_conselho/presidentes/presidente.php?id=3937.. Acesso em: 12 set. 2023.

4. CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de Ética Geral e Profisional.** 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

5. CARVALHO, S. R. de. **O contador líder**. São Paulo: IOB, 2009.

6. CEPC. **Código de Ética profissional do Contador.** Resolução CFC nº 1.307/10 de 09/12/2010). Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res803.htm.> Acesso em: 11 set. 2023.

7. CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Código de Ética Profissional do Contabilista.** Resolução 803 de 10 de outubrode 1996. 3. Ed. Brasília.

8. COLARES, Ana Carolina V. CUNHA, Chriselen Riberio. **A ética profissional e o contador:** Um estudo sobre a postura ética no exercício da profissão em escritórios de contabilidade. 5 CONGRESSO UFSC. Jul. 2013. Disponível em:

<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/1000/20140425072012.pdf>.Acesso em: 12 set. 2023

9. IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade:** aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo,2005. Disponível em:<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34155.> Acesso em: 16set. 2023.

10. ETHOS. Indicadores **Ethos de responsabilidade social empresarial.** Versão 2013. Disponível em: http://http://www3.ethos.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf >. Acesso em: 16 set. 2023.

11. VOYB Contabilidade. **Conheça os 7 pilares da contabilidade.** Disponível em: https//voyb.com.br/home/conheca-os-7-pilares-da-contabilidade/. Acesso em 22 de setembro de 2023, às 14:18

12. LISBOA, Lázaro P. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

13. LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

14. MORETTI, Neuza. **Manual de Metodologia Cientifica:** como elaborar trabalhos acadêmicos. União de Ensino Superior de Cafelândia, 2008.

15. PAULA, Roberta Manfron de. et al. **Os conceitos éticos diferenciando o cenário organizacional.** XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2011. Disponível em: <http://ensinointegrado.fsg.br/file.php/3727/Filosofia_e_Etica/OS_CONCEITOS_ETICOS_DIFERENCIANDO_O_CENARIO_ORG.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023

16. **Resolução CFC 803/96 de 10 de outubro de 1996.** Disponível em:

<http://www.portalcfc.org.br/o_conselho/presidentes/presidente.php?id=3937>. Acesso em: 19 set. 2023.

17. **Resolução CFC 751/93 de 29 de dezembro de 1993.** Disponível em: <ttp://www.portalcfc.org.br/o_conselho/presidentes/presidente.php?id=3937>.Acesso em: 18 set. 2023.

18. **Resolução nº 750 de 29.12.1993.** Disponível em: <ttp://www.portalcfc.org.br/o_conselho/presidentes/presidente. php?id=3937>. Acesso em: 16 set. 2023. SÁ, A. L. de. Ética profissional. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

19. SÁ, Antônio Lopes. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. 2. ed. Editora Atlas, São Paulo, 1998. Disponível em: <www.lopesdesa.com> Acesso em: 16 set. 2023.

20. SANTOS, Luciana Matos dos; JESUS, Maria Lindinete de. **A importância da ética na formação do profissional de contabilidade.** Pensar Contábil, v. 4, n. 14, 2015.

21. SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade.** 8. ed., Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

CUSTOS E FORMAÇAO DE PREÇO DE UM MEI LOCALIZADO EM SAPÉ – PB

Michele Soares Guilhermino[38]
Ricardo da Silva Pereira [39]

RESUMO

No cenário econômico brasileiro a atividade do Microempreendedor Individual (MEI), vem crescendo e se tornando um destaque no país. De acordo com o SEBRAE, foi registrado um avanço significativo de 5,4 milhões nos últimos três anos. Diante desse cenário, a gestão dos custos e dos preços se destaca como ferramentas importantes para as empresas alcançarem resultados satisfatórios. Sendo assim, o objetivo geral desse estudo é demonstrar como calcular o custo de produção e o preço de venda do principal produto de um MEI localizado em Sapé - PB. Para isso, a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica para revelar teorias relevantes com suporte de um estudo de caso para aprofundar o tema. A coleta de dados foi efetuada através da aplicação de uma entrevista semiestruturada. O propósito deste trabalho foi plenamente alcançado ao apresentar métodos de precificação e formação de custo do principal produto que contribuem para o faturamento da empresa. Foram destacadas as abordagens de precificação por meio do markup e margem de contribuição, utilizando planilhas para ilustrar de maneira prática e eficaz esses processos, proporcionando à empresa ferramentas valiosas para seu desenvolvimento futuro.

Palavras-chave: Precificação; Custos; Microempreendedor Individual**.**

ABSTRACT

In the Brazilian economic scenario, the activity of the Individual Microentrepreneur (MEI) has been growing and becoming a highlight in the country. According to (SEBRAE), a significant increase of 5.4 million was recorded in the last three years. Given this scenario, cost and price management stand out as important tools for companies to achieve satisfactory results. Therefore, the general objective of this study is to demonstrate how to calculate the production cost and sales price of the main product of a MEI located in Sapé-PB. For this, the methodology used was a bibliographical research to reveal relevant theories supported by a case study to delve deeper into the topic. Data collection was carried out through the application of a semi-structured interview. The purpose of this work was fully achieved by presenting pricing and cost formation methods for the main product that contribute to the company's revenue. Pricing approaches through mark-up and contribution margin

[38]Graduando em Ciências Contábeis, e-mail: ichele296soares@gmail.com
[39]Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB - Campus I, Especialização em Contabilidade pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira Centro Universitário UNIESP; e-mail: ricardo.pereira.jp4@gmail.com; http://lattes.cnpq.br/3654413560555402

were highlighted, using spreadsheets to illustrate these processes in a practical and effective way. Providing the company Wirth valuable tools for its future development.

Keywords: Pricing; Costs; Individual Microentrepreneur.

1 INTRODUÇÃO

No cenário econômico brasileiro a atividade do Microempreendedor Individual (MEI), vem crescendo e se tornando um destaque no país. De acordo com a (SEBRAE), foi registrado um avanço significativo de 5,4 milhões nos últimos três anos. Diante desse cenário, a gestão dos custos e dos preços se destaca como ferramentas importantes para as empresas alcançarem resultados satisfatórios.

Dessa forma, sabe-se que muitos dos micros empreendedores individuais (MEI), não possuem conhecimento na área de gestão de custos e na formação de preços, tendo apenas experiência no setor que atuam. Sendo assim, eles precisam conhecer os seus custos para formarem seus preços de maneira segura, uma vez que estes são fatores importantes para garantir a rentabilidade e o crescimento do empreendimento. Segundo Bruni e Famá (2003, p. 311) “O sucesso empresarial poderia até não ser conseqüência direta da decisão acerca dos preços. Todavia, um preço equivocado de um produto ou serviço certamente causará a sua ruína”.

Atualmente, com a grande concorrência do mercado, determinar o preço de um produto ou serviço, que venha atender as expectativas do consumidor e aumentar os resultados da empresa, se tornou uma tarefa difícil para os empreendedores. Para isso a gestão de custos e preços são fatores estratégicos para alavancar as vendas, trazendo vantagens e resultados para as organizações.

Segundo Berto (2012, pág. 26) “estabelecer o valor correto de um produto ou serviço envolve determinação da demanda, a análise do preço dos concorrentes e a estimativa de custos, o que certos autores costumam chamar de os três Cs – consumo, concorrência e custo”. Seguindo esse pensamento, é possível observar uma definição correta sobre a formação do preço de venda para determinado serviço ou produto.

O presente estudo abordará um MEI que atua no ramo alimentício que tem produção e venda de trufas artesanais e que fica localizada na cidade de Sapé – PB. No início da sua atividade, o empreendedor não executava a gestão de custo e preço, uma vez que os seus produtos eram precificados de acordo com os preços praticados pela concorrência, assim como não sabia se o preço praticado era suficiente para pagar todos os seus custos e despesas e gerar lucro satisfatório para reinvestimento no empreendimento.

A contabilidade de custos tem duas funções básicas: uma é ajudar a controlar as operações e a outra é auxiliar na tomada de decisões da empresa definido por (MARTINS, 2006). O preço de venda no mercado é gerado por meio da oferta e da demanda, e o preço é baseado no valor de venda competitivo, segundo Padoveze (2009). Dessa forma, a base de toda a gestão econômica da empresa é uma compreensão abrangente dos custos. Ou seja, sem a contabilidade de custos, dificulta as empresas definirem um preço de venda justo. Seguindo esse panorama, cabe o seguinte questionamento: **como calcular o custo de produção e o preço de venda do principal produto de um MEI localizado em Sapé – PB?**

De acordo com Kotler (2000), nem todas as empresas lidam bem com as ferramentas para uma adequada decisão de preço. Sendo assim, é fundamental que as empresas obtenham a gestão de custos e preços para ajudar na tomada de decisões evitando resultados negativos no negócio, pois uma má gestão de preço pode levar à empresa a falência.

Nesse sentido, o objetivo geral desse estudo é **demonstrar como calcular o custo de produção e o preço de venda do principal produto de um MEI localizado em Sapé – PB.** E como objetivos especifico: conceituar os benefícios e a forma tributaria do micro empreendedor individual; abordar sobre o mercado de chocolate no Brasil; definir a contabilidade de custos e a sua classificação de acordo com a terminologia contábil; demonstrar como é formado o custo de produção de um produto; apresentar a técnica de formação do preço de venda de um produto com base em um *markup*; demonstrar como é efetuado o cálculo do custo de produção e a formação do preço de venda do principal produto comercializado pelo MEI.

Diante do exposto, a discussão sobre esse tema pode ajudar os empreendedores a compreender a importância sobre o conhecimento dos custos de produção dos seus produtos e da formação correta do preço de venda, assim como, ser utilizado para analisar o processo de cálculo de custos e formação do preço de venda de um produto em uma empresa do ramo de doces artesanais. Já para o meio acadêmico, pode servir como uma referência para outros estudos acadêmicos com esse fim e para pessoas que buscam conhecimento e compreensão específica sobre o tema.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, cujo conteúdo será pesquisado em livros, artigos, publicações em sites da internet, revistas, dentre outros. Para aprofundamento do tema, será complementado com um estudo de

caso a ser realizado com um MEI, produtora artesanal de trufas em Sapé, PB. A coleta de dados do estudo de caso será realizada por meio de entrevista semiestruturada buscando atingir os objetivos específicos aqui delineados.

O artigo apresenta uma estrutura dividida em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento, discussão de dados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

2.1.1 Conceito

O Microempreendedor Individual (MEI) é uma forma revolucionária de empreender, sem burocracias. Em 2008, quando a Lei complementar 128 de 19 de dezembro, entrou em vigor, com objetivo de legalizar empresas individuais que ainda não são reconhecidas. Algumas das vantagens oferecidas por essa lei estão refletidas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que tem como finalidade facilitar a abertura de conta bancária a solicitação de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Para o SEBRAE, o MEI é uma forma inovadora e desburocratizada de legalizar pequenos negócios e serviços e pagar impostos e contribuições conjuntamente, reduzindo significativamente custos e obrigações acessórias.

Segundo as normas estabelecidas na Lei 128 de 19 de dezembro de 2008, para se tornar um microempreendedor individual é preciso:

- Ter renda bruta anual igual ou inferior a R$ 81.000,00(oitenta e um mil);
- Possuir apenas um funcionário;
- Ter 18 anos de idade ou mais;
- Possuir apenas uma instituição e não participar de outras empresas como parceiras.

A formalização do MEI é feita através do Portal do Empreendedor, onde pode ser feito o cadastro. Qualquer pessoa ou empresa de contabilidade pode realizar este cadastro.

Diante da Lei Complementar nº 128/2008, para o empreendedor criar sua empresa ele deve se formalizar como MEI aceitando o critério exigido pela LEI. A

Figura 1 ilustra alguns passos necessários para o registro do empreendedor individual na hora da formalização do MEI (SEBRAE, 2020).

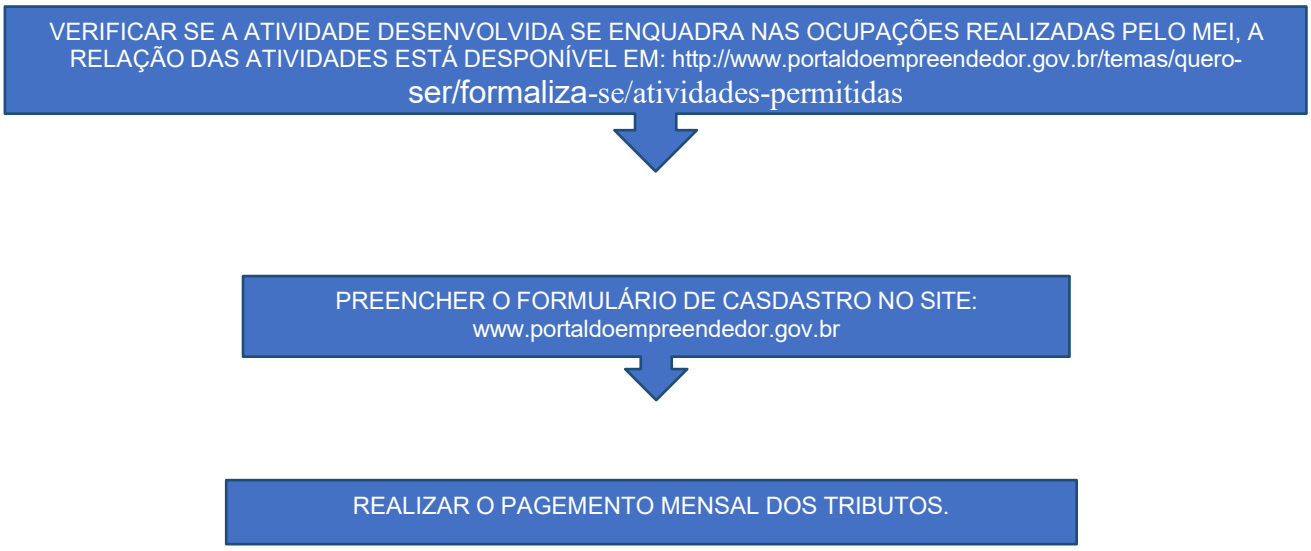


Figura 01: Etapas de Formalização
Fonte: adaptado do SEBRAE (2020).

2.1.2 Tributação

Os impostos devidos pelo MEI enquadrado no Simples Nacional se distribuem, conforme com art. 18-A da LC nº. 128/2008:

> Artigo 18-A O microempreendedor individual-MEI poderá optar por receber os impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valor fixo mensal, conforme previsto neste Estatuto Social, independentemente do total de rendimentos por ele auferidos no mês. [...]
> V – O microempreendedor individual receberá um valor fixo mensal igual à soma das seguintes parcelas na forma determinada pelo Conselho Gestor: a) 45,65 reais (quarenta e cinco reais sessenta e cinco centavos), conforme a contribuição prevista no inciso IV deste parágrafo;

> b) 1,00 reais (um real) a título do imposto de que trata o inciso VII do artigo 7º. Caso você seja contribuinte do ICMS, atenda ao artigo 13 desta Lei Complementar;
> c) R$ 5,00 (Cinco reais) para o imposto de que trata o artigo 8º, inciso VIII. Caso você seja contribuinte do ISS, cumpra o artigo 13 desta Lei Complementar (Brasil, 2008).

Contudo, pagará apenas um valor fixo mensal de R$ 67,00 (comércio ou indústria) R$ 71,00 (prestação de serviços), ou R$ 72,00 (comércio e serviços), que será destinado a Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Esses valores podem ser atualizados anualmente de acordo com o salário mínimo.

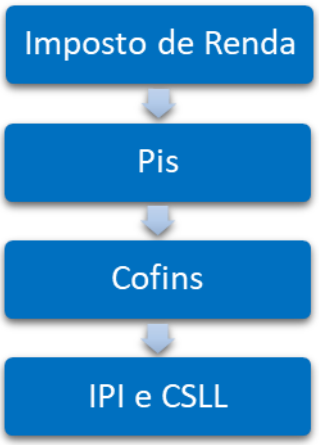


Figura 02: Tributos Federais
Fonte: Elaboração da autora.

Segundo alei citada anteriormente, o MEI, enquadrado no Simples Nacional, ficará isento de cinco tributos federais. A seguir a Figura 2 ilustrará esses tributos.

2.1.3 Benefícios

A LC nº. 128/2008 também prevê benefícios aos trabalhadores informais que buscam a legalização de seus negócios por meio dessa legislação. A seguir apresentam-se os benefícios concedidos ao empreendedor:

- **Cobertura previdenciária**: cobertura de segurança social para empresários e seus familiares (subsídios de doença, reforma por idade, subsídio de maternidade após carência, pensões e benefícios de reclusos) com contribuições monetárias reduzidas (5% do salário mínimo), atualmente em R$ 39,40;
- **Isenção de taxas para o registro da empresa**: todo o processo de formalização é gratuito. O único custo de regularização é o pagamento mensal de R$ 39,40 (INSS), R$ 5,00 (prestadores de serviços) e R$ 1,00 (comercial e industrial)por meio da caderneta emitida no portal *Empreendedor*;
- **Contratação de um funcionário com menor custo**: possibilidade de cadastrar até um funcionário com baixo custo, pagando, no mínimo, o salário mínimo ou o salário-mínimo da categoria;
- **Ausência de burocracia e controle simplificado**: sem burocracia, mantenha a formalidade, faça regularmente um extrato pela internet sobre sua renda, que deve ser controlada mês a mês;
- **Segurança jurídica**: a formalização é aprimorada por lei complementar que impede mudanças por meio de medidas provisórias e exige quórum atualizado no Congresso Nacional, ou seja, há uma grande segurança jurídica de que as regras atuais não serão alteradas facilmente.

2.2 MERCADOS DE CHOCOLATE NO BRASIL

Em 1746, os primeiros frutos do cacau chegaram ao Brasil através do estado do Pará. Mais tarde foi trazido para a Bahia para desenvolver a indústria cacaueira. Atualmente o Brasil é reconhecido internacionalmente como produtor de chocolates de alta qualidade, afirma Associação.

Com a descoberta do cacau, produto que faz o chocolate, a economia brasileira teve um grande crescimento econômico. Em 2021, a indústria brasileira produziu aproximadamente 693 mil toneladas de chocolate. Isso representa um aumento de36% em relação ao ano anterior 510 toneladas, conforme informa ABICAB (2011).

O consumo de chocolate no Brasil é impulsionado por dois fatores: as baixas taxas de rejeição do produto e a herança da empresa e da marca. Além de ser um

presente comum em aniversários, esse produto também é querido por pessoas de diferentes classes sociais, gêneros e idades. (SATO; PIMENTAS, 2013).

Segundo Zago (1992), um doce é considerado artesanal quando sua produção é em menor escala, gerenciada pelo produtor ou sua família, e cada produto possui um estilo especial, implicando um aspecto artístico, e não apenas técnico o que faz com que cada produtor seja único.

Nesse contexto, vale destacar as trufas e os chocolates artesanais, que podem ser definidos como produtos feitos a partir de blocos de chocolate, cujos recheios podem ser de diversos sabores e são muito apreciados e facilmente disponíveis. (Resolução-CNNPA nº 12 de 1978).

Figura 03: Trufas Artesanais
Fonte: Confeitaria Caseira da Ana.

Em estudo realizado sobre o mercado de chocolates, Sato e Pepes identificaram os seguintes impulsionadores do consumo de chocolate Premium no Brasil:

- Atributos funcionais (ou relacionados ao produto): design, qualidade, marca e tradição;
- Benefícios associados ao consumo (ou compra) do produto: saúde, chocolate como presente e significado;
- Atributos relacionados ao ambiente e marketing: cultura e geografia, poder de compra.

Segundo a SEBRAE (2017), a paixão dos brasileiros por doces levou inclusive o país a ocupar o quarto lugar entre os maiores consumidores mundiais de chocolate, atrás de Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido. Com esse

aumento do consumo de chocolate, o mercado brasileiro está cada dia mais competitivo.

2.3 CONTABILIDADEDE CUSTOS

A contabilidade de custos é a vertente da ciência contabilística utilizada para identificar, registrar, medir e reportar o custo dos produtos ou serviços vendidos, aplicando princípios contabilísticos da mesma forma que a contabilidade geral, mas com o objetivo de determinar os resultados e o valor dos estoques alertando administradores a quaisquer resultados que precisem ser corrigidos, assim definido por Silva (2008).

Outro conceito simples, mas ao mesmo tempo muito objetivo, é considerar a contabilidade de custos como Outra definição concisa e, ao mesmo tempo, direta é enxergar a contabilidade de custos como qualquer sistema contábil que evidencie os elementos de custo que impactam a produção defini Silva (2008).O autor afirma,novamente,que a contabilidade de custos surge da necessidade de melhorar a gestão das organizações que têm interesse em controlar os custos de suas atividades, bem como em buscar lucros.

2.3.1 Terminologia contábil

De modo geral, a contabilidade de custos estuda os diferentes tipos de custos e sua termologia, na qual desempenha um papel muito importante em tempos de escassez de recursos necessários para alcançar resultados favoráveis e a saúde financeira das empresas, afirma Paiva (2004).

Complementando, Santos (2017) afirma que a contabilidade é um sistema de contas composto por normas, regras e princípios para a acumulação, geração e análise de dados que se destina a atender a necessidades internas como externas de uma empresa. Por meio da contabilidade, são produzidas informações essenciais para tomada de decisões dos gestores, gerando um grande desempenho econômico e financeiro.

Para aplicar os conceitos relacionados à contabilidade de custos, é crucial compreender diversas terminologias freqüentemente empregadas. A seguir algumas nomenclaturas contábeis:

- Gasto: a aquisição de um produto ou serviço, que envolve um desembolso financeiro imediato ou futuro, geralmente ocorre por meio da entrega de ativos, comumente dinheiro;
- Custo: despesa associada a um bem ou serviço gerente na fabricação de outros produtos ou na prestação de serviços;
- Despesas: as despesas são elementos que diminuem o patrimônio líquido e são específicas por reflexão dos esforços ou desembolsos necessários no processo de geração de receitas;
- Investimentos: é aquisição de ativos de longo prazo que contribuem para a geração de benefícios econômicos futuros. Esses investimentos são registrados como ativos e podem ser depreciados ou amortizados ao longo do tempo.

2.3.2 Custos com elação ao volume de produção

Os custos são os gastos relacionados à produção de bens ou à prestação de serviços por parte de uma empresa, uma das características dos gastos que podem ser classificados como custos e que estão presente ao longo de todo o processo produtivo de uma organização, incluem os Insumos de produção consumidos, desde ao estágio inicial até o produto final, disponível para despacho aos clientes. Segundo Bruni (2012):

> Produção de outros bens ou serviços. Portanto, estão associados aos produtos ou serviços produzidos pela entidade. São consumidos pelos estoques. Como exemplos de custos podem ser citados os gastos com matérias-primas, embalagens, mão de obra fabril, aluguéis e seguros de instalação fabris etc.(BRUNI, 2012, p.26)

Segundo Leone (2000), dependendo do objetivo, os custos podem ser classificados como:

- Custos fixos: são aqueles que cujo valor não se altera, permanecem invariáveis, mesmo quando se modifica o volume da atividade, em determinado período e em certa capacidade instalada. Independentemente do que seja

produzido, os custos fixos permanecerão inalterados (Ex.: mão de obra indireta, seguro da fábrica, aluguéis);

- Custos variáveis: são todos aqueles cujos valores variam em função do volume de produção da empresa, quanto mais se produz, maior a necessidade. Se não houver quantidade produzida, o custo variável será nulo. (Ex.: energia elétrica consumida na produção).

2.3.3 Custos com relação à unidade produzida

Nesse contexto os custos podem ser classificados em:

- Custos diretos - são aqueles que podem ser identificados e diretamente apropriados aos produtos e serviços, no momento da sua ocorrência, e tudo aquilo que puder ser medidos, mensuráveis e controlados na fabricação de um produto (MARTINS, 2003).

Complementando, Motta (2000, p.22) explica que “os custos diretos são aqueles que podemos identificar como pertencendo a este ou aquele produto, pois há como mensurar quanto pertence a cada um de forma objetiva e direta”.

- Custos indiretos - são aqueles que não se pode apropriar diretamente aos produtos e serviços, no momento da sua ocorrência, pois precisão de um critério de rateio, definido por Silva (2008).

JÁ no ponto de vista de Megliorini (2007, p.09):

> Custos indiretos: são os custos apropriados aos produtos em função de uma base de rateio ou outro critério de apropriação. Essa base de rateio deve guardar uma relação próxima entre custo indireto e o produto. Em geral, são empregados como bases de rateios: período (em horas) de emprego de mão de obra, período (em horas) de utilização das máquinas na fabricação dos produtos, quantidade (em quilos) de matéria prima consumida etc.

2.4 FORMAÇÃO DO CUSTO DOS PRODUTOS

Conhecer os custos envolvidos no seu negócio é vital para saúde financeira da empresa. A contabilidade de custos é uma ferramenta gerencial de relevância para administração de qualquer empresa FERREIRA (2007).

Segundo Crepaldi (2002), todos os gastos associados a bens ou serviços envolvidos na produção de outros bens e serviços são chamados de custos, por sua vez, eles integrarão a produção e no estoque de produtos prontos.

É fundamental que o preço do produto cubra todos os custos tidos para sua fabricação e revenda. Portanto, é fundamental realizar uma a apropriação dos custos diretos e indiretos por meio de rateios para apropriar corretamente os custos a diversos produtos fabricados. A Figura 4 ilustrará alguns elementos que compõem os custos.

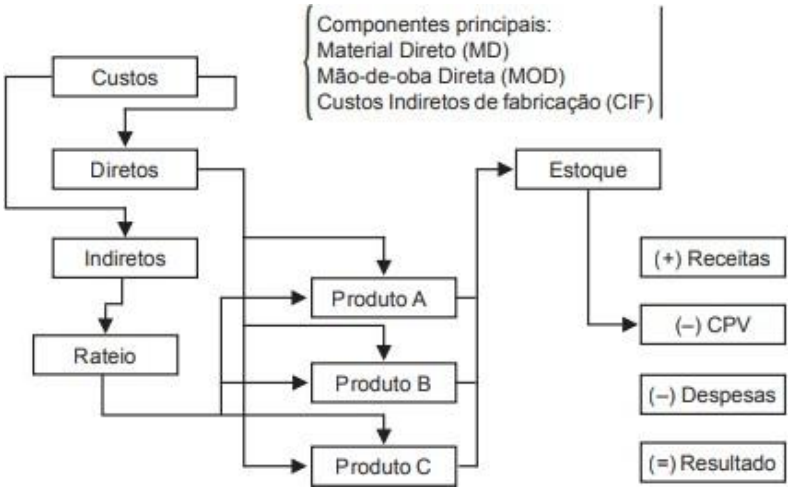


Figura04 – Fluxograma de alocação de custos
Fonte: (BRUNI; FAMÁ 2004, p. 34)

Complementando Martins (2008, p.25), “um custo representa um gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de bens ou serviços. A Figura 4 apresenta os elementos que constitui os custos como:

- Materiais diretos: faz parte do produto acabado e pode ser incluído diretamente no custo;
- Mão de obra direta: é o tempo gasto na conversão de materiais diretos para obter um produto acabado;

- Custos indiretos de fabricação: são custos não identificados diretamente aos produtos fabricados.

Dessa forma, o custo de produção unitário deve considerar a soma de todos os gastos utilizados para produzir um único produto. Para obter resultado real, você precisa aderir todos os custos envolvidos no processo de produção, incluindo custos diretos e indiretos, mão de obra e matéria-prima. É a partir dos custos que são determinados o preço do produto acabado. A seguir na Figura 5 um exemplo de cálculo de custo de produção por unidade:

Custo de produção total

Cálculo:
Custo dos materiais: R$ 10,00
Mão de obra direta: R$ 25,00
Custos indiretos de produção: R$ 10,00
❖ Fórmula: custo total de produção = custo de materiais + mão de obra direta + Custos indiretos de produção

Custo Total de Produção = R$10+ R$25+ R$10
Custo Total de Produção = R$ 45

Figura 05 Cálculo de custo de produção
Fonte: elaboração da autora

O custo de produção é um fator determinante na margem de lucro de um produto. Ao entender o custo de fabricação de um produto, a empresa pode adotar uma abordagem estratégica para precificação, garantindo que seus preços cubram os custos e, ao mesmo tempo, atraiam os clientes.

Além disso, é de suma importância realizar o cálculo dos custos totais de produção para determinar o investimento envolvido em cada produto ou serviço fabricado. Entretanto, muitas empresas buscam diminuir os custos para tornar a fabricação mais sustentável e promovendo o preço do produto final de forma justa, visando à lucratividade e a satisfação de seus clientes.

.

2.5 FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

A política de formação de preço de venda é um dos pontos importantes para tomada de decisão dos administradores. O preço de venda deve ser justo para os consumidores e suficientes para garantir a sobrevivência da empresa, um preço pouco claro pode levar a falência da empresa. Segundo Santos (1995), entende-se que: a fixação de preços de venda dos produtos e serviços é uma questão que afeta diariamente a vida de uma empresa, independentemente de seu tamanho, da natureza de seus produtos ou do setor econômico de sua atuação. De acordo com a rede Jornal Contábil (2021), a fórmula é definida por: preço de venda = (custo do produto + lucro objetivo) / (1- impostos – taxa de vendas).

De modo geral, as organizações visam aumento de lucro. No entanto, para obter bons resultados é preciso considerar alguns métodos para formação do preço. Para Cogan (2013, p. 151) “Dois são os métodos básicos para precificar os produtos e serviços: custo mais lucro versus preço baseado no valor ao cliente”.

Já para Yanase (2018), preços de venda podem ser definidos por um dos três processos: custos apurados, valor que o mercado está disposto a pagar e preços praticados pelos concorrentes. Os clientes e o mercado econômico estão vivendo pressões competitivas, pela abundância de oferta e alternativas do mercado. A seguir alguns métodos para formação do preço de venda:

2.5.1 Margem de contribuição

A margem de contribuição é um termo que especifica a diferença entre as vendas e os custos e despesas variáveis correspondentes do período. De acordo com Martins (1998), a margem de contribuição por unidade produzida, é a diferença entre a receita gerada e o custo variável do produto ou serviço. Assim, podemos concluir que a margem de contribuição nada mais é que um método de mensuração econômica dos parâmetros de tomada de decisão, podendo ajudar os gestores a compreender a relação entre custos, quantidade, preço e lucro, de modo a tomar decisões mais sábias sobre preços.

Para Homgren (1985), a utilização da margem de contribuição proporciona algumas vantagens:

> (...) os índices de margem de contribuição ajudam a decidir que produtos merecem maior esforço secundário ou se devem ser tolerados pelos benefícios de vendas que puderem trazer a outros produtos; (...) se uma linha de produtos deve ser parada ou não; (...) e como utilizar recursos de maneira mais lucrativa (HOMGREN, 1985, p.336-388).

De modo geral, a margem de contribuição é umas das técnicas mais recomendadas para as empresas que desejam determinar quais produtos têm o maior impacto no lucro e se algum produto está gerando prejuízo, as análises de margem de contribuição é uma ferramenta essencial. De acordo Reis (2005), a margem de contribuição corresponde à variável, ou seja, a diferença entre o preço de venda do produto e os custos e despesas por unidade de lucro. A Figura7é um exemplo de como calcular o preço de venda com base na margem de contribuição.

Cálculo:
Custos variáveis por unidade: R$ 0,50
Despesas variáveis por unidade: R$ 0,50
Lucro desejado: R$ 4,00
Margem de contribuição desejada: R$ 5% (0,05)

- Fórmula: preço de venda por unidade = (custos variáveis por unidade + despesas variáveis por unidade+ lucro desejado) / margem de contribuição desejada

Preço de venda por unidade = (R$0,50 + R$0,50 + R$ 4,00) / 0,05
Preço de venda por unidade= (R$5,00) / (1– 0,05)
Preço de venda por unidade= R$ 5,26

Figura 07: Cálculo do preço de venda com base na margem de contribuição.
Fonte: elaboração da autora.

O preço de venda baseado na margem de contribuição é uma ferramenta poderosa para aperfeiçoar a lucratividade, manter a competitividade no mercado e tomar decisões financeiras inteligentes. É essencial para o planejamento estratégico e o gerenciamento eficaz das operações de uma empresa. A margem de contribuição é um termo que especifica a diferença entre as vendas e os custos e

despesas variáveis correspondentes do período definido pelo Portal Contábil (2017).

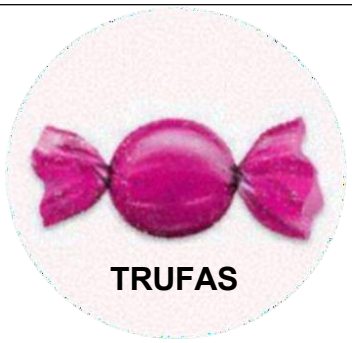
2.5.2 Markup

O markup é uma técnica que se baseia nos custos envolvidos em cada produto. Existem duas formas de calcular o markup: o markup divisor e o markup multiplicador. Independentemente de qual tipo seja utilizado, seu principal objetivo é encontrar um preço que cubra essas despesas e ao mesmo tempo proporcione o lucro desejado. (WERNKE apud MIQUELETTO, 2008)

O cálculo do markup tem como finalidade inserir no preço de venda os seguintes fatores:

- Impostos sobre vendas;
- Comissões sobre vendas;
- Custos fixos;
- Lucro e outros custos variáveis e indiretos.

Entretanto, uma estratégia de precificação com base no mark-up consiste em adicionar uma margem de lucro desejada ao custo do produto ou serviço. Com base no que foi apresentado anteriormente, exemplificarei na Figura 8como calcular o preço de venda com base no markup:



Cálculo:

- **PV = C / (1 –M)**

PV: Preço de venda = ?
C: Custo do produto ou serviço = R$ 5,00
M: Taxa de markup = 5% (0,05)
PV = R$ 5,00 / (1-0,05)
PV = R$ 5,26

Figura 08 – Cálculo de preço de venda com base no markup
Fonte: elaboração da autora.

O preço de venda com base no markup desempenha um papel fundamental nas estratégias de precificação das empresas e é de grande importância para o sucesso financeiro de um negócio. Essa abordagem de precificação oferece uma série de benefícios que impactam diretamente na lucratividade.

A seguir, na Figura 9, estão representadas as fórmulas de cálculo do markup, divisor e multiplicador. Entretanto, são ferramentas úteis que auxiliam as empresas na tomada de decisão.

Figura 09: Fórmula de markup divisor e multiplicador
Fonte: adaptado de Bruni e Fáma (2004).

Yanase (2018, p. 90) exemplifica um método de markup multiplicador considerado o mais correto para uma empresa:

Consideram-se que os custos diretos e indiretos de determinado produto seja $ 12,00. Apurou-se que as despesas fixas em relação às receitas sejam de 15%, os custos com os impostos 15% sobre as vendas e as despesas comerciais, como comissão, frete e seguro, 6%. O empresário espera obter uma margem de 10%. Assim, o mark up multiplicador é calculado com a seguinte fórmula.

Considerando a fórmula a cima, e a estimativa exposta, o markup multiplicador será:

Mark up multiplicador = 1 / 1 = 1

1 – (0,15 + 0,15 + 0,06 + 0,10) 1 – 0,46

Definido por Yanase (2018, p.100), o resultado da estimativa do markup multiplicador é R$ 1,8519.

A maioria das empresas usa esse método paradefinir preços de venda, pois o marckup é simples e fácil de entender.

2.5.3 Precificação Baseada na Concorrência

A precificação baseada na concorrência é uma forma muito simples e prática de definir o preço de um produto ou serviço. Ao adotar essa abordagem é necessário considerar a posição da empresa no mercado, bem como a posição dos seus concorrentes definido por Alves etal. (2018).

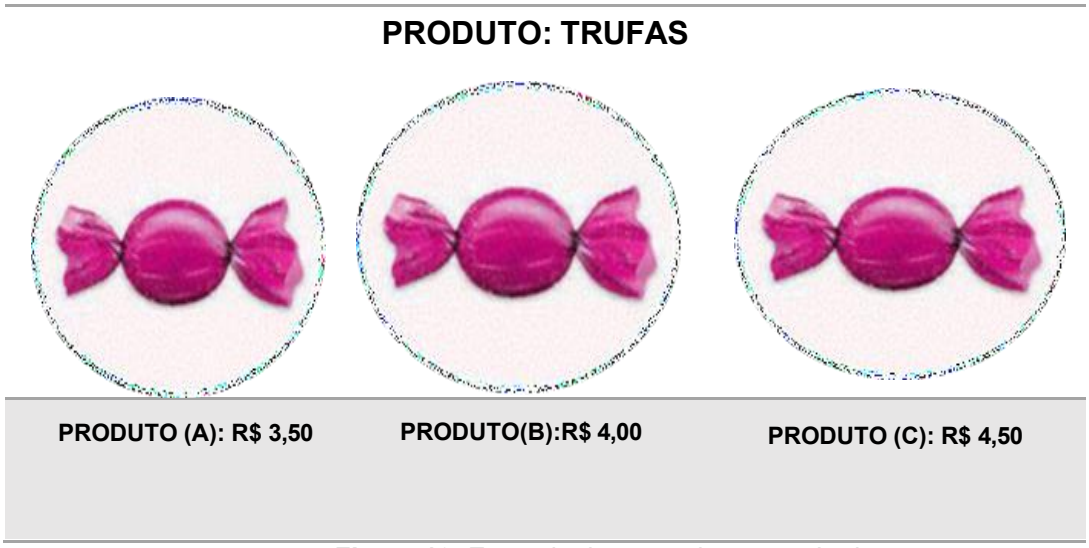


Figura 10: Exemplo de preço da concorrência
Fonte: elaboração da autora.

Para estabelecer um preço competitivo com base na concorrência, é possível considerar um valor próximo à média praticada pelos concorrentes, levando em conta a análise do posicionamento de mercado e seus custos. Com base na ilustração acima, segue um exemplo prático de como calcular o preço de venda com base na concorrência.

Exemplo de cálculo:

- Média de preço da concorrência: R$ 5,00
- Custo unitário: R$ 1,00

- Margem de lucro desejada: R$ 5,00 (preço médio) – R$ 1,00 (custo) =
- Preço de venda com base na concorrência = R$ 4,00.

Após estabelecer um preço de venda competitivo, seguindo a média de preço da concorrência, sua empresa estará posicionada de forma competitiva no mercado. A princípio os preços dos concorrentes fornecem pontos de orientação para forma o preço de venda. Isso é uma estratégia usada pelas empresas na maioria dos casos. Por conta disso, as empresas precisam sempre analisar as decisões de formação do preço de veda.

Segundo Bruni (2008, p. 233):

> [...] emprega a análise de concorrência. As empresas prestam pouca atenção a seus custos ou a sua demanda – a concorrência é que determina os preços a praticar. Os preços podem ser de oferta – quando a empresa cobra mais ou menos que seus concorrentes, ou de proposta – quando a empresa determina o seu preço segundo o seu julgamento sobre como os concorrentes irão fixar os preços deles.

Formar um preço de venda não é uma tarefa fácil, mas é um fato fundamental para o sucesso ou falência de uma empresa. Por isso as empresas precisam ficar atentas à movimentação de seus concorrentes no mercado.

3 METODOLOGIA

De acordo com Menezes (2019, p. 11) “pesquisa corresponde a um conjunto de ações que deve seguir uma série de procedimentos previamente definidos através de um método baseado na racionalidade a fim de se encontrarem resultados e respostas a um problema previamente apresentado”. Definido também Marconi e Lakatos (2017, p. 31) “não há ciência sem o emprego de métodos científicos”.

A presente pesquisa adotou abordagem qualitativa tendo como objetivo analisar as formas e os processos obtidos na contabilidade de custos e cálculo dos custos de venda adequados.

Pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.É um conceito que abrange todas as formas de pesquisa e auxilia na compreensão einterpretação do conhecimento adquirido. PRODANOV FREITAS, 2014, p. 69):

Conforme a natureza e os objetivos deste estudo, ele se configura como uma pesquisa de caráter aplicada, uma vez que tem como propósito central a geração de conhecimento por meio da utilização de dados primários e secundários para questões específicas. De acordo com Silva (2014), devido à urgência na resolução de um problema específico, podemos alcançar um objetivo prático.

Quanto aos procedimentos utilizados com base na abordagem teórica, foi feito uma pesquisa bibliográfica. Levando em conta o que diz Bonat (2009, p.17) “é desenvolvido a partir de materiais já elaborados, constituídos principalmente por livros e artigos científicos”. Que também são baseados em outras formas de publicações como: revistas, sites e jornais. Para (Fachin, 2017, p. 111), ‘’A pesquisa bibliográfica é, por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as formas do saber’’.

Já considerando o contexto do estudo, optou-se por realizar um estudo de caso, uma abordagem de pesquisa extremamente empregada nas ciências sociais. Para Matias-Pereira (2019, p. 91) “O estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo detalhado conhecimento”.

Quanto à coleta de dados foi conduzida com um Microempreendedor Individual (MEI) que atua no setor de doces artesanais e está situado em Sapé - PB. Para isso, foi empregada uma entrevista semi-estruturada, utilizando um questionário como principal instrumento de coleta de informações. Tal entrevista foi submetidaao Procedimento de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do Comitê de Ética e Pesquisa da UNIESP na data 24/11/2023 e aprovado sob Parecer nº 6.529,720, e só então foi realizada diretamente na empresa objeto do estudo, em reunião-no dia 26/11/2023 com a administradora da empresa.

4.1. ANALISE E DISCUÇÃO DE DADOS

4.1.1. Características da Empresa

A empresa foi fundada pela proprietária Lídia Maria da Silva, com o nome de *Lidy Doceria* atuando no comercio de Trufas Artesanais, desde 2022, visando ser uma empresa que fornece deliciosas trufas feitas com os melhores ingredientes e variedades e ainda com preços acessíveis para os clientes. Tendo como foco prestar serviços para diversos tipos e eventos como: aniversario e casamentos.

Figura 11: Logotipo da empresa Lidy Doceria
Fonte: Lidia Maria

A *Lidy Doceria* é caracterizada como uma microempresa, seu regime tributário é o simples nacional, localizada na cidade de Sapé, PB (na Rua Aurora Soares Diniz, N° 2003). Tendo como principais clientes os moradores da zona urbana. Os principais desafios enfrentados pela empresa *Lidy Doceria* estão ligados à busca por uma formação adequada de margem de lucro, juntamente com as limitações de investimento.

Neste estudo, serão explorados a composição dos custos e o processo de formação de preços do principal produto que se destacam no ranking do faturamento da empresa.

4.1.2. Coleta De Dados

Os dados fornecidos foram obtidos por meio de uma entrevista realizada com administradora encarregada, da definição de preços dos produtos na empresa. A entrevista foi aplicada para obter dados sobre como é formado os custos de produção, e as técnicas de formação de preços empregadas no principal produto da *Lidy Doceria*. “O objetivo principal de uma entrevista é a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.” (MARCONI; LAKATOS. 2017, pág.31).

Para fornecer uma melhor visualização dos dados, serão elaboradas planilhas que detalham os custos de produção do principal produto e a formação do preço de venda. As informações coletadas serão fundamentais para a análise e seleção das técnicas de precificação a serem aplicadas nos produtos em questão.

4.1.3. Análise de dados

Conforme destacado ao longo do estudo, há várias abordagens para calcular o custo de produção. Neste estudo de caso específico, foi realizada uma análise da composição do custo de produção e a formação do preço do principal produto responsável pelo desempenho do faturamento. Considerando que a empresa não segue métodos padronizados para calcular seus custos, porém utiliza a classificação dos custos em relação ao volume de produção e com relação à unidade produzida. Enquanto ao preço de venda, utiliza os dados do custo de produção por unidade, seguindo o método com base no preço do mercado. Para alcançar o resultado, foi essencial compreender os gastos e despesas que ocorreram durante o processo de produção do principal produto. Efetuar a classificação correta dos custos fixos, variáveis e despesas é crucial para uma composição mais precisa dos custos de fabricação do produto contribuindo significativamente para a tomada de decisões.

A seguir, será detalhada a composição dos custos de produção por unidade do principal produto comercializado pela empresa *Lidy Doceria*, o que desempenha um papel direto na lucratividade e contribui para um faturamento mensal da empresa.

4.1.4. Principal produto analisado

O principal produto a ser analisado é o impulsionador do lucro da empresa, desempenhando um papel crucial em sua sustentabilidade diariamente. As trufas artesanais registram um volume mensal de vendas entre R$ 1.500,00 e R$ 1.520,00. Contribuindo significativamente para um faturamento total que varia entre R$ 6.000,00 e R$ 6.100,00 por mês. Sendo um destaque no ranking do faturamento da empresa.

Figura 12: Trufas artesanais da empresa Lidy Doceria
Fonte: Lidia Maria

Conforme foi coletado na entrevista, o preço de venda é majoritariamente estabelecido com base no mercado. Tendo uma margem lucro pré-definidade 7% seguindo o método de concorrência de mercado, sendo definida sem a realização de um estudo de viabilidade econômica, essa margem é definida exclusivamente com base no princípio da concorrência.

4.1.5. Levantamento dos Custos de Produçao por Unidade

PRODUTO (TRUFAS)	CUSTOS POR UNIDADE ($)
MATERIA – PRIMA (chocolate, recheio e embalagem)	R$ 1, 50
MÃO DE OBRA DIRETA	R$ 0,50
CUSTOS INDIRETOS (energia e gás)	R$ 0,50
CUSTO TOTAL	R$ 2,50

Tabela 01: Custo de produção por unidade
Fonte: Elaboração da autora.

A Tabela 01 apresenta os custos de produção por unidade para a fabricação de uma trufa, considerando diferentes componentes:

- A matéria-prima (chocolate, recheios, embalagem): esse custo representa os ingredientes essenciais para a produção da trufa. Inclui o chocolate, os recheios e a embalagem. O valor é de R$1,50 por trufa.
- Mão de obra direta: esse custo refere-se aos salários dos trabalhadores envolvidos diretamente na produção das trufas. O valor é de R$0,50 por trufa.
- Custos indiretos (energia, gás): esses custos indiretos estão relacionados às despesas operacionais de produção, como energia elétrica e gás. O custo é de R$0,50 por trufa.
- Total: Ao somar esses custos, obtém-se o custo total de produção por unidade, que totaliza R$2,50 por trufa.

Essa tabela é uma ferramenta útil para a compreensão dos diferentes elementos importantes para o custo de produção de cada trufa. Sua utilidade transcende, possibilitando que uma empresa utilize como base na formação de preços, proporcionando uma análise abrangente de todos os custos associados à produção.

4.1.6. Levantamento do Volume de Produção Mensal

A seguir uma tabela com os dados do volume de produção mensal do principal produto da empresa nos últimos seis meses:

MÊS	VOLUMES UND
JAN	1.800
FEV	1.801
MAR	1.800
ABR	1.804
MAI	1.802
JUN	1.805

Tabela 02: Volume de produção mensal
Fonte: elaboração da autora.

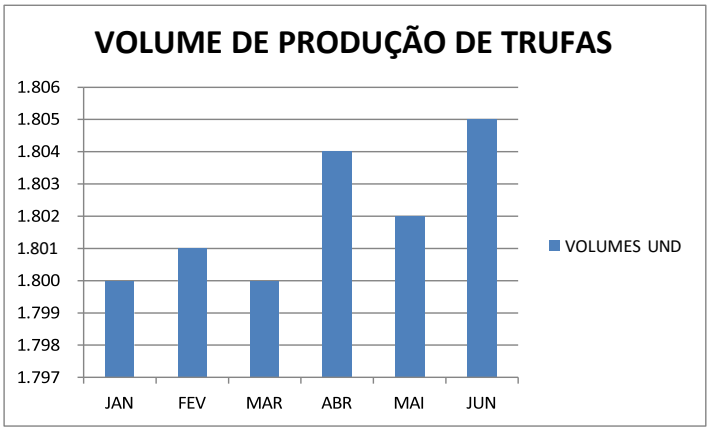


Gráfico 01: Volume de produção mensal
Fonte: elaboração da autora.

A Tabela 02 e o Gráfico 01 apresentam o volume de produção mensal das trufas nos últimos seis meses, evidenciando as variações entre 1.800 a 1.805 unidades. Esses dados são úteis para avaliar a eficiência da produção.

4.1.7. Levantamento de custos e despesas totais

A empresa *Lidy Doceria*, adota uma abordagem financeira fundamental para a gestão eficaz, consistindo na classificação criteriosa de seus gastos em custos e despesas. Sendo assim, a análise dos gastos mensais da empresa nos últimos seis meses é fundamental para compreender sua saúde. A tabela abaixo apresenta os dados detalhados relativos aos gastos mensais nos últimos seis meses da empresa.

MÊS	GASTOS
JAN	R$ 1.500,00
FEV	R$ 1.502,00
MAR	R$ 1.500,00
ABR	R$ 1.503,00
MAI	R$ 1.501,00
JUN	R$ 1.505,00

Tabela 03: Média mensal dos gastos
Fonte: elaboração da autora.

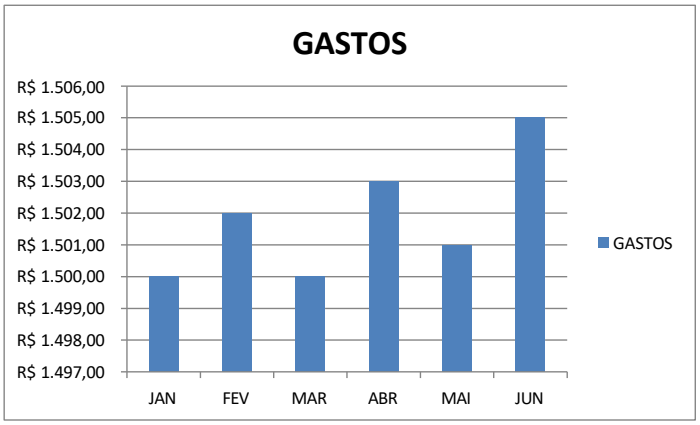


Gráfico 02: Gastos Mensais
Fonte: elaboração da autora.

A tabela 03 e o Gráfico 02 demonstram o comportamento dos gastos da empresa no último semestre de 2023, revelando que o seu comportamento varia entre R$1.500,00 e R$ 1.505,00. Essa estabilidade é um indicativo positivo da gestão financeira da empresa, permitindo uma visão mais clara para o futuro.

4.1.8. Processo de Precificação

A Lidy Doceria adota uma abordagem de formação de preço centrada no custo de produção de suas trufas artesanais. Ao entrevistar administradora, ficou claro que a empresa realiza uma análise detalhada dos custos envolvidos na produção, considerando ingredientes, mão de obra direta, custos indiretos, entre outros. Entretanto, é importante destacar que, ao longo da entrevista, não foram evidenciados conhecimentos aprofundados sobre métodos mais avançados de formação de preço, tais como Margem de Contribuição e markup. Essas técnicas, discutidas no referencial teórico, oferecem uma abordagem mais estratégica e eficiente para a precificação, levando em consideração não apenas os custos, mas também a contribuição de cada unidade para a cobertura de despesas fixas e a obtenção de lucro. Para fornecer uma visão mais clara desse processo de formação de preço, a tabela a seguir apresentará um guia detalhado, destacando os passos e os elementos considerados. Isso não apenas evidenciará o método utilizado pela Lidy Doceria, mas também permitirá uma comparação com as práticas discutidas no referencial teórico, oferecendo oportunidades de aprimoramento e maximização da eficiência na gestão de preços.

FORMAÇAO DO PREÇO DE VENDA (POR UNIDADE)	
CUSTO DIRETO E INDIRETO	R$ 2,50
MÉDIA DE PREÇO (CONCORRÊNCIA)	R$ 5,00
MARGEM DE LUCRO DESEJADA	7%
CÁLCULO DA MAGEM DE LUCRO	7% - 2,50 = R$ 4,50
PREÇO DE VENDA COM BASE NA CONCORRÊNCIA	R$ 4,50

Tabela 04: Formação do preço com base na concorrência
Fonte: Elaboração da autora.

Ao se analisar a tabela acima, observamos a metodologia cuidadosa empregada pela empresa na formação do preço de venda. Cada etapa é minuciosamente calculada, levando em consideração tanto os custos diretos e indiretos de produção quanto a média de preços praticados pela concorrência.

De acordo com as informações obtidas durante a entrevista, constatou-se que os produtos analisados têm seus preços estabelecidos exclusivamente com base no mercado sem analisar se é rentável, a prática de uma margem mais competitiva.

Considerando esse contexto, a seguir, será apresentado o processo de precificação, utilizando a margem de contribuição e o markup.

4.1.9. Margem de contribuição

Para calcular a margem de contribuição, é preciso aplicar a seguinte fórmula:

Margem de contribuição = Preço de venda – (Custos Variáveis + Despesas Variáveis). A fim de fornecer uma melhor compreensão da formação do preço segue os exemplos:

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO		
PRODUTO (TRUFAS)	R$	%
PREÇO DE VENDA	4,50	100%
(-) DESPESAS VARIAVEIS	1,50	33%
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	3,00	67%
(-) CUSTOS E DESPESAS FIXOS	1,00	22%
RESULTADO LÍQUIDO	2,00	44%

Tabela 05: Margem de contribuição
Fonte: Elaboração da autora.

Analisando a Tabela 05, observamos que, com o preço atualmente praticado pela empresa, a margem de contribuição do produto é de 67%. Ao descontar os custos e despesas fixos que representam 22%, o resultado líquido deste produto é de 44%. Isso significa que o valor de R$2,00 encontrado no resultado líquido representa de fato o lucro líquido da empresa por unidade comercializada. Essa análise fornece uma visão detalhada da estrutura de custos e contribuições do produto, sendo fundamental para a gestão financeira e tomada de decisões estratégicas da empresa. A margem de contribuição é uma métrica valiosa para avaliar a rentabilidade e eficiência operacional do produto.

1.1.10. Markup

O multiplicador de markup é uma ferramenta estratégica fundamental na definição dos preços de venda de produtos, fornecendo uma estimativa que visa garantir a visão financeira do negócio. É crucial compreender que o multiplicador de markup não se traduz diretamente no lucro real da venda, mas sim oferece uma direção. Para calcular esse índice multiplicador do custo, utilize-se a seguinte fórmula:

Markup multiplicador = 1 / [1 – (DF + DT + DC + Mg)]

Onde:

DF = Despesas Fixas

DT = Despesas Tributárias

DC = Despesas Comerciais

Mg = Margem Desejada

Seguindo essas diretrizes, procederemos agora com a elaboração da formação do preço de venda do produto utilizando o markup multiplicado:

Produto: Trufas

Preço de Venda = 4,50

Despesas Fixas = (0,03%)

Despesas Variáveis = (0,01%)

Margem Desejada = 10%

MARKUP MULTIPLICADOR - TRUFAS

$$MARK - UP = \frac{100\%}{100\%(0{,}03\% + 0{,}01\% + 10\%)} \qquad MARK - UP = \frac{100}{100 - (03 + 0{,}01 + 10)}$$

$$MARK - UP = \frac{100}{100 - 10{,}04} \qquad MARK - UP = \frac{100}{89{,}96}$$

$$MARK - UP = 1{,}111605157847932 \qquad PV = 4{,}50 \text{ X } 1{,}11$$

$$PV = 4{,}95$$

Tabela 06: Markup - Multiplicador
Fonte: elaboração da autora.

A tabela 06 demonstra o cálculo do markup multiplicador para as trufas da empresa *Lidy Doceria*. Ao considerar esse indicador como referência, a empresa deveria definir um preço de venda para as trufas de R$4,95, visando garantir uma margem de 10%. Contudo, o preço atualmente praticado de R$4,50 resulta em uma diferença negativa de R$0,45 para o resultado da empresa. Isso ressalta a importância de uma revisão nos preços para assegurar uma margem de lucro adequada.

5.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a avaliação dos resultados apresentados, podemos concluir que o objetivo estabelecido para o trabalho foi alcançado. A análise realizada proporcionou a criação de ferramentas que até então não era usada pela proprietária da empresa *Lidy Doceria.*

Para atingir o objetivo geral deste estudo, que consiste em demonstrar de maneira eficiente o cálculo do custo de produção e a formação adequada do preço de venda para o principal produto de uma Microempresa Individual (MEI) especializada na produção de trufas artesanais. Foram elaboradas tabelas a partir das informações obtidas durante a entrevista conduzida com a administradora da empresa. Essas tabelas oferecem diversas abordagens, desde a identificação e classificação dos custos e despesas até a aplicação de métodos como o cálculo do custo de produção por unidade, a análise de margens de contribuição e o uso do markup multiplicador, com o objetivo de formar o preço de venda com base no custo de produção.

A análise aprofundada das práticas de formação de preços adotadas pela empresa permitiu identificar lacunas e desafios, especialmente relacionados à falta de conhecimento sobre estratégias de precificação eficazes. A implementação de ferramentas de análise, como o cálculo do custo de produção, margem de contribuição, mark-up e margem desejada, revelou-secrucial para uma gestão financeira mais assertiva.

Foi demonstrado no estudoa importância do conhecimento detalhado dos custos, a aplicação de ferramentas estratégicas e a análise contínua dos resultados para aprimorar a formação de preços em um MEI. A disseminação dessas práticas pode não apenas beneficiar a empresa em questão, mas também auxiliar outros empreendedores individuais na busca por uma gestão financeira mais sólida e sustentável.

Com base nas técnicas e métodos de formação de custos e preços de venda utilizados neste estudo, foi possível calcular o preço de venda adequado para o principal produto analisado. Surpreendentemente, mesmo sendo um valor próximo ao praticado pela empresa, a diferença atingiu um percentual superior a 10% em comparação com o preço atualmente praticado pela empresa.

Destaca-se que, mesmo sem adotar uma base fundamentada em seu processo de cálculo de custos e formação de preços, a empresa demonstra uma notável capacidade de se manter competitiva em um mercado acirrado. Isso ressalta a importância de uma abordagem mais estratégica nesse aspecto, indicando possíveis oportunidades de otimização que podem contribuir ainda mais para o sucesso do negócio.

Com base nas informações apresentadas, concluimos que é de extrema relevância ter um conhecimento aprofundado sobre os gastos da empresa para a elaboração eficaz do preço de venda. Essa prática é fundamental para assegurar o desenvolvimento financeiro do negócio, cobrindo todos os custos e despesas, além de garantir competitividade no mercado. A correta definição do preço de venda é crucial para alcançar os lucros desejados pelos gestores, demonstrando a importância de uma abordagem estratégica na gestão financeira da empresa.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, L. R. A. et al. **Estrutura de mercado e formação de preços na cadeia produtiva de soja**. In: ALVES, L. R. A.; BACHA, C. J. C. (ed.). Panorama da agricultura brasileira: estrutura de mercado, comercialização, formação de preços, custo de produção e sistemas produtivos. 1. ed. Campinas: Alínea, 2018. p. 95-131

2. Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados - ABICAB. **Do Cacau ao Chocolate**. Disponível em: <http://abicab.org.br/historia/>. Acesso em: 29 de set.2023.

3. BECKER, Liliane et al. **As vantagens da adesão ao sistema MEI:** uma pesquisa junto aos microempreendedores de braço do norte SC. In: Anais Congresso Sul Catarinense de Administração e Comércio Exterior. 2018.

4. BERTO, DALVIO J. **Precificação sinergia do marketing + finanças**. Segunda edição, 2012. 26 p.

5. BOMFIM, Eunir de Amorim; PASSARELLI, João. **Custos e formação de preços**. 4. ed. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

6. BONAT, Debora. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba: Iesde, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=5Eesvwncx6sC&printsec=frontcover&dq=metodologia+de+pesquisa&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjpmvWPmbPPAhVJWpAKHebzC scQ6AEIMTAC#v=onepa ge&q=metodologia de pesquisa&f=false. Acesso em: 10 de out. 2023.

7. BRASIL. **Lei Complementar nº128, de 19 de dezembro de 2008.** Altera a Lei Complementar nos 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm>. Acesso em: 02 de set. 2023.

8. BRASIL. Resolução CNNPA n° 12, de 1978**. Normas Técnicas Especiais, do Estado de São Paulo, relativas a alimentos (e bebidas), para efeito em todo território brasileiro.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 1978.

9. BRUNI, Adriano Leal**. A administração de custos, preços e lucros**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

10. BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços**: com aplicação na calculadora HP 12C. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

11. BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

12. BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços:** com aplicações na HP 12C e Excel. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

13. COGAN, S. **Contabilidade Gerencial:** uma abordagem da teoria das restrições. São Paulo: Saraiva, 2013.

14. **Confeitaria caseira da Ana.** Disponível em: https://festejante.com.br/lojinha/confeitaria-caseira-da-ana/produto/trufas-artesanais> Acesso em: 29 de out. 2023.

15. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

16. FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636552/. Acesso em: 15 de out. 2023.

17. FERREIRA, José Antonio Stark. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

18. HORNEGREN, Charles T.; DATAR, M. Srikant; FOSTER, George. **Contabilidade de custos**. 9ª Edição. São Paulo: Editora Pearson, p.336-3882004.

19. KOTLER, Philip. **Administração de Marketing** 10 ed. São Paulo: Novo Milênio, 2000.

20. LEONE, G. G. **Curso de contabilidade de custos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. 460 p.

21. MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/ 9788597011845/ >. Acesso em: 15 de out. 2023.

22. MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

23. MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. (9ed.). São Paulo: Atlas, 370 p., 2008.

24. MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

25. MARTINS, Elizeu. **Contabilidade de custos.** 9 ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

26. MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

27. MEGLIORINI, E. **Custos**: análise e gestão. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. 290 p.

28. MEGLIORINI, Evandir. **Custos:** análise e gestão. 2. ed. Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

29. MENEZES, Antonio Henrique Novaes. Et. al. **Metodologia científica:** teoria e aplicação na educação a distância. UNIVASF, 2019.

30. MOTTA, Flávia Gutierrez. **Fatores condicionantes na adoção de métodos de custeio em pequenas empresas**: estudo multicasos em empresa do setor metal-mecânico de São Carlos – SP. Dissertação (Programa de Pós-Graduação). USP, São Carlos. 2000.

31. NAGAI, Shuji; SPROESSER, Renato Luiz; BATALHA, Mario Otávio. **Dinâmica concorrencial da cadeia de produção agroindustrial do chocolate cobertura.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 36, n. 4, p. 95-112, 2019.

32. PAIVA, Luís Eduardo de**. Gestão Estratégica de Custo para Tomada de Decisão**. Disponível em: http://www.portaladm.adm.br/CI/CI25.pdf, acessado em: 30 de set.2023.

33. PADOVEZE, C. L. **Controladoria Básica**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

34. PEREIRA, Evelyn Samanta; NUNES, Isadorah Daré. **Formação do preço de venda para o microempreendedor.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Taubaté. 2020. http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/3897

35. Portal de contabilidade. **Autitoria interna.** Disponível em: http://www.portaldecontabilidade.com.br/obras/manualauditoriainterna.htm. Acesso em: 16 de out.2023:

36. PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, ERMANI Cesar de. **Metodologia do trabalho científic**o: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

37. QUADROS, Pedro Milani de et al. **Estratégias de operacionalização de franquias Devorata trufas artesanais.** Universidade Federal de Santa Catarina. 2016. oai:repositorio.ufsc.br:123456789/166998

38. Rede Jornal Contábil 2021. **Precificação de produtos**: Confira 4 métodos e dicas para realizar. Disponível em: https://www.jornalcontabil.com.br/precificacao-de-produtos-confira-4-metodos-e-dicas-para-realizar/. Acesso em 16 de out. 2023.

39. REIS. Rodrigo Fernandes dos. **Margem contribuição**: um instrumento para tomada de decisão na análise de custo e rentabilidade de produto. Disponível em: http://www.g4assessoria.com.br/g4/TCCGraduacao.pdf, acessado em 25 de out. 2

40. RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

41. SANTOS, Joel José. **Manual de contabilidade e análise de custos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. E-Book. ISBN 978-85-970-1082-4. Disponível em: https://bookshelf.vitalsource.com/#/. Acesso em: 30 de set.2023.

42. SATO, C.; PÉPECE, O. **Fatores motivadores do consumo de chocolates finos no Brasil**. REA-Revista Eletrônica de Administração, v. 12, n. 2, p. 157-171, 2013.

43. SEBRAE - **Contabilidade Custo Aplicada.** Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wpcontent/uploads/sites/10001/2018/06/009_contabilidade_custos_aplicada_pre%C3%A7o_venda_produtos.pdf. Acesso em: 09 de set. de 2023.

44. SEBRAE**. Estudo de Mercado – Chocolates Gourmet**. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Chocolate%20gourmet%20na%20Bahia.pdf. Acesso em 15 de set. de 2023.

45. SEBRAE - **Brasil tem quase 15 milhões de microempreendedores individuais**. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/brasil-tem-quase-15-milhoes-de-microempreendedores Acesso em: 02 de set. 2023.

46. SILVA, Antônio João Hocayen. **Metodologia de Pesquisa**: conceitos gerais. 2014, Editora UNICENTRO PARANÁ. Disponível em:

http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/841> Acesso em: 29 de out. 2023.

47. SILVA, Antônio João Hocayen. **Metodologia de pesquisa:** conceitos gerais. 2014, Editora UNICENTRO PARANÁ. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/841>Acesso em: 25 de out.2023.

48. SILVA, Benedito Albuquerque da**. Custos e estratégias de gestão**. Apostilado de pós-graduação, 2008.

49. WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda**: ênfase em aplicações e casos nacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.

50. YANASE, João Carlos. **Custos e Formação de Preços**.1. ed., São Paulo: Trevisan, 2018.

51. YANASE, João Carlos**. Custos e formação de preços**.1.ed. São Paulo: Trevisan, 2018.

52. ZAGO, H. K. **A Importância da Agroindústria Caseira de Produtos de Origem Animal para a Agricultura Familiar de Arroio do Tigre-RS**, Santa Maria-RS, CPGER-UFSM, 2002(Dissertação de Mestrado).

O USO DA CONTABILIDADE GERENCIAL POR UM MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL LOCALIZADO EM SOUSA – PB

Ricardo Kennedy de Lacerda[40]
Ricardo da Silva Pereira[41]

RESUMO

A gestão financeira eficaz é um elemento crucial para o sucesso de qualquer empreendimento, independentemente do seu porte. Também se enquadram nesse contexto, os Microempreendedores Individuais (MEIs) que desempenham um papel fundamental na economia nacional, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades em que estão atuando. Sabe-se que muitos Microempreendedores Individuais encerram suas atividades precocemente, muitas vezes devido à falta de conhecimento ou orientação contábil principalmente no que se refere as informações a serem utilizadas no seu processo de gestão. A contabilidade gerencial pode ajudar muito nesse fornecendo informações precisas e indispensáveis para nelhor condução dos negócios pelos microempreendedores individuais. Sendo assim, este artigo tem como objetivo geral demonstrar como um Microempreendedor Individual (MEI) localizado em Sousa – PB., utiliza a Contabilidade Gerencial na gestão da sua empresa. O estudo adota uma abordagem qualitativa descritiva, baseada em uma revisão bibliográfica abrangente com melhor aprofundamento através de um estudo de caso, cuja coleta de dados foi efetuada através de uma entrevista semiestruturada com o apoio da aplicação de um questionário, onde foram identificados os resultados almejados por esse estudo. Os resultados do estudo de caso revelam que o Microempreendedor Individual (MEI) adota a contabilidade gerencial como parte integrante de sua prática de gestão empresarial. Durante a análise, foram identificadas diversas ferramentas e possibilidades que o MEI utiliza para gerir eficientemente o negócio em questão, tais como: relatórios financeiros, uma planilha avançada no Microsoft Excel desenvolvida por um profissional e a presença de um consultor. Portanto, a contabilidade gerencial adotada pelo MEI não apenas cumpre com as obrigações fiscais simplificadas impostas a essa categoria, mas também serve como uma ferramenta estratégica para aprimorar o desempenho do negócio.

Palavras-chaves: Microempreendedores individuais; Contabilidade Gerencial; Gestão empresarial.

---

[40] Graduando do Curso de Ciências Contábeis pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP. E-mail: ricardo.kennedy.31@gmail.com.

[41] Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB - Campus I, Especialização em Contabilidade pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira Centro Universitário UNIESP. E-mail: ricardo.pereira.jp4@gmail.com. http://lattes.cnpq.br/3654413560555402

ABSTRACT

Effective financial management is a crucial element for the success of any enterprise, regardless of its size. Also included in this context are Individual Microentrepreneurs (MEIs) who play a fundamental role in the national economy, contributing to the development of the communities in which they operate. It is known that many Individual Microentrepreneurs end their activities early, often due to a lack of knowledge or accounting guidance, especially regarding the information to be used in their management process. Management accounting can help a lot in this by providing accurate and essential information for better business conduct by individual micro entrepreneurs. Therefore, this article has the general objective of demonstrating how an Individual Micro Entrepreneur (MEI) located in Sousa – PB. Uses Management Accounting in managing his company. The study adopts a descriptive qualitative approach, based on a comprehensive bibliographical review with greater depth through a case study, whose data collection will be carried out through a semi-structured interview with the support of the application of a questionnaire, where the desired results were identified for this study. The results of the case study reveal that the Individual Microentrepreneur (MEI) adopts management accounting as an integral part of their business management practice. During the analysis, several tools and possibilities were identified that MEI uses to efficiently manage the business in question, such as: financial reports, an advanced Microsoft Excel spreadsheet developed by a professional and the presence of a consultant. Therefore, the management accounting adopted by MEI not only complies with the simplified tax obligations imposed on this category, but also serves as a strategic tool to improve business performance.

Keywords: Individual microentrepreneurs; Management accounting; Business management.

1.INTRODUÇÃO

A gestão financeira eficaz é um elemento crucial para o sucesso de qualquer empreendimento, independentemente do seu porte. Também de enquadram nesse contexto, os Microempreendedores Individuais (MEIs) que desempenham um papel fundamental na economia nacional, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades em que estão atuando.

A cidade de Sousa, localizada no estado da Paraíba, não é exceção a essa realidade, e o número de MEIs tem crescido significativamente nos últimos anos (Portal Correio, 2021). O estabelecimento do MEI pode ser interpretado como uma política pública voltada para incentivar a formalização de empreendimentos de pequeno porte, principalmente aqueles que não possuem recursos para suportar os elevados encargos e tributos decorrentes de atividades empresariais (Silveira et al., 2017).

Nesse sentido, o Microempreendedor Individual – MEI exerce atividades autônomas em pequenos comércios e serviços, pertencentes ao setor informal do empreendedorismo. Esta categoria se caracteriza como Pessoa Jurídica, possibilitando a emissão de notas fiscais e a obtenção de benefícios como aposentadoria, auxílio-doença e auxílio-maternidade (Fernandes; Camporez, 2019).

Muitos desses empreendedores são motivados pela necessidade, procurando uma alternativa para sua subsistência. Eles buscam uma maneira de ingressar no mercado de trabalho para assegurar renda suficiente para suas necessidades básicas. Essa busca por sobrevivência sublinha o impacto notório da formalização dos Microempreendedores.

A elevada taxa de desemprego exerce influência direta sobre o número desses profissionais. Dessa forma, as microempresas desempenham um papel econômico crucial, não apenas na distribuição de renda, mas também na dinâmica do mercado e na criação de oportunidades de trabalho.

Partindo-se para a relação do tema abordado com a contabilidade, vale a abordagem observada por Marion (2009), que a aplicação da Contabilidade é essencial tanto para pequenas quanto para grandes empresas.

Observou-se que muitos Microempreendedores Individuais encerram suas atividades precocemente, muitas vezes devido à falta de conhecimento ou

orientação contábil principalmente no que se refere as informações a serem utilizadas no seu processo de gestão.

Como suporte, à gestão empresarial pode recorrer ao uso dos instrumentos de controle oferecidos pela contabilidade gerencial. Esta refere-se a um campo contábil que se destina a fornecer informações aos usuários internos, ou seja, aos gestores das empresas. Diferentemente da contabilidade financeira, que direciona informações a terceiros, a contabilidade gerencial não é de caráter obrigatório (Marion; Ribeiro, 2018).

A escolha do tema foi motivada pela necessidade de compreender como a utilização dos instrumentos de controle da contabilidade gerencial podem impactar de maneira positiva na gestão financeira de um Microempreendedor Individual (MEI).

Nesse contexto, formula-se a seguinte questão: como um Micro Empreendedor Individual (MEI), localizado em Sousa – PB., utiliza a Contabilidade Gerencial na sua empresa?

Em consonância com Simões e Monteiro (2015), a contabilidade pode oferecer diversas soluções que os MEIs buscam, mas frequentemente não encontram. Profissionais de contabilidade têm como objetivo adquirir conhecimentos práticos para os empresários, visto que a ausência de sua consulta pode resultar na falência de diversas empresas.

O presente artigo tem como objetivo geral demonstrar como um Micro Empreendedor Individual (MEI) localizado em Sousa – PB., utiliza a Contabilidade Gerencial na gestão da sua empresa e como objetivos especificos: Distinguir empreendedorismo e microempreendedor; contextualizar microempreendedores individuais (MEIs), delineando seu conceito, legalização e suas principais características; apresentar a contabilidade e a contabilidade gerencial, bem como os seus principais instrumentos de controle que podem ser utilizados no processo da gestão financeira dos MEIs e por fim, identificar as ferramentas específicas da contabilidade gerencial que estão sendo adotadas pelo Micro Empreendedor Individual objeto de estudo desse artigo.

A relevância deste estudo reside na importância de fornecer orientações práticas aos MEIs sobre como a contabilidade gerencial pode ser uma aliada valiosa na gestão de seus negócios, auxiliando-os na otimização de recursos, na identificação de oportunidades de crescimento e na sua sustentabilidade. Já para o

meio acadêmico poderá ser utilizada como referência ao desenvolvimento de outras pesquisas.

A metodologia aqui empregada é de cunho bibliográfico por ser realizada através de consultas em literaturas específicas uma vez que a constituição dos MEIs obedece a uma legislação do governo federal e foi aprofundada através da realização de um estudo de caso que foi realizado junto a um Micro Empreendedor Individual que está localizado na cidade de Sousa no Estado da Paraíba, onde a coleta de dados foi efetuada com a aplicação de uma entrevista semiestruturada a ser realizada com o proprietário do empreendimento.

Este artigo apresentará a seguinte estrutura: introdução, seguido da fundamentação teórica, aspectos metodológicos, análise e discussão dos dados, considerações finais e referências bibliográficas.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EMPREENDEDORISMO E MICROEMPREENDEDOR

A busca pelo empreendedorismo tem conquistado destaque como uma prioridade entre jovens recém-formados, aposentados e mesmo entre aqueles que já estão empregados, todos com o anseio de estabelecer seus próprios empreendimentos. Em muitos casos, a decisão de se aventurar no empreendedorismo amadurece ao longo do tempo, por meio de experiências cotidianas ou eventos que servem como catalisadores para a disposição de correr riscos (Salim et al., 2004).

O empreendedorismo e a figura do microempreendedor desempenham papéis cruciais no desenvolvimento econômico e na promoção da inovação em qualquer sociedade. Essas duas vertentes estão intrinsecamente interligadas e têm impactos significativos na vida das pessoas e no crescimento de uma nação.

O empreendedorismo é a força motriz por trás da criação de novos negócios e da geração de empregos. Os empreendedores têm a capacidade de identificar oportunidades de mercado, inovar e transformar ideias em empreendimentos viáveis. Eles assumem riscos calculados e estão dispostos a enfrentar desafios para realizar seus sonhos de negócios. Em um mundo em constante evolução, o

empreendedorismo é essencial para impulsionar a economia e promover a concorrência, o que beneficia os consumidores e estimula a criatividade.

Nesse contexto, os microempreendedores desempenham um papel fundamental. Os microempreendedores individuais (MEIs) são empreendedores de pequena escala que se beneficiam de um regime tributário simplificado e de baixo custo. Eles representam um segmento significativo da força de trabalho em muitos países e são frequentemente a porta de entrada para o mundo dos negócios. A criação do MEI, por exemplo, permitiu que muitos trabalhadores informais se formalizassem, obtendo um CNPJ e acesso a benefícios previdenciários.

O empreendedorismo, especialmente na forma de microempreendedorismo, é um motor essencial para o crescimento econômico e a inclusão social. Ele capacita indivíduos a transformar suas ideias em negócios prósperos, contribuindo para o desenvolvimento de suas comunidades e do país como um todo. Portanto, é importante que os governos e a sociedade em geral apoiem e promovam um ambiente favorável ao empreendedorismo, proporcionando educação, recursos e incentivos para aqueles que desejam iniciar e manter seus próprios negócios.

O empreendedorismo se caracteriza pela criação, inovação ou recriação de algo, demandando investimentos de tempo e recursos financeiros, assim como esforços no âmbito da saúde e das relações sociais, com o objetivo de alcançar gratificações tanto pessoais quanto financeiras (Hisrich et al., 2009). Embora haja diversas definições para o conceito de empreendedorismo, Dornelas (2015, p.35) sintetiza-o como a busca por algo novo, uma transformação das circunstâncias atuais e uma incessante busca por oportunidades de negócios, colocando em destaque a inovação e a geração de valor.

A capacidade intrínseca ao ser humano de empreender pode ser rastreada desde as primeiras necessidades de sobrevivência, como a fabricação de ferramentas para a caça, até os primórdios das civilizações com o surgimento do comércio (Lemes; Pisa, 2019). Com o contínuo avanço da sociedade, o empreendedorismo se tornou ainda mais proeminente, impulsionado por inovações, criatividade e a crescente demanda, culminando na geração de diversos empreendimentos (Lemes; Pisa, 2019).

2.2. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

De acordo com o SEBRAE (2021), as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte desempenham um papel crucial no desenvolvimento da Nação. Elas contribuem para a criação de postos de trabalho, distribuição de renda, promoção da inclusão social, fortalecimento da economia e redução da informalidade.

Já de acordo com a Lei Complementar 128/2008, o empresário informal alcança sua legalização como MEI ao obter seu CNPJ, o que concede diversas vantagens, incluindo a facilitação para abertura de contas bancárias, obtenção de empréstimos e emissão de notas fiscais, bem como a participação em licitações. No tocante às contribuições, a parcela do INSS é reduzida em 5% do salário mínimo vigente, conferindo benefícios como auxílio maternidade e auxílio doença.

O MEI ainda tem a prerrogativa de empregar um indivíduo registrado, desde que este receba um salário situado entre o salário mínimo e o piso salarial da categoria, enquanto o MEI efetua o pagamento de mais 3% do salário do empregado, em relação à Previdência Social. Essa disposição constitui uma excelente maneira de evitar empregados sem registro e, consequentemente, minimizar riscos de reclamações trabalhistas. Além disso, caso o empregado sofra um acidente de trabalho, terá sua remuneração garantida pela Previdência Social, juntamente com aposentadoria e outros benefícios.

O MEI também está sujeito a obrigações que devem ser rigorosamente cumpridas. Ele é obrigado a obter um Alvará, que deve estar em conformidade com as normas e procedimentos municipais. O descumprimento dessas normas pode resultar na anulação do alvará. Além disso, o MEI está obrigado a emitir notas fiscais somente para pessoas jurídicas, dispensando pessoas físicas.

Embora haja diversas vantagens disponíveis aos MEIs, essas vantagens não eliminam a possibilidade de vulnerabilidades que podem afetar e comprometer seus empreendimentos. As vantagens não garantem automaticamente o tão esperado sucesso dos negócios. Para alcançar os objetivos planejados em seu empreendimento, o empreendedor deve manter um controle rigoroso e planejamento meticuloso de sua empresa.

Com o propósito de regularizar empreendedores informais, a Lei Complementar nº 128/2008 foi promulgada, criando assim a categoria MEI -

Microempreendedor Individual, voltada para aqueles que não tinham capacidade de se formalizar como ME - Microempresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte. A LC 128/2008 trata da formalização do MEI, abordando definições, critérios de enquadramento, sistema tributário e outras especificações.

Para alcançar o status de Microempreendedor Individual, é preciso satisfazer uma série de requisitos, sobretudo relacionados à receita bruta anual, atividade econômica e número de funcionários, conforme apontado pelo SEBRAE (2020).

No tocante à receita bruta anual, o MEI se sujeita a um teto de faturamento de R$ 81.000,00 por ano, de acordo com a mais recente atualização da Lei Complementar 155/2016, vigente a partir de 2018. Caso a empresa não possua um histórico de doze meses, o faturamento mensal deve ser calculado, e este não pode exceder R$ 6.750,00 (ou seja, R$ 81.000,00 divididos por doze meses), conforme explicitado na LC 128/2008.

O MEI tem a permissão para se dedicar a atividades econômicas específicas, com a possibilidade de selecionar até 15 das 450 CNAES disponíveis, sendo uma principal e as demais secundárias, conforme informado pelo SEBRAE (2021). Importa salientar que existem restrições para a obtenção do status de Microempreendedor Individual, conforme prescrito no artigo 18-A da Lei Complementar 128/2008. O enquadramento como MEI não é permitido para:

> I. Atividades tributadas conforme os Anexos V ou VI desta Lei Complementar, salvo autorização para atividade isolada regulamentada pelo CGSN;
> II. Empreendimentos com mais de um estabelecimento;
> III. Indivíduos envolvidos em outras empresas como proprietários, sócios ou administradores;
> IV. Empreendimentos que empregam mais de um funcionário.

É crucial destacar que o MEI tem permissão para ter um único funcionário, com uma remuneração que corresponde ao salário mínimo ou ao piso da categoria. Adicionalmente, a Lei 128/2008 determina que os Microempreendedores Individuais não podem ter sócios, pois operam suas atividades econômicas em seus próprios nomes, sendo os únicos responsáveis pelas operações da empresa.

É relevante recordar que a desclassificação do status de MEI pode ocorrer por decisão do empreendedor em favor de outro tipo de empresa ou devido ao não cumprimento dos critérios de enquadramento. Nesse caso, o empreendedor se verá obrigado a selecionar outro enquadramento, de acordo com as disposições da Lei Complementar 128/2008.

A formalização e os benefícios do MEI (Microempreendedor Individual) representam um marco importante no cenário empreendedor brasileiro. A criação desse regime simplificado de tributação, em 2008, trouxe diversas vantagens tanto para os indivíduos que buscam empreender quanto para a economia do país como um todo.

A formalização é o primeiro passo para muitos empreendedores que desejam sair da informalidade e dar um caráter legal às suas atividades comerciais. Antes da criação da MEI, muitos trabalhadores autônomos atuavam na clandestinidade, sem emitir notas fiscais ou contribuir para a Previdência Social. Com a formalização como MEI, essas pessoas passaram a ter um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e, assim, podem emitir notas fiscais, abrir uma conta bancária empresarial e acessar diversos serviços financeiros e de crédito de forma mais facilitada. Isso contribui para a regularização do mercado e o combate à sonegação fiscal.

Outro benefício significativo é a possibilidade de acesso à Previdência Social, o que garante ao MEI e sua família a cobertura previdenciária, com direito a aposentadoria por idade, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte. Isso proporciona segurança financeira em situações de necessidade, o que é crucial para o empreendedor e sua família.

A MEI também simplifica as obrigações acessórias, reduzindo a burocracia. O empresário não precisa manter escrituração contábil, basta preencher uma única declaração anual, a DASN-SIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual), facilitando o cumprimento das obrigações fiscais.

Além disso, o MEI abre portas para o crescimento do negócio. Quando o empreendedor alcança um faturamento maior do que o permitido para a categoria de MEI (hoje estabelecido em R$ 81 mil por ano), ele pode fazer a transição para outros regimes de tributação, como o Simples Nacional, mantendo a simplicidade do processo.

A formalização como MEI traz benefícios tanto para o empreendedor quanto para a economia do país. Ela combate a informalidade, facilita o acesso a serviços

financeiros e previdenciários, simplifica a tributação e contribui para o crescimento sustentável dos pequenos negócios. É um importante instrumento de fomento ao empreendedorismo e à geração de empregos no Brasil, e seu impacto positivo é evidente no cenário econômico e social do país. Portanto, é fundamental que mais empreendedores aproveitem essa oportunidade e se formalizem como MEI para colher os benefícios que essa modalidade oferece.

Nesse sentido, o reconhecimento oficial do Microempreendedor Individual (MEI) ocorreu em 2009, mediante a promulgação da Lei Complementar n° 128/2008. No entanto, apenas em 2010, o Portal do Empreendedor foi disponibilizado, proporcionando a todos os empreendedores a oportunidade de inscrição e registro.

Segundo informações do Ministério da Economia (2021), após uma década da inauguração do portal, mais de 10 milhões de empreendedores foram cadastrados, o que claramente evidencia a importância e eficácia desse recurso na regularização e estabelecimento de microempresas individuais.

De acordo com as diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar n° 147/2014, o ato de registro como MEI é isento de taxas, anulando todos os custos relacionados à abertura, inscrição, funcionamento, alvará, licença, cadastro, procedimentos de modificação, encerramento e cancelamento. Isso abrange tanto taxas quanto outras contribuições vinculadas às entidades de registro e licenciamento.

Após a realização do registro, conforme previsto na Lei Complementar 139/2011, o MEI é contemplado com seu próprio CNPJ e ganha acesso a todas as vantagens de crédito direcionadas a pessoas jurídicas, além de poder emitir notas fiscais e usufruir de outras prerrogativas vinculadas ao registro.

Vale destacar que o MEI é respaldado pelo suporte oferecido pelo SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, que publicou o Guia Completo do Microempreendedor Individual, fundamentado nas LC 123/2006 e LC 128/2008. Neste guia, o SEBRAE realça diversos benefícios do MEI, como os relacionados à previdência, a isenção de tributos federais e a tributação sob o Sistema Simples Nacional.

Segundo dados provenientes do Mapa de Empresas do Governo Federal em 2021, o número de Microempreendedores Individuais (MEIs) aumentou em 19,7% em relação às aberturas de MEIs no ano de 2020. No decorrer de 2021, foram registradas 4.026.776 novas aberturas de MEIs, culminando em um total de

18.915.002 MEIs ativos até o final do terceiro quadrimestre. Esse grupo representa expressivos 57,2% do panorama de negócios em operação no país e desempenhou um papel determinante, constituindo 77,8% das empresas inauguradas em 2021. Essa constatação reforça a contribuição essencial das pequenas empresas para o cenário nacional e ressalta o significado do microempreendedor individual no processo de formalização de empreendimentos novos (Governo Federal, 2021).

No que diz respeito ao nível de conhecimento dos empresários, uma pesquisa realizada abarcando empresas de micro, pequeno e médio porte trouxe à tona informações relevantes. Nesse estudo, foi revelado que 45,98% dos entrevistados nunca participaram de cursos relacionados à gestão empresarial, enquanto somente 19,54% indicaram ter realizado cursos ocasionalmente nessa área (Veloso et al., 2021).

Esses dados sinalizam a necessidade crucial de uma sólida gestão empresarial para embasar as decisões, especialmente no primeiro ano após a abertura de empresas, visando ao seu crescimento e à obtenção de lucro. Nesse contexto, a orientação e assessoria por parte de profissionais contábeis são fundamentais, uma vez que o primeiro ano de operação apresenta desafios críticos e pode determinar a continuidade ou o fracasso do empreendimento, pois é nesse período que muitos negócios enfrentam riscos que podem resultar em falência em até 12 meses.

Na Paraíba, de acordo com os registros da Receita Federal em 2023, houve um notável aumento nos dados quando comparados a anos anteriores. No corrente ano, o estado da Paraíba contabilizou um total de 270.842 empresas ativas, englobando matrizes, filiais e Microempreendedores Individuais (MEIs). Deste número, cerca de 62% compreende os MEIs. Quando abordamos os pequenos negócios, que englobam Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), essa categoria constitui expressivos 95,6% do panorama, totalizando mais de 168 mil entidades. Esses dados são apontados pelo SEBRAE (2023) em suas informações.

Em síntese, essas informações destacam a crescente importância dos MEIs e dos pequenos negócios no cenário econômico da Paraíba e ressaltam a necessidade de uma sólida gestão e assessoria para garantir o crescimento e a continuidade dessas empresas (Sebrae, 2023).

2.3. FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE

Explorar os fundamentos da contabilidade e seus conceitos essenciais e definições é de extrema importância para qualquer empreendedor, especialmente para o Microempreendedor Individual (MEI). A contabilidade desempenha um papel fundamental na gestão financeira de qualquer negócio, independentemente de seu tamanho. No caso dos MEIs, essa prática pode ser ainda mais crítica, pois muitos empreendedores individuais têm recursos financeiros limitados e precisam otimizá-los ao máximo para garantir a sobrevivência e o crescimento de seus empreendimentos.

Os MEIs representam uma categoria especial de empreendedores, caracterizada por sua simplicidade e desburocratização. Eles são geralmente pequenos negócios operados por uma única pessoa, que atuam em diversos setores da economia. Porém, essa simplicidade não deve ser confundida com negligência na gestão financeira. Pelo contrário, o MEI precisa compreender os fundamentos da contabilidade para manter seu negócio em ordem, cumprir com obrigações fiscais e tomar decisões informadas sobre investimentos, precificação e expansão.

A compreensão desses conceitos e definições permite que o MEI mantenha um controle eficiente de suas finanças, evite problemas fiscais e tome decisões informadas sobre o crescimento de seu negócio. Além disso, a contabilidade pode fornecer informações valiosas para aprimorar a gestão e a lucratividade do empreendimento, contribuindo para a estabilidade e o sucesso a longo prazo do Microempreendedor Individual. Portanto, investir tempo e esforço na compreensão e aplicação dos fundamentos da contabilidade é uma estratégia essencial para qualquer MEI que deseje prosperar em um cenário empresarial competitivo.

O surgimento da contabilidade é uma jornada fascinante que remonta a civilizações antigas, onde a necessidade de registrar e controlar transações financeiras começou a se manifestar. A contabilidade é frequentemente considerada a "linguagem dos negócios", pois desempenha um papel fundamental na tomada de decisões econômicas e na gestão de recursos financeiros.

O primeiro registro histórico da contabilidade remonta à antiga civilização suméria, que floresceu na Mesopotâmia, há mais de 5.000 anos. Os sumérios desenvolveram sistemas de contabilidade para acompanhar o comércio de

mercadorias, agricultura e tributos. Como aponta o renomado autor Anthony Hopwood (2006, p.44), “a contabilidade nasceu da necessidade de as sociedades antigas rastrearem recursos, avaliarem o sucesso econômico e administrarem suas finanças”.

A civilização egípcia também desempenhou um papel importante na evolução da contabilidade. Eles desenvolveram registros detalhados de transações e estoques, como observa Mohamed Elgharabawy, (2012, p.32): “Os antigos egípcios tinham sistemas de contabilidade bem organizados que documentavam suas atividades econômicas, incluindo o comércio e a construção das Grandes Pirâmides”.

Com o tempo, a contabilidade continuou a se desenvolver, e a Grécia antiga também contribuiu para o seu avanço. Aristóteles (384-322 a.C), um dos filósofos mais influentes da história, reconheceu a importância da contabilidade, afirmando que “a contabilidade é uma habilidade que ajuda a administrar os recursos financeiros e a tomar decisões informadas”.

No entanto, foi na Europa medieval que a contabilidade começou a tomar a forma que conhecemos hoje. O sistema de contabilidade de partidas dobradas, desenvolvido por Luca Pacioli no século XV, foi um marco significativo. No século XIX, com a Revolução Industrial e o crescimento das empresas, a contabilidade se tornou uma disciplina cada vez mais complexa.

Hoje, a contabilidade desempenha um papel crítico em todos os setores da economia global, ajudando as empresas a tomar decisões estratégicas, cumprir regulamentos fiscais e relatar com precisão suas finanças. Como destacado por Warren Buffett (2016, p.22), um dos investidores mais bem-sucedidos do mundo: “A contabilidade é a língua dos negócios. Compreender contabilidade é como entender o alfabeto. Uma vez que você o conhece, você pode ler qualquer livro financeiro”.

2.4 CONTABILIDADE GERENCIAL

A Contabilidade Gerencial é um campo contábil que se destina a fornecer informações aos usuários internos, ou seja, aos gestores das empresas. Diferentemente da contabilidade financeira, que direciona informações a terceiros, a contabilidade gerencial não é de caráter obrigatório (Marion; Ribeiro, 2018).

Tanto os usuários internos quanto externos das informações necessitam de diversos tipos de dados fornecidos pelas empresas, como a saúde financeira do negócio, a lucratividade, o nível de endividamento e até mesmo o compromisso da empresa com questões ambientais. A contabilidade gerencial se configura como a ferramenta capaz de fornecer essas informações de forma clara e concisa, atendendo principalmente às demandas dos gestores. Portanto, um dos principais propósitos da contabilidade é apresentar informações úteis de maneira organizada aos seus usuários (Crepaldi; Silvio; Crepaldi; Guilherme, 2019).

O contador especializado em contabilidade gerencial trabalha com o objetivo de fornecer informações relevantes ao cliente, que pode ser um empresário ou empreendedor, de forma ágil e oportuna. Esse contador foca principalmente em três pilares fundamentais: planejamento, controle e tomada de decisão. Dessa forma, contribui para o planejamento futuro dos negócios, gerencia os aspectos financeiros da empresa de maneira mais estratégica e auxilia no processo de tomada de decisões (Marion; Ribeiro, 2018; Crepaldi; Silvio; Crepaldi; Guilherme, 2019; Ludícibus, 2020).

A contabilidade gerencial desempenha um papel essencial nos três pilares da gestão organizacional: planejamento, controle e tomada de decisão. O planejamento envolve a definição de metas e objetivos, bem como a determinação dos meios para alcançá-los. O controle exige feedback constante para garantir que o planejamento seja implementado ou ajustado conforme as circunstâncias evoluem. A tomada de decisão implica em escolher uma ação entre várias alternativas concorrentes.

Conforme apontado por Miranda (2010), o propósito central da contabilidade gerencial é instruir os gestores da organização, por meio da mensuração, interpretação e análise dos resultados financeiros e econômicos, proporcionando informações que embasem a tomada de decisões.

2.4.1 Técnicas contábeis para tomada de decisões

Atualmente, a contabilidade é reconhecida como um recurso gerencial que emprega um sistema de informações para registrar as atividades de uma organização. A partir desse processo, surge a elaboração e interpretação de relatórios que apresentam os resultados das ações empreendidas. Esses relatórios fornecem aos usuários as informações necessárias para esclarecer questões e guiar

a tomada de decisões destinadas a solucionar desafios enfrentados pela empresa (Crepaldi; Silvio; Crepaldi; Guilherme, 2019). Vejamos abaixo um exemplo desses relatórios.

Resultado Contábil – JAN a JUN / 2020

RESULTADO CONTÁBIL	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.	JAN A JUN /2020			
DESCRIÇÃO	VALOR REALIZADO	VALOR REALIZADO	VALOR REALIZADO	VALOR REALIZADO	TOTAL REALIZADO	VALOR ORÇADO	VARIAÇÃO %	Variação R$
Receitas Recorrentes	43.071.584	18.816.920			61.888.504	88.095.517	-29,75%	-26.207.014
Custos Operacionais Recorrentes	48.599.481	34.001.258			82.600.739	68.014.473	21,45%	14.586.266
Despesas Administrativas	6.140.080	4.770.031			10.910.111	13.182.738	-17,24%	-2.272.627
CUSTOS + DESPESAS	**54.739.561**	**38.771.290**			**93.510.851**	**81.197.211**	**15,17%**	**12.313.639**
RESULTADO RECORRENTE	**-11.667.977**	**-19.954.370**			**-31.622.347**	**6.898.306**	**-558,41%**	**-38.520.653**
Receitas Extraordinárias	21.017.539	32.010.598			53.028.137	27.370.950	93,74%	25.657.187
Custos Extraordinários	4.856.514	30.383.200			35.239.714	9.721.116	262,51%	25.518.598
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO	**16.161.025**	**1.627.398**			**17.788.423**	**17.649.834**	**0,79%**	**138.589**
EBITDA	**4.493.048**	**-18.326.972**			**-13.833.924**	**24.548.140**	**-156,35%**	**-38.382.064**
Provisão/ Reversão Contingências	0	0			0	-552.000	-100,00%	552.000
Res Financeiro (Despesas -Receitas)	16.567.559	-4.936.470			11.631.089	14.959.560	-22,25%	-3.328.471
Reversão Custo Atletas Formação	-2.042.266	-1.460.908			-3.503.174	-4.710.000	-25,62%	1.206.826
Amortização Atletas	9.248.534	9.468.046			18.716.580	16.200.000	15,53%	2.516.580
Depreciação	451.904	465.729			917.633	780.000	17,65%	137.633
Amortização Direito de Software	41.712	41.712			83.424	84.000	-0,69%	-576
RESULTADO CONTÁBIL	**-19.774.395**	**-21.905.082**			**-41.679.477**	**-2.213.420**	**1783,04%**	**-39.466.057**

Figura 01: Exemplo de Relatório Contábil
Fonte: SportBuzz (2020)

Na atualidade, grande parte das empresas incorpora em suas operações técnicas contábeis relacionadas ao controle financeiro. Isso inclui práticas como o fluxo de caixa, gestão de contas a receber e pagar, controle de estoque, além de orçamento e planejamento tributário. A implementação dessas técnicas busca alcançar diversos objetivos empresariais, sempre direcionados para a identificação de soluções eficazes para desafios prementes (Crepaldi, Silvio E Crepaldi, Guilherme, 2019). Podemos verificar abaixo, um exemplo de utilização do fluxo de caixa.

PLANILHA DE FLUXO DE CAIXA - JUNHO A DEZEMBRO 2017

	Previsão jun/17	Realizado jun/17	Previsão jul/17	Realizado jul/17	Previsão ago/17	Realizado ago/17
ENTRADAS						
Recebimento vendas a vista	30.155,08	33.307,50	22.155,08	16.653,75	27.155,08	21.649,88
Recebimento vendas a prazo	5.000,00	4.987,34	2.500,00	3.320,45	5.000,00	3.987,65
Outros recebimentos	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS	35.155,08	38.294,84	24.655,08	19.974,20	32.155,08	25.637,53
SAÍDAS						
Fornecedores	5.000,00	6.500,00	3.000,00	2.549,00	10.000,00	9.890,98
Folha de pagamento	3.800,00	3.748,00	3.800,00	3.748,00	3.800,00	3.748,00
INSS a recolher	950,00	505,98	950,00	505,98	950,00	505,98
FGTS	304,00	299,84	304,00	299,84	304,00	299,84
Retiradas sócios	2.000,00	1.874,00	2.000,00	1.874,00	2.000,00	1.874,00
Férias +1/3 + Encargos	422,22		422,22		422,22	
13º salário + Engargos	316,67		316,67		316,67	
Verbas para rescisão	152,00		152,00		152,00	
Impostos s/ vendas	800,00	666,15	800,00	333,08	800,00	433,00
Aluguéis	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
Energia elétrica	2.000,00	1.879,67	1.400,00	1.299,56	2.000,00	1.978,60
Telefone	500,00	434,98	500,00	432,22	500,00	578,90
Serviços contabilidade	937,00	937,00	937,00	937,00	937,00	937,00
Combustíveis	600,00	486,70	600,00	384,51	600,00	376,87
Manut. de veículos	1.000,00	989,09				320,00
Manutenção fábrica	500,00	150,00	-	80,00	500,00	58,00
Despesas diversas	500,00	350,00	500,00	400,00	500,00	280,00
Despesas financeiras - Cartão Crédito	300,00	400,00	500,00	240,00	150,00	240,00
Empréstimos bancários	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	-	
Despesas particulares	5.000,00	5.981,23	5.000,00	4.354,73	5.000,00	4.567,09
TOTAL DAS SAÍDAS	32.281,89	32.402,64	28.381,89	24.637,92	34.931,89	32.088,26
1 (ENTRADAS - SAÍDAS)	2.873,19	5.892,20	-3.726,81	-4.663,72	-2.776,81	-6.450,73
2 SALDO ANTERIOR		5.000,00	8.873,19	10.892,20	4.578,98	6.228,49
3 SALDO ACUMULADO (1 + 2)	2.873,19	10.892,20	5.146,38	6.228,49	1.802,16	-222,25
4 NECESSIDADE EMPRÉSTIMOS	6.000,00					
5 PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS			567,40		567,40	
6 SALDO FINAL (3+ 4 - 5)	8.873,19	10.892,20	4.578,98	6.228,49	1.234,76	-222,25

Figura 02: Exemplo de Planilha de Fluxo de Caixa
Fonte: planilha criada por Flávia Medrado (2018)

O fluxo de caixa desempenha um papel fundamental na contabilidade gerencial e no processo decisório das organizações. Ele é uma ferramenta crucial para o monitoramento e a gestão das finanças de uma empresa, fornecendo informações valiosas sobre a entrada e saída de recursos financeiros em um determinado período de tempo.

No tocante à legislação, o art. 176 da Lei 6.404/76 especifica as demonstrações financeiras que a diretoria da empresa deve preparar ao término de cada exercício social. Entre essas, figuram o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício (DRE) (Brasil/1976). O art. 178 da mesma lei define o balanço patrimonial como um relatório contábil que facilita a compreensão e análise da situação financeira da empresa, agrupando contas classificadas de acordo com os elementos patrimoniais que representam, tais como ativo, passivo e patrimônio líquido (Brasil/1976). A demonstração do resultado do exercício, conforme estabelecido no art. 187 da Lei 6.404/76, apresenta o lucro ou prejuízo líquido do

período, por meio da apuração das receitas e despesas ocorridas no mesmo intervalo (Brasil/1976).

O controle de fluxo de caixa diz respeito ao registro de entradas e saídas financeiras em um período projetado. Essa ferramenta permite que as empresas avaliem, entre outras coisas, sua capacidade de pagamento e possíveis oportunidades de investimento (Passos, 2010). Quanto ao controle financeiro de contas a receber, esta monitora os valores pendentes de pagamento, oferecendo insights sobre clientes inadimplentes. Já o controle de contas a pagar gerencia pagamentos futuros e os montantes a serem desembolsados, auxiliando a priorização dos pagamentos quando necessário (Passos, 2010).

A otimização de estoques é influenciada pelo custo de armazenamento, que impacta diretamente na competitividade empresarial. O controle de estoque possibilita aos empreendedores prever as quantidades necessárias para compra junto aos fornecedores, bem como determinar o nível mínimo de estoque indispensável (Passos, 2010).

O planejamento orçamentário quantitativo, elaborado com base em dados contábeis, delineia os planos futuros da empresa. Esse instrumento contribui para a alocação eficiente de recursos e facilita a prestação de contas (Passos, 2010).

No contexto do planejamento tributário, a redução dos custos, uma preocupação central dos gestores, inclui a diminuição dos encargos fiscais. Essa estratégia é mais eficaz quando executada em colaboração com um contador, que, munido de conhecimento legislativo, pode orientar a apuração dos impostos de maneira mais vantajosa para a empresa (Passos, 2010).

2.4.2 Mecanismos que auxiliam a gestão da empresa e aos profissionais da contabilidade

As empresas representam organizações sociais que mobilizam recursos financeiros, competências e capital com o propósito de oferecer produtos ou serviços ao mercado, visando alcançar metas que englobam competitividade e sustentabilidade (Chiavenato, 2022).

Nesse contexto, a eficiente gestão dos recursos financeiros surge como uma oportunidade crucial para a entidade potencializar suas chances de êxito,

especialmente no caso de pequenos empreendimentos, onde os recursos são ainda mais limitados e as opções de crédito são escassas.

O sucesso de uma empresa está intrinsecamente ligado à forma como ela gerencia suas finanças. Assim, ao empregar práticas de gestão financeira, o empresário se capacita a compreender profundamente os rumos que o negócio está tomando, identificar os fatores que impactam suas operações, avaliar as demandas de capital de giro e a possibilidade de aquisição de recursos externos. Cipriano et al. (2021), em um estudo envolvendo Micro e Pequenas Empresas, constataram que 91% dos entrevistados tinham familiaridade com o conceito de Fluxo de Caixa, entretanto, apenas 83% conseguiram explicar sua verdadeira finalidade. No que se refere à implementação, 91% dos administradores afirmaram que suas empresas mantinham um controle efetivo do Fluxo de Caixa.

A introdução do Fluxo de Caixa no ambiente empresarial auxilia os gestores a monitorar a situação financeira tanto no presente quanto no futuro. Isso permite ao empreendedor tomar decisões mais embasadas, alinhadas com a situação atual ou com os objetivos estabelecidos. Dessa maneira, é viável planejar investimentos, avaliar a necessidade de buscar crédito, ajustar os prazos de pagamento com fornecedores, lançar promoções para acelerar a rotatividade de estoque, dentre outras ações estratégicas. A análise minuciosa do Fluxo de Caixa capacita a elaboração de estratégias que propiciem o crescimento da empresa ou a reversão de situações desfavoráveis (Sebrae, 2022).

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se em uma abordagem de pesquisa qualitativa e estudo de caso, cuja coleta de dados foi efetuada através de uma entrevista semiestruturada guiada com a aplicação de um questionário. Conforme salientado por Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa se caracteriza por uma ênfase na compreensão profunda e na interpretação dos fenômenos sociais, buscando captar a perspectiva dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de explorar e compreender as práticas de contabilidade gerencial adotadas por um Microempreendedor Individual (MEI) na cidade de Sousa/PB em sua complexidade e profundidade.

O estudo de caso será o pilar central desta pesquisa, conforme recomendado por Yin (2009) um estudo de caso permite uma análise aprofundada de um fenômeno dentro de seu contexto, proporcionando subsídios valiosos sobre a realidade local de um MEI localizado na cidade de Sousa/PB e a sua utilização da contabilidade gerencial. Como observa Stake (1995), o estudo de caso é uma abordagem que possibilita a compreensão holística de um fenômeno, enfatizando a relevância do contexto.

A escolha por essa abordagem metodológica visa proporcionar uma compreensão abrangente e contextualizada das práticas de contabilidade gerencial adotadas por esse empreendedor, bem como a motivação, desafios e benefícios associados a essa utilização. Conforme ressaltado por Merriam (2009), a pesquisa qualitativa permite a exploração de experiências, atitudes e significados atribuídos pelos participantes, o que é essencial para investigar o comportamento humano e as práticas organizacionais em seu contexto real.

Com relação a coleta de dados, foi aplicado um questionário para guiar a realização de uma entrevista semiestruturada. É uma escolha metodológica importante neste estudo, pois permite uma abordagem flexível na coleta de dados, permitindo ao pesquisador explorar a profundidade das respostas do entrevistado e ao mesmo tempo seguir um roteiro predefinido. Segundo Flick (2009), as entrevistas semiestruturadas são uma forma valiosa de coletar dados qualitativos, uma vez que possibilitam que os entrevistadores adaptem suas perguntas às respostas e aos *insights* dos entrevistados, tornando o processo de pesquisa mais dinâmico e contextualizado. Tal entrevista está contida no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foi submetida a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UNIESP na data 20/11/2023 e aprovado sob Parecer nº 6.530.625, e só então foi realizada na empresa objeto do estudo, com o principal administrador da empresa.

Ainda para a coleta de dados, a metodologia aqui empregada consistiu, também, na realização de uma pesquisa bibliográfica que segundo Barros e Lehfeld (2000, p. 70):

> A pesquisa bibliográfica abrange a busca de materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos. [...] Para realizar uma pesquisa bibliográfica, é fundamental que o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagens já

> trabalhadas por outros estudiosos, assimilando os conceitos e explorando os aspectos já publicados.

A pesquisa bibliográfica desempenhou um papel fundamental neste trabalho, atuando como a base teórica que sustenta o tema proposto. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais aprofundada do assunto em questão, explorando detalhes e características concretas para uma absorção mais completa do conhecimento. Através da análise de materiais já publicados, como livros e artigos, foi possível estabelecer um arcabouço referencial robusto para a pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma busca abrangente por fontes bibliográficas relevantes relacionadas ao tema. O levantamento de materiais foi conduzido em bases de dados acadêmicos, bibliotecas virtuais, periódicos científicos e legislação específica.

Por meio da execução desta pesquisa bibliográfica, buscamos contribuir para uma compreensão aprofundada da importância da contabilidade como um fator crítico para o sucesso e o crescimento sustentável dos Microempreendedores Individuais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1 HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Microempreendedor aqui apresentado foi o responsável pela agência digital “Kreative Digital”, na cidade de Sousa/PB. O MEI iniciou suas atividades em 14 de janeiro de 2021, estando no mercado há praticamente três anos.

Figura 03: Logotipo da agência
Fonte: Rede social da agência

Em um primeiro momento, pedimos ao MEI que nos contasse um pouco sobre o seu negócio como microempreendedor individual (MEI) na cidade de Sousa, na Paraíba.

Em suas palavras:

> “O MEI (Microempreendedorismo Individual) se revelou uma solução de negócios melhor do que eu esperava. Quando decidi abrir minha empresa como MEI, eu estava anteriormente empregado com carteira assinada. Eu tinha receios de abrir um CNPJ e perder as parcelas do seguro-desemprego no futuro. No entanto, reuni coragem para dar esse passo e, seis meses depois, pedi demissão para buscar uma mudança fora da minha zona de conforto. Foi nesse momento que comecei a descobrir os benefícios que o MEI oferece, os quais eu não imaginava. Esse foi o maior passo da minha vida em direção ao sonho de me tornar um empresário bem-sucedido”.

O entrevistado compartilha sua trajetória pessoal como um MEI e os motivos que o levaram a tomar essa decisão. Ele começa explicando que a escolha de se tornar um MEI se mostrou mais vantajosa do que inicialmente imaginava. Isso indica que ele tinha algumas preocupações ou dúvidas antes de se tornar um MEI.

Ele menciona que, anteriormente, estava empregado com carteira assinada e tinha receios em relação a abrir um CNPJ, temendo perder as parcelas do seguro-desemprego no futuro. Essa informação é relevante para o contexto, pois mostra a preocupação financeira que o entrevistado tinha antes de iniciar o negócio como MEI. Isso pode ser relevante para o estudo da contabilidade gerencial e as implicações financeiras para os MEIs.

O MEI também compartilha que, após seis meses de atuação como MEI, tomou a decisão de pedir demissão para buscar uma mudança fora de sua zona de conforto. Isso demonstra uma transição significativa em sua carreira. Ele conclui a resposta destacando os benefícios que descobriu ao se tornar um MEI, benefícios que ele não havia imaginado anteriormente. Além disso, ele descreve a decisão de se tornar um MEI como o "maior passo da minha vida em direção ao sonho de me tornar um empresário bem-sucedido." Isso mostra a importância que essa mudança

teve em sua vida e pode fornecer informações valiosas para a discussão sobre como a contabilidade gerencial pode impactar o sucesso de microempreendedores individuais.

Nesse sentido, a resposta fornece uma visão pessoal e contextualizada da experiência do entrevistado como MEI, incluindo seus motivos para a escolha, suas preocupações iniciais, e o impacto que essa decisão teve em sua carreira e aspirações pessoais.

Em um segundo momento perguntamos quais atividades econômicas o sujeito da pesquisa desenvolve como MEI. Ele nos diz que “Atualmente, prestamos serviços para artistas, empresas de comércio eletrônico e atuamos nas redes sociais”.

A resposta do sujeito da pesquisa sobre suas atividades econômicas como Microempreendedor Individual (MEI) é concisa e fornece informações importantes. O entrevistado menciona que presta serviços para artistas, empresas de comércio eletrônico e trabalha nas redes sociais. Essa diversificação de serviços indica uma gama variada de atividades, o que pode ser relevante para o estudo da contabilidade gerencial. Cada uma dessas atividades pode ter demandas e desafios financeiros específicos, o que pode exigir diferentes abordagens contábeis.

O fato de o entrevistado trabalhar com artistas, empresas de comércio eletrônico e redes sociais sugere diferentes nichos de mercado e, portanto, diferentes dinâmicas financeiras. Isso pode ser um aspecto interessante a ser explorado, em relação à aplicação da contabilidade gerencial em diferentes setores de atuação.

O uso da contabilidade gerencial pode ser crítico para acompanhar o desempenho financeiro em cada um desses setores e para tomar decisões baseadas em dados. Como os requisitos contábeis e fiscais podem variar entre diferentes tipos de atividades, a resposta do entrevistado pode abrir oportunidades para discutir como a contabilidade gerencial é adaptada para atender às necessidades específicas de cada área.

Figura 04: Alguns serviços oferecidos pelo MEI
Fonte: portfólio da agência

Em um outro momento, perguntamos ao MEI qual, em média, é o faturamento médio mensal do negócio. Ele nos diz que “O faturamento varia mensalmente entre 3 mil e 8 mil reais, chegando a se aproximar do limite anual de 81 mil reais”.

Essa informação fornece dados importantes sobre a situação financeira do microempreendedor individual. A informação de que o faturamento varia mensalmente entre 3 mil e 8 mil reais é valiosa. Ela destaca a natureza flutuante dos ganhos da empresa, o que pode ser influenciado por sazonalidades, demanda do mercado ou outros fatores. Essa variação é relevante para o estudo da contabilidade gerencial, pois demonstra a importância do monitoramento financeiro e da capacidade de adaptação nas tomadas de decisão.

A menção de que o faturamento se aproxima do limite anual de 81 mil reais também é relevante. Isso indica que o MEI está ciente das obrigações fiscais relacionadas ao seu regime tributário. Isso pode ser explorado para discutir como a contabilidade gerencial pode ajudar o MEI a gerir seu negócio de forma a otimizar a carga tributária e evitar ultrapassar o limite anual estabelecido para manter o status de MEI.

Nesse sentido, essa informação contribui para uma compreensão mais abrangente da situação financeira e dos desafios enfrentados pelo MEI em relação

ao faturamento, o que é relevante para a análise da utilização da contabilidade gerencial em seu negócio.

Em outro momento, perguntamos ao MEI se ele conhece o conceito de contabilidade gerencial e de quem forma já utilizou a contabilidade gerencial para a gestão do seu negócio. A resposta nos traz que:

> “Sim. Utilizo a contabilidade gerencial como uma ferramenta valiosa para a gestão do meu negócio. Através da contabilidade gerencial, eu acompanharia de perto as finanças da empresa, analisando regularmente relatórios financeiros, definindo metas financeiras e avaliando o desempenho em relação a essas metas. Além disso, usaria a contabilidade gerencial para identificar áreas de custo excessivo, otimizar preços de produtos ou serviços, planejar investimentos e garantir que o negócio esteja em conformidade com as obrigações fiscais. No geral, a contabilidade gerencial seria uma ferramenta fundamental para tomar decisões informadas e estratégicas, visando o crescimento e a sustentabilidade do negócio”.

A resposta do MEI sobre o conhecimento e uso da contabilidade gerencial demonstra não apenas conhecimento do conceito de contabilidade gerencial, mas também compreensão sobre seu valor como ferramenta de gestão empresarial. Isso é fundamental para a análise do uso da contabilidade gerencial no contexto da pesquisa, uma vez que o MEI compreende a importância dessa prática.

O MEI não apenas afirma conhecer o conceito, mas também detalha como a contabilidade gerencial é aplicada em seu negócio. Ele descreve a utilização da contabilidade gerencial para acompanhamento financeiro, definição de metas financeiras, avaliação de desempenho, identificação de áreas de custo excessivo, otimização de preços, planejamento de investimentos e conformidade com obrigações fiscais. Isso indica que a contabilidade gerencial é uma parte fundamental de suas operações e estratégias de negócios.

O MEI enfatiza que a contabilidade gerencial é uma ferramenta fundamental para tomar decisões informadas e estratégicas visando o crescimento e a sustentabilidade do negócio. Isso destaca a importância da contabilidade gerencial como uma disciplina que não apenas lida com números, mas também auxilia na tomada de decisões estratégicas.

A resposta do MEI mostra uma compreensão profunda e um uso eficaz da contabilidade gerencial em seu negócio. Isso fornece um ótimo ponto de partida para a análise da aplicação da contabilidade gerencial em um contexto de microempreendedor individual.

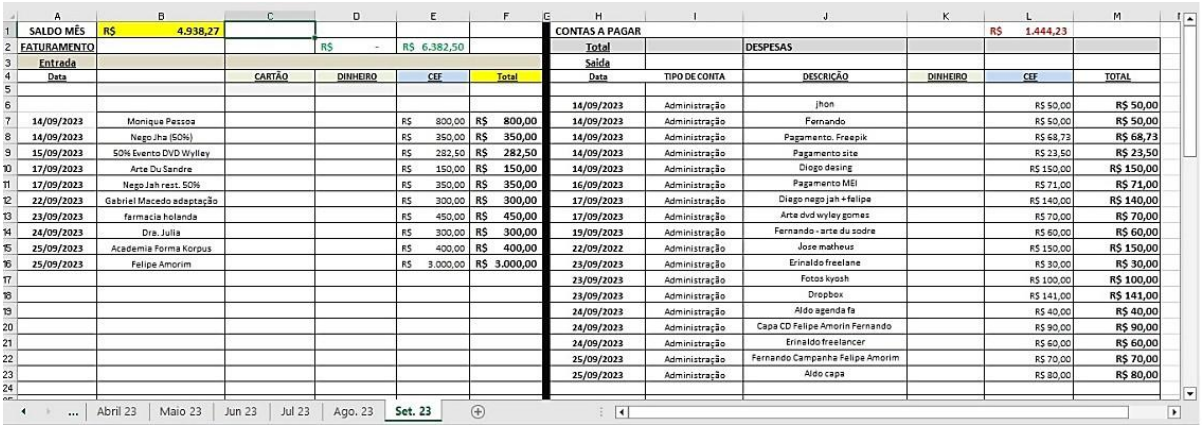
4.2 COMO O EMPREENDEDOR UTILIZA A CONTABILIDADE GERENCIAL

A principal ênfase da Contabilidade Gerencial está nas necessidades internas da organização. Ela fornece informações que ajudam os gestores a entender a situação financeira da empresa, identificar tendências, tomar decisões estratégicas e operacionais e planejar o futuro.

Em um outro momento perguntamos quais técnicas ou ferramentas da contabilidade gerencial o MEI conhece ou utiliza no negócio, bem como de que forma essas técnicas na tomada de decisões e no gerenciamento financeiro do MEI. Ele nos responde que:

> “Utilizo uma planilha avançada no Microsoft Excel desenvolvida por um profissional. A contabilidade gerencial me ajuda a apresentar os lucros ou prejuízos para embasar a tomada de decisões e a determinar o faturamento anual de forma que não ultrapasse o limite estabelecido para o Microempreendedor Individual (MEI)”.

O MEI menciona que utiliza uma planilha avançada no Microsoft Excel desenvolvida por um profissional. Isso mostra que ele reconhece a importância da tecnologia e de ferramentas específicas para auxiliar na gestão financeira. O uso de planilhas avançadas pode ser uma abordagem eficaz para a contabilidade gerencial, pois permite o acompanhamento detalhado das finanças e a criação de relatórios personalizados.



	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
1	SALDO MÊS	R$ 4.938,27						CONTAS A PAGAR				R$ 1.444,23	
2	FATURAMENTO			R$ -	R$ 6.382,50			Total		DESPESAS			
3	Entrada							Saída					
4	Data		CARTÃO	DINHEIRO	CEF	Total		Data	TIPO DE CONTA	DESCRIÇÃO	DINHEIRO	CEF	TOTAL
5													
6								14/09/2023	Administração	jhon		R$ 50,00	R$ 50,00
7	14/09/2023	Monique Pessoa			R$ 800,00	R$ 800,00		14/09/2023	Administração	Fernando		R$ 50,00	R$ 50,00
8	14/09/2023	Nego Jha (50%)			R$ 350,00	R$ 350,00		14/09/2023	Administração	Pagamento. Freepik		R$ 68,73	R$ 68,73
9	15/09/2023	50% Evento DVD Wylley			R$ 282,50	R$ 282,50		14/09/2023	Administração	Pagamento site		R$ 23,50	R$ 23,50
10	17/09/2023	Arte Du Sandre			R$ 150,00	R$ 150,00		14/09/2023	Administração	Diogo dasing		R$ 150,00	R$ 150,00
11	17/09/2023	Nego Jah rest. 50%			R$ 350,00	R$ 350,00		16/09/2023	Administração	Pagamento MEI		R$ 71,00	R$ 71,00
12	22/09/2023	Gabriel Macedo adaptação			R$ 300,00	R$ 300,00		17/09/2023	Administração	Diego nego jah + felipe		R$ 140,00	R$ 140,00
13	23/09/2023	farmacia holanda			R$ 450,00	R$ 450,00		17/09/2023	Administração	Arte dvd wyley gomes		R$ 70,00	R$ 70,00
14	24/09/2023	Dra. Julia			R$ 300,00	R$ 300,00		19/09/2023	Administração	Fernando - arte du sodre		R$ 60,00	R$ 60,00
15	25/09/2023	Academia Forma Korpus			R$ 400,00	R$ 400,00		22/09/2022	Administração	Jose matheus		R$ 150,00	R$ 150,00
16	25/09/2023	Felipe Amorim			R$ 3.000,00	R$ 3.000,00		23/09/2023	Administração	Erinaldo freelane		R$ 30,00	R$ 30,00
17								23/09/2023	Administração	Fotos kyosh		R$ 100,00	R$ 100,00
18								23/09/2023	Administração	Dropbox		R$ 141,00	R$ 141,00
19								24/09/2023	Administração	Aldo agenda fa		R$ 40,00	R$ 40,00
20								24/09/2023	Administração	Capa CD Felipe Amorin Fernando		R$ 90,00	R$ 90,00
21								24/09/2023	Administração	Erinaldo freelancer		R$ 60,00	R$ 60,00
22								25/09/2023	Administração	Fernando Campanha Felipe Amorim		R$ 70,00	R$ 70,00
23								25/09/2023	Administração	Aldo capa		R$ 80,00	R$ 80,00
24													

... | Abril 23 | Maio 23 | Jun 23 | Jul 23 | Ago. 23 | Set. 23

Figura 06: planilha utilizada segundo o MEI
Fonte: dados do MEI

O MEI destaca dois objetivos principais para o uso da contabilidade gerencial: embasar a tomada de decisões e determinar o faturamento anual de forma que não ultrapasse o limite estabelecido para o MEI. Esses objetivos são fundamentais para a gestão financeira de um MEI. A contabilidade gerencial fornece informações críticas para a tomada de decisões informadas e ajuda a garantir que o MEI cumpra as obrigações fiscais.

O MEI menciona especificamente a importância de não ultrapassar o limite anual estabelecido para o MEI. Isso demonstra a conscientização do MEI sobre a importância da conformidade fiscal e a necessidade de manter o status de MEI.

A resposta destaca o uso de uma ferramenta tecnológica e a aplicação específica da contabilidade gerencial para a tomada de decisões e o controle do faturamento anual, fornecendo informações essenciais para a pesquisa sobre a utilização da contabilidade gerencial por MEIs.

Em um outro questionamento, indagamos acerca dos benefícios específicos ao utilizar a contabilidade gerencial no MEI. E acerca de exemplos de decisões que o MEI tomou, com base nas informações contábeis gerenciais. A respeito dessa indagação, temos que:

> “Consigo tomar decisões bem fundamentadas, identificando onde estou obtendo lucro ou registrando prejuízos, o que me permite otimizar os preços. Com a contabilidade gerencial, consegui identificar um crescimento constante no meu negócio, que pode eventualmente ultrapassar o limite estabelecido para um Microempreendedor Individual (MEI). Portanto, em colaboração com

> um profissional, estamos desenvolvendo uma previsão de faturamento com base nas ferramentas de contabilidade utilizadas. O objetivo é garantir que o faturamento não ultrapasse o limite estabelecido para um MEI e, assim, evitar a exclusão automática do MEI, o que resultaria na geração de impostos retroativos no ano fiscal em questão".

A resposta do Microempreendedor Individual (MEI) sobre os benefícios da utilização da contabilidade gerencial e exemplos de decisões tomadas com base nas informações contábeis gerenciais demonstra a importância e o impacto positivo dessa prática.

O MEI destaca que a contabilidade gerencial lhe permite tomar decisões bem fundamentadas. Isso é fundamental, pois a tomada de decisões informadas é essencial para o sucesso de qualquer negócio. Ele menciona a capacidade de identificar onde está obtendo lucro ou registrando prejuízos, o que o ajuda a otimizar preços. Isso é um exemplo claro de como a contabilidade gerencial auxilia na gestão financeira e na maximização dos lucros.

Ainda menciona que a contabilidade gerencial o ajudou a identificar um crescimento constante em seu negócio. Isso é um sinal positivo de sucesso, mas ele também reconhece a importância de evitar ultrapassar o limite estabelecido para um MEI. Ele explica que está trabalhando com um profissional para desenvolver uma previsão de faturamento com base nas ferramentas de contabilidade utilizadas. Isso destaca como a contabilidade gerencial não apenas ajuda na gestão interna, mas também auxilia na conformidade fiscal. Evitar a exclusão automática do MEI e a geração de impostos retroativos é crucial para a saúde financeira do negócio.

A resposta também implica uma abordagem estratégica para o uso da contabilidade gerencial. O MEI está usando dados contábeis para planejar seu crescimento de forma a manter o status de MEI e, ao mesmo tempo, aproveitar as oportunidades de expansão.

Nesse sentido, o MEI destaca a utilidade prática da contabilidade gerencial para um MEI, tanto na otimização de preços e tomada de decisões de negócios quanto na gestão financeira e na conformidade fiscal. Isso demonstra como a contabilidade gerencial é uma ferramenta valiosa para pequenas empresas e microempreendedores individuais na busca do sucesso e da sustentabilidade.

Em seguida, questionamos o MEI se ele conta com o auxílio de um contador ou consultor financeiro para gerir a contabilidade do seu MEI e qual a importância desse suporte profissional na gestão financeira. Ele nos apresenta que:

> “Auxílio de um consultor. Acredito que a importância é muito grande, pois, o suporte profissional na gestão financeira é fundamental para garantir que um negócio, incluindo MEIs, esteja em conformidade com as regulamentações, otimize suas finanças e tome decisões estratégicas baseadas em informações financeiras sólidas. Isso não apenas ajuda a proteger o negócio de riscos, mas também a promover seu crescimento e competitividade”.

A resposta do MEI sobre o auxílio de um consultor ou contador na gestão financeira de seu MEI demonstra uma compreensão sólida da importância do suporte profissional e destaca várias implicações relevantes.

O MEI afirma que conta com a assistência de um consultor, reconhecendo assim a importância de ter um profissional especializado na área financeira. Isso é particularmente significativo, pois muitos MEIs podem tentar gerir suas finanças sem assistência profissional, o que pode ser desafiador.

Ele destaca a importância do suporte profissional na garantia de que o negócio esteja em conformidade com as regulamentações. Isso é fundamental, uma vez que o não cumprimento das obrigações fiscais e regulamentares pode resultar em penalidades e problemas legais. A assistência de um contador ou consultor pode ajudar a evitar esses problemas.

O MEI ainda menciona que a assistência profissional também é essencial para otimizar as finanças. Isso significa que um contador ou consultor pode ajudar a identificar oportunidades de economia, gerenciar custos e maximizar os lucros, o que é crucial para a saúde financeira do negócio.

Nos apresenta ainda que o suporte profissional na gestão financeira é fundamental para tomar decisões estratégicas baseadas em informações financeiras sólidas. Isso indica que um contador ou consultor pode ajudar a transformar os dados contábeis em insights estratégicos que impulsionam o crescimento e a competitividade do negócio.

Nesse sentido, as contribuições destacam a importância de contar com suporte profissional na gestão financeira, ressaltando como esse suporte ajuda a garantir a conformidade, otimizar as finanças e tomar decisões estratégicas. Isso é fundamental para a sustentabilidade e o sucesso de um MEI.

Em um último momento, perguntamos se o MEI percebe alguma diferença na gestão do seu MEI em relação a outros MEIs que não utilizam a contabilidade gerencial e como ele acredita que a contabilidade gerencial pode impactar a competitividade do seu negócio. A respeito dessa pergunta, temos que:

> “Percebo muita diferença. Acredito que a contabilidade gerencial desempenha um papel fundamental na promoção da eficiência operacional, na identificação de oportunidades de crescimento e na adaptação às mudanças no mercado, ajudando assim a tornar o negócio mais competitivo e bem-sucedido”.

O MEI afirma que percebe uma "muita diferença" na gestão de seu MEI em comparação com aqueles que não utilizam a contabilidade gerencial. Isso destaca a importância e o impacto positivo dessa abordagem em seu negócio. A percepção de uma diferença significativa é um indicativo forte de como a contabilidade gerencial contribui para a gestão.

O responsável menciona que a contabilidade gerencial desempenha um papel fundamental na promoção da eficiência operacional. Isso sugere que a contabilidade gerencial ajuda a identificar e eliminar desperdícios, reduzir custos desnecessários e otimizar processos, o que pode resultar em maior eficiência e produtividade.

Nesse sentido, destaca que a contabilidade gerencial ajuda na identificação de oportunidades de crescimento. Isso significa que a prática fornece informações valiosas que podem ser usadas para expandir o negócio, conquistar novos mercados e aumentar a receita.

Em suas palavras, reconhece que a contabilidade gerencial também ajuda na adaptação às mudanças no mercado. Isso é crucial em um ambiente de negócios em constante evolução, pois permite que o negócio se ajuste rapidamente a novas demandas e oportunidades. Ele acredita que a contabilidade gerencial contribui para tornar o negócio mais competitivo e bem-sucedido. Isso destaca a importância da

prática para a competitividade no mercado e para o alcance de metas e sucesso a longo prazo.

As informações apresentadas enfatizam a importância da contabilidade gerencial na gestão de seu MEI, destacando como ela impacta positivamente a eficiência operacional, a identificação de oportunidades de crescimento, a adaptação a mudanças no mercado e a competitividade geral de seu negócio. Isso fornece um testemunho valioso sobre os benefícios da contabilidade gerencial em um contexto de microempreendedor individual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho explorou de forma aprofundada o uso da Contabilidade Gerencial por um Microempreendedor Individual (MEI) localizado na cidade de Sousa, na Paraíba. Por meio de entrevista e análises cuidadosas, foi possível compreender o impacto significativo dessa disciplina no contexto da gestão de um pequeno negócio, demonstrando a importância e os benefícios da contabilidade gerencial para microempreendedores individuais.

Ao longo deste estudo, ficou evidente que a Contabilidade Gerencial desempenha um papel vital na gestão financeira de um MEI. Os resultados da entrevista indicaram que a utilização da contabilidade gerencial possibilita que o MEI tome decisões bem fundamentadas, identifique áreas de lucro e prejuízo, otimize preços e planeje o crescimento de seu negócio de forma estratégica. Além disso, a contabilidade gerencial auxilia na conformidade fiscal, garantindo que o MEI não ultrapasse os limites estabelecidos para esse regime tributário.

A importância do suporte profissional na gestão financeira também foi destacada, mostrando que a assistência de um contador ou consultor desempenha um papel fundamental na conformidade regulamentar, na otimização financeira e na tomada de decisões estratégicas. Isso realça a necessidade de parcerias com profissionais especializados, mesmo em negócios de menor porte.

Além disso, a pesquisa demonstrou que a contabilidade gerencial não apenas beneficia o MEI individualmente, mas também contribui para a competitividade de seu negócio. Através do acompanhamento financeiro, da identificação de oportunidades de crescimento e da capacidade de adaptação às mudanças de

mercado, a contabilidade gerencial auxilia o MEI na busca por sucesso e sustentabilidade em um ambiente empresarial em constante evolução.

No entanto, é importante observar que a aplicação eficaz da contabilidade gerencial depende da disponibilidade de recursos e da compreensão por parte do MEI. Portanto, promover a conscientização sobre os benefícios dessa prática e fornecer orientações para sua implementação são aspectos fundamentais a serem considerados.

Portanto, este trabalho demonstrou que a Contabilidade Gerencial é uma ferramenta valiosa para microempreendedores individuais em Sousa, Paraíba, e em contextos semelhantes. Ela não apenas auxilia na gestão financeira, mas também impulsiona a competitividade e o sucesso de pequenos negócios, destacando sua importância no panorama empresarial atual. É essencial que MEIs reconheçam o valor da contabilidade gerencial e considerem sua adoção como uma estratégia fundamental para alcançar seus objetivos de negócios.

REFERÊNCIAS

1. BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos da metodologia:** um guia para a iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 2000.

2. BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

3. BRASIL, Ministério da Economia. **Governo Destaca Papel da Micro e Pequena Empresa para a Economia do País**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/outubro/governo-destaca-papel-da-micro-e-pequena-empresa-para-a-economia>. Acesso em: 20 de Set. 2023.

4. BRASIL. Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Brasília, 1976. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/da.html>. Acesso em: 20 de Set. 2023.

5. BRASIL. **Mapa de Empresas**. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>. Acesso em: 20 de Set. 2023.

6. CHARMAZ, Kathy. **Constructing grounded theory.** A practical guide through qualitative analysis. London: SAGE Publications, 2006.

7. CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão Financeira:** Uma Abordagem Introdutória. [Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559772902. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books>. Acesso em: 20 de Set. 2023.

8. CIPRIANO, Gael Santos et al. Inteligência artificial nos processos de seleção de RH. **Revista de Estudos de Administração e Sociedade**, Niterói – RJ, v. 6, n. 2, p. 8-22, 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistaeas/article/view/52684. Acesso em: 02 ago. 2023.

9. CREPALDI, S.A. **Contabilidade Gerencial:** teoria e prática, 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

10. DORNELAS, José Carlos de Assis. **Empreendedorismo:** transformando ideias em negócios. 3° ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

11. FERNANDES, Tania M. da C. B. M. **Ativo e sua mensuração.** Caderno de estudos. v. 10, n. 18, p.1-12, mai-ago, 2003.

12. FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria:** Teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

13. FLICK, Uwe. **Pesquisa qualitativa e quantitativa.** In: FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

14. GODFREY, Jayne; HOLMES, Scott. **Accounting theory.** - 6th ed. IEEE Transactions on Systems, Man, and Cybernetics – TSMC, 2006.

15. HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

16. HISRICH, R. D., PETERS, M. P., & Shepherd D. A. **Empreendedorismo** (7a ed.). Porto Alegre: Bookman, 2009.

17. HOPWOOD, A. G. **An empirical study of the role of accounting data in performance evaluation. empirical research in accounting:** selected studies. Journal of Accounting Research, Chicago, v. 10, p. 156-182, 2006.

18. INFOMONEY. **Warren Buffett:** conheça a trajetória e as lições do maior investidor de todos os tempos. 2020. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/perfil/ warren-buffett/. Acesso em: 21 set. 2023.

19. IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

20. LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa; PISA, Beatriz Jackiu. **Administrando micro e pequenas empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

21. MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. ISBN 9788547220891. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220891/>.

22. MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10.ed., São Paulo: Atlas, 2009.

23. MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. São Francisco, CA: Jossey-Bass, 2009.

24. MORAIS, M. A. S.; FEITOSA FILHO, R. I. **A Relevância do Contador para o Microempreendedor Individual (MEI).** ID On Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 13, n. 43, p. 480-489, 2019.

25. PACE, E. S. U.; BASSO, L. F. C.; SILVA, M. A. da. **Indicadores de Desempenho como Direcionadores de Valor.** Revista de Administração Contemporânea, v. 7, n. 1, p. 37-65, 2003.

26. PASSOS, Quismara Corrêa dos. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Contábeis, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25741>.

27. PORTAL CORREIO. **Paraíba contabiliza mais de 9,4 mil novos 'MEIs' no primeiro trimestre de 2021**. Disponível em: https://portalcorreio.com.br/paraiba-contabiliza-mais-de-94-mil-novos-meis-no-primeiro-trimestre-de-2021/

28. RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. **Uma visão teórico-reflexiva da Teoria da Contabilidade**. In: RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. (Org.) Estudando teoria da Contabilidade. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-19.

29. RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. São Paulo: Saraiva, 2005.

30. ROSA, José Antônio; OLINQUEVITCH, José Leônidas. **De contador a consultor:** estratégia para ampliação do portfólio de serviços do escritório contábil. 86 p. São Paulo: Thomson IOB, 2005.

31. SÁ, Antonio Lopes de. IOB - Informações Objetivas. **Tendências Contábeis e Balanços**. Ano XXIX 3ª semana de abril de 2000.

32. SALIM, C. S.; NASAJON, C.; SALIM, H. e MARIANO S. **Administração empreendedora**. Rio de Janeiro: Ed. Campus Elsevier, 2004.

33. Sammour, J. R., & Silva, C. R. (2020). **As Peculiaridades do Microempreendedor Individual (Mei) e a Perpectiva do Profissional Contábil na Cidade de Britânia/GO para essa Modalidade Empresarial.** Revista De Estudos Interdisciplinares Do Vale Do Araguaia - REIVA, 3(01), 21. Recuperado de https://reiva.emnuvens.com.br/reiva/article/view/106.

34. SANTOS et al. **Contabilidade Ambiental:** Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v.16, n. 27, p. 89 - 99, set/dez. 2001.

35. SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Guia Completo para o Microempreendedor Individual** – Com Alterações da Lei Geral. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/guia_do_microempreendedor_(2).pdf>. Acesso em: 20 de set. 2023.

36. SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Novo valor da guia DAS e os benefícios de pagar em dia**. Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/novo-valor-da-guia-das-e-os-beneficios-de-pagar-em-dia/>. Acesso em: 20 de set. 2023.

37. SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. O Contador e o MEI**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/artigos/o-contador-e-o-mei,5cfca442d2e5a410VgnVCM>. Acesso em: 20 de set. 2023.

38. SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios,192da538c1be17>. Acesso em: 20 de set. 2023.

39. SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil do MEI**. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-microempreendedor-individual/>. Acesso em: 20 de set. 2023.

40. SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Série MEI:** Passo a Passo Para Elaboração do Relatório Mensal. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/artigos/serie-mei-passo-a-passo-para-elaboracao-do-relatorio>. Acesso em: 20 de set. 2023.

41. SEBRAE. **O que é o fluxo de caixa e como aplicá-lo no seu negócio.** 2022. Disponível em:<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como-implantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 20 de set. 2023.

42. SILVA, R. R. de. **O microempreendedor individual MEI -** uma abordagem sobre a efetividade das vantagens, benefícios e desafios gerados ao novo empreendedor. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2008.

43. SILVEIRA, A.; CARMO, H. M. O. de; SOUZA, R. dos S. **Microempreendedor Individual (MEI):** Benefícios e desafios da Legislação Brasileira para a aplicação na prática da ação. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 2, n. 1, p. 117-137, 2017.

44. SIMÕES, Franciedia Santos; MONTEIRO, Ricardo Aladim. **Microempreendedor individual:** uma análise sobre a importância da contabilidade para o crescimento e consolidação do empreendimento em Caicó/RN. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

45. YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

BPO FINANCEIRO: as percepções de contabilistas sobre a sua influência para tomada de decisões empresariais

Victor Emanuel Pereira Alves[42]
Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior[43]

RESUMO

A inovação pode vir de diversas formas, e no mundo das finanças ela está no BPO Financeiro. Embora isso seja terceirização de processos de negócios em português, significa praticamente terceirizar os processos financeiros de uma empresa para um prestador de serviços especializado. Ao fazer isso, tarefas como contabilidade, impostos e pagamentos podem ser gerenciadas de forma eficiente. O uso de *software* de automação de processos é fundamental para qualquer BPO Financeiro sólido. A melhoria do desempenho financeiro e estratégico reside na compreensão de como as decisões de negócios são impactadas pela terceirização de processos de negócios financeiros. Portanto, é crucial analisar esse fator. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo principal analisar como a implementação do BPO Financeiro pode influência na tomada de decisões empresariais sob a ótica de contadores. O presente artigo foi desenvolvido através de um estudo bibliográfico evidenciando a teoria relacionada, seguido de uma pesquisa um estudo de caso. Este estudo é caracterizado como uma pesquisa exploratória, uma abordagem qualitativa, com intuito de obter resultados primários. A aplicação será entrevistar os contabilistas da empresa Adelante Assessoria Empresarial e Contábil Ltda, de forma presencial na empresa. Este estudo consegue, por meio de estudo de caso, compreender a realidade da prestação de serviços de terceirização de processos de negócios financeiros (BPO). e compreender sua importância e impacto nas decisões de negócios. Por meio de casos práticos citados pelos entrevistados. O contém elementos condizentes com as características esperadas da nova área dos contadores, conhecidos como contadores consultores.

Palavras-chaves: BPO Financeiro; Contabilidade Empresarial; Consultoria; Terceirização.

ABSTRACT

Innovation can come in many forms, and in the world of finance it is in Financial BPO. While this is business process outsourcing in Portuguese, it practically means outsourcing a company's financial processes to a specialized service provider. By doing so, tasks such as bookkeeping, taxes, and payments can be managed efficiently. The use of process automation software is critical for any sound financial BPO. Improving financial and strategic performance lies in understanding how business decisions are impacted by financial business process outsourcing.

[42]Graduando do Curso de Ciências Contábeis no UNIESP. E-mail: ve27082@gmail.com
[43]Professor Orientador, Graduado em Economia, pela UFPB, Especialização em Gestão de RH, pela UNINTER. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis da disciplina de Economia. E-mail: paulogalvaojr@gmail.com. Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/5294756311248526.

Therefore, it is crucial to analyze this factor. In view of the above, the main objective of this work is to analyze how the implementation of Financial BPO can influence business decision-making from the perspective of accountants. The present article was developed through a bibliographic study highlighting the related theory, followed by a case study. This study is characterized as exploratory research, a qualitative approach, with the aim of obtaining primary results. The application will be to interview the accountants of the company Adelante Assessoria Empresarial e Contábil Ltda, in person at the company. This study manages, through a case study, to understand the reality of the provision of financial business process outsourcing (BPO) services. and understand its importance and impact on business decisions. Through practical cases cited by the interviewees. The contains elements consistent with the expected characteristics of the new area of accountants, known as consultant accountants.

Key Words: Financial BPO; Business Accounting; Consultancy; Outsourcingnt.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, uma das formas mais antigas de conhecimento humano, teve sua origem na necessidade intrínseca ao homem em gerenciar e controlar seus bens e riquezas. A contabilização do patrimônio, inclusive, é mencionada na Bíblia, especificamente no livro de Jó, no capítulo 1, versículo 3, a saber: “E possuía sete mil ovelhas, três mil camelos, quinhentas juntas de bois e quinhentos jumentos e tinha muita gente a seu serviço. Era o homem mais rico do Oriente”. Este versículo bíblico mostra a descrição do patrimônio de Jó. Essa prática ancestral, assim sendo, reflete a importância de registrar e compreender as questões financeiras desde tempos remotos, evidenciando como a Contabilidade tem raízes profundas na história.

Para Ávila (2006), a Contabilidade é tão antiga que se chegou até a levantar a hipótese de que a prática contábil existia antes mesmo da escrita existir, ou mesmo foi a base para o seu surgimento. Segundo Sá (1997), um dos maiores escritores da área de contabilidade, em História Geral e das Doutrinas da Contabilidade, os primeiros registros de quantidade foram registrados na Suméria em tábuas de argila. Para entender o andamento do dia, as pessoas escreviam seus registros em uma placa maior de madeira, assim nasceu o diário. Um livro-razão aparece quando placas da mesma natureza são classificadas. O fato é que a essência e o objetivo principal da contabilidade permanecem a mesma ao longo do tempo, desde quando se usava práticas rudimentares na antiguidade até hoje com a utilização de sistemas altamente sofisticados.

Segundo Grandchamp (2021) O objeto da contabilidade é analisar o patrimônio determinado como um conjunto de bens. E objetivo é prover informações confiáveis sobre o estado financeiro de uma entidade por meio de relatórios contábeis para auxiliar na gestão eficaz de recursos e na tomada de decisões.

Na atualidade, certamente, a dinâmica competitiva dos negócios modernos impulsiona as organizações a explorarem constantemente maneiras de otimizar seus recursos e concentrar seus esforços no *core business*, ou seja, na atividade principal da empresa.

Segundo Nery (2020), o contador consultor desempenha o papel de um gestor capaz de transmitir valiosas práticas de administração aos seus clientes. Em vez de se limitar à busca pela conformidade contábil e fiscal, ele pode desenvolver de forma mais significativa no sucesso de seus clientes.

Muitas empresas têm encerrado suas atividades econômicas em um período precoce por causa de má gestão principalmente relacionado ao setor financeiro, pois não se adequar as mudanças constantes das evoluções tecnológicas que a globalização propõe, muitos empresários esperam que os seus contadores, colaboradores e prestadores de serviços auxiliem em tomadas de decisões, até porque quando não se tem pessoas para delegar determinadas funções na empresa, os gestores acabam ficando sobrecarregado.

Uma eficiente administração financeira requer a habilidade de harmonizar de maneira estratégica as necessidades do presente com as perspectivas futuras, mantendo um controle preciso das finanças, minimizando os riscos e, de forma diligente, aproveitando as oportunidades financeiras à medida que se manifestam.

Nesse sentido, conforme Moraes (2023), essa competência se mostra fundamental para alcançar as metas financeiras almejadas e, ao mesmo tempo, estabeleça um suporte sólido para a segurança financeira. Para muitos, é um sonho conquistar a estabilidade financeira, mas, isso só acontece quando tem uma gestão eficaz e eficiente. Para muitos é um sonho conquistar a estabilidade financeira, mas, isso só acontece quando tem uma gestão eficaz e eficiente.

Quando ocorre uma má gestão financeira, a empresa está sujeita a perdas financeiras significativas, incluindo déficits orçamentais, aumento da dívida e fluxo de caixa negativo; Desperdício de recursos escassos e valiosos como dinheiro, tempo e ativos podem ser desperdiçados devido a decisões financeiras inadequadas; Risco de falência ou insolvência, pois uma empresa gerenciada por uma má gestão está sujeita a desastres que pode levar ao colapso do negócio. E a falta de colaboradores para efetuar determinadas funções tem levado a muitas empresas à falência.

De acordo com o estudo realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP) intitulado “Causas de mortalidade de empresas”, a falta de capital ou lucro foram às razões para o

encerramento 19% de empresas em uma pesquisa feita com 526 entrevistados. Ou seja, o problema mais recorrente das empresas continuarem operando suas atividades está ligada a dificuldade financeira (SEBRAE-SP, 2014).

Ferindo um dos princípios da contabilidade que é o da continuidade. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n° 1.282 (2010) Princípio da continuidade é basicamente o prosseguimento da empresa e que suas operações não serão interrompidas a curto prazo.

De acordo com o SEBRAE (2016), no Brasil, existem aproximadamente 6,4 milhões de estabelecimentos, dos quais 99% são classificados como micro e pequenas empresas (MPE). Gerando milhões de empregos. O problema é que grande parte dos proprietários desconhece ou não tem conhecimento referente ao setor financeiro.

Segundo um levantamento feito pelo SEBRAE (2018) cerca de 77% dos microempreendedores individuais nunca realizaram cursos ou treinamentos relacionados à finança. Com isso surge uma deficiência nas empresas e abrindo um leque para empresas que presta serviços de terceirização.

Pois se o proprietário não entente de finanças a melhor solução é contratar uma pessoa especializada na área ou terceirar o setor financeiro.

Segundo Boganika (2023), o BPO Financeiro, abreviação de *Business Process Outsourcing* ou, em português, Terceirização de Processos de Negócios, refere-se à prática de terceirizar os processos financeiros de uma empresa para um provedor de serviços especializado nessa área, sendo utilizado como uma estratégia fundamental para aprimorar a eficiência operacional, reduzir custos e direcionar o foco para atividades estratégicas. No âmbito financeiro, o BPO Financeiro emerge como uma abordagem inovadora para gerenciar tarefas contábeis, fiscais, pagamentos e outras relacionadas às finanças empresariais. Assim, o BPO Financeiro, sendo uma atividade relativamente recente, incorpora elementos que se alinham com as características esperadas do novo perfil para o contador, denominado de contador consultor.

Atualmente, o contador tem que se reinventar inúmeras vezes para se adequar as mudanças do vasto mundo das corporações, pois “o mercado não perdoa aqueles que não conseguem distinguir-se dos demais” (SCHMIDT, 2013, p. 4).

Em resumo, lidar com números é muito importante, mas as organizações esperam um contabilista que desenvolve um papel estratégico na gestão financeira das empresas, com o intuito de promover o sucesso e a sustentabilidade empresariais.

As necessidades de informações tempestivas, redução de custos operacionais e a busca de profissionais mais qualificados para gerir o setor financeiro das corporações. Diante de toda essa demanda surge um leque de novas oportunidades para os empreendedores, como por exemplo: contador, terceirizar o setor financeiro das empresas de diversos segmentos econômicos.

Dessa forma, o presente artigo tem a seguinte problemática: **Como o BPO Financeiro pode influenciar na tomada de decisões empresariais?**

A instalação do BPO Financeiro é um tema relevante, pois pode impactar significativamente as decisões de negócios. Ao terceirizar os processos financeiros, as empresas podem adquirir experiência, reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência. Isto permite que os gestores se concentrem em estratégias mais inteligentes e baseadas em dados, em vez de ficarem sobrecarregados com tarefas financeiras e operacionais. Gerando um impacto direto na tomada de decisões.

Sendo assim, examinar como o *Business Process Outsourcing* (BPO) financeiro pode influenciar as decisões de negócios é de suma importância para compreender como as organizações podem melhorar seu desempenho financeiro e estratégico.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo principal analisar como a implementação do BPO Financeiro pode influência na tomada de decisões empresariais sob a ótica de contadores. E como objetivos específicos, serão: conceituar o BPO Financeiro; e apresentar os tipos de *software* utilizados para prestação do serviço de BPO Financeiro.

Para a elaboração deste artigo será utilizado na metodologia de pesquisa um estudo de caso. Este estudo é caracterizado como uma pesquisa exploratória, uma abordagem qualitativa, com intuito de obter resultados primários. A aplicação será entrevistar os contabilistas da empresa Adelante Assessoria Empresarial e Contábil Ltda. escrita no CNPJ: 23.645.684/0001-84, situada na cidade de João

Pessoa e que está implantando o serviço de *Business Process Outsourcing* (BPO) financeiro no seu catálogo de serviços.

Dessa maneira, o artigo apresentará uma estrutura dividida em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, metodologia, considerações finais e referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico inclui diversos autores brasileiros e estrangeiros sobre o tema abordado com o objetivo de ampliar conhecimentos na área do BPO Financeiro e as ferramentas e técnicas utilizadas no processo tão relevante nas Ciências Contábeis.

2.1. CONCEITUAÇÃO DO *BUSINESS PROCESS OUTSOURCING (*BPO)

De acordo com Barros (2023), o BPO teve sua origem nos primeiros anos da década de 1990, com ênfase na terceirização de serviços, sobretudo em processos transacionais que não demandavam significativa intervenção humana. Segundo Yang (2006) apud Konzen e Andrades (2023, p. 90), afirma que “BPO é um termo consolidado, que vem se reestruturando medida que a tecnologia vem crescendo”.

O conceito de BPO não é novo. Os prestadores de serviços externos existem há muito tempo em áreas como operações de instalações, finanças, contabilidade, logística, serviços jurídicos, marketing e atendimento ao cliente. No entanto, novas tecnologias, modelos de entrega e utilizadores finais mais exigentes continuam a impulsionar mudanças no espaço de BPO (YANG, 2007).

Os prestadores de serviços externos existem há muito tempo em áreas como operações de instalações, finanças, contabilidade, logística, serviços jurídicos, marketing e atendimento ao cliente. No entanto, novas tecnologias, modelos de entrega e utilizadores finais mais exigentes continuam a impulsionar mudanças no espaço de BPO.

A terceirização passou a englobar funções de suporte em áreas administrativas, como contabilidade, finanças, fiscal, recursos humanos (RH), manutenção e outras. Essa evolução encontrou um forte aliado a partir dos anos

2000, impulsionada pelo rápido avanço da transformação digital nas empresas. Vale ressaltar que o BPO é diferente de terceirização.

De acordo com Lima (2021), na maioria das vezes, a terceirização é empregada como uma ferramenta para atividades-meio, ao passo que os BPOs se concentram principalmente em atividades-fim. Para Pontotel (2021), atividade-fim é representa a produção e execução principais de uma empresa, refletindo sua atividade central definida em seu contrato social. E atividade-meio refere-se a funções que não estão diretamente ligadas à produção final da empresa, mas contribuem de forma geral para o funcionamento da organização como um todo. Conforme mencionado pelo autor Giosa (1995, p.11) apud Girardi (1999):

> A terceirização se investe de uma ação mais caracterizada como sendo uma técnica moderna de administração e que se baseia num processo de gestão que leva a mudanças estruturais da empresa, à mudança cultural, procedimentos, sistemas e controles, capitalizando para toda malha gerencial, com o objetivo único quando adotada: atingir melhores resultados, concentrando todos os esforços e energia da empresa em sua atividade principal.

O BPO é mais frequente em pequenas e médias empresas, pois seus gestores, devido à falta de infraestrutura, acabam desempenhando múltiplas funções, o que limita o tempo disponível para lidar com tarefas burocráticas e de gestão.

Em resumo, você pode diminuir despesas, aprimorar eficiências operacionais e contar com conhecimento financeiro especializado de alta qualidade (MALAGÓ, 2023). Com o intuito de ajudar as empresas a reduzir custos, melhorar a precisão e conformidade financeira e permitir que se concentre em suas principais atividades o BPO tem se destacado no universo coorporativo.

Geralmente os micros e pequenas empresas (MPEs) são as que mais precisa utilizar este serviço de terceirização (SANTOS, et al., 2016):

> Da ótica das MPEs, observam-se algumas problemáticas quanto à gestão. São elas: o desconhecimento de como interpretar as demonstrações contábeis, a utilização de controles operacionais básicos, ao reconhecimento da importância dos 15 artefatos da

> contabilidade gerencial, mas sua não utilização, assim como a tomada de decisão centralizada no proprietário e baseada nos seus conhecimentos e experiências (SANTANA, 2020).

Dessa forma o Brasil se torna um cenário impa para os prestadores de serviços do BPO Financeiro. Pois a grande maioria das empresas são MPEs e prestadoras de serviços. E a figura a seguir mostra os números de empresas ativas no país e suas naturezas jurídicas:

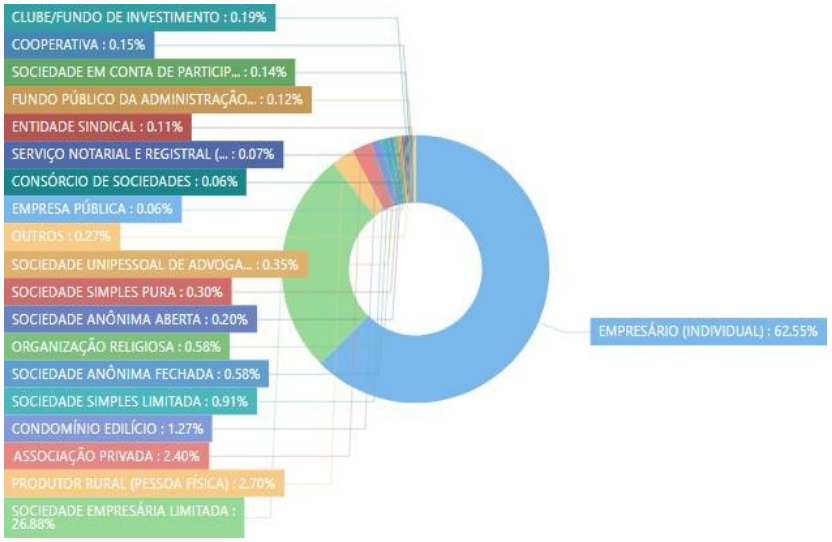


Figura 1: Estatísticas da natureza jurídicas das empresas do Brasil.
Fonte: Empresômetro – Estatísticas (2023).

Conforme exibido na figura 1, os dados obtidos são um produto de inteligência de mercado nascido do projeto Sociotécnico do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), denominado “Empresômetro Tudo sobre a empresa”. Mostra a visão ampla do empreendimento.

Mostra que a grande maioria das empresas tem a natureza jurídica de empresário (individual) com uma estatística bastante elevada mais de 62%. Mostrando a grandeza dos pequenos negócios.

A figura 2 a seguir mostra em números a quantidade de empresas e o crescimento constante com relação a sua natureza jurídica entre 2021 a 2023:

	2021	Crescimento 2021 a 2022	2022	Crescimento 2022 a 2023	Hoje	% do Total
1 EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)	10.672.267	22,81%	13.107.098	15,28%	15.109.984	62,55%
2 SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	5.243.986	13,33%	5.942.909	9,27%	6.493.867	26,88%
3 PRODUTOR RURAL (PESSOA FÍSICA)	600.278	5,04%	630.526	3,25%	651.030	2,7%

Figura 2: Estatísticas da natureza jurídicas das empresas do Brasil.
Fonte: Empresômetro – Estatísticas (2023).

De acordo com a figura 2, os dados obtidos revelam a notória liderança das MPEs no Brasil, só os empresários (individual) tevem um crescimento entre 2021 a 2023 de 4.437.717 milhões de empresas.

A figura 3 a seguir mostra o setor que é mais utilizado pelos brasileiros, para não ficar só nas informações da natureza jurídica:

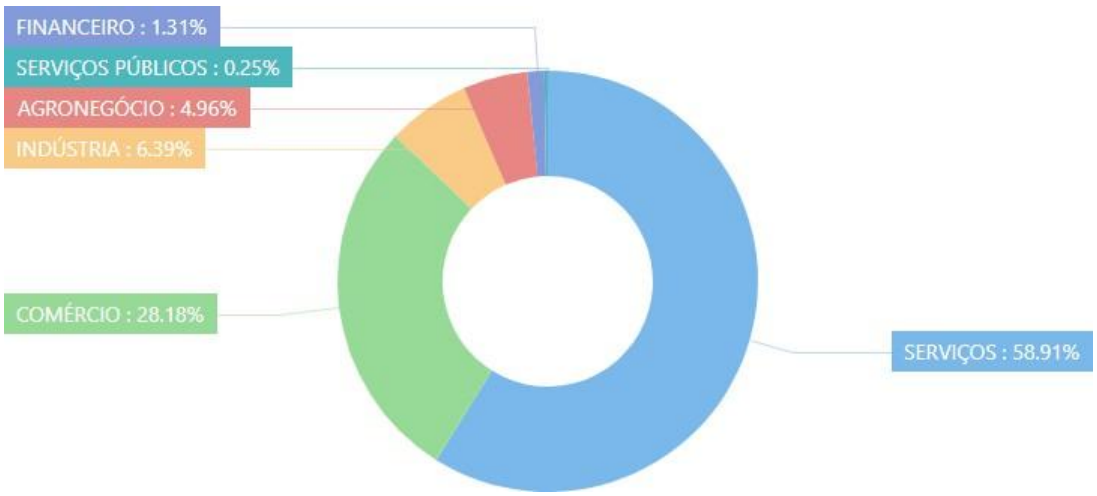


Figura 3: Estatísticas da natureza jurídicas das empresas do Brasil.
Fonte: Empresômetro – Estatísticas (2023).

De acordo com informações obtidas na figura 3, indica que mais de 58% das empresas estão atuando no setor de serviço.

A figura 4 a seguir mostra em números a posição das empresas referente ao setor que estão atuando entre 2021 a 2023:

		2021	Crescimento 2021 a 2022	2022	Crescimento 2022 a 2023	Hoje	% do Total
1	SERVIÇOS	10.389.030	20,19%	12.486.777	13,96%	14.230.284	58,91%
2	COMÉRCIO	5.353.523	15,38%	6.177.021	10,19%	6.806.321	28,18%
3	INDÚSTRIA	1.206.071	15,77%	1.396.317	10,51%	1.543.038	6,39%

Figura 4: Estatísticas da natureza jurídicas das empresas do Brasil.
Fonte: Empresômetro – Estatísticas (2023).

De acordo com os valores estatísticos disponibilizados na figura 4, é liderado isoladamente as empresas do setor de serviço, os seja aquelas que prestam qualquer tipo de serviço. Entre 2021 e 2023 teve um crescimento absoluto de 3.841.254.

Para Ceballos et al. (2014) apud Santana (2020, p.15) “O BPO Financeiro, sob a luz da Teoria da Agência, poderia sanar tanto o problema informacional das MPEs ao maximizar sua utilização, atrelado a uma redução de custos”.

Para título de conhecimento, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP) a teoria da agência explora as complicações e potenciais desacordos que podem surgir quando uma entidade, denominada "agente", age em nome de outra entidade, referida como o "principal", com o propósito de tomar decisões ou realizar ações em favor desta última (IBGP, 2018).

O processo de BPO Financeiro geralmente começa com a avaliação das necessidades da empresa e a seleção de um provedor de serviços adequado. Uma vez selecionado o provedor, ele estabelece os procedimentos e os contratos de serviço, e inicia a transferência dos processos financeiros para a empresa de BPO.

É de suma importância conhecer as atividades que tem relação com este tipo de serviço como, por exemplo: gestão de contas a pagar e receber, conciliação bancária e os relatórios financeiros (SOUSA, 2022).

2.1.1 Gestão de Contas a Pagar e receber

Ambas as categorias são essenciais para gerenciar o ciclo financeiro de uma empresa. O equilíbrio entre contas a receber e a pagar é de suma

importância para manter a liquidez e a estabilidade financeira de uma organização. A empresa busca otimizar suas operações para gerenciar com eficácia ambos os aspectos, evitando atrasos e inadimplências e garantindo a cobrança de valores devidos de clientes e terceiros.

De acordo com os autores Assis, Nunes e Sales (2019):

> Um controle de contas a pagar e receber de qualidade permite ao seu administrador uma visão simplificada e detalhada da gestão financeira da empresa, além de transmitir informações para importantes tomadas de decisões, é de obrigação do administrador da empresa estar a par dos direitos e obrigações que tem a receber e a pagar.

2.1.2 Contas a pagar

De acordo com as normas brasileiras de contabilidade NBC TG 25 (2018, p. 498) “as contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor”. É de suma importância está atento as contas a pagar é uma das práticas essenciais para manter a saúde financeira de qualquer negócio, evitando penalidades, preservando as relações comerciais e garantindo uma gestão financeira eficaz e eficiente.

Em uma publicação o SEBRAE (2014) para muitos empreendedores, administrar contas a pagar é um desafio na gestão empresarial. No entanto, é crucial entender que isso faz toda a diferença e é essencial para a saúde do seu negócio. O surgimento de dívidas não é o problema, pois é algo comum em qualquer empreendimento, independentemente do seu tamanho.

A questão real é que muitos empreendedores não saber como gerenciar essas dívidas, permitindo que elas se acumulem de forma descontrolada. Contrair empréstimos é uma prática comum, mas é crucial controlar os juros. É importante compreender que esses fundos devem ser utilizados para impulsionar suas finanças, não para levar seu negócio à ruína.

2.1.3 Contas a receber

As contas a receber representam uma parte importante do capital de giro de uma empresa e afetam diretamente a liquidez e a saúde financeira. Basicamente, é o valor que uma empresa espera e tem pretensões em receber de seus clientes, devedores ou terceiros em consequência da venda de produtos, das prestações de serviços ou até mesmo de empréstimos.

Vale destacar que as contas a receber geralmente, surgem principalmente de transações comerciais, onde as empresas concedem crédito aos clientes.

Segundo Braga (2008, p. 113) apud Potrich & Linhares (2009) “As empresas vendem a prazo, ou seja, concedem crédito para ampliar seu nível de produção, aumentar as vendas, e assim, maximizar a rentabilidade”. Segundo As contas a receber advêm das vendas a prazo, gerando riscos para a empresa. Também, podem gerar gastos, como análise de crédito, cobranças. Em contrapartida aumentam as vendas, logo aumenta o lucro.

Em uma publicação do SEBRAE (2023) descreveu algumas dicas para o controle de contas a receber mais eficiente:

- Deixar registrados todas as contas a receber;
- Implementação de um sistema eficiente de cobranças;
- Oferecer uma negociação de dívidas;
- Valorizar os clientes que pagam em dia; e
- Utilizar recursos digitais.

2.1.4 Conciliação Bancária

A conciliação bancária envolve a comparação entre os seus registros internos e as transações registradas nos extratos bancários. Verificando todas as entradas e saídas de contas bancárias fundos durante o mesmo período.

Em uma publicação feita pelo SEBRAE (2023) A conciliação bancária é uma ferramenta essencial para a gestão financeira de qualquer empresa, independentemente de seu tamanho. Esse processo envolve a comparação entre o extrato bancário e as informações de controle financeiro interno da empresa.

É por meio desse procedimento que os empreendedores analisam de perto as despesas, recebimentos e o saldo disponível, verificando se as transações planejadas foram realizadas e se há divergências nos resultados encontrados.

A conciliação bancária é fundamental para identificar possíveis discrepâncias. Embora pareça minuciosidade, ao longo de um ano, pequenos equívocos nos registros financeiros podem prejudicar a estabilidade financeira da empresa.

Se houver erros nos lançamentos de entradas e saídas, essas disparidades podem levar o gestor a cometer enganos (CONTA AZUL, 2023). Os escritórios de contabilidade utilizam muito os sistemas para praticar as conciliações como, por exemplo, o Fortes, Domínio.

Segundo Silva (2014) apud Sousa (2022) descreve alguns passos para obter uma conciliação bancária de uma empresa, como:

- Lançar as movimentações diariamente;
- Verificar saldo no extrato bancário;
- Conferir detalhes dos lançamentos; e
- Conferir detalhes dos lançamentos.

2.1.5 Relatórios financeiros

As demonstrações financeiras são documentos que fornecem informações financeiras valiosas e detalhadas sobre uma empresa ou entidade durante um determinado período. Os relatórios financeiros são feitos para fornecer informações financeiras precisas e relevantes sobre uma empresa. Inclui balanço patrimonial (BP), demonstração de resultados (DRE), demonstração de fluxo de caixa (DFC) e notas explicativas.

Cada relatório fornece informações importantes e específicas sobre a empresa, apontando os aspectos principais, como: os ativos, passivos, receitas, despesas, fluxo de caixa e eventos significativos que precise ser destacado nas notas explicativas.

De acordo com Saugo (2021) alguns dos objetivos destes relatórios são gerir a sua organização de forma inteligente, simplesmente identificando o momento necessário para cortar custos, os melhores tipos de investimentos ou identificando medidas para aumentar os lucros.

Durante este processo, a empresa de BPO trabalha em estreita colaboração com a empresa cliente para garantir que os processos sejam realizados de maneira eficiente e eficaz. Também são fornecidos relatórios regulares para garantir que o cliente da empresa tenha uma visão clara do estado financeiro de sua empresa.

E os benefícios do BPO Financeiro são numerosos. Pois a externalização dos serviços financeiros tem a capacidade de reduzir os custos operacionais da empresa, o que pode ajudar bastante as pequenas e médias empresas.

No emergente Brasil, os estudantes de Ciências Contábeis, os contadores e os aposentados, eles não conhecem muito bem o BPO Financeiro. Eles não entendem sua importância, pois a integração da terceirização de processos de negócios financeiros na estratégia de uma empresa pode ser dificultada por vários fatores.

Estes podem incluir a falta de consciência sobre as suas vantagens, apreensão relativamente à terceirização, informação insuficiente, confusão sobre os custos e reconhecimento inadequado dos benefícios que pode proporcionar, tais como melhor eficiência, redução de despesas e acesso a especialistas.

Para superar tais obstáculos, é necessário educar o mercado, partilhar resultados bem-sucedidos e destacar as suas características positivas. Com esses esforços, o BPO Financeiro pode ser efetivamente incorporado ao plano geral das empresas.

2.2. GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira desempenha um papel crítico no domínio do BPO Financeiro. Esse tipo de terceirização envolve a delegação de operações financeiras como folha de pagamento, contabilidade e gestão de contas a pagar receber a empresas especializadas.

Na gestão financeira voltada para o BPO, é crucial manter dados contábeis precisos, cumprir prazos fiscais, agilizar processos para cortar despesas e aumentar a eficiência operacional. E as empresas podem tomar decisões estratégicas bem-informadas com a ajuda de análises financeiras completas que fornecem informações confiáveis e atuais.

Para uma colaboração proveitosa entre uma empresa e o seu fornecedor de BPO Financeiro, é essencial manter a transparência e comunicar de forma eficaz. Para obter uma gestão financeira eficaz e eficiente tão necessária e informações relevantes, a utilização de *softwares* para a automação de processos são cruciais para uma gestão otimizada.

Garantir práticas financeiras sólidas não é uma tarefa pontual, mas sim um compromisso contínuo de se adaptar às mudanças no cenário de negócios. E a utilização de *softwares* é fundamental para alcançar esse objetivo.

Neste contexto, a inteligência de negócios (BI) torna-se uma ferramenta estratégica essencial para apoiar as decisões de gestão da produção (TURBAN, et al., 2009). Permite acompanhar de forma dinâmica o desenvolvimento e a produtividade de uma empresa, influenciando diretamente nas decisões a serem tomadas.

Esse monitoramento geralmente é feito por meio de um *dashboard*, denominado painel de visualização ou painel *front-end* (ALEXOPOULOS; NIKOLAKIS; XANTHAKIS, 2022).

Conforme descrito por Turban et al. (2009), BI é um termo “guarda-chuva” que abrange as arquiteturas básicas, ferramentas, bancos de dados, aplicações e métodos para análise e interpretação de dados.

Segundo os autores Pantoja, Parise e Sá (2017), BI é definido como a transformação de dados em informações significativas que auxiliam na tomada de decisões e proporcionam vantagem competitiva à empresa. Esta capacidade de transformar dados em *insights*, valiosos destaca potencial do BI como uma ferramenta indispensável para as organizações na era da informação. *Insights* é um termo originado do inglês que foi incorporado ao português. Em sua essência, representa uma visão interna ou compreensão profunda de uma situação ou problema.

O *dashboard,* traduzido para o português significa painel. É uma ferramenta de gestão que junta vários dados financeiros de uma entidade tempestivamente, apresentando informações valiosas por meio de uma interface gráfica intuitiva.

Esses painéis são extremamente cruciais para acompanhar o desempenho financeiro, capacitando as empresas a tomar decisões estratégicas e bem fundamentadas. A capacidade de simplificar dados complexos, transformando-os

em visualizações e gráficos de fácil compreensão é uma da vantagem dos *dashboards* financeiros.

Isso permite que os gestores identifiquem tendências, áreas problemáticas e padrões de forma rápida e eficaz, possibilitando uma tomada de decisão informada que pode impulsionar o desempenho financeiro da empresa.

Para efetuar a criação de *dashboards* uma das ferramentas que é muito utilizado é o Excel. Para analisar dados financeiros podem ser consideradas inúmeras vantagens como, por exemplos: facilidade no uso, análise detalhada, compartilhamento e compatibilidade fácil, gráficos diversos, Além de ser uma boa opção de economia já que a grande maioria das empresas utilizar o Excel.

Vale ressaltar que dependendo do volume de dados para ser analisado, o Excel pode ter limitações. Quando ocorrer uma limitação utilizar *softwares* específicos para *dashboards* é a melhor solução. O *dashboard* é um sistema interativo de visualização de dados de negócios apresentado de forma simples e intuitiva (JWO; LIN; LEE, 2021).

A figura abaixo destaca um exemplo de *dashboards* com intuito de fornecer uma Gestão para Prestadores de Serviços em Excel:

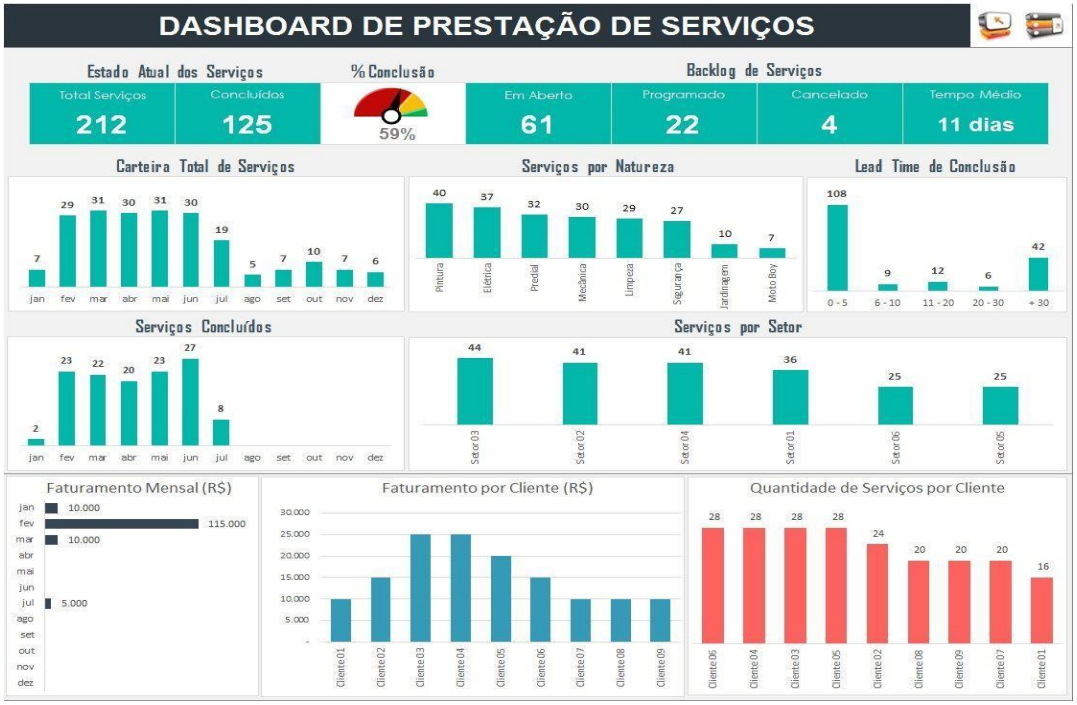


Figura 5: Gestão para Prestadores de Serviços em Excel.
Fonte: LUZ Prime: Projetos Prontos para Consultoria (2022).

A figura 5 é uma ilustração de um *dashboards* para Prestadores de Serviços produzidos no Excel. Mostrando informações valiosas para uma gestão, na figura está descrita faturamento por cliente, quantidade de serviços por cliente, serviços concluídos, serviços por setores entre outros. Vale salientar que o *dashboards* deve apresentar apenas informações adequadas que facilitem o trabalho do tomador de decisão (HANSOTI, 2010).

O *dashboards* também pode ser elaborado pelo *Power BI,* que segundo Coutinho (2023) é uma ferramenta de inteligência de negócios focada na análise de dados. Desenvolvida pela Microsoft, ela integra diversos *softwares,* aplicativos e conectores para transformar dados não unificados em informações coesas. Isso implica que o *Power BI* reúne dados de várias fontes e os combina de maneira integrada.

Além disso, essa ferramenta apresenta os dados de forma clara, organizada, visualmente atraente e interativa, proporcionando uma compreensão aprofundada das informações analisadas.

De acordo com Sousa (2022) O *Power BI* é uma plataforma que permite aos gestores obter informações detalhadas por categoria, como gastos individuais com fornecedores, receitas por cliente ou salários dos funcionários.

Em resumo o *Power* BI é uma plataforma completa desenvolvida pela Microsoft para análise de negócios, já o *dashboards* é uma ilustração visual de dados que pode ser criada dentro dessa ferramenta. Segundo Hall (2003) os resultados exibidos no *dashboards* podem incluir métricas exclusivas, análise gráfica de tendências, medidores de capacidade, mapas geográficos, participações percentuais, semáforos e comparações de variância.

A figura abaixo mostra um *dashboards* que permite uma visualização mais profunda do fluxo de caixa de um empreendimento elaborado no Power BI:

Mês	janeiro			fevereiro			março			abril			
Conta Superior	Fluxo Caixa	AV	AH	Fluxo Caixa	AV	AH	Fluxo Caixa	AV	AH	Fluxo Caixa	AV	AH	Fluxo Caixa
RECEITA OPERACIONAL	R$256.569	100,0%	0,0%	R$555.492	100,0%	116,5%	R$641.542	100,0%	15,5%	R$784.661	100,0%	22,3%	R$667.868
(-) Deduções sobre Vendas	-R$51.314	-20,0%	0,0%	-R$111.098	-20,0%	116,5%	-R$128.308	-20,0%	15,5%	-R$156.932	-20,0%	22,3%	-R$133.574
RECEITA LÍQUIDA	R$205.255	80,0%	0,0%	R$444.393	80,0%	116,5%	R$513.233	80,0%	15,5%	R$627.729	80,0%	22,3%	R$534.294
(-) Custos Variáveis	-R$148.588	-57,9%	0,0%	-R$328.830	-59,2%	121,3%	-R$375.932	-58,6%	14,3%	-R$476.284	-60,7%	26,7%	-R$387.417
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	R$56.667	22,1%	0,0%	R$115.563	20,8%	103,9%	R$137.301	21,4%	18,8%	R$151.445	19,3%	10,3%	R$146.878
(-) Despesas Fixas	-R$70.388	-27,4%	0,0%	-R$111.287	-20,0%	58,1%	-R$112.778	-17,6%	1,3%	-R$107.849	-13,7%	-4,4%	-R$108.783
LUCRO OPERACIONAL	**-R$13.721**	**-5,3%**	**0,0%**	**R$4.276**	**0,8%**	**-131,2%**	**R$24.523**	**3,8%**	**473,5%**	**R$43.596**	**5,6%**	**77,8%**	**R$38.095**

Figura 6: Fluxo de Caixa – *Dashboards* Power BI.
Fonte: Power BI Experience (2020).

A figura 6 deixa mais claro o pensamento de Hansoti. De que o *dashboards* deve apresentar apenas informações adequadas que facilitem o trabalho do tomador de decisão. O *Power BI* oferece vários recursos e opções de personalizações, podendo proporcionar uma visão mais clara e interativa da situação financeira da empresa.

Outro *software* bastante utilizado na gestão empresarial de pequenas e médias empresas é o sistema Conta Azul, que é um *software* ERP *on-line.* RP é a abreviatura de *Enterprise Resources Planning* em inglês, que geralmente é traduzido como um sistema de recursos empresariais ou sistema de gestão integrado, que traz praticidade para a execução das tarefas de gestão da empresa.

Os sistemas de gestão integrados permitem-lhe poupar tempo, automatizando tarefas de gestão burocrática e operacional que permite uma visualização mais nítida das informações essenciais para tomada de decisões de forma eficaz CONTA AZUL (2023).

Para os autores Santos, Silva e Mancera (2022, p. 11) “Um dos mais famosos *softwares* de controle financeiro do mercado, o Conta Azul atende principalmente pequenas e médias empresas”.

Na Conta Azul o usuário pode centralizar tudo com relação à parte financeira, por exemplo: contas a receber, boletos de cobrança, conciliação bancária, fluxo de caixa entre outros. Disponibilizando várias funções em um só lugar. Para a prestação de *Business Process Outsourcing* a Conta Azul se tona um sistema de fácil acessibilidade para usuários.

Com a Conta Azul, o empreendedor pode automatizar diversos processos financeiros, economizando tempo e reduzindo possíveis erros humanos. Além disso, a plataforma fornece relatórios e análises para ajudar os empresários a obter uma compreensão clara da saúde financeira da sua empresa e facilitar a tomada de decisões estratégicas.

Para não ficar só nas palavras a próxima figura deslumbra como é o painel da plataforma Conta Azul:

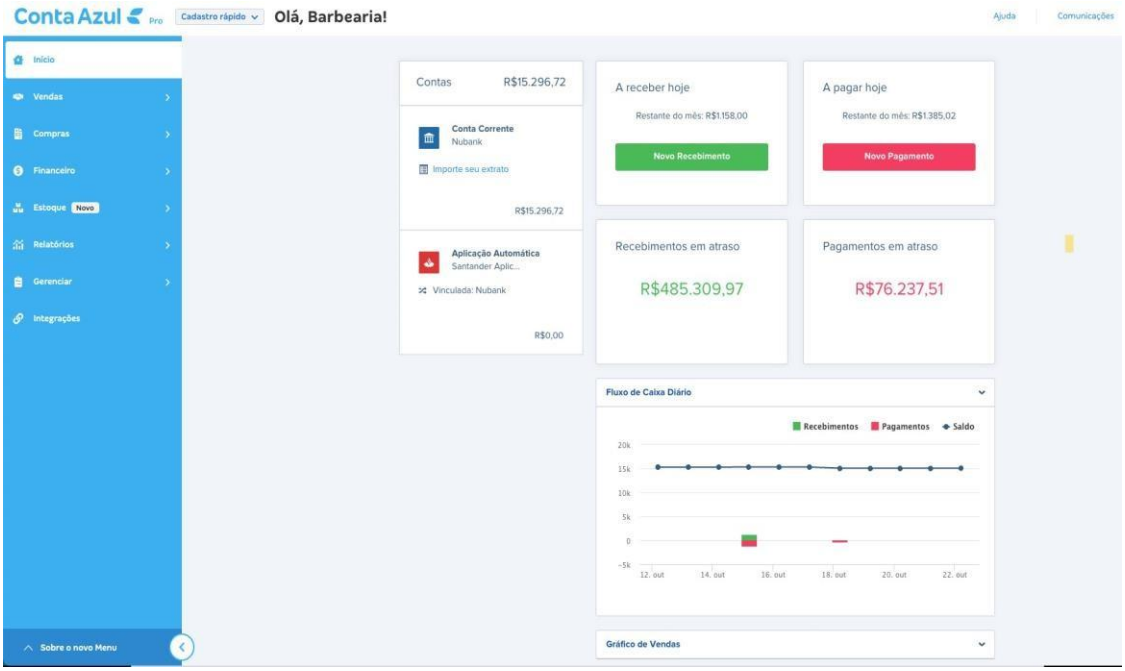


Figura 7: Conta Azul Gestão financeira
Fonte: contaazul.com (2022)

A figura 7, é um exemplo que como a visualização da Conta Azul é simplificada. Projetada intuitivamente, a interface do usuário da plataforma requer conhecimento técnico mínimo e ajuda os usuários a navegar por vários recursos com facilidade.

Ele oferece *insights* aprofundados sobre gerenciamento de vendas e recebimentos, estoque e relatórios financeiros, auxiliando na análise precisa e na

compreensão clara da situação financeira de uma empresa. Pagamentos e compras também são ricos em recursos na plataforma.

Para soluções eficientes de gestão financeira, a Conta Azul é uma ferramenta que foi projetada especificamente para pequenas empresas e empreendedores, com recursos abrangentes que tornam fácil a aplicação do *Business Process Outsourcing.*

De acordo com os autores Santana e Souza (2021) O BPO Financeiro é uma tecnologia que oferece transformação. Traz eficiência para as empresas e é muito procurado pela sua utilidade. O que falta e precisa na maioria das empresas é gestão financeira. Isto representa um desafio para os contabilistas que devem intensificar e tornar-se líderes em ações que promovam a saúde financeira e a continuidade das PME.

3. METODOLOGIA

Nesta seção do estudo, são delineados os métodos empregados para obter os resultados em consonância com o objetivo da pesquisa de campo, que consiste em analisar como a implementação do BPO Financeiro pode influência na tomada de decisões empresariais. Este estudo é caracterizado como uma pesquisa exploratória, uma abordagem qualitativa, com intuito de obter resultados primários.

De acordo com Chaer et. al. (2012), a entrevista se destaca como a técnica mais apropriada quando o pesquisador busca *insights* sobre o objeto de estudo. Ela possibilita a compreensão das atitudes, sentimentos e valores que motivam o comportamento, permitindo ir além das simples descrições de ações. Além disso, a entrevista incorpora novas perspectivas por meio da interação direta com o entrevistado, enriquecendo assim os resultados obtidos.

Ainda sobre Chaer et. al. (2012), a pesquisa qualitativa ocorre em ambientes naturais, fornecendo dados descritivos detalhados. É conduzida por meio de interações diretas entre o pesquisador e o contexto estudado, destacando o processo em vez do resultado. Prioriza a compreensão das perspectivas dos participantes, adotando uma abordagem flexível e adaptável para retratar a realidade de forma complexa e contextualizada.

Uma análise rica e contextualizada, pode ser alcançada por meio de entrevistas qualitativas em um estudo de caso. Estas entrevistas oferecem

flexibilidade e adaptabilidade, que por sua vez captam as perspectivas e motivações dos participantes e fornecem conhecimentos aprofundados. Através da triangulação, os dados são validados e a confiabilidade aumenta. Com dados detalhados e compreensão aprimorada.

A aplicação será um entrevistar presencial com os sócios da empresa Adelante Assessoria Empresarial e Contábil Ltda. escrita no CNPJ: 23.645.684/0001-84 que está implantando o serviço de *Business Process Outsourcing* (BPO) financeiro no seu catálogo de serviços.

A empresa teve o seu início de atividade contábil desde 2015. Prestando serviços de atividades de contabilidade; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Em 2023 teve a entrada de mais um socio no seu quadrosocietario totalizando três sócios.

Contando com sete colaboradores e três estagiários para prestar os serviços listados acima. Para prestar os serviços de *Business Process Outsourcing, os* além dos sócios serem ativos na prestação de serviço ainda conta com dois colaboradores para exercer o operacional.

O motivo desta pesquisa de campo ser na estimada empresa é que além de querer entender como o BPO é importante na tomada de decisões, sou funcionário da empresa e tenho fácil acesso aos sócios para aplicar a entrevista, vale ressaltar que tenho a permissão deles para aplicar a pesquisa de campo.

Para a coleta de dados primários, elaboramos uma entrevista composta por 15 (quinze) questões para fundamentar o estudo de caso. Estão divididos em duas partes, nas quais são coletadas algumas informações relacionadas à empresa Adelante, aos entrevistados e as principais informações sobre a prestação de serviços de terceirização de processos de negócios, a fim de compreender a estrutura que engloba o BPO e suas especificidades. Serão realizadas entrevistas com os sócios da empresa.

A primeira seção é composta por 7 (sete) questões destinadas a obter uma visão geral da empresa em questão. As perguntas visam compreender o período em que a empresa foi fundada, o ambiente em que a empresa foi criada durante a

sua criação, o profissionalismo do cliente e, em última análise, quais foram as motivações para a escolha do BPO Financeiro.

A segunda parte é composta por 8 (oito) questões que visam obter informações sobre os procedimentos operacionais da empresa Adelante relacionados ao BPO Financeiro, esta é a parte mais importante deste estudo de caso, pois tenta aprofundar as funções desempenhadas pelo BPO Financeiro. Por exemplo: Que tipo de informação é gerada para a empresa cliente, com que frequência, como a informação é reportada, a qualidade da informação, sua importância para o cliente e como o BPO afeta as decisões da empresa.

Essa pesquisa envolve uma série de etapas cuidadosas para garanti a obtenção de informações precisas e confiáveis. O questionário foi submetido ao processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 11.11.2023, o qual foi aprovado sob o parecer de n° 6.530.620, somente então foi realizada, diretamente na empresa objeto de estudo, no dia 24 de novembro de 2023.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As entrevistas com os participantes foram efetuadas no dia 24 de novembro de forma presencial com os sócios da Adelante, com o intuito de colher dados primários. Ocorreu da seguinte forma, o questionário foi enviado para os participantes pela manhã do dia da entrevista, o intuito era de que os participantes fossem assimilando as informações para não serem pegos de surpresa, na hora da entrevista. Enquanto, o pesquisador aplicava o questionário, os participantes além de interagir, respondia o questionário em seus respectivos computadores. E as primeiras 7 perguntas possibilitam um conhecimento prévio dos entrevistados.

Sobre a empresa, consegui coletar mais informações relevantes da empresa, já que o questionário teve a sua estrutura com perguntas abertas. E a Adelante Assessoria Empresarial e Contábil Ltda. foi constituída e registrada como Adelante Finanças e Contabilidade com CNPJ 23.645.684/0001-84. Situada na Avenida Piauí, nº 914, no Bairro dos Estados, município de João Pessoa, na PB, CEP 58030-330, esta empresa é reconhecida pela Receita Federal sob CNAE 6920-6/01 por sua atuação primária em Atividades Contábeis.

Os tipos de serviços que a empresa oferece são contabilidade em geral para pessoas físicas e jurídicas, consultoria, assessoria financeira e BPO Financeiro. O fornecimento do serviço de BPO para clientes foi iniciado em meados de 2019. Com relação ao ramo que a empresa tem mais conhecimento e excelência na execução do trabalho de BPO Financeiro está sendo dentro de uma escola em João Pessoa.

Para aplicação do questionário a entrevista foi dividida em dois momentos com os entrevistados, no primeiro momento foi realizado a entrevista com o sócio Euller de Assis Chaves Júnior. A sua profissão é Contador e Consultor, atua no mercado contábil a mais de 8 anos. Com relação a sua função na empresa referente a prestação de serviço do BPO Financeiro, ele já trabalhou diretamente no operacional do BPO Financeiro.

Hoje o foco é mais nas reuniões para apresentação de resultados com fins de tomadas de decisões das empresas clientes. No segundo momento foi feito a entrevista com os outros dois sócios Renan Lucas Santos Domingos, que é contador, atua no mercado contábil a mais de onze anos e Roberto de Lima Barbosa Junior, que está no mercado contábil a mais de onze anos e sua função hoje é contador e consultor financeiro.

Para os estimados contadores os tipos de empresas que mais precisa terceirizar o setor financeiro são: Prestadoras de serviços com trabalho forte no digital e faturamento acima de R$ 50.000,00 por mês; Micro e pequenas empresas. Assim, levando em consideração com a fundamentação teórica corroborando com a citação do autor Santos na página 6.

Ele economiza custos, possibilita as empresas se concentrem nas principais áreas de negócios e aproveita o conhecimento especializado para fornecer escalabilidade, reduzir riscos e incorporar novas tecnologias com flexibilidade. Além disso, oferece acesso a recursos globais e a capacidade de maximizar recursos através da especialização. Este foi um resumo das sete primeiras perguntas. Abaixo estão estampados alguns registros da entrevista:

Foto 1. Entrevista com os sócios da Adelante.
Fonte: O próprio autor.

A partir da sétima pergunta, o foco foi direcionado ao BPO Financeiro. Com perguntas específicas sobre o assunto do tema abordado no TCC. Abaixo estará elaborado um quadro com: os tipos de informações vocês geram para as empresas clientes com relação ao BPO Financeiro. E a frequência que são geradas as informações e como é informado as análises financeiras às empresas clientes.

Essas informações, geralmente são extraídos de *softwares* como, por exemplo, o *Power BI* que facilita a visualização e projeção de dado através de *dashboards* que basicamente é uma apresentação simples e intuitiva da situação financeira da empresa em determinado momento. E para melhor o entendimento do leitor foi elaborado um quadro de como é tratado às informações que são gerados para as empresas clientes que são primordiais na tomada de decisão e o entendimento da saúde financeira da empresa:

Tipos de Informações	Frequência que são geradas	Como são informados
Análise de Fluxo de Caixa	Uma vez no mês	Relatórios próprios
DRE gerencial		Relatórios gerados nos sistemas
Indicadores Financeiros		Reuniões presenciais
Projeções Financeiras		
Análise de vendas, pagamentos e inadimplência		
Análise de Investimentos		

Quadro 1: Relatórios referente ao BPO Financeiro.
Fonte: O próprio autor (2023).

Em resumo, as informações que são geradas para as empresas clientes como: Análise de Fluxo de Caixa; Indicadores Financeiros, Análise de vendas, pagamentos e inadimplência. Entre outros, são gerados uma vez no mês, e as informações são relatórios próprios que também pode ser gerado nos sistemas e são entregues em reuniões presenciais.

Um dos sistemas que são utilizados para gerar os relatórios é o *Power BI*, com ele podem ser gerados *dashboards* que fornecem uma representação visual dos dados que podem ser criados nesta ferramenta. A compilação oportuna de vários dados financeiros de uma empresa específica fornece informações valiosas. Validando a citação do autor Sousa na página 13.

E na página 10 o autor Saugo, diz os objetivos destes relatórios. Como por exemplo: gerir a organização de forma inteligente.

Segundo os entrevistados as empresas clientes têm melhorado o setor financeiro após o BPO Financeiro. Pois a maioria dos clientes que contratam o serviço de BPO Financeiro não faz ideia da saúde financeira da sua empresa, não conseguem manter os processos financeiros alinhados, com o BPO melhorou todos os processos e a saúde financeira, pois os clientes passam a conhecer os números reais. Corroborando com a citação na página 6, do autor Malagó.

De acordo com os contadores entrevistados micros e pequenas empresas precisam terceirizar o setor financeiro por meio de BPO, pois a maiorias das micro e pequenas empresas não têm conhecimento sobre a saúde financeira da empresa. Muitas vezes acabam pagando juros por falta de planejamento de pagamentos, às vezes são penalizados por falta de emissão de documento fiscal para comprovar o faturamento, entre outros erros comuns. Um dos principais motivos, é não saber se a empresa está gerando lucro ou prejuízo e se vale a pensa comercializar determinado produto ou prestar determinado serviço. Levando em consideração a citação na página 6 do autor Santana.

Vale ressaltar que é nítido que os micros e pequenas empresas precisam terceirizar o setor financeiro por meio de BPO.

De acordo com as respostas dos entrevistados todos 3 concordaram que o BPO Financeiro pode ser considerado um diferencial para o profissional da contabilidade e pode ser uma boa fonte de renda. Pois no mercado contábil, o BPO Financeiro tem sido um diferencial, porque nem todo escritório contábil presta esse tipo de serviço e nem todo contador possuí a expertise para desenvolver o BPO.

É uma boa fonte de renda se a forma de vender o BPO e a entrega de relatórios e reuniões foram feitas de forma escalável. o BPO Financeiro, incorporadora elementos que se alinham com as características esperadas do novo perfil para o contador, denominado de contador consultor. Corroborando a citação do autor Nery na página 3. Entretanto o entrevistado Euller de Assis Chaves Júnior falou um ponto crítico que, o problema é que poucos oferecem e sabem entregar um serviço de qualidade. O problema se torna maior porque quando perde o cliente na área do BPO, pode perder o cliente nos serviços contábeis, ou seja, dois serviços de uma vez.

Uma das perguntas feitas aos entrevistados foi direcionado com o a problemática da pesquisa, com o intuito de obter resposta e resolvê-la. A pergunta foi feita da seguinte forma: A implementação do BPO Financeiro pode influência na tomada de decisões empresariais? A resposta foi clara e obvia, sim! Pois influencia totalmente, desde o momento que fica claro os números da empresa, pode começar as sugestões do que fazer com o caixa gerado, do que fazer se falta caixa, se as distribuições de lucros estão sendo saudáveis, que custos podem ser cortados, o que pode ser feito para aumentar o faturamento, onde buscar crédito para investir no estoque, na estrutura ou nas pessoas.

É um mundo de opções quando se tem o entendimento que gestão financeira é muito mais do que controlar entradas e saídas, passa a ser contribuir como um conselheiro empresarial para os gestores usando dados. Principalmente as micro e pequenas empresas muitas não têm noção do fluxo de caixa, não têm noção da capacidade do pagamento e investimento da empresa se a empresa não conhece o seu fluxo de caixa, acaba fazendo investimentos de forma errada e até se endividando além da capacidade de pagamento.

Através do BPO a empresa pode sim tomar decisões com base no fluxo de caixa real, com base na saúde financeira e principalmente fazer projeções do fluxo de caixa. Este parágrafo responde o problema de pesquisa que está destacado e o objeto de pesquisa, pois se parar para analisar o como a implementação do BPO Financeiro pode influência na tomada de decisões empresariais. Fica claro que se tiver uma empresa tiver uma gestão clara, eficaz, eficiente, uma equipe consolidada o BPO ajuda muito em tomadas de decisões.

Pois, o acesso a especialistas financeiros é um dos benefícios do BPO Financeiro, que também traz eficiência operacional, *compliance* e agilidade aos negócios. O fornecimento de dados precisos e o apoio às estratégias de crescimento podem transformar a tomada de decisões, permitindo às empresas fazer escolhas estratégicas mais inteligentes e alcançar o sucesso a longo prazo. Esta abordagem holística do BPO Financeiro tem um impacto positivo que vai além da melhoria da estrutura empresarial

A última pergunta foi feita com o intuito de abrilhantar mais este trabalho, pois foi solicitado uma experiência que os entrevistados pudessem relatar sobre a influência na tomada de decisões em empresas cliente através das informações geradas através do BPO. Foram obtidas 3 experiências.

Duas experiências simples que foram citadas aconteceram recentemente em uma empresa prestadora de serviços (Escola), na qual prestamos o serviço de BPO. Foi observado que a cantina da escola não estava gerando o retorno esperado diante da quantidade de lanches vendidos diariamente.

Diante disso ocorreu uma investigação a fundo por qual motivo do lucro está tão baixo. Foi constatado que o cardápio da escola estava há anos sem ter alteração e a precificação estava errada, isso estava impactando diretamente no caixa da cantina. Então fizemos uma consultoria sobre a precificação dos lanches, encontramos o gargalo e resolvemos o problema da precificação e no primeiro mês o resultado já foi muito superior ao anterior.

A segunda experiência na escola foi com relação à venda de livros escolares. A editora disponibilizava uma determinada quantia de livros para serem vendidos no começo do ano letivo, sendo que esses livros estavam sendo vendidos e faturados pela própria escola.

Quando foi observado os números, a escola estava vendendo na própria maquineta de cartão de crédito, o dinheiro estava caindo na conta da escola, consequentemente essa receita estava caindo diretamente na conta da escola e inclusive estava pagando impostos sobre essa receita e no final a escola estava pagando para vender os livros, pois todo mês estavam tendo prejuízos.

Diante dessa situação, foram feitas orientações a escola de fazer um acordo com a editora e não faturar mais nada pela maquineta da escola. A própria editora disponibilizou uma maquineta de cartão para todas as vendas serem faturadas nela

e uma chave PIX para recebimentos a vista. Nesse acordo a escola recebe uma comissão pela venda dos livros (maior do que o lucro que receberia se estivesse vendendo, inclusive estava tendo prejuízo) a maquineta e chave PIX são da editora e a escola se livrou de encargos financeiros e impostos na comercialização de um produto que não era dela.

A terceira experiência o entrevistado relatou que uma das empresas que fornece o serviço de BPO há mais de 3 anos e está até hoje, em determinado momento, a empresária se via muito bem, com o faturamento alto e a margem líquida acima do mercado, uma equipe engajada e cada vez mais foram feitas observações com os relatórios, de como a empresa estava crescendo.

Em um determinado momento, foi dado algumas orientações como: aumento da equipe, para a empresária ter mais tempo para se dedicar em outras áreas da empresa; A compra da sua sede própria. Simples modificações que impulsionaram o crescimento.

Esses foram três simples relatos dentre muitos que acontecem diariamente na prestação de serviços do BPO. Se essas empresas não tivessem o serviço de BPO Financeiro, dificilmente iria identificar os problemas que foram percebidos durante os processos, pois quando se terceiriza os processos financeiros da empresa os proprietários conseguem concentrar seus esforços no *core business*, ou seja, na atividade principal da empresa. E para auxiliar nas tomadas de decisões as empresas precisa utilizar *software,* pois, é crucial a automação de processos para facilitar a visualização da situação da empresa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir com o presente trabalho que o serviço de BPO Financeiro está em fase inicial de exploração pela empresa Adelante. De acordo com o entrevistado Euller de Assis Chaves Júnior, pode ser considerado um diferencial para o profissional da contabilidade, gerando uma boa fonte de renda para os prestadores de serviço. Entretando, o entrevistado Euller criticou os prestadores do serviço de BPO que não oferece um procedimento de qualidade, “o problema é que poucos oferecem e sabem entregar um serviço de qualidade”.

Segundo o entrevistado Renan Lucas Santos Domingos, para ter uma gestão financeira eficaz e eficiente, que é um dos objetivos de muitos empreendedores, os processos financeiros necessitam está alinhado de diversas maneiras possíveis. A utilização de sistemas, *softwares* tem o seu papel fundamental na condução de uma boa gestão financeira. Otimizando processos que seriam cansativos e repetitivos e transformando em tarefas mais simples.

O problema é a parametrização desses *softwares,* pois quando está tudo alinhado. a empresa que terceiriza seus processos financeiros só tende a crescer. Com isso os proprietários além de conseguir concentrar seus esforços no *core business,* ainda ganha tempo para investir na parte estratégica do negócio, enquanto, os processos financeiros são gerados por especialistas.

Respondendo ao objetivo da pesquisa, foi possível detectar através das experiências citadas pelos entrevistados que a implementação do BPO Financeiro pode influência na tomada de decisões empresariais, como por exemplo: a reforma na precificação de produtos da cantina da escola, após detecção por partes dos contadores através de relatórios, que a cantina não estava gerando lucros. Além disso, o monitoramento das finanças, a gestão financeira envolve o fornecimento de informações valiosas aos gestores de negócios, apoiados em dados sólidos.

Segundo o entrevistado contador Roberto de Lima Barbosa Junior Para as pequenas e microempresas, compreender o seu fluxo de caixa e capacidade de investimento é muitas vezes um ponto cego. Ignorar estas áreas pode levar à realização de maus investimentos e a dívidas que excedem a sua capacidade de reembolso. Portanto, tornar-se um consultor de confiança em questões financeiras é essencial para o sucesso de qualquer organização. Com base na saúde financeira e nas projeções reais, o BPO permite que a empresa tome decisões acertadas em relação ao fluxo de caixa.

Essa pesquisa teve como limitação a não obtenção de um universo e portando, uma definição precisa das amostras necessárias para entender de fato as perceções de contabilistas sobre a influência do BPO Financeiro para tomada de decisões empresariais. Devido a falta de contato com outros contadores e empresas. Pois a pesquisa foi realizada em apenas um escritório e com três contadores.

Finalizando, para futuros estudos, recomenda-se analisar se é mais viável contratar o serviço de BPO Financeiro ou montar a própria equipe de gestão financeira dentro da empresa.

REFERÊNCIAS

1.ALEXOPOULOS, K., NIKOLAKIS, N., XANTHAKIS, E. **Digital Transformation of Production Planning and Control in Manufacturing SMEs-The Mold Shop Case**. Applied Sciences 12, n. 21, 2022. 10788. DOI: Applied Sciences | Free Full-Text | Digital Transformation of Production Planning and Control in Manufacturing SMEs-The Mold Shop Case (mdpi.com). Acesso em: 1 out. 2023.

2.ASSIS, D. M.; NUNES, R. V.; SALES, G. A. W. **Controle das contas a pagar e receber de um pequeno negócio:** estudo de caso de uma escola de idiomas. Cafi, v. 2,n. 1, p. 112-12. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/CAFI/article/view/40933/27938>. Acesso em: 18 set. 2023.

3.ÁVILA, Carlos Alberto de. **Gestão contábil para contadores e não contadores**. Curitiba: Ibpex, 2006.

4.AZUL, E. C. **Conciliação Bancária:** O que é, Modelos e Como Fazer Planilha Grátis. Disponível em: <https://blog.contaazul.com/conciliacao-bancaria/>. Acesso em: 1 out. 2023.

5.BARROS, L. **BPO:** o Que é e como funciona o Business Process Outsourcing. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/o-que-e-bpo/>. Acesso em: 9 set. 2023.

6.BHUB. **BPO financeiro pode contribuir para a tomada de decisões**. 2023. Disponível em: http://blog.bhub.com/bpo-financeiro-tomada-de-decisoes/ Acesso em: 02 set. 2023.

7.BLOG, E. **Empresômetro -** A Inteligência de Mercado em tempo real - Empresômetro Blog. Disponível em: <https://blog.empresometro.com.br/empresometro-inteligencia-de-mercado-em-tempo-real/>. Acesso em: 30 set. 2023.

8. BÍBLIA. **Jó 1:3**. Disponível em: <https://www.bibliaon.com/versiculo/jo_1_3/>. Acesso em: 30 set. 2023.

9. BOGANIKA, K. **BPO Financeiro:** o que é e como utilizar no negócio? Disponível em: <https://blog.vhsys.com.br/o-que-e-bpo-financeiro/>. Acesso em: 9 set. 2023.

10. CFC. **RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC N 1.282 DE 28.05.2010**. Disponível em: <https://www.normaslegais.com.br/legislacao/respcaocfc1282_2010.htm>. Acesso em: 23 set. 2023.

11. COUTINHO, T. **O que é Dashboard, para que serve e quais seus tipos?** Disponível em: <https://www.voitto.com.br/blog/artigo/o-que-e-dashboard>. Acesso em: 17 out. 2023.

12. CONTA AZUL. **Gestão de Serviços.** Disponível em: <https://contaazul.com/funcionalidades/gestao-de-servicos/>. Acesso em: 25 out. 2023.

13. CONTA AZUL. **Gestão financeira em um só lugar**. Disponível em: <https://contaazul.com/mais/wp-content/uploads/sites/13/2022/10/gestao-financeira-em-um-so-lugar.png>. Acesso em: 26 out. 2023.

14. DOUTORA, P. et al. **BPO FINANCEIRO:** um estudo de caso sobre seus procedimentos operacionais. Brasília -DF, abril de 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/32077/1/2022_LethiciaSilvaDeSousa_tcc.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

15. Empresômetro. **Estatísticas**. Disponível em: <https://empresometro.com.br/Estatisticas>. Acesso em: 30 set. 2023.

16. GIRARDI, Dante Marciano. **A importância da terceirização nas organizações**. Ciências da Administração. v. 1, n. 1, p. 23-31, 1999. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/7998/7383>. Acesso em: 18 set. 2023.

17. GRANDCHAMP, L. **Qual o objetivo da contabilidade?** Compreenda sua importância para as empresas. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/qual-o-objetivo-da-contabilidade-compreenda-sua-importancia-para-as-empresas/>. Acesso em: 30 set. 2023.

18. HALL, O. P. **Using Dashboard based Business Intelligence systems:** An approach to improve business performance. Graziadio Business Review, Malibu, v. 6, 2003. Disponível em: https://gbr.pepperdine.edu/2010/08/using-dashboard-based-business-intelligence-systems/. Acesso em: 10 out. 2023.

19. HANSOTI, B. N. **Business Intelligence Dashboard in decision making. 2010**. 61 f. TCC (Master of Science in Technology) -Purdue University. West Lafayette, 2010. Disponível em: https://docs.lib.purdue.edu/techdirproj/15/. Acesso em: 10 out. 2023.

20. JWO, J-S., LIN, C-S., LEE, C-H. **An Interactive Dashboard Using a Virtual Assistant for Visualizing Smart Manufacturing, Mobile Information Systems**. v. 2021, 2021. DOI: Disponível em: https://doi.org/10.1155/2021/5578239. Acesso em: 10 out. 2023.

21. KONZEN, Heitor; ANDRADES, Patricia Christoff. **BPO Financeiro:** A terceirização das rotinas financeiras para pequenas e médias empresas. Revista de Contabilidade Dom Alberto, v. 12, n. 23, p. 78-105, 2023. Disponível em: <http://file:///C:/Users/ve270/Downloads/872-Texto%20do%20artigo-1995-1-10-20230810%20(7).pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

22. LIMA, I. **BPO e terceirização:** quais as diferenças e qual devo escolher? Disponível em: <https://nasajon.com.br/bpo-e-terceirizacao-quais-as-diferencas-e-qual-devo-escolher/>. Acesso em: 9 set. 2023.

23. MALAGÓ, R. **Como o BPO Financeiro pode ajudar sua empresa a alcançar mais eficiência**. [s.d.]. Disponível em: https://www.contably.com.br/dicas-de-gestao/como-o-bpo-financeiro-pode-ajudar-sua-empresa-a-alcancar-mais-eficiencia/. Acesso em: 11 set. 2023.

24. MORAES, F. R**eserva:** dicas para alcançar a estabilidade financeira. Rabisco da História, 1 Aug. 2023. Disponível em: <https://rabiscodahistoria.com/reserva-dicas-para-alcancar-a-estabilidade-financeira/>. Acesso em: 14 set. 2023.

25. NERY, Pedro. **Conheça os 4 modelos de negócios contábeis**. Portal de Contabilidade. 2020. Disponível em: http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/4-modelos-de-negocios-contabeis.htm. Acesso em: 02 set. 2023.

26. ORG BR, W. C. F. **NBC TG – GERAL – NORMAS COMPLETAS**. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_NBC_TG_COMPLETAS.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

27. SANTOS, Maisa Dias dos, SILVA, Raul Berti Bruno da, MANCERA, Vinicius Augusto Alves. **Relps:** site para gestão financeira de jovens adultos. **2**022. Trabalho de conclusão de curso - (Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas) Escola Técnica Philadelpho Gouvêa Netto, São José do Rio Preto.

28. SÁ, Antonio Lopes de. Luca Pacioli. **Um mestre do renascimento**. 2ª Ed., Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2004. Disponível em https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1_Livro_lucapacioli.pdf, acesso em: 30 set. 2023.

29. SANTANA, João. **BPO financeiro na gestão de micro e pequenas empresas sob a ótica do profissional da contabilidade**. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17386/1/MBS04052020.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

30. SANTANA, Érica De Souza; SOUZA, Diego Silva. **BPO Financeiro:** Um Novo Serviço para a Gestão Financeira de Médias e Pequenas Empresas. Revista Formadores, v. 14, n. 1, p. 10-27, 2021. Acesso em: 25 out. 2023.

31. SAUGO, J. **Relatório financeiro:** o que é, principais tipos e como fazer um. HiGestor - Soluções em Gestão. HiGestor, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://higestor.com.br/blog/relatorio-financeiro/>. Acesso em: 18 set. 2023.

32. SCHMIDT, M. **Escritório contábil requer diferenciação**. Jornal do Comércio. 2013. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=136542>. Acesso em: 02 set. 2023.

33. SEBRAE. **Conciliação bancária é garantia de um saldo exato e confiável.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conciliacao-bancaria-e-garantia-de-um-saldo-exato-econfiavel,1be1a8fedca46810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 1 out. 2023.

34. SEBRAE. **Controle de contas a receber e a importância para a sua empresa**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/controle-de-contas-a-receber,cb84164ce51b9410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 1 out. 2023.

35. SEBRAE. **Finanças**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/sebraeaz/financas,5b92f6c19850c610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 23 set. 2023.

36. SEBRAE. Causa Mortis: **O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida**. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortis_2014.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.

37. SOUSA, Lethícia Silva de. **BPO Financeiro:** um estudo de caso sobre seus procedimentos operacionais. 2022. Disponível em:

<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/32077/1/2022_LethiciaSilvaDeSousa_tcc.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

38. SEBRAE. **Pequenos negócios em números**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 23 set. 2023.

39. SEBRAE. **Veja como organizar o controle de contas a pagar da sua empresa** - SEBRAE. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/controle-de-contas-a-pagar,2d56164ce51b9410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 1 out. 2023.

40. TURBAN, Eet al. **Business Intelligence**: Um enfoque gerencial para a inteligência do negócio. Porto Alegre: Bookman, 2009. Acesso em: 10 out. 2023.

41. PANTOJA, J. P. G.; PARISE, A. C.; DE SÁ, J. A. S. **Adaptabilidade do Business Intelligence no meio organizacional: uma abordagem multicascos**. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 37., 2017, Joinville. Anais[...]. Belém, UEPA: Acesso em: 10 out. 2023.

42. PONTOTEL, R. **Atividade-meio e atividade-fim:** O que são, regras da lei e quando contratar. Disponível em: <https://www.pontotel.com.br/atividade-meio-e-atividade-fim/>. Acesso em: 10 set. 2023.

43. POTRICH, Ani Caroline; LINHARES, Tamara da Silva. **Gestão de contas a receber no comércio varejista de materiais de construção:** um estudo de caso. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/25101/Microsoft%20Word%20-%20TCC%20formatado%20e%20pronto%20arrum.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 set. 2023.

44. VHSYS. BPO Financeiro: **o que é e como utilizar no negócio**? 2023. Disponível em: https://blog.vhsys.com.br/o-que-e-bpo-financeiro/ Acesso em: 02 set. 2023.

45. YANG, D.-H. et al. **Developing a decision model for business process outsourcing.** Computers & operations research, v. 34, n. 12, p. 3769–3778, 2007. Acesso em: 13 set. 2023.

ISBN: 978-6-55825-236-8